

LETRAS | convvida

INÉDITOS
Eça de
Queirós

LITERATURA, CULTURA E ARTE N.º 3, 1.º semestre de 2011

Directores: Miguel Real e Béata Cieszynska

George Steiner
António Sampaio da Nóvoa

Ana Simões
António José Borges
Cristina Sobral
Fernando Cristóvão
Inocência Mata
Isabel Rocheta
João Lobo Antunes
João Santos
José Eduardo Franco
Luís Machado de Abreu
Luís Salgado de Matos
Petar Petrov

Alice Valente Alves
Filomena Marona Beja
Sérgio Luís de Carvalho
Antonieta Preto
Ana Salomé
Mendo Castro Henriques

Vera Borges

Urbano Tavares Rodrigues

Evocação de Luís Filipe Lindley Cintra

TÍTULO Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte. N.º3, 1.º semestre, 2011. Preço: 18,75€.

Revista do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

DIREÇÃO Miguel Real e Béata Cieszyńska

COORDENAÇÃO José Eduardo Franco

CONSELHO DE DIREÇÃO Ana Paula Tavares, Annabela Rita, Fernando Cristóvão, Isabel Rocheta, Petar Petrov, Vania Chaves

CHEFE DE REDAÇÃO Rosa Fina

CONSELHO DE REDAÇÃO António Carlos Cortez, António José Borges, Carlos Leone, Cristiana Lucas

REFEREES Luís Machado de Abreu, Ana Simões, Carlos Leone, Onésimo Teotónio Almeida

CONSELHO CIENTÍFICO INSTITUIÇÕES NACIONAIS

CONSELHO CIENTÍFICO INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

António Cândido Franco

Universidade de Évora

António M. Feijó

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

António Sampaio da Nóvoa

Universidade de Lisboa

Arnaldo do Espírito Santo

Centro de Estudos Clássicos da FLUL

Dionísio Vila Maior

Universidade Aberta

Ernesto Rodrigues

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Guilherme d'Oliveira Martins

Centro Nacional de Cultura

Isabel Pires de Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

João Manuel Nunes Torrão

Universidade de Aveiro

José Eduardo Reis

Escola de Ciências Humanas e Sociais – UTAD

José Jorge Letria

Sociedade Portuguesa de Autores

José Pedro Serra

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Luís Machado de Abreu

Universidade de Aveiro

Maria José Craveiro

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro

Micaela Ramon

Universidade do Minho

Paulo Borges

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Pedro Barbas Homem

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Calafate

Centro de Filosofia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Renato Epifânio

Centro de Filosofia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Serafina Martins

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Teresa Martins Marques

CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vasco Graça Moura

Fundação Calouste Gulbenkian

Viriato Soromenho-Marques

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alberto Manguel

Escritor, tradutor e editor

Anna M. Klobucka

Massachusetts University

Bernard Vincent

École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Carlos Quiroga

Universidad de Santiago de Compostela

Christine Vogel

Johannes Gutenberg Universität Mainz

David El Kenz

Université de Dijon

Eduardo Lourenço

Université de Nice

Fabrice d'Almeida

Université Panthéon-Assas (Univ. Paris II)

Gilles Lipovetski

Université de Grenoble

Halina Janaszek-Ivanickovas

Silesia University

Hélder Macedo

King's College

Ignacio Pulido Serrano

Universidad de Alcalá de Henares

Isabel Morán Cabanas

Universidad de Santiago de Compostela

Jean-Fédéric Schaub

École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Margaret Tejerizo

Glasgow University

Norberto Dallabrida

Universidade Federal de Santa Catarina

Onésimo Teotónio Almeida

Brown University

Patrícia Anne Odber de Baubeta

Birmingham University

Sérgio Nazar David

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Serhii Wakulenko

Kharkiv National Pedagogical University

Teresa Pinheiro

Chemnitz Universität

Tom Earle

Oxford University

Valmir Muraro

Universidade Federal de Santa Catarina

Zygmunt Bauman

Leeds University

SECRETARIADO EDITORIAL Paula Carreira, Rui Sousa e Susana Mourato Alves

REVISÃO Luís Pinheiro, Marta Marecos Duarte e Ricardo Ventura

EDIÇÃO Gradiva Publicações, S.A. e CLEPUL

PROPRIEDADE CLEPUL

PROJECTO GRÁFICO E PAGINAÇÃO Atelier Playground (Cláudia Dias e Paulo Vinhas)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO www.textype.pt

ISSN 1647-8088

DEPÓSITO LEGAL 315 551/10

CONTACTOS Correio Postal: CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Alameda da

Universidade, s/n, 1600-214 Lisboa | Telefone: 00351 217920044 | e-mail: revista.clepul@gmail.com |

Facebook

EDIÇÃO REALIZADA COM O APOIO

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «Projecto Estratégico - UI 77 - 2011-2012»

Editorial

Miguel Real e Béata Elzbieta Cieszyńska

O terceiro número da Revista *Letras Com Vida*, tendo por centro o centenário da (re) fundação da Universidade de Lisboa (UL), procura trazer novas cores e tons à missão e convite subentendidos no seu título, objetivo atingível através da vasta interrogação das interações entre a Universidade e a Vida.

O debate aqui promovido começa com a referência ao papel da Universidade na ciência, na cultura e na vida da Europa dos séculos XX e XXI, numa Europa em processo de unificação, atualmente desafiada pela crise económica. Este caminho abre-se na entrevista internacional concedida pelo conhecido crítico literário e pensador europeu George Steiner (Churchill College, Universidade de Cambridge e Doutor *honoris causa* da UL). Apondo vários aspetos que assombram o hoje e o amanhã das universidades, e sublinhando a inevitável especialização destas de acordo com as disciplinas de abrangência internacional, o autor de *As Lições dos Mestres* revela-nos uma fonte paradoxal do otimismo – a crise como fator para os jovens descobrirem os prazeres menos imediatos e saborearem a arte, tornando-se participantes mais conscientes da cultura, da ciência e da vida.

A rica reflexão de George Steiner encontra a sua continuação, amplificação e especificação nas secções subsequentes desta edição da revista, na maioria dos casos focadas sobre a realidade portuguesa e sobretudo num facto específico de enorme importância – os cem anos de história da Universidade de Lisboa. A figura a que cumpre dar mais demorada palavra neste assunto será ao Professor Doutor António Nóvoa, atual Reitor da UL – que lidera a sua Universidade na presente transição entre os programas estratégicos de educação comunitária –, que desde a “Estratégia de Lisboa” à “Europa 2020”, sonha e empenha-se numa reforma da UL movida pela ideia de criação cultural, científica e pedagógica.

A Universidade de Lisboa e o tão único olhar do seu Reitor predominam em quatro partes da Revista: *Dossiê Temático* dedicado ao Centenário da Universidade; *Nós, os Outros* – o Reitor da UL entrevistado por Miguel Real –; o extra-texto *Cadernos* que oferece uma seleção dos principais discursos do Reitor da UL, desde a sua tomada de posse em 2006; a *Monofolha* que apresenta uma cronologia com os grandes marcos da Universidade em Portugal na sua articulação com o percurso histórico da Universidade de Lisboa.

No *Dossiê Temático*, dedicado ao Centenário da UL e coordenado por José Eduardo Franco e Ana Simões, o leitor encontrará uma série de biografias de grandes personalidades ligadas à UL que influenciaram a cultura e a ciência portuguesas nos últimos cem anos. Este conjunto é acompanhado por duas reflexões de fundo proferidas por duas destacadas figuras da Universidade de Lisboa de hoje: Luís Salgado de Matos pergunta pelas mudanças no modelo da UL no artigo “A Universidade de Lisboa. Uma breve visão estratégica das suas relações com o Estado”; Fernando Cristóvão dá-nos o testemunho de um académico, protagonista e participante da vida e ciência universitárias ao longo das últimas décadas.

À lista das personalidades da UL evocadas no *Dossiê Temático*, Fernando Cristóvão acrescenta ainda (na *Evocação*) o nome de Luís Filipe Lindley Cintra, recordado não apenas como grande professor e especialista nas áreas da Filologia e da Linguística Portuguesa, mas igualmente pelo seu caráter vincado e frontalidade.

As questões sobre as Letras e a Vida nas perspetivas portuguesa e europeia – não sendo possível contornar a temática da crise – influenciam também outras seções do terceiro número. Assim, por exemplo, na secção *Quinteto*, Vera Borges, socióloga do ICS entrevistada por Rosa Fina, comenta, na sua reflexão sobre os artistas e sobre a sua relação com a cidade e com o mundo, que cada um de nós ganharia muito em encontrar o artista dentro de si, o que até seria bastante útil para ultrapassar esta crise.

Na secção *Vozes Consoantes* são apresentados cinco artigos de reflexão académica sobre cultura, *topoi* literários e disciplinas de estudo ainda *in statu nascendi*: as “Narrativas Desconcertantes” de Petar Petrov, que analisa a obra de Gonçalo M. Tavares no contexto da literatura portuguesa do século XXI; Amon Pinho, com o artigo “Da imaginação utópica”, propõe uma nova valorização da “utopia mas em ação” para invenção e alteridade social; “A África como *locus* na literatura portuguesa”, de Inocência Mata, que procura marcar novas dimensões na literatura portuguesa focada na África pós-colonial; Hanna Pięta, no artigo “Estudos Ibero-Eslavos em Portugal: uma Disciplina *in statu nascendi*”, apresenta teoricamente as realizações e desafios na última década da disciplina recentemente desenvolvida com mais vigor pelo CLEPUL e as instituições associadas: os estudos ibero-eslavos; finalmente o “Cinema Português 2001-2010”, de José de Matos-Cruz, será uma continuação do dossiê “Estado da arte 2000-2010” iniciado no segundo número da Revista. Aqui o leitor vai oportunamente ter em mãos algum material para considerar uma tese mencionada na entrevista com Gorge Steiner: “Será o cinema a disciplina que acompanha hoje em dia melhor a atualidade, e não a literatura?”.

Como é habitual a revista convida também a saborear a criação artística. A secção “Signos e Rotação” expõe alguns quadros de Alice Valente, apresentados por Annabela Rita, onde encontramos uma arte sensibilizadora ao olhar e ao sentir de cada um dos seus espetadores. Na criação literária encontramos os contos de Filomena Marona Beja, Antonieta Preto e de Sérgio Carvalho. Os inéditos de poesia foram amavelmente oferecidos por uma estrela nascente do nosso panorama cultural, Ana Salomé, e por um surpreendente Mendo Castro Henriques, que se estreia connosco na divulgação dos seus labores poéticos.

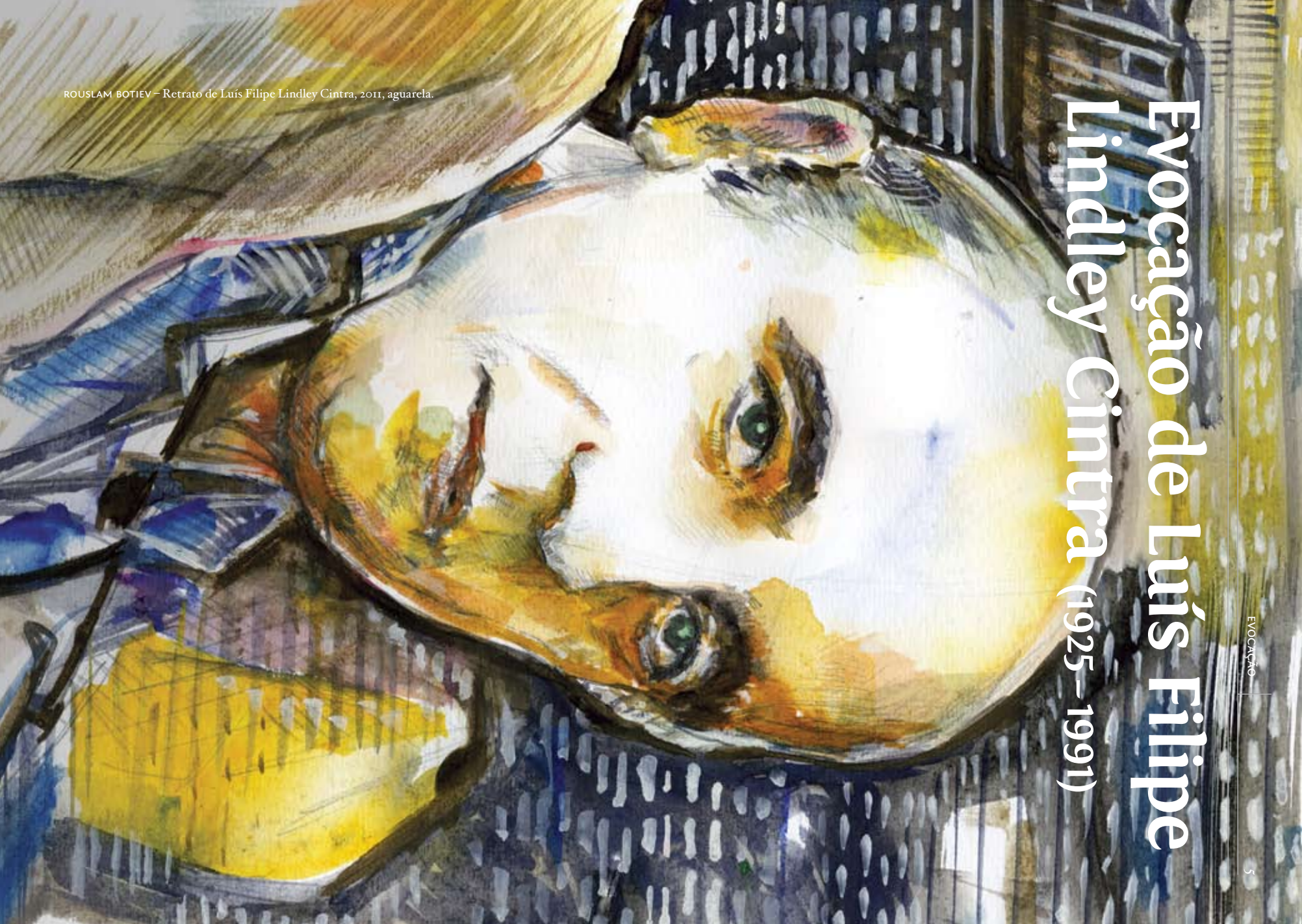
Varias seções apresentam os frutos da investigação e da atividade dos membros e colaboradores do CLEPUL, recensões críticas, vida de letras e letras com vida no vasto horizonte científico e cultural abrangido pelo nosso Centro. Na secção *Inéditos*, os leitores encontrarão alguns manuscritos de Eça de Queirós, referentes ao romance *A Ilustre Casa de Ramires*, apresentados e analisados por Cristina Sobral e Isabel Rocheta. O *Dossiê Escritor*, coordenado por António José Borges, sugere-nos Urbano Tavares Rodrigues, um dos mais importantes escritores da literatura portuguesa do século XX, distinto e profícuo romancista, contista, ensaísta, crítico, cronista e poeta.

Por fim, ainda no que diz respeito aos “extra textos” deste número da Revista o leitor receberá nas suas mãos o fruto de um projeto monumental do CLEPUL – um DVD com a mais recente obra de coordenação geral de José Eduardo Franco *Arquivos secretos de Vaticano. Expansão Portuguesa: Documentação*. Este é um contributo de uma vasta equipa de colaboradores do CLEPUL que oferece um importante compêndio de referência para a investigação em diferentes áreas.

Traçados os caminhos deste terceiro número, em que promovemos o debate sobre o complexo vida/universidade/cultura em perspetivas portuguesa e europeia, esperamos contribuir para um frutuoso diálogo, de modo a que os espaços onde a vida e as letras se encontram se alarguem, debatendo questões universais e sempre atuais. Juntamo-nos a George Steiner na esperança de um mundo capaz de “saborear o universal, profundo e difícil”, e esperemos, ao lado de António Nóvoa, que a mudança traga três desafios: “mais mundo, mais liberdade e mais conhecimento”. ▼

Evocção de Luís Filipe Lindley Cintra (1925 – 1991)

ROUSLAM BOTIEV – Retrato de Luís Filipe Lindley Cintra, 2011, aguarela.



Sem dúvida uma das grandes figuras da Cultura Portuguesa do século XX, Cintra impôs-se, especialmente, à consideração das pessoas cultas, de modo particular de quantos se dedicam ao ensino e investigação na área de língua portuguesa e seu relacionamento com as outras línguas românicas, e de quantos, levados pela sua consciência cívica não se conformavam com a situação política de ditadura em que o país vivia e, sobretudo, com a guerra no chamado Ultramar.

Estas foram, certamente, as duas facetas mais relevantes da sua personalidade como intelectual e cidadão interveniente.

Como professor e especialista na área da filologia e da linguística portuguesa, em geral, Lindley Cintra notabilizou-se por vasta produção que a excelente bibliografia organizada por Ivo de Castro e pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa para o Instituto Camões testemunhou. Bibliografia essa que compreende nada menos de oitenta e quatro títulos, dentre os quais são especialmente relevantes a *Crónica Geral de Espanha de Afonso X*, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, elaborada com Celso Cunha, e ainda as pesquisas feitas para a publicação do *Atlas Linguístico da Península Ibérica*.

Para este último trabalho, em especial, e para outras pesquisas de campo, Cintra preparou os seus alunos para as mais variadas monografias linguístico-sociais, ensinando assim muita coisa sobre a língua portuguesa, e não menos sobre a condição rural. Aliás, este tipo de estudo e ensino situado da língua o levou a adotar em Portugal o famoso método de alfabetização do brasileiro Paulo Freire, aplicado em várias localidades do país, por exemplo, pelo “Movimento Graal”. Através dele não só se fazia uma alfabetização formal, mas uma verdadeira literacia, em que as palavras comprometem os aprendentes a observarem as realidades sociais, religiosas, políticas, etc.

Pedagógicamente, Cintra era um verdadeiro sedutor que entusiasmava todos os seus alunos, como me foi possível observar como seu Assistente, antes de passar para o pelouro de outro grande mestre, Vitorino Nemésio.

Aliás, a sua própria figura de homem alto, simpático, persuasivo, de uma delicadeza a toda a prova, e com sentido de humor (eram clássicas as suas alfinetadas com que amigavelmente às vezes espevitava Jacinto do Prado Coelho, ou Pina Martins, que sabiam sorrir e não levar a mal) cativava toda a gente.

Sobretudo a solidariedade com colegas e alunos que o levaram, por exemplo, a fazer interessantes excursões por Lisboa, para dar a conhecer a história e a arte da cidade, ou os convívios em que se cantava, entre baforadas de riso, o

famoso hino de sua autoria “Filinto Elísio da velha guarda”.

Por direito próprio, Cintra pertencia àquele grupo que ainda hoje apelidamos de grandes Mestres, num tempo em que a relação Mestre-discípulo era um facto, criando não só uma relação pessoal de bom convívio e de trabalho, mas aproximando também os seus alunos de outros Mestres da faculdade com quem ele convivia, participando nós um pouco desse convívio: com Hernâni Cidade (já no fim da sua docência), Vitorino Nemésio, Jacinto do Prado Coelho, David Mourão-Ferreira, Orlando Ribeiro, Viegas Guerreiro, Rebelo Gonçalves, Paiva Boléo,erculano de Carvalho, Borges de Macedo, Padre Manuel Antunes e outros.

E, ainda por extensão, o conhecimento de outros Mestres estrangeiros, no tempo em que havia essa espécie intelectual, hoje praticamente extinta, dos “lusitanistas” (não me refiro aos atuais da Associação desse nome). Eram eles personalidades notáveis, que nos seus países geriam Departamentos de Português, tomavam iniciativas de grandes congressos, estavam em frequente contacto connosco, e sobretudo, com o Instituto Icalp/Camões.

Só não menciono os seus nomes por serem mais de uma vintena para não correr o risco de omissões injustas. Pertenciam eles aos principais centros intelectuais europeus e da América, assim quantificados por ordem decrescente de número: em França, no Brasil, em Itália, em Espanha, na Alemanha. Com eles mantínhamos algum contacto, devido, em boa parte, aos incentivos de Lindley Cintra.

O seu dinamismo levou-o também a organizar vários Congressos Internacionais, quer sobre estudos luso-brasileiros quer, mais especialmente sobre questões filológicas e linguísticas.

Mas, no campo da língua, verdadeiramente notável foi o seu contributo para a elaboração do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, negociado no Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Letras, em 1986, e que atualmente está a entrar em vigor. Acordo este que o teve como coordenador da equipa portuguesa formada também por Maria

Helena Rocha Pereira, Costa Ramalho, Lurdes Belchior, Malaca Casteleiro e eu próprio, tendo-se verificado um excelente entendimento com a equipa brasileira representada por Antônio Houaiss, e também com as delegações dos novos países africanos. De tal modo, que todas as bases desse texto foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

Em simultâneo, com essa atividade científico-pedagógica, Cintra desenvolvia intensa **atividade de cidadania política**, motivada não só por colegas e amigos que combatiam o regime político em vigor, mas principalmente por ser conduzida por uma sincera e coerente convicção, inspirada, sem dúvida, no “aggiornamento” do Concílio Vaticano II e pelas encíclicas papais que se lhe seguiram. É que Cintra tal como confessou em entrevista dirigida por José Mattoso, em 1989, à revista *Penélope*: “realmente era um católico tradicional que tinha herdado a religião da família”.

Acresce a esta razão de fundo o facto de, a seguir ao Concílio que agitou também social e politicamente as consciências, surgirem várias encíclicas concretizando essas diretrizes.

Assim, no curto espaço de seis anos, três grandes encíclicas abalaram não só o mundo cristão mas também muitos de ideias contrárias: a *Mater et Magistra*, de João XXIII, em 1961, que entre outras coisas reivindicava salários justos, auxílio aos povos então chamados subdesenvolvidos e, sobretudo, as obrigações do Estado quanto à segurança social; dois anos depois, do mesmo papa, a encíclica *Pacem in Terris* que, entre outras propostas, advogava o banimento das armas nucleares, reconhecendo ainda a entrada da mulher na vida pública, e prevendo: “Num futuro próximo já não haverá povos que dominem os outros, nem povos que obedeçam a potências estranhas.” Ideias estas que, aliadas ao facto de Paulo VI receber os líderes independentistas das nossas colónias, animaram, especialmente, a oposição.

Deste modo, as aspirações à liberdade de opinião, justiça social nas colónias, oposição ao armamento nuclear tornaram-se a cobertura ética para crentes e não crentes se comprometerem com a mudança necessária, conciliando a militância geral, e especialmente a militância cristã, com a ação política.

Com efeito, em reforço da geral motivação de oposição política, muitos católicos se integraram em movimentos como o da Conspiração da Sé, da cooperativa Pragma, das reuniões da capela do Rato sobre a guerra colonial, dos “cristãos para o socialismo”, das ideias propostas pela revista *O Tempo e o Modo*...

Embora Cintra não liderasse ou participasse em todas estas instituições e iniciativas, por todas elas se interessava ou em algumas intervinha. Em razão de amizade ou convivência, porque se relacionava com Pereira de Moura, Benard da Costa, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Bragança, Joana Lopes, Maria da Conceição Moita, Alçada Batista, Sousa Tavares, etc.

Ficaram especialmente memoráveis nesta ação cívico-política, na crise académica de 62, a solidariedade com muitas centenas de estudantes barricados na cantina da Cidade Universitária, protestando e cantando baladas de Zeca Afonso, que a polícia cercou, interrogou, suspeitou. Um pouco mais tarde, no Campo Grande, chegou a sofrer uma carga policial.

Episódio este que Cintra assim lembra na já citada entrevista: “A partir de 62 foi um choque muito forte. Depois da crise académica não voltei a ser o mesmo homem que era antes. Há um período da minha vida que termina nessa altura e outro que começa. Ganhei uma consciência ética mais do que política, ao defender os estudantes, ao ver como os direitos fundamentais da expressão e associação eram tratados por ocasião da celebração do Dia do Estudante. Fui até ao ponto de me expor nas ruas, interpondo-me entre os estudantes e a polícia. Agi junto dos colegas no sentido de que aderissem ao movimento dos estudantes. Tornei-me dentro da universidade um ponto de referência para muita gente no que dizia respeito à atitude a tomar.”

Ficaram também igualmente memoráveis a assinatura de uma carta ao Presidente da República em protesto pelo encerramento da Pragma, a sua integração na “Associação para a Liberdade da Cultura”, a sua orientação do debate em homenagem a Luther King no salão da igreja de Santa Isabel, onde eram frequentes debates e mesas-redondas sobre temas agora apelidados de “fraturantes”, com a presença “discreta” de elementos da PIDE ao fundo da sala, registando o evento e tomando devida nota dos intervenientes.

De não menor valor foi também a sua colaboração na revista *O Tempo e o Modo*, de Alçada Batista, entendida como lá escreveu em 1964, no seu número 12: “O aparecimento de *O Tempo e o Modo* é, por si só a confirmação de que é preciso e possível vencer a tendência quase inevitável para *inquietação inativa*, e ir para frente, por mais obstáculos que se levantem e por mais sacrifícios que exija uma atividade inquieta.”

Por toda esta militância, por vezes quixotesca, e não livre de uma certa ingenuidade, Cintra tornou-se uma bandeira, sobretudo para os universitários, unindo os ideais da liberdade a uma razoável contenção de processos.

Paradoxalmente, quando chegou o 25 de Abril, não foi convidado para nenhum cargo político ou universitário de relevo, continuando, porém, a servir dedicadamente a Universidade, ao vencer as eleições da Faculdade de Letras para liderar uma Comissão de Gestão que a governasse. Por algum tempo ainda integrei essa comissão de reduzidas competências, pois o verdadeiro poder estava na “rua” da Faculdade, à mercê de múltiplos plenários de Escola, de alunos, de departamento, do secretariado de professores, em votações de braço no ar, quer se tratasse de “saneamentos” de professores, quer de currículos. Só a legislação do Ministro Sotto Mayor Cardia, a partir de 1978, foi capaz de restabelecer a democracia e ordem.

Em conclusão, não é possível, nem seria justo, nas celebrações do centenário da Universidade, deixar de as associar a um dos seus membros mais prestigiados, que tanto a honrou, quer pela sua sua competência científica, quer pelo seu caráter e frontalidade. ▽



Entrevista
Internacional



George Steiner

Entrevistado por BÉATA CIESZYNSKA E JOSÉ EDUARDO FRANCO
Transcrição e tradução de JOANA JACINTO

George Steiner é um dos mais influentes pensadores do nosso tempo. A. S. Byatt descreveu-o, no *The London Observer*, como um “... homem de uma espécie de Renascimento tardio (...) um metafísico europeu com instinto para as ideias fulcrais do nosso tempo.” Crítico literário, ensaísta, romancista, tradutor, este Europeu de nascimento, Americano de criação, a maior parte da vida em pêndulo constante entre os dois continentes, é por muitos considerado hoje como o responsável pela redefinição do que é o papel da crítica. Tem estudado e escrito extensivamente acerca de temas como a relação entre a linguagem, a cultura e a sociedade, a nacionalidade, e o impacto do Holocausto nas mentalidades contemporâneas. E foi isso que nos trouxe até à sua casa em Cambridge, Inglaterra. É, efetivamente, em torno destes e de outros assuntos que decorreu a nossa conversa de 24 de janeiro.

BÉATA CIESZYNSKA O dossiê temático do terceiro número da revista *Letras Com Vida* abordará a Universidade e o seu papel na Europa de hoje, marcada inevitavelmente pelos impactos da crise. No seu *Lessons of the Masters* reflete acerca dos contributos de diferentes comunidades para a civilização atual. Poderíamos começar por aí. O futuro da Europa, que se quer mais una, depende desta heterogeneidade?

GEORGE STEINER A crise não é apenas económica. Lembremo-nos de que, quando o Fascismo chegou à Europa, nas suas diferentes formas, e Portugal teve a sua própria experiência ditatorial, as Universidades não resistiram. As Humanidades não combateram a barbárie. Pelo contrário, demasiadas vezes colaboraram com ela. Estamos perante uma crise estrutural para a Universidade atual. Você e eu, nós os três que aqui estamos, vimos de um sistema de aulas, seminários, licenciaturas, doutoramentos, que vem do sistema alemão do século XIX, da Universidade Humboldt de Berlim, que se expandiu até à América e à Inglaterra, e daí chegou a toda a Europa. As Universidades alemãs estão moribundas. Deixe-me dizê-lo respeitosamente: há pessoas de valor, mas a Alemanha já não é garante de segurança para a estrutura da Universidade, como foi nesses tempos. As condições são extremamente críticas: grande quantidade de alunos, pouca possibilidade de emprego correspondente à formação específica adquirida, etc. Então, na estrutura académica europeia, no seu centro, há um buraco negro. A América adiantou-se, naturalmente, em virtude do seu dinamismo económico e social. As Universidades americanas comportam a maior parte dos melhores laboratórios, das melhores bibliotecas... Na Europa, estamos menos confiantes, e menos ricos. Por outro lado, o modelo americano não é de fácil exportação. Inscreve-se numa sensibilidade americana muito própria, muito peculiar, oposta a todo e qualquer elitismo, em nome da dignidade humana.

BÉATA CIESZYNSKA O que vai acontecer, então, ao modelo europeu atual de Universidade?

GEORGE STEINER Qualquer previsão peca sempre por defeito. Erramos sempre, mas creio que muitas áreas das Humanidades não irão sobreviver à crise atual. As Universidades têm de se coligar. Deixe-me dar-lhe um exemplo muito concreto, sem mencionar nomes. O mais ilustre académico de Literatura Alemã Medieval em Inglaterra está na Universidade de Bristol, onde estão a ponto de extinguir essa Cátedra, devido à falta de inscrições, de alunos... Simplesmente não há alunos. Eis porque me parece que devemos coligar-nos. As Universidades têm de se empenhar no intercâmbio das suas especialidades. Quer ir para determinada área, vai para esta ou aquela Universidade. Já não podemos reduplicar cursos pelo país fora e ter salas de aula vazias. Em Cambridge, a segunda melhor Universidade do mundo – imediatamente a seguir a Harvard – temos Regentes, excelentes professores, de algumas cadeiras dos cursos de Humanidades sem alunos. Está cada vez pior para as Línguas e Literaturas, por razões económicas, claro. Ainda assim, o Espanhol detém alguma força

– é curioso. Já o Alemão, o Neerlandês, e até o Francês, encontram-se em grandes, grandes dificuldades. E isto é absolutamente inevitável.

BÉATA CIESZYNSKA Terá algo a ver com a expansão da internet e das redes sociais, tão em voga no momento?

GEORGE STEINER Claro. O perigo de um jargão eletrónico, chamo-lhe jargão, mas pode chamá-lo *língua franca*, ou o Esperanto eletrónico, etc., que está agora a substituir todas as línguas. Todos sabemos disto. Muito embora não esteja atualmente tão pessimista a este respeito como já estive em tempos. Há alguns anos, estava persuadido de que o Inglês americano iria dominar a Terra. Hoje, isso já não é tão evidente. A notável ascensão da China, por exemplo, coloca agora sobre a mesa novas possibilidades. Por outro lado, o Espanhol também começa a dar cartas a nível internacional; o Árabe está em franca expansão... Estamos perante um cenário mais diverso e mais complexo do que aquele que se nos apresentava há pouco tempo atrás. Não obstante, nas ciências, na sociologia, nas ciências sociais, etc., o Inglês americano é ainda totalmente dominante. Tem muito a ver com a esperança, sabe? O Inglês americano é a escadaria para a esperança, para o futuro, para o amanhã. A América diz ao Homem que amanhã será melhor que hoje. Na Europa já não acreditamos nisto. Ver o pessimismo em Inglaterra é fascinante, o abatimento... O Império espanhol caiu, o Império português caiu, o Império francês caiu... Em 1919, Paul Valéry, o grande poeta francês, foi lapidar: “Sabemos agora, em 1919, que todas as civilizações são mortais” Isto foi depois da Primeira Grande Guerra, claro.

BÉATA CIESZYNSKA Sim, mas é possível à Europa, atualmente, deter o rumo dos acontecimentos, intervir, pelo menos?

GEORGE STEINER Se a Europa vai ser capaz de encontrar novos modos, outras esferas de influência, é muito difícil adiantar. Estou muito interessado em acompanhar o futuro da Europa de Leste. Se não conseguirmos trazer a Polónia, a Roménia, a Hungria, etc., para a Europa, para o cerne da consciência, e da mundividência, europeia, se não começarmos já a perceber os contributos que estes jovens países nos podem dar, o que nos poderão trazer de novo, de bom, estamos num grande sarilho.

BÉATA CIESZYNSKA O que é, então, preciso para começarmos já a fazê-lo?

GEORGE STEINER As pessoas tornaram-se preguiçosas. É cada vez mais difícil, para os mais novos, aprender várias línguas; resistem também, e cada vez mais, a uma muito saudável mobilidade para outras culturas. Não estou otimista em relação a isso, mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza, sei, que algo vai acontecer, embora, neste momento, não consiga sequer adivinhá-lo. Os grandes movimentos literários atuais são o romance americano e o sul-americano. Os grandes escritores, a grande literatura da atualidade chega-nos destas duas proveniências. Já o romance inglês, por exemplo, está a tornar-se cada vez mais pequeno. Num

mundo incrivelmente interessante, a nível político, científico, etc., sobre que se escreve em Inglaterra? O sexo em Hamsted, entende? Cada vez mais pequeno, e isto... Na Alemanha há um ou dois grandes escritores, também há poetas maravilhosos, mas não há obras capazes de mudar o mundo. E não se lê alemão por cá. Damo-nos conta da persistência de grandes dificuldades psicológicas quando nos tentamos voltar para a Alemanha. Por outro lado, a relação França-Alemanha é recente, e muitíssimo importante. Se alguém dissesse, há 25, 50 anos atrás, que estas duas nações se tornariam tão próximas, ninguém teria acreditado. Existe, portanto, solo fértil para a esperança; embora, de momento, isso nos pareça tão, tão, tão difícil.

O termo Humanidades vem da humanidade, do humano em nós. A Literatura não pode lidar com aquilo que é totalmente inumano, sub-humano. A Literatura é impotente, quando o homem deixa de ser homem, como no gulag, em Auschwitz, no Fascismo... A palavra 'ficção' é perigosa: até um homem do talho sabe o que significa, sabe usá-la, mas é perigosa. A ficção falha quando tenta lidar com o mais inumano do Homem, o cinema não. O Shoah conseguiu isso. Talvez alguns momentos na música consigam isso. Mas a língua, a linguagem, é totalmente impotente face à barbárie.

BÉATA CIESZYNSKA Ainda a propósito da Europa de Leste, as relações ibero-eslavas são muito recentes; poderão elas trazer, ao futuro da Península, alguma confiança, além da esperança?

GEORGE STEINER Certamente. Agora, até que ponto o percebemos? Especificamente para a vossa revista, deixem-me colocar um problema importante: a língua inglesa. Para a língua inglesa em Inglaterra, a língua do mundo, a língua de Shakespeare, o impacto do Inglês americano foi imenso. Os jovens falam uma espécie de Inglês americano misto.

BÉATA CIESZYNSKA Sim, é verdade. A isso não será certamente alheio o facto de estarem a ele expostos pelos *media*, etc.

GEORGE STEINER Os filmes, a televisão, a internet, as redes sociais, tudo fala Inglês americano. Agora imagine que a internet tinha sido criada na Índia, teríamos um mundo totalmente diferente. Como todos os dialetos eletrónicos são americanos, os efeitos disso são esmagadores. Particularmente para a Inglaterra, para o Inglês britânico, que perdeu a confiança em si e no seu património literário e cultural. Mas, repare, em Espanha a situação é completamente diversa. O Castelhana, o Aragonês, etc., são agora mais poderosos; o Catalão, imensamente produtivo. O Espanhol tornou-se mais criativo, mais confiante, mais rico

– cresceu. Duas situações paralelas com resultados completamente diferentes. A que se deve esta diferença? Não lhe sei responder. Deixo isso para os estudos linguísticos e literários comparatistas.

BÉATA CIESZYNSKA Bom, o panorama linguístico-literário espanhol foi, desde sempre, profundamente marcado pela questão da nacionalidade, da a-nacionalidade, da supranacionalidade se pensarmos na América do Sul...

GEORGE STEINER Sim, mas se recordarmos que o Inglês dominou o mundo como língua de romancistas e poetas, língua da lei e da economia, etc., a força avassaladora do poderio americano veio deitar por terra muito mais do que uma conjuntura. A América tem gigantes como Hemingway e Faulkner, Saul Bellow e Philip Roth, John Updike e, olhe, 25 outros, que podemos ler em praticamente todas as línguas do mundo. Não é fácil sobreviver a isto. Os nossos grandes escritores são irlandeses, desde Shaw e Joyce, e Yeats, claro, e Beckett, claro, e Shea Masini, naturalmente, e Paul Muldoon, etc., são todos irlandeses. E isto é absolutamente fascinante. É a Irlanda que mantém atualmente o génio da língua inglesa ativo e dinâmico.

BÉATA CIESZYNSKA O papel inegável da Literatura e a imprevisibilidade desse percurso marcado por fenómenos estruturais e conjunturas. Peço-lhe, então, que nos fale da sua própria ficção, do renomado *The Portage to San Cristobal of A.H.*, por exemplo. A abordagem do horror, do Holocausto, pela imaginação. A ficção é o campo que mais se presta à reflexão sobre o paradoxal, o extremo, etc.?

GEORGE STEINER Bom, não acredito que nenhuma literatura – exceto duas ou três milagrosas exceções, como o poeta Paul Celan e um ou dois autores russos – possa alguma vez lidar satisfatoriamente com isso. Acho que o filme do Lanzmann, *Shoah*, é mais importante do que todos os livros que se escreveram e se vão ainda escrever sobre isso. Já não consigo ler livros sobre o Holocausto. A Literatura é a expressão do que é humano. O termo Humanidades vem da humanidade, do humano em nós. A Literatura não pode lidar com aquilo que é totalmente inumano, sub-humano. A Literatura é impotente, quando o homem deixa de ser homem, como no gulag, em Auschwitz, no Fascismo... A palavra 'ficção' é perigosa: até um homem do talho sabe o que significa, sabe usá-la, mas é perigosa. A ficção falha quando tenta lidar com o mais inumano do Homem, o cinema não. O *Shoah* conseguiu isso. Talvez alguns momentos na música consigam isso. Mas a língua, a linguagem, é

totalmente impotente face à barbárie. Foi assim quando ela aconteceu: Hitler era um grande mestre da linguagem, muito mais do que os seus opositores... E se pensar no que aconteceu depois disso: a crise nos Balcãs, os massacres no Leste europeu, os genocídios, o horror. Temos na Europa um jornalismo de excelência: reportagens maravilhosas, análises brilhantes, mas a Literatura... isso está-lhe vedado.

BÉATA CIESZYNSKA Deverá, por isso, a Literatura arredar-se da intervenção?



GEORGE STEINER Já há 60, 70 anos que os jovens não leem. Lembre-se que os jovens já não leem livros, leem sms, livros de BD, resumos no Kindle: o *Hamlet* em 25 palavras, o *Lear* em 50 palavras... Os jovens estão impacientes, estão zangados, muito zangados, com uma civilização, uma sociedade, que não lhes está a dar a esperança socioeconómica de que necessitam para a vida. Para ler, realmente ler, ler seriamente, tem de haver determinadas condições. Deixem-me por favor refletir sobre isto e não cortem esta parte da entrevista. Para ler seriamente: a) É preciso silêncio. Não ponha música, tire o rádio e a televisão do quarto. Tem de saber viver, e conviver, com o silêncio. Cada vez menos jovens querem viver com o silêncio. Na realidade, têm-lhe medo. O silêncio tornou-se, de resto, muito caro. Uma casa como esta, com um jardim sossegado, é uma exorbitância para um casal jovem, que vai possivelmente viver para um prédio com paredes tão finas que é possível ouvir tudo! Vivemos num inferno de ruído constante. b) Tem de estar preparado para – e não ria de mim – saber excertos de cor. Aquilo que amamos, devemos-lo saber de cor. Não é por acaso que ‘coração’ em Latim é *cor*. Ninguém nunca nos pode tirar o que sabemos de cor. Deixem-me frisar. Saber, saborear, de cor, com o coração, não com a cabeça. Queremos sempre levar connosco o que amamos. Eu sou muito velho, mas tento todos os dias, ou quase todos, aprender um poema ou fragmentos de um poema de cor, porque é assim que se agradece uma bela

obra. Que outra maneira tenho eu de agradecer a Dante, a Cervantes, a Lope de Vega ou a Shakespeare? A partir do momento em que sabemos um poema de cor, algumas poucas linhas, ele começa a viver dentro de nós. c) Precisa de ter alguma, considerável, privacidade. Esta última condição é tremenda, provavelmente a mais difícil, em especial para os jovens de hoje. Atualmente, a privacidade é o inimigo n.º 1 de todo o jovem. Não só se confessa tudo a toda a gente, como é imperativo que o faça imediatamente. Ninguém guarda a experiência, qualquer que ela seja, só para si. Então, três condições: silêncio, aprender de cor e privacidade. De outra forma, é impossível viver uma grande obra. Até porque as grandes obras são, geralmente, muito difíceis, exigentes. Quem algo de nós. Leem-nos. Leem-nos mais do que nós as lemos. Descubrem coisas sobre nós: se nos conseguimos concentrar, se estamos preparados para trabalhar no sentido de as percebermos realmente, etc. Tenho sempre um dicionário aberto na minha secretária. Os mais novos não usam dicionário. Empregam um vocabulário mínimo nas sms que enviam. Shakespeare usava 24 000 palavras. Num estudo

do muito recente, pela companhia telefónica americana Bell, o total de palavras usadas por 90%, notem: 90%, dos americanos ao telefone é de 150 palavras. Estão a ver? É isto que me assusta. Ora, o problema do colapso económico, da provável redução dos nossos luxos, pode ter consequências muito boas. Quando as coisas estão mal, muito mal, as pessoas começam a ler com seriedade, a ler melhor. Ouve-se mais e melhor música, por exemplo. Temos magníficas salas de concertos por toda a Inglaterra, não apenas aqui em Londres, mas em Birmingham, Manchester, Newcastle, e essas salas enchem-se por estes dias. Os mais novos começam a procurar a música clássica. Os nossos museus enchem-se também. Tem de se esperar horas na fila para entrar nas grandes exposições, em Londres, em Paris... Horas! Tem de se fazer reservas com muita antecedência para a exposição do Monet, do Gauguin, do Picasso... E isto é novo. Antigamente, os jovens não queriam ir aos museus; começam agora a fazê-lo. É difícil estar demasiado confiante, mas sintomas como estes são muito interessantes e devemos-os ter em conta. Os jovens começam a ter fome de algo mais substancial do que a pastilha elástica momentânea da *pop*. Já foi assim. Durante a Guerra, a *Blitz*, como sabem, as pessoas regressaram aos clássicos; leram-se os grandes romancistas vitoriosos, os grandes poetas. Por isso me parece que as crises podem ter consequências e realizações muito importantes. Deixem-me, todavia, avançar para outro assunto. Se tivés-

semos, você e eu, vivido em Florença, em Quatrocentos, quereríamos tomar o pequeno-almoço com pintores, pelo menos de vez em quando. Hoje, queremos tomar o pequeno-almoço com cientistas. O génio está hoje no campo das Ciências, não no das Humanidades. As energias da imaginação, da invenção, da infinidade criativa estão com as Ciências. Vivi toda a minha vida com cientistas. Ainda muito novo, aluno em Princeton, decidi ouvir, apenas ouvir; muitas vezes não conseguia seguir o que eles diziam, mas ouvir ajudava. Os horizontes da ciência são ilimitados. O génio responsável pela descoberta dos buracos negros, da Teoria das Cordas ou da análise biogenética é científico. De dia para dia, a ciência explode de poder intelectual e energia. E o problema mais premente da educação e do ensino é que, sem um pouco de Matemática, é impossível fazer parte da grande aventura que é a mente humana. O facto de haver péssimos professores de Matemática é terrível. São matemáticos que não sabem de Matemática eles próprios, e matam, à nascença, esse gosto, essa inclinação, de muitas crianças. É uma espécie de miséria que se autopropaga.

BÉATA CIESZYNSKA Alguma sugestão?

GEORGE STEINER O meu currículo oficial imaginário, se estivesse no poder, consistiria nas seguintes disciplinas: Música. Toda a gente deveria ouvir, conhecer, aprender música, mesmo que não seja para isso especialmente dotado. A Música combina a Matemática e a emoção humana – é importante. Arquitetura. Toda a gente deveria aprender Arquitetura, porque esta combina a Engenharia, a Física, o Estudo do Meio, a Sociologia, a História e até a Política. Construir um edifício – e estamos num período de grandes obras de Arquitetura – é um ato político de grande complexidade. E ainda, claro, a Matemática. Então, Música, Arquitetura, Matemática e, de repente, dou por mim a falar de Platão.

BÉATA CIESZYNSKA Exatamente, nem mais.

GEORGE STEINER Então, nada disto é novo. Tem 2, 3 milhares de anos. Platão concordaria em absoluto com o meu plano de estudos. Na verdade, Platão, o melhor dos filósofos, o poeta da Filosofia, terá dito à porta da Academia: “Não entre quem não gosta de Matemática.” Por isso me perturba tanto o talento infantil que se perde, as possibilidades que se coartam por meio de alguma ineficiência docente. Outro fator é o medo da competição do que vem da China. Efetivamente, há uma fobia da sua rápida expansão que leva a que, pelo menos aqui em Inglaterra, as ciências comecem a ser muito melhor ensinadas. As pessoas estão a empenhar-se seriamente de novo.

BÉATA CIESZYNSKA E com isso aparecerão oportunidades de recomeço...

GEORGE STEINER Provavelmente. Lembrem-se de que, quando apareceu o Sputnik, de um dia para o outro a América reformou o currículo oficial das escolas. O impacto atual da expansão chinesa é equiparável ao impacto do

Sputnik. A China tem um sistema de ensino de excelência, chega a ser vergonhoso para nós.

BÉATA CIESZYNSKA E falam Inglês...

GEORGE STEINER Isso também, por isso disse que chega a ser vergonhoso. Bom, também estou expectante em relação à Índia. Temos, em Cambridge, muitos alunos da Índia e da China. Os alunos chineses são empenhadíssimos, é notável! Mas também são demasiado reverentes. Dizem sempre ‘sim’. Os indianos são diferentes, dizem ‘não’ e são críticos, muito críticos. São mais criativos, têm mais imaginação, fantasiam. Haverá, no futuro, universidades indianas de renome, estou certo. O país tem problemas gravíssimos, mas também possui um reservatório de talento humano enorme que começa agora a desabrochar.

BÉATA CIESZYNSKA Quer isso dizer que estamos já perante o embrião de uma nova matriz cultural da Europa com estes dois países, China e Índia? Até que ponto poderemos estabelecer um paralelo entre estes países e aquelas cidades que constituíram, em seu entender, as duas grandes fontes da cultura europeia, a saber, Atenas e Jerusalém?

GEORGE STEINER É difícil fazer esse tipo de correspondência. Especialmente quando não se conhece as línguas – eu não conheço as línguas. Claro que ambas as culturas estão a utilizar o Inglês. É ainda o meio e será possivelmente uma oportunidade. Chegarem até nós em Inglês é proveitoso. Levará o seu tempo, mas estou muito interessado em acompanhar ambos os desenvolvimentos. Ainda neste âmbito, devo dizer-vos que me interessa bastante a questão da mulher. Dar oportunidades reais à mulher nas Ciências. É uma realidade que está próxima, mas que nos chega mais por eles, Índia e China, do que por nós. Cá, é ainda muito difícil, para uma mulher, chegar ao topo. Por isso vos digo: estamos apenas no início de muitos, e importantíssimos, movimentos da História do nosso tempo. De resto, somos jovens; temos apenas uns quantos milhares de anos. Há ainda muitas modificações por vir. A memória humana, a nossa esperança de vida, por exemplo, vai mudar, estou certo, por meio da eletrónica e da biogenética. Os últimos estudos na Califórnia apontam para uma média de 120 anos de vida...

BÉATA CIESZYNSKA 120 anos. É um aumento considerável. Que futuro será esse?

GEORGE STEINER Não andarei por cá, certamente. Mas não se pode ter medo do futuro. Ter medo do futuro é suicida, uma espécie de suicídio intelectual. Muita coisa não perceberemos, e serão assuntos centrais nas nossas vidas. Tive oportunidade, há pouco tempo, de falar com especialistas em Oncologia que me disseram que, dentro de cerca de dez anos, perceberemos todos os desenvolvimentos do cancro. Estando na posse desse conhecimento, otimizar-se-ão de imediato os tratamentos. O cancro é uma forma de vida que é preciso dominar. Estão a ponto de o conseguir. Quando o fizerem, isso mudará irreversivelmente o futuro da Humanidade.

BÉATA CIESZYNSKA E, por consequência, as Humanidades.

GEORGE STEINER Sim, as Humanidades também vão mudar. No momento presente, são um luxo. Desagrada-me dizê-lo desta forma, mas sim, são, na atualidade, um luxo dispensável. Quando estavam prestes a deter Isaac Barber, o poeta, alguém teve a extraordinária coragem de interperlar Estaline, dizendo: “Ele [Isaac Barber] é indispensável.” Ao que Estaline respondeu: “Para quem?” E este é que é o fulcro da questão. Para quem? Não é fácil responder a isto. Então, parece-me que devemos estar nas Humanidades entusiasticamente modestos. Entusiastas, sim, mas modestos, muito modestos. Não nos portámos assim tão bem: não tornámos o clima político assim tão melhor, não demos aos nossos jovens aquilo de que precisam encarecidamente. Quando milhões de euros são gastos em monografias especializadas, perfeitamente desnecessárias, há que se indignar, ou, pelo menos, perguntar: para quê? No ano passado, 300 000 novos livros foram publicados. Destes, 90% não serão lidos, ou sê-lo-ão apenas por um círculo restrito de pessoas. E é aí, estou em crer, que a internet, as redes sociais vão mudar tudo, inclusivamente as Humanidades. As nossas dissertações, os nossos trabalhos já estão disponíveis online.

Quando proclamamos progresso, é o Homem que proclama progresso. Eu não sou crente, mas há quem diga, estou a lembrar-me de Dostoiévski, por exemplo, há quem diga que, a partir do momento em que Deus não existe, tudo é permitido. Nietzsche di-lo de outra forma, mas semelhante, e Freud também, quando diz que não há controlo. (...) Um escritor francês chamado Théophile Gautier, disse: “Plutôt la barbarie que l’ennui.” Isto é muito, muito profundo. Antes de 1914 as pessoas estavam entediadas, a sua própria cultura do luxo não as entusiasmava. Em Italiano há uma palavra poderosíssima para definir este tipo de tédio, la noia, e em Alemão, a langeweile, ambos termos muito mais fortes que ennui. Ora, hoje, os jovens andam entediados, perigosamente entediados.

BÉATA CIESZYNSKA Sim, *online*, em versão para iPad...

GEORGE STEINER Exatamente. Estamos num período histórico incrivelmente complicado, mas fantástico. Há, na Suíça, uma pequena cidade medieval, muito bonita, chamada Sankt Gallen. Lá se encontra a Biblioteca de Sankt Gallen, que contém as únicas cópias preservadas dos principais manuscritos latinos e gregos. Quando incendiaram a região, os invasores Lombardos falharam Sankt Gallen por dois quilómetros. Se tal não tivesse acontecido, o que nos resta de Horácio, Cícero, Vergílio teria desaparecido. É in-

crível! Especialmente porque foi paulatinamente a partir daí que o Humanismo tomou novo fôlego e o Renascimento surgiu. Por vezes as coisas permanecem por milagre.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Então passemos à questão da definição da pós-modernidade na relação com a modernidade. A modernidade morreu?

GEORGE STEINER Não me parece. A crise começa muito, muito antes. Freud já é disso referência em 1900, quando publica *A Interpretação dos Sonhos*; Nietzsche e Darwin são-no até antes disso. A Guerra desencadeia um aceleração da crise que culmina com o colapso da Europa – a Europa entra em decadência em 1918, a que se segue o período do armistício, um armistício em que ninguém acreditou, e a Segunda Grande Guerra, que foi essencialmente um capítulo da Primeira, um capítulo terrível, de resto. Não, a modernidade começa quando a religião perde o seu lugar central na vida intelectual. E, como sabem, a religião começa a perder importância ativamente depois de Darwin, depois de Marx, e depois do desenvolvimento e aparecimento da ciência moderna. O que significa ‘pós-modernidade’, não sei. Parece-me, aliás, um conceito absurdo. Mas podemos olhar para trás, para a crise criativa que coincidiu com o

colapso da Europa, e olhá-la como um ciclo da História que se fechou. Das grandes capitais culturais da época, como Viena, Paris, Berlim no período de Weimar, qual delas a Meca do mundo? É difícil dizer. Se me perguntarem hoje qual a cidade mais ativa culturalmente, dir-lhes-ei, sem qualquer sombra de dúvida: Berlim. Na arte, na música, Berlim ferve de energia e talento e está progressivamente a substituir Nova Iorque. Durante muito tempo, Manhattan foi o centro cultural do mundo. Toda a gente queria caminhar como o Woody Allen, falar o Inglês de Manhattan, conhecer a pintura americana, a música americana, a literatura americana. Agora todos estes

focos de interesse se encontram na Alemanha. Amanhã estarão possivelmente em Cracóvia ou Kiev. Insisto: devemos envolver-nos mais com o Leste. É trágico que a Rússia esteja ainda nas mãos de uma burocracia militarista. Pode mudar, vai mudar. Onde existir um iPad, a internet e as redes sociais, não é possível o isolamento. Basta vermos a situação de Tunes ou do Burma. As coisas estão a mudar rapidamente. A revolução da informação é também uma revolução política e ideológica, claramente. Já não é possível aniquilar grupos de homens, construir muros, barreiras de separação que funcionem realmente. O mundo

eletrónico chega a todas as fontes, produz informação vital e torna-a acessível a todos. É por isso que regimes totalitários como o Irão, por exemplo, temem tanto a internet. Começamos a assistir a verdadeiras revoluções de informação – é muito entusiasmante.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Isso leva-nos à questão dos paradigmas da guerra e do choque de civilizações de Samuel Huntington. Parece ter ganho terreno e avançar uma nova legitimidade da guerra – a legitimidade religiosa – que, especialmente a partir do 11 de setembro, ganhou adeptos e consensos. Concorda?



GEORGE STEINER Pois, o choque de civilizações. Existem no Islão dois elementos que tornam impossível qualquer negociação com o Ocidente. O primeiro é o tratamento das mulheres; o segundo, a recusa da ciência. Podemos tentar viver com eles, podemos tentar acordos, mas até quanto a isso estou muito pessimista. Malraux disse profeticamente que no século XXI apareceriam as grandes guerras religiosas – parece-me que não se enganou. O Islão está a expandir-se selvaticamente, não cede, não quer ceder. Mas, notem, fundamentalistas há em ambos os lados da barricada. Na América de hoje, 40 milhões de pessoas – notem: 40 milhões – não acreditam em Darwin; recusam a evolução, portanto. Equiparam-se, nesse sentido, aos fundamentalistas islâmicos e adorariam, estou certo, muitos deles, uma guerra. Quando não se consegue racionalmente arranjar uma solução para um problema, quer-se uma guerra, claro. É a velha história: quando as coisas se complicam, surge a violência. Neste sentido, estou muito apreensivo em relação ao drama de Israel, que considero a miniatura de um conflito – temo – muito, muito mais extenso.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Não terá isso também a ver com o antigo modelo de nacionalidade?

GEORGE STEINER Não, não é isso. Há hoje uma nova forma de Estado: a corporação multinacional. A IBM, o Google, a Microsoft são as novas nações, os novos impérios. Se pegar no telefone e ligar para a assistência 24 horas do meu banco aqui em Cambridge, sou atendido por uma pessoa que está na Índia. Toda a informação de que necessito acerca de uma entidade nacional, vem atualmente de fora do espaço nacional. O que temos agora nada tem a ver com o antigo modelo de nacionalidade, é tribalismo: os acérrimos conflitos na Irlanda, no País Basco, na Bélgica, os ódios da atualidade, são tribais, não nacionais. A velha fórmula nacionalista não permaneceu, permaneceram os ódios inabalavelmente.

BÉATA CIESZYNSKA O Holocausto, o horror nazi, todos os paradoxos do século XX... A defesa de Hitler é ficcional, por só poder ser assim ou hoje, se pudesse reescrever o seu livro, haveria algo que gostasse de mudar?

GEORGE STEINER Não. Continuo convencido de que Hitler foi uma catástrofe singular, irrepetível. Ele foi ferido três vezes na Guerra de 1914 a 18. Na última ferida, a bala falhou a artéria por um milímetro. Sem Hitler, não teria havido Shoah, ou a Segunda Grande Guerra, tenho a certeza. Estaline tinha à sua volta pessoas que eram uma espécie de quasi-Estalines:

Kirov, Bukharin, Radin, etc. Mas Hitler, não. Não havia ninguém como Hitler, não houve nunca. Esta foi uma catástrofe causada por um génio demoníaco e pela qual a Humanidade ainda vai pagar por muitos séculos. Não me venham falar de leis da História! Uma bala que falha por um milímetro a artéria vital do homem que mudou o mundo! Tem de se ter em conta, sublinho, aquilo que a Física designa por 'singularidade', que é um conceito que se aplica às coisas que não podemos prever nem explicar.

JOSÉ EDUARDO FRANCO É o problema candente do século XX: o paradoxo. Tendo sido o século das ciências, dos direitos do Homem, do progresso, foi também marcadamente o século da maior tragédia humana da História.

GEORGE STEINER Sim, é o século mais bárbaro que conhecemos. Entre agosto de 1914 e maio de 1945, 70 milhões de homens, mulheres e crianças foram dizimados na Europa, nas duas grandes guerras, em campos de concentração, em campos de deportação, etc. Na epidemia da fome de finais dos anos 50 na China, provavelmente organizada pelo próprio Mao, morreram 13 milhões de pessoas. Não há comparação! Mas, entendam, o mais surpreendente nem é estarmos aqui agora, o mais surpreendente é termos uma revista, a Universidade de Lisboa, esta entrevista literária... Se pensarmos nisto, são milagres, milagres!

JOSÉ EDUARDO FRANCO Quais são, na sua opinião, as razões mais profundas para a barbárie do século XX?

GEORGE STEINER Quando proclamamos progresso, é o Homem que proclama progresso. Eu não sou crente, mas há quem diga, estou a lembrar-me de Dostoiévski, por exemplo, há quem diga que, a partir do momento em que Deus não existe, tudo é permitido. Nietzsche di-lo de outra forma, mas semelhante, e Freud também, quando

diz que não há controlo. Essa explicação não me satisfaz, mas é certamente um elemento a ter em conta. Há ainda outra razão e é muito peculiar. Gostava muito que citassem isto porque é realmente importante. Um escritor francês chamado Théophile Gautier, disse: “Plutôt la barbarie que l’ennui.” Isto é muito, muito profundo. Antes de 1914 as pessoas estavam entediadas, a sua própria cultura do luxo não as entusiasmava. Em Italiano há uma palavra poderosíssima para definir este tipo de tédio, *la noia*, e em Alemão, a *langeweile*, ambos os termos muito mais fortes que *ennui*. Ora, hoje, os jovens andam entediados, perigosamente entediados.

O Ano da Morte de Ricardo Reis é um dos meus livros prediletos. Leio-o e releio-o, e é sempre um livro maravilhoso. Tive o privilégio de conhecer Saramago, cruzei-me com ele inúmeras vezes; mas não é, quanto a mim, o maior escritor português da atualidade. Para mim, esse é, de longe, António Lobo Antunes.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Assim sendo, podemos pensar no papel de Deus, ou no papel da ideia de Deus, na História. É possível?

GEORGE STEINER Bom, isso não posso, não quero, não sou religioso.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Mas refere-se a Deus muitas vezes.

GEORGE STEINER Sim, não sou crente, mas podemos citá-lo exaustivamente. Damos-lhe todas as responsabilidades, atribuímos-lhe todas as culpas. Agora, para os jovens, Deus não existe em absoluto. A religião mundial é atualmente o futebol. É a única coisa capaz de congrega milhões de pessoas. Há em Newcastle uma expressão maravilhosa: “Football is not a question of life or death, it’s damn more important.” Isto é maravilhoso, absolutamente maravilhoso! Vive-se para o futebol, morre-se pelo futebol. É a única religião do mundo.

JOSÉ EDUARDO FRANCO E a questão nietzscheana do mito do super-homem? Considera que esta mitificação do homem, a utopia do homem perfeito, pode estar subjacente a essa espécie de culto?

GEORGE STEINER Não, não me parece. Nietzsche é, aliás, mal lido e mal compreendido a esse respeito. Mas um jogador de futebol, uma estrela do futebol, o Maradona, o Pelé, etc., são os nossos únicos deuses atualmente. Mata-se pelo futebol se for preciso.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Terá certamente a ver com as emoções que o espetáculo do futebol traz ao de cima. Por outro

lado, ocorre-me que a Literatura, nomeadamente a de intervenção, a que diga algo acerca da vida das pessoas, também faz isso... goza de grande popularidade, pelo menos.

GEORGE STEINER Bom, quanto a isso, não me revejo de todo, mas parece-me que é uma questão de idade. A mim emociona-me mais a música. É uma questão de idade, certamente. Acho que sei muita coisa de cor, já disse; fecho os olhos e consigo lembrar-me de muitas obras, ou fragmentos de obras. Se me levassem os livros todos, manteria muitos, todos os que tenho comigo, cá dentro. Já a música é-me absolutamente indispensável; sem música poria termo à vida de imediato. A música é para mim, agora, o *mysterium tremendum*. O que é a música afinal? Por que razão causa determinada reação numa pessoa, e noutra algo completamente diferente? Não fazemos ideia de como funciona a música dentro de nós. Se passar por uma janela aberta e lá dentro estiver alguém a tocar piano, a melodia que ouviu não o abandonará jamais.

JOSÉ EDUARDO FRANCO: Considera, então, a música como ‘arte superior’, um pouco como a linguagem *divina* de Pitágoras?

GEORGE STEINER Pois, ainda não sabemos nada acerca disto. Possivelmente chegaremos à conclusão de que é algo químico. A música afigura-se-me como um extraordinário milagre. Os animais são capazes de produzir sons, os pássaros cantam, mas a música considero-a humana, profundamente humana, e não poderia jamais viver sem ela. Mais, o simples facto de poder ouvir música é uma recompensa inestimável – muito embora, como referi atrás, não se deva ler um livro ao mesmo tempo.

BÉATA CIESZYNSKA Voltando ao *Lessons of the Masters*, conte-nos um pouco acerca dos seus mestres, e de si, enquanto discípulo.

GEORGE STEINER Bom, fui muito afortunado. No sistema do Liceu francês tive professores que o eram de facto. Na Universidade também conheci muitas pessoas importantes, no sentido de serem amigos, determinantes no sentido de me terem influenciado. Conheci efetivamente alguns escritores e alguns pensadores, e apenas o estar próximo deles, o poder observá-los, ajudou-me imenso. Referi-me a eles quando escrevi aquela pequena autobiografia, *Errata*. Também tive muita sorte com os meus alunos, ensinei 52 anos e tive a oportunidade de encontrar nesse trajeto alunos muito mais dotados do que eu próprio. Uma grande, grande sorte.

BÉATA CIESZYNSKA Li algures que resistiu muito a ser chamado Mestre. É verdade?

GEORGE STEINER Bom, trata-se na realidade de uma invenção francesa. A designação é extraordinária: “*maître-à-penser*”; mas eu preferiria ser considerado um “*maître-à-lire*”. Na realidade, o que tentei ensinar, a vida toda, foi a ler um pouco. Ler seriamente. Ler com outros. Nas minhas aulas, sentávamo-nos em volta da mesa com um texto para ler e, no final dos sessenta minutos, o objetivo era ter aprendido algumas linhas de cor.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Esse modelo de aula, peculiar, levamos à questão da reforma do sistema de ensino. O modelo de Bolonha que agora enforma as Universidades da Europa. Este projeto de unificação científica e intelectual tem futuro? Que lhe parece?

GEORGE STEINER Devo dizer-vos, antes de mais, que não tenho, em absoluto, autoridade para me debruçar sobre projetos administrativos. No entanto, considero que carecemos de uma cultura que encare a vida intelectual com seriedade. E isso é toda uma empresa que não pode passar por imperativos orçamentais, políticos ou administrativos. É isso, e é tudo. Em França, por exemplo, o intelectual desempenha um papel político enorme, sabe? Sartre, Camus, Foulcaut, Derrière, etc. A cultura é vivida em França como a política do espírito. Na Alemanha há ainda muito respeito, muita reverência e admiração pela *intelligentzia*, pelos académicos; aqui, de todo. Em Inglês, a palavra ‘intelectual’ é um insulto. Por isso vos digo: estas coisas levam tempo.

BÉATA CIESZYNSKA Para finalizar, por curiosidade: conhece a Literatura portuguesa?

GEORGE STEINER Tenho imensa pena de não dominar a língua, o Português. Posso ler Espanhol com o dicionário ao lado, mas Português não – é muito difícil. No entanto, há três escritores portugueses acerca dos quais gostaria de me deter um pouco. A descoberta de Pessoa, do seu acervo, foi avassaladora para mim. Porque a questão da autoria é única, única e muito específica, própria do génio de Fernando Pessoa. Há autores que se dividem em dois, mas em quatro, ou mais... Pessoa é incrível! Tentei a certa altura ler o *Fausto* dele, uma obra que é difícil de entender e que não está nada bem traduzida para Inglês. E pareceu-me, parece-me, que perceber Pessoa é ouvir as vozes dentro de nós. Pessoa é um fenómeno único e inexplicável. Ele, que ouvia mais vozes do que a generalidade das pessoas, é de todas as pessoas e para todas as pessoas. Em segundo lugar, Saramago. *O Ano da Morte de Ricardo Reis* é um dos meus livros prediletos. Leio-o e releio-o, e é sempre um livro maravilhoso. Tive o privilégio de conhecer Saramago, cruzei-me com ele inúmeras vezes; mas não é, quanto a mim, o maior escritor português da atualidade. Para mim, esse é, de longe, António Lobo Antunes. Dizem dele que é demasiado influenciado por Faulkner. Argumento pobre, toda a gente é influenciada por Faulkner, hoje em dia. Já Lobo Antunes, com as suas *Cartas da Guerra*, os seus romances plenos das memórias de Angola, as suas crónicas, é um gigante. Teria algum pudor em me encontrar com ele para o conhecer e, contudo, adoraria conhecê-lo. Creio

que aos grandes é devido aquele respeito de não os fazermos perder o seu tempo – o tempo é-lhes precioso, andam sempre ocupadíssimos, os grandes. Ele é um grande e Portugal não lhe deu ainda o devido reconhecimento. Devia ter ganho o Nobel já há algum tempo, na minha opinião. Mas não aconteceu. Por causa de Saramago... Devia ter acontecido, insisto, deviam ter ganho ambos, em partilha, metade para um, metade para o outro. Mas não está completamente arredado dessa atribuição. Pode acontecer no futuro: está bem traduzido em França, as pessoas leem-no muito, dentro e fora de Portugal; aqui em Inglaterra é praticamente desconhecido; quando pergunto, ninguém o conhece. Leio-o em Francês, sabem? Conhecem-no, porventura? Têm algum tipo de contacto com ele?

BÉATA CIESZYNSKA Infelizmente não. Nada de direto, pelo menos.

GEORGE STEINER Pois, é sempre assim. Têm círculos muito restritos de amizades. Isolam-se muito, os grandes. Mesmo em Lisboa, poucas pessoas privarão com ele. Ainda assim, admiro-o imenso. Para finalizar, o meu último apontamento acerca da Literatura portuguesa tem curiosamente a ver com o fator sorte – neste caso: falta de sorte. Um grande poeta inglês, Roy Campbell, tradutor de São João da Cruz e de Lorca, por exemplo, e que dominava extraordinariamente o Português, anunciou há muito tempo que iria traduzir Camões. Precisamos urgentemente de quem o traduza, até porque Roy Campbell morreu antes de o poder fazer. Temos apenas traduções académicas, por sinal muito más, e precisamos de Camões – falta à nossa cultura Europeia o conhecimento do génio de Camões. Má sorte, como disse. Estas coisas dependem muitas vezes de uma boa tradução, de um bom tradutor.

JOSÉ EDUARDO FRANCO Sem dúvida, e o quanto isso é difícil em Poesia... A Poesia, nomeadamente a de pendor mais interventivo, é uma forma de contestação?

GEORGE STEINER Também é, sim. Não nos esqueçamos de que nunca os poetas tiveram tanta importância, tanto poder, como no meio do horror que foi o Estalinismo. Estaline temia Akhmatóva, tinha-lhe muito, muito medo. Não se atreveu a tocar em Pasternák. O estatuto do poeta, o estatuto do grande escritor, era sagrado; o grande poeta, o grande escritor, intocáveis. A Poesia é o luxo absolutamente necessário. Acabo de definir a Poesia, reparem: o luxo absolutamente necessário. É uma contradição, mas é justamente assim que quero definir a Poesia.



**Dossiê
Temático**

Universidade Uma utopia revisitada

Coordenadores do Dossiê
JOSÉ EDUARDO FRANCO E ANA SIMÕES

The Idea of a University has, in its medieval archetype, an utopian project of humanism and knowledge. The concept of *universitas* advocates setting up a space of freedom to develop the human intelligence potential at the service of truth-seeking by in-depth study and reflection free from shackles and overwhelming prejudices. The University was conceived as an ecumenical space in its nature and mission, considering all people and all paths, though the end was the obsessive search for the meaning. No theory, no doctrine, no philosopher or theologian should be unknown to the University. Its mission was to talk to everyone and admit all in this space of discussion, exchange of ideas and demands. The principle of the University is, therefore, the principle of interdisciplinarity and transdisciplinarity not intended, in its first idea, first forming an expert, but, ultimately, a sage, someone who holds abroad and integrated knowledge.

The Portuguese University in general, and the Univer-

sity of Lisbon in particular, as one of the most ancient European universities, stands on these principles and is, today, an example of growth and development, as well as openness to Europe and to the world.

This *Dossiê Temático*, opened here with this introductory text, intended to highlight the personalities who were more in tune with the original sense of the ideal university. In the four founding colleges of the University of Lisbon established by the republican regime in 1911, we find women and men who knew how to unite the relevant exemplary pedagogy, research, capacity to innovate and be entrepreneurial action both within the University as in the society. Being, therefore, academics in the full sense. Fortunately, the University of Lisbon was, in these one hundred years of history, fruitful in teachers and students who left their mark of progress, knowledge and appreciation of Sciences and Letters in Portugal and often spill over national borders.

Os Cem Anos da (re)fundação da Universidade impõe-nos a obrigação de pensar os fundamentos primeiros do ensino universitário e a sua resistência à erosão do tempo e dos empenhos e desempenhos daqueles que promovem este modelo de formação humana.

A Ideia de Universidade encerra, na sua protogênese medieval, um projeto utópico de humanismo e conhecimento. O conceito de *universitas* propugna a configuração de um espaço de liberdade para desenvolver as potencialidades da inteligência humana ao serviço da procura da verdade pelo estudo aprofundado e pela reflexão liberta de peias e preconceitos avassaladores. A Universidade foi concebida como um espaço ecuménico por natureza e por missão, considerando todos os homens e todos os caminhos, embora o fim fosse a obsessiva procura do Sentido. Nenhuma teoria, nenhuma doutrina, nenhum filósofo ou teólogo lhe deveria ser estranho. Tinha a missão de dialogar com todos e admitir todos neste espaço de discussão, de confronto de ideias e de procuras. A procura da verdade era o fim, por isso todas as verdades deveriam ser tidas em conta, embora depois se propusesse um caminho entre o emaranhado de vias que as doutrinas humanas sempre apontam. Entendia-se que esta liberdade para acolher e para debater era a condição de base em ordem a testar as possibilidades da inteligência humana e colocá-la ao serviço de um ideal de conhecimento universal, onde todos os saberes fossem testados numa relação dialógica e crítica. O princípio da Universidade é, pois, o princípio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade que não pretendia, na sua ideia genésica, formar em primeiro lugar um especialista, mas, no limite, um sábio, alguém que detivesse um conhecimento amplo e integrado.

Sob patrocínio papal criaram-se, há oitocentos anos, os primeiros Estudos Gerais (*Studium Generale*) que estão na base das Universidades, com o intuito de realizar estudos das disciplinas-mestras primeiramente para servir a *economia de sentido* medieval (Teologia e Filosofia), em nome de uma pesquisa/gosto pelo saber que transvasava a outras áreas importantes. Garantia-se assim o desenvolvimento de conhecimentos e preparava-se quadros competentes para qualificar as estruturas da Igreja e do Estado (Direito Canónico e Civil), quer ainda para o bem do homem e da sociedade (Medicina, Astronomia...). No topo estava sempre a função sublime da Universidade que era o ofício de questionamento, reflexão/descoberta, no fundo de abrir caminho. Decorriam daqui outras missões que implicavam o desenvolvimento de saberes e competências em áreas que teriam depois uma aplicação, diríamos hoje, mais prática.

A criação na Baixa Idade Média europeia das universidades é, entre outras criações medievais em que a ciência se deve incluir apesar de muitas vezes olvidada, um dos argumentos que mais fortemente permite desconstruir o mito negro que, desde o período do Iluminismo, se erigiu em torno da “longa noite medieval” como mil anos de obscurantismo e atraso à sombra da Igreja. Não podemos deixar de recordar que o grande historiador da ciência medieval Edward Grant viu na materialização da ideia de universidade um fator central ao entendimento da origem europeia da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII,

notando que esta instituição se encontrava ausente das grandes civilizações chinesa e árabe, então mais avançadas em alguns aspectos que a Europa no que respeitava ao desenvolvimento tecno-científico.

Com efeito, o projeto medieval de Universidade não só perdurou no tempo da Europa Cristã, onde foi gerado à sombra das escolas catedrálcias, canónicas e monásticas, como se globalizou a partir do dealbar da modernidade graças à expansão política, religiosa e educativa europeia, sendo hoje um dos mais prestigiados fatores para medir o progresso dos povos: a existência de ensino universitário com dimensão e qualidade.

A Universidade nasce no momento do regresso à cidade, no contexto do século XII, considerado uma espécie de renascimento dentro da Idade Média, ou um proto-renascimento, com o revigoramento do comércio e o ressurgimento dos burgos, iniciando um movimento contrário ao do início da época medieval: deslocação de populações do campo para a cidade e formação dos primeiros aglomerados urbanos. Cumprirá bem mais tarde uma nova etapa, aliando a investigação científica ao ensino na consecução do sonho humboldtiano, que transformará a Berlim oitocentista num foco imparável de desenvolvimento tecno-científico. Esse movimento centenário de confluência da universidade com a cidade conhece nos nossos dias o seu momento de exorbitação nas megapolises dos países populosos do mundo.

Desde os Estados Unidos da América à China, desde o Brasil à Austrália, desde a Europa à África, a Universidade tornou-se uma instituição global enquanto centro de produção de conhecimento, de creditação de competências, de preparação qualificada para a vida profissional ao mais alto nível. Um país que hoje em dia não tenha ensino universitário, ou que o tenha de forma muito limitada, é um país catalogado nos degraus mais baixos da escala dos países evoluídos.

Realmente a ideia medieval de universidade transformou-se em grelha de creditação do progresso dos povos contraditando a tese, durante muitos anos ensinada nas nossas escolas e que ficou impressa na mentalidade vulgar, de que os medievais em nada contribuíram para o progresso da humanidade.

As universidades mais antigas conhecem o seu nascimento em Bolonha, em Paris, em Oxford, em Cambridge, mas também em Salamanca, em Alcalá de Henares, em Lisboa e Coimbra, prestigiando essas cidades e tornando-as centros de investigação, cultura e reflexão avançados.

O espaço universitário consagrado como espaço de liberdade de pensamento foi em diferentes momentos históricos foco de ideias novas, algumas irreverentes, antissistema, influenciando mudanças e inspirando revoluções. Por isso, este espaço que deveria ser marcado pelo mérito e por uma relação tutelar de aprendizagem de tipo Mestre-Discípulo foi também fonte de preocupação para os detentores do poder. Por isso, se a universidade nasceu livre, também viveu tentada pelo poder e foi objeto sucessivo de tentativas de controlo e de condicionamentos vários. Foi muitas vezes instrumentalizada, orientada por interesses que eram alheios ao seu ideário fundador. Se assim foi em vários períodos dos longos séculos de vida da universidade,

assim continua a ser nos dias de hoje.

Se o princípio da utilidade deveria estar num dos patamares mais baixos das preocupações da universidade, também é certo que o modelo de ensino universitário tem sido, especialmente nos últimos anos, assaltado por um ideário utilitarista que corre o risco de esvaziar o nobre fim para que foi criada a universidade enquanto espaço de cultivo livre e desinteressado do conhecimento, da reflexão para que daí brote o maior serviço que pode advir para uma sociedade: o serviço da sabedoria, da descoberta, do questionamento e revisão de paradigmas, que não se mede pela ditadura da quantidade, da estatística que hoje tende a vigorar e condicionar todo o trabalho universitário.

Na comemoração dos cem anos da (Re)fundação da Universidade de Lisboa (pois a Universidade Portuguesa foi fundada em primeiro lugar em Lisboa nos anos de 1288-90, partilhando depois entre Coimbra e Lisboa conforme a perspetiva do poder político para a sua melhor sede), a reflexão sobre o papel e lugar da Universidade impõe-se como nunca no momento presente. A mega reforma europeia do ensino superior promovida na sequência do Acordo de Bolonha pretendeu efetivar um verdadeiro sistema universitário europeu cuja investigação reinventada fosse o cerne de futuras inovações tecno-científicas, fortemente cooperante com a indústria, capacitando os seus estudantes de uma sonhada mobilidade total, discriminando positivamente os seus melhores professores e, finalmente, trazendo a vantagem adicional de vir a tornar-se um concorrente temível do sistema americano. A ênfase na inovação fez-se acompanhar da obsessão pela avaliação. Tudo passou a ser avaliado quantitativamente: professores, ensino, investigação, serviços, e as próprias universidades, que ficaram reféns de uma hierarquização supostamente objetiva. Ao fim e ao cabo, a reforma de Bolonha veio, afinal, realizar um poderoso desvirtuamento da ideia fundadora da Universidade, impondo a primazia do princípio de utilidade em detrimento do princípio de liberdade e decretando condições restritivas de um caminho que deveria ser longo em busca da reflexão aprofundada e do conhecido ponderado. Formar de forma mais rápida e flexível profissionais especializados para atender às necessidades nunca satisfazíveis do mercado de trabalho é agora a meta única designada politicamente para a Universidade. Corremos um sério risco de tornar apenas as universidades em meras escolas de formação profissional, perdendo a dimensão heurística do tirocínio universitário.

A política concubinou-se com o universo científico e pedagógico para servir interesses imediatistas, donde urge recuperar o sentido primeiro da ideia da Universidade contra o perigo de se querer “empresariá-la”, isto é, torná-la numa linha de montagem para conferir graus, competências e vender quadros com saberes micro-especializados ajustados aos setores produtivos das sociedades hodiernas.

Esta massificação do modelo do ensino universitário, aproveitando o valor-património mitificado nos seus graus de creditação de competências, está a banalizar e a nivelar por muito baixo aquilo que era especial, nobre e criador de um saber distinto e avançado. Em nome do igualitarismo está a desvalorizar-se o mérito, em nome da democracia,

está abrir-se as portas à mediocridade e ao facilitismo.

Assim, pensamos que a correção desta tendência-moda que hoje invade o mundo universitário passa pela distinção clara e cada vez mais acentuada entre instituições de Ensino Superior e Universidades, como defendeu de forma acutilante, ao lado de outros autores, Fernando Cristóvão no extraordinário texto-reflexão que escreveu para este dossiê e que assinala os cem anos da fundação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vale a pena citar aqui este manifesto em favor da verdadeira vocação do universitário:

“Sempre imaginei a Universidade como uma instituição de Mestres e Discípulos muito na tradição de sua génese, embora evoluindo em função dos tempos modernos e incorporando, permanentemente, novos saberes. Comunidade essa voltada para a ciência, fundamentalmente entendida como arte de pensar, e estreitamente ligada ao ideal humanístico do *homo humaniorem redere* que transmutava o saber em sabedoria”.

A confusão entre ensino universitário e ensino superior está, sem dúvida, a enfraquecer gravemente a função original da universidade, donde, como defende Fernando Cristóvão preocupado com o diagnóstico de René Guénon sobre a “ditadura da quantidade” que subjuga as universidades hodiernas e o peso do ideário de Bolonha, a Universidade só se represtigiará se ficar novamente e “unicamente para os que se querem dedicar à investigação científica e à reflexão sobre as grandes questões do saber”.

Este dossiê temático que aqui inauguramos com este texto de introdução, e que se faz acompanhar de um importante texto sobre a Universidade de Lisboa da autoria de Luís Salgado de Matos e de outro não menos interessante sobre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa da autoria de Fernando Cristóvão, pretendeu destacar as figuras que mais em sintonia tiveram com o ideal primigénio da Universidade. Nas quatro faculdades fundadoras da Universidade de Lisboa instituída pelo regime republicano no ano de 1911, encontramos mulheres e homens relevantes que souberam unir de forma exemplar a pedagogia, a investigação, a capacidade de inovar e intervir de forma empreendedora tanto no seio da Universidade como na sociedade em geral. Foram, portanto, universitários em sentido pleno. Felizmente a Universidade de Lisboa foi, nestes cem anos de história, profícua em professores e alunos que deixaram marcas de progresso, sabedoria e valorização das Ciências e das Letras em Portugal e muitas vezes extravasando as fronteiras do país.

Com estilos variáveis, intimistas ou reflexivos, com detalhe dependente da projeção pública dos universitários selecionados ou do conhecimento que o público tem deles, reflexo em parte duma cultura mediática ainda dominada pelas humanidades face às ciências, apresentamos no que se segue uma seleção ilustrativa da variedade, alcance e profundidade das intervenções propostas. Pois não há programas científicos para a universidade no seu conjunto que se possam impor de cima ou se materializem só por si. As universidades são feitas por pessoas e são estas que, afinal, os moldam e lhes dão corpo. Sem universitários não há universidade. Mas só em certos momentos da vida universitária, a consonância de propósitos estratégicos cria siner-

gias entre os vários grupos de intervenientes, que elevam a universidade a patamares de intervenção exemplares. É deste ponto de vista que a seleção apresentada deve ser entendida.

Para acompanhar a génese e primeiros passos da Universidade de Lisboa, indissolivelmente ligada à implementação do ideário republicano, não podíamos deixar de referir os percursos marcantes de republicanos como Teófilo Braga (1843-1924) e Afonso Costa (1871-1937).

Se metaforicamente foi o corpo da nação que os republicanos pretenderam curar, não é de estranhar que figuras destacadas da geração de 1911 incluíssem um grupo de médicos que modernizaram a medicina portuguesa e a representaram ao longo da primeira metade do século XX. Referimo-nos aos professores da Faculdade de Medicina de Lisboa Marck Athias (1875-1946), fundador de uma verdadeira escola de investigação em medicina experimental que viria a fornecer o paradigma a seguir por muitos outros jovens em diferentes áreas de trabalho, Celestino da Costa (1884-1956), também diretor da Junta de Educação Nacional e da sua sucessora, o Instituto de Alta Cultura, as primeiras instituições de apoio à investigação científica em Portugal e, finalmente, Francisco Gentil (1878-1964), o médico que presidiu à criação do Instituto Português de Oncologia. Entre os assistentes de Marck Athias, encontra-se Raul de Carvalho (1880-1980), o primeiro doutorado da Faculdade de Farmácia. Finalmente, não poderíamos deixar de analisar as contribuições de outros representantes de uma elite médica de preocupações sociais e políticas, entre os quais se encontram o Prémio Nobel da Medicina, Egas Moniz (1874-1955), ou, mais tarde, Miller Guerra (1911-1997), aluno deste último, político e médico para quem a componente social da medicina foi o reflexo de uma verdadeira cidadania.

Apesar de os primeiros anos das Faculdades de Ciências terem sido anos de reivindicação de um espaço institucional que, tanto ao nível educacional como profissional, teve que se afirmar contra a oposição das poderosas classes dos médicos e dos engenheiros, não deixa de ser curioso notar que foi no Instituto Bento da Rocha Cabral, que corporizou o ideário dos médicos da geração de 1911, que alguns futuros professores da Faculdade de Ciências lançaram os seus programas de investigação. Entre eles destacamos o bioquímico Kurt Jacobsohn (1904-1991). Com efeito, desde o início da Faculdade de Ciências a investigação científica foi considerada como o principal elemento que a distinguia da Escola Politécnica e essa foi sempre a posição do matemático Pedro José da Cunha (1867-1945), um dos três reitores cientistas da Universidade de Lisboa no período da Primeira República. Assim, todos os professores cientistas selecionados pugnaram pela implementação de uma nova prática de investigação, ainda que sofrendo a oposição de muitos dos seus colegas. Referimo-nos a Manuel Valadares (1904-1982) que transformou o Laboratório de Física no primeiro centro de investigação física em Portugal, Carlos Teixeira (1910-1982), o introdutor da

geologia de campo no seio da faculdade, Flávio Resende (1907-1967), um botânico inconformista apaixonado pela citogenética e, finalmente, José Pinto Peixoto (1922-1996), o primeiro doutorado em ciências geofísicas e investigador da física do clima.

A investigação científica esteve periodicamente associada ao desenvolvimento de novas áreas disciplinares ou à inovação metodológica no seio de diferentes faculdades da universidade. Sedas Nunes (1928-1991) delimitou o espaço disciplinar das ciências sociais e, muito particularmente da sociologia. Na Faculdade de Letras, Leite de Vasconcelos (1858-1941) fê-lo para a arqueologia e Orlando Ribeiro (1911-1997) reformulou metodologicamente a geografia. Ao nível da inovação no ensino relevamos, no que segue, a obra de Vitorino Nemésio (1901-1978) e do Padre jesuíta Manuel Antunes (1918-1985).

Nunca foi fácil às mulheres afirmarem-se num mundo de homens, independentemente da sua área de trabalho. Assim, optámos por dar voz a algumas académicas que aqui representam todas as que, de uma maneira ou de outra, deram corpo à Universidade de Lisboa. Recordamos Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925), a primeira professora da recém fundada Faculdade de Letras logo a seguir à implantação da República, Branca Edmée Marques (1899-1986), uma das primeiras beneficiárias das bolsas da Junta de Educação Nacional, que se doutorou com Marie Curie em 1933, e que viria a ser a primeira catedrática do Departamento de Química da Faculdade de Ciências e, finalmente, Isabel Magalhães Colaço (1926-2004), primeira doutorada e primeira catedrática da Faculdade de Direito.

Desde sempre, atravessando diferentes regimes políticos, da ditadura à democracia, professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ocuparam lugares de relevo na política nacional, participando de forma marcante na construção do seu país. Entre eles destacamos naturalmente no período do Estado Novo Marcelo Caetano (1906-1980), Paulo Veríssimo da Cunha (1908-1986), Manuel Cavaleiro de Ferreira (1911-1992) e Galvão Telles (1917-2010) e, já no período da democracia, Palma Carlos (1905-1992) e Sousa Franco (1942-2004).

É este património de conhecimento e ação pedagógica herdado pela Universidade de Lisboa que hoje permitirá fortalecer a ideia da universidade do futuro sonhada pelo atual Reitor António Nóvoa: uma “universidade organizada através da ideia de criação, cultural, científica e pedagógica”.¹ ▼

¹ Citado num artigo de João d’Espiney, “Centenário: Um século depois da fundação, o que se pode esperar da UL no futuro?”, in *Público*, 20 de Março de 2011, p. 14.

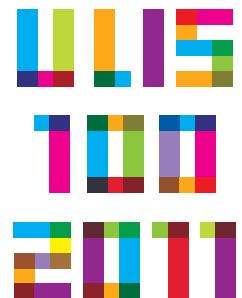
A Universidade de Lisboa

Uma Breve Visão Estratégica das Suas Relações com o Estado

A Universidade de Lisboa foi estabelecida logo no início da República, por decreto assinado a 22 de Março de 1911, e publicado na folha oficial a 24, o que sugere a deliberada exclusão de qualquer simbolismo cósmico, pois 21, a véspera, fora o primeiro dia da primeira primavera republicana; o mesmo diploma estabelecia a Universidade no Porto e tratava com abundâncias das bolsas de estudos. A Universidade de Lisboa foi estabelecida ou restabelecida? O presente texto ignora semelhante questão. Os republicanos quiseram dar à (re)fundação o valor de um símbolo; com efeito, a Universidade do Porto só dias depois foi instituída. O símbolo estava ligado ao papel político que então era atribuído à Universidade: era vista como elemento decisivo nos processos de afirmação do Estado e da nação. Por isso, e porque um exemplo basta, a Lei da Separação do Estado da Igreja de 20 de Abril de 1911 proibiu o clero português de se diplomar em universidades romanas, por suspeitar do patriotismo dos sacerdotes assim formados e ver nessa suspeita uma ameaça.

A Monarquia Liberal tinha instituído estabelecimentos de ensino superior em Lisboa e no Porto. Assim, na capital, funcionavam as Escolas Médico-Cirúrgica e Politécnica, bem como o Curso Superior de Letras. Mas a Universidade só em Coimbra era autorizada; este monopólio impopularizava-a junto dos republicanos, o que foi agravado pela repressão monárquico-conimbricense à greve estudantil de 1907; António José de Almeida, que no Governo Provisório era ministro do Interior e, nesta qualidade, responsável pelo ensino, ganhara fama de ser inimigo da vetusta universidade; a lenda narrava que, como Catão pregara aos romanos a destruição de Cartago, teria afirmado sobre a Lusa-Atenas: “Delenda est”. Anos depois, em 1 de Dezembro de 1919, na abertura das aulas da vetusta universidade, ainda António José foi forçado a negar a reputação de ser seu “adversário” (“Afonso Costa Universitário”).

Este preâmbulo corre o risco de ser lido como a implícita confissão que os republicanos tinham querido inserir um gene partidário no código constitutivo da Universidade de Lisboa. Nada de mais errado. Queira o leitor atentar no seguinte exemplo: os professores da nova Universidade resolveram eleger reitor António José – o ministro (re)fundador; e a 17 de Julho de 1911, *A Capital*, um diário republicano bem-pensante, censurou a escolha, não do homem mas do ministro, qualificando-a de “velhos costumes”. Assinalemos ainda que numerosos juristas monárquicos foram nomeados professores da Faculdade de Direito de Lisboa, o que seria contraditório com um projecto de domínio por um ou vários partidos políticos do 5 de Outubro. Os republicanos queriam, sim, em Lisboa uma Universidade científica no sentido que o positivismo dava à expressão e o seu lema, *Ad Lucem* (para a luz), não enfeitava uma espiritualidade de matriz maçónica ou iluminista; o espírito da Universidade de Lisboa opunha-se ao da monárquica, a de Coimbra, que espelhava as trevas e as espalhava, mas não era um espírito partidário num sentido estrito da expressão. A universidade de Lisboa seria moderna, a conimbricense arcaica; por isso, na capital não havia praxe académica, uma herança da Idade Média.



Comemorações
dos 100 Anos
Universidade de Lisboa

A Universidade de Lisboa nasceu como uma universidade latina do princípio do século XX; quanto aos títulos, dava um bacharelato de três anos e uma licenciatura, por vezes confundida com o doutoramento, de cinco. Quanto às unidades básicas, seguiu o padrão da época, assente na Faculdade: a Escola Médico-Cirúrgica foi desdobrada nas Faculdades de Medicina e de Farmácia; o Curso Superior de Letras passou a Faculdade das ditas; a Escola Politécnica tornou-se Faculdade de Ciências; foi estabelecida de raiz a Faculdade de Estudos Sociais e de Direito, que só em 1913 arrancaria – e que se limitaria ao direito e a algumas disciplinas de economia. A investigação estava inserida de modo orgânico no ensino, e só por excepção foi dotada de órgãos próprios; era por isso reduzida. A Universidade gozava de um foro próprio, que o governo devia respeitar, e estava dotada de autogoverno, dentro das suas atribuições. Parece ter sido nula, ou diminuta, a influência sobre Lisboa do modelo germânico, que os republicanos portugueses por certo conheciam, mais que não fosse pela influência que tivera em França, através de *Sciences Po* e do ensino informal de Lucien Herr, na biblioteca da *École Normale Supérieure*, em Paris.

A Universidade de Lisboa afirmou-se com rapidez. Em 1911/12, o seu primeiro ano lectivo, tinha 211 alunos e a de Coimbra 475, mais do dobro. O número de alunos era o melhor critério de avaliação da força de uma universidade escolarizante, tendencialmente gratuita, com investigação científica subsidiária e quadros docentes fixados por lei. Em 1916-1917, a Universidade de Lisboa tinha 935 alunos e a da Lusa Atenas 1382; em cinco anos, passara de menos de metade para mais de dois terços do número de alunos; em 1931, Lisboa já ultrapassara Coimbra em efectivos discentes: ostentava 2544 contra 1779 alunos; o número de estudantes de Direito era também superior em Lisboa (643 contra 542). Escolhemos o ano de 1931 porque já estamos então em plena Ditadura Nacional: se o crescimento da Universidade de Lisboa fosse devido ao favoritismo da 1ª República, cinco anos de Estado Novo teriam bastado para inverter essa tendência. Mas não inverteram. A nova Universidade crescia devido aos seus próprios méritos científicos e pedagógicos, apoiados na demografia e no peso social da capital (*Anuário Estatístico de Portugal*).

O novo regime republicano preferira as Faculdades lisboetas para formar os seus mais altos quadros políticos; com efeito, na Monarquia Liberal 55% dos ministros tinham estudado em Coimbra e 43% em Lisboa, na 1ª República estas proporções inverteram-se: os ministros coimbricenses desceram para 46% e os lisboetas subiram para 55%; porém, a subida mais acentuada era a dos licenciados da Universidade do Porto, que saltaram de 1% para 6%, mas eram uma proporção reduzida, pois, com a Técnica de Lisboa, ela era a menos dependente do Estado; a percentagem de estudantes de universidades estrangeiras baixou um pouco, de 4% para 3%, valores pouco acima do irrisório (Almeida; Pinto, 2006, quadro nº 1. 8 c; o total deste quadro conta o número de diplomas e não o número de diplomados; como mais de um diplomado obteve diplomas de mais do que uma universidade, o total é superior a cem).

Acabamos de ver que a Universidade de Lisboa dependera da República. Mas a República era o Estado. Ora “a Universidade, tradicionalmente, formava os dirigentes do Estado” e por isso sempre dependera dele. O Infante D. Pedro, na célebre carta de Bruges ao Rei D. Duarte, depois de lhe sugerir que reformasse a Universidade, apontava-lhe as vantagens dessa reforma: “além disto se seguiria que vós acharíeis letrados para oficiais de Justiça, e quando alguns vos desaprouessem teríeis donde tomar outros, e eles temendo-se do que poderia acontecer serviriam melhor e com mais diligência. Esta dependência mantém-se e renova-se no caso da Universidade de Lisboa (*Livro dos conselhos* ..., 1982, p. 29, actualizámos a ortografia e o léxico; citado em Matos, 1999, 7.1.5.1. O papel estratégico da Universidade; ver também 9.3.4. A Universidade).

Os militares do 28 de Maio de 1926, fundadores do Estado Novo, procuram a regeneração de Portugal na Universidade – na de Coimbra em particular, particularidade que não aprofundaremos; vão lá buscar as “competências”: Manuel Rodrigues, Mendes dos Remédios, Oliveira Salazar. O Estado Novo introduziu uma alteração substancial na relação entre o Estado e a Universidade. Até 1926, o Estado recorria à Universidade para ter um pensamento próprio, independente da Igreja Católica; a partir de 1926, o Estado recorre à universidade para fundamentar o seu poder. Salazar, o primeiro chefe de Governo da constituição de 1933, chamou a atenção para esse novo papel, a 28 de Janeiro de 1934, num

momento de relevância tática, o lançamento da Acção Escolar Vanguarda, a organização de mocidade do regime: “vê-se o Governo quasi exclusivo do professorado superior”; em Maio de 1959, sublinhou, com mais clareza: “lá fora, [...], chamam-nos uma ‘ditadura de doutores’, não depreciativamente” mas sim para exprimir o papel dos universitários (*Discursos*, I, p. 302; V, p. 71). Como a ciência não é por natureza democrática, Salazar convocava-a para ser um dos fundamentos da autocracia.

O que colocava problemas particulares à Universidade de Lisboa: o autocrata era professor em Coimbra, a Universidade da capital tinha a reputação de ser republicana, seria lógico que fosse sacrificada aos novos césores. A crise da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1928, já no Estado Novo mas à margem de Salazar, é reveladora desta conjuntura: o Governo extinguiu-a, por a julgar uma criação esquerdista de Afonso Costa. Mas o Governo do Estado Novo foi obrigado a restabelecê-la pois o peso da capital impunha uma escola jurídica. O episódio, porém, revelou que a tática estatal continuava a jogar em relação à Universidade de Lisboa. Embora o Estado Novo pareça ter nascido ligado à universidade de Coimbra, foi a lisboeta – então apenas a de Lisboa e a Técnica –, que satisfizesse as suas necessidades de quadros licenciados, de gestores públicos, de ministros. De quadros licenciados, em primeiro lugar. Entre 1931 e o 25 de Abril, a Universidade de Lisboa formou entre um mínimo de 46% e um máximo de 49% dos licenciados das universidades portuguesas; eram valores muito significativos. De quadros de administração superior, a seguir. Um estudo dos responsáveis máximos de direcções-gerais e organismos públicos entre 1933 e 1974 permite verificar que a Universidade de Coimbra tem a maioria relativa em 1933/1944 (34%), contra 25% de Lisboa e 32% da Técnica; mas no período seguinte, de Setembro de 1944 a Julho de 1958, Coimbra baixa para 27%, Lisboa sobe para 36% e a Técnica baixa para 25%; a Universidade de Lisboa manter-se-á à frente da de Coimbra até ao 25 de Abril mas, no governo de Marcelo Caetano, a Técnica de Lisboa é a maior fornecedora de administradores de topo do sector público (era o apogeu dos “tecnocratas”). De quadros ministeriais, por fim. De 1926 a 1933, a universidade de Coimbra forneceu apenas 28% dos ministros, contra 69% de oriundos das universidades lisboetas. De 1933 a 1974, Coimbra forneceu 36% dos ministros e Lisboa 66%. Fosse qual fosse o critério, as Universidades lisboetas estavam à frente e a Universidade de Lisboa, a que nos ocupa, era a maior do país em quase todos os períodos e para quase todos os empregos (*Anuário Estatístico de Portugal*; Almeida; Pinto, 2006, p. 39 – quadro 1.8c; dirigentes máximos da Administração Pública: são conhecidas as proveniências universitárias de cerca de quatro quintos em 1933-1944, dois terços em 1944-58, um pouco mais de metade em 1958-68 e um pouco menos de dois terços em 1968-1974; ver gráfico – Peso das Universidades nos Organismos do Estado, 1933-1974 em Matos, 1999).

Regressemos aos anos 1930. Mau grado o Estado Novo, os professores da Universidade lisbonense, formados na época liberal, continuavam a gozar da liberdade de ensinar e do alto das suas cátedras defendiam princípios de democracia representativa, e outros, que desagradavam ao Estado autocrático. A cátedra desfrutava de uma enorme e imediata influência na tática estatal, pois as teses nela expandidas logo circulavam pelos cafés e salões lisboetas, onde era feita a opinião. O Governo precisava portanto de atemorizar os professores opositoristas e castigar alguns era para ele o modo mais simples de alcançar esse objectivo. Por isso, na purga de 1935, a Universidade de Lisboa foi contemplada com particular generosidade. A nota oficiosa anunciando demissões de funcionários públicos, que o Governo mandara publicar na imprensa, a 16 de Maio daquele ano, incluía vários docentes da Universidade de Lisboa: Adelino da Palma Carlos, Aurélio Quintanilha, Manuel Rodrigues Lapa, Álvaro Isidro de Faria Lapa, Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, que não era professor mas era chefe da secretaria da Faculdade de Direito de Lisboa. Entre os demitidos, figuravam docentes de outras universidades, mas em menor quantidade e com menor distinção. Estas demissões coincidem com a publicação da lei contra as associações secretas, que como é sabido visava sobretudo a maçonaria.

Esta purga parece ter obedecido ao princípio do “ótimo repressivo” (Hermínio Martins, 1968, p. 45) e deixou em aberto um problema que o Estado Novo teve que enfrentar. No imediato pós Segunda Guerra Mundial, a Universidade de Lisboa voltou a ser purgada, em 1946 e 1947. Em Outubro de 1946 são demitidos, por confessadas razões de tática estatal, dois respeitadores professores da Universidade Técnica de Lisboa, Mário de Azeve-

do Gomes (do Instituto Superior de Agronomia), que fora ministro da Primeira República, e Bento de Jesus Caraça (de Económicas), fundador da colecção Cosmos e próximo da extrema-esquerda. O *Diário da Manhã*, o jornal do partido único, a União Nacional, publica a notícia das demissões a 9 daquele mês; cai tão mal na opinião pública, mesmo situacionista, que a 17 o diário situacionista tem que vir defender a tese que o acto do governo “não é atentatório da função docente” mas “sanção por actos de indisciplina completamente estranhos a ela”.

A 15 de Junho de 1947, uma nota oficiosa do governo anuncia que, numa reunião do Conselho de Ministros, a qual teria sido realizada na véspera, haviam reformado compulsivamente, ou demitido funcionários, quando não tinham direito a reforma, ao abrigo do decreto nº 25317, de 13 de Maio de 1935; os contratos de assistentes tinham sido rescindidos; as razões são de tática estatal; foram então escorraçados onze militares e 21 docentes universitários; entre estes, estão médicos consagrados, como Celestino da Costa, Pulido Valente, Fernando da Fonseca, Cândido de Oliveira ou jovens como Luís Dias Amado; matemáticos como Orlando Morbey Rodrigues, José Cardoso Morgado; físicos como Manuel Valadares ou Armando Gibert, cientistas da natureza como Flávio Resende ou Torre da Assunção; entre outros. A maior parte dos demitidos era formado por docentes das Universidades de Lisboa e Técnica; um único era de Coimbra, o Prof. Mário Silva, de Ciências, além de André Crabée Rocha, ainda assistente; a nota não anunciava a demissão de nenhum docente do Porto, mas houve demissões que não constavam da dita nota. A Sociedade Portuguesa de Matemática passou a ser submetida à fiscalização policial, sem que daí tenham resultado visíveis benefícios para aquela ciência. A longa nota oficiosa teorizava sobre a falhada revolta militar do 10 de Abril de 1947, a qual, demonstrando que nem toda a força armada apoiava o governo, exigia simétrica impureza na Universidade, para que ela não se avantajasse à tropa no dispositivo do regime. A nota propunha-se retirar a “liberdade” de os professores ensinarem quando “estejam em perigo os indestrutíveis fundamentos éticos e políticos da nação” (pelos vistos destrutíveis) ou se essa liberdade for “utilizada contra o próprio Estado” ou ainda para explorar “as ansiedades e indecisões da mocidade para fins que são estranhos à sua preparação e formação e que gerem ódios em vez de equilíbrio e disciplina”. Como o Estado Novo identificava os interesses do Estado com os do Governo – aliás os professores tinham sido demitidos sem processo disciplinar –, estas normas traduziam o propósito de subordinar a Universidade aos interesses do Governo; o carácter emotivo e vago dos ilícitos favorecia a concretização discricionária dos objectivos governamentais. O título do *Diário de Lisboa* sublinhava o ataque à universidade, pois anunciava a demissão de “oficiais e professores”; o título era a única dimensão própria que a censura prévia administrativa autorizava ao jornal.

A purga revelava a reabertura da questão que opunha o Estado à Universidade de Lisboa. Em 1946, Santos Costa, militar responsável ministerial pela Guerra, propôs que as comemorações do vigésimo aniversário do 28 de Maio decorressem na Universidade de Coimbra, entretanto reconstruída, e de onde tinham vindo “os homens e os princípios”. A ofensiva contra a universidade de Lisboa ia de par com uma tutela militar sobre a universidade. A 11 de Fevereiro de 1949, *A Voz*, um diário monárquico situacionista, publica o texto integral do discurso de Santos Costa em Elvas, informando os leitores que tal texto não lhe fora comunicado antes: “o ensino em Portugal, especialmente o ensino superior, atravessa uma crise cuja gravidade não pode ser desconhecida; a Universidade produz “jovens corrompidos na sua consciência portuguesa”. Parecia estar aberto o conflito entre duas instituições fundadoras do Estado Novo, a Universidade e o Exército, pois Santos Costa não representava a Marinha. A querela entre os militares e a Universidade arrastar-se-á durante os anos seguintes. Marcelo Caetano, que é catedrático de Direito em Lisboa, começa então a censurar o partido militar do Estado Novo, posicionando-se como defensor da Universidade e de um Estado Novo não militarista; este episódio antecipa a sua demissão como reitor da Universidade de Lisboa, na crise universitária de 1961-1962, e prefigura a sua reputação de liberal, que lhe facilitará a nomeação como Presidente do Conselho, em 1968, aquando da morte política de Oliveira Salazar.

O pormenor da descrição anterior era necessário para o leitor moderno se aperceber da espessura da autocracia sobre a instituição universitária. Durante o Estado Novo, a Uni-

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: P. B. X. 2 0271, 2 0272, 2 0273
ENDEREÇO TELEGRAFICO: DIBOAREDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 e 43 — LISBOAPRÓPRIEDADE DA RENASCENÇA GRAFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.ºEDITOR — JOAO CHRISOSTOMO DE SA
NUMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

Foi dado o nome

de «Santa Cruz»

ao novo quadrimotor dos T. A. P.

A' cerimonia assistiu

o almirante Gago Coutinho

Integrada nas comemorações do 25.º aniversário da viagem aérea ao Brasil, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, realizou-se hoje de manhã, no Aeroporto de Lisboa, a cerimonia do baptismo do quadrimotor «Santa Cruz», homenagem da Aviação Civil aos aviadores da 1.ª travessia aérea do Atlantico Sul, com a presença do sr. almirante Gago Coutinho e comandantes e oficiais das aeronauticas militar, naval e civil.

Pelas 10 e 30, chegou ali o sr. almirante Gago Coutinho, que acompanhado do sr. coronel Carlos Magalhães, foi recebido, á entrada do hangar, pelo sr. brigadeiro Alfredo Sintra, director geral da Aeronautica Civil.

Ali, encontravam-se, entre outras individualidades, os srs. almirantes Oliveira Pinto, superintendente dos serviços da Armada, e Alfonso de Cerqueira; capitão de fragata Paulo Viana e comandante Ferreira da Silva, respectivamente, director e subdirector da Aeronautica Naval; capitão-tenente Cardoso de Oliveira, comandante da Escola de Aviação de Aveiro, capitão-tenente Gomes Namorado, chefe do Estado Maior das Forças Aereas da Armada; comandante Jaime do Inso; brigadeiro Craveiro Lopes, tenente-coronel Frederico Costa e major Francisco Chagas, do Estado Maior da Aeronautica Militar; coronel Alvaro da Fontoura, c. Amaro Martins, que representava os srs. directores geral das Alfandegas e da Alfandega de Lisboa; tenente-coronel Costa Macedo, segundo comandante da Base do Sintra; majores Amado da Cunha e Duval Portugal; engenheiro Manuel Bivar, comandante José Cabral, director da T. W. A., D. José Saldanha e Carlos Bleck, directores da C. T. A., tenente Manuel Gouveia, etc.

Entre as referidas pessoas, que foram recebidas pelo sr. tenente-coronel Beja, director do aeroporto, destacavam-se muitas senhoras.

Após os cumprimentos ao heroico aviador, o sr. almirante Gago Coutinho, seguido do elemento offical, deixou o hangar e dirigiu-se para a frente do «Santa Cruz», onde se encontravam formadas as tripulações dos Tran-ports Aereos Portuguezes.

Ladeavam o quadrimotor os aviões da Aero Postagusa e da C. T. A., com as suas respectivas tripulações.

Fala o brigadeiro Sintra

O sr. brigadeiro Alfredo Sintra, na presença de todos e dirigindo-se ao sr. almirante Gago Coutinho, começou por dizer que, há 25 anos, num fragil avião, levando pintadas nas asas as memórias cruces de Cristo que sempre acompanharam as nossas travessias nos descobrimentos, dois officais da nossa Marinha de Guerra, mantendo a tradição da raça, concluíram a 1.ª travessia do Atlantico Sul, deslocando-se das águas do Tejo, junto à Torre de Belém para amarrar na baía de Guanabara.

—É devido aos heroicos Gago Coutinho e Sacadura Cabral—diz—que temos o orgulho de dizer hoje que fomos nós, portugueses, os primeiros e, portanto, os pioneiros da rota aérea ligando Portugal ao Brasil.

Depois de lembrar a fragilidade do aparelho e as suas deficiências, como pouca capacidade de gasolina e falta de aparelhos de rádio, e que os aviadores só dispunham então do corrector, de ramos e do sextante da sua invenção, recordou como os intrépidos Gago

(Continua na 8.ª pag)

O Governo resolveu

afastar do serviço efectivo
por motivos de ordem pública
alguns officais e professores

Foi comunicada á imprensa a seguinte nota officiosa do Conselho de ministros:

«O Governo tinha há muito exacto conhecimento dos maneios revolucionários em que andavam envolvidos alguns conspiradores profissionais.»

A ultima guerra, com o natural acervo de paixões que em toda a parte despertou e desenvolveu, trouxe aos fomentadores de desordem algumas esperanças, pelo que a sua actuação chegou por vezes a atingir sensível intensidade.

Serviú em certo momento de pretexto a

(Continua na pag. central)



A menina Miriam Gomes de Araujo cortando o fio que prendia a bandeira nacional. Ao lado, vêem-se os srs. almirante Gago Coutinho e brigadeiro Sintra

Macau sofre o reflexo

dos problemas da Asia
mas nenhum perigo novo
nesta ocasião se revela
— diz-nos o bispo daquela colónia

Telegramas vindos do estrangeiro e palavras proferidas, há dias, pelo sr. ministro das Colónias, ao receber a delegação macaense que vai a Roma tomar parte nas comemorações da canonização do beato João de Brito puseram a imprensa e algumas outras individualidades

perante certos aspectos dos problemas em curso na longueta Macau.

Ningum melhor que o sr. bispo de Macau, chegado há dias do Extremo Oriente, como chefe eclesiástico da missão macaense que vai a Roma nos poderia esclarecer. Viajante incansável nessa China distante de nós pelo espaço e pelos valores psicologicos que a informam, D. João de Deus Ramalho vai, portanto responder, mais adiante, a algumas perguntas.

Antes, porém, talvez seja interessante recordar o pé em que se levantou agora, com verdadeiro caracter episódico, um problema que, afinal, é centenario muitas vezes...

Como nos veio a posse de Macau

Macau não é uma conquista. Os portugueses estabeleceram-se ali, desde 1557, fazendo apostolado, comerciando com os chineses no melhor pé de entendimento, nesse tempo em que, mais do que hoje, o Pacifico bordieja de terras, era campo de pirataria. E cada vez, que os portugueses—apesar de os seus fins pacificos, pelos vistos bem armados—suavizaram os chineses a expulsar uma investida de piratas, como premio lhes foi oferecida a terra em que viviam.

Leopoldo II, quatro séculos mais tarde, oferecendo á Bélgica o Congo adquirido pela sua bolsa, não foi nem mais original nem mais constitucional...

Desde esse ano, Macau era português e,

(Continua na pag. central)

Este numero foi visado
pela Comissão de Censura

As tropas da Mongólia já retiraram da provincia chinesa de Sinkiang

XANGAI, 15.—As tropas da Mongolia Exterior que atacaram Peitasham, a cerca de 300 quilómetros para cá da fronteira noroeste da provincia de Sinkiang, retiraram em 8 de Junho, depois de quatro dias e quatro noites de combates. Esta informação foi transmitida pela agencia noticiosa central chinesa, que acrescenta que foram mortos 30 soldados mongols e um offical, e que as tropas governamentais apreenderam grande quantidade de armas e equipamento. Constatava que o ataque a Peitasham fora apoiado por quatro aviões com distintivos russos e que principiou no dia 4 de Junho. Foi um regimento de cavalaria que realizou o ataque á cidade. Na sexta-feira, a agencia official russa desmentiu a noticia de que aviões com distintivos sovieticos tivessem tomado parte na luta.—(R.)

A guerra civil na China

Uma vitória dos nacionalistas
NANQUIM, 15.—O informador do generalissimo Chang-Kal-Chek annunciou que as tropas nacionalistas chinesas infligiram um duro castigo ás forças comunistas, que tiveram mais de 2.000 mortos e elevado numero de feridos. Os nacionalistas fizeram mais de 1.500 prisioneiros. O mesmo informador acrescentou que outros 1.000 comunistas chineses se encontram cercados.—(United Press).

O Partido do Congresso

aceitou o plano britânico para a independência da India
NOVA DELHI, 15.—A comissão executiva do Partido do Congresso aprovou hoje uma moção, aceitando por 157 votos contra 39 o plano britânico para a transferencia de poderes para os indianos. Assistiram á sessão 218 delegados.—(Reuter).



D. JOAO DE DEUS RAMALHO

Diário de Lisboa

PUBLICARÁ EM 2.ª TIRAGEM

O RELATO DO DESAFIO

Vasco da Gama-Misto B. S. B.
E DAS OUTRAS COMPETIÇÕES
DESPORTIVAS DE HOJE

A nota officiosa do Governo acerca do afastamento do serviço de alguns oficiais e professores

(Continuação da 1.ª páq.)

nota patética: o Governo trata a causa dos Aliados e punha de parte os compromissos internacionais da Nação; a integridade por Império colonial estava em jogo e a própria independência do País corria risco grave. E como os factos desmentem a breve trecho a argumentação, mudaram de tónica os conspiradores: afinal o Governo tinha deixado de respeitar a honra nacional, entregando a estrangeiros, «sabe Deus por que preço», parcelas importantes do solo pátrio, exaltando assim as forças envidadas do continente para assegurar a execução da política de neutralidade de Portugal.

Frinda a guerra e publicados alguns dos mais importantes documentos relativos à nossa política externa, houve naturalmente que substituir a argumentação: os Aliados tinham-se batido pela vitória das democracias, pela existência de instituições livres em todos os povos e o regime português, já não suspeito de incorrecta actuação externa, seria acusado, apesar da sua bem assente e confirmada constitucionalidade em amplo voto popular, de inimigo da liberdade. Se por uma acção interna o País e o Exército não agissem rapidamente, a intervenção estrangeira era inevitável. Seria assim necessário caminhar depressa, inventar partidos, agitar as massas eleitorais, promover a destituição do Governo. Não se duvida de que algumas pessoas de boa intenção e inconsciente patriotismo só vissem para o seu País soluções políticas copiadas de outros e aliás já tristemente experimentadas entre nós. Mas ignora-se por que razão não puderam ver que, ao lado do correcto exercício das liberdades públicas, asseguradas pela Constituição, o que interessava a muitos era apenas a agitação política e social como preparação e ambiente da organização revolucionária.

O Exército passou então a ser o principal objectivo da actividade dos agitadores. Um ou outro elemento dos seus quadros, que por antigas tendências políticas se supõe susceptível de mais fácil alieamento não mais foi deixado em paz. E se algum graduado caiu sob a alçada de processo disciplinar ou, por força das disposições legais, estava precisando abandonar o serviço das fileiras, a actividade conspiratória já mais o largou.

Sobrevier o ódio e a paz pública; inutilizar as possibilidades de trabalho e de progresso; destruir os próprios alicerces da independência do País numa Europa dominada por forças que a estrangulam e a não deixam ressurgir do monstro de ruínas a que a guerra a reduziu é a preocupação permanente dos que nos últimos tempos vêm desenvolvendo em Portugal a sua agitação.

O curso dos acontecimentos

Certo da razão e seguro da sua força, o Governo quase deixou desenvolverem-se livremente acontecimentos e actividades que nos últimos tempos constituíram a preparação simultânea de mais de um movimento subversivo. Como sempre, estes movimentos ora se tocavam em íntima conjugação de esforços, ora se guerreavam entre si, não ansiando cada um aproveitar em exclusivo o produto da actividade sediciosa de todos.

Embora seguindo com atenção os movimentos dos agitadores, contando aqui ou ali com uma outra possibilidade mais arriscada, não tomou o Governo medidas extremas, na esperança de que o bom senso voltasse a impor-se e a experiência revelasse aos interessados a inutilidade dos seus esforços e castigos. Não fez alargar as investigações relativas

ao acto sedicioso liquidado naMealhada em Outubro de 1946, nem é intenciona que em 10 de Abril fendo procurou inutilmente promover actos de rebelião na zona Tomar-Tancos-Entroncamento.

Mas a agitação aumentou ainda. A recente apreensão do arquivo da parte mais saliente da conspiração veio esclarecer que a própria inutilização de avultado numero de aviões da Base Militar de Sintra havia sido feita com conhecimento prévio de oficiais comprometidos na conjura. Na documentação em que se registava a organização revolucionária, as medidas preconizadas, as vinganças a satisfazer, as estranhas complicidades e elaborações, foi até possível encontrar documentação referente a importantes pagas aos agentes da inutilização do material aéreo que a Nação compra para assegurar a sua defesa.

A agitação académica e nos estaleiros

Paralelamente a estas tentativas revolucionárias, diversos processos de desordem se esboçaram em Lisboa e noutros pontos do País. Perce-se a grande existência de agitação em outras zonas industriais da capital fomentada-se a agitação dos meios académicos, especialmente universitários, com reuniões de protesto contra medidas políticas, além de legítimas, absolutamente estranhas à vida escolar. Ousadamente ou por detrás desta agitação, estava uma incipiente organização juvenil em que se depositaram esperanças de grandes realizações, mas ter sido possível aos dirigentes manter ocultas por muito tempo a inspiração e tendências do movimento.

Travava-se de perturbações de carácter nitidamente político e não académico. E tanto que só foi impossível pôr-lhes termo por meio de acção exclusivamente académica, onde as autoridades escolares e o próprio ambiente da escola livres eram propícios. E sabido que houve professores e assistentes que ostensiva ou veladamente animaram a agitação e os agitadores. Mostraram interesse-lhes mais o apostoiado ideológico do que o exercício do seu munus docente. Interpretaram mal a liberdade que o Estado lhes dá de transmitir sem restrição o resultado das suas investigações ou dos seus estudos. Dê-lhes a liberdade na convicção de que os opiniões expendidas por um professor, ou se dirijam à formação da intelligencia ou ao carácter, são sempre expressões de um estado sério ou de uma doutrina bem pensada. E nem quer retirar-lha, desde que não estejam em perigo os indutíveis fundamentos éticos e políticos da Nação, nem pode consentir que essa liberdade seja utilizada contra o próprio Estado. Isso lhe é imposto pela Constituição que declara estarem os funcionários públicos ao serviço da colectividade e não do qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado. Com mais veemência se impõe, ainda, não permitir que se explore com as anidões e indecências da mocidade para fins que são estranhos à sua preparação e formação e que geram ódios em vez de equilíbrio e disciplina.

Penalidades a aplicar

Têm assim de terminar as complicações; é indispensável defender o País de um mal que procura subvertê-lo, e impedir os seus mais sólidos fundamentos. De outra forma o Governo deixaria de cumprir o seu dever. Embora ainda com generosidade que a brandura dos novos costumes impõe, têm de tomar-se providências a fim de libertar o País da acção perniciosa que, a desenvolver-se, inutilizaria os sacrificios feitos, o trabalho realizado, os

esforços levados a cabo para promover o ressurgimento nacional e fazer deste povo uma Nação respeitada.

E' imperioso deixar de transigir com indivíduos que a tolerancia do Governo, no desejo sempre afirmado de fazer das instituições portuguesas um estatuto onde carbam todos os cidadãos, não tem mesmo excluído de promoções ou nomeações para altos postos; nem pode, além de certa medida, persistir-se em métodos que não são afinal tomados como demonstração de generosidade mas de fraqueza e cujas funestas consequências o País teria de suportar. Por estas razões o Governo deliberou tomar, nos termos do decreto n.º 25.317, de 13 de Maio de 1935; e independentemente das penas applicáveis pelos tribunais competentes, ou a impôr em processo disciplinar, providências tendentes a:

- a) —afastar da efectividade do serviço os militares que faltarem aos seus deveres de lealdade ás instituições, traidos as suas obrigações para com os poderes publicos e para com os chefes;
- b) —afastar do exercicio de funções publicas os individuos que se têm salientado pela prática de actos sediciosos, de cam provas incoativas de opposição activa aos principios fundamentais da Constituição Política e não dão garanto consequentemente, de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, tendo em especial actividade nos principios fundamentais do exercicio da função docente, em todos os graus e formas do ensino.

O Governo não hesitará em impor a saída do País ou a residência em alguma das partes do territorio nacional aos agitadores; remediandos, ainda quando estes não estejam sujeitos a fixação de residência por determinação judicial.

Em Conselho de ministros, de 14 de Junho de 1947.

Officiais e professores aposentados ou demittidos

De harmonia com as deliberações tomadas em Conselho de ministros foram mandados reformar os seguintes officiaes:

- Vice-Almirante, José Mendes Cabçadas.
- Cap-Tenente, Manoel Pires de Maia e Silva.
- General de reserva, José Marques Godinho.
- Brigadeiro de Artilharia, Vasco de Carvalho.
- Brigadeiro de Engenharia, Eduardo Correio.
- Brigadeiro de Engenharia, António de Sousa Maia.

- Coronel do Estado Maior, Celso Mendes de Magalhães.
- Coronel de Infantaria, Luis Gonzaga Tadeu.
- Coronel de Cavalaria, Carlos Afonso dos Santos.

- Capitão de Infantaria, Francisco Marques Regas.
- Tenente do extinto Quadro Auxiliar do Serviço de Saúde, José Joaquim Garcia.

Foram mandados aposentar (ou demittir, se não tiverem direito à aposentação) os seguintes professores:

- Dr. Mário Silva, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.
- Dr. Celestino da Costa, dr. Paulo Valente, dr. Fernando Fontes, dr. João Cândido Oliveira, dr. Adelino Costa, catedráticos da Faculdade de Medicina de Lisboa; e dr. Cascio de Ancilães, professor extraordinário da mesma Faculdade.
- Dr. Carlos Torre da Assunção e dr. Elvário Pinto Resende, catedráticos da Faculdade de Ciências de Lisboa.
- Bacharel Ferreira de Macedo e eng. Arnaldo Pires de Carvalho, catedráticos do Instituto Superior Técnico.

- Licenciado Manuel Zaluz Nunes, catedrático interino do Instituto Superior de Agronomia.
- Dr. João Remy Teixeira Freire, professor extraordinário, interino, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Foram mandados reformar imediatamente os contractos com os seguintes assistentes:

- Da Faculdade de Letras de Lisboa: dr. André Crabbe Rocha.
- Da Faculdade de Medicina de Lisboa: dr. Luis Dias Amado.
- Da Faculdade de Ciências de Lisboa: dr. Manuel Valadarez, dr. Marques da Silva, licenciado Armando Gibert.
- Do Instituto Superior Técnico: eng. João Leões Raimundo.
- Do Instituto Superior de Agronomia: licenciado José Cardoso Morgado Junior.
- Do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras: licenciado Orlando Morbey Maria Rodrigues.

A nota esclarece ainda que os funcionários atingidos estarão quaisquer outras funções publicas.

As provas de remo para o campeonato de velocidade

As provas de remo para o campeonato de velocidade, em remo, promovidas pela Federação e organizadas pelo Clube Naval de Lisboa.

Na primeira prova, 1. 500 metros—Yolles de 4, principiantes, para disputa da taça «Dr. Manuel Arriaga»—trunhou o Clube Naval de Lisboa com a vantagem de 1/4 de barco do avanço sobre o Desportivo da C. U. F.; em 3.º lugar chegou o Desportivo da C. P.

A tripulação do Clube Naval era formada por Fernando Barata, Armando Nogueira, Carlos Alberto Brito, Alvaro Cardoso e Pais Silva (timoneiro).

Depois, foi disputada a prova de «Shell» de 4 remadores juniores, no percurso de 2.000 metros, o que era atribuída a taça «Armando».

Classificação: 1.º G. D. Ferroviário do Barreiro (Almeida Dias, Ferreira Santos, Marcelino Martins, Manuel Correia e Silva Caldeiro (timoneiro)), com a vantagem de 2 barcos e meio de avanço sobre o segundo classificado, o G. D. da C. P., em 3.º lugar chegou o Clube Naval de Lisboa, verificando-se a desistência do Estoril Praia.

A terceira prova—Yolles de 4, juniores, taça «Albano Santos», no percurso de 2.000 metros—foi vencida pelo Desportivo da C. U. F., com 1/4 de barco de diferença para o segundo classificado, o Clube Naval de Lisboa; em 3.º lugar, chegou a Associação Naval de Lisboa e em 4.º o Desportivo da C. P.

Tripulação da C. U. F.: Eurico Abreu, José Almeida, Silva Damas, Elias Marques e Mariano Baptista (timoneiro).

A prova de «Shell», de 8 remadores seniores, para a taça «Câmara Municipal de Lisboa», teve um unico concorrente, a Associação Naval de Lisboa.

Para a ultima regata desta jornada alhareiam as tripulações de «Yolles» de 4, seniores, dos G. D. da C. U. F. e da C. P., Os ferroviários, que logo no inicio da corrida desfrutaram de vantagem, foram sucessivamente consolidando esse avanço e terminaram a prova com seis barcos de comprimento sobre o segundo, a C. U. F.

A tripulação vencedora: P. Ferreira, José Carvalho, José Simões, Afonso Lopes, João Baptista (timoneiro).

Liila

Tudo para a mulher elegante, confectionado e por encomenda. Adornos inéditos para senhora, bordados húngaros, rendas de Bruxelas.

///

LARGO DA TRINDEADA, 11 a 13
Telefone 23549
LISBOA

CASACOS SPORT
"DERBE"



Finos padrões — Corte impecável
Av. Almirante Reis, 10-C

Por motivo de obras, em todos o

CAMISARIA

ROSSI

«SATA»

Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos

assegura as carreiras entre S. Miguel, Terceira e Santa Maria, em ligações com as linhas transatlânticas que fazem escala por Lisboa.

APROVEITE AS SUAS FÉRIAS

e visite S. Miguel, a mais linda ilha dos Açores— a ilha Verde do Atlantico

Em Santa Maria e S. Miguel tem o máximo conforto nos Hoteis «TERRA NOSTRA»

REGRESSE PELA MADEIRA NOS PAQUETES DA INSULANA

Informações: R. Nova do Almada, 11-1.º

Rosicler

A CASA Que Melhor Veste os Meninos

RUA DA ASSUNÇÃO, 71
Loja e 1.º andar
junho a R. Augustal

versidade de Lisboa mudou o seu modo de gestão, pois o executivo universitário passou do autogoverno à subordinação ao Governo; mas pouco mudaram a estrutura orgânica e o papel da investigação; a instituição foi capaz de acompanhar a massificação, em particular nos anos 1960, quando, conservando as suas funções de preparação de médicos e juristas, cresceu sobretudo a fornecer docentes do ensino básico adiantado e do secundário. A crise de Maio de 1968 teve efeito sobre ela mas o Estado Novo preferiu reduzir a adaptação ao mínimo, e não hesitou em reprimir. Marcelo Caetano iniciou um movimento de autorização de novas universidades públicas fora dos centros universitários vindos do século XIX: Minho, Évora, Aveiro foram das primeiras. Mas os seus efeitos só mais tarde começaram a ser sentidos.

Com o 25 de Abril, as Universidades lisboetas voltaram a ganhar peso no fornecimento de ministros: em 1974-1976, atingiram 88% e em 1976-1999 mantiveram-se nos 70%; nesta última fase, era significativa a subida da Universidade do Porto para 9% e sobretudo a presença de diplomados de universidades estrangeiras, que atingia os 27%, valor que de algum modo punha em causa a universidade portuguesa. Os principais responsáveis do novo regime tinham sido alunos da Universidade de Lisboa; o que era simbolizado por os dirigentes máximos dos quatro grandes partidos fundadores do regime terem sido alunos, diplomados ou professores da Universidade de Lisboa: Mário Soares (Ps), Francisco Sá Carneiro (Psd), Diogo Freitas do Amaral (Cds) e Álvaro Cunhal (Pcp) (Almeida; Pinto; 2006, quadro 1. 8 c).

O 25 de Abril pôs cobro à tutela que o Estado Novo impusera sobre o executivo das Universidades, mas manteve as mesmas relações de dependência administrativa e financeira que sempre tinham norteado as relações entre o Estado e a Universidade. A de Lisboa ter-se-á sabido defender? Ainda estão por contabilizar os custos das passagens administrativas, no período revolucionário e nas suas imediatas sequelas. Nos anos 1980, o Estado autorizou o estabelecimento de Universidades privadas, ainda que em regime de apertada fiscalização pedagógico-ministerial, lembrando o condicionamento industrial do Estado Novo. Estas Universidades privadas foram a maior parte das vezes fábricas de diplomados em licenciaturas de lápis e papel; várias delas originaram escândalos que chocaram a opinião pública – revelando aliás a incapacidade fiscalizadora do Governo e contribuindo para desacreditar a instituição universitária aos olhos da opinião pública.

É significativo que no começo do século XXI, depois da massificação, da privatização e da globalização, a Universidade de Lisboa tenha passado a educar menos de 15% dos licenciados pelas universidades portuguesas; apesar desta perda de posição relativa, conservou uma massa crítica, mais que não fosse por o número dos seus estudantes continuar superior ao que fora durante a primeira vaga da massificação; na segunda vaga massificante, depois do final do século XX, porém, a Universidade cresceu menos do que o conjunto universitário nacional – embora um exame mais aprofundado exigisse o recurso a outros indicadores mais sofisticados. A Universidade aumentara a sua oferta de Faculdades: Psicologia e Ciências da Educação, autonomizada da Faculdade de Letras, em 1981; Medicina Dentária, por incorporação de uma escola estabelecida em 1975; Belas Artes, uma escola tradicional, integrada em 1991; e propunha vários institutos de investigação em Ciências Sociais e da Natureza. Por virtude do ónus do passado, continuava, porém, a faltar-lhe o ensino das ciências da Gestão e da Economia, para lá do que era ministrado na Faculdade de Direito.

O Estado propusera um contrato à Universidade de Lisboa: formar grande batalhões de licenciados, a troco de um financiamento modesto mas certo. E exigiu um estreito controle administrativo e financeiro. Todas as medidas decisivas para a Universidade foram decididas pelo governo, só que na democracia as decisões tomadas eram sobretudo económicas, ao passo que no Estado Novo implicavam cortes directos na liberdade de expressão: *numerus clausus*, exames de aptidão, autorização de Universidades privadas, avaliação das Universidades públicas. As soluções que o Estado impõe à universidade são sempre a gestão do monopólio no mercado interno e dificultam o acesso ao mercado mundial; o melhor exemplo será o dos cursos de medicina: o Estado não pensou em aproveitar o grande investimento que iria fazer na saúde nos anos 1980 para lançar complexos hospital-faculdade médica competitivos em termos internacionais, ocupou-se a reduzir

o *numerus clausus* de medicina para agradar aos lóbis. Prolongou-se assim a dependência da Universidade face ao Estado, e o seu enfraquecimento face ao mundo, mais preocupante na Universidade de Lisboa do que noutras, por que estava mais próxima do Estado. A herança transmitida pelo Estado à Universidade de Lisboa no começo do século XXI – isto é: no arranque da actual fase da globalização – tinha pesados aspectos negativos: rigidez administrativa, conformismo perante a subordinação hierárquica, indiferença à organização social, obsessão pelo financiamento público; estes caracteres dificultavam de modo estrutural a adaptação da Universidade à globalização. O reitor Sampaio da Nóvoa, apoiado no novo estatuto universitário – uma vez mais, uma carta outorgada pelo governo, após consulta –, encetou um processo de adaptação a ritmos cada vez mais rápidos, procurando re-orientar um reino velho para um entrosamento com as empresas, com a investigação, com o globo. A Universidade de Lisboa entrava no século XXI a tentar substituir o seu genético modelo latino por um modelo anglo-saxónico, e a diversificar o seu papel de fornecedora de quadros para o Estado pelo de abastecedora de dirigentes de empresas e de cientistas – mas sem ter clarificado a sua relação com o Estado. O seu florão incluía cinco chefes de Estado (dois não portugueses), poetas como Fernando Pessoa e Herberto Helder e o único prémio Nobel português na área científica. Este passado brilhante permite prever o futuro? O futuro dirá. ▼



FILIPE DE AREDE NUNES

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Adelino Hermitério da Palma Carlos

(1905-1992)

“a elegante magnificência do príncipe do foro”



Adelino da Palma Carlos foi, sem margem para dúvidas, um dos mais brilhantes vultos do Direito do século XX português. Brilhante advogado e consagrado professor da Faculdade de Direito de Lisboa, exerceu ainda, durante um período muito breve, a função de primeiro-ministro do 1.º Governo Provisório.

A Juventude: “o meu primeiro discurso”

Adelino Hermitério da Palma Carlos nasceu em Faro em 3 de março de 1905, de onde era toda a sua família, sendo que pouco tempo depois de ter nascido, os seus pais, por motivos profissionais, foram forçados a alterar a residência para a zona de Lisboa, cidade onde veio a falecer passados 87 anos, em 25 de outubro de 1992.

Concluído o curso complementar de Letras no Liceu Central de Passos Manuel, em 14 de julho de 1921, com a classificação de 14 valores, matriculou-se na Faculdade de Direito de Lisboa, onde se licenciou em 3 de novembro de 1926, com a classificação final de 18 valores. Quase imediatamente – em 9 de novembro do mesmo ano –, fez a sua inscrição como advogado no Supremo Tribunal de Justiça, exercendo a partir desse momento esta atividade intensivamente.

O Advogado: “o talento”

Adelino da Palma Carlos exerceu desde cedo na sua vida a profissão de advogado com brilhantismo, erudição, humanismo e talento. “Nas alegações de um julgamento célebre, um advogado começou-as com a saudação aos inúmeros colegas, todos eminentes, de Perdigão a Bustorff, de Bustorff a Palma Carlos, em cada um personificando, pela hipérbole da sua *faculté maîtresse*, uma virtude determinada: ‘Em fulano, saúdo o trabalho; em cicrano, a eloquência; em Palma Carlos, o talento’. Palma Carlos era o Talento”¹.

Adelino da Palma Carlos “redigia de uma maneira concisa, em períodos muito curtos numa evidente influência da técnica de articular, que só os grandes entre os Advogados possuem. [...] Como orador, Palma Carlos possuía todos os atributos. Desde logo um físico que o destacava entre os presentes. Depois uma voz lindíssima, quase encantatória, mesmo para os adversários. Uma memória inesgotável; uma capacidade de emoção, de si mesmo e dos outros; um à-vontade completo traduzido numa capacidade de cenografia gestual – tudo nele corria para afastar qualquer monotonia no auditório, forçando-o a acompanhar as mais difíceis e longas demonstrações”².

Foram inúmeros os processos em que participou Palma Carlos ao longo da sua vida, com particular destaque para a defesa dos revolucionários da Revolta de 7 de fevereiro de 1927, no processo relativo à validade do testamento de Calouste Gulbenkian, às burlas da Companhia do Papel do Prado e em processos políticos de alguns dos mais relevantes adversários do salazarismo, como Bento Gonçalves, o professor Azevedo Gomes ou o general Sousa Dias.

Desempenhou também elevadas funções na Ordem dos Advogados³, tendo sido seu Bastonário⁴ durante 6 anos e tendo também feito parte de diversas organizações internacionais de advogados⁵.

O Professor: “uma simpatia irradiante”

Aluno brilhante – classificação final de 18 valores na licenciatura –, obteve em 27 de julho de 1934 o grau de Doutor, por unanimidade, em Ciências Histórico-Jurídicas com

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *O contrato de fretamento no código comercial português*, Lisboa, Petrony, 1931.
- *A luta contra o crime*, Lisboa, Ática, 1933.
- “Homens do foro: a vida e a ficção”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 10, 1954, pp. 249-278.
- “Transformação de sociedades”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 14, 1960, pp. 233-252.
- *Depósito judicial e o direito de retenção*, Lisboa, 1963 (Separata de *O Direito*, vol. 95).
- “Lei reguladora da sucessão”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 16, 1963, pp. 371-421.
- “Um tema eterno: a justiça”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 20, 1966, pp. 373-404.
- *Linhas gerais do processo civil português*, Lisboa, Cosmos: Arco-Íris, 1991.

¹ Ruy de Albuquerque, “Príncipe do foro, professor e primeiro-ministro”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 8 (Março-Abril de 2000), p. 24.

² *Ibidem*.

³ Vogal do Conselho Geral, Diretor da Revista e Presidente do Instituto da Conferência da Ordem.

⁴ Palma Carlos referiu-se às suas funções como Bastonário nos seguintes termos: “A minha ida para Bastonário da Ordem foi um acidente de percurso”, in Helena Sanches Osório, *Conversas com Adelino da Palma Carlos*, Lisboa, Edições Referendo, 1988, p. 81.

⁵ Foi também Presidente da União Internacional dos Advogados.

⁶ *Curriculum Vitae* do Doutor Adelino Hermitério da Palma Carlos, Lisboa, 1955.

⁷ Ruy de Albuquerque, *op. cit.*, p. 26.

⁸ Helena Sanches Osório, *Conversas...*, p. 93.

⁹ Ruy de Albuquerque, *op. cit.*, p. 27.

uma tese sobre *Os novos aspetos do Direito Penal*.

A sua carreira na Universidade acabou por se iniciar tarde. Tendo concorrido, em 1935, a uma vaga de professor auxiliar na Faculdade de Direito, por ter sido declarado incurso, o Conselho de Ministros não autorizou a sua admissão. No entanto, mais tarde, em 1951, foi contratado pela Faculdade de Direito de Lisboa “como individualidade de excecional competência”⁶ para exercer o lugar de professor da Cadeira e do Curso de Direito Processual Civil e da Cadeira de Prática Extrajudicial.

Nas suas aulas, “Expunha com atração, jogando cenicamente com o lenço, os óculos, os códigos, a beleza da dicção. Era de uma simpatia irradiante”⁷.

Para além de ter resultado da sua pena um largo número de trabalhos científicos – com particular destaque para as investigações na área do Direito Processual –, foi também, entre 1965 e 1970, Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, da qual se jubilou em 1975. Foi ainda designado professor da *Faculté Internationale pour l’Enseignement du Droit Comparé* e o 1.º Reitor da Universidade Livre.

O Político: “Não quero morrer como traidor à Pátria”

Desde bastante cedo, ainda no Liceu, iniciou a sua atividade política, tendo sido presidente da Associação Académica do Liceu Passos Manuel. Na faculdade, com outros estudantes, fundou a Liga da Mocidade Republicana.

Mais tarde, no ano de 1949, foi mandatário junto do Supremo Tribunal de Justiça do general Norton de Matos, no processo de candidatura à Presidência da República.

No entanto, foi na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974 que veio a assumir funções de verdadeiro destaque, com a nomeação para primeiro-ministro do 1.º Governo Provisório. Tomou posse, em Belém, a 16 de maio de 1974, tendo o seu governo durado apenas 55 dias e sendo certo que “ao fim de um mês as coisas já corriam mal – sem linha de rumo. Ao fim das primeiras três semanas tudo se desentendera...”⁸.

O processo de descolonização, sem consulta prévia às populações indígenas, conduziu à sua demissão. Sá Carneiro, Vieira de Almeida, Firmino Miguel e Magalhães Mota solidarizaram-se com Palma Carlos, acompanhando-o na demissão. Para Palma Carlos, a entrega das colónias sem que o povo se pronunciasse significava o mesmo que traição à Pátria.

Após o término das suas funções governativas, teve ainda algumas, escassas, aparições no campo da política, nomeadamente ao aceitar ser mandatário nacional do general Ramalho Eanes à Presidência da República, em 1980. Fez ainda parte do Conselho Consultivo do PRD.

A Maçonaria e as Honras

Maçon, iniciado em fevereiro de 1928, percorreu um longo caminho até ao grau 33, tendo sido eleito Soberano Grande Comendador.

Foi agraciado, em 1982, como Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, em 1984, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e, finalmente, em 1991, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Foi também feito Advogado Honorário em 1986.

A Obra

A obra académica e científica de Palma Carlos é vasta, sendo impossível uma indicação exhaustiva de todos os seus títulos. Ainda assim, entre as suas principais obras publicadas encontramos: *Declaração da falência por apresentação do comerciante*, 1935; *A dinâmica da lei: criação, interpretação e aplicação da norma jurídica*, 1936; *Código do processo civil: anotado*, 1942; *Direito processual civil*, 1951; *Direito processual penal*, 1954; *Direito processual civil dos recursos*, 1954; *Ensaio sobre o litisconsórcio*, 1956; *Transformação de sociedades*, 1960; *Depósito judicial e direito de retenção*, 1963; *Amortização de quotas*, 1963; *Lei reguladora da sucessão*, 1963; *As partes no processo do trabalho*, 1964; *Um tema eterno: a justiça*, 1966; *Homens do foro: a vida e a ficção*, 1966; *Alguns problemas da organização judiciária*, 1972.

Conclusão

Adelino da Palma Carlos foi uma figura incontornável do direito e da política portuguesa do século XX. Talentoso, não se limitou a sê-lo. Foi também trabalhador dedicado e exemplo de hombridade e espírito de sacrifício: “Ao talento, Adelino da Palma Carlos uniu sempre a mais profunda magnanimidade e uma elegante magnificência de príncipe do foro – alheia a qualquer proclamação de superioridade face aos demais e reflexo apenas de uma conceção estética da vida”⁹. ▽

JOÃO SANTOS
Instituto de Ciências Sociais

Adérito Sedas Nunes
(1928-1991)

A obra como apologia da universidade



Milan Kundera distinguiu a pequena imortalidade da grande imortalidade. Pequena imortalidade é a sobrevivência na memória dos que nos conheceram. Grande, a sobrevivência na memória dos que nunca nos conheceram. Num certo sentido, a celebração dos mestres opera a transposição da pequena para a grande imortalidade, projeta aquela nesta, através do exercício memorialístico, através da decifração/exposição da obra pelos discípulos, enfim, através de uma sábia mistura das anfractuosidades da vida com a obra depurada do intelecto.

Sedas Nunes é certamente um desses exemplos de intelectual que cruza, na sua experiência da universidade, a aptidão para criar instituição com o empreendimento intelectual de edificar um campo de saber profissional especializado inédito onde, até então, vigorava uma atenção ao 'social' pouco menos que residual e, para todos os efeitos, ideologicamente suspeita aos olhos do regime que, nas primícias da idade adulta, o jovem católico quis contribuir para reformar.

Ao lê-lo, ficamos sem saber qual mais lhe importou: se a instituição universitária, reconduzida à sua dignidade de lugar do conhecimento que desinteressadamente se busca; se a reorganização do campo das ciências sociais, através da formação de uma primeira geração de sociólogos profissionais, aquela que, por estes anos, começa a jubilar-se.

É o próprio Sedas Nunes que, mostrando a indiscernibilidade dos dois movimentos, procura até ao fim deixar-nos num estado de incerteza que, ousamos sugerir, se deve em parte a um sentimento de incompletude decorrente da rarefação e/ou sublimação – aparente ou real – de um terceiro vértice, o da ação política, comprometido desde muito cedo por um conglomerado de obstáculos internos (a descrença do católico, ex-dirigente nacional da JUC, na consistência do corporativismo enquanto modelo de cooperação e promoção social) e externos (a rigidez estrutural do regime, a impedir um *aggiornamento* conduzido pelos jovens intelectuais e quadros técnicos do que chama a “geração improvável”).

Em qualquer dos casos, de entre todos os académicos que a Universidade de Lisboa celebra nesta ocasião, Sedas Nunes será certamente um dos poucos a quem se deve, a um tempo, a delimitação do espaço das ciências sociais, e mais precisamente da sociologia, como campo científico autónomo, agregando à investigação sociológica uma diversidade de campos do conhecimento que com ela são indispensavelmente coalescentes, a criação da instituição que, depois de inúmeras vicissitudes, se torna um estável e poderoso repositório do património constituído desde o nascimento do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), em 1962, e a fundação e animação da revista de mais sólida reputação no conjunto das publicações sociológicas, sem dúvida, ainda hoje uma das mais importantes publicações científicas do mundo universitário português.

Mas um outro aspeto merece ser salientado. O escrúpulo intelectual associado ao sentido estratégico na formação dos que seriam os primeiros investigadores e docentes universitários de sociologia. Um testemunho recente de Madureira Pinto é, a este respeito, revelador:

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Níveis de instrução na indústria portuguesa”, Vítor Ferreira, Joaquim Aguiar (coautores), in *Análise Social*, 27-28, Lisboa, 1970, pp. 321-381.
- “Propostas para uma política universitária: contribuição para um debate”, in *Análise Social*, vol. 11, n.º 44, Lisboa, 1975, pp. 711-735.
- *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais: materiais de uma experiência pedagógica*, Lisboa, GIS, 1979.
- “Histórias de uma história: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal”, in *Análise Social*, vol. 24, n.º 100, Lisboa, 1988, pp. 11-55.
- *História dos factos e das doutrinas sociais: da formação histórica do capitalismo ao marxismo*, Lisboa, Presença, 1992.
- *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

¹ José M. Pinto, (*depoimento*, 2008), Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010, p. 31.

² Fátima Patriarca, em conversa com o autor desta nota.

³ José M. Pinto, *op. cit.*

⁴ Adérito Sedas Nunes, “Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1.º), pp. 11-55.

⁵ Sedas Nunes refere circunstanciadamente a influência de D. António dos Reis Rodrigues, que José Barreto situa claramente no contexto de uma estratégia de intervenção da Igreja na esfera política: “Como assistente eclesiástico nacional da JUC, o cónego Rodrigues exerceu grande influência moral e intelectual sobre a geração de ativistas universitários católicos a que Adérito Sedas Nunes pertenceu e que representavam uma aposta da Igreja na futura elite governante do Portugal pós-Salazar”, in José Barreto, “Adérito Sedas Nunes e o bispo do Porto em 1958”, in *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 11-33.

⁶ Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, p.13.

[O] Adérito Sedas Nunes, de facto, é um personagem de excecional importância nessa altura [início dos anos 70]. É um homem muito capaz, com uma formação, enquanto economista, forte. Em sociologia também. Esteve ligado a uma fase do Corporativismo e foi mesmo dos ideólogos mais brilhantes do Corporativismo, também muito conhecedor da doutrina social da Igreja, uma vez que ele estava muito ligado aos movimentos católicos, mas é de facto um excelente professor, e sobretudo, um excelente coordenador de equipas, como eu acho que nunca mais encontrei. Ele, com um grupo de gente um pouco mais velha que eu, outros da minha idade (eu seria dos mais jovens), realmente conseguiu criar uma equipa que trabalhava muito e começou a ter que produzir muitos elementos de estudo para os alunos, muito bem estruturados, muito bem trabalhados, com introduções feitas por nós, muito discutidas. O trabalho em equipa era uma coisa constante. Quase todos os dias havia atividades de trabalho conjunto. Portanto, foi um período intenso para mim e em que trocávamos um pouco as nossas formações de base.¹

Sabe-se que, no final da sua vida, Sedas Nunes valorizou, porventura mais do que a Sociologia, outros domínios do conhecimento, por razões que se podem entrever no longo e belíssimo depoimento que nos deixou no ano em que cumpria 60 anos e a *Análise Social* atingia o seu centésimo número. A sua atenção à diversidade da produção universitária nos mais diversos campos do saber era um testemunho seguro de uma permanente atualização e de um interesse e um respeito inquebrantáveis pelo trabalho dos seus pares e discípulos que se manteve inalterado porventura desde o início da sua aventura intelectual, como lembra a última doutoranda que orientou² e corrobora o mesmo Madureira Pinto, referindo-se à sua experiência pessoal:

[Sedas Nunes] tinha também uma capacidade excecional para abrir e encaixar coisas que não tinham direta aplicação às aulas. Lembro-me perfeitamente de quando ele me chamou para ver o que é que eu estava a estudar, como é que eu queria orientar o trabalho dali para a frente, e eu levei-lhe um papel onde tinha umas coisas e [disse:] “Olha, agora quero ir ver umas correntes epistemológicas, a linguística, depois há aqui um estruturalismo linguista (*sic*) que me interessa”, depois aquilo que já era a pragmática linguística que estava a começar a aparecer. Eu estava um bocadinho inibido, mas ele: “Continua, avança, é isso mesmo”. [...] Naquele quadro em que era preciso ser um bocadinho pragmático para responder à procura do ensino, ele dava realmente abertura, e acompanhava mesmo o trabalho que os outros faziam.³

Mas acompanhemos o sociólogo através das páginas do depoimento autobiográfico de 1988, a que atrás já se fez alusão⁴.

O corporativismo

No jovem Adérito Sedas Nunes combinam-se duas orientações-vocações que o próprio nunca separa da sua trajetória institucional: a adesão à “‘ideia’ corporativa” e a formação católica. Dirigente máximo da Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1951 e 1953, partilha com Maria de Lurdes Pintasilgo o ímpeto reformador que, passando pela qualificação das gerações novas, obrigava a projetar a mudança social e a viver esse projeto como vínculo ético coletivo de uma geração estudantil. O I Congresso Nacional da JUC, realizado em 1953, é o momento de confirmação dessa comunidade de propósito que se consubstancia na expressão “geração social desenvolvimentista”⁵.

Ao mesmo tempo, Sedas Nunes é já o jovem quadro do Gabinete de Estudos Corporativos, onde ingressa em 1952, concluída a licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras. “Nessa altura, era corporativista”⁶, diz. Interessa-lhe explorar a viabilidade teórica e prática de um “corporativismo autónomo e de associação” enquanto “terceira via’ entre [...] o individualismo e o coletivismo, isto é, entre o capitalismo e o socialismo”, como pretendia Pires Cardoso, o seu mestre de Direito Corporativo? Se assim é, o discípulo vai rapidamente descrever da viabilidade de uma tal via média e expor o seu ceticismo em

Situação e problemas do corporativismo: princípios corporativos e realidades sociais, que publica em 1954⁷. É o contraste entre os “princípios” e as “realidades” que o deixa cético, apesar de admitir, “jovem adulto católico” que ainda era, que a “ideia” corporativa “poderia fazer o seu caminho na sociedade, “desde que os homens se lhe convertessem”.

As instituições

Entre 1952 e 1962, Sedas Nunes prossegue a sua atividade no Gabinete de Estudos Corporativos e a docência no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), escola em que recruta uma equipa constituída por antigos alunos para o projeto frustrado de criação, no Ministério das Corporações, de um organismo dedicado ao estudo dos “problemas de índole social que esse Ministério tinha, em princípio, de enfrentar e de procurar resolver”⁸. O mesmo ímpeto voluntarista leva-o a reclamar, como condição para dirigir tal organismo, que este tenha expressão pública através de uma revista, e que tal revista seja da sua exclusiva responsabilidade e do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, nome do organismo em embrião que não chega a conhecer a luz do dia, porque o ministro se recusa a aceitar as condições de Sedas Nunes.

Assim, será a partir do Gabinete de Estudos Corporativos (GEC), e com a cumplicidade ativa de Pires Cardoso, que nascerão o **Gabinete de Investigações Sociais** (GIS) e a revista que dá expressão pública à sua atividade, *Análise Social*. Ambas as designações são inspiradas na nomenclatura adotada pelo Prof. Pereira de Moura no ISCEF, em que o respetivo Gabinete de Investigações Económicas editava a revista *Análise Económica*. O GIS estaria articulado com o ISCEF através de um conselho de orientação sem funções diretivas. Pires Cardoso, diretor do Gabinete a extinguir, seria o seu primeiro diretor.

A fundação do GIS e da revista *Análise Social* representam, portanto, menos a concretização de uma estratégia adaptativa do regime, tese que Sedas Nunes conhece mas rejeita, do que a afortunada “conjunção entre um grupo, um homem e um Ministro”, a saber, o grupo constituído pelos membros do Gabinete de Estudos Corporativos, na maioria economistas, e todos ex-militantes católicos⁹, o homem que dirige o Gabinete, o Prof. Pires Cardoso, cujo papel Sedas Nunes não se cansa de encarecer, e o ministro Gonçalves Proença, último vértice do “triângulo imprevisível e improvável” de que brotam, primeiro, o GIS e, duas décadas mais tarde, o **Instituto de Ciências Sociais** (ICS). O trânsito da administração central do Estado para o campo universitário está iniciado e vai cumprir-se com a fundação do Instituto em circunstâncias não menos sugestivas do extraordinário sentido de oportunidade e vontade de concretização de Sedas Nunes. Por agora, estamos em 1962. O primeiro número da *Análise Social* sairá no ano seguinte.

A formação das elites e a Universidade

Se a geração de Sedas Nunes estava destinada a assegurar um pós-salazarismo imbuído do espírito da doutrina social da Igreja e despojado do ideário corporativista, suplantado intelectualmente ainda na primeira metade dos anos 50, é algo que não cabe esclarecer neste contexto. Certo é que, no início da década de 60, “o descrédito do corporativismo era total”¹⁰ e que, portanto, o que da visão corporativa mais interessava eram temas emergentes relacionados com a organização do trabalho. Como explica Raúl Pereira, que integrou o primeiro secretariado da *Análise Social*,

As preocupações mais em evidência centravam-se então na chamada “questão social”. A reforma da empresa era um dos temas favoritos. Aspectos como os conselhos de empresa, que surgiam sobretudo em França e na Alemanha, os jurados de empresa, em Espanha, as (raras) experiências de cogestão, eram avidamente observados. A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas era então defendida em letra de forma, a par da fiscalização das sociedades anónimas.¹¹

A mudança de registo, no plano teórico-conceptual, vai-se operando em Sedas Nunes, primeiro, pelo abandono do termo *corporativismo*, depois, por uma inflexão clara no sen-

⁷ Trata-se, presume-se, do coroar de uma reflexão que se desenvolve ao longo de três anos, no âmbito do Gabinete de Estudos Corporativos, e que se materializa nos artigos “Crise social e reforma da empresa” (1952), “Introdução ao estudo da corporação” (1953-1954), “Teoria e problemas do corporativismo” (1953-1954) e “A organização corporativa e o serviço social” (1954), todos publicados na Revista do referido Gabinete (Cf. Raúl da Silva Pereira, “Adérito Sedas Nunes: no final do século”, in *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1^a-2^a), 5-8).

⁸ Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, p. 14.

⁹ Segundo Adelino Gomes, que se reporta a Maria Filomena Mónica, “[o] grupo é constituído pelos fundadores da revista e do 1.º GIS. Todos economistas, eles são Mário Murteira, Mário Pinto e Alfredo de Sousa, além de Pires Cardoso, Sedas Nunes e Raúl da Silva Pereira [...]. Juntaram-se-lhes depois Manuela Silva e Mário Cardoso dos Santos”, in Adelino Gomes, “A JUC, o jornal *Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária”, in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 49, 2005, p. 99.

¹⁰ *Ibidem*, p. 14.

¹¹ Raúl da Silva Pereira, *op. cit.*, p. 5.

¹² Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, p. 17.

¹³ *Ibidem*, p. 11.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 42-43.

¹⁵ *Ibidem*, p. 43.

tido da clarificação da doutrina social da Igreja Católica e, finalmente, pela exploração sistemática dos aspetos sociais do desenvolvimento.

No percurso, o regime continua a olhar para o grupo de jovens universitários oriundos do universo da militância católica como “pertencendo à mesma ‘grande família’”, apesar de transitoriamente transviados, sem notar que, da primazia inicialmente concedida às questões sociais, destituída de um propósito político explícito, estes jovens “tinham chegado à convicção de que sindicalismo livre, liberdades públicas e Democracia eram necessários em Portugal”, pelo mero confronto com o rol de desigualdades, miséria e inércia que faziam do regime o primeiro de todos os obstáculos ao desenvolvimento. A geração dos que tinham 30 anos em 1960, e não pertenciam à oposição laica e comunista, não chegara “à crítica do Regime partindo da Democracia; pelo contrário, tinha [...] chegado à Democracia partindo da crítica do Regime”¹².

É especialmente interessante que o autorretrato intelectual de Sedas Nunes, todo ele vinculado à explicitação do processo instituinte que conduz à revista *Análise Social*, se inicie com a promessa de uma posterior clarificação da ligação de tal processo a factos aparentemente tão díspares como a crise do Estado Liberal, a emergência do nazismo e do estalinismo, a crise da filosofia europeia, o desenvolvimento das novas classes médias urbanas e a “expansão da população universitária estudantil”, que adquire progressivamente uma nova consciência de si “como força social e política”, ao mesmo tempo que se torna mais flagrante a “crescente inadaptação das Universidades às mudanças sociais que as percorriam e percorriam toda a sociedade”¹³. Desconhecemos se tal propósito se cumpriu, mas há, explícita na orientação geral da revista e comprovável pela análise do respetivo índice ideográfico, uma intenção de associar a reflexão sobre as condições do desenvolvimento económico e social à reforma da Universidade. Neste capítulo, o artigo que Miller Guerra e Sedas Nunes publicam em 1969, “A crise da universidade em Portugal: reflexões e sugestões”, procurando ir, excepcionalmente, além da análise, constitui, aos olhos de Sedas Nunes, uma exceção e um erro. Uma exceção, pois se determinara a evitar todo o envolvimento político explícito da revista. Um erro porque, num momento de radicalização política, alienava também aqueles que, à esquerda, rejeitavam a opção “reformista” que o texto veiculava.

Na época já nascera o chamado 2º GIS (1966), isto é, o GIS apostado na formação de sociólogos e na efetiva institucionalização da sociologia em Portugal. É por esta época que, entre outros, Alain Touraine rege, com os sociólogos Henri Mendras, Serge Hurtig e Daniel Reynaud, seminários financiados pela FCG, no ISCEF e no Instituto de Estudos Sociais (IES), que, em 1972, dará lugar ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Mas pelo meio fica ainda uma tentativa, gorada, de ingresso no corpo docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), a convite de Adriano Moreira: “a informação da PIDE fora negativa e definitivamente impeditiva”, explica Sedas Nunes. O mesmo não se passou, porém, na Academia Militar, onde lecionava desde o início dos anos 60¹⁴.

Em 69-70, o clima académico no ISCEF é de acentuada radicalização política. O crescimento do poder estudantil conduz à tentativa de uma mudança nas práticas docentes que implica igualmente modificações curriculares, com a introdução do ensino de “disciplinas de ciências sociais” e “a exposição das teorias e teses marxistas”. Novos professores, críticos do regime, são recrutados. E mesmo o sistema de avaliação é alterado, passando a “prever, um pouco por toda a parte”, a intervenção dos alunos. Nada disto, porém, fez infletir o sentido da marcha, do que resultou que, em resposta, Veiga Simão decidiu “desafogar o ISCEF da imensa massa de alunos que o submergia e destruíra, [e] distribuir os estudantes que afluíam ao ISCEF por outras escolas”¹⁵.

Inicia-se o processo transformador que leva à criação do ISCTE, por extinção do IES, de que Sedas Nunes era catedrático e subdiretor, um processo que coloca o sociólogo no centro da dinâmica de institucionalização universitária das ciências sociais em Portugal, pela via do curso de Ciências do Trabalho, que, ao lado do curso de Organização e Gestão de Empresas, mais não era do que um curso de Sociologia com uma designação que o regime permitia. Um processo que não se detém aqui, pois nos conduz, uma década passada,

à unidade orgânica da Universidade de Lisboa vocacionada para a investigação em ciências sociais, o ICS, no momento de um reencontro muito especial de Sedas Nunes com Maria de Lurdes Pintasilgo: o governo a que esta presidiu e que o seu antigo companheiro de militância ‘jucista’ integrou, como Ministro da Cultura e Ciência.

A relação com a esfera política e o lugar da “geração improvável” ou “comment peut-on être persan?”

No longo texto autobiográfico que nos deixou, Sedas Nunes lembra que a pergunta de Montesquieu constitui “metáfora de como se pode socialmente ser o que socialmente se é”¹⁶. A pergunta sobre o que foi socialmente Sedas Nunes não tem resposta que não compreenda a sua autodescrição como membro de uma geração que, próxima do Poder, não queria o poder. A pergunta de Montesquieu é, em Sedas Nunes, dirigida ao Portugal de Salazar. Mas se lha reenviarmos com os elementos que nos proporciona, e à “geração improvável” a que, com manifesto orgulho, sabe pertencer, o que colhemos é uma imagem de homens e mulheres invulgarmente capazes, imbuídos dos princípios éticos de um cristianismo social bem assimilado, por isso avesso às “obras de caridade” e apostado em concretizar “um ideal de mudanças da sociedade para melhor”, mas incapazes de manobrar nos meandros do poder:

A sua incapacidade política condenou [...] esta geração a muitos e frequentes desaires. [...] E quando veio a Revolução, e depois a Democracia, esta geração como que ficou desorientada, sem saber o que fazer: foi rapidamente suplantada por gerações mais jovens que, por toda a parte, conquistaram e assumiram o Poder, bem treinadas como estavam para se apossar dele.¹⁷

Uma imagem mais *nuancée* é hoje possível, e é-o tanto mais quanto nos surge como problemática e discutível a ideia de impreparação para lidar com os meandros do poder. Sedas Nunes não se cansa de sublinhar que a sua é uma geração de transição que, como vemos pelo seu extraordinário exemplo, parece claramente apostada em fazer da universidade o veículo por excelência daquilo que Carlos Leone descreve como a “formação do espaço público português contemporâneo, [...] definido sobretudo em função da formação escolar de uma elite social habituada ao contacto com as tendências do pensamento europeu do seu tempo”¹⁸.

E se a universidade se constitui, na conjuntura especial da Ditadura, em sucedâneo da praça pública, pode não ser desajustado o diagnóstico do mesmo especialista sobre o destino dos que designa por “intelectuais de transição”, entre os quais inclui o Professor Adérito Sedas Nunes: eles, que tinham trazido o discurso crítico para a academia, são, na década de 80, o “novo *establishment*”¹⁹, pois, tendo feito assentar o trabalho científico em bases metodológicas novas, souberam – e puderam, apesar de tudo – criar e dirigir as instituições que serviam esse desígnio. ▽

¹⁶ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷ *Ibidem*, p. 54.

¹⁸ Carlos Leone, *Portugal Extemporâneo*, vol. II, Lisboa, IN-CM, 2005, p. 272.

¹⁹ *Ibidem*, p. 472.



J. LOBO ANTUNES

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

António Egas Moniz

(1874-1955)

Egas Moniz e Eu A propósito de uma biografia

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *A Vida Sexual – Fisiologia*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, 1901.
- *A Neurologia na Guerra*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1917.
- *Clínica Neurológica*, Lisboa, Faculdade de Medicina, 1925.
- *O Padre Faria na História do Hipnotismo*, Lisboa, Faculdade de Medicina, 1925.
- *Diagnostic des Tumeurs Cérébrales et Épreuve de l'Encéphalographie Artérielle*, Paris, Masson&Cie, 1931.
- *Tentatives Opératoires dans le Traitement de Certaines Psychoses*, Paris, Masson&Cie., 1936.
- *La Leucotomie Préfrontal. Traitement Chirurgical de Certaines Psychoses*, Torino, Baravalle e Falconieri, 1937.
- *Trombosis Y OTRAS Obstrucciones de las Carotidas*, Barcelona, Salvat, 1941.
- *Última Lição - Bibliografia*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1944.

Entre as perguntas que me têm feito sobre a biografia de Egas Moniz que publiquei recentemente, a que mais me intriga é *se eu gosto de Egas Moniz*. Em qualquer circunstância, justificar o afeto sentido por alguém é sempre tarefa de delicada indiscrição. Neste caso particular, ainda por cima, o sentimento seria devotado a quem só conheci pelo testemunho de outros e pelas muitas milhares de páginas que fui lendo ao longo dos anos, de modo que a paixão (ou repúdio) seria dedicada a uma personagem cuja realidade eu fui construindo.

Não creio ter alguma vez lido uma biografia em que transpareça uma absoluta neutralidade emocional do autor em relação ao seu herói. Por outro lado, nunca me interessaram aquelas cujo propósito é deliberadamente arruinar uma reputação ou destruir um mito, nem tão pouco a canonização servil que se nota em certas obras encomendadas, muitas vezes ainda em vida do biografado. Se alguém dedica o seu esforço e ocupa o seu espírito na narrativa de uma vida ou na explicação de uma obra, então que o faça com a liberdade crítica que permite descobrir, com simpatia, o barro de que é feito um corpo inteiro, sem exaltar qualidades vestigiais ou, pelo contrário, ampliar minúsculos defeitos. Uma biografia é necessariamente uma interpretação pessoal que procura refinar a objetividade possível das fontes que a alimentam. Por isso eu escrevi que o meu livro era apenas *uma biografia*, lembrando-me talvez a expressão do meu mestre Juvenal Esteves, que, quando lhe elogiei a sobremesa no final de um magnífico almoço, me respondeu: – Isto é apenas *um arroz doce*, porque há muitos mais!

Esta biografia tem naturalmente uma história, que está contada na introdução do livro. Ao longo da sua escrita, vivi embaraçado por uma tensão, que não relaxou, entre aquilo que Egas escreveu sobre si próprio e o que a seu respeito escreveram outros, quase sempre exercícios de uma hagiografia monótona, muitos deles saídos da pena do seu colaborador e discípulo dileto, Pedro Almeida Lima.

Desconfiado da fraca memória dos homens e preocupado sempre com o juízo da posteridade, Egas quis esculpir ele próprio a sua estátua. Assim eu corria o risco de o meu trabalho se reduzir a uma coroa de flores, daquelas que, em ocasiões solenes, se depositam aos pés de um monumento. Em 1919, Egas publicou *Um Ano de Política*, um relato parcial, no duplo sentido, da sua passagem por uma atividade que terá deixado sem remorso - mas não sem ressentimento - , quando foi substituído por Afonso Costa, um republicano que ele detestava, na chefia da delegação portuguesa à conferência de Versailles, no termo da Grande Guerra. Em 1949, ainda antes do Prémio Nobel, surgem as *Confidências de Um Investigador Científico*, em que o herói, ele próprio, é retratado como o cientista perfeito, dedicado, persistente, independente e íntegro, lutando contra a pobreza de recursos, a hostilidade do poder e o antagonismo dos colegas. Finalmente, em 1950, dá à estampa *A Nossa Casa*, uma narrativa ao estilo naturalista de Júlio Dinis – de quem Egas escreveu uma biografia fundamental –, uma reconstrução nostálgica de uma vida familiar abundante em tragédias, pois quando Egas conclui o curso de Medicina em Coimbra, já não lhe restava qualquer parente em primeiro grau. Egas foi criado em menino por um tio abade que lhe forçou o apelido com um vago pretexto histórico, de quem recorda “as justiceiras mãos e o rigor de uma correia que ele tinha guardado para [...] ocasiões de suplício”.

Durante largos meses, Egas ocupou obsessivamente o meu espírito, dele expulsando outros deveres e outras devoções. À medida que ia esvaziando vários caixotes de documentos, foi emergindo uma silhueta que fui preenchendo como um gigantesco *puzzle* que eu sabia, antecipadamente, estar condenado a ser irremediavelmente incompleto e imper-

feito. De facto, mesmo naquilo que Egas escreveu sobre si próprio percebe-se uma certa reticência, a escolha vigilante daquilo que ele queria revelar ou ocultar. Progredindo na escrita, eu sentia que havia o risco de nunca chegar a conhecer o fim, pela dupla angústia da possível infidelidade das fontes e da separação definitiva do objeto do meu labor. Mas um dia o manuscrito partiu e regressou depois feito livro: a tentativa de um retrato que desejei rigoroso, mas acessível ao leitor culto, crítico mas não cínico, militante no combate do papel de Egas na medicina do século XX, enfim, revelador de uma das personagens mais notáveis da história deste povo, sempre tão reservado no louvor dado aos seus mais ilustres filhos.

Volto agora à pergunta inicial, que, pelos vistos, terá suscitado alguma dúvida no espírito de alguns leitores, talvez porque não esperassem a franqueza com que retratei Egas Moniz. Sim, *gosto de Egas Moniz*, e explico porquê. Em primeiro lugar, porque ele foi inventor de duas técnicas fundamentais para as Neurociências clínicas, cuja importância não esmoreceu. A **angiografia cerebral**, o método de investigação dos vasos sanguíneos cerebrais, mantém a sua utilidade diagnóstica, embora mais restrita, mas desempenha hoje um papel indispensável e presumivelmente perene como técnica de intervenção no tratamento de situações tão graves e comuns como os aneurismas cerebrais. Quanto à **psicocirurgia**, depois de a introdução de fármacos psicotrópicos – que estão longe de constituir a cura definitiva de muitas afecções psiquiátricas – a ter remetido para a clandestinidade, surge agora com renovado entusiasmo, uma consistência científica mais sólida, maior rigor tecnológico e outra exigência ética ditada pela maturidade do nosso entendimento destas matérias que, em boa verdade, não existia ainda quando Egas e Almeida Lima propuseram a “leucotomia pré-frontal”.

Gosto de Egas, porque nele encontro algumas virtudes que são apanágio dos cientistas de excelência, começando por uma intuição que é atributo de quem possui olhos de bicho noturno, olhos que conseguem discernir o que se oculta no escuro; a capacidade de discernir analogias surpreendentes nos fenómenos biológicos da doença; o “*esprit de suite*”, a persistência que lhe permitiu prosseguir na angiografia após uma série desoladora de insucessos; a sua arte de inspirar discípulos e de criar uma equipa dedicada à perseguição de um objetivo singular e a percepção tão precoce de que “*science does not exist until it is published*”.

Admiro em Egas a extraordinária modernidade do seu espírito desde a introdução da sexualidade como tema académico, o reconhecimento, antes de todos em Portugal, da importância de Freud e da psicanálise, a necessidade de emancipar a neurocirurgia da cirurgia geral e de dar voz autónoma a outras especialidades médicas e cirúrgicas. Respeito igualmente os seus devaneios nas humanidades, o seu gosto pela escrita que, embora nem sempre de bom gosto, inclui uma contribuição decisiva para o conhecimento da vida e obra de Júlio Dinis, órfão como as suas heroínas e, em certa medida, o próprio Egas.

Quanto ao homem, o juízo é mais reservado. Das virtudes, relevo uma extraordinária coragem física, de que o seu comportamento, quando foi ferido por um louco, é um testemunho impressionante. E ainda uma outra, que tantas vezes se aproxima perigosamente de um defeito cego: a sua fidelidade aos amigos. Mas não posso esconder, no entanto, a pouca generosidade com que concedeu crédito ao seu colaborador mais próximo, Pedro Almeida Lima, discípulo que aliás nunca o renegou e, sobretudo, uma vaidade tornada mais insuportável pelos disfarces translúcidos com que procurou ocultá-la. Na sua perseguição tenaz do Prémio Nobel há uma manipulação pueril que, num ou noutro passo, roça uma pseudo-humildade abjeta.

Defini-o, em traços largos, como político desiludido, clínico carismático, burguês rico, humanista amador e, no fundo, cientista improvável. Mas o lugar na história que Egas Moniz procurou com tanta persistência e perícia é seu e de pleno direito.

Herculano escrevia em 1869 que sempre tivera grandes dúvidas sobre a doutrina da superioridade das inteligências. No que ele acreditava era na superioridade das vontades: “O querer é que é raro”. Egas Moniz *quis tudo* e quase sempre o conseguiu. ▽



JOSÉ RENATO GONÇALVES

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

António Sousa Franco

(1942-2004)

Professor e Cidadão Exemplar

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *A liberdade religiosa e o projecto de Código Civil*, Braga, Livraria Cruz, 1967 (Separata de *Scientia Iuridica*, 16).
- *Políticas financeiras e formação do capital: estudo metodológico*. Tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas, Universidade de Lisboa, 1972.
- *A emigração portuguesa no último decénio*, Guimarães, Assembleia de Guimarães, 1972.
- *Sobre a constituição financeira de 1976-1982*, Lisboa, Direção Geral das Contribuições e Impostos, Centro de Estudos Fiscais, 1983.
- *Ensino superior: presente parado, futuro adiado*, Lisboa, EPNC (Separata de *Negócios*, Junho 1984).
- *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Coimbra, Almedina, 1986.
- *Tribunal de Contas*, Lisboa, Direção-Geral do Tribunal de Contas, 1988.
- *A Constituição económica portuguesa: ensaio interpretativo*, Guilherme d'Oliveira Martins (coautor), Coimbra, Almedina, 1993.
- *Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e das instituições que o precederam: finais do século XVIII - 31-12-1992*, Judite Cavaleiro Paixão (coautora), Lisboa, Tribunal de Contas, 1995.
- *Colectânea de legislação de direito económico*, Eduardo Paz Ferreira (coautor), Coimbra, Almedina, 1996.

São inúmeros os elogios justamente atribuídos ao Professor Doutor António de Sousa Franco, desde “cultor brilhante do Direito e da Economia” e “modelo de excelência para o ensino universitário” até “cidadão exemplar”. Tudo qualificativos abundantemente comprovados ao longo da sua vida, tão intensa e excepcional, por um percurso académico fulgurante e verdadeiramente extraordinário, por uma participação cívica incansável e sempre avisada, por uma intervenção política empenhada, fundamentada e marcante, sem deixar ninguém indiferente, por uma obra científica extensa e muito profunda que continua a constituir a referência fundamental em Portugal, sobretudo nos domínios das Finanças Públicas e do Direito Financeiro, e também do Direito da Economia e do Direito das Comunidades, e, agora, da União Europeia.

Inevitavelmente, a sua memória perdurará em todos aqueles que de algum modo tiveram a felicidade de o conhecer - na Faculdade de Direito, na Universidade de Lisboa, na Universidade Católica, na Universidade de Coimbra, na Academia de Ciências, no Tribunal de Contas, no Parlamento, no Ministério das Finanças, no Governo em geral, na Política e na Economia, ou seja, tanto na Universidade como na sociedade portuguesa, europeia e dos países lusófonos.

Sendo inviável ensaiar em escassas linhas uma biografia, mesmo resumida, do Professor António de Sousa Franco, limitamo-nos a coligir a seguir algumas notas, necessariamente breves e parcelares, mas que podem contribuir para elucidar sobre a singularidade e a excelência, a todos os títulos, da sua vida e da sua obra, na Universidade e na sociedade portuguesa do último século.

Vida e Participação Cívica

Filho do médico António Sousa Franco e da professora de português Maria de Jesus Pacheco, António Luciano Pacheco de Sousa Franco nasceu no dia 21 de setembro de 1942 em Lisboa. Aluno brilhante em todo o percurso escolar, licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade Lisboa em 1964, com a classificação final de 18 valores. No ano seguinte concluiu o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas com igual classificação. Também na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, obteve o Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) em 1972, com aprovação por unanimidade com distinção e louvor.

António de Sousa Franco dedicou-se intensamente durante toda a vida aos assuntos cívicos. Militou desde muito novo na Ação Católica. Em 1963-1964 fez parte da direção nacional da Juventude Universitária Católica (JUC). De 1962 a 1964 foi redator e diretor do jornal universitário *Encontro*, em 1964-1965 presidiu à JUC de Direito, foi dirigente da Liga Universitária Católica (LUC) e da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL) e, em 1965-1966, integrou a direção da Associação dos Jurisconsultos Católicos. Tornou-se secretário-geral da junta central da Ação Católica Portuguesa em 1970. No ano seguinte foi eleito primeiro presidente da comissão executiva e do conselho nacional da mesma organização, dirigindo também o respetivo *Boletim* até ao final de 1972. Já no final da sua vida, desempenhou com sucesso a difícil tarefa de concluir a

última revisão da Concordata entre a Santa Sé e Portugal.

Intervenção Política

Após a Revolução de abril de 1974, António de Sousa Franco filiou-se no Partido Popular Democrático (PPD – cuja designação seria substituída em 1977 por Partido Social Democrata – PSD), em cujas listas foi eleito deputado (entre 1976 e 1979) e no qual exerceu vários cargos, incluindo o de presidente da Comissão Política Nacional, em 1978. Entretanto, em 1974-1975 foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e, em 1976, Secretário de Estado das Finanças. Durante o mandato parlamentar iniciado em 1976, exerceu funções de vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano até 1978 e de primeiro presidente da Comissão de Assuntos Europeus, em 1979, para além de ter redigido várias propostas de lei – incluindo a Lei de Enquadramento Orçamental, posteriormente revogada, as versões finais das leis de delimitação dos setores de produção, das indemnizações, da reforma agrária e do arrendamento rural, em 1977, e das Leis das Finanças Locais e Lei da Liberdade de Ensino, em 1979, tal como sucedera anteriormente com a primeira Lei de Imprensa, que vigorou de 1975 até 1999.

Em rutura com o líder do PSD (Francisco Sá Carneiro), Sousa Franco abandonou o partido em abril de 1979, acompanhado por outros militantes (incluindo o fundador Magalhães Mota, Sérvulo Correia, Barbosa de Melo, Costa Andrade, António Marques Mendes, António Rebelo de Sousa, Artur Cunha Leal, Furtado de Carvalho, Mário Pinto, Olívio França, Nandim de Carvalho, Ruben Raposo e Rui Machete), com os quais fundou a Ação Social Democrata Independente (ASDI), à qual presidiu até 1982. Foi Ministro das Finanças entre 1 de agosto de 1979 e 17 de dezembro de 1980 (no Governo de iniciativa presidencial chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo). Nas eleições legislativas de 1980, a ASDI coligou-se com o PS e com a União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) através da Frente Republicana Socialista (FRS). Exerceu o mandato de deputado até 1982. Apesar da proximidade com o PS, manteve-se sempre independente. Nas eleições presidenciais de 1986, apoiou Freitas do Amaral contra Mário Soares e, nas autárquicas de 1989, apoiou Marcelo Rebelo de Sousa, do PSD, para a Câmara de Lisboa.

Foi novamente Ministro das Finanças entre 18 de outubro de 1995 e 25 de outubro de 1999, no primeiro governo do PS chefiado por António Guterres. Entre 1996 e 1999, representou o PS no grupo dos Partidos Socialistas europeus, tendo redigido a declaração de Atenas, de 1997, sobre “Crescimento, emprego e coesão social” e, no ano seguinte, o documento “A Nova Via Económica: Reformas na União Económica e Monetária”. Após a saída do Governo, em 1999, distanciou-se durante algum tempo do PS, mas foi cabeça de lista do partido nas eleições para o Parlamento Europeu de 2004. Faleceu de ataque cardíaco numa ação de campanha eleitoral, em Matosinhos, no dia 9 de junho de 2004, quatro dias antes das eleições (12 de junho).

Em sua memória foi instituído pelo PS, no Parlamento Europeu, o Prémio Professor António de Sousa Franco, a atribuído anualmente a trabalhos na área do Direito da União Europeia, nas categorias de “Formação” e de “Investigação”, avaliados por um júri designado pelas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa e pela Dra. Matilde Pessoa Figueiredo Sousa Franco, sua viúva (com quem casara, em Coimbra, em 17 de setembro de 1983).

Em 21 de setembro de 2008, dia de aniversário do seu nascimento, a Câmara Municipal de Lisboa prestou-lhe homenagem em cerimónia pública e inaugurou em Telheiras, freguesia do Lumiar, um jardim com o seu nome: Jardim Prof. Doutor Sousa Franco.

Professor e Investigador Universitário

O Professor Sousa Franco iniciou a sua atividade docente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1966, primeiro como Assistente, depois como Professor Auxiliar (após o Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas, em 1972), Professor Associado (1977) e Professor Catedrático (após a agregação em Direito, em 1979). Foi professor da Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Ciências Humanas, desde 1979, e da

Faculdade de Direito, desde 1989. Foi professor convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre 1981 e 1983, bem como da Universidade Livre e da Universidade Internacional. Foi ademais titular da cátedra Jean Monnet de Direito Comunitário Europeu, desde 1994, além de professor visitante e conferencista em outras universidades portuguesas, europeias, norte-americanas, brasileiras e africanas.

Ao longo do seu magistério universitário, Sousa Franco regeu mais de uma centena de cursos de Licenciatura e cerca de uma centena de cursos de pós-graduação e de mestrado para mais de duas dezenas de milhares de alunos. Publicou Lições e escreveu ensaios em várias disciplinas, nas áreas das Finanças Públicas, do Direito Financeiro, do Direito Fiscal, do Direito da Economia, do Direito Administrativo, da Economia Portuguesa e da Economia e das Finanças das Comunidades e da União Europeia, em que foi precursor em Portugal, conjuntamente com o Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha. Orientou várias dissertações de mestrado e de doutoramento e foi membro de numerosos júris de mestrado e doutoramento em Direito e em Ciências Jurídicas e Económicas.

Para além das funções docentes e de investigação, o Professor Sousa Franco participou na gestão da Faculdade e da Universidade. Foi membro do Conselho Científico, membro da Comissão de Reestruturação da Faculdade, em 1975-1977, membro do Conselho Pedagógico, em 1978-1979, delegado à Assembleia de Representantes, entre 1980 e 1983, presidente do Conselho Diretivo da Faculdade, entre 1979 e 1985 e, novamente, em 2004, presidente do Conselho Científico. Foi também membro da Assembleia Geral e do Senado da Universidade de Lisboa, entre 1993 e 1994. Quando da sua morte, em junho de 2004, acumulava heroicamente a presidência do Conselho Diretivo e do Conselho Científico da Faculdade de Direito. Foi membro e vice-presidente da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos de Direito, de 2002-2003. Na Universidade Católica Portuguesa, integrou a comissão instaladora, foi o primeiro Diretor da Faculdade de Direito, entre 1989 e 1995, e membro do Conselho Superior. Foi ainda consultor do Instituto Superior de Gestão, membro do Conselho Científico do Instituto de Serviço Social de Lisboa e do Senado da Universidade Internacional, bem como membro do Conselho Técnico do Centro de Estudos Judiciários e, entre 1988 e 1993, do Conselho Nacional de Educação.

Sócio da Academia das Ciências – Classe de Letras, bem como de outras sociedades científicas nacionais e internacionais. Diretor da revista *Direito e Justiça* e membro do conselho editorial da *Common Market Law Review*, entre outras publicações. Membro do Centro de Estudos Fiscais, de 1965 a 1968. Consultor do Banco Mundial, da OCDE, do FMI e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Foi condecorado, entre outras, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco (Brasil).

Presidente do Tribunal de Contas

Em 1986, durante o primeiro Governo chefiado por Aníbal Cavaco Silva, Sousa Franco foi nomeado Presidente do Tribunal de Contas, cargo do qual seria exonerado a seu pedido em 1995, com vista a desempenhar o cargo de ministro das Finanças. Foi membro do Conselho Nacional de Educação, entre 1987 e 1993, e Presidente do Centro de Arbitragem das Câmaras de Comércio e Indústria de Portugal, entre 1993 e 1995. Apesar das múltiplas tarefas que foi solicitado a aceitar fora da Faculdade e da Universidade, só interrompeu verdadeiramente a sua função de Professor enquanto foi Ministro das Finanças, sem, no entanto, deixar de continuar a colaborar com muita frequência, através de intervenções, sempre pertinentes e brilhantes, em conferências, cursos e outras iniciativas, nas suas áreas de especialidade – em especial as Finanças Públicas e o Direito Financeiro e Fiscal, a Integração Económica Internacional e o Direito da União Europeia, bem como as Ciências Económicas em geral e o Direito Económico.

Sousa Franco impulsionou a primeira reforma de fundo do Tribunal de Contas após várias décadas, a qual deveria finalmente concretizar a independência real e a superioridade das respetivas decisões sobre a Administração Pública, à imagem dos restantes tribunais, conforme decorria já do texto originário da Constituição de 1976. A revisão constitucional de 1989 e a Lei de Reforma do Tribunal de Contas (Lei n.º 86/89, de 8 de setembro) consolidaram um verdadeiro órgão de controlo externo democrático sobre as contas pú-

blicas. O reforço do controlo financeiro exercido pelo Tribunal prosseguiu com outros diplomas, como a Lei n.º 14/96, que ampliou os respetivos poderes à avaliação da gestão financeira e ao setor empresarial público, incluindo os processos de reprivatização, bem assim com a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que revogou a citada Lei n.º 86/89, em ambos os casos na altura em que Sousa Franco voltara a ser Ministro das Finanças.

Ministro das Finanças

António de Sousa Franco voltou ao Ministério das Finanças como Ministro, de 1995 a 1999, durante o (primeiro) Governo chefiado por António Guterres (XIII Governo Constitucional), no qual se ultimou a criação da união monetária europeia e do Euro, em 1 de janeiro de 1999. A sua excecional preparação no domínio das ciências jurídicas e económicas, designadamente no respeitante à integração económica internacional e, em especial, à integração monetária, e do Direito das Comunidades Europeias e (depois) da União Europeia, foi sem dúvida decisiva para o cumprimento com êxito da missão nacional de entrada na zona Euro no momento da sua criação, como tinha sido anteriormente decidido, após a verificação dos chamados critérios de Maastricht. Portugal foi um dos onze Estados membros da União fundadores do Euro (em conjunto com a Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália e Luxemburgo). Se depois as coisas correram mal para Portugal, não se conseguindo sequer impedir um agravamento das assimetrias económicas e sociais em face da generalidade dos parceiros europeus, além do mais à custa de um aprofundamento persistente de vários desequilíbrios com o exterior¹, isso não se deveu certamente a Sousa Franco, capaz de o perceber muito antes de tantos outros.

Para além da preparação do país para a unificação monetária europeia, que tinha de abranger e efetivamente envolveu os mais diversos setores e agentes da economia e da sociedade, Sousa Franco, enquanto Ministro das Finanças, promoveu o estudo e o debate sobre algumas das questões mais relevantes e candentes no domínio da economia e das finanças, conduzindo não raramente à aprovação e concretização de várias reformas, como sucedeu, por exemplo, com o novo regime de acesso da iniciativa privada a determinadas atividades económicas, aprovado pela Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, com a nova Lei Orgânica do Banco de Portugal (Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro), com o novo regime de acesso à atividade seguradora (Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril), com o estatuto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de novembro, com o novo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e com o novo regime do setor empresarial do Estado (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro)², independentemente das alterações que entretanto foram introduzidas em vários dos diplomas citados.

Obra Científica

A investigação do Professor Sousa Franco incidiu especialmente nas áreas das Finanças Públicas, do Direito Financeiro e Fiscal, do Direito da Economia e do Direito Comunitário Europeu (agora, da União Europeia). Deixou uma vastíssima e profunda obra publicada (mais de mil títulos, alguns editados em várias línguas), prematura e tragicamente interrompida, como a sua vida, no dia 9 de junho de 2004, em Matosinhos. ▽

¹ Cf. JOSÉ RENATO GONÇALVES, *O Euro e o Futuro de Portugal e da União Europeia. Estudo sobre a coesão económica, social e territorial no contexto da unificação monetária e da globalização*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

² Cf. Eduardo Paz Ferreira (org.), *Estudos sobre o Novo Regime do Sector Empresarial do Estado*, Coimbra, Almedina, 2000.



ISABEL AMARAL

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Augusto Pires Celestino da Costa (1884-1956)

Uma vida, uma obra

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Sur l’Éxistence de Filaments Ergastoplasmiques dans les Cellules du Lobe Antérieur de l’Hypophyse du Cobaye,” in *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, 3, Lisboa, 1909, pp. 149-151.
- “Sur les Modifications de la Thyroïde du Lapin à la Suite d’Injections de Proteïdes et de Globulines Thyroïdiennes”, Sílvio Rebello (coautor), in *Archivos do Real Instituto Câmara Pestana*, 2, 1910, pp. 309-338.
- *Sobre a histofisiologia das glândulas de secreção interna, suprarrenais, thyroideia e paratyroideias, hypophyse*, Lisboa, Dissertação de Concurso da FML, 1911.
- *O Ensino Médico em Lisboa – a Histologia e a Embriologia*, Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925.
- *Elementos de Embriologia*, Lisboa, J. A. Rodrigues, 1933.
- *La Faculté de Médecine de Lisbonne*, Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1933.
- *A Junta de Educação Nacional*, Lisboa, Publicação da Sociedade de Estudos Pedagógicos, Série A2, 1934.
- *O Problema da Investigação Científica em Portugal*, Coimbra, Oficinas Atlântida, 1939.
- *Tratado Elementar de Histologia e Anatomia Microscópica*, P. Roberto Chaves (coautor), Lisboa, Livraria Luso-Espanhola Limitada, 1944.

Augusto Pires Celestino da Costa nasce a 16 de abril de 1884. O pai, Pedro Croner Celestino da Costa, é tenente de infantaria, fiel ao regime monárquico; a mãe, Maria Luísa Amélia Pires da Costa, é uma mulher culta. Criado no seio de uma família com vocação musical, Celestino da Costa é iniciado, desde cedo, nesta arte que irá cultivar ao longo da vida como um dos passatempos preferidos.

Frequenta o ensino secundário no Liceu Camões e faz o curso de Medicina na Escola Médico Cirúrgica, em Lisboa, onde frequenta o laboratório de Marck Athias, que lhe incute o gosto pela medicina experimental, especialmente pela histologia. Em 1905, conclui a licenciatura e dois anos depois, com o auxílio financeiro do seu tio, o médico Carlos May Ferreira, parte para a Alemanha, onde realiza um estágio no Instituto Anatomico-Patológico, dirigido por Oskar Hertwig.

Regressado a Lisboa, em 1911, ocupa a cátedra de histologia e embriologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Desde então, dirige o Instituto de Histologia e Embriologia, onde forma, a exemplo do mestre Marck Athias, a sua própria escola de investigação.

Em 1931, é secretário da Faculdade; em 1932, é eleito vice-presidente da Junta Nacional de Educação. Em 1934, assume a presidência da Junta e em 1936, a do Instituto para a Alta Cultura, onde desenvolve três grandes linhas de ação: a organização da investigação científica e do fomento cultural, o intercâmbio cultural universitário e a expansão da língua e da história portuguesas. Em 1935, é nomeado diretor da faculdade e, em 1947, como tantos outros professores universitários, é atingido pela purga universitária, abandonando a Faculdade durante alguns meses.

A sua obra compreende 384 publicações que incluem artigos e biografias científicas, manuais de laboratório, livros de texto, relatórios institucionais e artigos de caráter mais generalista cuja temática dominante é o ensino médico nas universidades. Para além dos 173 artigos científicos que evidenciam a importância da investigação científica no percurso de Celestino da Costa, merecem especial destaque os livros de texto que publicou, particularmente, *Elementos de Embriologia* (1933) e o *Tratado Elementar de Histologia e Anatomia Microscópica* (1944), traduzidos em espanhol e francês.

Foi fundador da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, da Sociedade Portuguesa de Biologia, da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia e cofundador da Sociedade Luso-Espanhola de Endocrinologia. Foi também presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e da Secção de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa.

Um olhar pela investigação científica

Na tradição inaugurada por Marck Athias, Celestino da Costa estrutura um programa de investigação em três áreas pioneiras em Portugal: a citologia, a embriologia e a histologia.

Pela importância dos seus trabalhos e pelo número daqueles que inspira aos seus discípulos, o laboratório que dirige na Faculdade de Medicina torna-se um dos centros de investigação mais importantes na área da histofisiologia das glândulas endócrinas. Desde a endocrinologia à embriologia, Celestino da Costa voltará sempre à ideia inicial para a completar e refazer. No campo da endocrinologia, começa com o estudo da glândula suprarrenal, em 1904, e com ela termina, em 1956, completando um ciclo; no âmbito da embriologia, inicia-a com a histogénese da suprarrenal no estudo dos paragânglios e as suas relações com o simpático, em 1917, e fecha também o ciclo, poucas horas antes de falecer, ao apresentar no último congresso da *Association des Anatomistes*, realizado em Lisboa em 1956, um trabalho de revisão sobre a embriologia do simpático. A investigação em histofisiologia das glândulas endócrinas (suprarrenal, hipófise, tiroideia e pâncreas) virá mesmo a transcender a comunidade científica nacional, tendo constituído um estímulo para o desenvolvimento da endocrinologia em França e na Península Ibérica, onde Celestino da Costa é considerado referência obrigatória na área.

Celestino da Costa, o Homem

Celestino da Costa é uma figura incontornável da história da medicina, associado à geração de 1911, ao lado de Marck Athias, Aníbal Bettencourt, Francisco Gentil, Azevedo Neves, Sílvio Rebelo e Henrique de Vilhena. Arauto do novo paradigma da medicina experimental, destaca-se no panorama científico nacional, fazendo da investigação e do ensino um instrumento de educação colocado não só ao serviço dos estudantes de medicina como também da reforma intelectual do país. Dentro do que lhe foi possível no contexto do Estado Novo, regime cujos ideais não partilha, Celestino da Costa empenhou-se na definição e concretização de políticas de investigação, através da Junta Nacional de Educação e do Instituto para a Alta Cultura, cujos resultados se fizeram sentir em diversas disciplinas científicas, com destaque particular nas áreas biomédicas.

Atribuindo a si próprio o papel de “apóstolo” da ciência, torna-se no mentor de uma reforma intelectual e de uma “cruzada” pela investigação científica em Portugal, sem descurar outras facetas complementares da sua vida profissional, a paixão pela música e por Lisboa. ▼



JÚLIA GASPAR

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Branca Edmée Marques (1899–1986)

Uma investigadora atraída pela radioatividade

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Sur la distribution du radium dans les cristaux de bromure de baryum radifère”, in *Comptes Rendus de l’Académie des Sciences de Paris*, 198, 1934, pp. 819–821.
- *Nouvelles Recherches sur le fractionnement des sels de baryum radifères*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Paris, 1935.
- “Nouvelle méthode de séparation du radium par appauvrissement rapide en baryum”, *Journal de Chimie Physique*, 33, 1936, pp. 306–12.
- “Sur les activités en profondeur de l’argent irradié par des deutons”, (em colaboração com C. Chaminé e H. Faraggi), in *Comptes Rendus de l’Académie des Sciences de Paris*, 229 (1949), pp. 359–360.
- “Os actínidos e uma pesquisa de neptúnio e de plutónio na pechblenda da Urgeiriça”, in *Revista da Faculdade de Ciências*, 1, 1952, pp. 203–24.
- “Evolução da radioactividade da água de algumas chuvas: quarta informação sobre as precipitações atmosféricas”, in *Revista Portuguesa de Química*, 3, 1961, pp. 9–30.

¹ Branca Edmée Marques, *Curriculum Vitae* (Apresentado em concurso para Professor Catedrático de Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), Lisboa, 1954, p. 9.

Os anos de formação

Branca Edmée Marques licenciou-se em ciências físico-químicas pela Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1925. Antes de terminar o curso foi convidada para assistente por Achilles Machado, professor catedrático de química. Ainda estudante, em 1923–4, efectuou um estágio no Laboratório de Química Analítica do Instituto Superior Técnico, sob a direção de Charles Lepierre. Recusou uma oferta de emprego para fazer trabalhos laboratoriais de apoio à Missão Geológica de Angola, porque não desejava limitar-se a uma profissão de analista nem se sentia atraída por uma região tão distante.

A sua grande ambição era, afinal, ampliar os conhecimentos e especializar-se em radioatividade, um ramo da ciência “que já nessa época mais a atraía”¹, e por isso, em 1930, solicitava à Junta de Educação Nacional (JEN) uma bolsa para estudar no estrangeiro. Só em novembro de 1931 lhe foi concedida uma bolsa para o Laboratório Curie do Instituto do Rádio de Paris. Desconhece-se quando e como despertou nela a atração pela radioatividade, tão intensa que foi impelida a requerer uma bolsa para trabalhar no estrangeiro, embora fosse casada e o marido não a pudesse acompanhar.

Iniciou o tirocínio sob a direção de Marie Curie, com a técnica das medidas no laboratório e a aprendizagem dos métodos utilizados na dosagem do rádio e do urânio nos minerais. Prosseguiu seguidamente com o estudo das condições para efetuar o fracionamento dos sais de bário radifero. Em novembro de 1935, prestou provas públicas para o doutoramento, perante um júri constituído por Jean Perrin, Frédéric Joliot e André Debierne, o substituto de Marie Curie desde 1934.

Materialização de um sonho

Em janeiro de 1936, Branca Marques regressava a Lisboa. Ainda respirava o ambiente do Laboratório de Marie Curie, onde a filha desta, Irène, e o marido, Frédéric Joliot, tinham descoberto como produzir radioelementos no laboratório, uma descoberta anunciada em janeiro de 1934. A radioquímica e a química nuclear passavam, assim, a constituir uma forte promessa para o futuro.

Branca Marques mostrou uma forte vontade de continuar a investigar no domínio da radioatividade em que se especializara. O seu projeto era agora a criação de um laboratório para estudos de Radioquímica, que Vítor Hugo de Lemos, diretor da Faculdade, e António Pereira Forjaz, diretor da secção de ciências físico-químicas, patrocinaram. De 1936 a 1939, empenhou-se em criar condições adequadas de trabalho, primeiro, adaptando um velho local de trabalho a laboratório e, em seguida, tratando da compra de aparelhos adequados à aplicação das delicadas técnicas de radioquímica. Ela própria se encarregou dos contactos com firmas estrangeiras, dispensando intermediários comerciais, e requereu os subsídios necessários ao Instituto para a Alta Cultura, sucessor da Junta de Educação Nacional em 1936. Com a construção do Laboratório de Radioquímica foi constituído oficiosamente o Departamento de Radioquímica e Química Nuclear da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Em 1939, já era possível avaliar neste Departamento a radioatividade pelos métodos clássicos em condições de paridade com as do Serviço Oficial de Medições do Instituto do Rádio de Paris. Em 1950, o Laboratório foi modernizado com a instalação de contadores Geiger-Müller. Em abril de 1953, passava a funcionar no Departamento o Centro de Estudos de Radioquímica instalado pela Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear do Instituto para a Alta Cultura. Desde outubro de 1952, esta Comissão vinha instalando centros de estudos nas Faculdades de Ciências, dando início ao programa nuclear português. Entre os professores universitários escolhidos para dirigir estes Centros de Estudos de Energia Nuclear, Branca Marques era dos poucos que possuía uma especialização neste domínio.

A abertura do Departamento ao exterior começou através da colaboração com investigadores do Instituto do Rádio de Paris, em 1939. A II Guerra Mundial interrompeu esta colaboração. O trabalho “Sobre uma propriedade dos radiocoloides”, de Branca Marques e Catherine Cheminée, por exemplo, resultou desta colaboração. Teve início em Paris, mas a pesquisa quantitativa foi totalmente efetuada no Departamento. Em 1951, Branca colaborou com o médico Valadas Preto numa investigação aplicada aos radioisótopos, sobre o uso do Iodo-131 em diagnóstico e em terapia.

Com a instalação do Centro de Estudos começaram a afluir pedidos de informação técnica relativos ao aproveitamento dos radioisótopos e à identificação de minérios radioativos, vindos tanto de Portugal continental como das colónias. Mas o Centro de Estudos cumpriu sobretudo uma função fundamental ao nível da formação e da criação de condições de investigação para jovens licenciados. Também foram efetuados trabalhos de investigação aplicada em colaboração com o Instituto Hidrográfico do Ministério da Marinha.

Uma vida científica intensa

Branca Marques começou a publicar muito cedo. O seu primeiro trabalho, sobre a água termal do Estoril, saiu no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, em 1932. Os quatro seguintes, saídos entre 1933 e 1934, inseridos no âmbito da sua formação para o doutoramento, foram publicados em *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*. Em 1936, já em Portugal, enviou três trabalhos relacionados com o mesmo assunto para França, que foram publicados no *Journal de Chimie Physique*. A sua colaboração com químicos franceses foi publicada em *Comptes Rendus*, entre 1939 e 1949. A seguir a 1949, a maioria dos seus trabalhos foram publicados na *Revista Portuguesa de Química*. Entre os colaboradores com os quais publicou encontram-se Regina Grade, César Viana, Fernando Ribeiro e Maria de Lurdes Simões.

Em 1949, Branca Marques viajou a expensas próprias para visitar os diversos Laboratórios do Commissariat à l'Énergie Atomique e os serviços da pilha atómica “Zoe”. Durante um mês colaborou nos trabalhos de química nuclear em curso no Instituto do Rádio de Paris. Em 1951, esteve em Inglaterra, onde visitou Laboratórios do Atomic Energy Research Establishment, os serviços da pilha atómica “Bepo” e a secção de radioisótopos do Hospital Escolar de Londres. Em 1953, voltou novamente a França.

Participou ainda em diversas conferências e congressos internacionais. Em 1951, representou a Faculdade de Ciências e a Sociedade Portuguesa de Química e Física na Conferência de Técnicas de Isótopos, em Oxford, e, em 1953, no Congresso Internacional de Química Industrial, em Paris. Na primeira, apresentou o trabalho de colaboração com Valadas Preto. Em 1958 foi um dos representantes de Portugal na Segunda Conferência Internacional sobre Aplicações Pacíficas da Energia Nuclear, em Genebra, onde apresentou uma comunicação em colaboração com Regina Grade. Também participou assiduamente nos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências.

Uma mulher cientista

Branca Marques foi uma de entre várias mulheres da Faculdade de Ciências de Lisboa a distinguir-se na investigação científica. Seguiram-se-lhe Lúcia Salgueiro e Marieta da

Silveira, ambas doutoradas pela Universidade de Lisboa, em 1945 e 1946, respetivamente. Ao contrário da Escola Politécnica, que era uma escola no masculino, em toda a sua existência frequentada por apenas um punhado de alunas, a Faculdade de Ciências revelou-se desde cedo uma escola no feminino, o que pode radicar nas reformas republicanas que facilitaram o acesso das mulheres ao ensino liceal e que foram, paulatinamente, operando uma mudança de mentalidades que estimulou a participação das mulheres no ensino superior. Branca Marques conta-se entre os primeiros assistentes da Faculdade de Ciências que se doutoraram no estrangeiro com bolsas da JEN. Não é de espantar que tenha sempre acolhido no seu grupo de investigação inúmeras mulheres.

Num contexto em que a investigação científica tardava em afirmar-se, o percurso de Branca Edmée Marques não foi fácil, estando ainda por esclarecer de que forma o ser mulher influenciou ou não escolhas, carreiras e possibilidades de publicação. Doutorada em 1935 na Universidade de Paris, discípula de Marie Curie, só em 1942 conseguiu ser promovida a primeira assistente. Entre 1942 e 1953, foi Professora Extraordinária, com contrato renovável anualmente, tendo prestado provas para conseguir o título de Professor Agregado, em 1949. Em 1954, concorreu a uma vaga de Professor Catedrático, em simultâneo com Kurt Jacobsohn, tendo sido aprovada em mérito absoluto, mas não em mérito relativo. Só três décadas depois do doutoramento, em 1966, conseguiu ser promovida a Professora Catedrática. Foi a primeira catedrática da Faculdade de Ciências, tendo sido, como se viu, a impulsionadora do Laboratório de Radioquímica (1936) e tendo dirigido o Centro de Estudos de Radioquímica da Comissão de Estudos de Energia Nuclear, que lhe sucedeu. A sua carreira docente terminou com a jubilação em 1969, mas a investigação prolongar-se-ia, pelo menos, até 1978. ▼

TERESA SALOMÉ

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Carlos Teixeira

(1910-1982)

Um Geólogo com uma Missão



Os anos de formação

Carlos Teixeira nasce em Aboim, Fafe, a 23 de setembro de 1910, filho de Joaquina Teixeira de Magalhães, solteira, e de pai desconhecido, e morre em Lisboa a 7 de junho de 1982. Os primeiros anos de vida de Carlos Teixeira são passados perto de Vieira do Minho e em Chaves, onde, entre 1922 e 1929, frequenta o liceu. O último ano do curso complementar de ciências é feito em Braga.

Findo o ensino liceal, Carlos Teixeira pensa em cursar Medicina mas acaba por optar pela licenciatura em Ciências Histórico-Naturais, uma vez que a duração mais breve deste último curso acaba por torná-lo menos dispendioso. No ano letivo de 1929/1930 ingressa na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) e termina a licenciatura em 1933. Nesse ano, é convidado para assistente extraordinário de Botânica na FCUP. Simultaneamente cursa Ciências Pedagógicas na Universidade de Coimbra e leciona no Liceu de Braga. O final da licenciatura coincide com a provável integração de Carlos Teixeira na escola de investigação liderada por António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960) no Instituto de Antropologia da FCUP.

Em 1937, Carlos Teixeira é contratado como naturalista do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico (MLMG) anexo à FCUP. Esta circunstância acaba por ser determinante na sua decisão de se dedicar à Geologia. É enquanto naturalista do MLMG que Carlos Teixeira inicia a preparação da sua tese de doutoramento e que, em 1938, estagia em França, no Instituto Geológico da Universidade de Lille, na qualidade de bolseiro do Instituto para a Alta Cultura (IAC).

Em Lille, trabalha com os geólogos Paul Bertrand (1979-1944), Pierre Pruvost (1890-1967) e Paul Corsin (1904-1983). Durante a sua estadia em França, Carlos Teixeira tem a oportunidade de, por um lado, contactar com a prática científica num país estrangeiro e, por outro, de travar conhecimento com algumas figuras ligadas ao meio científico português que, tal como ele, são bolseiros do IAC. Em Paris conhece os geógrafos António de Medeiros Gouveia (1900-1972) e Orlando Ribeiro (1911-1997), com quem acabará por desenvolver, de regresso a Portugal, relações de trabalho e de amizade intensas e duradouras. Na mesma cidade conhece o geólogo francês Georges Zbyszewski (1909-1999), que, em 1940, se estabelece em Portugal como geólogo dos Serviços Geológicos (SG), de quem também se torna amigo e com quem manterá uma significativa colaboração científica.

Regressado a Portugal, Carlos Teixeira faz parte do grupo de geólogos que, a partir da segunda metade da década de 1930, é responsável por um período de intensa atividade científica no MLMG. Em 1940, João Carrington Simões da Costa (1891-1982), Carlos Teixeira e João Manuel Cotelto Neiva (1917) criam a Sociedade Geológica de Portugal.

Carlos Teixeira obtém o doutoramento pela FCUP em 1944, continuando a ocupar o lugar de naturalista do MLMG até 1946, mas, nesse ano, decide partir para Lisboa, ingressando como 1º assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Em 1948, realiza provas de agregação e, em 1950, torna-se professor catedrático.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “O Antracólítico continental português (estratigrafia-tectónica)”, in *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 5, 1945, pp. 1-139.
- *O que vale a Geologia. Missão do geólogo*, Lisboa, Edição de autor, 1950.
- “Cartografia geológica de Goa”, in *S/a, A Geologia de Goa. Considerações e Controvérsias*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, pp. 139-160.
- *Geólogos... Para quê?*, Lisboa, Edição de autor, 1976.
- *Geologia de Portugal. Precâmbrico, Paleozóico*, Vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

A construção de uma identidade

Da obra científica de Carlos Teixeira constam inúmeros trabalhos dedicados à geologia de Portugal continental e das antigas possessões coloniais portuguesas. Carlos Teixeira desenvolve igualmente extensa colaboração com geólogos espanhóis, a fim de tratar questões geológicas respeitantes, simultaneamente, a Portugal e a Espanha.

Apesar de inicialmente Carlos Teixeira se ter centrado no estudo de formações geológicas pertencentes ao Carbónico, no decorrer da sua carreira científica e profissional acabará por dedicar-se ao estudo de formações de praticamente todas as idades. A investigação que realiza abarca diversas áreas da Geologia, possui um carácter global e abrangente, originando, deste modo, verdadeiros estudos de geologia regional. Mais do que dominar diferentes áreas de especialização no âmbito da Geologia, o trabalho de Carlos Teixeira caracteriza-se por uma visão global e generalista da Geologia, iminentemente descritiva e, à primeira vista, baseada em pressupostos teóricos cuja aceitação em contexto nacional não parece ser, regra geral, problematizada. Esta visão encontra a sua expressão máxima na realização da cartografia geológica de Portugal e nos estudos de geologia regional a ela associados. Geólogo de campo por excelência, Carlos Teixeira é, enquanto colaborador dos SG, autor e coautor de uma parte significativa da cartografia geológica de Portugal continental e dos antigos territórios ultramarinos.

Ao longo da sua vida, Carlos Teixeira acaba por se envolver na atividade de numerosas instituições que, de uma forma ou de outra, se encontram ligadas à Geologia. É consultor e vogal da Junta de Energia Nuclear e chefia o Laboratório de Estudos Petrológicos e Paleontológicos da Junta de Investigações do Ultramar. É consultor benévolo de diversas instituições públicas. Em 1952, torna-se sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e, em 1960, sócio efetivo. Em 1955, é eleito sócio correspondente da Real Academia de Ciências Exatas, Físicas e Naturais de Madrid. É sócio da Sociedade Geológica de França desde 1938, onde chega a desempenhar as funções de vice-presidente. Representa ainda Portugal em diversos encontros científicos internacionais, nomeadamente em sessões do Congresso Internacional de Geologia.

A concretização de uma missão

Admite-se que Carlos Teixeira terá sido o líder da primeira escola de investigação em Geologia existente em Portugal, criada em 1956 e sediada no Centro de Estudos de Geologia da FCUL. Carlos Teixeira é um líder carismático que exerce uma liderança forte e efetiva, não só devido à sua competência científica, como também ao seu significativo poder institucional, o que possibilita a colocação de diversos discípulos seus em diversas instituições ligadas à Geologia, com destaque para as universidades e os SG. A liberdade de movimentos de Carlos Teixeira nos SG é significativa, o que permite que, durante as décadas de 1960 e 1970, estes funcionem como uma escola prática em Geologia, extensão da escola de investigação existente na FCUL. Esta circunstância permite a Carlos Teixeira ser o responsável pela introdução da prática de campo sistemática na licenciatura em Ciências Geológicas/Geologia da FCUL, assim como pelo estreitamento e consolidação dos laços existentes entre a universidade e os SG.

Carlos Teixeira tem também importância fundamental na defesa da Geologia em Portugal. Enquanto cofundador da Sociedade Geológica de Portugal, desenvolve uma intensa ação no sentido de promover o reconhecimento científico e social da geologia e dos geólogos na sociedade portuguesa, que encontra expressão em diversas publicações, a maior parte de carácter académico. Todavia, o empenhamento de Carlos Teixeira acaba por extravasar o âmbito restrito da comunidade científica, adquirindo uma acentuada vertente pública, uma vez que o geólogo dedica a esta temática diversos artigos publicados em jornais.

O êxito científico e profissional alcançado por Carlos Teixeira deve-se à interação de uma série de fatores, que vão desde a sua inquestionável competência científica às relações de proximidade que manteve com algumas personalidades ligadas ao *Estado Novo*, caso de Mendes Correia e Carrington da Costa, que lhe serviram, aliás, de modelo na sua prática científica. Apesar do seu não comprometimento político objetivo com a ditadura, Carlos Teixeira aproveitou o carácter nacionalista do regime português para fazer valer os seus interesses científicos e os da comunidade geológica em geral. ▽

MIGUEL REAL
CLEPUL

Carolina Michaëlis de Vasconcelos
(1851-1925)

A primeira professora da Faculdade de Letras de Lisboa



Alemã de nascimento, casada em 1876 com Joaquim Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, desafiando o positivismo sociológico de Teófilo Braga, introduziu em Portugal os estudos histórico-filológicos, que sabiamente aplicou à literatura medieval e renascentista. Designada por Mendes dos Remédios como “fada benéfica” do estudo das letras portuguesas, “a grande maga”, a “nossa querida mestra”, a “imortal mestra”, a “sagaz esmerilhadora dos textos”, cumulada de erudição, Carolina Michaëlis de Vasconcelos tornou-se, com a instauração da República em 1910, a primeira mulher a ocupar o lugar de professor na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1911, transferida a seu pedido, no ano letivo seguinte, para a Faculdade de Letras de Coimbra². Albin Eduard Beau, professor de Língua e Literatura Alemã na Faculdade de Letras de Coimbra na década de 1950 trata respeitosa e admiravelmente Carolina Michaëlis de Vasconcelos por “a erudita, a douta senhora”³.

Considerando-se “aristocrata na verdadeira aceção da palavra e, por isso mesmo, demófila por defender a justiça social”⁴, “alheia por índole a todos os dogmatismos”, mas “religiosa no sentido verdadeiro da palavra”, cultora da “ideia de Deus, ou seja, [possuindo] a consciência da nossa dependência de uma coisa imensa, poderosa, fora de nós”⁵, Carolina Michaëlis de Vasconcelos notabilizou-se em Portugal tanto pela sua superior erudição, então sem par no nosso país, como, sobretudo, pela inserção dos estudos lusitanistas no vasto campo da investigação filológica das línguas novilatinas, procedendo, assim, primeiro, à atualização científica do estado dos estudos latinos e filológicos lusitanistas, e, segundo, e como consequência dessa atualização, à integração das investigações portuguesas no movimento científico europeu deste ramo de estudos. Joaquim Leite de Vasconcelos, em 1872, com 23 anos, na sequência da polémica do “Bom Senso e do Bom Gosto”, de 1865, criticara fortemente a tradução e as notas de António Feliciano de Castilho ao *Fausto*, de Goethe, evidenciando a imbecilidade da tradução. Leite de Vasconcelos recebeu uma carta de uma menina de Berlim a elogiar a sua crítica a Castilho. Carolina Michaëlis fora a autora da carta, tinha então 21 anos, dominando já as línguas da Península Ibérica. Albin Eduard Beau narra a história da precocidade linguística de Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

As suas capacidades de penetrar nas línguas estrangeiras – tanto nas clássicas como nas modernas, e não só no seu vocabulário como sobretudo na sua estrutura – devem ter sido extraordinárias. Tinha ela 14 anos quando o prof. Goldbeck, seu mentor, lhe deu a tradução espanhola do Novo Testamento para ela o ler – sem ainda saber Espanhol e precisamente para ela se familiarizar com esta língua [...]. Passadas poucas semanas, a aluna apresentou ao seu professor um caderno de significados, com os termos espanhóis acompanhados pela sua correspondência em francês e italiano, e – o que é ainda mais interessante – com uma gramática do Espanhol, organizados ambos sem ter ela recorrido a qualquer método ou dicionário desta língua. Chegada até este ponto, Carolina não tardou em passar a estudar igualmente os restantes idiomas peninsulares, o Catalão e o Português.⁶

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *As cem melhores poesias (líricas) da língua portuguesa* (escolhidas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos), London, Gowans & Gray, 1914.
- *Notas vicentinas: preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.
- *Lições de filologia portuguesa: seguidas das lições práticas de português arcaico*, Lisboa, Rev. de Portugal, 1956.
- *Cancioneiro da Ajuda* (edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos), Torino, Botega d’Erasmus, 1966.
- *A cartilha portuguesa e em especial a do Sr. João de Deus*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1976.
- *Romances Velhos em Portugal: estudos sobre o romancelo peninsular*, Porto, Lello & Irmão, 1980.
- *A infanta D. Maria de Portugal e as suas damas* (prefácio de Américo da Costa Ramalho), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- *Poesias de Francisco Sá de Miranda* (edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, reprod. em fac-símile de 1885), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

¹ Mendes dos Remédios, D. *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1926, pp. 9, 21, 31, 35 e 18.

² Carolina Michaëlis de Vasconcelos residia no Porto.

³ Albin Eduard Beau, D. *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Lisboa, Publicações do Instituto Alemão, n.º 2, 1958, p. 17.

⁴ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Carta a Alfredo Pimenta”, *apud* Albin Eduard Beau, *op. cit.*, p. 19.

⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁶ Albin Eduard Beau, *op. cit.*, pp. 8-9.

⁷ Maria Assunção Pinto Correia, *O Essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 5.

⁸ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Neues aus Spanien und Portugal”, in *Magazin für die Literatur des Auslandes*, *apud* Maria Assunção Pinto Correia, *op. cit.*, p. 8.

⁹ *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses* foi fundada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos em 1924 e publicou dez volumes até 1927, sendo os dois últimos editados após a morte da fundadora. Manteve-se no entanto no cabeçalho o nome de Carolina Michaëlis de Vasconcelos com a designação “antiga diretora” e sem nome substituto como diretor presente.

¹⁰ W. Meyer-Lucke, “Carolina Michaëlis e a Filologia Românica”, in *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, Lisboa, n.º 10, p. 19.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, pp. 21-22.

Proibida a frequência das universidades alemãs pelas mulheres, Carolina Michaëlis de Vasconcelos tornara-se “intérprete oficial do Ministério do Interior para os assuntos da Península Ibérica”⁷. Carolina Michaëlis de Vasconcelos chegou a Portugal em 1876, instalando-se no Porto. Tinha consciência da inatividade do ambiente político-cultural que vinha encontrar, já que, três anos antes, escrevera no *Magazin für die Literatur des Auslandes* o artigo “Neues aus Spanien und Portugal”, onde comenta que:

[N]este último país [Portugal] começa lentamente a despertar uma nova vida, uma intensa atividade cultural, e a surgirem homens que dizem sem quaisquer peias o que pensam, criticando, com a maior incisão, com o maior arrojo, aquela mediocridade descarada que, ao longo de décadas, dominou o público.

É de três jovens portugueses – Adolfo Coelho, Joaquim de Vasconcelos e Teófilo Braga – que partem estes primeiros esforços com vista a uma regeneração. [...] A servidão terá de transformar-se em liberdade, a ignorância em saber, para que a nação como tal não venha a desmorrar-se por completo. Por agora encontram-se completamente isolados nas suas ambições e diligências.⁸

Os primeiros estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos em Portugal versaram sobre pedagogia: “A Cartilha Portuguesa e em especial a do Sr. João de Deus”, três artigos publicados na revista *Ensaio*, do Porto, em 1877, ano do nascimento do seu único filho.

W. Meyer-Lucke, no número da *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*⁹ preenchido na totalidade pelo *In Memoriam* a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, considera que, logo no seu primeiro trabalho de autodidata, em 1876, esta estudiosa ousara aplicar “ideias darwinistas”¹⁰ ao estudo das línguas. Conclui o autor, interpretando o estudo *Studien zur romanischen Wortschöpfung*, de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: “a evolução das línguas é uma luta incessante e vitoriosa, na qual não faltam a morte e o aniquilamento, mas em que só desaparecem e sossobram elementos isolados, fracos e impróprios, que cedem o lugar aos mais fortes e adequados”¹¹. Neste sentido, W. Meyer-Lucke cita Carolina de Vasconcelos: “No sentido geral pode dizer-se que cada modificação de uma língua é uma evolução progressiva. [...] Conclui-se que a língua humana só aparentemente, e olhando a pormenores, retrograda; observada em conjunto, devemos considerá-la em progresso e aumento da sua potência. [...] As línguas derivadas estão numa fase de desenvolvimento superior à da língua mãe, ou, se assim o preferirmos dizer: são mais ricas do que esta”¹². Segundo este autor, o primeiro estudo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos revelou de imediato todas as suas qualidades investigativas:

D. Carolina de Vasconcelos possuía todas as qualidades indispensáveis no etimólogo: o conhecimento exato das formas do vocabulário antigo, saber em que poucos a igualavam; finíssimo tato para as mutações de significação; perfeita compreensão das evoluções sónicas; conhecimento suficiente das outras línguas românicas para poder analisar qualquer palavra da Península Ibérica, sob o ponto de vista geral e sem erro na escala das comparações. [...]

Este resultado [das suas investigações] é devido às qualidades a que já me referi: à forma cuidadosíssima, e conscienciosa em extremo, com que trabalhava; à sua profunda ciência; à sua intuição etimológica, que quase espontaneamente lhe indicava a solução verdadeira. Sobretudo, porém, à sua modéstia científica. D. Carolina não pretendia trilhar caminhos novos, e brilhar, ofuscar com hipóteses ousadas, de insuficientes fundamentos, cuja única utilidade está às vezes na controvérsia que provocam. Punha sob os olhos estudiosos, serenamente e sem o menor alarde, aquilo que, serenamente, no seu labor incessante, julgava ter encontrado, acrescentando-lhe a demonstração simples, mas sempre concludente, pela qual chegara ao resultado que apresentava.¹³

Maria Assunção Pinto Correia realça outras qualidades: “exatidão, sentido crítico, pragmatismo, equilíbrio”¹⁴, bem como sublinha as duas qualidades maiores dos textos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: “estudos densos e cuidadosamente fundamentados”¹⁵. De facto, da bibliografia que G. Moldenhauer publicou em 1933¹⁶ constam mais de 170 estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹⁷, inferior em quantidade à obra de Teófilo Braga, mas, ao nível da filologia histórica, superior em qualidade. Segundo Maria Assunção Pinto Correia, Carolina Michaëlis de Vasconcelos referia-se ao trabalho de Teófilo Braga como superficial e precipitado¹⁸. Por outro lado, José Maria Rodrigues, comentando na *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses* os estudos de D. Carolina sobre Camões (*Estudos Camonianos e Notas Camonianas*), observa que estes “abriram uma nova época na história dos estudos camonianos”¹⁹. Costa Pimpão, que não poupa elogios aos estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, postulando-a como “mestra da crítica erudita”²⁰, não esconde também as limitações do método histórico-filológico da autora, que se “arriscava a perder de vista a unidade estética das obras sobre que incidia a sua atenção”²¹, dando como exemplo os seus trabalhos sobre Gil Vicente. Neste sentido, segundo Costa Pimpão, história e filologia teriam abafado a análise do plano estético nos estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Com efeito, provinda da escola positivista alemã, o amplo e esforçado trabalho desta autora está destinado todo ele para a preparação de edições críticas histórica e filologicamente irrepreensíveis e não para a exaltação de elementos linguísticos e literários de carácter estético. Pela sua obra publicada, mais do que a formulação de sínteses especulativas sobre o valor propriamente literário da obra, evidencia-se ser aquele o seu grande objetivo, o da crítica textual. Importava-lhe definir rigorosa e inabalavelmente um *corpus* definitivo da obra literária. Note-se que na descrição da sua metodologia, Carolina Michaëlis de Vasconcelos não faz referência ao plano estético da obra:

Tentarei averiguar *factos*, remontando às fontes, sempre que isso me seja possível [...] Servindo-me de indícios dispersos, ponderando, sem juízo preestabelecido, hipóteses apresentadas já por outrem, sujeitando à crítica tradições e lendas, não dando fé a nenhuma, embora seculares às vezes, exaradas onde quer que seja e por quem quer que seja, quando não forem suficientemente documentadas, ou baseadas em raciocínios que satisfazam, conto extirpar erros velhos, ratificar concepções mal cimentadas, e substituir suposições vãs por verdades autenticadas.²²

Neste sentido, a classificação da obra completa de Carolina Michaëlis de Vasconcelos em seis pontos principais a que Maria Manuela Gouveia Delille procede parece-nos muito justa, evidenciando, segundo o juízo de Costa Pimpão, que o plano autónomo estético da obra literária se encontra de facto desvalorizado em Carolina Michaëlis de Vasconcelos. São os seguintes os seis pontos em que Maria Manuela Gouveia Delille divide a obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

1. as edições críticas das Poesias de Francisco de Sá de Miranda (1885) e do Cancioneiro da Ajuda (1904), abundantemente comentadas e acompanhadas de pertinentes notas bibliográficas e histórico-literárias; 2. as *Randglossen zum Altportugiesischen Liederbuch* [Notas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português], publicadas entre 1896 e 1905 em vários números da *Zeitschrift für Romanische Philologie*, editada por Gustav Grober, e os *Estudos sobre o Romanceiro Peninsular; Romances Velhos em Portugal* (1907-1909), escritos, a pedido de Menéndez Pidal, para uma importante revista madrilena; 3. os *Novos Estudos sobre Sá de Miranda* (1911) [...]; 4. as minuciosas, exatas e esclarecedoras *Notas Vicentinas*, apresentadas entre 1912 e 1922 como notas preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente [...]; 5. o curioso estudo intitulado *A Saudade Portuguesa* [...], em que, a propósito de uma antiga canção portuguesa quinhentista intercalada num drama castelhano inesiano, se ocupa da figura de Inês de Castro, na literatura e na história peninsular, e tece – nas suas próprias palavras – algumas “divagações filológicas, ligeiramente retintas de filosofia” sobre o sentimento doce-amargo da saudade, ora se afastando, ora se aproximando das ideias propagadas pelos principais representantes do movimento saudosista; 6. finalmente, os seus valiosos e múltiplos trabalhos sobre a vida e

¹⁴ Maria Assunção Pinto Correia, *op. cit.*, p. 35.

¹⁵ *Ibidem*, p. 42.

¹⁶ Desconhecemos se existe atualização desta utilíssima bibliografia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

¹⁷ Cf. G. Moldenhauer, “Bibliografia de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, Sep. de AA. VV., *Miscelânea de Estudos em Honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

¹⁸ Maria Assunção Pinto Correia, *op. cit.*, p. 35. *Ibidem*, p. 22.

¹⁹ José Maria Rodrigues, “D. Carolina Michaëlis e os Estudos Camonianos”, Sep. de *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, n.º 10, p. 1.

²⁰ Álvaro da Costa Pimpão, “O Método na História da Literatura Portuguesa (de Almeida Garrett à actualidade)”, in AA. VV., *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. XIII, Lisboa, Edição da Comissão Executiva dos Centenários, Congresso do Mundo Português, s/d., [1940], p. 581.

²¹ *Ibidem*, p. 582.

²² Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Notas Vicentinas*, apud Manuela Gouveia Delille, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos – Uma Alemã, Mulher e Erudita, em Portugal*, Sep. de *Biblos*, Coimbra, vol. LXI, 1985, p. 12.

²³ Manuela Gouveia Delille, *op. cit.*, pp. 9-11.

²⁴ *Ibidem*, pp. 24-32.

²⁵ Cf. AA. VV., *Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Homenagem do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Sep. revista *Alma Feminina*, 1926.

a obra de Luís de Camões que, de parceria com os de Wilhelm Storck, abriram uma nova era na história dos estudos camonianos.²³

Naquele que é até hoje o melhor estudo sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Maria Manuela Gouveia Delille chama longamente a atenção para a faceta feminista da autora²⁴, comprovada, aliás, não só pelo convite, em 1914, para assumir a presidência honorária do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, como pela sentida homenagem prestada por este Conselho aquando do falecimento de Carolina Michaëlis de Vasconcelos²⁵. ▼

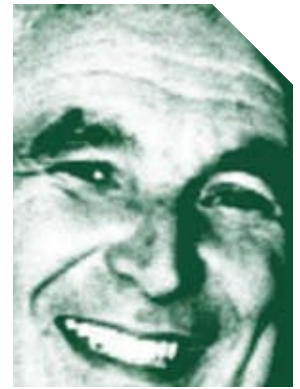
FERNANDO CATARINO Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ANA SIMÕES Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, FC-UL

Flávio Resende

(1907-1967)

Um botânico inconformista na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa



A aposta na investigação científica

Por mais de duas décadas o cientista Flávio Resende enriqueceu e prestigiou, com dedicação apaixonada, a Universidade e a Escola que o acolheram. De facto, de 1944 a 1966, Resende tudo deu de si, lutando sempre, mesmo quando a saúde física já fraquejava, para que a Faculdade de Ciências se abrisse a um estilo novo de vivência académica, centrada na investigação, capaz de criar conhecimento novo, transmitir e atualizar saberes.

Foi uma luta diária contra a rotina e o enfatuamento balofo de muitos docentes, ávidos de poder e lugares de mando, cujos interesses pessoais, por vezes bem mesquinhos, se opunham à inovação do ensino e reforço da sua componente experimental em claro desprezo pelo prestígio da Escola.

Resende não estava só. Uma década antes da sua vinda para a Faculdade, um reduzido escol de professores cientistas, com formação superior adquirida em boas escolas estrangeiras vinha persistentemente travando batalha após batalha contra o imobilismo e o ensino repetitivo e livresco desapoiado de investigação. Resende foi um reforço decisivo para o surto sustentado de modernização da Faculdade de Ciências.

Estava ainda perto o fim da Segunda Guerra Mundial. Face ao recrudescimento de pressões políticas o regime autoritário continuava a pôr e dispor na Universidade com total à vontade, quiçá, até, escudado pelo beneplácito conivente de certos académicos e das autoridades universitárias.

As mudanças sociopolíticas traziam mais alunos à Faculdade, alunos que já não provinham tanto das elites, mas de estratos da classe média, das classes trabalhadoras e até rurais, tornando as escolas superiores campos fáceis de recrutamento e discussão de ideias políticas naturalmente tidas por subversivas.

Que saibamos, Resende nunca se terá envolvido em atividades de caráter político. Para além do que se subentende da sua visão sobre o papel da investigação e da universidade, abaixo referida, não se lhe conhece nenhuma intervenção abertamente política, nem sequer meras tomadas de posição, do estilo de abaixo-assinados contra o regime totalitário.

Porém, Resende havia de ser um dos alvos da demissão política, por decreto do governo de Salazar, de junho de 1947, tendo acabado por ser readmitido, passado um mês. As razões porque foi incluído no rol dos expulsos sempre estiveram envoltas em mistério.

Terá sido por simples arrastamento, dada a sua conhecida familiaridade com outros professores mais abertamente desafetos ao regime? Ou pela reconhecida popularidade de que gozava entre os estudantes, incluindo os mais envolvidos nas atividades associativas, que o admiravam pela probidade moral e pelo entusiasmo e seriedade didática das suas aulas e pelo empenho e estímulo aos que se iniciavam na investigação?

A expulsão pode também ter sido medida retaliadora em resposta ao escrito de 1945 com que abre a série *Artigos de Divulgação do Instituto Botânico*, “A investigação científica e a importância nacional da Universidade”. Neste artigo, Resende põe a ridículo aqueles docentes que faziam da sua posição universitária simples pretexto para ganhar prestígio e aumentar proventos. De todo o artigo repassa o tema que o havia de acompanhar pela vida fora: a investigação fundamental era indissociável de qualquer eventual progresso no ensino superior e do próprio desenvolvimento e prestígio do país. De qualquer modo, e como prova de que a medida governamental não o terá amedrontado é o facto de, logo

¹ Esse novo olhar sobre as expulsões de 1947 no que à Faculdade de Ciências diz respeito e, em particular, à posição de Resende, é oferecido em Ana Simões, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, Luís Miguel Carolino, “Da Escola Politécnica e da Faculdade de Ciências de Lisboa. Construções identitárias e culturas científicas” in Sérgio Campos de Matos, Jorge Ramos do Ó (eds.), *A Universidade de Lisboa (1834-2003) - da Revolução liberal à atualidade* (a publicar durante 2011).

² Carlos N. Tavares, “Vida e atividade científica do Prof. Dr. Flávio Ferreira Pinto Resende. 28.II.1907-1.I.1967”. *Portugaliae Acta Biol., Ser. B*, 9 (1/2) (1967), 1-63.

³ Fernando Catarino, “Flávio Ferreira Pinto Resende (1907-1967). Desorganizado, mas mestre”. Ana Simões, (org.), *Memórias de Professores Cientistas. Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa 1911-200*. Lisboa: 2001, pp.78-89.

⁴ Decreto com força de lei de 19 de abril de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 93, de 22 de abril de 1911.

em 1948, o artigo ter uma segunda edição e reimpressões em 1950, 1953 e 1963.

Percebemos agora, após uma leitura cuidada das Atas do Conselho Escolar, que as questões invocadas para justificar as expulsões constituíram um subterfúgio para penalizar aqueles que há muito lutavam pela introdução da investigação científica na Faculdade de Ciências.¹ Ainda assim, lentamente, o ensino e a investigação na Faculdade ganhavam qualidade e expressão visível. Tanto quanto à distância nos podemos recordar, e podemos agora afirmar com certeza, Flávio Resende deu um forte contributo para a mudança de paradigma na maneira de ensinar e no fomentar da pesquisa que outros professores aliás vinham tentando.

Marcas inesquecíveis de um novo estilo

No Centenário da Universidade, dizer coisas novas sobre Flávio Resende não é o objetivo que nos move. Muitos o fizeram, antes com grande afeto, rigor e justiça.²

Há quarenta e quatro anos, um de nós juntou a sua visão pessoal sobre o significado da Obra de Resende em *Vida Científica II - N.º 87*, do *Diário de Lisboa* em 31 de janeiro de 1967. Mais tarde, o tema resendeano foi desenvolvido na celebração dos 90 anos da Faculdade.³ Nesse texto, é feita menção ao enorme poder e atração que emanava do mestre e da admiração sincera que o seu espírito grande e grato tinha por quem praticava ciência, com elevação, criatividade e rigor intelectual, como o seu mestre de Coimbra e amigo sincero de toda a sua vida, Aurélio Quintanilha. Quintanilha marcou tanto Resende, como Resende marcou a Faculdade, a botânica e um número grande de pessoas, que teve a sorte de o seguir nas aulas e de o acompanhar em seus anseios de melhorar a vida académica, dando o exemplo da vivência séria e dedicada à “invenção científica”, termo ousado que vem assim expresso na nossa constituição⁴.

Era nas aulas que Resende melhor se deixava conhecer. No depoimento de há dez anos, e a propósito de um estágio de histologia animal que um de nós realizou no Laboratório de Botânica, não no da zoologia, em breves pinceladas se justificava: é que no Laboratório de Resende sentíamos-nos mais acompanhados e com melhor e mais franco apoio. Em Resende, o que mais fascinava os alunos e jovens aprendizes na investigação, no contraste dos contactos, raros e tensos, com Serra, era a sua maneira simples, espontânea, afável e alegre.

Nos 70 anos de Aurélio Quintanilha, em 1962, Resende, dedica-lhe das páginas mais belas que escreveu. Repassadas de gratidão e admiração não se detém muito sobre a constância, qualidade e originalidade das contribuições científicas de Quintanilha. Resende, que escrevia como falava, traz ao de cima a humanidade de Quintanilha que considera ser a sua mais admirável qualidade. O mesmo se pode dizer de Resende.

E se visamos dar relevo à contribuição que Resende trouxe à Faculdade e à biologia em Portugal, podemos respigar, nos seus próprios escritos e noutros que o recordam com admiração, mais do que os aspetos mais relevantes do seu currículo, os traços próprios da sua maneira de homem simples e espírito justo e livre.

Obter resultados esperados, ou apenas simples indícios de resultados positivos, relativamente à catadupa de hipóteses que, em cada manhã, anunciava aos membros do seu grupo, era nele motivo de contentamento e celebração. Um de nós não pode deixar de recordar que, por vezes, dizia ter sido de noite ou no comboio, entre a casa da Parede e a Faculdade, que se lembrara disto ou daquilo. Mas nunca se mostrava obcecado e muito menos vergado ao peso da ciência, longe disso: o que se via era o gozo e a seriedade, como na criança que brinca, na imagem, feliz, do Almada. Sempre com humor sobre si, como quem não se leva muito a sério, era com graça que se manifestava face aos resultados negativos que punham as suas hipóteses por terra, dando a ideia de ter neles o mesmo gosto que tinha quando os resultados condiziam com o esperado.

Era fácil que muitos ficassem um bocado perdidos, e advogassem que a “invenção científica” devia surgir, regular, planificada por hipóteses lógicas e comprovada por experiências perfeitas, não por resultados que julgavam aparecidos “ao calhas”. Resende nunca acreditou na sorte mas em quem trabalhava e procurava sempre um pouco mais.

Novos espaços para a citogenética ... e não só

Quando Resende chegou ao laboratório de Aurélio Quintanilha a novidade era a citogenética. Quintanilha envia-o para Hamburgo para trabalhar com Emil Heitz, um jovem

mestre no auge da sua carreira. Mestre e discípulo, criam de imediato laços fortes de entendimento, amizade e afeto que ficaram para a vida. Ao fim de dois anos, surgia a primeira publicação de Resende em colaboração com o Mestre sobre aspetos peculiares do metabolismo e estrutura dos cromossomas. Seguem-se até 1940 mais catorze trabalhos científicos publicados nas melhores revistas científicas alemãs e inglesas. Segundo A. Lima de Faria, seu ex-discípulo, foi esta a fase mais produtiva e importante de toda a carreira de Resende⁵.

Voltou a Portugal em 1938, e António Sousa Câmara cede-lhe um lugar de trabalho, sem remuneração, na Estação Agronómica Nacional. Volta a Alemanha para retomar trabalhos pendentes que trouxera e sabe que Heitz, por ter sangue judeu, fora irradiado e desmembrado o seu laboratório.

Resende é acolhido no “Kaiser Wilhelm Institut für Biologie” em Berlim-Dahlem, onde facilmente se integra num escol de jovens investigadores de grande prestígio. Aprofunda a investigação dos cromossomas e familiariza-se com temas nascentes da fisiologia vegetal que, já em Portugal, o ocuparam e entusiasmaram até final dos seus dias.

Resende regressa a Portugal onde, por concurso, se torna professor da Universidade do Porto, mas é na Faculdade de Ciências de Lisboa que se fixa, depois das obrigatórias provas públicas que prestou com grande brilhantismo, e de ter “forçado” a Escola e a Universidade a aceitar que o seu futuro Instituto Botânico tivesse um “regulamento” por si redigido.

Encontra a botânica da FCUL com pessoas sem os adequados graus académicos, enredadas no ensino e na manutenção e curadoria das coleções taxonómicas no Herbário e no Jardim. Com orçamentos escassíssimos, mercê do seu empenhamento, prestígio científico e ousadia, conseguiu no espaço de um ano aumentar o orçamento do “Instituto Botânico” em 60%. Algumas das rubricas aumentaram 6 vezes. Não foram só aspetos materiais e de orçamento que a botânica conheceu. Foi sobretudo um novo estilo de praticar e sentir a ciência como que a provar que nos povos peninsulares não existiam genes endémicos responsáveis pelo seu atraso⁶.

Criou, com a prata da casa, uma nova instituição de ensino e investigação botânica, que se tornaria conhecida e respeitada pela sua produção científica, difundida quase em exclusivo em revistas próprias (*Portugaliae Ata Biologica*, *Revista de Biologia*, *Artigos de Divulgação*, etc.) de que Resende foi, até morrer, o principal suporte.

A citogenética havia de continuar o amor da sua vida, mas a velocidade do avanço do conhecimento científico não se compadecia com relativa escassez de meios humanos e instrumentação. Fervilhava no ar e anunciava-se o início da era molecular da biologia e foi com enorme alegria e entusiasmo que Resende ia acompanhando cada passo que gradualmente surgia na área, como o desvendar do código genético, precisamente quando Resende percebia que era já presa do cancro cuja recidiva surgiu nos cinco anos da praxe.

Mas outras áreas de pesquisa científica vegetal mereceram o seu intenso apego. Referimo-nos a áreas no campo da genética e fisiologia do desenvolvimento, fisiologia do desenvolvimento floral, efeitos do stress ambiental e fotoperiodismo, campo onde por intuição e acertadas hipóteses, Resende recolheu amplo reconhecimento e louvor.

Já penosamente diminuído pela doença, o prestígio de Resende, a sua enorme vontade e sabedoria em harmonizar vontades e saber lidar com os Homens, foram decisivos na Fundação do Instituto Gulbenkian de Ciência que perdura e cujo êxito e prestígio constituem a melhor lembrança viva do seu legado científico. ▼

⁵ António J. Lima de Faria, “Professor Flávio Resende”, *Nature*. 214(5086) (1967), 435.

⁶ Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ed. Ulmeiro, 1996.



ISABEL AMARAL

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Francisco Soares Branco Gentil

(1878-1964)

Um projeto e uma obra – a luta contra o cancro

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Sobre Apêndice – Tese inaugural*, Lisboa, Escola Médico-Cirúrgica, 1900.
- “O Rádio no Instituto”, in *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, 1, n.º 1, Lisboa, 1934.
- “29 de dezembro – uma data importante da luta anticancerosa em Portugal”, in *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, 1, n.º 12, Lisboa, 1934.
- “A luta contra o cancro em Portugal”, *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, 4, n.º 11, Lisboa, 1937.
- “O Rotary Club de Portugal e a luta contra o cancro”, in *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, 4, n.º 1, Lisboa, 1937.
- *Instituto Português de Oncologia: o passado, o presente e o futuro*, Lisboa, Oficina Gráfica, 1939.
- “A cura do cancro”, *Boletim do Instituto Português de Oncologia*, 9, n.º 5, Lisboa, 1942.

Francisco Gentil é uma das figuras marcantes da geração de 1911, do grupo de médicos que modernizaram a medicina portuguesa e a representaram na primeira metade do século XX, como professores da Faculdade de Medicina de Lisboa. Adepto do exercício clínico assente nas ciências experimentais e na especialização médica, torna-se o mentor dos Hospitais Universitários, onde a investigação e a clínica se aliam nas diferentes áreas complementares: a anatomia, a fisiologia, a medicina, a bacteriologia e a farmacologia. A ele se deve a orientação das Comissões Clínicas que realizaram o Instituto Português de Oncologia e os hospitais escolares de Lisboa e Porto, bem como a modernização do Hospital de S. José e do Hospital de Mutilados de Guerra, em Campolide. É no Instituto Português de Oncologia que Francisco Gentil concretiza o que considera o seu desígnio – a promoção e organização da luta contra o cancro em Portugal – como cirurgião, professor, investigador, gestor e estratega.

Um trajeto de vida

Nasce em Alcácer do Sal, distrito de Setúbal, a 27 de fevereiro de 1878. Era filho de António de Faria Gentil e de Maria Augusta Soares Branco Gentil.

Faz a instrução primária na Escola Conde Ferreira e, em 1889, vem para Lisboa para frequentar o ensino secundário, no Liceu Portas de Santo Antão. Matricula-se, em 1895, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, e conclui o curso em 1900. Desperta nele, desde cedo, uma inclinação para a anatomia e cirurgia, de tal modo que o Conselho Escolar o designa para Chefe de Clínica Cirúrgica, lugar que viria a ocupar, oficialmente, em 1903. Dois anos depois é nomeado demonstrador da Secção Cirúrgica, passando a dirigir o Teatro Anatómico.

Em 1906, torna-se lente substituto da disciplina de Patologia e Clínica Cirúrgicas e Obstetrícia e seu regente, entre 1908 e 1910. Neste mesmo ano, é designado Vogal do Conselho Médico-Legal e tenta instalar no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana o primeiro centro oncológico português.

Com a criação da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em 1911, Gentil é designado professor proprietário da disciplina de Medicina Operatória e, a partir de 1915, da disciplina de Patologia Cirúrgica, onde se conservou durante 21 anos. Em simultâneo, assume a direção da 1ª Clínica Cirúrgica e do Serviço Clínico do Cancro do Hospital Escolar de Santa Marta. Um ano depois, é nomeado Diretor do Hospital de S. José e, por inerência, assume o cargo de Enfermeiro-Mor dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Ascende ao lugar de professor catedrático em 1926 e jubila-se em 1948.

Exerce os cargos de diretor da Faculdade de Medicina de Lisboa e de vogal do Conselho Médico Legal, sendo também membro do Conselho Superior da Instrução Pública e do Instituto para a Alta Cultura.

Pertence a diversas sociedades médicas nacionais e estrangeiras e é distinguido com inú-

meras condecorações, das quais se destaca a Grande Cruz da Ordem Militar de Santiago de Espada, pelos serviços prestados à ciência e ao país.

Falece a 13 de outubro de 1964, em Lisboa, vítima de cancro.

Um projeto e uma obra – a luta contra o cancro

Em 1904, é designada a primeira comissão para o estudo do cancro, que inclui Ferraz de Macedo, Curry Cabral, Oliveira Feijão, Custódio Cabeça e Azevedo Neves. Quatro anos depois, Ferraz de Macedo é substituído por Ricardo Jorge e à comissão associam-se Marck Athias e Francisco Gentil. Esta comissão assume um papel determinante no modo como passará a ser encarado o tratamento dos doentes oncológicos, propondo uma estrutura de rede, integrando diversas unidades de apoio clínico e assistencial.

Em 1910, Francisco Gentil, em colaboração com Aníbal de Bettencourt, dá os primeiros passos para a instalação do primeiro centro anticanceroso do país no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, sem contudo ter obtido grande sucesso. No ano seguinte, sob sua proposta, a Faculdade cria uma consulta para doentes cancerosos e um serviço clínico no Hospital de Santa Marta, que constitui o embrião de um plano organizado de luta contra esta doença. Todavia, apenas em 1923, graças à sua influência e à do seu colaborador Simões Raposo, se corporiza a conceção de uma unidade especializada na luta contra o cancro. Manuel Teixeira Gomes, Álvaro Xavier de Castro e António Sérgio assinam, então, o decreto n.º 9333 de 29 de dezembro, que cria o Instituto Português para o Estudo do Cancro, hoje conhecido por Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil. A direção é confiada a Francisco Gentil, Marck Athias, Raposo de Magalhães, Henrique Parreira e Bénard Guedes, sendo Francisco Gentil o presidente.

A construção do Instituto é apenas iniciada em 1927. Sucessivamente são construídos os diferentes edifícios que constituem o complexo que hoje conhecemos. Dispondo de autonomia técnica, científica e administrativa, o Instituto protagoniza em Portugal uma abordagem inovadora de uma especialidade médica, ao estabelecer um conjunto de objetivos que associam investigação, ensino e assistência aos doentes. Neste contexto, merece especial destaque o modelo de ensino e investigação praticado nos institutos de investigação da Faculdade de Medicina, mormente no laboratório de patologia experimental dirigido por Marck Athias, que, indubitavelmente, constitui um antecedente importante do modelo seguido no Instituto do Cancro.

Na estrutura polivalente do Instituto, para além do núcleo duro de intervenção clínica, Francisco Gentil contemplou a prestação de serviços médicos e assistenciais complementares aos doentes, valorizou técnica e cientificamente a enfermagem com a criação da Escola Técnica de Enfermeiras (1940) e apoiou a Liga Portuguesa contra o Cancro (1941). Este modelo foi sendo replicado ao longo do país, assumindo um papel crucial na história da luta contra o cancro em Portugal. ▀



FILIPE DE AREDE NUNES

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Inocêncio Galvão Telles

(1917-2010)

“um dos mais ilustres cultores contemporâneos”

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

• *Das universalidades: estudo de direito privado. Tese de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Direito*, Lisboa, 1940.

• *Sumários de história do direito português*, Lisboa, FDL, 1945.

• *Apontamentos para a história do direito das sucessões português*, Lisboa, 1963 (Separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 15).

• *Política social escolar*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1967.

• *Introdução ao estudo do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000.

• “Algumas considerações sobre a reforma do notariado”, in *O Direito*, A. 136, n.º 4, Lisboa, 2005, pp. 599-604.

• “As cortes ao longo da história do Direito português”, in *O Direito*, A. 139, n.º 5, Lisboa, 2007, pp. 939-943.

Inocêncio Galvão Telles foi no século XX, inquestionavelmente, um dos maiores representantes do mundo jurídico português. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – tendo deixado uma extensíssima e relevante obra –, foi também ministro da educação, entre 1962 e 1968, e advogado.

O Homem e a Universidade

Inocêncio Galvão Telles nasceu em Lisboa em 9 de maio de 1917 e faleceu em Oeiras em 26 de fevereiro de 2010.

Cursou Direito na Faculdade de Direito de Lisboa a partir de 1934, tendo terminado a licenciatura com 19 valores finais, no ano de 1939. No ano seguinte – em 1940 – fez exame de doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas, no qual foi aprovado por unanimidade¹.

Em 1941 foi contratado como professor extraordinário e em 1945 foi nomeado professor catedrático. Entre 1956 e 1962 foi Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa², altura em que, na sequência da crise académica, pediu a demissão, tendo logo sido chamado a assumir funções governativas. Mais tarde presidiu também ao Conselho Científico da mesma faculdade.

Em 1968 regressou ao ensino, “tendo na altura sido fundador e diretor do Centro de Estudos de Direito Civil da Faculdade”³, sendo que, na sequência das crises académicas surgidas nos anos 1974-1975, viu a sua atividade letiva interrompida. Regressou à Faculdade de Direito de Lisboa no ano letivo de 1978/1979, exercendo a sua docência até à sua jubilação no ano de 1987.

Inocêncio Galvão Telles, “um dos mais ilustres cultores contemporâneos”⁴ na área do Direito Civil, iniciou a sua atividade docente no âmbito das Ciências Históricas. As suas lições eram “densas mas elegantes, concisas, rigorosas e doutas”⁵. Quanto às suas aulas, estas eram “aliciantes, sem quebra de rigor [...], com algum preciosismo de linguagem que impressionava os discentes, talvez desanimasse os menos esforçados mas estimulava os restantes”⁶.

Depois das Ciências Históricas, Galvão Telles assumiu-se como um civilista de enorme valor, tendo regido cursos de Direito do Arrendamento, Contratos em Geral, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Internacional Privado, Direito Comparado, Direito da Família, Direito Comercial, Direito Bancário, Direito das Obrigações, Direito das Sucessões.

As suas qualidades pedagógicas e científicas foram amplamente reconhecidas⁷, bem como o seu espírito de justiça⁸ e humanismo.

O Advogado

Dentre as ligações que Galvão Telles tem com mundo do Direito, a sua faceta de advogado é, talvez, a menos pujante e conhecida.

Não obstante, foi com muita dedicação e esforço⁹, mas também com enorme brilho, que exerceu estas funções, com particular destaque para a ação de Portugal contra a União Indiana, no Tribunal Internacional de Justiça, no caso *Passagem sobre Território Indiana*¹⁰, cujo resultado foi favorável à maior parte das pretensões portuguesas.

¹ Galvão Telles doutorou-se com uma tese sobre universalidades. Vide Inocêncio Galvão Telles, *Das Universalidades/Estudo de Direito Privado*, Lisboa, 1940.

² Foi durante o período em que Galvão Telles exerceu as funções de Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa que foi operada a transferência de instalações do Campo de Santana para a Cidade Universitária. O enorme trabalho que tal transferência significou, bem como a eficiência na mudança de instalações, é reconhecido por Jorge Miranda (Acta n.º 3/2010 do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, in *O Direito*, 142.º (2010), vol. II, p. 240).

O Político

Merece também destaque a referência à atividade política de Galvão Telles. Tendo começado por exercer as funções de procurador à Câmara Corporativa¹¹, a principal função que viria a desenvolver foi a de Ministro da Educação Nacional, entre 1962 e 1968.

Foram profícuos e dignos de registo e menção numerosos projetos que resultaram do “dinamismo empreendedor e inovador de Galvão Telles”¹². Tal dinamismo expressou-se em várias iniciativas como “a criação do GEPAE, a elaboração de um ambicioso projeto de Estatuto da Educação Nacional, a promoção do recurso às tecnologias audiovisuais, o forte impulso ao ensino e investigação com base nos Planos de Fomento”¹³, mas também no aumento da escolaridade obrigatória em 50%, através da criação das 5.ª e 6.ª classes e na posterior criação do ciclo preparatório unificado.

As honras

Os distintos serviços prestados ao país foram-lhe reconhecidos, tendo, dessa forma, sido agraciado, em 1960, com a Grã-Cruz de Sant’iago da Espada, em 1965, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e, em 1967, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

A Obra

Da pena de Inocêncio Galvão Telles emergiu uma vastíssima obra concretizada em obras jurídicas gerais, em artigos doutrinários, em anotações jurisprudenciais, em pareceres, em conferências, comunicações e em trabalhos efetuados para o Código Civil de 1966¹⁴.

Destacamos os seguintes títulos: *Das Universalidades*, 1940; *História do Direito Português*, 1942; *Direito Romano*, 1944; *Arrendamento*, 1946; *Manual dos Contratos em Geral*, 1947; *Ação de despejo com fundamento em o senhoria necessitar da casa para sua habitação*, 1950; *Manual de Direito das Obrigações*, 1957; *Algumas notas sobre a ação de Haia*, 1960; *Direito das Sucessões – Noções fundamentais*, 1971; *Introdução ao Estudo do Direito*, 1988; *Algumas considerações sobre a reforma do notariado*, 2004.

Conclusões

Inocêncio Galvão Telles foi um jurista de unanimemente reconhecida capacidade intelectual e científica, tendo feito uso exaustivo dos seus atributos com particular relevo no âmbito da docência universitária, onde legou uma extensa e proeminente obra nos mais variados campos do Direito.

Apesar da sua ímpar capacidade enquanto professor, não deixou de desempenhar com competência e elegância a advocacia, quando para tal foi chamado, e deixou obra significativa enquanto ministro da Educação. Mais do que um grande jurista, foi um grande Homem. ▽

³ Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, “Inocêncio Galvão Telles: O Homem e a Obra”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Telles*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2002, p. 9.

⁴ Assim refere Soares Martinez em Reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa realizada a 10 de março de 2010, in Acta n.º 3/2010, p. 237.

⁵ Soares Martinez, *ibidem*. Refere ainda o mesmo autor: “Mas as excelências da exposição escrita de Galvão Telles não excediam a pertinência e o brilho das suas lições orais – teóricas e práticas”.

⁶ Soares Martinez, *ibidem*, p. 238.

⁷ *Vide*, neste sentido, Jorge Miranda, Acta n.º 3/2010, p. 240.

⁸ Refere a este propósito Jorge Miranda o seguinte episódio: “numa aula prática de Direito das Obrigações, [...] o Professor Inocêncio Galvão Telles soubera reconhecer a razão a um aluno, na solução de um caso prático, contrariando a sua própria opinião pessoal. Só um grande académico o teria feito”, (*ibidem*). No mesmo sentido, *vide* Miguel Galvão Teles, “Evocação do Professor Inocêncio Galvão Telles”, in *O Direito*, 142.º, (2010), vol. II, p. 246: “meu pai era um homem justo. Diziam ser exigente. Não me lembro de aluno que se queixasse de atropelos. Cultivava a tolerância intelectual – apreciava que os estudantes, nas aulas ou nos exames, discordassem das posições por si defendidas e entusiasmava-se com uma discussão”.

⁹ Refere Miguel Galvão Teles que “Durante o período em que decorreu a intervenção das partes, tanto na fase de preparação das peças escritas portuguesas como na das alegações orais, entre fins de 1955 e novembro de 1959, praticamente nada mais pôde fazer senão dar aulas e mesmo quanto a estas com uma interrupção” (*ibidem*).

¹⁰ *Vide*, a este respeito, Inocêncio Galvão Telles, “Algumas notas sobre a ação da Haia”, Sep. de *O Direito*, Ano 29, Fascículo n.º 3, Coimbra, Coimbra Editora, 1960.

¹¹ Onde acabou por intervir ativamente na discussão de vários projetos de parecer e onde relatou, inclusivamente, três: Emparcelamento da Propriedade Rústica; Servidões Militares;

Regime do Contrato de Trabalho.

¹² Mário Emílio Bigotte Chorão, “Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles – Um breve testemunho”, in *O Direito*, 142.º, (2010), vol. II, p. 260.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Vide*, sobre a bibliografia de Galvão Telles, “Bibliografia do Professor Inocêncio Galvão Telles”, in *O Direito*, 142.º, (2010), vol. II, pp. 261- 271.



JOAQUIM MIGUEL PATRÍCIO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Isabel de Magalhães Collaço

(1926-2004)

Defensora do princípio da igualdade

NOTA: Foto gentilmente cedida pelos coordenadores da obra *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço - Volume I e II*, Lisboa: Almedina, 2002.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Da legitimidade no ato jurídico*. Dissertação em Ciências Histórico-Jurídicas na Faculdade de Direito de Lisboa (texto policopiado), 1947-1948.
- *Da compra e venda em direito internacional privado. Aspectos fundamentais*, Lisboa, Editorial Império, 1954.
- *Direito Internacional Privado. Lições proferidas ao 5.º Ano Jurídico no ano lectivo de 1958-1959*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, vol. I, 1958, vol. II, 1959, vol. III, 1963.
- *Da Qualificação em Direito Internacional Privado*, Lisboa, Editorial Império, 1964.
- "A Reforma de 1977 do Código Civil de 1966. Um Olhar Vinte e Cinco Anos Depois", in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*, vol. I, Direito da Família e das Sucessões, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 17-40

Isabel Maria Moreira de Almeida Tello de Magalhães Collaço, filha de João Maria Tello de Magalhães Collaço e de Maria Heloísa Moreira de Almeida Magalhães Collaço nasceu em 23 de setembro de 1926, em Lisboa, e aí faleceu em 1 de novembro de 2004.

Filha de um professor de Leis, recebeu uma educação esmerada, licenciando-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em 1948, com 19 valores, onde se doutorou em Ciências Jurídicas, em 1954, após ter sido bolsista do Estado Português junto do *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, em Tübingen, na então República Federal Alemã, entre 1952 e 1953.

Foi a primeira mulher a doutorar-se em Direito em Portugal, numa época dominada por homens.

Exerceu funções de perito no Ministério da Economia, entre 1949 e 1957, tendo tomado parte, como delegada governamental, em inúmeras negociações bilaterais e conferências multilaterais sobre temas económicos internacionais.

Depois de integrar a delegação portuguesa junto da Organização Europeia de Cooperação Económica, em Paris, de 1954 a 1955, foi legalmente requisitada para assessorar a Presidência do Conselho de Ministros.

No ano de 1957, na sequência de um contrato como Primeiro Assistente pela Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), assumiu o compromisso de regência da disciplina de Direito Internacional Privado.

Feito o concurso de provas públicas, foi nomeada, em 1964, Professora extraordinária.

Em 1967, ascendeu à cátedra, como Professora, sendo também a primeira mulher e professora catedrática da FDL, num ambiente notoriamente influenciado por homens.

Embora a sua especialidade e preferência fosse a da cadeira de Direito Internacional Privado, isso não a impediu de professar a regência de outras disciplinas da mesma área ou afins: Direito do Comércio Internacional, Direito Processual Civil Internacional, Direito Comparado, Sistemas Jurídicos Comparados e Direito das Comunidades Europeias. Ensinou outras matérias, tais como: Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Direito da Família. Orientou várias dissertações de doutoramento e de mestrado no decurso da sua docência. Mesmo após a sua jubilação, em 1996, e a convite do Conselho Científico da Faculdade, aceitou a regência de cursos de mestrado e doutorado sobre Direito Internacional Privado, Direito do Comércio Internacional e Arbitragem Privada Internacional.

De 1976 a 1978, presidiu à Comissão de Reestruturação da FDUL, reestruturando a Escola, após os anos de 1974/75, exercendo as funções de Presidente do Conselho Diretivo, por eleição, de 1978 a 1980, e, entre 1994 e 1996, as de Presidente do Conselho Científico, também por votação

Integrou, de 1992 a 1996, a Comissão Científica do Senado da Universidade de Lisboa.

A sua atividade académica e pedagógica não se circunscreveu à FDL, tendo realizado cursos e conferências em universidades estrangeiras, entre eles os que proferiu nas Faculdades de Direito das Universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Belo Horizonte, Curitiba (Brasil), Genebra (Suíça), Lovaina (Bélgica), Madrid (Espanha), Rabat (Marrocos), Faculdade Internacional para o Ensino do Direito Comparado em Estrasburgo (França), assim como em Luanda, Lourenço Marques, Goa e Macau. Inscreveu-se na Ordem dos Advogados em 1949, inscrição que suspendeu em 1976, nortearo a sua atividade forense primordialmente pela colaboração com advogados, intervindo em ques-

tões do foro interno e externo, mediante pareceres determinantes para a procedência de pretensões a que deu o seu apoio técnico-científico.

Acrescente-se ao seu caráter multifacetado a actividade de juiz e árbitro, inclusive em participações e em arbitragens internacionais (para além das suas atividades como académica, pedagoga, professora, consultora e concessora de pareceres).

Refira-se, a propósito, que, antecedendo o Tribunal Constitucional, começou por surgir a Comissão Constitucional, onde Isabel de Magalhães Collaço, após eleição da Assembleia da República, fez trabalho precursor, sendo relatora de alguns acórdãos que fizeram doutrina, entre 1976 e 1979.

Em 1976 e 1977, presidiu à Comissão Revisora do Código Civil de 1966, sobretudo no Direito da Família e das Sucessões, em que preparou a adaptação do diploma à Constituição da República de 1976 (pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25/II, entrado em vigor em 1 de abril de 1978, aprovando as alterações introduzidas ao Código Civil).

Entre os juristas que a acompanharam destaca-se o Professor Francisco Pereira Coelho, mestre em Direito da Família, da Faculdade de Direito de Coimbra. Integravam ainda a Comissão o Prof. Castro Mendes e o Prof. Espinosa Gomes da Silva, ambos da FDL, a Dr.ª M.ª de Nazareth Lobato Guimarães, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, o Dr. Moitinho de Almeida, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Carlos Lima, em representação da Ordem dos Advogados, o Dr. Morais Barbosa, juiz do Tribunal de Menores, a Dr.ª Leonor Beleza, pela Comissão da Condição Feminina, e o Prof. Rui Alarcão, como colaborador em matéria relativa à fixação da maioridade

De 1997 a 1999, preparou a redação do Código Civil de Macau, de 1999, a convite do respetivo governo, na parte alusiva ao Direito Internacional Privado.

Entre 1996 e 2000, por nomeação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, elaborou, em coautoria com o representante do Brasil, o projeto de Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil, que veio a ser assinado em 22 de abril de 2000, em Porto Seguro, aquando das comemorações do quinto centenário do descobrimento (ou achamento) do Brasil, e ratificado por ocasião da V Cimeira Luso-Brasileira, em Brasília, em setembro de 2001.

A nível internacional, e desde 1972, representou o Governo Português em numerosos comités de peritos da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, com especial relevo para a sua presença nas sessões 12.ª a 19.ª, bem como na Conferência Diplomática Internacional da Haia sobre a lei aplicável aos contratos de venda internacional de mercadorias (1985). Neste contexto, foi eleita Vice-Presidente das 14.ª, 15.ª e 16.ª Sessões da Conferência da Haia e da aludida Conferência Diplomática, em paralelo com os mais distintos internacionalistas mundiais.

Foi representante do Governo Português em diversos comités de peritos do *Institut International pour l'Unification du Droit Privé (UNIDROIT)*, com sede em Roma, cujo Conselho de Direção integrou desde 1983, ano em que foi delegada à Conferência Diplomática de Genebra, que aprovou a convenção sobre a representação internacional na temática de venda internacional de mercadorias.

A partir de 1991, tornou-se membro do *Institut de Droit International*, fazendo parte da *Commission on European Contract Law (Comissão Lando)* de 1986 a 1997.

Desde 1976, foi membro do Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia, passando a integrar a Lista de Árbitros e Peritos do Mercosul a partir de 2001.

Foi ainda membro da Comissão Portuguesa de Direito Marítimo Internacional, da Comissão Internacional do Estado Civil, do Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários, do Conselho Científico de Ciências Sociais do Instituto Nacional de Investigação Científica e do Conselho Geral da Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi sócia efetiva da Academia de Ciências de Lisboa, classe de Letras.

Entre 1974 e 1975, integrou o Conselho de Estado.

Foi agraciada com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, em Portugal, e no Brasil com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Professora catedrática jubilada da FDL, onde deu a última aula em 1996, depois de 42 anos de ensino, foram editados, em novembro de 2002, dois volumes de *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, sobre temas de Direito Internacional Privado, Direito Comunitário e Europeu, Direito Privado, Direito Processual, Direito Público e Filosofia e Teoria do Direito, onde é homenageada por colegas, admiradores e amigos de diversos setores da cultura jurídica de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, País de Gales, Itália, Grécia e Brasil.

Como principais trabalhos publicados destacam-se *Da legitimidade no ato jurídico. Dissertação em Ciências Histórico-Jurídicas na Faculdade de Direito de Lisboa*, 1947-1948, *Da compra e venda em Direito Internacional Privado. Aspectos fundamentais*, Lisboa, 1954, *Lições de Direito Internacional Privado, proferidas ao 5.º Ano Jurídico nos anos letivos de 1957-1958, 1958-1959*, da Associação Académica da FDL, com aditamentos e atualizações de 1960 a 1973, relacionados, entre outros, com a revisão das sentenças estrangeiras, problemas especiais de interpretação e aplicação da norma de conflitos, o regime da devolução no Código Civil de 1966, do sistema de normas de conflitos portugueses, da determinação da ordem local aplicável em caso de remissão para ordenamentos plurilegislativos, direito dos estrangeiros. Merece destaque *Da Qualificação em Direito Internacional Privado*, Lisboa, 1964, obra de progresso significativo em termos criativos, a nível do Direito Internacional Privado. De referir, ainda, “Os reflexos do movimento de integração económica no direito privado e no direito internacional privado”, in *Instituto Hispano-luso-americano de Derecho Internacional, Noveno Congreso, Lisboa, 2-11 Noviembre 1972, Comisión VI, Ante-Proyecto de Ponencia*, 1972, bem como “L'arbitrage international dans la recente loi portugaise sur l'arbitrage volontaire” (Loi n.º 31/86, du 29 août). Quelques réflexions”, in *Droit international et droit communautaire. Actes du Colloque, Paris, 5 et 6 Avril 1900*, Paris, 1991, p. 5 ss.

Entre os seus alunos há figuras públicas como Almeida Santos, Mário Soares, Sousa Franco, Jorge Sampaio, Marcelo Rebelo de Sousa e Leonor Beleza.

Vítima de doença súbita, após o seu falecimento teve votos de pesar, entre outros, do *International Institute for the Unification of Private Law (UNIDROIT)*, Assembleia da República, FDL e do Conselho Superior de Magistratura.

A homilia da missa pelo 7.º dia foi feita pelo Arcebispo emérito de honra e doutor *honoris causa* em Direito pela FDL, Cardeal D. Alexandre do Nascimento, primeiro Cardeal de Angola e Arcebispo emérito de Luanda.

Após o seu óbito, a sua biblioteca jurídica foi doada pela família ao Tribunal Constitucional.

Fator matricial e vulto referencial do núcleo duro e central dos professores mais distintos da FDL, o seu prestígio e saber ultrapassou as fronteiras nativas, transitando dum patamar local e nacional para um transnacional e internacional, de que é mero exemplo o facto de, na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, em 1993, ser indigitada pelos seus pares para proferir o discurso evocativo da efeméride.

Pessoa austera, com desamor pelos bens materiais, por vezes distante e incurtindo temor, tinha, no entanto, sempre tempo para os alunos, colaboradores e colegas que a procuravam, solicitando-lhes conselhos ou orientações, tornando-se respeitada e respeitável, aliando ao conhecimento teórico do Direito (exercido com mestria de competência técnica e didática) uma enorme capacidade de o plasmar na prática.

Autoimpondo-se a manutenção de um elevado grau de exigência, afeta a elevados padrões de qualidade e de verticalidade pessoal, serviu de referência meritória à Faculdade, que também tinha como algo que se impunha por si.

Pelo carácter multifacetado da sua obra e personalidade, deixou a sua marca na vida jurídica portuguesa, no duplo aspeto do ensino do Direito e da prática jurídica, sendo uma especialista unanimemente reconhecida, interna e externamente, em Direito Internacional Privado, a sua área de eleição.

Apesar da excelência e mérito, o facto de ser mulher levou a que fosse discriminada no seu percurso académico, logo após a sua licenciatura, numa época em que professores de Direito aconselhavam as alunas a não fazer essa opção, sendo preferível *coser meias*. Só foi convidada para assistente depois de defender com brilhantismo a sua tese de doutoramento, no decénio de cinquenta. Então, sim, os mestres da Faculdade autorizaram a sua contratação e a regência da cadeira de Direito Internacional Privado. Em matéria de igualdade de género, a sua carreira é um marco histórico, pondo de lado a ideia, durante tempos enraizada, de que os patamares superiores do ensino, da instrução, do doutoramento e do professorado de cátedra, no campo jurídico, estavam reservados ao sexo masculino, sendo um vulto jurídico feminino, de primeira água, com projeção internacional.

Não obstante a sua grande exigência nos exames, reconhecida pelos alunos, louvavam-lhe a sua coragem e a intolerância de ser contra os abusos policiais sobre os estudantes, que sempre defendeu.

Há quem lamente ter sido dos professores da FDL que deixou menos obra escrita, sendo usadas como sebenta fotocópias de fotocópias de fotocópias das suas lições por sucessivos alunos ao longo dos anos, embora tenha feito escola.

Teve um contributo decisivo no impulso e aprovação de importantes reformas legislativas que se traduziram no princípio da igualdade dos direitos civis e políticos e no esbarramento das diferenças entre os cidadãos de ambos os sexos, o que redundou, após o 25 de Abril, em avanços significativos, na sequência da entrada em vigor da Constituição de 1976, com forte incidência no Direito Civil, com particular ênfase no Direito da Família e das Sucessões.

Embora especialista por excelência em Direito Internacional Privado, foi determinante ter presidido à Comissão encarregada de rever o Código Civil.

Houve desde sempre uma preocupação da então Comissão da Condição Feminina para que integrasse o processo de produção legislativa que vinha do período de presidência de Maria de Lurdes Pintasilgo, em especial no de revisão do Direito da Família. Pretendiam-se garantias de competência técnica e de interesse existencial por esse trabalho. A escolha, sem hesitações, recaiu sobre a Professora Dr.ª Isabel de Magalhães Collaço. Leonor Beleza, que tinha sido sua aluna, e, à data, técnica da CCF, reforçou o convite numa sessão que a Ordem dos Advogados dedicou, em fevereiro de 1976, ao Ano Internacional da Mulher, onde a agora convidada fora antes demandada para oradora, presidindo o Ministro da Justiça. O repto foi aceite e a nomeação obtida.

Referiremos, sucinta e exemplificativamente, princípios introduzidos na ordem jurídica portuguesa, com reflexos profundos nas nossas vidas, entendíveis por todos.

Era imperativo rever os normativos que colidiam com novos princípios da Constituição, nomeadamente com o art.º 36.º, que sob a epígrafe *Família, casamento e filiação*, só por si quase exigia um novo Código da Família.

Reviram-se as matérias relativas às relações pessoais e patrimoniais decorrentes do casamento, exigidas pelo princípio constitucional da igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, passando a direção da família a ser de ambos, desaparecendo o domicílio legal da mulher casada, transitando para os dois a escolha de comum acordo da fixação ou alteração da residência e confiando-se à sua autonomia a organização da vida familiar. Afastando-se a supremacia do poder marital ou do pai, inclusive nas relações entre cônjuges ou entre pais e filhos, quando marido e mulher não tivessem a mesma nacionalidade nem a mesma residência habitual, sem esquecer o divórcio

Profundamente alterada foi a matéria da filiação, consagrando o princípio da não discriminação entre filhos nascidos dentro e fora do casamento, excluindo qualquer discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos, com reflexos sucessórios, e consagrando-se o novo instituto da guarda conjunta dos pais, a nível dos seus efeitos, sem esquecer o regime da adoção.

No Direito das Sucessões foi introduzida a sucessão do cônjuge sobrevivente como herdeiro legítimo, em concorrência com os parentes em linha reta, sendo a mulher que maioritariamente sobrevive à dissolução do casamento por morte.

Houve uma aceitação geral das inovações introduzidas por parte dos destinatários da sociedade civil, na sequência dos trabalhos da Comissão Revisora encarregada da sua revisão e por si presidida.

Mulher de mérito e de ação, pelo seu exemplo pessoal e profissional conclui-se que do pretense argumento que refere uma diferente constituição física da mulher (como mais fraca) não se podem retirar quaisquer conclusões jurídicas genéricas, designadamente em termos de tratamento desigual entre homens e mulheres. ▼



CARLOS LEONE Centro de História da Cultura, FCSH – UNL

PATRÍCIA OLIVEIRA Observatório Político, FCSH – UNL¹

João Pedro Miller Guerra

(1912-1993)

O Homem, o Médico e o Político

NOTA: Por vontade expressa dos autores do texto, este artigo não segue as orientações do Novo Acordo Ortográfico.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Semiologia das situações neurológicas de urgência*, Separata da *Gazeta Médica Portuguesa*, 8, Lisboa, 1956.
 - “A profissão médica e os problemas da Saúde e da Assistência”, F. Tomé (coautor), in *Análise Social*, Vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 623-651.
 - “Tradição e modernidade nas Faculdades de Medicina”, in *Análise Social*, Vol. VI (n.º 22-23-24), 1968, pp. 639-667.
- *A Crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*, Adérito Sedas Nunes (coautor), Lisboa, Editorial Império, 1969.
 - *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.
 - *Serviço Nacional de Saúde: uma aposta no futuro*, António Arnaut, Mário Mendes (coautores), Coimbra, Atlântida Editora, 1979.
 - *A reforma pombalina dos estudos médicos*, Braga, Barbosa & Xavier, 1983.

Mas as diversas estruturas constituem um todo e, por isso, as reformas, se por um lado dependem umas das outras, também por outro lado se dinamizam reciprocamente [...] o que importa é desencadear, em pontos estratégicos – e a universidade é um deles – acções que libertem as energias criadoras encarceradas nas estruturas envelhecidas.

in João Pedro Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, *A Crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*, 1969, p.51.

João Pedro Miller Guerra (1912-1993) nasceu em Vila Flor, Bragança. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e doutorou-se, em 1952, na especialidade de Neurologia, tendo trabalhado ao lado do Professor Egas Moniz. Foi professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Miller Guerra pertenceu a diversas associações profissionais e culturais, tendo sido membro da *Société de Neurologie de Paris*, da Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, membro do Conselho Consultivo das Ciências da Fundação Calouste Gulbenkian e Bastonário da Ordem dos Médicos (1968-1970). Exerceu ainda as funções de deputado na Assembleia Nacional, pertencendo à Ala Liberal. Do conjunto vasto de obras e artigos publicados, não só dedicados à medicina, mas também às ciências sociais e políticas, destaque para *A Psicanálise e a Personalidade* (1956), *A Medicina e a Sociedade* (1961), *O Tempo e o Modo. Ensaios* (1965).

Ao analisarmos em retrospectiva o percurso de vida de Miller Guerra, quer em relação à sua carreira profissional ao serviço de uma “medicina social”, quer em relação à sua carreira política próxima das intenções da Ala Liberal, conferimos a dificuldade em (re) escrever uma biografia que apenas se centrasse no homem, ou só no médico, ou só no político. Somos levados a considerar que aqueles que se distinguem pela sua determinação, excelência e visão crítica acerca da conjuntura em que estão inseridos ocupam e influenciam espaços sociais diversos, cujas fronteiras se diluem entre si e vão superando, por sua vez, o espaço do tempo. No presente texto evocamos a memória de Miller Guerra e os contributos mais determinantes do seu trabalho médico e político; sobretudo, porque este constitui um momento de importante balanço sobre a manutenção e transformação das estruturas sociais portuguesas.

Carreira Profissional – os médicos e a medicina em Portugal

No enquadramento político do Estado Novo, em particular com o corporativismo, reconhece-se a importância das associações profissionais como centros importantes de oposição política, de incentivo e orientação na acção pública governamental e de difusão dos ideais democráticos e de modernização. Assim, no contexto político do Estado Novo, a Ordem dos Médicos foi responsável pela discussão e difusão de propostas no sentido de legitimar a classe profissional dos médicos para o exercício de funções especializadas e administrativas do sistema de saúde.

Miller Guerra foi o principal impulsionador da modernização na medicina, contribuindo para o diálogo corporativo entre médicos e o poder político, assente, sobretudo, numa reflexão apurada no plano das alterações estruturais pelas quais o país atravessava

¹ Os autores querem agradecer ao Professor Veiga Simão a disponibilidade com que os ajudou neste trabalho e, igualmente, ao Dr. Pedro Vieira o acompanhamento que nos prestou em várias fases. Quaisquer erros e/ou omissões são naturalmente da nossa responsabilidade.

– “os médicos estão no cruzamento de todas estas correntes e transformações, sentindo na sua vida quotidiana os seus reflexos, e os problemas [...]. Por isso, a Ordem dos Médicos chamou a si o projecto *Carreiras* que constituem uma das condições para atingir um duplo e indissociável objectivo: a elevação científica e social dos médicos e a reforma dos serviços, utilizando plenamente os recursos que o progresso põe ao dispor das sociedades modernas”².

Paralelamente, assinalamos os contributos de Miller Guerra na elaboração de outros relatórios e artigos posteriores a “A profissão médica e os problemas da Saúde e da Assistência”, publicado em 1964. Em Dezembro de 1958, Miller Guerra participou na redacção das propostas definidas no *Congresso das Misericórdias*, no qual sugeriu medidas para a elaboração de uma política de saúde.

Participou também na elaboração e apresentação do *Relatório das Carreiras Médicas*, publicado em Maio de 1961³. No referido relatório identificava-se a carência de especialidades médicas, o mau estado dos serviços clínicos e sanitários e apontava-se para a necessidade de diálogo corporativo. Estas sugestões foram conduzidas e apresentadas directamente ao Presidente do Conselho de Ministros, cativando apoio do ministro responsável pela Saúde – “O Ministro Dr. Martins de Carvalho considerou-o como um ‘documento ímpar na história da nossa Administração. Representa a maior contribuição que até hoje, que eu saiba, alguma profissão deu ao Governo para a resolução dos seus problemas’”⁴. O relatório lançava a ideia de criação e implementação de um Serviço Nacional de Saúde (Sistema cuja primeira expressão política se verifica no programa do I Governo Provisório pós-25 de Abril de 1974, redigido por Veiga Simão, com, no campo da Saúde, Miller Guerra⁵).

O trabalho e investimento de Miller Guerra contribuíram favoravelmente para socializar a medicina, ao aproximar a actividade médica das necessidades reais do país; o trabalho pioneiro de Miller Guerra foi um dos primeiros contributos para a elaboração de um plano de assistência médica verdadeiramente pública.

Em outros artigos, nomeadamente aqueles sobre a reforma das universidades, Miller Guerra nunca abandona as referências às faculdades de medicina, pois é uma realidade que lhe é próxima e sobre a qual possui um conhecimento técnico aprofundado. Por outro lado, este factor contribui para a interacção das demais realidades sociais em jogo. No geral, as preocupações do pensamento de Miller Guerra ultrapassaram a crítica ao “modelo político do Estado no campo da saúde e assistência”⁶, procurando, ao mesmo tempo, influenciar e dinamizar reformas noutros sectores corporativos da sociedade Portuguesa.

Carreira Política – o compromisso com os valores da Ala Liberal

Importa aqui dedicar um breve apontamento no que diz respeito à X Legislatura da Assembleia Nacional (1969-1973), na qual se constituiu a Ala Liberal⁷. A posição de Miller Guerra como Bastonário da Ordem dos Médicos coincidiu com o mandato de deputado na Assembleia Nacional, pertencendo ao grupo parlamentar da Ala Liberal. O espírito democrático e socialista que caracterizava Miller Guerra fez com que este adquirisse uma posição simbólica na Assembleia Nacional – “pendor democrático onde pontua a figura de Miller Guerra [...] não só formula um pensamento moderno sobre a medicina, mas também uma estratégia de poder elaborada e delineada a partir de uma organização aceite e integrada nas estruturas corporativas, que tal como as demais Ordens tinha representação na Câmara Corporativa”⁸.

Por conseguinte, sobre ele estava depositada a aspiração a reformar o ensino da medicina, as suas práticas e infra-estruturas, bem como o estatuto da carreira médica, que Miller Guerra associou de perto à acção nos hospitais universitários. Para além disso, Miller Guerra contribuiu para a promoção das restantes reformas estruturais de que o país necessitava, tendo sido a reforma do ensino superior, juntamente com a proposta de Adérito Sedas Nunes, um dos seus principais enfoques.

Cultura e Mudança Política – A promessa da reforma universitária

Constatamos que, nos finais da década de 60, a universidade tradicional estava em crise. O apelo à transformação das estruturas sociais e económicas era guiado pelo referencial de sentido da modernização, segundo um modelo de desenvolvimento vigente na Europa ocidental: liberal, democrática, pós-colonial. Por conseguinte, as alterações tecnológicas

² João Pedro Miller Guerra, F. TOMÉ, “A profissão médica e os problemas da Saúde e da Assistência”, in *Análise Social*, Vol. II, 1964 (n.º 7-8), p. 623.

³ Pode conferir aprofundadamente em João Pedro Miller Guerra, F. TOMÉ, “A profissão médica ...”, p. 624; destaque para perfil social, em particular *filiação em associações*, in Tiago Roma Fernandes, “A Ala Liberal da Assembleia Nacional (1969-1973). Um perfil sociológico”, in *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 24, Oeiras, Delta Editora, pp. 49-50.

⁴ João Pedro Miller Guerra, F. TOMÉ, *op. cit.*, pp. 624-625.

⁵ Agradecemos ao Professor Veiga Simão a audiência que nos concedeu e a consulta dos documentos manuscritos desse processo político.

⁶ Rui Manuel Pinto Costa, “A Ordem dos Médicos e a condição do trabalho médico no Estado Novo”, in *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Vol. 8, III Série, 2007, p. 361.

⁷ Sobre o perfil social da Ala Liberal ver: Tiago Roma Fernandes, *op. cit.*, pp. 35-64.

⁸ Rui Manuel Pinto Costa, *op. cit.*, p. 377.

⁹ Confira este diagnóstico em João Pedro Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, *A Crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Império, 1969.

¹⁰ O texto de Miller Guerra e Sedas Nunes elabora uma lista na qual identifica os principais movimentos de contestação juvenil que estão na origem e influenciaram as reformas na universidade portuguesa – Universidade de Berkeley (1964), Universidade de Berlim, Universidade de Itália (1967), França (1968). Ver ainda o livro de Cristina Montalvão Sarmento, *Os Guardiões dos Sonhos*, Lisboa, Colibri, 2008.

¹¹ João Pedro Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, *op. cit.* (1969), p. 17.

¹² Citemos: “corporizar um conjunto de aspirações, necessidades há longo tempo sentidas pelo povo português e pelas instituições de ensino, mas cuja satisfação tem sido constantemente adiada”, in Miller Guerra, *Diário das Sessões*, 1971, p. 1653, *apud* Stephen R. Stoer, “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou ‘disfarce humanista?’”, in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983, p. 793.

¹³ João Pedro Miller Guerra, *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, Lisboa, Moraes Editores, 1970, pp. 14-15.

nos sectores de produção, bem como o incremento da competitividade, exigiam reformas de fundo no ensino universitário, garantindo-se assim uma maior especialização da mão-de-obra nacional⁹. Dito de outro modo: segundo Miller Guerra, tratava-se de preparar Portugal para o futuro, e as universidades constituíam o viveiro por excelência de formação de cidadãos activos, responsáveis e profissionalmente capazes de contribuir para o fomento industrial e tecnológico que se estava a desenvolver na Europa. Em 1969, Miller Guerra foi nomeado membro do Grupo Executivo de Inquérito ao Ensino Superior; face ao que Miller Guerra apelidava de “dogmatismo”, “autoritarismo” e “imobilidade das universidades portuguesas”, era necessária a criação de novas universidades de representação dos interesses dos estudantes nos corpos directivos. A necessidade de alargamento das formas de representação e de participação no corporativismo alastrou-se às universidades e aos estudantes.

Esta mudança foi bem percebida no trabalho conjunto de Miller Guerra e Sedas Nunes – *A Crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*. Os autores da proposta identificavam as deficiências das universidades portuguesas e as dificuldades em “corresponder às novas necessidades resultantes do desenvolvimento económico” e da “evolução sócio-cultural”, tal como já foi assinalado. Sobretudo, as suas propostas visavam atenuar a contestação dos movimentos estudantis e adequar a instituição universitária à massificação do ensino superior. Podemos retirar do documento mencionado os seguintes eixos problemáticos identificados e explorados pelos autores: (1) desfasamento entre a universidade e a sociedade; (2) problemas da autonomia universitária e da administração pública do ensino superior; (3) Universidade, desenvolvimento e evolução sócio-cultural; (4) diversificação social na procura de educação superior (massificação feminina; procura tardia e profissional; acesso à educação superior pelas camadas mais desfavorecidas).

A “crise universitária” manifestava-se como resultado das repercussões do movimento estudantil mundialmente bem-sucedido¹⁰; formas de acesso às universidades; relações da universidade com a vida nacional, nomeadamente ao nível da medicina; implicações do desenvolvimento económico e da evolução socio-cultural com os sistemas universitários. Os autores identificam ainda a assincronia entre universidade e sociedade. Tomando como exemplo as faculdades de medicina que ignoravam as necessidades reais do país – “recebem estudantes, formando-os, sem que tenham conhecimento das necessidades médico-sanitárias nacionais”¹¹, o texto apontava já para a necessidade de formação permanente, de criação de cursos pós-graduados, integrando-os na estrutura do ensino e não submetendo-os às iniciativas pontuais de professores e directores-clínicos. O texto é sintomático das fragilidades nacionais e preparava o debate parlamentar que viria a ocorrer posteriormente sobre *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*.

“As resistências à reforma universitária”¹² eram de natureza institucional e de natureza sócio-política. Uma tal proposta de reforma do ensino superior ultrapassa em larga medida a nossa história de vida pessoal e entronca no ambiente social e político do país no início dos anos 70 – a reforma universitária levada a discussão na Assembleia Nacional a 14 de Abril de 1970, seguida de respectiva votação parlamentar, tornou-se uma aspiração de projecto político, fortemente ancorado no discurso da “democratização do ensino” caro ao Ministro da Educação Nacional Veiga Simão, na igualdade de oportunidades no ensino, na renovação da concepção de cidadania (novas formas de participação, massificação do ensino, novas formas de representação dos estudantes). Vale a pena destacarmos as intervenções de Miller Guerra na Assembleia Nacional no decorrer do debate sobre a reforma universitária; atente-se igualmente no diagnóstico crítico, nomeadamente sobre os professores catedráticos que, segundo Miller Guerra, ocupavam na vida política e na vida económica lugares de relevo, restando pouco tempo para se dedicarem à vida académica.

Os movimentos estudantis, que eu encaro na sua aceção mais genérica, têm tido um papel impulsionador das reformas em todo o Mundo. Era, por isso, muito estranho que não o tivessem na nossa. [...] Segundo a fórmula conservadora, o estudante é para estudar, o professor para ensinar. Mas, como sabem, esta fórmula não se cumpre nem sequer no seu significado conservador, restrito,

Vozes: – Muito Bem!

porque muitos professores não ensinam ou, se ensinam, ensinam mal.¹³

Sobre a cultura destacamos a seguinte passagem: “há um ponto muitíssimo importante, que é a ligação das Universidades com os centros científicos estrangeiros [...]. Na cultura não pode haver provincianismos, temos de estar abertos ao Mundo”¹⁴. E prosseguia, afirmando que o adiamento da reforma no ensino superior e na investigação científica significaria uma perda de competitividade face à Europa:

Não tenhamos medo de perder a nossa independência cultural, não tenhamos medo de nos abastardarmos, pensando por figurinos estrangeiros. Não tenhamos medo disso na cultura, na investigação, na tecnologia. O génio próprio português não consiste nessa cópia. Consiste na tradução, transformação e aplicação de todos esses conhecimentos à realidade portuguesa, para que ela por fim dê o arranque e comecemos a ser uma sociedade verdadeiramente moderna e europeia.

Vozes: – Muito bem!¹⁵

No entanto, devemos encarar o discurso audaz de Miller Guerra, bem como o de outros deputados da Ala Liberal, dentro do quadro reformista e não propriamente revolucionário. Aliás, a introdução de uma política cultural integrada no IV Plano de Fomento permite aferir o sentido da reforma. Miller Guerra estava consciente de que o desenvolvimento económico deveria ser acompanhado do desenvolvimento cultural, numa fórmula que contribuisse para o reforço dos aspectos específicos da Nação¹⁶. A reforma do ensino superior afirmou-se como uma “condição de sobrevivência” para o Ministro Veiga Simão, necessária ao desenvolvimento económico do país e, por outro lado, com o objectivo de acompanhar o ritmo industrial da Europa.

No plano interno, as medidas de reforma do ensino superior tentavam dar resposta ao clima de instabilidade social, devido à incapacidade do Estado em proceder a uma equitativa distribuição da riqueza e oferta de bens sociais. Pese embora a educação tenha servido as necessidades do poder simbólico na sustentação ideológica do consulado marcelista, o país necessitava na altura de mão-de-obra especializada, não só para contribuir para o seu desenvolvimento económico, mas também para constituir uma alavanca de oportunidade e de reconversão económica face à anterior política de condicionamento industrial.

O trabalho de análise sociopolítica levado a cabo por Miller Guerra, quer tenha sido através dos seus artigos e relatórios, quer tenha sido através do seu empenho na Assembleia Nacional, juntamente com outros membros da Ala Liberal, teve consequências ao nível legislativo. A consulta do *Boletim do Ministério da Educação* (1957-1973) permitiu-nos dar conta da influência e do reconhecimento prestado às sugestões de Miller Guerra no decorrer da sua actividade política, tanto mais que podemos observar o espoletar tímido do Estado em acção pública, quer na educação, quer na cultura.

Dever-se-á ler em conjunto o **Decreto-Lei nº 41114, 16 de Maio de 1957**¹⁷, no qual o Ministério da Educação Nacional cria e define as competências da Comissão de reapetrechamento em material das escolas superiores e secundárias; o **Decreto-Lei nº 49043, 6 de Junho de 1969**¹⁸, em que se dá nova redacção aos artigos 2º, 3º e 6º do **Decreto-Lei 41114, 16 de Maio de 1957**, levando a cabo o efectivo reapetrechamento em material para o ensino superior.

No **Despacho de 19 de Junho de 1972**¹⁹ (Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão), verificamos a tentativa de aproximação da acção política aos apelos estudiantis, onde se enumera: a “defesa da dignidade do ensino”, “generosidade e tolerância para com os estudantes”; para além disso, estabelece-se por despacho ministerial o compromisso de reforma no ensino superior – “compreensão da necessidade de uma reforma das estruturas universitárias, cuja promulgação terá lugar ainda este ano, mas sobre as quais se tomaram já medidas, com destaque para o esforço financeiro que o governo tem vindo a fazer neste domínio, ampliando as possibilidades de recrutamento de pessoal e de aquisição de equipamento, bem como o desenvolvimento da investigação científica”. Por fim, no seguimento do projecto de reforma do ensino superior (“reforma Veiga Simão”²⁰) foram criadas as Universidades do Minho, Aveiro, Nova de Lisboa e Évora – **Decreto-Lei nº 402/73**, de 11 de Agosto. Registamos igualmente, em consequência do pensamento de Miller Guerra, a criação de uma nova Faculdade de Medicina (Campo de Santana) que veio a integrar-se na Universidade Nova de Lisboa.

¹⁴ *Ibidem*, p. 20.

¹⁵ *Ibidem*, p. 21.

¹⁶ Para aprofundar os contornos da política pública, desde a sua proposta até ao texto final apresentado na Assembleia Nacional, ver Stephen R. Stoer, *op. cit.*, p. 804.

¹⁷ Ministério da Educação Nacional. *Boletim Oficial*, suplemento nº 1, Outubro de 1972, Edição da Secretaria-Geral.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Stephen R. Stoer, *op. cit.*, p. 793.

²¹ Ministério da Educação Nacional. *Boletim Oficial*, suplemento n.º 2, Dezembro de 1972, Edição da Secretaria-Geral.

²² Consequentemente, depois do 25 de Abril, não só Veiga Sião convida Miller Guerra para redigir a parte da Saúde do programa do I Governo Provisório, como Miller Guerra se aproxima do PS e é falado para vários cargos, desde o de Ministro da Saúde ao de Primeiro-Ministro. Todos recusa, por motivos de saúde, voltando de novo à vida académica, onde chegará a catedrático.

²³ Ministério da Educação Nacional. *Boletim Oficial*, suplemento n.º 2, Dezembro de 1972, Edição da Secretaria-Geral.

²⁴ Trata-se da evocação lida na Academia Portuguesa de Medicina em 1993, publicada em João Lobo Antunes, *Um Modo de Ser*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 147-152.

E em particular, o **Despacho n.º 10/72**²¹ de 30 de Novembro de 1972 para os assuntos culturais autoriza a criação da comissão consultiva para a definição da política cultural, na qual Miller Guerra faz parte da comissão especial e no qual igualmente se cria o Instituto de Alta Cultura e a Direcção Geral dos Assuntos Culturais. No conjunto, pretendia-se: (1) assistir o ministério na formação de uma política cultural necessária à sua concretização; (2) inventariação dos materiais e desenvolvimento dos processos de dinamização cultural do país; (3) planos de execução imediata; (4) promoção do intercâmbio cultural; (5) incluir no IV Plano de Fomento a execução de uma política cultural integrada.

A aproximação de Miller Guerra aos sectores-chave da educação e da cultura fez com que se integrasse em várias associações, não só profissionais, mas também políticas e culturais. A sua associação a Veiga Simão estreita-se neste período²², o que é visível no seu envolvimento em vários projectos e mesmo na sua pertença a órgãos então criados.

Por fim, o **Despacho n.º 21/73**²³ de 2 de Agosto de 1973 para os assuntos culturais. Por ocasião do centenário do nascimento do Professor Egas Moniz é criada uma comissão executiva das comemorações deste evento. Dessa comissão fazia parte Miller Guerra (por nomeação ministerial), à altura encarregado do curso de neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa. A comissão tinha como objectivos: (1) a elaboração do programa das comemorações; (2) agregar a iniciativa à Fundação Calouste Gulbenkian; (3) convidar personalidades científicas estrangeiras.

Conclusão

A concretização completa do presente projecto para o sistema escolar português levará certamente algum tempo, exigirá recursos financeiros imensos, mas apresenta-se como uma tarefa significativa e transcendente para o futuro do povo português, uma tarefa possível, uma condição de sobrevivência.

*in João Pedro Miller Guerra, Adérito Sedas Nunes, *A Crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*, 1969.*

Num testemunho institucional mas fortemente marcado pelos laços pessoais com Miller Guerra, João Lobo Antunes dá boa conta do modo como os nexos entre a vida pessoal, profissional, política e intelectual do seu antigo professor e amigo se multiplicaram²⁴.

Mais do que qualquer apresentação genérica como a que aqui se fez, um testemunho de quem privou com João Pedro Miller Guerra a vários títulos e ao longo de décadas constitui uma lição preciosa sobre este distinto vulto da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Vale a pena mencioná-lo, pois aí se lê (J. Lobo Antunes, 1996: 151) que Miller Guerra era geralmente visto como um homem de reflexão e não de acção, pois apesar de todo o seu envolvimento cívico, aqui apenas esquematicamente delineado, com o seu longo e esforçado labor (ainda segundo Lobo Antunes, *ibidem*), poderá ter contribuído involuntariamente para “a burocratização da medicina portuguesa e para a ‘funcionalização’ do médico, pragas que nunca mais nos deixaram”. Ainda que assim tenha sido, a conclusão a extrair será pela necessidade de fazer justiça a “tanto talento, tanta inteligência, tanta boa vontade e tanta devoção às causas de uma profissão” (*ibid.*) como as patenteadas por Miller Guerra. Pois, se é triste pensar que talvez não seja possível voltar a fazê-lo, tudo indica que João Pedro Miller Guerra veria o caso de outro modo – e pelo menos tentaria agir do modo necessário. ▽

ÁLVARO COSTA DE MATOS

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Jorge Borges de Macedo

(1921-1996)

“Saber continuar”



Vida pública: aspetos mais significativos

Jorge Borges de Macedo (JBM) nasceu em Lisboa a 3 de março de 1921. Seu pai, José de Macedo, foi secretário-geral do Partido Republicano Radical e um defensor da solução federalista com as colónias, nomeadamente com Angola¹. JBM licenciou-se em 1944 na Faculdade de Letras de Lisboa, em Ciências Histórico-Filosóficas, com a tese *A Situação Económica no Tempo de Pombal - Alguns Aspetos*, estudo que, depois de publicado, em 1951, “passou imediatamente a constituir uma obra de referência sobre o governo e o tempo do Marquês de Pombal”². Em 1957 entrou na mesma faculdade como assistente da Prof.^a Virgínia Rau na cadeira de Teoria da História e do Prof. Manuel Heleno na cadeira de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Um ano depois tornou-se bolseiro do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, iniciando então os estudos sobre a problemática da indústria portuguesa, que viria a constituir o objeto de análise da sua tese de doutoramento. Doutoramento que se realizou em junho de 1964 com a defesa da tese *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, onde o historiador examina longa e analiticamente os fatores internos e externos que presidiram ao desenvolvimento da indústria, e que constituiu, segundo alguns autores, o seu trabalho de maior fôlego³. Obtém nas provas 19 valores. Três anos depois, em junho de 1967, JBM obteve o título de professor agregado de História. Em 1969 vamos encontrá-lo como catedrático da Secção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A seguir ao 25 de Abril de 1974 foi saneado desta faculdade, com a sua reintegração no ensino superior a acontecer pouco depois, em 1977, a convite da Universidade Católica Portuguesa, para a docência das cadeiras de História Económica e História Diplomática. No ano de 1980 regressou à Faculdade de Letras como regente da cadeira de História Contemporânea de Portugal. É durante este período que JBM readquire a sua notoriedade pública como historiador, resultado também da sua atividade como comentador de política internacional. Os seus trabalhos respondem então às múltiplas solicitações que lhe são feitas, versando os mais diversos assuntos. Em 1990, a convite do Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, foi indigitado para diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, função que desempenhou até ao seu falecimento. No dia 3 de março de 1991, JBM jubilou-se como professor catedrático da Universidade de Lisboa. Durante a cerimónia foi ainda homenageado com o colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada. Morreu a 18 de março de 1996, com uma obra notável a todos os títulos e com vários projetos e trabalhos por acabar⁴.

Obra historiográfica

É vastíssima a obra de JBM. Ao todo engloba aproximadamente 400 títulos, ou talvez mais!⁵ Destacamos aqui aqueles que, em nosso entender, nos parecem incontornáveis e, por isso mesmo, mais relevantes. Algumas destas obras constituem verdadeiras traves-mestras da historiografia portuguesa, a saber: a já citada tese de licenciatura *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns aspetos* (1.^a edição, Porto, 1951), ainda hoje de leitura obrigatória para o estudo da realidade económica e social do Portugal setecentista, juntamente com a sua tese de doutoramento sobre *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* (1.^a edição, Lisboa, 1963), “estudo que marcaria profundamente a compreensão da indústria portuguesa no século XVIII e início do

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses: ensaio de formalização concreta”, in *Estudos portugueses: homenagem a António José Saraiva (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, Ministério da Educação, 1990, pp. 193-213.
- “O tempo do Cardeal Cerejeira: quadro de uma acção apostólica e cultural”, in *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.^a Série, Tomo II, 1990, pp. 9-20.
- “Unidade de poder e diversidade de situação nas áreas regionais em Portugal: consequências metodológicas”, Álvaro Matos e Raúl Rasga (coords.), in *Primeiras Jornadas de História Local e Regional, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Colibri, 1993, pp. 11-33.
- “O carácter europeu dos descobrimentos e o sigilo nacional na sua realização”, Lisboa, 1994, pp. 315-324 (Separata de Jaime Cortesão – *Um dos grandes de Portugal*).
- “Alberto Sampaio no pensamento histórico português”, in *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães 1995, pp. 413-441.
- *A experiência histórica contemporânea*, Lisboa, Colibri, 1998.
- *História diplomática portuguesa: constantes e linbas de força: estudo de geopolítica*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

¹ Esta solução é defendida no estudo *A Autonomia de Angola*, “o resultado do provavelmente primeiro encontro significativo da tradição portuguesa republicana-socialista-federativa

que até então se ocupara em primeiro lugar da organização interna do país, ou da federação ibérica ou europeia, com a experiência africana”, nas palavras de Hermínio Martins. *Vide*, do autor, e para uma análise mais detalhada do projeto de José de Macedo, “O Federalismo no Pensamento Político Português”, in *Penélope*, Lisboa, N.º 18, 1998, pp. 13-49.

² Jorge Pedreira, “Macedo, Jorge Borges de (Lisboa, 3-3-1921 – Lisboa, 1996)”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 405.

³ É o caso de Jorge Pedreira (*ibidem*, p. 405).

⁴ Sobre os traços mais relevantes da personalidade de Jorge Borges de Macedo, que se traduziram naturalmente na sua historiografia, ver o Prefácio de Maria do Rosário Themudo Barata ao volume I da monumental obra *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. Legado Bibliográfico*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, pp. IX-XXI. Desses traços, a autora acaba por destacar o sentimento vivencial e o pensamento estrutural, “duas características que raramente andam a par” e cuja aliança, acrescenta, “levava ao esgotamento lancinante, tanta era a insistência na presença e tamanha a urgência em compreender racionalmente”, p. XV. Esta leitura deve ser completada com o texto de Jorge Braga de Macedo, filho do homem que aqui estudamos, intitulado *A herança de Jorge Borges de Macedo: Uma escolha familiar*, texto policopiado do discurso proferido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 12 de abril de 2005, na sessão de lançamento da obra atrás referida.

⁵ A bibliografia ativa mais completa de Jorge Borges de Macedo encontra-se na obra já aqui citada *Jorge Borges de Macedo - Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*, 1991. No anexo ao *Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)*, da autoria de Maria do Rosário Themudo Barata, encontramos uma atualização, da maior utilidade, daquela bibliografia, com mais 67 escritos publicados depois de 1991.

⁶ Álvaro Ferreira da Silva, “História Económica”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 181.

⁷ Jorge Pedreira, *op. cit.*, p. 406.

século XIX”⁶; *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, 1803-1813* (Lisboa, 1962), pelo alargamento do objeto de estudo a matérias até aí muito pouco consideradas, como a história militar; a reedição da *História de Portugal*, de Luís Augusto Rebelo da Silva (Lisboa, 1971), outro trabalho de referência e para o qual JBM escreveu uma notável introdução que coloca aquele historiador oitocentista no panorama cultural do liberalismo; o excelente síntese que é o estudo *Estrangeirados. Um conceito a rever* (Braga, 1974), “em que relativiza o significado das posições dos estrangeirados (e neste sentido se distancia da tradição historiográfica que, retomando os problemas colocados por esses autores, vai da geração de 70 a António Sérgio, Jaime Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho)”⁷; os trabalhos *Um ano de luta pelo poder e a sua interpretação n’Os Lusíadas* (Lisboa, 1976) e *Os Lusíadas e a História* (Lisboa, 1979), que refletem uma maior atenção da sua obra aos aspetos culturais; o premiado *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem* (Lisboa, 1980); o livro *Constantes da História de Portugal* (Lisboa, 1981); a *História Diplomática de Portugal. Constantes e Linhas de Força* (Lisboa, 1987), por muitos considerada uma das suas principais obras; o estimulante ensaio que é *Portugal, um destino Histórico* (Lisboa, 1990); a sua colaboração para o *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão, onde JBM publicou um importante conjunto de artigos, a maior parte deles sobre temas centrais, como “Nobreza”, “Burguesia”, “Absolutismo” e “Tratado de Methuen”; e, por último, uma série de estudos, menos conhecidos, mas dos mais inovadores que escreveu, não só pelos problemas que levantam como pelo carácter pioneiro, ou polémico, das suas interpretações⁸.

Notas caracterizadoras da sua historiografia

Como principais notas caracterizadoras da historiografia de JBM, temos:

- i) desde logo, a diversidade dos temas tratados, pois tanto se debruça sobre a problemática económica como sobre a sociedade, a política, a tecnologia, a ciência, a filosofia, a arte, a religião, entre outras temáticas, num entendimento da história como disciplina que trata a globalidade da experiência humana passada;
- ii) a preferência pela inovação, presente em quase todos os estudos do autor, em detrimento dos caminhos já explorados;
- iii) desta última resulta o esforço persistente para contrariar ideias-feitas sobre alguns problemas fulcrais da História de Portugal;
- iv) a sua adesão “à história-problema, à teorização e ao elemento explicativo-superador da mera descrição”⁹, sempre suportada pela própria análise histórica, no quadro do que designava por “formalização concreta”¹⁰;
- v) a adoção de uma perspetiva aberta aos vetores políticos, socioeconómicos e culturais, procurando um quadro histórico matizado em vez das leituras estritamente políticas e diplomáticas a que nos habituaram muitos anos de historiografia positivista;
- vi) do ponto de vista metodológico, importa destacar tanto o recurso a fontes de diversos tipos e pouco utilizadas como o recurso a historiografia de várias origens, nomeadamente anglo-saxónica¹¹;
- vii) o interesse por algumas das tendências historiográficas mais recentes, como a Nova História Económica ou a Arqueologia Industrial, por si teorizadas e divulgadas a outros historiadores e estudantes.

Tudo isto contribuiu para que JBM, juntamente com outros historiadores, como Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Fernando Piteira Santos, Joel Serrão, Armando de Castro e Oliveira Marques, tivesse um papel fundamental, para não dizer primordial, na renovação que a historiografia portuguesa conheceu a partir dos anos 50, nomeadamente a história económica e social¹². A sua ação centrou-se sobretudo no século XVIII, propondo uma nova interpretação económica da governação pombalina, examinando extensamente as condições internas e externas para o desenvolvimento da indústria portuguesa no século XVIII e início do século XIX e, como já se disse, refutando algumas ideias-feitas sobre este período, como, por exemplo, as ideias de que as relações com a Inglaterra durante o século XVIII configuravam uma situação de dependência altamente prejudicial ao crescimento económico do país ou de que fora Pombal quem sacudira o jugo inglês e criara do nada a indústria em Portugal.

Obra ensaística

Além de historiador, professor e académico de renome nacional e internacional, JBM foi ainda um notável ensaísta, alicerçando esta faceta num sólido conhecimento do passado e do presente. Da sua produção ensaística assume alguma preponderância a reflexão sobre a problemática europeia e o problema da identidade nacional. JBM foi um dos historiadores portugueses que, a par da investigação histórica, mais refletiu sobre a Europa e o papel de Portugal nessa mesma Europa. Ora vejamos: ainda em 1968 publicou “A cultura portuguesa no mundo contemporâneo: um problema geral”; nove anos depois, em 1977, saiu “Um desafio à cultura portuguesa”; em 1979, escreveu “Uma perspetiva histórica para a integração europeia”; no ano seguinte publicou “Aron é um pensador europeu”; em 1981, refletiu sobre o “Mercado Comum. Uma experiência nova para Portugal”, texto que seria reeditado dois anos depois; em 1985, escreveu “O contributo histórico de Portugal para a formação do património cultural europeu”; em 1986, debruçou-se sobre “A adesão de Portugal ao Mercado Comum: antecedentes históricos”, “O espírito da Europa” e ainda sobre “Portugal e a Europa. A responsabilidade política do desenvolvimento”, este último ainda reeditado em 86; o ano de 1987 foi bastante produtivo no que a esta temática diz respeito: publicou “O Atlântico Norte e os desafios do Sul – perspetiva histórica”, reeditado no ano seguinte, e também em 1989, “Ensino e Cultura. Preparar o Desafio Comunitário”, “Europa: que geopolítica?”, “A Nação como instrumento e projeto de defesa”, “Política e Estratégia na relação Portugal-Espanha: um problema de hoje” e “Portugal na perspetiva estratégica europeia”; em 1988, acrescentou a esta bibliografia o trabalho “Hora portuguesa, hora europeia” e reuniu grande parte destes ensaios na obra *Portugal-Europa para além da circunstância*; em 1990, deu à estampa “A Europa como grandeza histórica”, “Portugal na nova distribuição das forças europeias” e “Portugal: um destino Histórico”; quatro anos depois, em 1994, numa tiragem particular de 200 exemplares, editou “A Experiência Histórica Contemporânea”, um brilhante ensaio sobre o sentido e o fim do último quartel do século XX, sem esquecer a evolução política portuguesa entre 1974 e 1994; em 1996 ocupou-se da “União Europeia: uma experiência de política externa”¹³.

Esta vastíssima bibliografia leva-nos naturalmente a colocar a seguinte questão: porquê este interesse pela temática europeia e sua história? Pergunta de difícil resposta, pois não dispomos de um testemunho *direto* do autor sobre o assunto. Mas a resposta não poderá deixar de passar pelo entendimento *peculiar* que JBM tem da história. Isto é, para o autor, a história, neste caso, de Portugal, só ganhará sentido se situada num plano mais vasto, daí as inúmeras incursões pela história europeia e extraeuropeia. E isto aplica-se, claro está, tanto à história de Portugal como à história de qualquer outro país. A problematização e a compreensão do nosso passado requerem a comparação com a história europeia e a inclusão dos factos concretos nas “possibilidades globais efetivas”¹⁴: *partir* do geral/abstrato para o particular/concreto e, uma vez *tratado* o particular/concreto, *regressar* ao geral com interpretações novas, enriquecendo-o. Qualquer trabalho histórico deve seguir esta *lógica*, começar sempre pelas tais “possibilidades globais efetivas”, “superiores aos factos concretos”. Este é um pressuposto teórico que atravessa toda a sua obra. O caso mais paradigmático do que se acaba de dizer encontra-se na *História Diplomática de Portugal*, onde a comparação com a realidade europeia e extraeuropeia é uma constante. Esta condiciona o *processus* histórico português, mas também *recebe* dele vários elementos, sejam de natureza política e institucional, sejam de natureza económica e social, sejam ainda de natureza *civilizacional*. A realidade portuguesa é indissociável da evolução europeia e vice-versa. Há, portanto, uma interdependência que importa estudar, único caminho para compreender os factos que dela resultam¹⁵.

Quanto ao problema da identidade nacional, qual o entendimento de JBM? Nada como citá-lo: “Entendo por identidade nacional uma coincidência mínima dos comportamentos, na perceção de que os problemas que é necessário enfrentar se especificam no conjunto nacional e na certeza de que os projetos de vida coletiva se vão desenvolver no sentido de serem vividos, aplicados e verificados em comum”¹⁶. Impregnando a identidade nacional – que precisa envolver um conceito presente –, encontra-se o contexto insubstituível do passado, repositório das dificuldades e das soluções já concebidas. O passado dá assim legitimidade ao conceito de identidade nacional. Esta torna-se, con-

⁸ Estão neste caso os artigos “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIII, Coimbra, 1971, pp. 375-423; “Para o encontro de uma dinâmica concreta da sociedade portuguesa, 1820-1836”, in *ibidem*, Tomo XVII, Coimbra, 1977, pp. 245-62; “A problemática tecnológica no processo de continuação República – Ditadura Militar – Estado Novo”, in *Economia*, Vol. III, n.º 3, Lisboa, outubro de 1979, pp. 427-453; “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses: ensaio de formalização concreta”, in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1990, pp. 193-213, entre outros.

⁹ José Amado Mendes, “A renovação da Historiografia portuguesa”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, s. l., Círculo de Leitores, imp. 1996, p. 298.

¹⁰ Adesão esta facilitada, sem dúvida, pela sua licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas.

¹¹ No que toca às fontes, o resultado deste recurso traduziu-se na constituição de um legado bibliográfico impressionante, quer pela qualidade quer pelo volume, como se pode constatar folheando a obra já aqui citada, *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. Legado Bibliográfico*, em 2 grossos volumes, num total de 17433 rubricas, e que mesmo assim não representa a totalidade da biblioteca pessoal do historiador. Este legado traduz ainda outra coisa, que é a importância da revelação da prova na obra de Jorge Borges de Macedo, que se pode notar também no seu espólio pessoal. Como nos diz Maria do Rosário Themudo Barata, “desde muito cedo (Jorge Borges de Macedo), foi recolhendo testemunhos de pessoas, factos, sonhos, ilusões, dramas, encontros e desencontros, num esforço de resgate do esquecimento, do aniquilamento que, segundo o próprio, são pecados centrais da cultura portuguesa e causa das descontinuidades que mutilam e embargam todo o esforço criador, individual e coletivo” - do Prefácio à obra acima referida, p. XVI. Quanto à historiografia, mostramos um historiador que quer estar sempre atualizado, sempre à frente, cientificamente falando, como podemos testemunhar nas aulas de licenciatura e mestrado, e o seu legado bibliográfico confirma. A predominância da historiografia anglo-saxónica resulta de uma especial atenção com que o historiador seguia os debates desta cultura, quantas vezes antes da sua efetiva receção na cultura portuguesa.

¹² Sobre o contributo destes historiadores para a renovação da historiografia portuguesa, ver José Amado Mendes, *op. cit.*, pp. 277-343, e ainda as *entradas* de Carlos Maurício e Álvaro Ferreira da Silva para os últimos volumes do *Dicionário de História de Portugal*, respetivamente “História – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 172-177, e “História Económica”, in *ibidem*, pp. 180-183. Sobre Macedo, em particular, ver, além destes textos, a *entrada* de Nuno Valério para o *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 534, bem como a de Jorge Pedreira para o *Dicionário de História de Portugal*, intitulada “Macedo, Jorge Borges de (Lisboa, 3-3-1921 – Lisboa, 1996)”, *op. cit.*, p. 405.

¹³ As referências bibliográficas completas encontram-se nas fontes, no ponto 1.1. Monografias e artigos.

¹⁴ Jorge Borges de Macedo, Prefácio da segunda edição a *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Quercus, 1982, p. 8.

¹⁵ Como nos diz Jorge Braga de Macedo, seu pai “nunca se satisfaz com visões parcelares, por mais rigorosa que parecesse a análise, nem com falsas sínteses”. Daí a importância que atribui à integridade, “como ponto original da vida e obra de meu pai”, in *A herança de Jorge Borges de Macedo: Uma escolha familiar*, p. 5. Ao lado desta, tínhamos ainda, segundo o filho, a pedagogia, o outro valor fundamental da herança de Jorge Borges de Macedo.

¹⁶ Cf. “Não temos o direito de desistir”, in *Prelo*, N.º 1 (Out./Nov. 1983), p. 7.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 8.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*, p. 9.

²² *Ibidem*.

²³ *apud* Jorge Braga de Macedo, “Para onde vai a Diferencialidade Portuguesa?”, in *Negócios Estrangeiros*, 9.1 (Mar. 2006), p. 47. Segundo o autor, o “tema da luta dialética entre o povo e as elites vai na mesma linha de diferencialidade [...]”.

sequentemente, a consciência pública e comunicada da nação, na sua história, na sua cultura, no seu território e na missão que o país desempenhou ou desempenha. Mas para JBM a identidade nacional não tem só conteúdo nacional-discursivo, mas também uma “expressão espiritual e subconsciente que se ajusta – humanizando-se – às diversas tecnologias, sistemas e formas de governo e dissolve as perspetivas ideológicas que se lhe opõem”¹⁷. A identidade nacional ganha, portanto, uma dupla componente: ela é, simultaneamente, uma vivência e um projeto.

Definido o conceito, JBM vai depois ocupar-se das suas especificidades, com algumas advertências não menos importantes, a saber: 1.ª A força da identidade nacional não é constante ao longo da história nacional; 2.ª Esta força não é sempre igual em todos os grupos e organismos sociais, embora seja, em todos eles, “um elemento essencial que dá ordem e sentido à resposta portuguesa que tem acabado por vencer”¹⁸; 3.ª A identidade nacional “não é um elixir ou um conjunto automático de soluções”; pelo contrário, “é um guia, um conselho, uma esperança, uma exigência de pensar, não vá supor-se que as soluções se deduzem no processo das ideologias”¹⁹. As soluções requerem, antes, debates, propostas em confronto, choques de variável dureza, até se encontrar e adquirir força de aplicação, processo que segundo JBM nos permite conservar a unidade e o espírito nacional.

Outro aspeto importante na reflexão de JBM, que pode ser de grande utilidade para os Estados, prende-se com o receituário sugerido para os períodos ou situações de abrandamento da identidade nacional, o que passa pela análise das propostas à Nação no seu improvisado ou copiado e pelo conhecimento do que somos e temos sido. Entramos aqui, portanto, na questão do papel das elites, entendidas como um conjunto de pessoas a quem recorremos para salvar a coletividade, na formulação de propostas válidas e exequíveis com vista à resolução dos problemas do território nacional, neste caso ajustadas à escala de uma pequena potência. Por outras palavras, de que modo o escol atual tem usado os conceitos mais importantes da ciência e da cultura? A resposta passa naturalmente pela avaliação do seu papel nas situações de abrandamento da identidade nacional. Ora, nestas tem prevalecido sempre o geral, o abstrato, com manifesto desinteresse ou desconhecimento pela dimensão nacional. Como nos diz JBM, “só à custa dos próprios erros – e muito mais à nossa custa! – é que o economista encontra a dimensão nacional para as suas análises abstratas. Ora é esse o elemento basilar onde a cultura nacional tem indispensável significado, mesmo para as ciências exatas: não se trata de as nacionalizar; trata-se de as dimensionar e de aprender a agregar os elementos específicos, isto é, que nos definem”²⁰. O historiador alerta-nos aqui novamente para a importância do concreto, para o problema de escala e de conteúdo das “propostas apresentadas à Nação”: estas devem ser ajustadas à dimensão nacional, comportando, na sua formulação, sem dúvida alguma, o presente, mas também o passado, a experiência acumulada, “condição de verdade e de sucesso difícil”, porém uma exigência indispensável, facilitadora da própria ação da elite nacional. Como nos lembra JBM, “as nações são conjuntos concretos e espirituais”. É certo que não podem deixar de pretender o sucesso material das suas propostas e formas de ser, em face de outras propostas e formas possíveis, mas estas têm de ser adequadas à dimensão nacional. As nações existem para receber dados gerais, mas existem sobretudo para criar a particularidade – o que para nós é uma grande vantagem, pois, segundo JBM, “o português tem uma verdadeira vocação de particularidade, sua forma de ser”²¹. Substituíram-na, reconhece, no ensino e no discurso, por generalidades técnicas. Porém, a cultura portuguesa existe para promover a particularidade, para adequar e redimensionar as propostas de civilização, sempre gerais. É esta a sua função. A ciência é universal e não existe para as nações. Resulta daqui que tem de existir cultura para proceder ao ajustamento da ciência/técnica à realidade nacional, para atingir a dimensão própria e possível, sempre que for caso disso. Em suma: “assimilar não é só compreender: é, sobretudo, adequar, dimensionar os conceitos, de outro modo sofismáveis”²². E esta é uma das principais tarefas das elites, desde que estas, como pessoas de qualidade a quem recorremos para salvar a coletividade, não se transformem em aristocracias. É fundamental que as elites permaneçam naquela categoria; é fundamental que cumpram o seu dever; é fundamental que defendam a nação. Como nos diz JBM, “se não esquecermos a responsabilidade, encontraremos as elites essenciais e teremos as aristocracias como circunstanciais”²³, com aquelas em vigilância crítica, acrescentamos. Como se vê, o desafio é enorme e continua válido. ▽

JOÃO MALACA CASTELEIRO

CLEPUL – Universidade de Lisboa

José Leite de Vasconcelos

(1858-1941)

Uma vida inteira dedicada à Ciência



Perfizeram-se, em 17 de Maio de 2011, setenta anos sobre o falecimento de José Leite de Vasconcelos, nascido em 7 de Julho de 1858, na vila de Ucanha, que pertencia então ao concelho de Mondim da Beira e hoje, ao de Tarouca. Ali viveu quase até aos dezoito anos, em contacto com usos e costumes antigos que marcaram indelevelmente a sua personalidade e traçaram o perfil de investigador incansável até à morte. No dealbar da maioridade, em 1876, habilitado com a instrução primária e alguns conhecimentos de latim e de francês, foi estudar para o Porto, onde em três anos fez o curso dos liceus, ao mesmo tempo que trabalhava como amanuense no Liceu do Porto e como auxiliar no Colégio de Santa Catarina, onde conseguiu alojamento. Com o seu vencimento, sustentava-se a si próprio e ainda ajudava a família, que, embora de origem aristocrática, vivia com sérias dificuldades económicas. De 1879 a 1881, tirou o curso de Ciências Naturais na Academia Politécnica do Porto e em 1886 formava-se em Medicina, com 28 anos de idade, tendo recebido o Prémio Macedo Pinto por ser o melhor aluno desse ano. Em 1887, depois de alguma atividade em consultório médico que abriu no Porto, foi nomeado subdelegado de saúde no concelho do Cadaval. Não era, porém, a vida de médico que o seduzia, já que ocupava todo o seu tempo em consultas e assistência aos enfermos, sem qualquer disponibilidade para continuar a dedicar-se aos estudos literários e à investigação etnológica, arqueológica e filológica, que constituíam os seus domínios de predileção. Teve, porém, a sorte de, em fins desse mesmo ano de 1887, ser nomeado conservador da Biblioteca Nacional, cargo exercido até 1911, ano em que, com a criação da Universidade de Lisboa, foi nomeado, por convite unânime do conselho escolar, professor da Faculdade de Letras, resultante da integração do anterior Curso Superior de Letras, fundado em 1859 por D. Pedro V, e no qual José Leite de Vasconcelos não tivera lugar. Exerceu a sua actividade docente até ao limite de idade, em 1928. Nos anos que lhe sobram até à morte, em 17 de maio de 1941, continuou, sem desfalecimento, o seu trabalho de investigação nas múltiplas áreas a que se dedicou.

José Leite de Vasconcelos viveu uma vida solitária. Por volta dos trinta e três anos tinha já casamento aprazado com uma sua prima, Matilde Brandão, a grande paixão da sua vida, mas o destino trocou-lhe as voltas, pois esta adoeceu gravemente e em pouco tempo faleceu. Sentimentalmente, nunca mais se recompôs.

José Leite de Vasconcelos foi um homem que se fez por si próprio. No Porto foi trabalhador-estudante. A par das matérias curriculares dos cursos de Ciências Naturais e de Medicina, em que se formou, José Leite de Vasconcelos celebrizou-se, nacional e internacionalmente, como um homem de letras e ciências humanas. De facto, ele é autor de uma obra poética substancial, de bastante qualidade, mas pouco estudada, que abrange 68 espécimes, segundo o levantamento bibliográfico que Isabel Vilares Cepeda efetuou para o *Livro do Centenário (1858-1958)*, publicado pela Imprensa Nacional em 1960 (pp. 139-142).

José Leite de Vasconcelos era, sobretudo, um investigador nato, que cultivou várias áreas do saber e nas quais fez escola, como a numismática, a arqueologia, a epigrafia, a etnografia, a dialectologia, a toponímia, a crítica bibliográfica e a filologia em geral.

Em todos estes domínios aprendeu por si próprio, como rato de biblioteca. Ou não fosse ele durante quase um quarto de século conservador da Biblioteca Nacional. Mas aprendeu também com a leitura e o convívio dos Mestres da sua época, quer nacionais, como Adolfo Coelho ou Epifânio da Silva Dias, quer estrangeiros, como Carolina

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Teatro popular português* (coligido por J. Leite de Vasconcelos, coordenação e notas de A. Machado Guerreiro), 1º vol.: Religioso; 2º vol.: Profano; 3º vol.: Açores, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974-1978.
- *Filologia barranquenba: apontamentos para o seu estudo* (fac-símile), Lisboa, IN-CM, 1981.
- *Etnografia portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 2007 (Reprod. fac-similada da edição de 1982).
- *Cancioneiro popular português* (coligido por J. Leite de Vasconcelos, coordenado e com introdução de Maria Arminda Zaluar Nunes), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1975-1983.
- *Tradições populares de Portugal* (organização e apresentação de M. Viegas Guerreiro), Lisboa, IN-CM, 1984.
- *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987.
- *Religiões da Lusitânia* (apresentação de José Manuel Garcia), Lisboa, IN-CM, 1988-1989.

Michaëlis de Vasconcelos ou Hugo Schuchardt, entre muitos outros.

Francisco Rebelo Gonçalves, que foi um dos seus discípulos maiores, define nos seguintes termos a amplitude do seu saber filológico: “Abrange não sei quantas províncias da filologia a sua actividade incomparável. Da história da língua à gramática histórica, da dialectologia à investigação etimológica, do estudo lexical ao comentário de textos, enfim da gramática comparativa das línguas românicas à glotologia geral, expande-se a assombrosa erudição que o eleva, de direito, a primeiro entre os pares, e cujas criações fundamentais o exalçam e consagram como grande filólogo iniciador” (*Livro do Centenário*, p. 53).

O reconhecimento internacional foi buscá-lo à Universidade de Paris (Sorbonne), onde frequentou, de 1899 a 1901, o curso de Filologia Românica e se apresentou, neste último ano, ao doutoramento com a tese *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, no qual recebeu a mais alta aprovação com a “mention très honorable”.

Este trabalho constituiu, porém, o culminar de diversas investigações dialectais que José Leite de Vasconcelos efectuou em diversas caminhadas pelo país inteiro, que ele calcorreou de norte a sul, desde pelo menos 1883. Destas investigações resultavam pequenos estudos que ia publicando, sob a forma de artigos, em diversas revistas, muitas de índole regional.

Neste domínio é bem conhecido o estudo pioneiro que efectuou sobre o mirandês, enquanto era ainda aluno de Medicina, e ao qual deve ter aplicado, segundo as palavras de Hernâni Cidade (*Livro do Centenário*, p. 38), “o método de minuciosa atenção à realidade, de rigor científico na relação dos fenómenos, ao qual a aprendizagem da medicina o deveria ter habituado”. Nos *Estudos de Filologia Mirandesa*, descreve de uma forma minuciosa como conseguiu a informação necessária em inquérito a Branco de Castro, também estudante no Porto, mas nascido em terras mirandesas e falante desta língua, concluindo do seguinte modo: “ao cabo de algumas horas, e com mais uma ou outra notícia que colhi posteriormente, obtive materiais que me bastaram para caracterizar, nas suas feições mais gerais, o mirandês” (cit. in *Livro do Centenário*, p. 39).

O seu interesse pelas Ciências da Linguagem está bem patente logo na tese de licenciatura em Medicina, apresentada na conclusão do curso, aos 28 anos, e intitulada justamente *A Evolução da Linguagem*.

Por outras áreas se dispersou. Porém, a sua avidez investigativa levou-o a produzir obras marcantes que fizeram escola, como *Religiões da Lusitânia, Tradições Populares de Portugal* ou *Etnografia Portuguesa*.

Preocupado com a irradiação científica do seu trabalho e de trabalhos alheios nas diversas áreas que cultivou, promoveu a publicação de revistas periódicas que se tornaram marcos de referência, com destaque especial para a monumental *Revista Lusitana*, cujo subtítulo é bem elucidativo do alcance pretendido pelo seu criador: “Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, publicado com a colaboração dos especialistas portugueses e de alguns estrangeiros”, cujo primeiro volume abrange os anos 1887-1889 e o último, em sua vida, com o n.º 38, tem a data de 1941, ano do seu falecimento, possuindo quase sempre cada volume mais de 300 páginas, ou ainda *O Archeologo Portugues*, com o subtítulo “Colecção ilustrada de materiaes e notícias, publicada pelo Museu Etnográfico Português”, que abrange 30 volumes, datados entre 1895 e 1938, quase sempre cada um deles com 300 a 400 páginas.

Manuel Viegas Guerreiro, um outro dos seus discípulos maiores, define assim as suas qualidades de investigador: “Caracterizava os seus processos de trabalho um rigorosíssimo amor da verdade. Era paciente e minucioso na investigação, insatisfeito com as provas, que tinham de ser muitas e de vir de todas as fontes de informação para o convencer. E se, porventura, ao fim de meses de operosa actividade, erguido já o monumento por inteiro, vinha a verificar que um dos suportes era falso, não hesitava em desfazê-lo de alto a baixo para de novo e com humildade recomeçar a pesquisa” (*Livro do Centenário*, p. 135).

Investigador exímio e aturado, José Leite de Vasconcelos deixou uma obra vastíssima e monumental que abriu caminhos de pesquisa nas várias áreas científicas de que se ocupou. Isabel Vilares Cepeda fez o levantamento minucioso e exaustivo da sua bibliografia, que vem publicada no *Livro do Centenário (1858-1958)*, a qual ocupa 126 páginas e está distribuída pelas seguintes rubricas: I – Poesia (1-68 espécimes); II – Etnologia Portuguesa (69-698 títulos); III – Filologia (699-978 títulos); IV – Poligrafia (979-1110 títulos); V – Publicações Periódicas (1111-1117 títulos); VI – Opúsculos (rubrica 1118: I-VII, obras distribuídas por Filologia, Dialectologia, Onomatologia e Etnologia); VII – Críticas Bibliográficas (119-

1243 recensões críticas). Este levantamento bibliográfico, que se desdobra em vários subtítulos, mostra bem o potentado que é a vastíssima obra que José Leite Vasconcelos produziu, incansavelmente, ao longo da sua vida.

Mas, José Leite de Vasconcelos não foi só um talentoso investigador multifacetado, nem apenas um atento e dedicado professor que formou discípulos de alta craveira nas diferentes áreas científicas a que se dedicou, ele foi também um fundador de instituições com as quais visava não apenas promover o saber, mas sobretudo conservar o vastíssimo espólio cultural por si descoberto e pelos que com ele trabalhavam. Foi assim que fundou, em 1893, o Museu Etnológico Português, considerado um dos melhores da Europa, que ele enriqueceu ao longo dos anos com cerca de vinte mil objetos, rigorosamente catalogados, servindo de suporte a um curso de arqueologia e etnografia nacionais. Orlando Ribeiro (*Livro do Centenário*, pp. 72-73) descreve nos seguintes termos o acervo valiosíssimo que vai acumulando no Museu: “Leite de Vasconcelos não fará uma excursão, em Portugal ou lá fora, que não traga para o seu museu objectos novos. Regularmente, em resultado de inúmeras explorações de norte a sul do País, vão-se acumulando os instrumentos paleolíticos, as infindas variedades de pontas de seta e pontas de lança, as *pedras de raio* (machados neolíticos), os *chapões* de lousa, espólio de antas exploradas, os machados de bronze, as primeiras armas de ferro, as estátuas toscas de *berrões* ou de guerreiros lusitanos, os finos mosaicos da época romana, os vidros delicadamente irisados, as aras votivas de velhos deuses lusitanos que os crentes já imploravam em latim. A par com a secção propriamente arqueológica desenvolvem-se muito duas outras: a epigrafia, conjunto vastíssimo de inscrições romanas, e a numismática, que abrange também especialmente peças da mesma época”. A par do Museu, Leite de Vasconcelos criou, em 1895, a revista *O Arqueólogo Português*, através da qual procurou divulgar as diversas aquisições arqueológicas, epigráficas, numismáticas e etnográficas, contribuindo assim, de uma forma indelével, para o conhecimento do riquíssimo património português.

Estudioso incansável e desejoso de aprofundar e ampliar os seus conhecimentos, rumou a Paris, em 1899, para frequentar Filologia Românica, na Sorbonne e no Colégio de França, e, como foi dito atrás, realizar o doutoramento. Orlando Ribeiro (cf. *Livro do Centenário*, pp. 73-74) caracteriza assim o período intenso que aí passou: “Os três anos em que sucessivamente frequentou Paris viveu-os febrilmente: cursos, museus, monumentos, bibliotecas, tudo o que constituiu, para um trabalhador do espírito, o deslumbramento da grande cidade, foi criteriosamente aproveitado pelo autodidacta que, ao mesmo tempo, levava as luzes do seu próprio saber e aproveitava corajosamente a última ocasião de completar a sua cultura com os ensinamentos dos outros”. José Leite de Vasconcelos era, porém, já sobejamente conhecido dos grandes da Filologia na cidade-luz como Gaston Paris ou Morel Fatio, que o solicitou para fazer conferências sobre Filologia Portuguesa na École des Hautes Études.

Segundo Manuel Heleno, outro dos seus discípulos maiores, pode dizer-se que “a obra de Leite de Vasconcelos se caracteriza: 1.º Por um profundo sentido nacional pela aplicação das conquistas da ciência universal ao campo português; 2.º Pelo domínio das mais variadas fontes e de um saber enciclopédico, que lhe permitiram um poder de relação único na história da nossa cultura; 3.º Por uma riqueza de temas e factos novos, que levantaram e levantam problemas, permitem revisões e abriram novas perspectivas à ciência” (*Livro do Centenário*, p. 50).

Em suma, pretendemos, com esta breve nota biobibliográfica, prestar homenagem ao grande vulto das Ciências Humanas que marcou profundamente o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX nos domínios da Dialectologia, da Arqueologia, da Etnografia e da Filologia Portuguesa, em geral. Vulto que a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde José Leite de Vasconcelos foi professor durante o primeiro quartel da sua fundação, bem recorda, tanto mais que recebeu em doação uma grande parte do seu acervo bibliográfico, mormente do domínio filológico, e conserva uma das suas salas de aula com o nome deste ilustre pedagogo e investigador. ▽



PEDRO M. A. MIRANDA

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

A Física do Clima

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “On the global balance of water vapor and the hydrology of deserts”, VP Starr (coautor), in *Tellus*, 10, 1958, pp. 189-194.
- “Certain basic atmospheric processes and their counterparts in celestial mechanics”, VP Starr (coautor), in *Geofisica Pura e Applicata*, 51, 1962, pp. 171-183.
- “Hemispheric water balance for the IGY”, VP Starr, AR Crisi (coautores), in *Tellus*, 17, 1965, pp. 463-472.
- “Pole to pole divergence of water vapor”, in *Tellus*, 22, 1970, pp. 17-25.
- “The control of the water cycle”, MA Kettani (coautor), in *Scientific American*, 228, 1973, pp. 46-61.
- “The annual cycle of energetics of the atmosphere on a planetary scale”, AH Oort (coautor), in *J. Geophys. Res.*, 79, 1974, pp. 2705-2719.
- “The annual distribution of atmospheric energy on a planetary scale”, AH Oort (coautor), in *J. Geophys. Res.*, 79, 1974, pp. 2149-2159.
- “Global angular momentum and energy balance requirements from observations”, AH Oort (coautor), in *Adv. Geophysics*, 25, 1983, pp. 355-490.
- “Physics of Climate”, AH Oort (coautor), in *Rev. Modern Physics*, 56, 3, 1984, pp. 365-429.
- “Le cycle de l’eau et le climat”, AH Oort (coautor), in *La Recherche*, 21, 1990, pp. 570-579.
- “Entropy budget of the atmosphere”, AH Oort (coautor), in *J. Geophys. Res.*, 96, 1991, pp. 10981-10988.
- *Physics of Climate*, AH Oort (coautor), American Institute of Physics, New York, 1992.

José Pinto Peixoto nasceu em 9 de novembro de 1922 na aldeia de Miuzela, concelho de Almeida, distrito da Guarda. Filho de professores primários, realiza os seus estudos secundários em Lisboa, no liceu Gil Vicente, com o apoio do Instituto do Professorado Primário. Na Faculdade de Ciências de Lisboa, conclui a licenciatura em Ciências Matemáticas em 1944.

Em 1945 estagia no Instituto Geofísico do Infante D. Luiz, então dirigido por Herculano Amorim Ferreira, Professor Catedrático de Física, académico e um dos fundadores do influente “Núcleo de Matemática, Física e Química”, constituído por um pequeno grupo de Professores “estrangeirados” cujo objetivo foi modernizar o ensino universitário português. Em 1946, Amorim Ferreira funda o Serviço Meteorológico Nacional, convidando Peixoto a integrar os seus quadros. Entre 1946 e 1952, Peixoto dedicou-se completamente ao estudo da Física e da Meteorologia, completando a licenciatura em Ciências Geofísicas, após o que ingressará nos quadros da Faculdade de Ciências como Assistente Extraordinário.

Em 1954, uma bolsa da Academia das Ciências permite-lhe realizar uma estadia de dois anos nos Estados Unidos da América, onde fará a preparação dos trabalhos que vão constituir a sua tese de doutoramento, a apresentar em 1959 na Universidade de Lisboa.

O Ano Geofísico Internacional de 1958

Entre 1954 e 1956, Peixoto estuda no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde integra a equipa de Victor Starr. Starr é um dos grandes nomes da Física da Atmosfera no século XX. Nas décadas de 1950 e 1960 reuniu em torno de si uma escola de cientistas em que se incluíram Peixoto, Edward Lorenz, Barry Saltzman e Abraham Oort, que viriam a ser responsáveis por importantes contribuições.

O MIT é então o centro de um conjunto de projetos de investigação concebidos por Starr, cujo objetivo é a compreensão da circulação global. A rede de observação é ainda incipiente. Em 1958, o Ano Geofísico Internacional inicia um programa de exploração que dará origem ao atual sistema de observação. O grupo do MIT toma em mãos a tarefa de analisar o grande volume de dados que começa a ser disponibilizado. Peixoto encarrega-se do estudo do ciclo da água à escala global, desenvolvendo uma metodologia de análise totalmente baseada em dados de sondagens atmosféricas (Starr e Peixoto 1958, Starr *et al.* 1965, Peixoto 1970). O resultado desse estudo é a produção dos primeiros mapas globais do transporte de água pela circulação atmosférica, cuja importância veio a ser reconhecida pelos artigos que foi convidado a publicar nas revistas *Scientific American* (Peixoto e Kettani 1973) e *La Recherche* (Peixoto e Oort 1990).

Os estudos da circulação global da atmosfera

Na sequência da investigação sobre o ciclo da água, Peixoto vira-se para o estudo de outras grandezas. Starr interessava-se muito pelo problema do balanço do momento angular atmosférico, em especial pela explicação dos mecanismos responsáveis pela ocorrên-

cia e manutenção das “correntes de jato”, descobertas na década de 1940. Starr mostra a existência de mecanismos de transferência de energia das pequenas para as grandes escalas. Starr e Peixoto (1962) sugerem que esses mecanismos podem ser relevantes na dinâmica de galáxias.

Nas décadas seguintes, Peixoto estabelece uma colaboração estreita com Abraham Oort, no Geophysical Fluid Dynamics Laboratory (GFDL), em Princeton. Os seus trabalhos fazem uma análise sistemática e muito cuidadosa dos ciclos globais de momento angular (Oort e Peixoto 1983), energia (Oort e Peixoto 1974, Peixoto e Oort 1974) e entropia (Peixoto *et al.* 1991).

Ensino e investigação em Portugal

Desde a sua primeira estadia no MIT, Peixoto mantém uma colaboração permanente com a ciência americana, com visitas anuais prolongadas, primeiro ao MIT, mais tarde ao GFDL, em Princeton. Em Lisboa, Peixoto toma conta do ensino da Meteorologia e, mais tarde, da Termodinâmica. O curso de Meteorologia torna-se uma oportunidade para ensinar muitos tópicos de Física e Matemática que sempre o interessaram e que não eram lecionados nos primeiros anos da licenciatura. Progressivamente, o curso em Ciências Geofísicas diferencia-se qualitativamente do curso de Ciências Físico-Químicas, integrando uma mais sólida formação em matemática.

Entre 1969 e 1973, Peixoto é vice-Reitor da Universidade de Lisboa. A partir de 1970, dirige o Instituto Geofísico. Em 1975, lança, juntamente com Luís Mendes Victor, o Centro de Geofísica, atual Instituto Dom Luiz.

A partir de 1980, e até 1996, Peixoto assume a presidência da Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa e, em anos alternados, a presidência da Academia. Entretanto, vai dividindo o seu tempo entre a Faculdade de Ciências, o Instituto Geofísico, a Academia e colaborações com outras universidades portuguesas. Continua a passar nos Estados Unidos da América pelo menos dois meses por ano. Esta atividade intensa será mantida até às vésperas da morte inesperada, em 6 de dezembro de 1996. Nesse mesmo mês, é publicado o seu último artigo sobre a Climatologia da Humidade Relativa (Peixoto e Oort 1996).

A Física do Clima

A partir de 1980 Peixoto dedicou muito do seu tempo à preparação de uma síntese do trabalho de investigação que realizou ao longo da vida. Em 1984 é convidado a publicar um longo artigo na *Reviews of Modern Physics* (Peixoto e Oort 1984), cujo sucesso dará origem, em 1992, ao livro *Physics of Climate* (Peixoto e Oort 1992), publicado pelo American Institute of Physics. O livro torna-se rapidamente uma obra de referência, sendo responsável por mais de 500 citações ISI.

O trabalho de Pinto Peixoto foi por diversas vezes reconhecido. Em 1960 foi-lhe atribuído o Prémio Artur Malheiros (Academia das Ciências); recebeu por duas vezes (1989 e 1993) o Prémio Boa Esperança; em 1993 foi agraciado com a Grã Cruz da Ordem de Santiago de Espada. Nesse mesmo ano, foi convidado para proferir a Lição em memória de Victor Starr no MIT.

Peixoto deixa publicados cerca de 50 artigos em revistas internacionais referenciadas, inúmeros textos e livros de divulgação em português e um livro de referência sobre Física do Clima. O seu trabalho na Faculdade de Ciências deu origem a uma escola de investigação em Ciências Geofísicas, corporizada no Instituto Dom Luiz (IDL), um dos 25 Laboratórios Associados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, integrando atualmente cerca de uma centena de investigadores.

Os trabalhos publicados por José Pinto Peixoto estão disponíveis na Biblioteca do IDL, na Faculdade de Ciências. O espólio foi entregue à Biblioteca José Pinto Peixoto, no Instituto de Meteorologia.¹ ▀

¹ “The climatology of relative humidity in the atmosphere”, Oort AH (coautor), in *J. Climate*, 9, 1996, pp. 3443-3463.

¹ Agradecimentos: Este artigo é uma adaptação do artigo de Miranda e Victor, “J P Peixoto, A Física do Clima”, in Ana Simões (coord.), *Memórias de Professores Cientistas*, FCUL, 2001.



ISABEL AMARAL

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Kurt Paul Jacobsohn

(1904-1991)

O introdutor da bioquímica em Portugal

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Zur Spezifität der Phosphatase,” in *Biochemische Zeitschrift*, 230, 1931, pp. 304-311.
- “Zur Thermodynamik des Systems der Fumarase”, in *Biochemische Zeitschrift*, 74, 1934, pp. 167-180.
- *Novas Sínteses Bioquímicas de Ácidos Aminados*, Manuel Porto Soares (coautor), Enciclopédia Portuguesa, 1936.
- “Zur Spezifität der Aspartase”, Manuel Porto Soares (coautor), in *Enzymologia*, 1, 1936, pp. 183-190.
- “Sur l'Équilibre du Système des Aconitases. Contribution à l'Étude des Hydratases et Fumarases”, in *Enzymologia*, 8, 1940, pp. 327-343.
- “On the Enzymatic Destruction of Thiamine”, Maria Deodata Azevedo (coautora), in *Archives of Biochemistry*, 14, 1947, pp. 83-86.
- “Inactivação Bioquímica da Tiamina”, Maria Deodata Azevedo (coautora), in *Revista da Faculdade de Ciências*, 1, Lisboa, 1952, pp. 150-164.
- *Lições de Bioquímica Orgânica*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1953.
- *Über den einfluss der temperatur auf das gleichgewicht der fumarase*, Maria Deodata Azevedo (coautora), London, Pergamon Press, 1958.

Kurt Jacobsohn é uma das figuras marcantes da história da química e da bioquímica em Portugal. A ele se deve a presença da tradição química alemã do início do século XX em duas instituições portuguesas: o Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Na primeira, desenvolve a investigação em bioquímica, criando uma escola de investigação que envolveu médicos e químicos; na segunda, deixa-nos, para além da formação de sucessivas gerações de médicos e químicos, diversos livros de texto de química orgânica, o embrião de um departamento de química e os primeiros passos dados para a criação da licenciatura em bioquímica.

Sendo estrangeiro e com a reputação de professor exigente, é muitas vezes ignorado, não constando normalmente das publicações comemorativas da Faculdade de Ciências. No entanto, a sua obra é imagem de alguém que terá correspondido ao ideal universitário saído da reforma de 1911, pela centralidade conferida à investigação científica, o que poderá ter causado algum incómodo entre colegas químicos. Refira-se que a Secção de Química da Faculdade de Ciências de Lisboa, então dirigida por António Pereira Forjaz, não terá compreendido a craveira científica de Kurt Jacobsohn nem terá tirado partido da sua presença, no sentido de promover localmente a investigação em bioquímica regida por padrões internacionais, a partir dos finais dos anos 40. Apenas em 1964 lhe é permitida a inclusão da disciplina de bioquímica no *curriculum* da licenciatura em Ciências Físico-Químicas, matéria até ali ensinada numa espécie de “clandestinidade”, na disciplina de química orgânica.

Da Alemanha para Portugal

Nasce em Berlim, a 31 de outubro de 1904, no seio de uma família judaica alemã. É filho de Paul Jacobsohn e de Gertrud Ernestine Dewitz Jacobsohn.

Frequenta o ensino secundário no *Luisen-Gymnasium zu Berlin*. Ingressa, em 1923, na *Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin* e, em 1924, faz o exame de admissão aos institutos de química orgânica e de química-física nesta universidade. Entre 1926 e 1928, prepara a tese de doutoramento, sob orientação de Carl Neuberg, no *Kaiser Wilhelm-Institut für Biochemie*. Em 1929, defende a dissertação de doutoramento, tendo obtido a classificação final máxima.

Em 1927, Carl Neuberg nomeia-o assistente no instituto de investigação que dirigia em Berlim, funções que desempenha até abril de 1929. Nessa altura, a convite de Matias Boleto Ferreira de Mira, diretor do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, vem para Lisboa, para dirigir a secção de química biológica. Ferreira de Mira e a administração do IRC estabelecem com Kurt Jacobsohn um contrato por um período de quatro anos, período após o qual o seu contrato se torna vitalício.

Entre 1929 e 1935, dedica-se exclusivamente à investigação bioquímica no laboratório que lhe tinha sido confiado e delineia as diretrizes do programa de investigação da escola que viria a criar no âmbito da enzimologia.

Em 1935, adquire a nacionalidade portuguesa e recebe equivalência do grau de Doutor conferido pela Universidade de Berlim ao de Doutor em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Lisboa. A partir desta data, ingressa na carreira universitária por proposta de António Pereira Forjaz.

Na Faculdade de Ciências, é responsável pela regência de disciplinas de química para os alunos do curso de Ciências Físico-Químicas e para os alunos de Medicina. Ascende a professor catedrático de Química Orgânica, em 1955, e, em 1974, abandona a carreira docente universitária após jubilação.

Na qualidade de professor, publica livros de texto de química, em coautoria com Pereira Forjaz, seu superior hierárquico, e com Ferreira de Mira, do Instituto Rocha Cabral.

Assume diversos cargos na Universidade de Lisboa: é nomeado secretário da Faculdade de Ciências de Lisboa, entre 1956 e 1960, Professor Bibliotecário, entre 1962 e 1964, Diretor do Laboratório de Química da Faculdade de Ciências, em 1964, e vice-reitor da Universidade de Lisboa, entre 1966 e 1970.

Para além dos cargos associados à atividade docente, Kurt Jacobsohn assume ainda outros: subdiretor do IRC, em 1958, e delegado da Junta de Energia Nuclear, na década de 60.

Kurt Jacobsohn é sócio de todas as sociedades científicas portuguesas fundadas pela escola de investigação de Marck Athias. É presidente e secretário-geral da Sociedade Portuguesa de Química e Física e secretário da Sociedade Portuguesa de Biologia. Faz parte da comissão editorial de vários periódicos nacionais e estrangeiros, entre os quais se destacam *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, *Enzymologia*, *Archives of Biochemistry*. É ainda colaborador regular de revistas estrangeiras como *Vitamine*, *Fermente*, *Hormone*, *Experimental Medicine and Surgery*, e *Biological Abstracts*, nas quais divulga trabalhos dos bioquímicos portugueses.

Após a reforma, passa também a receber um complemento pecuniário do governo alemão como reconhecimento do mérito da sua carreira científica no nosso país. Em 1963, é agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito da República Federal da Alemanha, pela sua ação no desenvolvimento e fortalecimento das relações académicas entre Portugal e aquele país.

Em 1980, decide viver em Israel. Ali permanece até 1991, tendo falecido a 22 de setembro, na cidade de Haifa.

A atividade científica

Kurt Jacobsohn publicou cerca de 300 trabalhos, dos quais 240 são artigos científicos. Estes trabalhos foram publicados, maioritariamente, em periódicos estrangeiros especializados em bioquímica, incidindo especialmente sobre a enzimologia e o metabolismo celular.

O programa de investigação que desenvolve, participando ativamente no estabelecimento do mapa metabólico conhecido na sua época, consiste não só na identificação de diferentes enzimas e passos metabólicos, como também na interpretação de alguns fenómenos regulatórios; inclui estudos de síntese química de diferentes compostos intervenientes em reações catalisadas por enzimas; ocupa-se ainda da análise estrutural e do estudo cinético de diversos enzimas pouco estudados na época, como a fumarase, a aspartase e as aconitases.

A sua passagem por Portugal permite-nos considerar Kurt Jacobsohn um dos poucos professores-investigadores que a Faculdade de Ciências conheceu no seu tempo. Tendo sido, em Portugal, o primeiro bioquímico a assumir a identidade profissional desta área científica, a figura de Kurt Jacobsohn é indubitavelmente parte integrante da história da química e da bioquímica em Portugal, do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, não podendo, por isso, continuar a ser votado ao esquecimento. ▽



LUÍS MACHADO DE ABREU
Universidade de Aveiro

Manuel Antunes (1918-1985)

A rara excelência de um mestre exemplar

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Ao Encontro da Palavra*, Lisboa, Morais Editores, 1960.
- *Do Espírito e do Tempo*, Lisboa, Ática, 1960.
- *Indicadores de Civilização*, Lisboa, Verbo, 1972.
- *Grandes Derivas da História Contemporânea*, Lisboa, Edições Brotéria, 1972.
- *Educação e Sociedade*, Lisboa, Sampedro, 1973.
- *Grandes Contemporâneos*, Lisboa, Verbo, 1973.
- *Repensar Portugal*, Lisboa, Multinova, 1979 (Nova edição, 2005).
- *Ocasionalia. Homens e Ideias de Ontem e de Hoje*, Lisboa, Multinova, 1980.
- *Legómena. Textos de Teoria e Crítica Literária* (organização e seleção de Maria Ivone de Ornelas de Andrade), Lisboa, IN-CM, 1987.
- *Teoria da Cultura* (revisão e notas de Maria Ivone de Ornelas de Andrade e prefácio de Luís Machado de Abreu), Lisboa, Colibri, 1999.
- *Repensar a Europa e a Globalização* (introdução de José Eduardo Franco), Lisboa, Multinova, 2006.
- *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* (Tomos I-VI), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005-2011.

As universidades tiveram sempre mais docentes do que mestres. Se os docentes existem para transmitir conhecimentos, os mestres cultivam a arte de iniciar discípulos nos árduos caminhos da sabedoria. O verdadeiro mestre faz jus ao exercício do magistério vivido como demanda de um *magis*, um mais que nunca separa o convite ao conhecimento do cuidado em edificar com expansiva harmonia a humanidade do ser. O mestre ajuda a crescer porque incita a descobrir. Nisso consiste a sua mais genuína autoridade. Nunca impõe nem força quem o procura. Apenas mostra caminhos. Aconselha a escolher e acompanha as descobertas de quantos esforçadamente aspiram a crescer em conhecimento, sagesa e humanidade.

Muito mais do que docente, o Padre Manuel Antunes (1918-1985) foi mestre insigne da Universidade de Lisboa. Com a reforma dos cursos da Faculdade de Letras empreendida em 1957, uma nova disciplina intitulada História da Cultura Clássica passou a fazer parte do plano de estudos de vários cursos. Para lecionar esta disciplina foi contratado como segundo assistente, por proposta de Vitorino Nemésio, então Diretor da Faculdade, o Padre Manuel Antunes. Abria-se para ele uma situação nova a vários títulos. Situação nova e que inicia, como foi observado¹, “um percurso universitário atípico” de alguém que ingressa na docência universitária por convite e não por concurso e “nunca se apresentou a provas curriculares” na Universidade de Lisboa. Nunca anteriormente tinha frequentado, como aluno ou como docente, uma instituição laica, uma vez que toda a formação recebida e a experiência de ensino, durante seis anos, haviam decorrido em estabelecimentos da Companhia de Jesus.

Principiava então um ciclo novo para o Padre Manuel Antunes, o primeiro jesuíta a ocupar uma posição docente na Universidade pública portuguesa, depois da expulsão da Companhia de Jesus decretada por Pombal no século XVIII. E não lhe era cometida a missão de lecionar matérias teológicas, canônicas ou de história religiosa. Passava a ministrar História da Cultura Clássica, disciplina para a qual estava convenientemente habilitado pelos estudos de língua, literatura e cultura latina e grega que tinha frequentado como aluno e, depois, como professor do Curso Superior de Humanidades da sua ordem. Experiência preciosa que conferirá ao mestre de História da Cultura Clássica instrumentos teóricos e prática pedagógica, garantia de êxito que haveria de superar as expectativas mais lisonjeiras.

O serviço docente iniciado no ano letivo de 1957/1958 permitiu transmitir a alunos inscritos em diferentes cursos existentes na Faculdade o gosto de conhecer e aprofundar saberes que tornavam os temas e valores da Antiguidade Clássica ao mesmo tempo sedutores e próximos. Mas um jesuíta, professor na Faculdade de Letras, começou por desencadear, segundo testemunho de João Bénard da Costa, “comentários trocistas e até mesmo, [...] alguns risos”². Rapidamente, porém, o magistério de Manuel Antunes se tornou caso caro de interesse, adesão e respeito, por parte de quantos o frequentavam. Um sopro de vitalidade e de fascínio intelectual empolgava as suas aulas e deixava marcas indeléveis. Os valores humanistas da Grécia e da latimidade, sem nada perderem da minuciosa e erudita apresentação do contexto em que nasceram, vinham até à nova ágora e ganhavam estatuto de elemento formativo para o público estudantil que tinha o privilégio de seguir as

¹ Aires A. Nascimento, “O percurso do Padre Manuel Antunes na Faculdade de Letras de Lisboa”, in José Eduardo Franco, Hermínio Rico (Coords.), *Padre Manuel Antunes (1918-1985) Interfaces da cultura portuguesa e europeia*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp. 651- 652.

lições. Mais do que regresso ao passado longínquo, operava-se então o encontro deslumbrado com as nascentes, cristalinas e fascinantes, das estruturas mentais e dos referentes de cultura em que continua a mover-se o homem europeu.

Além dessa disciplina e de História da Civilização Romana, as mudanças mais tarde trazidas pelo 25 de Abril de 1974 abriram-lhe as portas do curso de Filosofia para aí lecionar algumas disciplinas com as quais tinha notória afinidade de espírito, mas que nunca até essa data lhe tinham sido franqueadas, salvo a título excepcional, no ano de 1959-1960, em que a História da Filosofia Antiga lhe foi atribuída.

Numa Faculdade de Letras apagada, rotineira, vigiada, a que a reforma de 1957 procurara dar coerência e algum dinamismo, os alunos não encontravam o pulsar da vida nem o fogo sagrado dos grandes sonhos que incendeiam a vontade de saber. E não abundavam de facto aqueles mestres notáveis que, bem informados e competentes, possuem o dom de transmitir conhecimento e irradiar sabedoria. Não admira, pois, que a frustração intelectual adotasse por vezes o tom de irreverência rasante e impiedosa, tão saudável na juventude. Compreende-se assim o testemunho de um dos alunos que, em começos dos anos 60, frequentou a Faculdade de Letras: “um autêntico cemitério e a licenciatura em Filosofia um dos seus mais desoladores mausoléus”. Só as aulas de História da Cultura Clássica eram “flagrante exceção”.

A exceção representada por Manuel Antunes atraía os alunos à sala de aula e com tanta assiduidade que o amplo espaço do Anfiteatro I ficava sempre a transbordar. Para escutar a voz débil do mestre, imperava na sala o mais diligente silêncio. Segundo cálculo aproximado feito pelo próprio docente, devem ter passado pelos cursos que ministrou cerca de quinze mil alunos. Se a qualidade e eficácia dos métodos utilizados tem nos resultados que produz a sua prova dos nove, o testemunho inequívoco e praticamente unânime dos alunos sobre a excelência dos ensinamentos por ele transmitidos atesta eloquentemente o alto nível do saber e da arte de comunicar do mestre.

Além das tarefas estritamente pedagógicas, enfrentou com elevado espírito cívico as situações difíceis suscitadas pela crise da Universidade e pelas transformações operadas na vida social e política da época. Em momentos de grande alvoroço coletivo e alguma desorientação soube, com serenidade, bom senso e responsabilidade, contribuir para “repensar Portugal”. Atravessou a agitação estudantil, a dissidência cultural e a politização do claustro universitário com opções claras a favor da liberdade, autonomia, participação, reforma institucional, exigência e mérito.

Ele excedeu, e muito, o padrão de professor bem preparado que, com clareza e rigor, sabe transmitir conhecimentos e despertar curiosidade e simpatia. Foi, acima de tudo, alguém capaz de contagiar os jovens que o escutavam com o sentido das coisas belas e grandiosas. Dava a conhecer o mais sublime das culturas grega e latina e, ao mesmo tempo, pelo exemplo pessoal, estimulava-os a crescer em humanidade. A prática pedagógica do Padre Manuel Antunes comprova plenamente a convicção manifestada por Jean Jaurès, segundo a qual o mestre ensina aquilo que é, e não tanto o que sabe ou julga saber.³ Talvez não possamos afirmá-lo de igual modo de todos os alunos que passaram pelas suas aulas. Mas quantos deles, volvidos alguns anos, ao verem-se investidos em responsabilidades docentes, não se terão lembrado desse magistério exemplar, tomando-o como referência de qualidade e modelo a seguir?!

Na *paideia* praticada pelo mestre havia uma doutrina valorizadora de todas as potencialidades formativas do ser humano e a conceção do processo educativo como instrumento de realização integral da pessoa. Nesse sentido, mereciam atenção particular os princípios humanistas do trabalho educativo, os quais jamais poderão ser sacrificados a objetivos oportunistas ou de circunstância. A questão educativa esteve sempre presente na reflexão de Manuel Antunes que acompanhou atentamente a reforma de Veiga Simão. Das muitas análises e comentários que esta reforma lhe suscitou ficaram os textos por ele reunidos no volume *Educação e Sociedade* (1973), textos a que outros foram acrescentados no tomo II da *Obra Completa Paideia: Educação e Sociedade* (2005).

² João Bénard da Costa, “A casa encantada. O Padre Manuel Antunes: o lugar do saber”, in José Eduardo Franco, Hermínio Rico (Coords.), *op. cit.*, p. 117.

³ “... on n’enseigne pas ce que l’on sait ou ce que l’on croit savoir: on n’enseigne et on ne peut enseigner que ce que l’on est”, in Jean Jaurès, *L’Esprit du Socialisme*, Paris, Ed. Gonthier, 1964, pp. 126-127.

⁴ Padre Manuel Antunes, *Obras Completas T. II Paideia: Educação e Sociedade*, Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 2005, p. 158 [passim].

Merecem, por isso, ser aqui evocadas algumas dessas reflexões de sentido pedagógico. Uma delas diz respeito à necessidade de a interdisciplinaridade estar estreitamente associada à pluridisciplinaridade. A cultura da interdisciplinaridade só tem a ganhar se for precedida, mesmo no plano individual, por um trabalho de pluridisciplinaridade tão contínuo e diversificado quanto for possível. É um convite à abertura ao mundo dos saberes acompanhada da necessária preocupação com a necessidade de vencer tendências dispersivas, através do sentido unificador e sintético de que é portadora a filosofia. É ainda a promoção do sentido da totalidade e da educação do homem todo que deve tornar o educador vigilante e atento aos perigos do “infantilismo metafísico” que se difundiu na mentalidade atual. Esses perigos são, entre outros, a reivindicação de verificação experimental para tudo, o doutrinamento ideológico, o ativismo partidário, a proliferação caótica de sons e imagens⁴.

O Padre Manuel Antunes podia falar de interdisciplinaridade e de pluridisciplinaridade porque, por experiência pessoal, sabia bem o que elas eram. Encontramos na imensa vastidão do seu saber a chave que desvenda o segredo do aclamado êxito do seu magistério. Nunca tendo sido homem de um só livro nem de uma só disciplina, soube sempre ler no parcelar e fragmentário a tensão com a totalidade e discernir nos meandros em análise os acenos da síntese em construção. Remetido a um território cultural distante cerca de dois milénios e meio da contemporaneidade, conseguia manter articulados os tempos das culturas grega e latina e os da atualidade, conduzindo os alunos a esse passado matricial e iluminando com ele a experiência do presente. A este propósito, convém lembrar a densa introdução à História da Cultura Clássica que se estende por cerca de centena e meia de páginas. Aí, sem anacronismos, vêm elucidados conceitos fundamentais em que, de forma orgânica, se faz o trânsito das raízes helénicas ou latinas até às correspondentes ramificações nos Tempos Modernos. Ficamos a saber, por exemplo, que o ponto de partida de Marx se encontra na filosofia dos gregos e que a teoria dos conjuntos se pode aplicar aos fenómenos culturais e civilizacionais.

A *Obras Completas* recentemente editada pela Fundação Calouste Gulbenkian mostra, sem equívocos, de que modo, ao correr dos anos, a leção de História da Cultura Clássica conviveu em íntima comunhão de inteligibilidade com filosofia da cultura, crítica literária, questões sociais e políticas, relações internacionais e teologia.

A boa receção que o magistério de Manuel Antunes encontrou pode levar-nos a crer que a vida académica lhe correu fácil e sem sobressaltos. Nada mais enganador. Alguns testemunhos referem contrariedades várias que teve de vencer e perante as quais soube comportar-se com elevação e dignidade. O desconforto e sofrimento por que passou nos primeiros tempos de vida académica levaram-no mesmo a pedir a demissão a Marcelo Caetano, então Reitor da Universidade de Lisboa, dois anos após o ingresso na Faculdade de Letras. Não foi aceite e com essa recusa ganharam os alunos de Manuel Antunes e a Universidade.

Não gostava de falar de si por estar, sobretudo, atento aos outros e disponível para os ouvir e confortar. Existem, ainda assim, alguns escassos vestígios de descontentamento e indignação registados em cartas de setembro e novembro de 1959 dirigidas, respetivamente, a Mécia e Jorge de Sena.

Sobre os muitos anos de serviço na Faculdade de Letras ficaram em notas furtivas e em testemunhos de amigos dois sentidos lamentos. O primeiro, a sobrecarga de trabalho docente com turmas numerosas que não deixavam tempo nem condições de investigação para levar a termo a projetada dissertação doutoral sobre “Filosofia e mística em Platão e Plotino”. A isso acrescia o ar de desconforto que se respirava na Faculdade. De tão absorvente emprego, já ele, em Nota Prévia ao livro *Ao Encontro da Palavra* (1960), vertia em discreto desabafo alguma decepção por se ver “permanentemente devorado, há mais de dois anos, pela atividade escolar”.

O segundo queixume diz respeito ao chamamento da Filosofia para a qual se sentia intelectualmente atraído. Só a partir de 1974 lhe pôde corresponder. A preparação teórica e o gosto pessoal de Manuel Antunes orientavam-no de preferência para a leção de

curso de Filosofia. Mas essa apetência intelectual foi, até ao 25 de Abril, sistematicamente contrariada pelos responsáveis da Faculdade. Com as mudanças operadas na política universitária vieram as oportunidades de trabalho letivo no curso de Filosofia. Pôde assim aplicar-se em profundidade a três setores disciplinares do campo filosófico, Filosofia Antiga (Platão e Aristóteles), Ontologia e Pensamento Filosófico em Portugal.

Em 1981, o corpo académico da Universidade de Lisboa propôs por unanimidade que lhe fosse atribuído o doutoramento *Honoris causa*. Dois anos depois, em 1983, chegava o solene reconhecimento público pelos muitos serviços prestados à comunidade nacional. No dia 10 de Junho desse ano, o Presidente da República condecorou-o com as insígnias de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Entre os professores da Universidade de Lisboa, não figurará certamente como um dos que mais a ilustraram pela investigação fundamental, produção científica inovadora, participação na gestão universitária, ou ainda pela intervenção cívica e política. Mas não escapou a atentos observadores do panorama cultural português que o Padre Manuel Antunes soube afirmar-se em meio hostil e poderia ter chegado muito mais longe se lhe tivessem sido favoráveis as condições em que foi chamado a viver e trabalhar. Do que não restam dúvidas é que na geração académica que teve o privilégio de o conhecer deixou marca indelével e fecunda de mestre exemplar de cultura em humanidade, a cultura que intenta tornar o homem mais humano. ▼



FILIPE DE AREDE NUNES

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira (1911-1992)

“cabouqueiro do Estado de Direito”

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Direito de defesa: a jurisdição militar é especial: evolução da prisão preventiva*, Braga, Livraria Cruz, 1979.
- *Lições de direito penal*, Lisboa, Verbo, 1987-1989.
- “A liberdade e ordem jurídica”, in *Separata da Rumo*, 2, Lisboa, 1959.
- *O direito de punir: abuso de confiança e convalidação: atenuação extraordinária*, Braga, Livraria Cruz, 1966.
- *A influência da pena de morte na evolução do sistema penal português*, Lisboa, Academia das Ciências, 1967.
- “Filosofia do Direito”, in *Separata da Revista da Fac. de Direito da Univ. de Lisboa*, 1, Coimbra editora, 2001.
- *10 anos na pasta da justiça: documentos e correspondência com Salazar - 6 de Setembro de 1944 a 7 de Agosto de 1954*, Lisboa, M. C. de Ferreira, 2004.

¹ Vide, a este respeito, Manuel Cavaleiro de Ferreira, *Jornadas de homenagem ao professor doutor Cavaleiro Ferreira*, Lisboa, 1995, p. 9.

² José de Oliveira Ascensão, “Cavaleiro de Ferreira – A Pessoa”, in *Jornadas de homenagem ao professor doutor Cavaleiro Ferreira*, Lisboa, p. 17.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira contribuiu, ao longo da sua vida, através do seu dedicado e talentoso labor enquanto ministro da justiça, para avanços significativos na legislação portuguesa, no domínio do sistema legislativo, judicial e penitenciário. Enquanto professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, legou um riquíssimo património, em particular na área do Direito Penal e do Processo Penal.

O Homem e a vida universitária

Manuel Cavaleiro de Ferreira nasceu em Bragança em 19 de dezembro de 1911 e faleceu em Lisboa em 27 de abril de 1992.

Em Bragança efetuou os seus estudos liceais, e foi na Faculdade de Direito de Lisboa, em 1932, que se licenciou com a classificação final de 19 valores. Um ano mais tarde, com apenas 21 anos, doutorou-se em Ciências Histórico-Jurídicas na mesma faculdade com a tese *Da Participação Criminosa*¹.

Entre 1936 e 1937, estudou na Alemanha, através de uma bolsa do Instituto de Alta Cultura e, em 1939, foi Procurador da República no Tribunal da Relação do Porto.

A sua carreira académica iniciou-se em 1940, quando foi admitido como professor extraordinário contratado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Em 1943, entrou no concurso para professor extraordinário em Ciências Jurídicas e, um ano mais tarde, na mesma faculdade, entrou no concurso para professor catedrático.

Depois de uma passagem pelo governo de António de Oliveira Salazar – enquanto ministro da justiça –, regressou à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde regeu as cadeiras de Direito Penal, Processo Penal, Direito da Família e Responsabilidade Civil.

No ano letivo de 1972/73 regeu, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, a disciplina de Noções Gerais de Direito.

Na sequência da revolução do 25 de Abril de 1974 foi compulsivamente aposentado dos cargos que desempenhava na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo, na sequência destes acontecimentos, aceitado reger, na Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, um curso de mestrado.

Em 1980, foi reintegrado no quadro de Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Como professor, Cavaleiro de Ferreira era “intensamente formativo”². O seu pensamento apoiava-se “numa sólida cultura geral, fundada em conhecimentos profundos de natureza filosófica, histórica, teológica e outros”³.

Nas aulas teóricas, Cavaleiro de Ferreira encantava pela “profundidade do seu pensa-

mento e a firmeza das noções fundamentais”⁴ e nas práticas “falava espontaneamente sobre a matéria sem trilha pré-fixada, associando os temas uns aos outros”⁵, talvez porque o que verdadeiramente encantasse no emérito professor fosse a “palavra”⁶.

No final dos anos 60 e princípio dos anos 70, a Faculdade de Direito de Lisboa viu-se envolta em graves problemas de direção. Através de um delicado mecanismo, os professores foram-se sucedendo na condução dos destinos da Faculdade, por ordem de antiguidade e por um período mínimo de 6 meses. Foi nessas condições que Cavaleiro de Ferreira assumiu as funções de diretor⁷.

Referência ainda para a sua ação como pensador católico, que se consubstanciou através de numerosas lições que deixou sobre a Doutrina Social da Igreja.

O Político

Cavaleiro de Ferreira assumiu, entre 1944 e 1954, as funções de ministro da justiça de António de Oliveira Salazar.

No campo legislativo, a ação de Cavaleiro Ferreira centrou-se em significativas reformas legislativas⁸ – com implicações reais ainda hoje atuais no sistema jurídico e judiciário em Portugal⁹ – no campo do Processo Penal, pela jurisdicionalização da execução das penas, a aplicação e execução das medidas de segurança e a reabilitação dos delinquentes, e pela criação do *Habeas Corpus*. A importância do seu consulado enquanto ministro refletiu-se ainda na construção dos Palácios da Justiça e de vários estabelecimentos prisionais.

O labor legislativo de Cavaleiro Ferreira foi “grande parte do conjunto de doutrina por si professada”, sendo que, ao mesmo tempo, “os diplomas publicados corresponderam aos anseios que na época se mostravam atuais”, tendo permitido “uma proveitosa atuação dos tribunais” e aberto “caminho a um constantemente renovado aperfeiçoamento do sistema jurídico nacional, nos seus momentos de conceção e de aplicação prática”¹⁰.

A Obra

Cavaleiro de Ferreira foi, sobretudo, um professor de Direito. Neste campo deixou uma grandiosa e magnífica obra, com particular destaque para o Direito Penal e Processo Penal, áreas que viriam a ser objeto de estudo e trabalho exaustivo até ao ocaso da sua vida.

Para além de várias monografias, são inúmeros os artigos, discursos, conferências e pareceres que publicou ao longo da sua vida.

Da sua vasta obra, destacamos os seguintes títulos: *Da Participação Criminosa*, 1934; *Processo Penal*, 1940; *Lições de direito penal*, 1941; *Direito da família: relações pessoais e relações patrimoniais dos cônjuges*, 1942; *A liberdade e a ordem jurídica*, 1958; *Formas jurídicas da propriedade privada*, 1963; *O direito de punir: abuso de confiança e convolação: atenuação extraordinária*, 1966; *A abolição da pena de morte*, 1967; *A omissão*, 1983; *A pronúncia*, 1984; *O pensamento político-social do Cardeal Cerejeira*, 1990; *O fundamento do direito*, 1992.

Conclusões

Rigorous, disciplinado e ao mesmo tempo encantador no uso da palavra e nas suas preleções, Manuel Cavaleiro de Ferreira foi um dos maiores juristas portugueses do século XX, sendo que, no exercício de funções governativas, teve oportunidade de concretizar, através de numerosos instrumentos legislativos, parte significativa do conteúdo material das suas lições.

Na multiplicidade de faces da sua vida, Cavaleiro de Ferreira “foi cabouqueiro do Estado de Direito: não privilegiando, como Homem de Estado, a ideia de poder; produzindo como Homem de Ciência, uma obra centrada sobre uma conceção ética do Direito e da Justiça, cultivando, como Mestre, a interdisciplinaridade dos saberes; projetando, como Jurisconsulto, a ponte que é necessário estabelecer entre o Direito e a Vida”¹¹. ▽

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Refere José de Oliveira Ascensão que Cavaleiro Ferreira “exerceu a direção norteado por uma visão geral da vida universitária” e, não obstante ter “enfrentado os problemas hierarquicamente, segundo a sua importância para a vida universitária”, era “pessoa que decididamente não encarava a administração como o seu destino”, in *op. cit.*, pp. 20 a 21.

⁸ *Vide*, neste sentido, José de Oliveira Ascensão, *op. cit.*, p. 19.

⁹ Refere Narciso da Cunha Rodrigues que “Como Ministro da Justiça, Sua Excelência protagonizou reformas do direito material e processual e da organização judiciária que, ainda hoje, modelam, em larga medida, o sistema jurídico e judiciário português, in “Palavras do Procurador-Geral da República no Encerramento das Jornadas de Homenagem ao Professor Doutor Cavaleiro de Ferreira”, in *Jornadas de homenagem ...*, p. 324.

¹⁰ *Vide* Conselheiro Augusto Victor Coelho, “Palavras do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça na Sessão de Homenagem ao Professor Doutor Cavaleiro Ferreira”, in *Jornadas de homenagem ...*, pp. 25-26.

¹¹ Narciso da Cunha Rodrigues, *op. cit.*, p. 324.



JÚLIA GASPAR

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Manuel José Nogueira Valadares

(1904-1982)

Militante da investigação Científica

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Contribution à la spectrographie, par diffraction cristalline, du rayonnement g”. Dissertação de doutoramento, Universidade de Paris, 1933.
- *Étude des satellites La, de l'élément 82 (Pb)*, F. Mendes (coautor), Paris, 1938 (Separata de *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, 206).
- *Studio dei satelliti delle righe X del spettro L del piombo*, Pavia, Instituto di Fisica “A. Volta”, 1940 (Separata de *Ricerca Scientifica*, 11).
- “Contributo allo studio degli spettri γ e X molli dei prodotti di disintegrazione del radon”, in *Rend. Real Accademia d'Italia*, 2, Roma, 1940, pp. 351-360.
- “O núcleo atómico e os espectros de riscas de raios X”, in *Revista da Faculdade de Ciências*, 3, 1943, pp. 69-115.
- “Le spectre L de Rayons X du Radium D”, in *Portugaliae Physica*, 1, 1944, pp. 73-76.

Retrato do investigador

Manuel Valadares licenciou-se em ciências físico-químicas pela Faculdade de Ciências de Lisboa em 1926, tendo sido contratado para assistente de física em 1927. No Instituto Português de Oncologia exerceu também a atividade de assistente de física, de 1929 a 1932. Foi nesta qualidade que, em novembro de 1929, a Junta de Educação Nacional (JEN) lhe concedeu uma bolsa para estagiar no Instituto do Rádio Suíço em Genebra, destinada a desenvolver os conhecimentos e aperfeiçoar a técnica relativa à parte física do rádio. Terminado o estágio ao fim de um ano, a bolsa foi renovada para o Laboratório Curie do Instituto do Rádio de Paris. De 1930 a 1933 dedicou-se à preparação da tese de doutoramento supervisionada por Marie Curie.

No seu regresso ao Laboratório de Física da Universidade de Lisboa, procurou implementar a investigação experimental no domínio da espectrografia da radiação X e da física nuclear. Foi na aventura de lançar as bases da investigação num país sem tradições nesta área e num laboratório sem equipamento e sem financiamento que Valadares revelou as suas capacidades e determinação, apoiado por Armando Cyrillo Soares, o diretor do Laboratório. Com equipamento improvisado fez a montagem com a qual obteve os primeiros espectros de raios X, enquanto aguardava o financiamento da JEN. Quando este chegou, nos primeiros meses de 1936, foi possível adquirir novo equipamento e iniciar o trabalho que, em 1938, seria apresentado à Academia das Ciências de Paris. Em 1939, realizou um vasto estudo sobre a análise por espectrografia de raios X de transmutações naturais ou provocadas e obteve resultados experimentais relativamente a transmutações na família do rádio. Concorreu com este trabalho ao prémio Artur Malheiros para 1939 (Ciências Físico-Químicas) da Academia das Ciências de Lisboa, que lhe foi atribuído.

Em fevereiro de 1940, Valadares deslocou-se a Itália, aí permanecendo durante catorze meses, com uma bolsa do Instituto para a Alta Cultura, sucessor da JEN. No Instituto Volta, em Pavia, utilizou um microfotómetro de grande precisão para confirmar a intensidade das riscas espectrais do chumbo que tinha estudado em anos anteriores. No Laboratório de Física do Instituto de Saúde Pública, em Roma, dedicou-se ao estudo do espectro da radiação g e da radiação X emitida por elementos químicos originados no decaimento radioativo do radão. Este projeto datava de 1934, mas a falta de meios materiais tinha impossibilitado a sua realização em Lisboa. Dedicou-se então à sua execução, verificando os resultados obtidos por investigadores do Laboratório Curie, em 1939, relativos ao astatino. Este trabalho deveria ser continuado em Lisboa para esclarecer discordâncias, o que, novamente, não foi possível. Os trabalhos realizados em Itália foram publicados em revistas científicas italianas.

Em 1943, apresentou um trabalho de natureza teórica e experimental no concurso para professor extraordinário de física, sobre o núcleo atómico e os espectros de riscas de raios X. O concurso foi sucessivamente adiado, oficialmente por razões de circunstância, acabando por não se realizar. No entanto, motivações académicas hostis à condução da investigação científica na Universidade podem ter estado na base deste desenlace. Esta hipótese justifica-se à luz das discussões no Conselho Escolar após a demissão de Valadares.

res e dois dos seus colegas, invocando-se motivos políticos, em 1947.

Construindo uma escola de investigação

Após 1942, Valadares supervisionou as teses de doutoramento de assistentes de física das Faculdades de Ciências: Lídia Salgueiro, de Lisboa, Carlos Braga e José Sarmento, do Porto. Todos os trabalhos experimentais apresentados aos respetivos doutoramentos, em 1944 e 1945, versavam sobre temas inovadores de espectrografia da radiação X e de física nuclear. Estas realizações foram notáveis, já que, na altura, o doutoramento nas Faculdades de Ciências era um acontecimento raro. Também apoiou investigações e trabalhos de outros assistentes, tanto da Faculdade de Ciências de Lisboa como do exterior.

Em 1942, Valadares e outros físicos do Laboratório de Física criaram a revista *Portugaliae Physica* com o objetivo de divulgar não só trabalhos de cientistas portugueses como também de autores estrangeiros. O francês foi o idioma escolhido, correspondendo à necessidade de dar visibilidade aos trabalhos dos cientistas portugueses, durante a II Guerra Mundial, quando as comunicações se encontravam praticamente paralisadas na Europa.

O cientista militante

“O país atravessava então, no que respeita à investigação científica, um momento de grande entusiasmo”¹. Em 1950, exilado em Paris, esta era a opinião de Valadares ao referir-se a 1929, ano da fundação da JEN, instituição dedicada ao apoio da investigação universitária. O país encontrava-se, então, mergulhado em grandes dificuldades económicas e acabado de sair do golpe de 1926, que instaurou a ditadura militar, mas muitos jovens aproveitaram os apoios concedidos pela nova instituição. Valadares foi um deles, e pelo menos enquanto residiu em Portugal, nunca deixou de proclamar a importância da investigação científica, de a praticar e de criar condições para que outros o fizessem.

Entre as intervenções de Valadares neste sentido, contam-se as proferidas em sessões da Sociedade Portuguesa de Química e Física. Em particular, na sessão de 14 de março de 1939, leu um texto sobre investigação científica em Portugal, para ser entregue ao Presidente do Conselho e ao Ministro da Educação Nacional. A proposta foi aprovada por unanimidade e o governo acolheu-a com muito interesse. Também concedeu entrevistas a jornais. Em 1937, no Jornal *A Verdade* falou sobre “A vida dos laboratórios e o desenvolvimento da investigação científica em Portugal”. Defendia que fosse concedida ao Laboratório de Física uma dotação que lhe permitisse, ao fim de três ou quatro anos, instalar uma secção de radioatividade trabalhando em pleno. Outra entrevista saiu no diário *República*, em 22 de outubro de 1945, no final da II Guerra Mundial, durante o curto período preparativo de eleições para a Assembleia Nacional. Valadares reconhecia na criação da JEN a medida mais importante para alterar o panorama científico-cultural português, mas manifestava preocupação por serem escassos os meios oferecidos aos bolsiros no final da sua formação. Muitos acabavam por perder-se para a investigação, outros trabalhavam com pouquíssimo rendimento e, no entanto, havia falta de quadros para assegurar as necessidades de desenvolvimento do país. Na *Gazeta de Física*, na secção “Problemas da Investigação em Física”, de que foi responsável, não se cansou de divulgar a obra de vários investigadores.

Em 15 de junho de 1947 foi publicada nos jornais uma nota oficiosa intitulada “O Governo resolveu afastar do serviço efetivo por motivos de ordem política alguns oficiais e professores”. Entre os vinte e um professores encontravam-se Valadares, Aurélio Marques da Silva e Armando Gibert, do Laboratório de Física. Na alegação que apresentou ao governo contestando a decisão, Valadares considerava que se baseava em afirmações infundadas, além de não oferecer qualquer hipótese de defesa. A Presidência do Conselho respondeu laconicamente que não consideraria esta alegação.

Valadares procurou exílio em Paris onde desempenhou funções no Laboratório do Íman Permanente, de que foi diretor de 1959 a 1962. Em 1962, o Laboratório foi transformado em Centro de espectrometria Nuclear e de espectrometria de Massa, continuando Valadares como diretor. Em 1968 abandonou o cargo a seu pedido. ▽

¹ Manuel Valadares, “O Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, sob a direcção do Prof. Dr. A. Cyrillo Soares (1930-1947) e a investigação científica”, in *Gazeta de Física*, 2/4 (1950), p. 93.



MANUELA GOUCHA SOARES

Jornal Expresso

Marcello Caetano

(1906-1980)

O Professor que queria ‘conquistar’ almas

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *L'organisation politique portugaise*, Lisboa, S.N.I., 1955.
- *A Constituição de 1933: estudo de direito político*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956.
- *Manual de direito administrativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956.
- *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981.
- *Mimbres memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1985.
- *A crise nacional de 1383-1385: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Verbo, 1985.
- *Manual de ciência política e direito constitucional*, Coimbra, Almedina, 1986.
- *Constituições portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1986.

Marcello José das Neves Alves Caetano foi a segunda figura do Estado Novo, o homem que várias vezes discordou e disse ‘Não’ a Salazar e que lhe sucedeu na chefia do Governo em 27 de setembro de 1968, aos 62 anos. A ligação e o trabalho para o Estado Novo foram a marca mais pública da sua vida. O destino fez prevalecer o interesse pelos livros e pela Universidade.

Assumi a chefia do governo cheio de boas intenções, e boa parte do país – sedento que estava de mudança – acreditou que com ele viria a democracia e o fim da guerra de África. O curso da história encarregou-se de provar que a *Primavera Marcelista* (só) aconteceu no outono do regime e que as reformas introduzidas por Caetano não foram suficientes para evitar a sua partida para o exílio na sequência do 25 de Abril de 1974. Nesse exílio que acabou por ser profissionalmente profícuo e luminoso, Marcello regressou à sua condição de investigador, professor e “gourmet de livros”, como o retratou Ana Maria Moog¹, sua aluna num curso de doutoramento na Universidade Gama Filho – onde trabalhou até morrer, no dia 26 de outubro de 1980².

Reconstruiu o seu universo laboral naquela que era então uma das Universidades privadas mais prestigiadas do Brasil e os seus trabalhos de História do Direito continuam a ser classificados como obras únicas para a pesquisa feita no Brasil por um grupo de investigadores ligados à nova historiografia (brasileira), que procura rever a ideia da total dependência da colónia face às decisões impostas pela coroa portuguesa. A historiadora da Universidade Federal Fluminense, Maria Fernanda Bicalho – que há muito trabalha sobre política colonial portuguesa dos séculos XVII e XVIII – diz: “O livro do Marcello *O Conselho Ultramarino - Esboço da sua História* é uma obra estruturante; Caetano foi o primeiro e – até há pouco único investigador – que trabalhou sobre o Conselho Ultramarino e a sua pesquisa foi fundamental para o meu trabalho”³. A afirmação de Bicalho é corroborada pela posição do historiador Francisco Martinho (Universidade de São Paulo), que vê Caetano como “um dos mais destacados intelectuais portugueses da sua época. Além de professor universitário, foi um importante historiador do Direito e das Instituições, autor de diversos livros sobre Direito Administrativo, Reitor da Universidade de Lisboa e articulista de jornal. Nesta última função destaca-se seu trabalho junto ao *Jornal do Comércio e das Colónias*, para o qual, na década de 1930, escreveu duas crónicas políticas por semana. Como intelectual e como político, procurou manter certa autonomia, tanto em relação ao regime quanto ao próprio Salazar”.

Em Portugal, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que foi seu aluno nos últimos anos em que deu aulas na Faculdade de Direito de Lisboa (antes de assumir a Presidência do Conselho), recorda que ele, “cientificamente, é considerado o ‘pai’ do Direito Administrativo”⁴. Mas, política e simbolicamente, foi como Reitor que Marcello conheceu um dos momentos mais significativos da sua relação com a Universidade de Lisboa, onde se matriculou em 1922 – tinha então dezasseis anos – como aluno da Faculdade de Direito, que funcionava nas velhas instalações do Campo Santana, e da qual (à exceção de breves intervalos) só se separaria funcionalmente com a partida para o exílio em 1974. A relação emocional com aquela que considerava ser a *sua* Universidade permanecerá para além desses cinquenta e dois anos, já que Caetano morreu com a mágoa

¹ Ana Maria Moog é filha de Clodomir Vianna Moog, advogado, romancista, ensaísta e estudioso da obra de Eça de Queirós. Vianna Moog foi o último amigo de Marcello que o visitou no seu apartamento do bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

² Tinha 74 anos. Nasceu a 17 de agosto de 1906.

³ Manuela Goucha Soares, *Marcello Caetano – O Homem que perdeu a Fé*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pp. 127-128.

⁴ *Ibidem*, p.128.

de lhe ter sido retirado o direito à reforma – pois, para si, isso significou um injusto afastamento da *sua* escola. ⁵ *Ibidem*, p.139.

A homenagem da Faculdade de Direito chegaria em 2006 – ano em que se comemorou o centenário do seu nascimento –, numa sessão especial que se realizou no anfiteatro principal, onde foram oradores os Professores André Gonçalves Pereira e Jorge Miranda. Foi apresentado o livro *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano no Centenário do seu Nascimento* e apoiada a inauguração da “Sala Professor Marcello Caetano”, organizada pela família num espaço cedido pela Faculdade.

Polícia fora da Universidade

Licenciou-se em Direito com a classificação de *Muito Bom com Distinção*, durante o segundo ano de governo da Ditadura Militar. No fim do curso, em 1926, na qualidade de dirigente estudantil da associação da Faculdade de Direito de Lisboa, foi um dos motores da greve dos estudantes de Direito contra a obrigatoriedade de realizar um estágio de dezoito meses “em condições vexatórias e desprimorosas, não só para os estudantes como para os mestres que os ensinaram”, assim reza um comunicado redigido pelo punho do próprio Marcello, sobre a “admissão dos licenciados à recém-criada Ordem dos Advogados”.

Homem do poder e do regime, Marcello reitor foi coerente com Marcello professor, retratando traços que olhos desejosos de mudança chegaram erroneamente a interpretar como atitudes de um situacionista contra a ditadura. No entanto, importa salientar que o académico sempre se bateu por uma (certa) separação de poderes – capaz de evitar a presença da polícia na Universidade e a excessiva interferência do poder político na vida e na carreira académica dos professores; as palavras que em 1947 dirigiu a Salazar criticando a presença da polícia na Faculdade de Medicina de Lisboa e a atuação do Ministro da Educação, Pires de Lima, testemunham esta trave-mestra do seu entendimento sobre o funcionamento da Academia.

Como Reitor, procurou manter as polícias afastadas da Universidade, numa época em que a contestação estudantil ao regime – e à sua política colonial – aumentava de dia para dia. No ano de 1961, começou a guerra pela independência em Angola, a União Indiana invadiu Goa, Damão e Diu para recuperar a soberania desses territórios. Em janeiro de 1962, a polícia reprimiu qualquer tentativa de manifestação contra a guerra e, no dia 23 de fevereiro, o governo de Salazar – pela voz do seu Ministro da Educação, Lopes de Almeida – proibiu as comemorações do Dia do Estudante; no dia seguinte, a polícia de choque, comandada pelo capitão Horta Veiga, invadiu a chamada Cidade Universitária da Universidade de Lisboa, batendo “a torto e a direito”. O luto académico – e a consequente falta às aulas – foi declarado nesse mesmo dia, na sequência de uma deliberação do plenário de estudantes. A contestação estendeu-se a Coimbra, onde, duas semanas antes, se tinha efetuado o I Encontro Nacional de Estudantes, que viria a dar origem ao Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses.

Com a Academia em permanente ebulição, o Reitor tentou manter a normalidade possível – fiel à sua convicção de que era importante manter a polícia fora da Universidade; tal como acontecera em 1947, Marcello não teria em 1962 total confiança na atuação do titular da pasta da Educação.

O então secretário-geral da Universidade, António Alvim, recorda-nos as diligências do Reitor: “Cada Faculdade queria ter a sua associação de estudantes; por lei os estudantes poderiam fazer parte do senado – mas essa possibilidade estava suspensa. Com os estudantes a reivindicarem o assento no senado académico, e o governo a recusar esta pretensão, Marcello nunca deixou de ouvir os estudantes. Criou um Conselho de Estudantes do qual fizeram parte várias pessoas, como foi o caso de Jorge Sampaio”⁵.

Sampaio, à época dirigente estudantil, e que décadas mais tarde haveria de ser Presidente da República, afirmou:

⁶ *Ibidem*, p. 140.

⁷ Cf. pp. 24-25.

⁸ Norberto Bobbio, *Os intelectuais e o poder*, São Paulo, Unesp, 1997.

⁹ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1977, p. 15.

Do reitor, lembro as inúmeras ocasiões em que privámos, eu, primeiro, como presidente da Direção da Associação Académica de Direito, depois na qualidade de secretário-geral da Reunião Inter-Associações (RIA), antecâmara da futura Federação Académica de Lisboa. Marcello Caetano saíra do Governo em 1958, e a reitoria, que Salazar lhe propõe, surgia como uma espécie de porto de abrigo, onde as suas notáveis qualidades de jurista poderiam, digamos, exercitar-se, à espera de melhores dias. A greve académica de 62 catapultou-o para o centro das decisões universitárias. E aí, vimo-lo em momentos de ação que julgávamos impensáveis – em cima de um carro, no estádio universitário, a prestar esclarecimentos aos estudantes acerca das diligências que tinha em curso para possibilitar a comemoração do dia do estudante; depois, a convidar-nos para jantar no Castanheira de Moura, encontro aliás que acabou por não se realizar devido à brutal carga policial que entretanto ferira um sem número de estudantes; mais tarde, a falar da varanda da reitoria para os estudantes reunidos na praça, intervenção a que só acedeu após inúmeras insistências nossas. Entalado entre as tentativas de compromisso que procuravam desenharem uma saída para a crise universitária – o que, aliás, não conseguiu – e a brutalidade do regime – que só mais tarde se recomporia do susto que os estudantes lhe pregaram –, Marcello Caetano apresentaria a sua demissão de reitor da Universidade de Lisboa, logo em abril de 1962, no que contou com a compreensão estudantil.⁶

O ‘conquistador’ de almas

Marcello professor quis conquistar almas porque acreditava que o ensino era muito mais do que “a transmissão seca e erudita de conhecimentos [...]”. Todos os anos olhava as dezenas ou centenas de caras novas que se sentavam à sua volta e interrogava-se: *Serão mais estudiosos do que os do ano passado? Encontrarei entre eles discípulos e continuadores?* Encontrou muitos, encontrou demais, dentro e fora da Faculdade de Direito, nas aulas, na Mocidade Portuguesa e entre os amigos dos filhos. Ensinava-os, aturava-os, protegia-os. E, depois, fez deles assistentes e secretários, enquanto não pôde fazer deputados e ministros. Isto não foi inocente, nem para ele, nem para os discípulos”, escreveu Vasco Pulido Valente em *Marcello Caetano – As Desventuras da Razão*⁷.

Essa ausência de inocência foi a estratégia adotada por Caetano para se afirmar no palco como ‘O Intelectual’ do regime. Atente-se nas palavras de Francisco Martinho (num artigo ainda inédito), que vê nele, ao mesmo tempo, “como diria Norberto Bobbio, um *ideólogo* e um *expert*, ou seja, teve momentos da sua carreira guiada pela ética das convicções e momentos em que se viu compelido a seguir a ética das responsabilidades⁸. No primeiro caso, Martinho refere-se aos períodos em que esteve à margem das decisões do poder e dos cargos públicos, sobretudo como Professor de Direito da Universidade de Lisboa. No segundo caso, falo de quando esteve à frente de importantes postos no primeiro escalão do regime. O que pretendo mostrar é que, no caso de Caetano, há um ponto de tensão que aproxima *ideólogo* e *expert*”.

Filho de uma família da pequena burguesia, ficou órfão de mãe aos nove anos, o que conduziu a uma quebra no seu rendimento escolar. Na adolescência foi fortemente influenciado pelas figuras de seu pai, José Maria Alves Caetano, e de Monsenhor Pereira dos Reis, de quem recebeu uma visão ecuménica da humanidade.

Integralista e simpatizante do regime monárquico na sua juventude, casou com Teresa de Barros, filha de João de Barros, pedagogo e ministro da I República. Em tudo o mais foi um jovem igual a muitos outros do seu tempo. Teve contratempos, azares e dúvidas sobre as opções feitas. A escolha do curso é testemunho de alguma perplexidade juvenil:

Não foi também por vocação [...] que me matriculei na Faculdade de Direito. E a linguagem que escutei nas primeiras aulas a que lá assisti era tão distante das minhas preocupações, afigurava-se tão ininteligível, que cheguei a pensar desistir do curso.⁹

Anos mais tarde, estas dificuldades revelar-se-iam extremamente úteis, tendo contribuído para o desenvolvimento das suas incontestáveis qualidades de Professor, a atividade na esfera pública que mais prezou na sua vida e para a qual tinha as características de um sobredotado.

¹⁰ Publicada no livro da autoria de Maria Helena Prieto, *A Porta de Marfim: evocação de Marcello Caetano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

No exílio, já viúvo, escolheu o Mosteiro de São Bento como primeira morada na cidade do Rio de Janeiro. Aqui inicia um período de revisão de vida e debate filosófico consigo próprio que haveria de transparecer na intensa correspondência¹⁰ que manteve com a Professora da Faculdade de Letras, Maria Helena Prieto, a quem escreveu:

¹¹ Conferido pela autora.

Como sou eu na intimidade? Não me atrevo a responder [...]. E eu não sou eu nem o outro, como dizia o poeta: fui um aos 20 anos, outro aos 30, outro aos 40, outro aos 50... agora aos 70 (72...) sou um leão sem juba e desdentado, porque passaram as fases de luta pela Universidade e na Universidade (a estudar 18 horas por dia...), da agitação política, das responsabilidades públicas, de tudo o que torna tão difícil a um homem dar às mulheres toda a atenção que elas desejam [...]. Procurei sempre que a vida pública e profissional não destruísse a minha vida de família [...]. Mas tudo isso foi imperfeitamente conseguido porque não se pode abraçar o Mundo com os dois braços e no fundo tudo aquilo que se ama é exigente e exclusivista e não se pode servir bem a vários senhores. (Que horror quando penso que um desses senhores era o Direito Administrativo!).

Depois da família, os livros e o ensino foram as suas grandes paixões. Escreveu até morrer e, sem contar com pequenos artigos ou conferências e reedições de obras sem qualquer acrescento ou atualização face ao original, contamos catorze livros com menos de 100 páginas e cinquenta que vão das 100 às 1500 páginas. Deste total, onze são sobre Direito Administrativo, nove sobre Ciência Política, dezassete sobre História e oito sobre temas jurídicos diversos. Para além destas obras, deixou dezanove livros que podemos arrumar na prateleira da intervenção político-social.

Após vários incidentes político-diplomáticos, a sua magnífica biblioteca viajou para o Brasil, preenchendo um vazio de saudades na vida de Marcello que a acabou por transformar numa espécie de seguro de vida, num contrato de doação que fez com a Universidade Gama Filho. Em 2007, os 17 963 títulos e 21 506 volumes da biblioteca pessoal ocupavam um espaço individualizado – não uma sala própria como o Professor projetara –, mas um compartimento situado no 6º andar do edifício Altair Gama (mulher do fundador da Universidade Gama Filho), no pólo da Piedade, e tudo indica que são manuseados pelos estudantes como desejara o seu proprietário¹¹. Na eventualidade de poder ser transacionado – o que é proibido pelas cláusulas de doação –, o conjunto do acervo doado à Gama Filho valerá, no mínimo, 1,5 milhões de euros.

Os livros raros – como uma edição de 1731 das *Memórias de D. João I* ou de cinco preciosos volumes das *Ordenações e Leys do Reyno de Portugal confirmadas e estabelecidas por D. João V*, entre outros inestimáveis títulos – estão guardados, mas escondidos e votados a um certo abandono, num armário de metal. É pena, pois já que estão no Brasil, o seu local natural de permanência seria o Real Gabinete Português de Leitura. ▼



ISABEL AMARAL

Centro Interuniversitário de História das ciências e Tecnologia UL–UNL

Marck Anahory Athias (1875-1946)

Fundador da “coletivização” da investigação científica

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Recherches sur l’histogénèse de l’écorce du cervelet”, in *Journal d’Anatomie*, 33, 1897, pp. 372-373.
- “La vacuolisation de la cellule nerveuse”, in *Anatomischer Anzeiger*, 28, 1905, pp. 492-494.
- “Cytologia Geral do Cancro”, in *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, 72, 1908, pp. 110-142.
- “Les phénomènes de division de l’ovule dans les follicules de De Graaf en voie d’atrésie chéz le Lérot (*Eleomys quercinus*)”, in *Anatomischer Anzeiger*, 34, 1909, pp. 1-2.
- “Études Hystologiques sur la Greffe Ovarienne”, in *Libro en Honor de D. Santiago Ramón y Cajal*, 1922, pp. 78-118.
- “Contribuição para o Estudo da Eervação dos Tumores”, M. T. Furtado Dias (coautor), in *Arquivo de Patologia*, 4, 1932, pp. 138-161.
- “Organisation de la Lutte contre le Cancer au Portugal”, in *Arquivo de Patologia*, 6, 1934, pp. 539-551.
- “Introdução ao Método Experimental e suas Principais Aplicações às Ciências Médicas e Biológicas em Portugal”, in *Actas do Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa*, 1940, pp. 474-478.

Marck Athias e a “geração de 1911”

Marck Anahory Athias inaugura, na primeira metade o século XX, um novo capítulo na história da medicina portuguesa e no panorama científico nacional. Elemento da “geração de 1911”, partilha os ideais republicanos que conferem à investigação experimental e ao laboratório um estatuto privilegiado. Critica o estilo livresco do ensino médico em Portugal e defende a investigação laboratorial. Esta nova perspetiva irá operar alterações sem precedentes na comunidade médica portuguesa, tradicionalmente orientada apenas para a clínica, e far-se-á sentir em dois planos: o da prática da investigação biomédica propriamente dita e o da organização da investigação científica, no sentido da especialização e da profissionalização, o que virá a ter reflexos significativos no panorama científico nacional.

Do Funchal para Paris, de Paris para Lisboa

De ascendência judaica, Marck Athias nasce no Funchal, a 11 de dezembro de 1875, filho de Abrahão Athias e de Deborah Anahory Athias. Com 16 anos, persuade seu pai a deixá-lo estudar medicina, em França. Conclui o curso na Faculdade de Medicina de Paris, em 1897, onde teve oportunidade de privar com histologistas e fisiologistas de renome internacional, entre os quais Mathias Duval. É especialmente influenciado pelas ideias e trabalhos de histofisiologia nervosa de Santiago Ramón y Cajal, então controversos. Durante o tempo em que permanece no laboratório de Duval, Athias publica uma série trabalhos que o tornam conhecido dos seus pares no circuito europeu.

Após a conclusão do curso desejava ter dado continuidade à sua carreira científica, em Paris, mas é preterido, em concurso, a favor de um colega de nacionalidade francesa. Assim, regressa ao Funchal mas no mesmo ano muda-se para Lisboa.

É então acolhido no Hospital de Rilhafoles por Miguel Bombarda, que com ele partilha a defesa da teoria do neurónio de Ramón y Cajal. Ali, num pequeno laboratório de histologia, Athias congrega jovens médicos interessados em prosseguir uma carreira médica científica. Seria o embrião da escola de investigação, que Athias acabaria por criar em Portugal, o primeiro exemplo de “coletivização” da investigação científica, fenómeno que, no resto da Europa, se tinha iniciado no século XIX.

O programa de investigação desenvolvido pela escola inicia-se pela histofisiologia nervosa, em 1897, área na qual fizera as primeiras contribuições científicas, em 1895, prolongando-se até 1915. Esta área alarga-se para abranger a histofisiologia geral, a partir de 1905, e diversifica-se para a fisiologia e a química fisiológica, a partir de 1911, e a histopatologia, de 1923 em diante.

Athias deixa uma obra vasta (138 publicações no total), abrangendo domínios variados, biografias, relatórios, textos didáticos e artigos científicos, que constituem cerca de 65% de toda a sua produção científica.

A atividade de investigação de Athias, para além de se diversificar do ponto de vista te-

mático, reparte-se por diferentes instituições: o Hospital de Rilhafoles, o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, o Instituto Pasteur de Lisboa, a Escola Médico-Cirúrgica, o Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, o Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral e o Instituto Português de Oncologia. Em cada uma destas instituições, associa discípulos que virão a ter um papel do maior relevo, não só na investigação biomédica, mas também nos destinos da investigação científica em Portugal. De entre eles, destaca-se Augusto Celestino da Costa, Matias Boleto Ferreira de Mira, Joaquim Fontes, Henrique Parreira e Maria Teresa Furtado Dias.

Athias, bem como alguns do seus mais eminentes discípulos, empenha-se na divulgação e “propaganda” científicas na sociedade em geral, no intercâmbio científico entre pessoas e instituições e na criação de sociedades científicas e de publicações especializadas. Neste contexto destaca-se a criação da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, em 1907, juntamente com Augusto Celestino da Costa e Abel Salazar, e a Sociedade Portuguesa de Biologia, em 1920.

Marck Athias e os seus discípulos defenderam um conjunto de ideais de inspiração positivista, característicos do ideário republicano, e advogaram um modelo de universidade e de investigação científica inspirado na reforma de Humboldt de 1809. Especialmente Celestino da Costa e Ferreira de Mira ecoam, através dos seus escritos doutrinários, os debates sobre as universidades e a investigação científica, ocorridos particularmente em França, e também as ideias de Ramón y Cajal e dos movimentos intelectuais espanhóis de que este fez parte, corporizados na *Institución Libre de Enseñanza* (1873) e na *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas* (1907). A última constituiu, sem dúvida, a referência para a *Junta de Educação* (1922), a que Athias preside, e para os subsequentes *Junta Nacional de Educação* (1929) e *Instituto para a Alta Cultura* (1936), liderados por Celestino da Costa.

O legado de Marck Athias

Quando falece a 30 de setembro de 1946, Athias deixa um legado importante. No Portugal do início do século XX, a investigação científica em medicina era pouco expressiva e a investigação, de um modo geral, não estava organizada em coletividades produtivas – era uma atividade individual, quase solitária. Marck Athias introduziu alterações profundas neste panorama: coletivizou a investigação biomédica, em Lisboa, e criou uma tradição de investigação na comunidade médica que influenciou discípulos e colaboradores em diferentes instituições médicas de ensino e de investigação, o que permitiu não só consolidar o paradigma experimental na medicina portuguesa como também a emergência de novas áreas de investigação médica. A influência de Athias fez-se sentir ainda a outros níveis: na internacionalização da investigação biomédica produzida pelo seu grupo, na organização da comunidade científica portuguesa pela fundação de sociedades e publicações, na divulgação e promoção de uma cultura científica e, finalmente, na definição de políticas científicas nacionais. ▽



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Centro Nacional de Cultura

Orlando Ribeiro

(1911-1997)

Ou entender as pessoas, o tempo e a terra

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

• “Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Tomo XXI, n.º 1, 1955, pp. 92-122.

• *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.

• “Silva Telles, introdutor do ensino da geografia em Portugal”, in *Fimisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XI, n.º 21, 1976, pp. 12-36.

• *Geografia e civilização: temas portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

• *Geografia e reflexão filosófica*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980 (Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*).

• “Reflexões sobre a Estremadura: significado e origem do nome”, in *Biblos*, n.º 58, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983.

• *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*, Lisboa, Sá da Costa, 1986.

• *A Arrábida: esboço geográfico*, Câmara Municipal de Sesimbra, Lisboa, 1986.

• *Iniciação em geografia humana*, Lisboa, Sá da Costa, 1986.

Orlando Ribeiro é uma referência da cultura portuguesa, como escritor de raras qualidades de estilo e de domínio da palavra e como cientista no campo da Geografia, dos mais influentes e talentosos. A Universidade de Lisboa muito ficou a dever-lhe, uma vez que não apenas se singularizou como um pedagogo de grande qualidade, mas, fundamentalmente, como renovador do método científico na área que cultivou. Discípulo de Silva Telles, dele obteve a exigência da erudição e do conhecimento, mas foi claramente além do mestre ao pôr a tónica nos trabalhos de campo, que Orlando Ribeiro sempre fez questão de tornar peças fundamentais da sua ação de universitário e de pedagogo. A mera teoria não lhe interessava; na linha dos principais geógrafos do seu tempo, como Martonne e Demangeon, o fundamental era interrogar a terra e as gentes, de modo a fazer compreender a ligação entre o tempo e o espaço, entre a história e o território. O Professor Orlando Ribeiro foi um renovador porque teve a coragem de recusar o conformismo das conclusões livrescas. Contudo, era preciso ir para o terreno, a fim de que o conhecimento se pudesse basear na crescente exigência relativamente às circunstâncias e às pessoas, porque a “experiência é madre de todas as coisas”. Os cadernos do Mestre são, por isso, preciosos acervos de pequenas anotações absolutamente fundamentais sobre o que viu ou ouviu nas suas deambulações. E os seus discípulos dão-nos testemunhos vivos das qualidades humanas e do rigor de análise deste homem que não apenas mudou radicalmente o modo de ver o território e as pessoas, mas sobretudo permitiu pôr as ciências humanas em contacto com outros domínios do saber, a fim de que o conhecimento se pudesse constituir em auxiliar precioso da compreensão da humanidade e da natureza.

Quando ocorreram as erupções da Ilha do Fogo (Cabo Verde, 1951) ou dos Capelinhos (Açores, 1958), ofereceu-se imediatamente para estar na linha da frente das observações nos locais. A sua curiosidade e o seu espírito de investigador indómito nunca esmoreceram. Ser fiel ao saber de experiências feito era para si um dever, uma responsabilidade. Foi sempre um homem de vontade, na linha de Alexandre Herculano, que tanto admirava. Daí a atenção constante à evolução histórica: “a integração do histórico no atual, do passado no presente, do tempo no espaço, o estudo da evolução das formas, da transformação das relações espaciais e de ambientes, são indispensáveis à explicação geográfica, seja qual for o nível ou o objeto a que se aplique”, afirma em *Iniciação em Geografia Humana*, 1986. Quando hoje lemos a sua obra-síntese, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, deparamos com uma definição magistral da nossa identidade, a partir do povo e da paisagem, da gente e das tradições, das pessoas e da terra, da atualidade e da história, das situações e dos movimentos, das especificidades e das diferenças... É Portugal como realidade perene e mutável que podemos encontrar pela explicação da durabilidade e pela afirmação da vontade.

Portugal é uma terra de contrastes onde pontificam o Atlântico e o Mediterrâneo. Mas é difícil de definir, pela complexidade e pela diversidade de elementos que caracterizam o país. Orlando Ribeiro escreveu em 1943 um livro notabilíssimo, pelo rigor da investigação e pela leveza da escrita, que constitui um *vade mecum* indispensável para quem queira conhecer a geografia de Portugal e, através dela, a nossa identidade. Falo-vos de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Sá da Costa, 4ª ed., 1986), do qual Ruben A. disse, justamente, tratar-se do livro mais notável escrito em Portugal nos meados do século passado. Esta-

mos perante uma obra de indiscutível valia científica e de grande sensibilidade literária, essencial para acompanhar os primeiros passos de uma investigação séria sobre a identidade portuguesa. Em lugar de considerações apressadas, trata-se de indagar, através dos diversos fatores e manifestações relevantes, como é que “Portugal é mediterrânico por natureza e atlântico por posição”, na fórmula tornada clássica de Pequito Rebelo.

“Disposto de través na zona mediterrânica, bem engastado numa península que é como a miniatura de um continente, o território português abre-se para o mundo por uma vasta fachada oceânica” (*ibidem*, p.131). O traçado de viés é acompanhado de alternâncias climáticas e da coexistência do clima oceânico e da secura quente. E é a “vigorosa oposição das terras altas e montanhosas, cortadas de vales profundamente incisos”, as repercussões no revestimento vegetal, que o definem como uma terra de contrastes. Norte e Sul - o primeiro é atlântico, verdejante, húmido, com “gente densa”; o segundo, mediterrâneo, com longos estios e escassamente povoado. Litoral e Interior - o país vai desde a verdura espessa, “banhada na luz doce e húmida” do noroeste, até à aridez das terras de além Marão; desde a variegada aptidão rural do Vouga ao Sado ou do sul algarvio até aos monótonos descampados alentejanos. Terras altas e baixas, Serra e Ribeira, Campo e Monte, Montanha e Vale, Terra Alta e Terra Chã - assim define o povo, a complexidade e as oposições, bem evidentes na economia e no povoamento. Desde a montanha húmida do norte e da economia agropastoril tradicional até aos relevos menos acentuados, secos e descarnados do sul, “onde o gado miúdo e as queimadas degradaram a floresta primitiva”, temos os traços de uma complementaridade e de uma coerência meridional. E, deste modo, a unidade de Portugal é em grande parte obra humana que há mais de sete séculos define uma entidade política antiga e estável.

Como vimos, Orlando Ribeiro não se limita a interrogar a terra. Olha sempre as gentes e a sua vontade, procurando as “raízes antigas” da identidade. No fim do neolítico fala de três áreas de civilização: a do levante, a dos planaltos centrais e a da faixa oeste. E no Oeste peninsular recorda a “civilização megalítica ocidental”, ligada igualmente à Bretanha, ao País de Gales e à Irlanda. Aí estão os redutos célticos da Galiza e de Portugal. E a sul temos as influências dos povos mediterrânicos - fenícios, gregos, cartagineses e a “brilhante civilização indígena” dos Tartessos no Guadalquivir. Os tempos vão revelando as diferenças e as ligações, as continuidades e as descontinuidades. Os *conventi* romanos, a organização administrativa dos suevos e dos visigodos, as desinteligências da monarquia goda, a invasão moura, a influência árabe, a reconquista, a coexistência das zonas estabilizadas dos reinos cristãos a norte e dos reinos taifas no meio-dia, com uma zona intermédia de incerteza e de alternância de influências - tudo nos vai revelando uma multiplicidade de elementos, num curioso *melting pot* que vai gerando a autonomia ocidental peninsular. José Mattoso encarregar-se-á, mais tarde, de lançar nova luz sobre essa encruzilhada de circunstâncias.

O formigueiro humano e a intensa atividade rural de Entre-Douro-e-Minho, no tempo da reconquista, denuncia o código genético do que será depois a unidade política que origina Portugal. E Portucale, junto à foz do Douro, vai ser matriz do corpo político donde sairá o Estado português - um Estado que precede a Nação. Portucale serve, desde cedo, após a reconquista do século IX, como designação dos domínios cristãos a sul do Lima. No fim do século X, há já um condado (e até há um fugaz rei Ramiro, entre 926 e 930) e, pouco mais de cem anos depois, D. Henrique de Borgonha verá ser-lhe atribuída a tarefa arriscada, incerta e difícil de consolidar e dilatar a influência cristã na região moçárabe de Coimbra para sul, além da linha Mondego/Serra da Estrela, tendo o Tejo como horizonte. No sul, almorávidas e almóadas dominavam o Magrebe e o Al-Andaluz, até ao nosso Al-Gharb (o Ocidente), com pouca atividade agrícola e largos descampados, apesar das inovações de influência árabe nos vinhedos, olivais, pomares e hortas regadas. De novo, o Atlântico frente ao Mediterrâneo.

São os contrastes naturais que determinam ainda a deslocação de populações. As vindimas do Douro, as ceifas da Terra Quente, a apanha da azeitona na Beira Baixa, as ceifas no Alentejo, a tirada da cortiça, obrigavam a que houvesse movimentos internos, sazonais, de gentes. Nos arrozais, são exímios os *caramelos* do Mondego e do Vouga, bem como os *gaibéus* do norte do Ribatejo ou os *avieiros* da foz do Liz. Ao Ribatejo e ao Alentejo che-

gam os *minbotos* e *pica-milbos*, os *beirões* e os *ratimbos*. E em Lisboa e na Caparica encontramos as *varinas* e *varinos* de Ovar, como é bem de ver, ao lado dos pescadores de Ílhavo. E em Azeitão, Orlando Ribeiro descobre a curiosíssima distinção entre os *caramelos de estar* e os *caramelos de ir e vir*, ou seja, os colonos permanentes e os migrantes periódicos. É este o entrecruzar de influências que reforça o *melting pot* e a identidade portuguesa complexa e diversa.

E a divisão regional? Apesar dos contrastes, os aspetos comuns e as influências diversificadas e entrecruzadas tornam difícil a definição das regiões. Percebe-se, aliás, a resistência à regionalização. No fundo, “o que caracteriza as regiões geográficas de Portugal é o padrão miúdo e a rica variedade de aspeto e contrastes” (*ibidem*, p. 141). As transições são graduais e, de novo, o Mediterrâneo e o Atlântico marcam os dilemas de definição. “A Estremadura recorda a Ática e o Lácio, o Alentejo, os planaltos cerealíferos da Sicília, mas apenas o Algarve constitui uma fimbria marítima comparável à Fenícia ou ao Levante Espanhol” (*ibidem*, p. 142). A faixa litoral portuguesa é entrecortada por falhas e deslocações de idade e natureza diversas, por vagas erosivas e pelo contraste entre as gargantas fundas, secas no estio, e os grandes rios vindos do centro da Península. As regiões são definidas pela alternância entre as influências mediterrâneas e atlânticas - o Norte Atlântico, o Norte Transmontano e o Sul: “À primeira, essencialmente oceânica, contrapõe-se o bloco de regiões interiores do Nordeste, que as montanhas separam das influências marítimas; o baixo Mondego, a orla do maciço antigo e o sopé da Cordilheira central, limitam-nas a ambas do resto do País, onde a meridionalidade se traduz pela dominância progressiva do caráter mediterrâneo” (*ibidem*, p.144).

O *Norte Atlântico* é o “tronco antigo e robusto” da nação, dominado pela abundância de chuvas, pela riqueza da terra e pela vitalidade das populações. É uma região de intensa diversidade e de policultura. O Porto velho é o pólo histórico indiscutível da região, mas Braga pontua como sede do velho arcebispado. A diversidade urbana coexiste com a intensidade rural. As montanhas do Minho, as serras do Douro e do Vouga assemelham-se, mas o povoamento dá-lhes múltiplas facetas na atividade e nas tradições. O Noroeste é, desta forma, uma “unidade natural definida pelo predomínio dos caracteres atlânticos, unidade histórica mantida através de uma população antiga e densa que, pelo seu número e homogeneidade, veio a constituir o elemento aglutinante do Estado português” (*ibidem*, p. 148). Nesta síntese feliz, O. Ribeiro dá-nos o sinal das diferenças que se unem e se completam e dos elementos comuns. Sentimos a História a fazer sentido e os reinos cristãos a espriarem-se naturalmente para a Beira Alta, em direção ao Mondego e à Cordilheira Central, passando pelo Dão vinícola e por Viseu e indo até à Estrela, “enorme reservatório de águas límpidas e de grandes desníveis” (*ibidem*, p. 149).

No *Norte Transmontano*, “a paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída”. Para cá do Marão, mandam os que cá estão! O arvoredado rareia. Desapareceram os castanheiros, a batata cultivava-se no planalto. A Terra Fria e a Terra Quente marcam uma paisagem de extremos. Nas vertentes do Douro, os matagais deram lugar, no séc. XVII, aos formosos vinhedos do “vinho fino”, nos terrenos de xisto. A Régua é o epicentro e dali sai o vinho, Douro abaixo, para se tornar do *Porto*, sob os auspícios da colónia britânica. A praga da filoxera do séc. XX dizimou as vinhas. Algumas foram substituídas por amendoeiras e oliveiras. Mas o vinho continuou a ser o grande símbolo da região, que ainda se lembra a memória do Barão de Forrester, morto no Douro, quando a Ferreirinha, D. Antónia, se salvou.

No *Sul*, o Alentejo singulariza-se pela monotonia da planície. Mas as terras meridionais são complexas e heterogéneas, começando na zona de transição do sopé da Cordilheira Central, a sul do Fundão, na Portela de Alpedrinha, onde a cova da Beira anuncia as planuras de além Tejo, indo, para oeste, através da planície aluvial do Mondego e da cidade de Coimbra até ao grande maciço florestal de Leiria. Depois, há o polimorfismo da Estremadura, os maciços calcários, os barros basálticos dos arredores de Lisboa, o microclima da romântica Sintra, a área de influência da grande metrópole mediterrânea e a península de Setúbal, o santuário natural da Arrábida e a sua floresta mediterrânea. Para leste, estão o Ribatejo, a lezíria, Santarém e o vale celebrado por Garrett em *As Viagens na Minha Terra*, que abre para sul na “imensidão de terra lisa ou apenas quebrada em frouxas

ondulações...”. Aí está Évora, “a cidade mais bela de Portugal”, no dizer do mestre, repositório vivo da história portuguesa. E vêm depois o Baixo Alentejo, com Beja como centro, e os dois Algarves - a serra e a orla marítima, lugar de encanto e amenidades -, “nenhuma outra região portuguesa possui uma rede urbana tão antiga, tão densa e tão importante”, com uma profunda organização romana e muçulmana, tendo esta passado quase intacta ao domínio português.

O Portugal de Orlando Ribeiro é uma encruzilhada de influências entre o Mediterrâneo e o Atlântico atenta à complexidade e à reversibilidade dos movimentos de uma geografia fundamentalmente humana. Por isso, a “severa disciplina da Ciência”, a que sempre foi fiel, não deveria fazer perder “a amorosa compreensão da terra e da gente, que constitui a essência da geografia”.

Lemos a obra de Orlando Ribeiro com emoção e aprendemos com ela a gostar ainda mais deste extraordinário Continente em miniatura. Oiçamo-lo ainda:

Afigura-se-me que há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos vêem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito deles, permanece. O ritmo trepidante da indústria sobrepõe-se ao lento decurso das formas ligadas à terra, em certos aspetos quase tão imóveis como ela.

Orlando Ribeiro ensinou-nos a olhar as duas perspectivas para entender o tempo. ▽



FILIPE DE AREDE NUNES

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paulo Arsénio Veríssimo Cunha (1908-1986)

O Professor e o Político

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “Acção judicial e garantia judiciária”, in *O Direito*, ano 65, Lisboa, 1933, pp. 98-104.
- “As acções de investigação de paternidade ilegítima e a transacção extrajudicial”, in *O Direito*, ano 65, Lisboa, 1933, pp. 226-233, 258-269, 290-300.
- *Processo comum de declaração: apontamentos*, Artur Costa, Jaime Lemos (anot.), Braga, Tipografia Augusto Costa, 1944.
- *Cadeira de introdução ao estudo do direito: 1948-1949*, Lisboa, FDL, 1949.
- “Um caso de legitimidade em acção de sonogados”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 1, nº 1, Lisboa, 1941, pp. 69-78.

Paulo Cunha, emérito professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desenvolveu, ao longo da sua vida, um intenso e proveitoso trabalho enquanto jurista. Serviu ainda Portugal, durante quase uma década, como ministro dos negócios estrangeiros, tendo atingido notoriedade merecida, fruto da sua dedicação inigualável e do seu talento reconhecido.

Para além da docência universitária e da vida pública como ministro, exerceu ainda, durante vários anos, advocacia e foi também árbitro em diversos julgamentos arbitrais.

O Homem e a Universidade

Paulo Arsénio Veríssimo Cunha nasceu em Lisboa em 1 de setembro de 1908 e faleceu na mesma cidade em 16 de dezembro de 1986.

Cursou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo concluído a licenciatura em 1930 com a classificação final de 19 valores.

Em agosto de 1934, com apenas 25 anos, doutorou-se em Ciências Histórico-Jurídicas com a tese *Do Património* e, no ano seguinte, foi aprovado em concurso para professor extraordinário¹, passando, a partir desse momento, a reger a cadeira de Processo Civil e a de Noções Fundamentais de Direito Civil. Pouco depois, em 1938, tornou-se professor catedrático.

Como professor, Paulo Cunha era dotado de evidentes qualidades de retórica e de exposição: “Era um professor fulgurante, que seduzia e subjugava o auditório desde a primeira frase pelo vigor do raciocínio, pela organização lógica e sistemática do discurso, pelo poder dialético dos argumentos, pela elegância e transparente clareza da exposição, pela facilidade e fluência do verbo, que jorrava como torrente cautelosa”².

A sua personalidade transparecia com clareza nas suas preleções, sendo que “era exuberante na fala, sonora, clara, sempre correta mas um pouco áspera, e largo nos gestos, com frequentes flutuações das mãos bem cuidadas, afastadas do tronco robusto, a fim de sublinhar, repetidamente, algumas passagens da sua exposição”³.

Os seus antigos alunos reconheciam-lhe, porém, exigência, honestidade e justiça⁴ ao mesmo tempo que viam nele brilhantismo e erudição. Paulo Cunha era “dotado de vigorosa inteligência e subtil argúcia, senhor de poderosa argumentação e de expressão fácil, em que as ideias apareciam, como por encanto, encadeadas num ordenamento impecável e com a clareza cristalina de coisas evidentes”⁵.

Durante a sua carreira universitária teve oportunidade de lecionar várias cadeiras em diversos ramos do Direito Civil, nomeadamente, Direito das Obrigações, Direitos Reais, Direito da Família, Teoria Geral e Introdução ao Estudo do Direito. Para além das cadeiras do curso de licenciatura, ocupou-se ainda da regência de diversas cadeiras e cursos de especialização.

As suas funções na Universidade não se reduziram ao ensino. Foi membro do Senado da Universidade até 1947, Vice-Reitor de 1947 a 1950 e Reitor em 1962 e 1965.

¹ Paulo Cunha apresentou a dissertação *Simulação processual e anulação do caso julgado*.

² Inocêncio Galvão Telles, “Homenagem ao Prof. Paulo Cunha”, in *O Direito*, 106.º a 119.º (1974-1987), 1987, p. 470.

³ Pedro Soares Martinez, “Paulo Cunha: o jurista, o universitário, o político e o homem”, in *Estudos em memória do professor doutor Paulo Cunha*, Lisboa, FDL, 1989, p. 34.

⁴ *Vide*, neste sentido, Galvão Telles, que refere: “Tratava-se de um professor exigente, que não transigia com a falta de aplicação, mas eminentemente justo, porque estruturalmente honesto e bem intencionado, que sabia como poucos reconhecer e compensar o mérito dos outros”, in *op. cit.*, p. 471.

⁵ Inocêncio Galvão Telles, *ibidem*. *Vide* ainda, no mesmo sentido, Soares Martinez, que refere que

Salientamos ainda o facto de, em 1944, ter sido nomeado membro da Comissão de Jurisconsultos incumbida de preparar o projeto do Código Civil, tendo participado ativamente no projeto, nomeadamente na redação do próprio diploma.

Como Reitor, já depois da passagem pelo ministério, “não afrouxou um momento, alheio a comodidades e interesses pessoais, na defesa do que se lhe afigurava ser essencial à salvaguarda do prestígio das instituições”⁶.

O Político

A atividade política de Paulo Cunha não se iniciou quando assumiu as funções de ministro dos negócios estrangeiros. Antes, acumulando com as suas funções docentes, tinha já sido procurador à Câmara Corporativa, da qual foi Vice-Presidente, e, mais tarde, já depois de ter abandonado o ministério, entre 1960 e 1961, foi também presidente do Conselho Superior de Política Ultramarina.

Assumiu a partir de 1950 a liderança do ministério dos negócios estrangeiros, “com o caloroso entusiasmo que punha em tudo a que se dedicava”⁷.

Nas funções de ministro, Paulo Cunha agiu com o mesmo entusiasmo e dedicação que empregou em todos os outros setores da sua vida: “era dos primeiros a chegar, de manhã, ao Ministério; e dos últimos a sair. Muito frequentemente, à noite, regressando de jantares ainda de ‘black tie’, mas com ar vigoroso de quem estivesse iniciando o seu dia, Paulo Cunha ia prolongar o serão para o gabinete ou para a sala de trabalho, costumando passar pela Cifra, à entrada ou à saída”⁸.

Particular destaque, na sua passagem pelo ministério, para as suas ações no que concerne ao Tratado de Amizade e Consulta com o Brasil, que deu expressão à Comunidade Luso-Brasileira, e o Tratado do Lago Niassa, pelo qual a fronteira portuguesa se deslocou para a linha média das águas. Destaque também para a sua atuação em numerosas reuniões internacionais, designadamente nas da NATO. Referência ainda para o ‘caso de Goa’, no qual Portugal acabou por sair inteiramente vitorioso depois de submetido o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia.

As honras

Para além de numerosas condecorações a nível internacional e de vários doutoramentos *honoris causa*, Paulo Cunha foi ainda agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de S. Tiago da Espada e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

A Obra

A obra de Paulo Cunha divide-se numa panóplia de monografias em várias áreas do Direito, bem como em pareceres, comunicações e artigos.

Dada a vastidão da mesma, indicamos aqui apenas a que entendemos ser mais relevante: *Ação judicial e garantia judiciária*, 1933; *Lições de processo civil*, 1936; *Apontamentos de processo penal*, 4.º ano, 1937; *Cadeira de introdução ao estudo do direito: 1945/1946*, 1946; *Cadeira de processo civil e comercial: apontamentos*, 1938; *Da garantia das obrigações*, 1939; *Defeitos da sentença e seus remédios*, 1941; *Direito civil: conclusão do estudo da teoria geral da relação jurídica*, 1938; *Direito das sucessões*, 1947; *As liberdades do ar*, 1948; *Direito privado*, 1961; *Direito civil: teoria geral*, 1968; *Teoria geral do direito civil: 1971/1972*, 1972.

Conclusões

Paulo Cunha foi um jurista de inegáveis méritos. Amplamente reconhecido pelos seus pares como um dos grandes professores da Universidade portuguesa do século XX, a hombridade com que sempre encarou as tarefas de que foi incumbido granjeou-lhe a fama de homem de raça e de temeridade a toda a prova.

Considerado “uma das grandes figuras”⁹ da história da Faculdade de Direito de Lisboa, “marcou profundamente gerações seguidas. Sabia comunicar e transformar o ouvinte num discípulo, irradiando as suas orientações e as suas qualidades”¹⁰. ▽

“Era modelar pela sistematização das questões, que exigia dele uma rara disciplina mental, era modelar pelo rigor lógico da argumentação, era modelar pelo esforço que desenvolvia no sentido de despertar nos alunos a análise crítica, a hierarquização dos assuntos e a destriça entre a essência e o acidente”, in *op. cit.*, p. 35.

⁶ Pedro Soares Martinez, *ibidem*.

⁷ Inocêncio Galvão Telles, *op. cit.*, p. 472.

⁸ Pedro Soares Martinez, *op. cit.*, p. 38.

⁹ José de Oliveira Ascensão, “Palavras do Presidente do Conselho Científico, Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão, no Encerramento da Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor Paulo Cunha, a 6 de maio de 1986”, in *Estudos em memória do professor doutor Paulo Cunha*, Lisboa, FDL, 1989, p. 15.

¹⁰ José de Oliveira Ascensão, *ibidem*.



LUÍS MIGUEL CAROLINO

Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia, UL–UNL

Pedro José da Cunha

(1867-1945)

Universidade, Investigação e Cidadania

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- “O Problema Educativo Nacional. Considerações Gerais”, in *Separata da Revista de Educação Geral e Técnica*, 1916, pp. 1-18.
- “O Ensino Secundário do Sexo Feminino em Portugal”, in *Separata da Revista de Educação Geral e Técnica*, 1916, pp. 1-15.
- “A Universidade de Lisboa e a sua Missão Social”, in *Separata da Revista de Educação Geral e Técnica*, 1917, pp. 1-11.
- “Sur un théorème de Cauchy”, in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, 4, 1917, pp. 1-5.
- “Quelques applications des formules relatives à la division des séries”, in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, 10, 1925, pp. 1-19.
- *Cálculo infinitesimal*, Lisboa, Tipografia “Scientia Editora”, 1937.
- *A Escola Politécnica de Lisboa. Breve Notícia Histórica*, Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa, 1937.
- *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1939.

Em 1916, Pedro José da Cunha tomou posse como reitor da Universidade de Lisboa, sendo o terceiro desde a (re)fundação da universidade na capital. Esta nomeação premiava não apenas o percurso académico que o professor da Faculdade de Ciências construiu desde os tempos da Escola Politécnica, como também se justificava pela sua atividade de reflexão ao nível da política universitária e pela capacidade de intervenção que lhe era reconhecida fora do meio universitário. Após a instauração da República, Pedro José da Cunha destacou-se na defesa de causas e valores caros à 1ª República.

A afirmação de um académico

O percurso académico de Pedro José da Cunha iniciou-se no ano letivo de 1884-85, quando se inscreveu na Escola Politécnica de Lisboa¹. Apesar de tencionar estudar Engenharia na Escola do Exército², sendo-lhe, para tal, necessário cursar apenas os preparatórios de Engenharia, Cunha decide realizar o curso geral da Escola Politécnica³. Na segunda metade do século XIX, era prática frequente entre os candidatos a uma carreira científica e/ou ligada ao ensino superior de ciências a realização do curso completo da Escola Politécnica de Lisboa. O ciclo de estudos de Cunha na Politécnica indicia, assim, que ele cogitava desde cedo a hipótese de seguir uma carreira ligada ao ensino e à investigação científica. A oportunidade para tal surgiu em meados da década de noventa, quando a Escola Politécnica abriu concurso para lente substituto das cadeiras de Matemática. Cunha apresentou-se a concurso com uma dissertação sobre um dos tópicos caros ao ensino de Astronomia na Escola Politécnica - a refração astronómica.

Tendo-se destacado no concurso, Pedro José da Cunha foi nomeado lente substituto em fevereiro de 1896, tornando-se lente proprietário da cadeira de Astronomia e Geodesia em novembro de 1901. Cunha regeu esta Cadeira até ao final do ano letivo de 1913-14, quando, por troca com Eduardo Ismael dos Santos Andréa, assumiu a Cadeira de Cálculo Diferencial e Integral.

A Faculdade de Ciências: tradição e inovação

Nesta mudança adivinha-se o desejo de Pedro José da Cunha de lecionar numa área em que se já destacava como investigador. Nos anos que se seguiram ao ingresso como professor da Escola Politécnica, Cunha dedicou-se à investigação em teoria das séries, tendo publicado vários artigos sobre a temática. A teoria das séries foi, aliás, um tema constante na investigação que desenvolveu ao longo da sua vida, juntamente com a reflexão sobre linhas e superfícies paralelas e a investigação sobre vários tópicos relacionados com o cálculo infinitesimal. O prestígio obtido entre os seus pares no domínio da matemática justificou ter sido nomeado sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa e sócio correspondente da Academia de Ciências Exatas, Físicas e Naturais de Madrid.

Paralelamente, à medida que ia cimentando o seu prestígio na investigação matemática, Pedro José da Cunha servia-se da experiência e do reconhecimento enquanto investigador para alimentar a sua reflexão sobre o que era e, sobretudo, sobre o que deveria ser a nova Universidade de Lisboa. O ano de 1937 surgiu como uma ocasião singular para dar a

¹ Pedro José da Cunha nasceu em Lisboa a 8 de julho de 1867, filho de Joaquim Teotónio da Cunha e Maria Egito Amália da Rosa.

² Cunha obteve o grau de Engenheiro na Escola do Exército em 1891.

³ Pedro José da Cunha obteve prémios em várias cadeiras, especialmente na área da matemática (Cf. Arquivo Histórico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, *Livro de Matrículas e Exames*, 13, fl. 331; *Livro de Matrículas e Exames*, 14, fl. 249; *Livro de Cartas*, n.º 4, ff. 9v-1).

conhecer os resultados dessa reflexão. Nesse ano comemorou-se o Centenário da Escola Politécnica, e Cunha distinguiu-se ao escrever aquela que é a primeira visão de conjunto da história desta instituição. Como refere na sua história da Escola Politécnica, esta instituição encontrava-se na origem imediata da Faculdade de Ciências, devendo tal tradição ser assumida com orgulho pela Universidade.

Ainda assim, a “transformação” em faculdade trazia consigo novas responsabilidades e novos desafios. Havia que transformar a velha Escola numa instituição de referência nacional e firmar os seus créditos num âmbito internacional através da investigação científica. Foi assim que, no âmbito das comemorações do Centenário da Escola Politécnica, Pedro José da Cunha identificou o papel da Faculdade de Ciências como o de um verdadeiro “centro de estudos científicos”, onde se aspirava a que “os trabalhos de investigação tomassem um apreciável desenvolvimento”⁴. É neste contexto que surge a *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*, em 1937.

A ciência ao serviço da República

Para além do profundo envolvimento institucional, Pedro José da Cunha foi um cidadão empenhado nas causas da Iª República. Professor de uma Faculdade que as reformas republicanas haviam transformado numa escola no feminino, Cunha dedicou largas páginas ao problema da educação da mulher em Portugal, concentrando-se no ensino liceal, etapa educativa que considerava deter maiores diferenças com o correspondente masculino⁵. Quanto ao ensino universitário, reconhecia que numerosas mulheres frequentavam as universidades “com destino, principalmente à clínica, ao foro ou à cátedra liceal”, e que até no que respeitava ao “domínio da investigação científica”⁶, e contra a sua opinião inicial, as mulheres se estavam a revelar tão capazes quanto os homens.

A dimensão republicana da ação de Pedro José da Cunha materializa-se, ainda, no seu forte envolvimento associativo e na atividade de historiador da matemática. Para além de ser um apoiante entusiasta do Movimento Matemático, formado por jovens matemáticos, entre os quais Aniceto Monteiro, que de diversas maneiras pugnaram insistentemente pela afirmação de uma nova cultura de investigação matemática em Portugal, Pedro José da Cunha foi o primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática e o primeiro diretor do Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa, fundados ambos em 1940.

A promoção da ciência, enfatizando a sua importância na sociedade contemporânea, constituiu também o *leitmotiv* da produção historiográfica de Cunha. Esta dimensão do seu trabalho nasceu, aliás, do desejo que nutria de intervir socialmente. Daí que as obras que escreveu na área da história da ciência, como *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal*, tenham frequentemente na sua origem comunicações e discursos que proferiu em congressos ou conferências várias. Marcado pelas ideias e polémicas que caracterizaram a Iª República, Pedro José da Cunha identificou o momento áureo da história da ciência em Portugal com o período de expansão extraeuropeia que viu nascer um matemático como Pedro Nunes. Este momento seria, na sua opinião, interrompido por um “período de decadência”, com a afirmação e consolidação de uma sociedade profundamente clerical, cuja face visível foi o estabelecimento da Inquisição e o domínio no campo filosófico e científico da Companhia de Jesus⁷.

Apesar das considerações anteriores sobre o passado das ciências em Portugal, ultrapassadas pela mais recente historiografia, a importância que Pedro José da Cunha concedeu a esse domínio, assim como os seus interesses e atividades múltiplas, concedem-lhe um lugar ímpar na história da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências. Homem nascido numa outra era, foi de grande clarividência na sua participação no projeto educativo e científico da Iª República. Soube como poucos entender a necessidade de criar uma sociedade na qual a investigação científica fosse o seu mais importante motor, na qual a investigação matemática detivesse um lugar especial e na qual as mulheres deveriam participar de pleno direito. ▽

⁴ Pedro José da Cunha, *A Escola Politécnica de Lisboa. Breve Notícia Histórica*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1937, pp. 83-4.

⁵ Indissociável desta reflexão foi certamente a sua experiência enquanto inspetor pedagógico do Liceu Maria Pia, durante muito tempo o único liceu feminino em Portugal.

⁶ Pedro José da Cunha, “A Educação da Mulher”, in *Publicações da Sociedade de Estudos Pedagógicos*, Série A-1, 1934, p. 22.

⁷ Seguindo Garção Stockler e Rodolfo Guimarães, no seu *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal*, Cunha identifica ainda a perda da independência, em 1580, como uma “causa da decadência” da ciência matemática em Portugal.



JOSÉ PEDRO SOUSA DIAS

Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Raul de Carvalho

(1888-1980)

O primeiro doutorado pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Sobre os métodos de pesquisa da acetona urinária*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1913 (Separata da *Revista de Química Pura e Aplicada*, 8.º ano, 1912, n.º 12).
- *Sobre a composição química dos líquidos ascíticos: resultado de seis análises*, Lisboa, 1914 (Separata de *Medicina Contemporânea*, 1914).
- *Três análises de líquidos pleurais*, Lisboa, 1914 (Separata de *Medicina contemporânea*, 1914).
- *Influência dos metais coloidais na sacarificação diastática do amido vegetal solúvel*, Lisboa, 1915 (Separata de *Medicina Contemporânea*, 1915).
- *Preparação instantânea da Tintura de Iodo no momento do emprego, por meio da "Empola Rajão"*, Lisboa, Tipografia Adolfo de Mendonça, 1916.
- *Sobre a sintomatologia do envenenamento pelo sublimado corrosivo (intoxicação aguda)*, Lisboa, 1916 (Separata de *Medicina Contemporânea*, 1916).
- *Vacinas bacterianas*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1922.
- "Farmácia Moderna", in *Relatório do Primeiro Congresso Nacional de Farmácia*, Lisboa, 1927, pp. 55-64.
- *Contribuição ao estudo das micoses: identificação micológica de um fungo blastosporado, parasita do pulmão humano*, apresentado a concurso para Professor Catedrático do Grupo História Natural e Farmácia da Faculdade de Farmácia da Univ. de Lisboa, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1930.

Introdução

Um dos dois primeiros assistentes de Marck Athias (1875-1946) na nova Faculdade de Medicina (1911), licenciado em medicina e em farmácia, primeiro doutorado pela Faculdade de Farmácia (1923), professor catedrático (1931) de Criptogamia e Fermentações da mesma Faculdade e diretor (1945-1950) da Escola de Farmácia, Raul de Carvalho¹ foi uma figura destacada e emblemática entre os professores de Farmácia na Universidade de Lisboa (UL), durante a primeira metade do século XX. Uma relativamente longa lista de publicações atesta esse lugar. Raul de Carvalho publicou mais que os restantes professores da Escola de Farmácia do seu tempo, e não se limitou a publicar em revistas de âmbito farmacêutico.

Um olhar sobre o *curriculum* de Raul de Carvalho justifica-se pela ligação inicial a Athias e pelo facto de a sua evolução acompanhar a dos primeiros anos da prematuramente falecida Faculdade de Farmácia. Parece-nos particularmente interessante perceber o que teria atraído o jovem Raul de Carvalho à Escola de Farmácia e em que medida a sua familiaridade com a comunidade da investigação biomédica em Lisboa constituiu um contributo para o desenvolvimento técnico-científico dessa instituição.

Formação e início da carreira na Faculdade de Farmácia

Raul de Carvalho² iniciou a sua vida académica em 1911 quando, ainda estudante, Marck Athias o fez nomear assistente provisório da cadeira de Fisiologia na recém criada Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa³. Enquanto destinava Carvalho para a química fisiológica, Athias escolheu outro estudante, Almeida Rocha, como assistente provisório para a fisiologia experimental. No ano seguinte, Athias escolheu um terceiro assistente provisório, Matias Boleto Ferreira de Mira (1875-1953), então já um homem maduro e com experiência clínica. Ferreira de Mira exercia a medicina há catorze anos e era, como Athias, treze anos mais velho que Carvalho. Ferreira de Mira seria o único dos três a fazer carreira na Faculdade de Medicina, sendo ele quem veio a desenvolver trabalho no campo da química fisiológica. Com o curso médico concluído, Raul de Carvalho começou a afastar-se do mundo da investigação. Em 1913, foi nomeado chefe do laboratório da 2.ª Clínica Médica no Hospital Escolar, dirigida por Carlos Belo de Moraes (1868-1933), e acumulou outras funções, como a de médico inspetor da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 4, que exerceu entre 1913 e 1915, e a de subdelegado de saúde, que iniciou em 1915.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, Raul de Carvalho foi mobilizado para o Corpo Expedicionário Português (CEP), afastando-se ainda mais do mundo universitário. Ferreira de Mira, então com 40 anos, ficou na Faculdade onde, após concurso, foi nomeado 1.º assistente em 1918, continuando a carreira que o levaria a diretor do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral. Ao regressar de França, Carvalho manteve-se ainda durante algum tempo no exército, como chefe dos serviços laboratoriais no Hospital Militar de Campolide (1918-1919) e continuou a prestar serviço no Hospital Escolar, mas as ligações ao Instituto de Fisiologia parecem já estar completamente cortadas. Carvalho inicia



Jantar dos 30 anos de formatura do curso médico de R. Carvalho. Hotel Avenida-Palace, 9 de maio de 1943. Entre os presentes: Eufrazinda Guedes Teixeira (n.º 4), Raul de Carvalho (7), Francisco Bénard Guedes (14) e António Anastácio Gonçalves (16).

início do processo para a aquisição de novas instalações, que levou à sua instalação na Quinta da Torrinha. Este percurso acabou por ser coroado pela passagem da Escola de Farmácia à categoria de Faculdade em janeiro de 1921, estabelecendo a possibilidade de conferir os graus de licenciado e de doutor.

Este caminho foi acompanhado por Raul de Carvalho, inscrevendo-se em Farmácia, curso que concluiu em 1921. A ida para Farmácia parece ter sido encarada como uma forma de assegurar uma posição universitária, retomando a carreira interrompida, com a vantagem de o fazer num meio muito menos competitivo e exigente do ponto de vista da dedicação à investigação, o que lhe deixava tempo livre para se dedicar a outras atividades profissionais. Em Farmácia, Raul de Carvalho iniciou uma rápida ascensão na cadeira de Criptogamia e Fermentações, que fora durante anos lecionada pelo recentemente falecido José Evaristo de Moraes Sarmento (1870-1918).

A investigação

Os primeiros trabalhos de investigação publicados por Raul de Carvalho incidiram sobre a química fisiológica e foram realizados entre 1913 e 1915 no Instituto de Fisiologia, sob a direção de Marck Athias. O primeiro é um estudo sobre os métodos de pesquisa da acetona na urina e os dois seguintes tratam das análises clínicas de derrames patológicos, colhidos na 2.ª Clínica médica do Hospital Escolar, cujo laboratório então dirigia. No quarto trabalho, publicado em 1915, e que, numa versão inicial datilografada, tinha servido de tese para a conclusão do curso médico, estudou a influência da presença de vários metais coloidais sobre a ação de alguns enzimas na hidrólise do amido. Antes da sua mobilização no CEP, ainda publicou mais dois trabalhos, um descrevendo a invenção de uma ampola destinada à preparação extemporânea de tintura de iodo e outro contendo um conjunto de observações clínicas, recolhidas em 1913 durante o seu internato, sobre a sintomatologia do envenenamento pelo sublimado corrosivo. No Instituto de Fisiologia ainda dirigiu, entre 1913 e 1915, três teses de licenciatura no âmbito da química fisiológica. Uma quarta e última tese (1916) já mostrava alguma inclinação para questões relacionadas com medicamentos, tendo como tema a comparação entre o valor comercial e grau de pureza de várias águas oxigenadas presentes no mercado.

O segundo ciclo de estudos foi iniciado por dois trabalhos realizados no âmbito da bacteriologia e parasitologia e apresentados em provas públicas. Ambos foram realizados no Laboratório de Criptogamia e Bacteriologia da Faculdade de Farmácia. O primeiro foi objeto da sua tese de doutoramento em Farmácia, sobre *Vacinas bacterianas* (1923). O segundo, a *Contribuição ao estudo das micoses: identificação micológica de um fungo blastosporado, parasita do pulmão humano* (1930), foi apresentado ao concurso para Professor Catedrático do Grupo de História Natural e Farmácia da Faculdade de Farmácia. Neste último concurso apresentou ainda, como lições de ponto, uma revisão sobre *Medicamentos opoterápicos* e outra sobre *Imunidade*, publicadas respetivamente em 1932 e 1934.

A série seguinte de publicações diz respeito ao âmbito da higiene e saúde pública. Em

então o percurso que o levaria a professor de Farmácia.

A Escola de Farmácia atravessava nessa altura uma fase de rápida expansão⁴. Em julho de 1918, em pleno consulado sidonista, determinou-se que as Escolas de Farmácia seriam autónomas e independentes das Faculdades de Medicina, das quais até então dependiam, o que foi acompanhado de um aumento do quadro do seu corpo docente e do

¹ N. Lisboa, 17/X/1888, ob. Lisboa, 1980. Filho de Manuel de Carvalho e Maria da Boa-Hora de Carvalho.

² Para além das fontes e bibliografia adiante citadas, os dados biográficos sobre Raul de Carvalho foram extraídos de: RUL, Secretaria-Geral, Secção de Expediente e Arquivo, Proc. s/n.º de Raul de Carvalho; FFUL, Processos individuais, Raul de Carvalho; Carvalho (Raul de), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédica, 1935-1960, vol. 6, p. 8586 e vol. A3, p. 29; Carvalho (Raul de), *Quem é alguém (Who's who in Portugal)*, *Dicionário biográfico das personalidades em destaque no nosso tempo*, 1947, Lisboa, Portugália Editora, 1947, p. 18788.

³ Sobre a curta carreira de Raul de Carvalho no Instituto de Fisiologia, ver M. B. Ferreira de Mira, *História da Fisiologia em Portugal*, Lisboa, 1954, pp. 193 e 213.

⁴ Luís de Sousa Dias, "Meio século de ensino de Farmácia na Universidade de Lisboa", in *Boletim da Escola Superior de Farmácia (Lisboa)*, 6 (1957-1961), pp. 23-157.

1936, publicou nos *Archives Portugaises des Sciences Biologiques* os resultados de um trabalho realizado no âmbito da Inspeção de Epidemias da Direção-Geral de Saúde (DGS), sobre ratos suspeitos de serem portadores de leptospirose apanhados no Hospital Miguel Bombarda no ano anterior, no qual confirmou a presença da *Leptospira*, através da observação direta de espiroquetas e da inoculação de cobaias. No âmbito da sua atividade na mesma Inspeção publicou em 1936 umas notas epidemiológicas sobre dois surtos de febre tifoide ocorridos no lugar de Porto Brandão em 1933 e 1934. Um último trabalho desta série, sobre o *Tifo murino*, foi publicado em 1940, quando Raul de Carvalho já não dirigia os serviços de Bacteriologia do Instituto Central de Higiene, mas reporta-se ainda à atividade nessas funções no ano de 1935, descrevendo as pesquisas sorológicas e bacteriológicas realizadas nesses serviços, num total de 35 ratos capturados em Campolide, depois de surgirem dois casos de doença de caráter exantemático.

Data de 1940 uma revisão geral sobre as propriedades, ação, modo de atuação e valorização dos desinfetantes químicos. Segue-se, em 1942, o primeiro dos seus trabalhos sobre a fumigação cianídrica, resultado do estudo da difusão do ácido cianídrico levado a cabo em 1928/29 no âmbito da comissão nomeada pela DGS para o estudo da aplicação do ácido cianídrico à prática da desinfestação marítima e



Judite Gonçalves e Raul de Carvalho, no Laboratório de Criptogamia e Fermentações da Escola de Farmácia (s/d.).

terrestre. Este estudo seria completado por um conjunto de comunicações sobre fumigação cianídrica de substâncias alimentares apresentadas em conjunto com Judite da Silva Gonçalves ao I Congresso Luso-Espanhol de Farmácia (Madrid, 1948). Nos anos que antecedem este congresso, a atividade científica de Raul de Carvalho é muito reduzida. Para além de uma conferência sobre “Pasteur: as diretrizes da investigação biológica emanadas da sua obra”, proferida na sessão inaugural do V Curso de Férias de Farmácia da Universidade de Coimbra, realizado em agosto de 1942, apenas publicou uma relativamente extensa revisão sobre a “Penicilina: seu estudo entre 1929 e 1943”, que segundo o próprio terá sido o primeiro trabalho sobre a penicilina publicado em Portugal. Em 1948, teve lugar em Madrid o I Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, durante o qual os portugueses Manuel Pinheiro Nunes e Raul de Carvalho foram recebidos como académicos eleitos da Real Academia de Farmácia espanhola. Nesse Congresso, Raul de Carvalho apresentou três comunicações: a já referida, em colaboração com Judite Gonçalves, outra no âmbito da micologia, sobre “Um caso de moniliose difusa osteolítica”, e a terceira descrevendo um tubo de sua invenção para a prova de fermentação gasosa nos meios de cultura.

Os campos da deontologia profissional e da história da farmácia também foram objeto da atenção de Raul de Carvalho, nomeadamente no âmbito do curso que regeu de Deontologia e Legislação Farmacêutica, mas o conteúdo dos seus escritos é de reduzido interesse, não passando de discursos de caráter geral e de circunstância. O interesse da sua leitura resume-se a pouco mais que à ilustração do pensamento do próprio autor. Em 1932, escreveu *Gente de curar* (1932), a que se seguiu a conferência sobre “Os grandes períodos da Arte de Curar”, apresentada em agosto de 1946 no VIII Curso de Férias da Escola Superior de Farmácia de Coimbra. O único texto de caráter biográfico que escreveu foi sobre o farmacêutico José Alemão Cisneiros e Faria (1875-1948). A participação no I Congresso Luso-Espanhol de Farmácia incluiu a mobilização dos seus alunos de Deontologia, que apresentaram um número muito apreciável de comunicações de conteúdo histórico-farmacêutico, assim como a presidência da Comissão para a Exposição Bibliográfica-Histórico-Artística Portuguesa, descrita na reportagem desse congresso, que publicou em 1949. Anos depois voltaria à história com a conferência sobre a *Origem e instituição da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, apresentada no Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e publicada no ano seguinte. Ainda de teor deontológico-profissional,

publicou um conjunto de “Conversas sobre Deontologia Farmacêutica” no *Jornal dos Farmacêuticos*, entre 1941 e 1943.

Conclusões

O estudo da produção bibliográfica de Raul de Carvalho reafirma o seu lugar destacado entre o conjunto dos professores de Farmácia, ao mesmo tempo que ilustra as profundas limitações desta Faculdade nas décadas de 1920, 1930 e 1940 e a frustração em que se atolaram muitas das esperanças postas no seu desenvolvimento.

Carvalho possuía a formação e os contactos necessários para contribuir de forma decisiva



Grupo de alunos e professores da Escola de Farmácia em finais da década de 1930. Raul de Carvalho é o primeiro de pé a contar da esquerda, na fila da frente.

para introduzir na Faculdade de Farmácia uma área de investigação e desenvolvimento moderna e ao nível do que era feito em Lisboa em várias disciplinas biomédicas. Essa formação e esses contactos eram o que faltava no meio académico farmacêutico português. Em 1920, as Faculdades de Farmácia eram o instável resultado de um sistema de ensino profissional que só recentemente começara

a dar os primeiros passos no sentido da maioria técnico-científica. Mas em vez de contribuir para criar uma tradição de investigação, Raul de Carvalho parece ter-se satisfeito em produzir cientificamente apenas o mínimo suficiente para manter um estatuto de relativo destaque como professor numa escola com grau de exigência inferior ao de outras da Universidade de Lisboa. Raul de Carvalho não é certamente um caso único nas instituições de ensino da área da saúde na primeira metade do século XX. A tensão entre as ciências laboratoriais básicas e as áreas clínicas, entre quem dirige laboratórios e quem dirige enfermarias, reflete e esconde uma outra tensão, esta, com uma forte expressão social e económica a nível pessoal e familiar, entre a investigação científica - geradora de reconhecimento e de carreiras académicas - e a prática profissional - na clínica privada, nos laboratórios aplicados ou nos serviços oficiais, hospitalares ou de saúde pública -, geradora de importantes rendimentos supletivos dos ordenados universitários. O posicionamento dos docentes e investigadores face à atração destes polos opostos, caracterizado por uma grande variabilidade - mesmo quando considerado ao longo da vida do mesmo indivíduo - ilustra e permite compreender e caracterizar como se estrutura e modifica a cada momento a força motriz da investigação nas distintas disciplinas e instituições da área da saúde. ▽



ANA CATARINA ROCHA
CLEPUL

Teófilo Braga (1843-1924)

“Ne se lasse d’aimer, ni de le dire”¹

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- *Romanceiro geral português* (nota prévia de Peré Ferré), Lisboa, Vega, 1982.
- *História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 1984.
- *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994.
- *Contos tradicionais do povo português*, Lisboa, Dom Quixote, 1994.
- *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Dom Quixote, 1994.
- *Poesia do direito; Origens poéticas do cristianismo; As lendas cristãs* (prefácio de Maria da Conceição Azevedo), Lisboa, IN-CM, 2000.
- *História da Literatura Portuguesa – Idade Média, Renascença, Seiscentistas, Arcades (1.º, 2.º, 3.º e 4.º vols.)*, Lisboa, IN-CM, 2005.
- *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 2010.

¹ Divisa de Augusto Comte que acompanhava o ex-libris desenhado por Teófilo Braga, nos seus últimos anos de vida, e do qual constava uma cobra – a cobra do conhecimento –, enroscada numa palmeira, de modo a formar-se a letra B, inicial do seu apelido. Traduzindo: “Não se deixe de amar, nem de o dizer”.

² Professor, escritor e jornalista, antigo aluno de Teófilo Braga no Curso Superior de Letras, onde acabou por ser também professor. Viveu entre 1869 e 1940.

³ Agostinho José Fortes, “Teófilo Braga, Professor”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga – 1843-1924*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1934, p. 7.

Não é a primeira vez que se escreve um texto sobre a carreira docente de Teófilo Braga. Dez anos após a sua morte, Agostinho José Fortes² fê-lo, com grande conhecimento de causa, abrindo uma edição de tributo que contou com os depoimentos de vários admiradores e discípulos do poeta, pensador, historiador, polígrafo e republicano nascido em 1843, em Ponta Delgada.

Nos últimos tempos, porém, das conhecidas polimatia, prolificidade e atividades de Joaquim Teófilo Fernandes Braga, nem sempre se frisa, como se deveria, a sua faceta de docente da Terceira Cadeira de Literaturas Modernas no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa, vertente de História Literária, cargo que assumiu desde 22 de junho de 1872, contando apenas 29 anos de idade, ao longo de mais de cinquenta anos e que, segundo Agostinho Fortes, era aquela que o próprio mais estimava³. A última fotografia que se lhe conhece, de Pozal, recorda-lhe exatamente esse ar professoral e erudito, sentado, de fraque honrado como uma toga, junto a uma mesa com livros e sobre eles sua mão.

Terá sido por essa altura, 1872, que o seu pensamento rompe clara e endogenamente com o ideal romântico em que de início se formara, não por tendência de caráter, mas por ser essa a educação sentimental dos bancos de escola – fase a que o próprio Teófilo, na sua *Autobiografia mental de um pensador isolado*, terá denominado de “estado de poesia”⁴ –, para se fundar num ideal positivista, influenciado grandemente por Augusto Comte, e que se estendia ao entendimento que da literatura tinha, bem como à abordagem historicista e cientificista em que a afirmou.

Não julgo ser leviano depreender-se a mesma abertura às novas correntes europeias por parte da Universidade de Lisboa, quando se encontrava a disputar o mesmo lugar, para a Terceira Cadeira do Curso Superior de Letras, um dos propugnadores do ultrarromantismo português e partidário do Partido Regenerador, então imperante, Manuel Pinheiro Chagas. Como se sabe, veio a ser um dos alvos da crítica da Geração de 70 e cujo rastilho da Questão do Bom Senso e do Bom Gosto, juntamente com Feliciano Castilho, acendeu, quando em outubro de 1865 Teófilo deparou com o aparato crítico apendicular ao *Poema da Mocidade*, publicado nesse mesmo ano. Com o irrefutável assentimento da qualidade das provas aferidas de Teófilo Braga, independentemente da sua filosofia política, que cedo tinha vindo a tornar pública enquanto ia ganhando em si dimensão, afirmou-se também a autonomia da própria Universidade face ao poder vigente na Câmara dos Pares do Reino. Menciona-o o próprio, em *História das Ideias Republicanas em Portugal*, de acintoso modo: “O interesse literário foi fortalecido pelo partido avançado das escolas superiores; as provas públicas do concurso à cadeira de Literaturas Modernas despertaram a atenção diante de uma manifestação da severidade da nova escola. Castilho considerou essa decisão como uma *cavadeira para a sua sepultura* (Carta a J. Gomes Monteiro)”⁵.

À avalização dessas provas, de que Agostinho Fortes transcreve a tomada de posse no texto que referi⁶, presidiam António José Viale, Professor da Segunda Cadeira e Diretor interino do Curso Superior de Letras, Augusto Soromenho, Professor da Primeira Cadeira, e Augusto Maria da Costa e Sousa Lobo, na qualidade de secretário, o mesmo que deu, solenemente, a Bíblia a Teófilo Braga para sobre ela honrar-se e selar-se compromisso. Apesar

de anticlerical, não lhe eram estranhos, nem inóspitos, os procedimentos judiciais.

Recordo: açoriano de origem, muda-se para Coimbra em 1861, onde veio a licenciar-se em Direito, obtendo grau de doutor em 1868 com a defesa da tese *História do Direito Português*. O facto de se ter formado nessa cidade, nessa época, fê-lo estar no epicentro das convulsões culturais e travar conhecimento com Antero de Quental, cuja preleção das Conferências Democráticas do Casino elogiou, embora lhe criticasse “falta de estudo científico”, e participar com o poeta santo na Questão Coimbrã. Acabaram em dissidência por ter este enveredado pela via do socialismo utópico, de ascendência proudhoniana, que cabalmente Teófilo recusou e criticou enquanto via mística inane e coarctante da implementação do regime republicano. Apesar das divergências, à semelhança de Antero, Teófilo também não encontrava na espoleta revolucionária que levasse ao derramamento de sangue o passo para o golpe de mudança, como era ideia presidente à ação jacobinista, responsável pelo regicídio do rei pintor e do seu primogénito. Encontrava-o, antes, num modelo pacificante, de olhos postos na Terceira República Francesa, que se fundou, segundo Teófilo, em conformidade com a “observação científica dos fenómenos sociais”⁸, primeiramente defendidos por Comte, e de raiz democrática confiante na soberania do sufrágio universal.

Em julho de 1872 inaugura, pois, as suas funções docentes, como examinador. É, porém, em outubro, que as aulas da sua cátedra e o seu trabalho de cerebração, estímulo e disciplina científica e intelectual dos alunos verdadeiramente começam. A primeira e sintomática medida foi abolir o uso da *sebenta*, que, tantas vezes, se mal usada, foi instrumento de perpetuação de conhecimentos estanques e de desabilitação crítica. Com este cargo de professor, não era apenas a sua vida que mudara, na medida em que garantia, assim, a sua subsistência ou *aura mediocritas* económica, princípio pelo qual se travava desde os tempos de estudante, desdobrando-se em explicações, traduções de Chateaubriand e artigos para o *Jornal do Comércio*, como alterava de residência, vindo com sua esposa do Porto para Lisboa. A partir desta nova posição, Teófilo Braga tinha o intento e os meios para doutrinar e mudar a vida e a mentalidade portuguesas. Contava com o seu pensamento torrencial, embora de feição programática e sistematizada, espírito argumentativo e tenacidade de trabalho – qualidade que amiúde, naquilo que sobre Braga li, lhe é apontada e de que o próprio se louva⁹. Não é por acaso que o terão acusado de tornar as suas salas de aula “em tribunas de ideias contra poderes constituídos”¹⁰, acusação fortemente dirimida por vários alunos e personalidades de diversas correntes, evitando-se, assim, a demissão do professor.

Como lembrou Óscar Lopes, Teófilo fez parte do grande movimento do século XIX, o movimento revolucionário, de “responsabilização da literatura pela vida nacional”¹¹, no qual se acha Antero de Quental ou Eça de Queirós. O seu trabalho de professor de História da Literatura não podia, por conseguinte, estar desligado do seu cometimento em mudar, ideológica e politicamente, a sociedade, homem de um rosto só que era, como visara Sá de Miranda, autor sobre o qual escreveu em opúsculo de 1871, a par, por exemplo, de Luís Vaz de Camões, que tanto estimava. Preparou súmulas da sua *História da Literatura Portuguesa* para as suas aulas e, mais tarde, como diretor do Curso Superior de Letras, abriu duas cadeiras, de Filologia e de Língua e Literatura sânscrita, convidando os então amigos Adolfo Coelho e Vasconcelos Abreu, entre outras decisões que terão tido, à época, a sua devida importância.

O epistolário enviado a Teófilo Braga em francês e em italiano, preparado por Maria da Conceição Vilhena com base no seu espólio, com morada na Biblioteca de Ponta Delgada, revela uma correspondência intensa com uma multiplicidade de temas e de destinatários de importância intelectual, cultural e política considerável, que vai desde política – onde se destacam as questões ideológicas, religiosas, positivistas e republicanas –, passando por literatura ou latinidade. As cartas assumem-se não só como um testemunho da cultura abrangente de Teófilo Braga, da consideração que tinha no estrangeiro e da sua constante procura do que *se fazia lá fora*, mas ainda, e de não menos relevância, do seu exímio domínio das referidas línguas, que proporcionavam um contacto direto com os autores que inspiraram o seu pensamento positivista, como o lexicógrafo e filósofo francês Émile Littré (1801-1881), com quem se correspondia.

⁴ *apud* Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal – o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, p. 25.

⁵ Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 2010, p. 106. Itálico da responsabilidade do autor.

⁶ Agostinho José Fortes, *op. cit.*, p. 8.

⁷ Teófilo Braga, *op. cit.*, p. 104.

⁸ *Ibidem*, p. 113.

⁹ Leia-se, numa carta sua: “Não vale a pena falar-lhe das grandes emoções da minha vida: são quase todas tristes, mas a todas venci. Nunca procurei a alegria, porque vivi e vivo nela, na alegria moral que poucos têm. Esta alegria moral resulta do cumprimento do dever e da certeza de ter sido útil aos outros. Mesmo atravessando períodos difíceis e algumas vezes de miséria, sempre senti a alegria do meu trabalho”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 24.

¹⁰ Agostinho José Fortes, *op. cit.*, p. 9.

¹¹ *apud* Mário Soares, *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1950, p. 4.

¹² Cf. Amadeu Carvalho Homem, “Teófilo na Ilha: primórdios de uma carreira intelectual”, in Teófilo Braga, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994, p. 14.

¹³ Sugiro consultar-se a listagem de obras no verbete da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, vol. 4, p. 1307.

¹⁴ Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa – Idade Média*, Lisboa, IN-CM, 2005, p. 7.

¹⁵ Cf. Mário Soares, *op. cit.*, 1950.

¹⁶ Cf. António José Saraiva, *A tertúlia Ocidental – Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*, Lisboa, Gradiva, 1995, p. 13.

O princípio que subjazia à docência foi o mesmo que o fez assumir o cargo político de Presidente da sua tão aguardada República, durante o Governo Provisório, entre 29 de maio de 1911 e 5 de Outubro de 1911, e, convocado para completar o mandato de Manuel de Arriaga, que a este renunciara no calor dos acontecimentos do dia 14, de 29 de maio a 4 de agosto de 1915. Apesar de ter assumido a presidência, a sua ação deve considerar-se sobretudo no campo da construção do ideário republicano.

Como se tornou, então, Teófilo uma das figuras essenciais para as alterações sociais e culturais dos séculos XIX e XX portugueses? Muito em parte por aquilo que escreveu e pelo facto de ter tomado o caminho da ciência, do estudo exaustivo e erudito, quando se viu violentamente atacado pelo que a sua veia artística produzia e que, de outra forma, talvez lhe tivesse roubado dedicação exclusiva.

Estreou-se nas lides da publicação quando ainda vivia na ilha de S. Miguel, pela mão de Francisco Maria Supico, no n.º 84 do jornal *A Estrela Oriental*, a 3 de janeiro de 1858, com o poema “A canção do guerreiro”. Esta parceria entre editor e poeta fez nascer, no mesmo ano, *o Meteoro*, um jornal que contou com vinte e sete números e, como o próprio terá confessado, pouco mais serviu do que para publicar a poesia que ia fazendo e aprimorar-se nas artes tipográficas¹². Mais tarde, publicou *Visão dos Tempos* (1864), *Tempestades Sonoras*, do mesmo ano, ou *Ondina do Lago* (1866), livros de poesia estusiasmaticamente acolhidos por Oliveira Martins, entre outros mais afetos ao género do conto fantástico ou recolhas do conto tradicional português.

Teófilo Braga é, pois, um dos autores portugueses com maior obra de fôlego, fazendo publicar, ainda em vida, mais de trezentos trabalhos¹³, sem contar com os artigos de periódicos em que participou, como a revista *Positivismo*, fundada com Júlio de Matos, em 1878. Ramalho Ortigão dizia que não publicava uma vez por semana, apenas porque não havia estrutura de edição que desse vazão à sua pena. Revelou nela, sobretudo a de História, de Filosofia ou de Doutrina, um plano sistémico de conceção positivista, uma visão de conjunto do pensar-se Portugal e o mundo, em suas diversas vertentes, que faz hoje olvidar certas incongruências de que padece, certas páginas mais datadas – que encontra exemplo na defesa da superioridade rática dos lusitanos, como está patente nos seus estudos etnológicos de *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885) – ou determinadas inculpações próprias do espírito agitado da época em que o republicanismo lavrava os últimos dias da monarquia e a nova escola literária enfrentava os derradeiros suspiros das pléiades românticas.

Uma das suas obras mais polémicas é a já referida *História da Literatura Portuguesa*, em quatro volumes, sobre a Idade Média, a Renascença, os Arcades e os Seiscentistas, com edições *princeps* de 1870 (e, seguidamente, 1909), 1914, 1916 e 1918, respetivamente. Tal condição polémica encontra ilustração, segundo o prefaciador da sua última edição, João Palma-Ferreira, no opúsculo que Teófilo publicou no ano da sua entrada na universidade como professor, *Os Críticos da História da Literatura Portuguesa* (1872), a que a sua pena, em jeito de descaso, fez saber que “[...] nesses países apáticos mais conhecidos pelo nome de terras pequenas, a crítica é sinónimo de maledicência”¹⁴. É Oliveira Martins, porém, quem mais uma vez lhe reconhece mérito, vendo nesta proposta de História nova matriz, capaz de trazer à historiografia portuguesa, segundo ele, a crítica, a dedução filosófica, a síntese e o enquadramento aprofundado que até então faltara e cujos padrões já não vinham de Thierry ou de Gibbon, mas de Vico, Herder, Michelet e Quinet.

Teófilo Braga é, nas palavras de Mário Soares, um dos casos mais curiosos dentro da história da cultura portuguesa¹⁵. Para António José Saraiva, foi o astro invisível que influenciou a órbita dos homens da Geração de 70¹⁶, sem o qual, e mutuamente com eles, a República poderia não ter surgido. Era um homem parcimonioso nos seus hábitos – conta-se que puía as suas roupas porque nesse gesto encontrava a memória do esmero da sua falecida esposa –, mas com uma imensa voracidade e produção intelectuais e com uma ideia e um desejo para o seu país, pelo qual esqueceu as amarguras que a vida lhe trouxe – o próprio Camilo Castelo Branco, vítima de duras teofilianas críticas, lhe dedicou um soneto pela morte dos seus dois únicos filhos, “A maior dor humana” –, vida que dedicou à causa da docência, da ciência e da arte, soberanamente entroncadas na causa republicana, até ver, pela última vez, a 28 de janeiro de 1924, o ainda conturbado céu de Lisboa. ▽

MIGUEL REAL
CLEPUL

Vitorino Nemésio
(1901-1978)

O primeiro catedrático “modernista”



Na década de 1930, com Vitorino Nemésio, a história da crítica literária em Portugal sofre uma profunda revolução, apenas semelhante à que sofrerá na década de 1950 com Jacinto do Prado Coelho, Eduardo Lourenço e Jorge de Sena, e na década de 1960, com a introdução da “nouvelle critique” e do estruturalismo, de Eduardo Prado Coelho e Maria Alzira Seixo.

Paralelos aos postulados presencistas sobre a “emoção” estética e a “autenticidade” da arte de José Régio, de visão mais psicologista, os textos de Vitorino Nemésio entre 1928, data de *Arte de Escrever*, e os dois volumes da sua tese sobre Alexandre Herculano, de 1934, revolucionam a crítica literária dominante, erudita e filológica, de perfil académico, legada dos estudos e da prática de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Mendes dos Remédios, José Joaquim Nunes e José Maria Rodrigues, prosseguida posteriormente por Álvaro da Costa Pimpão. Abandonando e repudiando o positivismo ideológico de Teófilo Braga, todos estes autores possuem em comum o privilégio atribuído aos estudos críticos de filologia histórica, a que unem, no campo social, estudos vincadamente biográficos. Em síntese, Vitorino Nemésio herda, como mentalidade dominante na historiografia da crítica literária, uma metodologia ora vincadamente histórico-filológica de recomposição rigorosa dos textos literários (não raro negando as propostas de Teófilo Braga, como acontece com Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Maria Rodrigues), ora vincadamente biografista, tese segundo a qual os veios nervosos culturais, sociais e históricos seriam abundantemente iluminados pela vida do autor (como, no caso limite, servem de exemplo os estudos de José Maria Rodrigues sobre as relações entre Camões e a infanta D. Maria e os de Álvaro da Costa Pimpão sobre Fialho de Almeida). A teoria crítica de Vitorino Nemésio aproxima-se, com diferenças marcantes, da de Hernâni Cidade, e afasta-se totalmente da herança erudito-académica prevalecte na investigação universitária entre 1910 e 1927. Perspetivada a obra de ambos ao longo da década de 1930, constata-se emergir aquela como uma rutura da influência germânica na historiografia da crítica literária e a assunção, junto com a obra de Rodrigues Lapa, de uma maior influência francesa¹, que durará até aos anos setenta, posteriormente substituída pela influência anglo-saxónica.

De facto, a rutura evidenciada pelos estudos de Vitorino Nemésio na historiografia da crítica literária portuguesa da primeira metade do século XX mede-se a dois níveis distintos: 1. – a intervenção na imprensa periódica; 2. – o abandono de métodos filológicos e históricos de crítica erudita. No primeiro caso, destacam-se as contínuas e abundantes intervenções nos jornais, praticando uma crítica literária imediatista sobre obras recentemente publicadas, não receando aproximar a sua escrita crítica da do jornalismo cultural, como o evidenciam as suas palestras culturais na televisão, intituladas “Se bem me lembro...”, que lhe trouxeram popularidade acrescida, a direção do jornal conservador *O Dia*, em 1978, bem como – e sobretudo – a fundação e direção da *Revista de Portugal* (1937-1940). Em síntese, Vitorino Nemésio não receava “sujar as mãos” em atividades literárias extrauniversitárias. Atestando o empenho de Vitorino Nemésio, como primeiro professor universitário de letras do século XX, em superar a especialização académica e em mergulhar na ebulição da própria criação estética, seja como crítico, seja como autor, desenhando uma vida paralela à do especialista, David Mourão-Ferreira escreve sobre a *Revista de Portugal*: “pela primeira vez – porventura única – se verificava [em Portugal] o

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

POESIA

• *O Verbo e a Morte*, Lisboa, Morais Editores, 1959.

• *Canto de Véspera*, Lisboa, Guimarães Editores, 1966.

• *Poemas brasileiros*, Amadora, Bertrand, 1972.

FIÇÃO

• *Varanda de Pilatos* (introdução de José Martins Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

• *O mistério do Paço do Milhafre* (introdução e fixação do texto de Urbano Bettencourt), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

• *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Relógio d'água, 2004.

ENSAIO

• *Sob os Signos de Agora. Temas Portugueses e Brasileiros* (introdução de José Martins Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

• *A Mocidade de Herculano até à volta do exílio* (prólogo de Luís A. de Oliveira Ramos), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

• *Relações Francesas do Romantismo Português* (prefácio de Aníbal Pinto de Castro), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

CRÓNICA

• *Conhecimento de poesia - jornal de Vitorino Nemésio 4* (introdução de José Martins Garcia), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

• *Ondas Médias: biografia e literatura - jornal de Vitorino Nemésio 1* (prefácio de Maria Idalina Resina Rodrigues), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

¹ Sobre a relação entre Vitorino Nemésio e a cultura francesa, cf. Maria Luísa Castro Soares, *Vitorino Nemésio e a Cultura Francesa no Segundo Modernismo Francês*, Lisboa, Universidade Nova, 1992 (texto policopiado). Esta autora qualifica Vitorino Nemésio, para a época referida, como “intermediário da cultura francesa em Portugal” (p. 125).

² David Mourão-Ferreira, “Para o perfil de Vitorino Nemésio”, in AA. VV. (coord. António C. Lucas, sob consulta de Luís Forjaz Trigueiros, David Mourão-Ferreira e Vitorino Nemésio), *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand Editora, 1974, p. 15.

³ *Ibidem*, pp. 3 e 5.

⁴ David Mourão-Ferreira, *O Essencial sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 13.

⁵ Taborda de Vasconcelos, “A originalidade de Vitorino Nemésio. Ensaio”, Braga, Sep. *Quatro Ventos*, 1955, pp. 4 e 6.

⁶ Vitorino Nemésio, *A Arte de Escrever (composição, sensibilidade, atitude e crítica)*, Coimbra, Sep. O Instituto, vol. 76, 4ª série, Imprensa da Universidade, 1928, p. 6.

⁷ Sobre a bibliografia de Vitorino Nemésio, cf. AA. VV., (coord. António C. Lucas), *op. cit.*, pp. XVIII-XX, e, sobretudo, José Martins Garcia, *Vitorino Nemésio. A Obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1978, pp. 243-246.

⁸ José Martins Garcia, *op. cit.*, p. 207.

⁹ A. Machado Pires, *Vitorino Nemésio. O Rouxinol e o Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal de Praia da Vitória, 1998, p. 69.

¹⁰ *Ibidem*, p. 72.

¹¹ *Ibidem*, p. 10.

¹² Vitorino Nemésio, *Sob os Signos de Agora. Temas Portugueses e Brasileiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 7.

¹³ *Ibidem*, p. 9.

estreito convívio entre as principais individualidades do vanguardismo modernista e os recém-revelados valores das novas correntes universitárias, entre vultos já consagrados (de mistura com os arautos do neorrealismo incipiente) e representantes daquilo que mais tarde se chamará o movimento da ‘Filosofia Portuguesa’². Neste mesmo texto, David Mourão-Ferreira declara ter sido Vitorino Nemésio o primeiro professor universitário a praticar crítica literária nos jornais com frequência, “descendo” sem problemas profissionais a este nível de comunicação com o grande público, e confessa ser a crítica literária de Vitorino Nemésio publicada nos jornais um misto de rigor e impressionismo³. Aliás, em 1987, em *O Essencial sobre Vitorino Nemésio*, David Mourão-Ferreira assinala que a própria tese de doutoramento de Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Alexandre Herculano até à volta do Exílio*, de 1934, em dois volumes, “alia [metodologicamente] o rigor da minudência erudita à certa intuição de quem sabe sondar a um século de distância toda a complexidade dos grandes destinos”⁴. É neste sentido, o da fusão na escrita de Vitorino Nemésio entre o rigor académico e a “emoção” ou “comoção” estéticas, expressas na linguagem do quotidiano, que Taborda de Vasconcelos, numa visão muito lúcida, reclama ter sido Vitorino Nemésio, para além de excelente professor, um “puro espírito criador”⁵. Justamente como criador, a objetividade metodológica da filologia constituiu para Vitorino Nemésio, menos uma orientação obrigatória, como para os seus pares na Faculdade de Letras de Lisboa, e mais uma limitação para um autêntico conhecimento do “génio interior” presente nas obras literárias, ocultado por aquele modo de prática da crítica literária, preocupado apenas com a “mera exterioridade” ou “aparência” dos textos, isto é, cuidando apenas da recomposição fidedigna dos textos literários⁶.

Eis, assim, os dois elementos da revolução provocada por Vitorino Nemésio na história da crítica literária – levar o rigor académico para os jornais, condenando o balofismo retórico de Albino Forjaz de Sampaio e Agostinho de Campos, e privilegiar a “emoção” ou “comoção” estéticas presentes nas obras literárias face ao eruditismo filológico da análise textual. Será esta última a razão explicativa por que a bibliografia de Vitorino Nemésio abunda menos de grandes ensaios teóricos ou doutrinários, com exceção dos dois volumes da sua tese de doutoramento, e mais de pequenos, embora esclarecedores, estudos biográficos⁷. José Martins Garcia regista ser o discurso crítico de Vitorino Nemésio erudito mas não seco⁸, o que equivale a estatuí-lo, ao modo de David Mourão-Ferreira, como cruzamento entre a erudição e o impressionismo ou entre o jornalismo cultural e o registo académico. Em *Vitorino Nemésio. O Rouxinol e o Mocho*, Machado Pires sublinha que aquele autor “não foi o tipo de erudito livresco”⁹, “não tinha o culto do pormenor nem da ficha”¹⁰, excetuando-se, evidentemente, a escrita da tese. Como seu aluno, Machado Pires realça quão caóticas eram as aulas de Vitorino Nemésio¹¹, destacando igualmente como delas emergiam contínuas e novas visões sobre os temas abordados.

Desde novo, Vitorino Nemésio possui consciência de que o seu modo de fazer crítica literária se balança menos à “contemplação” erudita e mais à “ação” periodística. No texto de introdução a *Sob os Signos de Agora. Temas Portugueses e Brasileiros*, escreve Vitorino Nemésio que o “drama do espírito português [se] representa no ponto de inserção de um prolongamento do hábito contemplativo, que vem direito da decadência no remanso da ocupação [francesa e inglesa no século XIX], com o ramo de uma curva de aspiração ao nosso tempo, que age muito mais do que contempla”¹². Tentando não cair em erro do passado, “que consiste em tentar uma cultura nova sobre o repúdio do antigo” – referindo-se a Antero de Quental e Teófilo Braga, seus conterrâneos açorianos –, Vitorino Nemésio destaca, mesmo assim, o aparecimento de uma “nova geração”, “sob os signos de agora”, que cruza o ímpeto modernista da “Geração de [18]60” com os estudos dos “homens de [18]90” (refere-se aos professores universitários por nós acima citados), que importaram “com sinceridade os novos padrões de estética e os métodos das ciências antropológicas, mas cortando com a capacidade intimamente criadora a que, pior ou melhor, assinalara as camadas anteriores”¹³. Ora, é justamente este último o intento renovador do jovem Vitorino Nemésio – o privilégio atribuído à vertente estética ou emotiva da obra literária –, pelo qual, em consonância com as teses dos jovens da *Presença*, assinalará uma rutura no discurso crítico português, ligando assim (pela primeira vez depois de Teófilo Braga) a universidade à renovação estética extrauniversitária da literatura portuguesa. Eis a essência do discurso crítico de Vitorino Nemésio.

No livro ora citado, encontramos diversos exemplos desta originalidade crítica de Vitorino Nemésio, sobretudo no texto “O Marrano [Uriel da Costa] e o Pessimista [Oliveira Martins]”¹⁴, mas também em “O Erotismo de João de Deus”¹⁵. Aqui, algum pormenor erudito, que mais preferimos designar por conhecimento certo e rigoroso das obras sobre que escreve, é sobrelevado pela acutilância intuitiva que visa de imediato o *quid* original do autor, compondo este de visões fragmentárias articuladas na unidade do retrato estético do autor. Trezentas páginas académicas sobre cada um daqueles autores não nos esclareceriam mais sobre o seu real valor na história da cultura portuguesa.

Assim, em 1932, depois de *Arte de Escrever*, de 1928, reafirmado em 1944 com o seu estudo sobre Moniz Barreto e, depois, em 1958, com *Conhecimento de Poesia*, Vitorino Nemésio enaltece a vertente estética da análise literária. A sua tese de doutoramento prova que não se tratava de desconhecimento da vertente erudita e filológica, mas de uma clara opção por uma visão esteticista sobre a crítica literária. Aliás, o testemunho de Vitorino Nemésio na sua “Última Lição” é claríssimo, classificando o ensino de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, enquanto grande representante dos estudos universitários no primeiro quartel do século XX, como “livresco” (embora Vitorino Nemésio escreva não desprezar este tipo de ensino, com a condição de ser lecionado por professores da craveira intelectual da erudita de origem alemã), e acrescenta o autor – “livresco na sua formidável e embrenhada polimatia”¹⁶ –, o problema é que a maioria dos professores não são polimateutas!

Trinta anos depois de *A Arte de Escrever*, no “Prefácio” a *Conhecimento de Poesia*, Vitorino Nemésio reconhece que as três centenas de páginas que se seguem no corpo do livro são “predominantemente impressionistas”¹⁷, já que tinham sido redigidas sem a preocupação da erudição universitária; porém, confessa igualmente que “o grosso da coluna [do conteúdo do livro] é obra de franco-atirador, reação quase sempre imediata de um poeta [o criador, não o académico] que responde a outros poetas, [ambos] caçadores do inefável saídos aos campos de Deus...”¹⁸. E justifica o seu método (impressionista) de “conhecimento da poesia”: “assim, por *conhecimento*, há de entender-se o que na recetividade pessoal comovida [a “comoção estética”] e afim possa revelar de aproximado à compreensão suficiente da criação alheia”. E acrescenta sobre o estado da crítica literária em Portugal nos finais da década de 1950, contrapondo o eruditismo das “minudências” universitárias ao dogmatismo neorrealista, fugindo de ambos:

Em Portugal, nos últimos tempos, a crítica literária parece-me oscilar entre um modo geralmente ternizante, como que precativo, recensivamente pouco exato, e uma erudição comparativa de passos e ávida de descobrir influências. Essa avidéz caracteriza também a primeira das duas tendências, que além disso se mostra um tanto dogmática em juízos de valor preconceituados pelas preferências estéticas do crítico e com as suas ligações com grupos literários militantes. Assim, a crítica e a história literárias arriscam-se mais depressa a serem estética de partido, sociologia, dialética de escolas, erudição de miunças, do que modos desprevenidos de recetividade e valoração das livres criações do espírito.¹⁹

Contra o dogmatismo militante (seja presencialista, seja neorrealista) e o dogmatismo escolástico universitário, Vitorino Nemésio reivindica para o discurso crítico uma permanente disponibilidade estética (“modos desprevenidos de recetividade e valoração das livres criações do espírito”), ou, dito de outro modo, uma compreensão estética emotiva pela qual o crítico recebe, regista e transmite ao leitor a obra recenseada num ato estético singular, livre e irrepitível, que só a ele, sem escolas, envolve e limita. Por isso, Vitorino Nemésio não cria doutrinas, não funda teorias²⁰, mas apela e dá testemunho de uma leitura crítica singular, emotiva (“como vida”), genuína e autêntica, como a de um poeta lendo outro poeta. Como que Vitorino Nemésio traça um retrato de si mesmo como crítico quando escreve estas palavras a respeito de Moniz Barreto: “Frágil em teorética absoluta [...], a conceção literária em Moniz Barreto é coerente e fecunda como postulado de um pensamento prático da literatura, ao mesmo tempo psicologia e história natural dos espíritos”²¹. Intuicionando a vida e os seus componentes estéticos, os ensaios de Vitorino Nemésio são essencialmente biográficos²², ou, melhor dito, de natureza biográfica, onde a essência da vida do autor se cola à criação, ou onde a criação estética emerge “comovi-

¹⁴ *Ibidem*, pp. 143-165.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 57- 97.

¹⁶ Vitorino Nemésio, “Última Lição”, in AA. VV., *Miscelânea de Estudos em Honra do Professor Vitorino Nemésio*, Lisboa. Faculdade de Letras, 1971, p. XXIII.

¹⁷ Vitorino Nemésio, *Conhecimento de Poesia*, Salvador-Bahia, Livraria Progresso, 1958, p. 9.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 11.

²⁰ É, no entanto, notável o conteúdo rigoroso e supremamente informado da conferência pronunciada na Sociedade Portuguesa de Escritores com o título *Romance. Existência e Visão do Mundo*, Lisboa, Ed. Sociedade Portuguesa de Escritores, 1964.

²¹ Vitorino Nemésio, “Prefácio” a Moniz Barreto, *Ensaíos de Crítica*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944, p. XXXIX.

²² Sobre o conceito de crítica literária em Vitorino Nemésio, cf. Rita Patrício, *Conhecimento de Poesia: a crítica literária segundo Vitorino Nemésio*, Braga, Universidade do Minho, 2000 (texto policopiado).

²³ David Mourão-Ferreira, “Introdução” a Vitorino Nemésio, *Quase que os Vi Viver*, Lisboa, Bertrand Editora, 1985, pp. 9-10.

²⁴ Luís Machado de Abreu, *A hermenêutica da cultura em Vitorino Nemésio*, Sep. AA. VV., *Vitorino Nemésio. Vinte Anos Depois*, Lisboa-Ponta Delgada, Ed. Cosmos, 1998, p. 524. Luís Machado de Abreu recorda que já em 1934, no prefácio à sua tese de doutoramento, Vitorino Nemésio escrevera que a crítica e a historiografia literárias deviam visar a “vida da alma”, essa “energia íntima insondável”.

²⁵ José Martins Garcia, *op. cit.*, p. 217.

²⁶ Rita Patrício, “Sobre o conceito de crítica literária em Vitorino Nemésio”, in AA. VV., *Vitorino Nemésio. Vinte Anos Depois*, p. 705.

²⁷ *Ibidem*, p. 706.

²⁸ *Ibidem*, p. 708.

²⁹ Cf. A. Machado Pires, *op. cit.*, p. 69.

³⁰ José de Almeida Pavão, “A estrutura polimórfica de *A Mocidade de Herculano*”, in AA. VV., *Vitorino Nemésio. Vinte Anos Depois*, p. 719.

³¹ Cf. José V. de Pina Martins, *Vitorino Nemésio. Da sua Humanidade e do seu Humanismo*, Paris, Sep. Arquivos do Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. XIII, 1978.

damente” da vida. Porém, David Mourão-Ferreira alerta com justeza, na introdução ao livro póstumo de Vitorino, *Quase que os Vi Viver*, que “as reiteradas incursões de Vitorino Nemésio pelo campo biográfico [...] nunca têm como finalidade buscar umnexo imediato de causa-efeito entre este ou aquele acidente do homem concreto e este ou aquele pormenor da sua produção literária; e essas incursões, sugestivamente enquadrando ou indiretamente iluminando as obras, têm sempre o condão de nos fazer sentir que não são “desembodied voices” – para empregar uma expressão de Leon Edel – as vezes que em tais obras se fazem ouvir”²³. Biografista, Vitorino Nemésio? Sim, mas biografista especial, no intuito de reunir sinteticamente expressividades vivenciais que de certo modo explicam ou ecoam no coração da obra, e não para mecanicamente justificar esta através de peripécias da vida. Neste sentido, Luís Machado de Abreu classifica o método crítico de Vitorino Nemésio, mesmo no campo do biografismo, como “registo do que no quotidiano possui valor indiciário”²⁴, e José Martins Garcia, como “anotação sintomática”. José Martins Garcia alerta que a palavra “conhecimento” em *Conhecimento de Poesia*, de 1958,

... adquiriu uma pluralidade de sentidos: é mais que análise, embora também o seja, é mais do que entendimento, se bem que o não dispense; é mais que intuição, se bem que a respeite; é mais que enquadramento temporal do poema, se bem que enverede muitas vezes pela determinação de valores epocais. Não se trata de pura *técnica* [análise textual] de avaliação da linguagem poética, mas também nestas páginas não existe a simples deriva de sabor impressionista. Todos os juízos de valor que este crítico emite se esteiam em critérios que, dentro do seu relativismo, não podem ser descurados. *Conhecimento* significa, neste título, o recurso de um conjunto de dados que lançarão luz sobre as obras avaliadas, sem que tal pesquisa destrua a grande interrogação que nos furta a leitura definitiva.²⁵

É indubitavelmente no sentido referido que deve ser lida a biografia da Rainha Santa Isabel escrita por Vitorino Nemésio, considerando que por vezes, não raro, apreendemos a vida de um autor mais pela lenda legada do que pelos factos concretos vividos, escassos neste caso particular. Num artigo muito luminoso publicado nas atas do “Colóquio Internacional Vitorino Nemésio. Vinte Anos Depois”, Rita Patrício, na esteira de David Mourão-Ferreira, José Martins Garcia, A. Machado Pires e Luís Machado de Abreu, considera a prática da crítica literária de Vitorino Nemésio como de “índole biografista”²⁶. Sublinha a autora com muita correção, como atrás salientámos, que Vitorino Nemésio, enquanto crítico literário, intenta criar uma “reação estética no leitor”, exatamente a mesma que o crítico sentira aquando da leitura da obra, ilustrando assim na sua prática o seu conceito de “recetividade pessoal comovida”²⁷ numa “identificação entre texto crítico e texto criticado”²⁸. Deste modo, considera Rita Patrício – numa terminologia muito própria – que, contra o historicismo, Vitorino Nemésio desenvolve uma “conceção animista” e “desiderativa” de crítica.

Visando e tentando captar “emocionalmente” a “alma dos textos”, a sua singularidade estética, Vitorino Nemésio, segundo A. Machado Pires, lutava contra as “especialidades” do saber e os especialistas académicos do seu tempo, promovendo uma visão “universalista” da obra literária²⁹. É justamente o que, referindo-se exclusivamente à tese de doutoramento de Vitorino Nemésio, José de Almeida Pavão designa por “abordagem duma totalidade”³⁰. O “total”, a visão “universalista”, encontrar-se-ia do lado da estética, atingível, porém, apenas através da particularidade, necessariamente do lado da história, da psicologia, da sociologia, da filologia, da antropologia. No entanto, só visão intuitiva do “total” (o *quid* singular) conferiria pleno valor estético à obra e à crítica literária, não um valor nefelibata, mas um valor propriamente humano, circunscrevendo o que em determinada obra seria singular pertença, não do indivíduo concreto e existencial, mas da humanidade. Neste sentido, se a palavra não estivesse já semanticamente esgotada, mais do que outras classificações, a verdadeira classificação da crítica literária em Vitorino Nemésio seria a de Humanismo – tatear e detetar o que em cada obra literária existe de verdadeiramente humano³¹. ▽

Do “carro-elétrico” conventual à Cidade Universitária

Um testemunho

Homenageando o centenário da Universidade de Lisboa, e sem querer julgar o que foram os cinquenta e quatro anos que nela tenho vivido, na Faculdade de Letras, algumas considerações a partir dos estudos das literaturas românicas me parecem poder contribuir para uma reflexão sobre a missão da Universidade e, mais concretamente, das faculdades de letras.



1. Os primeiros tempos e a massificação

Sempre imaginei a Universidade como uma instituição de Mestres e Discípulos muito na tradição de sua génese, embora evoluindo em função dos tempos modernos e incorporando, permanentemente, novos saberes.

Comunidade essa voltada para a ciência, fundamentalmente entendida como arte de pensar, e estreitamente ligada ao ideal humanístico do *homo humaniorem redere* que transmutava o saber em Sabedoria.

E foi isso que encontrei quando, em 1957, me matriculei, como aluno voluntário, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, embora me decepcionasse alguma passividade e conformismo.

Ainda estávamos longe da massificação, e não me preocupava demasiado que as suas instalações fossem de recurso porque, em compensação, esses espaços aproveitados no antigo convento das Mercês, junto à Academia das Ciências, não prejudicavam, antes favoreciam, um ambiente de trabalho sério e de grande cordialidade.

Tão precárias eram as instalações que uma das principais salas de aula que mais ficou na memória de quantos por lá escutavam, sentados ou de pé, os Mestres, era designada por “carro elétrico”, precisamente por ter o formato e as dimensões desse meio de transporte muito popular em que para lá viajávamos pela quantia de sete tostões!

Ali perorava triunfalmente Vitorino Nemésio, mais discretamente Lindley Cintra e Jacinto do Prado Coelho, nas aulas chamadas “teóricas”, porque depois havia as “práticas”, de que se encarregavam os Assistentes. Pelos cafés mais próximos, em almoços de sandes, trocávamos apontamentos (ainda não se tinha inventado a fotocópia), que alguns contínuos editavam zelosamente em sebatas que nos vendiam. Era tudo de baixa tecnologia... Em compensação, estudava-se a sério para as “frequências” e os exames escritos e orais eram muito exigentes, sobretudo para os voluntários.

Das aulas do velho convento transitámos, em 1959, para a moderna faculdade da Cidade Universitária, cujas instalações quase logo esgotámos.

Apesar dessa mudança, continuava ainda o espírito familiar, de corporação e de entreajuda, de tal modo que o nosso departamento de Românicas (nesse tempo a Linguística e a Literatura estavam juntas) era conhecido por “família românica”, nome dado por Vitorino Nemésio, e ainda com o patrocínio de Hernâni Cidade. Família essa com prolongamento em outros departamentos, sobretudo nos “sobrinhos” de Clássicas, até porque era grande a convivência entre os nossos professores, nomeadamente com os de Geografia e História de Arte, dada a ligação e simpatia sobretudo pelos professores Orlando Ribeiro e Mário Chicó. Em complemento das aulas, alguns professores con-

¹ *Diário do Governo*, Decreto n.º 18003, I Série, de 25 de Fevereiro de 1930.

² *Diário do Governo*, Decreto n.º 41341, I Série, de 30 de Outubro de 1957.

³ *Diário do Governo*, Decreto n.º 48627, I Série, de 12 de Outubro de 1968.

⁴ *Diário do Governo*, Decreto-Lei n.º 524/73, I Série, de 13 de Outubro de 1973.

tinuavam a sua docência através de atividades complementares tais como os “chás de Sexta-feira”, em que catedráticos e assistentes falavam das suas leituras e preparação de teses. Por outro lado, eram de grande agrado e proveito as excursões linguísticas ou as visitas à Lisboa histórica de Lindley Cintra, as excursões à Arrábida de Maria de Lurdes Belchior, onde líamos poemas de Frei Agostinho da Cruz ou Sebastião da Gama.

Nemésio almoçava connosco, de vez em quando, no restaurante Quebra Bilhas do Campo Grande, onde dedilhava, na sua guitarra, umas modinhas aprendidas, segundo ele jurava, com Segóvia.

Mas nisto de almoços académicos e seus rituais também ficaram na memória os providos por Lindley Cintra. No final do repasto, todos de pé, de copo na mão, cantavam em coro o “Filinto Elísio da velha guarda”... em ritmo cada vez mais acelerado, durante o qual cada um tinha de esvaziar o copo rapidamente, sem se engasgar, ao ritmo cadenciado das palmas dos outros.

Ou então, quando nos deslocávamos a Coimbra, para reuniões ou lições de Júlio Pimpão, Paiva Boléo e professores brasileiros como Guilhermino César, almoçávamos depois no tradicional restaurante “Ó D’elino” onde Maria de Lurdes Belchior, a “Tia Lurdes”, como lhe chamávamos moderava os entusiasmos...

Tão familiar era a convivência, que também ela envolvia os poucos funcionários existentes.

Era proverbial ver o senhor Pinheiro andar atrás dos professores, entrando mesmo nas aulas, no princípio ou no fim, para lhes entregar os seus vencimentos em dinheiro, em envelopes abertos onde não faltavam uns trocos... Ou a senhora dona Clotilde, velhinha simpática, que era para as alunas como uma mãe. Mas como não há bela sem senão, também havia um contínuo que todos juravam que era da PIDE.

Quanto aos estudos, o plano que então vigorava era o do Decreto de 1930¹ que se manteve até ao Decreto de 1957², favorecendo esta coesão. Ainda hoje penso que, embora sem menosprezar algumas boas aquisições que posteriormente aconteceram, foi o melhor e o mais “universitário” plano de formação humanística e científica, pela sua coerência interna, que visava mais a criação de uma estrutura mental e científica sólida, capaz de responder a novas questões, que facultar uma informação quantitativamente mais vasta. Em complemento, apelava várias vezes para a frequência de laboratórios, institutos, arquivos, publicação de revistas. Seria perfeito se então já se lhe acrescentassem os seminários e os mestrados. Assim, tanto a qualidade como a capacidade de resolução eram muito elevadas.

Era pois, este tempo, um tempo agradável pela calma tranquila, embora parada por influência da imobilidade política. Faltava-lhe, porém, ambição, vontade de progredir, de inovar, pois aquela estrutura não iria servir para sempre.

Basta dizer que em Românicas, entre o Doutoramento de Maria de Lurdes Belchior sobre Frei António das Chagas (o popular Tony Chagas), em 1953, e o meu, que se lhe seguiu, em 1974, decorreram vinte e um anos!

A reforma que se seguiu, a de 1957, aumentando a escolaridade de quatro para cinco anos, ainda se referia a uma formação “no domínio das Letras e da Cultura Humanística” em sentido lato, mas já assinalava, explicitamente, a finalidade de “preparação de professores do ensino secundário, particularmente do ensino liceal e de peritos de outros ramos da vida cultural”.

Estava assim aberta uma porta para a importância do “mercado” de trabalho, caminho que iria, progressivamente, alterar a função da Universidade.

Já em plena massificação, a reforma seguinte, de 1968³, vai contemplar amplamente a dinâmica oferta/procura, criando dois ciclos, um de bacharelato, com duração de três anos, de preparação para o ensino, precedido de um estágio dos professores do ensino liceal. Acrescentavam-se-lhe, depois, dois anos para o aluno adquirir o título de licenciado que o habilitaria para a investigação e os estudos especializados.

Conforme foi reconhecido oficialmente, não deu o Bacharelato os frutos desejados, pois era bastante frágil a bagagem que facultava. Por isso, a reforma de 1978 o iria abolir, embora a formação para o ensino continuasse dominante.

As reformas positivas de Veiga Simão até ao 25 de Abril, quanto a alargamento da escolaridade obrigatória, a expansão da rede escolar, a gratuitidade do ensino preparatório, a isenção de propinas aos agentes de ensino para se matricularem em cursos superior e outros etc.⁴, muito benéfica em todos estes aspectos, contudo, agravaram a massificação com problemas vários, a que se seguiu um abaixamento da exigência científica e dos seus padrões.

Assim, o seu Decreto-Lei de 1998⁵ estabelece o seguinte: “O presente diploma regula as condições em que os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário, titulares de um grau de bacharel ou equivalente para efeitos de prosseguimento de estudo, podem adquirir o grau académico de licenciado”, “que se faz através de cursos de formação complementar, organizados nos termos do presente diploma”.

⁵ *Diário da República*, Decreto-lei n.º 255/98, I Série A, de 11 de Agosto de 1998.

⁶ Ata da Reunião da Comissão do Conselho Científico da FLUL, de 13 de Abril de 1983.

⁷ *Diário da República*, Decreto 53/78, I Série, de 31 de Maio de 1978.

2. O meridiano de Abril

Como acontece em todas as revoluções, o 25 de Abril tanto soltou a imaginação e a prática revolucionária de marcado sentido ideológico e político, como a imaginação criativa pedagógico-didática das escolas.

Da primeira resultou grande confusão e oportunismo, impondo uma substituição dos órgãos de gestão que funcionavam tumultuosamente em votações dirigidas, de braço no ar, para deliberações previamente deliberadas, em intermináveis reuniões gerais, de alunos, de professores, de departamentos com suas filiais executivas, e que não perderam tempo em fazer alguns ajustamentos de contas político-ideológicos – os famosos “saneamentos” de professores –, e em nomear assistentes para disciplinas diversas, em estabelecer certos tipos de classificação coletiva “à Mao”, a impor critérios revolucionários na elaboração de programas, etc.. Tudo votado de braço no ar, ao fim de muito longas sessões em que os não alinhados já tinham saído ou para as aulas ou para irem almoçar.

Tive dessas assembleias revolucionárias alguma experiência, sobretudo das reuniões do Secretariado dos professores, para que tinha sido eleito com o Prof. Jacinto do Prado Coelho e outro colega, de cujo nome não me recordo.

Encapotadamente, ali se manifestavam as diversas correntes políticas e ideológicas cuja natureza íamos adivinhando pelos afrontamentos entre elas, não sendo fácil gerir um diálogo em clima tão confuso e tenso, sobretudo quando se afrontavam as opiniões quanto ao papel a desempenhar pelo ensino, ou quando surgiam propostas de “saneamento” ou da sua contestação.

Foi numa dessas reuniões que assisti ao triste espetáculo de, perante tanta sabedoria revolucionária, dois colegas se oferecerem à Assembleia para serem “reeducados”.

Nesse ano, tive de tirar umas férias extraordinárias...

Por outro lado, no âmbito dos departamentos, com alguma serenidade, a liberdade conquistada dava ocasião a reflectir-se sobre a atualização do plano de estudos propondo-se a introdução das novas cadeiras.

Referindo-me às Românicas, preencheram-se algumas lacunas graves ao criarem-se as cadeiras novas de Literatura Comparada e, sobretudo, de Estudos Africanos que já tinham alguma tradição em universidades estrangeiras e era urgente incluir na nossa.

Algum tempo depois, o departamento de Românicas criou duas extensões universitárias: uma no Funchal, em instalações, precárias, na Rua dos Ferreiros, e outra em Faro, a funcionar, inicialmente, na Escola do Magistério, para que muitos professores da Madeira e do Algarve pudessem completar as suas licenciaturas, frequentando conjuntos de aulas nos fins-de-semana, ministradas pelos professores que se deslocavam de Lisboa. Aliás, o Governo Regional da Madeira já tinha criado em Lisboa um escritório, com alguns funcionários, para elaborarmos as primeiras propostas sobre o que deveria ser o futuro da Universidade da Madeira. Assim, se chegou a um convénio com o Governo Regional sobre esse Centro de Apoio, também reforçado por outro da Faculdade de Ciências, como ficou registado em ata do Conselho Científico, da FLUL, em data de 12 de Abril de 1983.⁶ Assim, a Faculdade de Letras teve a honra de contribuir, juntamente com a Faculdade de Ciências, através desses núcleos dinamizadores, para a criação das futuras universidades da Madeira e do Algarve.

Pondo ordem no citado tumulto inicial, surgiram então, a partir do Decreto de 1978⁷, as reformas do Ministro Sottomayor Cardia que salvaram a Universidade da anarquia e da arbitrariedade.

No longo preâmbulo desse Decreto, o Ministro historiou o caminho percorrido até ali, e justificando as medidas que se impunham, procurou salvaguardar tanto a exigência universitária e a sua identidade nacional, como o novo caminho que se abria, cada vez mais largo, para a formação de professores.

Para o conseguir, criou e regulamentou os novos órgãos de gestão (conselho directivo, conselho científico, conselho pedagógico em especial).

Operou-se, assim, uma verdadeira transferência do Poder que passou, na realidade, para o conselho científico. A este cabia a admissão ou demissão de professores, equivar-

⁸ Joaquim Cerqueira Gonçalves, “Os clérigos na Faculdade de Letras de Lisboa”, in <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplminisite.asp?SSPAGEID=2212&lang=1&artigoID=3866>.

⁹ *Diário da República*, Portaria n.º 852/87, I Série, de 4 de Novembro de 1987.

¹⁰ Ata da Reunião da Comissão Coordenadora do Concelho Científico da FLUL, de 4 de Maio de 1983.

lência de cursos, nomeação para determinados cargos, aprovação dos currículos, etc.

Também vivi intensamente essa experiência, pois tendo sido eleito para a sua presidência durante os anos de 1982 a 1985, ali foram debatidas e reguladas questões de importância decisiva para a Faculdade, para além de se rejeitarem propostas de grande oportunidade como a dos Doutoramentos por aclamação ou da equivalência ao doutoramento português do *Troisième Cycle* francês, que não era mais que mestrado, até porque tive boa oportunidade de o conhecer e lecionar como professor visitante na Universidade de *Haute Bretagne*, em França, e a que os próprios franceses não concediam essa equivalência pedida, ou propostas para docência de pessoas sem currículo científico mas que tinham frequentado uma vaga escola de jornalismo...

Por outro lado, já não na minha presidência, a Faculdade se redimiou de algumas graves injustiças, como a de readmitir professores de mérito comprovado, mas que tinham sido saneados, após a tradicional reunião de longas, longas horas.

Experiência esta verdadeiramente paradoxal, e que depõe a favor da Revolução de Abril: não só eu era reconhecido como sacerdote, como também, na presidência do mesmo conselho, sempre através de eleições livres, outros sacerdotes me sucederam – Cerqueira Gonçalves, como presidente, e Aires do Nascimento, como vice-presidente, sem que a nossa condição fosse molestada por qualquer forma, ou ocasionasse quaisquer dificuldades à livre expressão da palavra e do voto. O que significou que durante cerca de uma das décadas mais difíceis da Faculdade de Letras, esse foi, com o nosso contributo, tempo de reequilíbrio e moderação.

Situação, acrescente-se ainda em abono da verdade, que, apesar da inteira liberdade de opinião de palavra e voto, se enquadra no facto de nunca na Faculdade de Letras de Lisboa de então se ter visto qualquer polémica ou afrontamento teórico-prático de tipo anticlerical, diferentemente dos episódios lamentáveis de jacobinismo ocorridos na 1.ª República, como mostrou Cerqueira Gonçalves em opúsculo intitulado “Os Clérigos e a Faculdade de Letras de Lisboa”⁸.

Aliás, como figura tutelar, o jesuíta P.º Manuel Antunes vinha exercendo um magistério por todos aceite e respeitado, pela vastidão do seu saber enciclopédico e grande afabilidade.

Entretanto, o Decreto de Cardia pôs termo ao Bacharelato por falta de qualidade, e estabeleceu uma licenciatura “de natureza polivalente, voltada ao mesmo tempo para a qualificação cultural e profissional básica dos alunos, e para o acesso destes à especialização.” Licenciatura esta em que foi ampliada “a existência de cursos de pós-graduação para aprofundamento do saber e treino na pesquisa científica”. Contudo, apesar do seu contributo benéfico, consagrava a corrente imparável da preparação de professores para o ensino secundário, embora salvaguardando o saber universitário propriamente dito.

E quanto a oportunismos da ideologia internacionalista e marxista, que omitia os valores tradicionais e a própria ideia da importância da “nação”, restabeleceu, em âmbito mais largo, o ensino de disciplinas que tinham sido suprimidas: História de Portugal, História dos Descobrimentos, História da Filosofia em Portugal, História de Cultura Portuguesa, História da Arte em Portugal. Também acabaram ingloriamente as votações de braço no ar, e as correções obrigatórias nos programas onde não se fizesse a crítica da Burguesia, o que, contrariamente às aparências orais, me valeu ganhar muitas questões no conselho científico, porque as votações eram por voto secreto...

Tal equilíbrio curricular, porém, não iria manter-se na reforma seguinte, de 1987⁹, devido, sobretudo, à proliferação de cursos e ao demasiado peso do objetivo educacional. Cada vez mais se acelerava a citada massificação, agravando a transformação do ensino universitário para o ensino superior. De tal maneira que, por exemplo, já em 1983, Lindley Cintra, em Estudos Linguísticos, se queixava de “um volume de alunos muito elevado, cerca de 800”, conforme registo na Ata de 4 de Maio de 1983 do Concelho Científico¹⁰. E mais do que ele se queixavam os seus dois assistentes (Maria Helena Mateus e eu) que éramos obrigados a ver mais de duas mil páginas dos textos das frequências, quando os alunos não iam além de escrever três.

Assim, foram criados três modelos: o das licenciaturas em ensino, as licenciaturas em formação docente, as licenciaturas de seis anos (licenciaturas normais com mais dois anos). Instalou-se um leque exagerado de cursos, especialmente no ramo educacional (dezasseis especializações!).

A Faculdade passou a ser predominantemente uma escola de professores, de tal maneira que o próprio legislador fazia promessas como esta: “O Ministério da Educação procurará fornecer anualmente informações acerca das tendências do mercado de tra-

balho neste domínio, indicando não só qual a oferta previsível, como também qual a procura potencial para esses mesmos lugares”.

Em consonância, alargou-se exageradamente o “ramo de formação educacional” a juntar ao das outras licenciaturas, transformando a Faculdade de Letras em pouco mais que uma escola de formação de Professores.

E assim chegamos a Bolonha, que na Declaração dos Ministros Europeus, de 1999, reforçada pelos nossos Decretos-Lei de 2006 e 2008 e de outras declarações, tais como a de 2001 e 2003, adotou as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa e de Barcelona afirmando a criação de um espaço europeu de ensino superior, ao mesmo tempo que adotava, citando-a : “A declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1988, sustentada por estas considerações, pôs em relevo o papel fundamental das Universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias. Acentuou a criação do espaço europeu do ensino superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral do continente inteiro.”¹¹

“Mobilidade” e “empregabilidade” são agora os grandes objetivos a atingir no Ensino Superior, em concordância com a citada declaração da Sorbonne, “em especial para se ter em conta o objetivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu de ensino superior. Daí a consagração do sistema de créditos para favorecer a mobilidade dos estudantes, adquirindo créditos que até podem ser obtidos em contextos de ensino superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida”, e integrados num sistema de “créditos transferíveis e acumuláveis (ECTs) europeus para facilitar a mobilidade. Assim se entende promover a cooperação europeia na avaliação da qualidade e “promoção das necessárias dimensões europeias do ensino superior”.

Note-se, mais uma vez, que este ensino tanto é referido como “Ensino Superior” como “Universidade”, pretendendo alcançar os citados objetivos de empregabilidade e competitividade internacionais, num sistema de três ciclos de estudos : o de Licenciado em três anos, num sistema de três ciclos de estudos, o de Mestre em mais ano e meio , ou dois, a que se seguiria o Doutoramento. Voltamos assim ao desacreditado antigo sistema de Bacharelato e Licenciatura “3+2” da Lei de 1968, com a agravante de que, entre nós, a tese de licenciatura de então equivalia agora a uma dissertação mais de que mestrado, podendo até ombrear com não poucas de doutoramento. Com o encargo, ainda nessa situação anterior, de que, para além da tese, o candidato devia expor uma lição, e estar sujeito a um interrogatório, por parte do júri, que com pouca antecedência escolheu, de um conjunto de dez questões diferentes, desde a Linguística à Literatura, duas para o debate complementar.

Em resumo, com esta mentalidade instalada na Universidade está-se a dar cumprimento ao diagnóstico antecipador de René Guénon, feito a meio dos anos 40 do século passado: “Entre os traços característicos da mentalidade moderna (...) a tendência para reduzir tudo ao ponto de vista quantitativo, tendência muito marcada nas conceções científicas destes últimos séculos (...) pode-se definir a nossa época como sendo essencialmente, e antes de mais, o reino da quantidade.”¹²

3. A desvalorização do sentido e da palavra

Em paralelo com estas mudanças sociais e políticas traduzidas pelos currículos das diversas reformas, também o caminho seguido pela evolução dos estudos literários apontou no sentido de, progressivamente, se abandonar o saber do sentido, dos princípios, das ideias, para um saber mensurável e quantificado, cada vez contemplando mais o signifi-
cante que o significado.

Assim, no tempo da reforma de 1930, os estudos de língua portuguesa andavam pela Filologia e depois Linguística, Gramática Histórica, Estilística, nas diversas cambiantes de Croce, Vossler, Spitzer ou Dámaso Alonso, dos Atlas linguísticos e dos ensinamentos de Gilliéron, levando-nos às excursões, a fim de pesquisar os falares da beira-mar ou das aldeias. A crítica literária ainda muito no biografismo impressionista, com protagonistas prestigiosos como João Gaspar Simões (que os jovens vanguardistas tanto amaldiçoavam) ou de Álvaro Lins, era já fortemente rejeitada por uma crítica universitária dita mais rigorosa (ou erudita?) que a das páginas literárias do *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias* e outros. É que já estava em marcha uma poderosa e ambiciosa expansão da Teoria da Literatura, substituindo cada vez mais a teoria clássica e anglo saxónica pela influência francesa e americana, especialmente no âmbito da narrativa.

Entretanto, na Linguística avançava a revolução de Saussure, a linguística generativa

¹¹ Declaração Conjunta dos Ministros da Educação Europeus reunidos, assinada em Bolonha em 19 de Junho de 1999; Conferência de Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior – Comunicado, Berlim, Setembro de 2003; *Diário da República*, Decretos-Lei, n.º 107/2008, n.º 74/2006, de 24 de Março de 2008.

¹² René Guénon, *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

¹³ Edgar Morin, *Le Paradigme Perdu: La Nature Humaine*. Paris: Seuil, 1973; *La Méthode*. Paris: Seuil, 1980.

de Chomsky, o estruturalismo de Greimas e seu reinado semiótico, com pretensões de levar mais longe o entendimento da literariedade que Jakobson já tinha proposto.

Tão grande foi a influência destas teorias que tudo estruturaram e quantificaram que vários de nós nos fomos reciclar aos Congressos de Urbino, na Itália, ouvindo devotamente Greimas ou Rastier que nos convenciam a esquartejar as narrativas em processos contratuais, em que adjutantes ou oponentes, extradieгéticos e intradieгéticos, como gostava de dizer Todorov, punham à prova o herói, até à famosa “prova glorificante”: tudo pesado, dividido, contado!

Triunfalmente, este estruturalismo tomou conta da narratologia, apimentado por um vocabulário sábio em que era de bom tom citar permanentemente Barthes, Todorov, Kristeva e suas linguagens cifradas. Aliás, diga-se de passagem, este furor analítico do estruturalismo já tinha sido anunciado por David Mourão Ferreira nas aulas do “carro elétrico”, ao ensinar teoria da Literatura, que também então era novidade como disciplina, propondo-nos o estudo da obra de René Wellek e Austin Warren. Eduardo Prado Coelho seria, nos anos oitenta, o seu grande propagador.

Mourão-Ferreira tinha sido verdadeiramente inovador nesta marcha concetual do apagamento/morte do “sujeito”, ao divulgar a ideia de que a obra literária gozava de autonomia, e era indiferente ao que se passava fora dela, o que levou à suspensão do “autor”.

A par de tudo isto, a crítica marxista, bem como a crítica *engagée* de Sartre, o prestígio de Lukács e das teorias do reflexo, do carácter superestrutural do discurso artístico, etc. alargavam o seu espaço, porque eram grandes a sedução da “nova crítica” e as profundidades da “écriture” que até era traduzida por “escritura”, calando qualquer um que podia dissesse mal do “plaisir du texte”.

Brilhavam também, em tal firmamento, as estrelas de Barthes, o “mitólogo” da “viagem mítica”, de Todorov, o descodificador do “récit” (palavra que não se traduzia) que era abundantemente citado, de Kristeva e da sua mistura de semiologia e psicanálise.

A estes “ídola tribus” também eu tive de sacrificar na tese de doutoramento, pois não podia ser herege dessa religião.

Passo a passo, cada vez nos afastávamos mais da importância do referente e sua problemática, e do que Georges Steiner, levando às últimas consequências as teorias de Charles du Bos, entende por “presenças reais”.

Ainda mais ousadamente, as ideias de Derrida de que o “texto é pretexto” e a teoria humanisticamente suicida da “desconstrução” conduziram os estudos literários, tradicionalmente ligados a um humanismo de presença, a ser ensinados, predominantemente, segundo um humanismo de ausência.

Em paralelo, e na metodologia pedagógico-didática, não isenta de intencionalidade ideológica, se conduziu a elaboração dos programas de modo a serem estudados primeiramente os temas e autores contemporâneos, deixando para hipotética ocasião os temas e autores de épocas passadas. Assim se foi perdendo muito da noção de causalidade e dos factos indispensáveis para a compreensão do antecedente circunstancial, tão importante para o entendimento da identidade e do projeto de futuro que a sociedade não pode perder de vista. Assim se passou a ignorar a articulação entre sujeito e objeto, a lógica e a indução, a ordem e a interação entre os fenómenos, como tão lucidamente teorizou Edgan Morin¹³, analisando a complexidade do pensamento e da Natureza.

Mais concretamente, foram surgindo as teses de mestrado ou doutoramento sobre a época contemporânea e sobre autores vivos que, para além do mais, dispersam boa soma de bibliografia na inquirição dos factos e das condicionantes.

Assim, se ignorou a sábia norma de Nemésio a respeito da escrita sobre autores vivos: “Morra primeiro e falamos depois!”. E também a prática do relatório tomou o lugar da lógica expositiva e probatória, no estéril exercício de a parataxe substituir a hipotaxe.

Assim também se foi desenvolvendo o critério de se encaminhar a docência para duas dimensões dominantes: uma dando cada vez maior força ao quantitativo e ao formal, e outra, em consonância, desviando os alunos do saber desinteressado, orientando-os para a profissionalização.

Segundo a primeira tendência, desvaloriza-se o significado dando cada vez maior força ao significante, à forma, às teorias quantificadoras e estruturantes do mesmo.

Como lucidamente afirmou Steiner: “o que parece certo é que os critérios e práticas da quantificação, de codificação simbólica e formalização que são o sopro vital do trabalho teórico não são, não podem ser pertinentes no que se refere à interpretação ou juízo crítico da literatura e das artes”.

Por isso ele define literatura como a “maximalização da incomensurabilidade semântica quanto aos meios formais da expressão”¹⁴.

Referindo-se, especificamente, à mesma literatura, Antoine Compagnon, ao analisar o papel nela desempenhado pela Teoria que a quer tutelar, põe em relevo a oposição entre teoria da literatura e senso comum, por contestar tanto o autor como o próprio diálogo entre ele e o leitor.

Por isso, vai mesmo ao ponto de diabolizar a teoria: “O objectivo da teoria é, na verdade, o de invalidar o senso comum. Contestando-o, criticando, denunciando-o como uma soma de ilusões – o autor, o mundo, a leitor, o estilo, a história, o valor – de que lhe parece indispensável começar por libertar-se para poder falar de literatura.”¹⁵

Em paralelo com esta tendência dominante, outras, a da estruturação dos cursos tem vindo a abandonar, progressivamente, a opção pelo saber desinteressado que busca o sentido e a sabedoria preparando os universitários para ensinarem, em vez de aprenderem e pensarem.

Aliás, esta marcha quantitativa estruturante e formal da Teoria segue paralelamente o ritmo do enfraquecimento ou perda de valores do mundo ocidental em particular, que, desde não saber ou não querer identificar as raízes da sua identidade, as deseja pôr em causa anulando-as num *pot pourri* de culturas diversificadas e não integradas.

Daí a crítica antecipadora de René Guénon no já citado *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos* e, antes, a de Max Weber e Marcel Gauchet¹⁶ sobre o “desencanto do mundo”, ou o diagnóstico implacável de G. Lipovetsky¹⁷ em *A Era do Vazio* ou em *O Crepúsculo do Dever*.

Afirma, por exemplo, Gauchet: “Estamos na hora da decomposição das cidades. Os grandes profetas históricos desapareceram. A coisa pública degrada-se. A desordem desestruturante da vida pública desencoraja as melhores vontades”. Em compensação ilusória “o velho instinto da evasão metafísica do animal humano está sempre presente. Droga, transe, êxtase, exílio: fugir e escapar-se permanecerem os nossos modos preferidos de nos relacionarmos com a realidade.”¹⁸

Por isso advoga o regresso ao religioso e à busca espiritual, mesmo que através da solução do sincretismo religioso.

Tarefa que cabe igualmente à Universidade, sobretudo nos momentos de crise, como a que vivemos porque, como observa Eduardo Lourenço, apesar de a Universidade europeia se ter tornado uma fortaleza vazia, “a história da Europa é a história das suas universidades”, porque “foi desde o início menos o lugar aberto e protegido em que o homem imagina interrogar esse saber humano, que o lugar em que esse saber humano, na sua tradição ou enigma não resolvido, o interpela a ele”¹⁹.

É, pois, na confluência deste conjunto de circunstâncias e factos que se impõe estudar o problema da Universidade, distinguindo-o do problema dos Estudos Superiores, não menos dignos e necessários, mas distintos.

A Universidade especialmente na sua vertente das ciências humanas tem-se vindo a afastar da sua verdadeira vocação, perdendo a sua razão de ser.

Lucidamente, Eduardo Lourenço, na obra citada observou que, quando nasceu, a Universidade na sua preocupação de conferir sentido questionava, fundamentalmente, o problema de Deus, depois passou a fazer do problema do Homem o seu centro, depois entendeu que devia preparar para uma profissão. Não sendo, contudo, capaz de dar empregos, pois “quando deixou de ser o lugar de um combate intelectual por um sentido que transcende a sua realidade de Universidade, começou a sua erosão interna, o seu esvaziamento de “sentido” a sua doença mortal (...) não sabe hoje para que funciona.”²⁰

E Steiner torna ainda mais explícito o porquê da falência da Universidade: “O secundário e o parasitário imperam (...) Ao nível da interpretação e avaliação da crítica universitária, o volume dos discursos desafia qualquer esforço de inventário”. “É contra este pano de fundo geral de crise de palavra, de abolição de sentido, que podemos, segundo creio, apreender mais efetivamente a semiótica negativa, os impulsos desconstrutores que se têm afirmado de modo tão privilegiado na filosofia do sentido e nas artes da leitura ao longo das últimas décadas. Pertence-lhe a lógica niilista e o extremismo conseqüente da pós-Palavra.”²¹

¹⁴ George Steiner, *Presenças Reais*. Lisboa: Presença, 1993 [1989], pp. 78-81. *Gramáticas da Criação*. Lisboa: Relógio d'Água, 2002 [2001].

¹⁵ Antoine Compagnon, *Le Démon de la Théorie*. Paris: Seuil, 1998, p. 305.

¹⁶ Marcel Gauchet, *Le Désenchantement du Monde*, Paris, Gallimard, 1985.

¹⁷ Gilles Lipovetsky, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água, s.d.; idem, *Le Crépuscule du Devoir*, Paris, Gallimard, 1992.

¹⁸ Marcel Gauchet, *Ibidem*, p.312.

¹⁹ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, 2.ª ed., Lisboa, INCM, 1988, pp. 74-75.

²⁰ Eduardo Lourenço, *Ibidem*, p. 107.

²¹ George Steiner, *Ibidem*, p. 107.

²² D. Barbedette, *Histoire de la Philosophie*, 4th ed.. Paris: Berche et Pagis, 1928, pp. 221-227; A. Boulenger, *Histoire Générale de l'Église: Le Moyen Âge*, vol. V. Paris: Emmanuel Vitte, 1935, pp. 339-350.

4. Impõe-se uma reforma (ou refundação?) da Universidade

Algumas referências históricas sobre o primeiro tempo da Universidade e do período em que ela contribuiu decisivamente para a transformação da Europa podem ajudar-nos a

²³ René Guénon, *Ibidem*, p. 81.

encontrar o caminho da reforma.²²

Como é sabido, a Universidade surgiu na Europa, na Idade Média, por iniciativa da Igreja, junto às catedrais, abadias e outras instituições eclesiásticas, às escolas episcopais, monásticas ou palatinas.

Nas *scholae minores* ministravam-se os estudos elementares, nas *scholae maiores*, sob a supervisão do Bispo, do Abade, ou da autoridade real, matérias correspondentes ao atual ensino secundário.

O ensino era o das 7 artes liberais, do *trivium* e do *quadrivium* ligadas, as primeiras, à gramática, à retórica e à lógica, e as segundas à aritmética, geometria, astronomia e música, disciplinas estas que compreendiam ainda outras matérias não autonomizadas curricularmente.

Foi com a criação da Universidade, em escalão superior, que as Ciências, o Direito ou a Medicina surgiram, juntamente com a Teologia para os clérigos.

O ensino era destinado tanto aos filhos dos servos como aos dos senhores, e quando passaram a exigir pagamento dos alunos aos professores não foram poucas as condenações por parte de alguns concílios.

Nesta primeira estruturação, as Universidades eram associações de professores e estudantes organizadas em “corporações”, e a de Bolonha, por exemplo, foi das primeiras.

Segundo A. Boulanger, e referindo-se à Universidade de Paris, também entre as primeiras, a palavra Universidade surge pela primeira vez em 1221 numa bula do Papa Honório II.

A estrutura era formada por “faculdades” e “nações”, e os estudantes frequentavam o bacharelato (dois anos) e depois a licenciatura de estudos mais longos e avançados.

Desde o início que a Universidade se ocupou com problemas de elevado nível intelectual, tanto teológico como filosófico, cultivando o método escolástico que já vinha do século VIII, mas que atingia então a sua expressão maior através das exposições e debates da *lectio* e da *disputatio*. A partir de uma *assertio* que lançava uma questão, à volta da qual se constelavam as discussões da *disputatio*, segundo a dialética aristotélica do silogismo e as subtilezas do estratégico *distinguo*, frequente nas respostas do Lente *ad primum, ad secundum, etc.*

Assim se debatiam questões fundamentais de caráter teológico e filosófico nos domínios da ontologia e da metafísica geral, e problemas como os dos conceitos operativos da “essência” e “existência”, ou sobre a tão celebrada questão dos “universais”, relativa ao problema do real e da linguagem, pondo em questão a possibilidade ou objetividade do conhecimento humano, bem como questões várias de ética, política, etc.

Desta fase matricial da existência da Universidade alguns aspetos responsáveis pelo seu êxito nos devem merecer uma atenção especial para a reforma tão necessária da Universidade Portuguesa, por isso arriscamos algumas sugestões:

a) Distinguir e organizar as Escolas segundo a diferença Universidade/ Ensino Superior.

Face à demagogia que tem vigorado a partir de não poucos equívocos e estratégias alheias ao saber, há que distinguir entre o estudo e a pesquisa das grandes questões do saber e o estudo profissionalizante, especialmente destinado a preparar professores para o ensino secundário e profissões várias.

A demagogia ridícula de que ser doutor é um direito universal tem enchido as nossas Faculdades com muitos alunos, desmotivados para as questões diretamente vocacionadas para a reflexão e a investigação, anulando, por uma mediação amorfa, a diversidade legítima de percursos.

Por isso há que criar dois tipos de escolas: Universidade e Ensino Superior.

b) Ser universitário por vocação

Significa este objetivo que se procura acima de tudo o Saber, em reflexão e debate das grandes questões teológicas, filosóficas, literárias ou sociais, em especial, apreendendo os meios e processos para o exercício da investigação científica que prolongará e sustentará, na iniciativa individual posterior, o aprofundamento dos objetivos enunciados. Tal como no provérbio chinês “é mais importante ensinar a pescar do que oferecer um peixe”.

Assim se porá, naturalmente, termo à massificação que empobrece as nossas escolas, e se poderá prestar à comunidade serviços especializados em tarefas de maior responsabilidade e consequências sociais, também eles, obviamente, de utilidade geral.

Criticando a tendência da “vulgarização” massificadora, “isto é, o desejo de pôr tudo ao alcance de todos”, René Guénon afirma: “a difusão inconsiderada de uma instrução que se pretende distribuir igualmente a todos, sob formas e métodos idênticos só pode levar, como já afirmámos, a um nivelamento por baixo: aqui, como em tudo, a qualidade é sacrificada à quantidade (...) À parte a sua insignificância e a sua ineficácia, o que a torna realmente nefasta é, sobretudo, o facto de se tomar por aquilo que não é, com tendência para negar tudo o que a ultrapassa, e abafar, assim, todas as possibilidades que se ligam a um domínio mais elevado; parece, aliás, que ela é mesmo feita para isso, porque a uniformização moderna implica, necessariamente, o ódio a qualquer superioridade”.²³

c) Restabelecer a relação Mestre-Discípulo

Era frequente no tempo áureo da Universidade medieval que os alunos vindos das mais variadas nações se inscrevessem nas Universidades em que reconheciam Mestres de prestígio, procurando tornar-se seus discípulos.

O que significa não só a criação de um vínculo pessoal e intelectual permanente enquanto estudavam, mas também uma comunicação fácil futura, muito produtiva depois de regressados a seus países onde desenvolviam e aplicavam o que tinham aprendido.

Nada disto, ou muito dificilmente, a massificação permite, até porque leva ao outro extremo, a falta de correção e cortesia para com aqueles que lhes tinham transmitido o saber, e aos quais era devida até uma certa gratidão, sentimento este em vias de desaparecimento, até no próprio vocabulário.

Presumo que, embora com adaptação aos novos tempos, só teríamos a ganhar com a adoção destas dinâmicas, a bem da ciência e da cordialidade das relações humanas, que em muito ajudariam a eliminar invejas e conflitos restaurando alguns princípios éticos fundamentais.

5. Um caminho possível?

Não é credível que, no atual estado das coisas, se possa reduzir drasticamente a frequência massiva dos cursos de letras, reservando-os apenas para os que desejam formar-se para a investigação científica, docência universitária, reflexão dos grandes temas humanísticos.

Parece-nos que isso só poderá acontecer se, com a designação e nova organização do Ensino Superior se estruturarem as escolas desse tipo para a formação de professores, e destinarem a Universidade unicamente para os que se querem dedicar à investigação científica e à reflexão sobre as grandes questões do Saber.

Presumo que o modo natural de se fazer esta passagem será o de se credenciarem e apoiarem os atuais centros de investigação da Universidade/FCT, onde não há nem deve haver massificação, de modo a fazer deles a verdadeira Universidade, avalizando e selecionando os seus projetos em função de objetivos definidos, com avaliação feita por equipas internacionais.

Para tanto, há que rever e corrigir o modo como os centros foram integrados na Universidade, pôr termo à discriminação dos investigadores estrangeiros relativamente aos residentes, não fazer depender de outras entidades internas os projetos de investigação, simplificar a burocracia, permitir uma gestão financeira própria, embora sujeita às regras administrativas e, sobretudo, para qualquer reestruturação ou alteração importante consultar sempre os diretores dos diversos centros, especialmente daqueles que têm mais experiência, como são os que já vêm de 1975 e já colaboraram com o INIC, a JNICT e, atualmente, com a FCT.

Note-se ainda, que a relação Mestre-Discípulo, enfraquecida na docência, tendeu a desenvolver-se nos Centros de Investigação, mas é enfraquecida pela redução do necessário tempo de diálogo, que é preciso recuperar.

Adverta-se, também, que a investigação, naturalmente relacional, está a confrontar-se com as fronteiras *entre* Universidades, determinada pela lógica da “territorialidade” de cursos e programas de estudos cuja justificação se encontra no número de alunos.

Por outro lado, deve estudar-se uma ligação institucional dos Centros com a Reitoria e a Direcção das Faculdades, respeitando sempre as orientações da equipa internacional de avaliação.

Estou em querer que isto é possível e desejável, embora, naturalmente, suscetível de aperfeiçoamentos. Pelo que se recomenda seja aberto amplo debate. ▼



**Vozes
Consonantes**

Narrativas desconcertantes

Os “Livros pretos” de Gonçalo M. Tavares

1. Gonçalo M. Tavares surge, no contexto da literatura portuguesa do século XXI, como um dos mais promissores autores, não só pelo número elevado de obras publicadas mas também pela sua incontestável qualidade. Prova disto são os prémios que lhe foram atribuídos nas várias modalidades representativas, bem como a tradução e a edição dos seus livros em quase todos os países europeus e no continente americano.

Embora tenha cultivado vários géneros literários, como o ensaio, a poesia e peças de teatro, a importância da escrita de Gonçalo M. Tavares prende-se, principalmente, com a sua produção em prosa, sobretudo por duas séries de ficções denominadas O BAIRRO e O REINO. A primeira é uma sequência de livros com nomes de escritores, como *O Senhor Valéry*, *O Senhor Henri*, *O Senhor Brecht*, *O Senhor Calvino*, etc., que se caracteriza por um registo de cariz lúdico, explorando questões ligadas à lógica, aos paradoxos da linguagem e ao absurdo. Em contraposição surgem os quatro romances de O REINO, denominados “livros pretos” e intitulados *Um Homem: Klaus Klump* (HKK), *A Máquina de Joseph Walser* (MjW), *Jerusalém* (J) e *Aprender a Rezar na Era da Técnica* (ARET) que foram publicados em 2003, 2004, 2005 e 2007, respetivamente¹. São estes últimos que interessa examinar por causa dos seus desígnios pragmáticos: do ponto de vista injuntivo, à conceção das categorias literárias subjaz uma atitude autoral orientada no sentido de desconcertar a leitura.

No seu conjunto, a tetralogia de O REINO funciona como um único romance devido à presença de certos elementos ficcionais comuns às quatro narrativas. É o que se verifica com determinados temas, ambientes sociais, espaços físicos e algumas personagens, cujo papel de protagonistas ou figurantes alterna de obra para obra. O desconcerto que acompanha o ato hermenêutico prende-se, em primeiro lugar, com os enredos, cujo pano de fundo não tem nada a ver com a realidade portuguesa, mas com um quadrante geográfico incerto, conotado com um país da Europa Central ou de Leste. Aparentemente, o espaço físico, palco das ações, reduz-se a uma mesma cidade, soturna e impessoal, sem nome e sem localização determinada, cuja caracterização é extremamente escassa, salvo a referência a ruas pouco iluminadas e às suas designações, como Dorlein, Kasch M., Krumphil, Krump Datsch e Krumpfrot. A dimensão temporal dos núcleos diegéticos também é difusa, presumindo-se que a maioria dos acontecimentos tem lugar durante e após a Segunda Guerra Mundial. Nos dois primeiros romances, por exemplo, as intrigas decorrem na cidade durante um conflito armado não especificado, referido nos termos “Os tanques estavam na cidade”, “Um terço dos homens na cidade estava escondido” (HKK, pp. 16, 19); “Começou a falar-se da guerra; a cidade estava praticamente ocupada” (MjW, p. 181). Como consequência, o clima de precariedade e hostilidade sobressai de pequenos trechos, como

(...) havia ainda uma instabilidade nos vencedores. Passeavam pela rua e por vezes sorriam, outras vezes eram cruéis.

As coisas femininas da cidade tornaram-se agressivas. As pernas das raparigas perderam importância. (...) Os homens tornaram-se primitivos

¹ As edições utilizadas para a análise são: *Um Homem: Klaus Klump* e *A Máquina de Joseph Walser*. Lisboa: Caminho, 2008 (4ª ed.); *Jerusalém*. Lisboa: Caminho, 2006 (4ª ed.); *Aprender a Rezar na Era da Técnica*. Lisboa: Caminho, 2007.

(...).

O país parecia dividido em milhares de homens: cada homem com a sua linguagem e a sua morte. (*HKK*, pp. 19, 55, 89)

Grande parte da cidade foi conquistada por esse exército neutro que não é exército: a indiferença. Se queres sobreviver, colocas a tua coragem num saco de plástico e aguardas. (*MjW*, pp. 174-175)

A guerra, causando danos materiais e humanos, deixa para trás destroços e ruínas, como atesta a seguinte passagem, constantemente reiterada nas páginas dos dois romances:

O cavalo apodrecido no meio da rua, coberto por milhares de moscas (...). A cabeça do cavalo está vazia, está mais pequena que a cabeça de um pássaro. A cabeça do cavalo é um balde preto, vazia por dentro. (*HKK*, p. 47)

Acresce também a violência, consubstanciada em episódios quer de violação de mulheres por soldados (*HKK*, pp. 30, 84), quer de assassinio de militares (*MjW*, p. 237) e de fuzilamento de traidores e sabotadores (*HKK*, p. 85; *MjW*, p. 254).

Por seu lado, embora em *J* e em *ARET* o período seja de paz, a herança pestilenta e mortífera da guerra surge na invocação de episódios bélicos e do pesadelo do Holocausto. Assim, o protagonista da primeira narrativa recolhe documentos e observa fotografias sobre o funcionamento de campos de concentração (pp. 42, 44-45), enquanto o pai da personagem principal do segundo romance confessa ao filho assassinatos cometidos durante a guerra (pp. 115-116).

Na generalidade, os nomes das personagens têm a ver com os espaços e com o tempo histórico, porque são de origem germânica e / ou judaica, como acontece com os protagonistas da tetralogia, Klaus Klump, Joseph Walser, Mylia e Thomas Busbeck, Lenz Buchmann e com alguns figurantes, como Clako, Xalak, Hanna, Ernst, Kaas, Gomperz, Frederich e Leo Vast, entre outros. A sua caracterização também desconcerta, uma vez que se trata de personagens na sua maioria doentes física e/ou psicologicamente, cujos comportamentos incomodam pela sua insolência. Ilustrativos são alguns atos de Klaus Klump, por exemplo, para os quais não é possível encontrar uma explicação lógica; falamos das relações de amizade que estabelece com o seu violador na prisão e do ódio que nutre relativamente ao seu pai (*KK*, pp. 54, 60). Joseph Walser age de modo anómalo quando se apropria da fivela do cinto de um morto encontrado na rua (*MjW*, p. 283). Theodor Busbeck, em *J*, fica excitado perante as fotografias bizarras de uma mulher ensanguentada, deitada nua numa cama com as pernas abertas (pp. 45-46). O protagonista de *ARET*, Lenz, gosta de humilhar prostitutas e pratica o ato sexual com a sua mulher perante o olhar atónito de um vagabundo (p. 23).

Fator de estranheza são também os ambientes nos quais se movem os actantes, identificados com locais claustrofóbicos e medonhos, autenticamente kafkianos, podendo referir-se, a este propósito, o caso do protagonista do primeiro romance, que passa anos encarcerado numa cela minúscula, na companhia de sete reclusos maldosos e perversos. Por seu lado, Joseph Walser reparte o seu tempo a trabalhar no ambiente desconfortável e desolador de uma fábrica e num pequeno quarto a cuidar da sua coleção de peças metálicas. Em *J*, Mylia é várias vezes internada em hospícios e clínicas psiquiátricas, onde se amontoam doentes e loucos que sofrem com condições de vida deploráveis. Sucedem-se os sítios desumanizados, escabrosos, sórdidos e decadentes.

2. Componente de capital importância que consegue igualmente desconcertar o leitor é o repertório temático que também não é propriamente português porque aspira a tratar de aspetos universais, relacionados com a condição humana. *HKK*, por exemplo, é um romance sobre a força, sendo o protagonista confrontado com situações-limite, sofrendo uma transformação profunda em consequência dos acontecimentos da diegese. O seu percurso inicia com uma assumida passividade relativamente ao conflito armado, facto assinalado pelo narrador: “Klaus (...) mantinha-se neutro. (...) dizia que um homem durante a guerra deve ser surdo-mudo até ser possível. E ficar quieto” (p. 23). Numa fase posterior, assume uma atitude de resistência e, apostando nas suas potencialidades, consegue dominar as situações que lhe são adversas. O seu desempenho é pautado pela ação, em episódios de uma brutalidade animalesca, resultado de momentos de tensão extrema,

nos quais é visível a sobreposição do instinto à razão. Com o regresso à normalidade e consciente da sua força, o protagonista mostra-se capaz de controlar e afirmar o seu poder sobre os outros.

No segundo romance, *MjW*, a personagem central é o oposto de Klaus Klump, porque surge como um indivíduo passivo e resignado, que opta pela fuga dos acontecimentos e pelo refúgio da realidade. A sua decisão é não interferir na guerra porque, segundo o próprio, esta representa um fenómeno de difícil compreensão. Joseph Walser revela uma conduta regida pelo conformismo, ao encarar “a chegada da guerra e a invasão da cidade (...) como um acontecimento enfadonho” (p. 158). Trata-se da tematização da fraqueza humana, uma vez que a caracterização do protagonista assenta numa inoperância intencional, com atitudes de cobardia e de alienação. O único rasgo de força de vontade associa-se ao interesse em jogar às cartas com colegas de trabalho, em manter a sua coleção privada e em exercer o papel exemplar de operário fabril.

Por seu lado, *J* é uma espécie de catálogo do sofrimento humano, evidenciando tormentos relacionados com enfermidades e fobias: os temas da violência e da loucura é que têm um papel preponderante². O primeiro, por exemplo, relaciona-se com a pesquisa encetada por Thomas Busbeck sobre o Holocausto, com vista a “estabelecer uma relação entre o horror e o tempo” (p. 50), questionando a História e o futuro da humanidade em função da persistência do terror. A violência explícita consubstancia-se também no episódio do assassinato de uma criança por um ex-soldado que participara na guerra, cujo ato vem na sequência do seguinte comentário do narrador: “A necessidade de matar, que ele vivera, parecia-lhe mais nobre, para a espécie humana, que a necessidade de comer” (p. 98). Na sua dimensão implícita, o tema prende-se com o tópico da loucura, largamente explorado no romance, a propósito da personagem Mylia Busbeck, esquizofrénica, com sucessivas entradas e saídas de hospícios. No entanto, há outros loucos a desempenhar o papel de figurantes na narrativa em vários capítulos, com destaque para o nono, construído a partir de depoimentos de mais de vinte doentes mentais. O que desconcerta, no caso, é o teor dos seus enunciados, que emana de ideias caóticas e sem nexos, veiculando profundos estados de sofrimento, desgosto, infelicidade e frustração.

ARET representa uma súpula de temas articulados em torno dos motivos da força, da doença e da morte, apostando, como o título indicia, numa ideia central que norteia o percurso existencial da personagem principal: a oposição entre a fé nos valores religiosos e uma prática marcada por uma racionalidade exacerbada. Lenz Buchmann, médico cirurgião e protagonista da história, educado sob os princípios de uma disciplina militar, é uma figura invulgarmente forte e racional. Destaca-se pelo seu profissionalismo e pelas competências que detém, facto que lhe permite ascender na hierarquia social, substituindo a prática médica pela política. No entanto, desde adolescente conhece a crueldade e a violência no seio familiar o que o leva, na fase adulta, a revelar facetas particularmente sórdidas e prepotentes. Recorde-se, a este propósito, a perversidade que rege os seus comportamentos nas relações com as mulheres, alguns familiares e subordinados. Condenando constantemente a fraqueza humana, associada à doença e ao medo, privilegia a morte violenta à morte natural e manifesta desdém pela bondade e pela compaixão. O seu credo é a máquina, a ciência, a ordem, o poder e a validade dos métodos para alcançar os fins pretendidos, justificados nos seguintes termos “todas as ações são possíveis e todas são boas se atingirem o objetivo” (p. 213). Na sua perspetiva, a fé e os valores religiosos pertencem ao passado, são autênticos anacronismos no novo mundo da tecnocracia, identificado filosoficamente como pós-moderno e pós-humano.

Para além dos temas principais que particularizam cada um dos romances, outros motivos dignos de relevo são as sexualidades ilegítimas, como a prostituição e a homossexualidade (*HKK*, *J*), as relações amorosas desprovidas de afeto (*MjW*, *J*, *ARET*), a vingança que leva à morte (*HKK*), a traição e o adultério (*MjW*), a degradação física e moral (*J*, *ARET*). Trata-se de narrativas insólitas, que causam perplexidade e estranheza, uma vez que tematizam chagas humanas, onde a depravação e a barbárie têm uma presença constante.

Outras categorias que conseguem perturbar o leitor são os modos de construção dos enredos e a linguagem utilizada por Gonçalo M. Tavares. A arquitetura das intrigas, por exemplo, concretiza-se em capítulos curtos que se encaixam uns nos outros, subvertendo, em certa medida, a lógica que preside aos relatos tradicionais. É o que acontece particularmente em *J* e *ARET*, onde é visível uma desconstrução espaço-temporal, pelo recurso constante a analepses que dificultam uma leitura linear. Por seu lado, o mini-

² Sobre os tópicos em causa veja-se também Manuel Frias Martins, “Averbar o horror”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, outubro de 2005, n.º 914.

³ Sobre algumas questões de ordem filosófica que os romances levantam vejam-se Miguel Real, “Romances filosóficos”, *Journal de Letras, Artes e Ideias*, dezembro de 2003, n.º 867, e Pedro Quintino de Sousa, *O Reino Desencantado. Literatura e Filosofia nos romances de Gonçalo M. Tavares*. Lisboa: Edições Colibri/CELL, 2010.

malismo dos blocos narrativos subestima a caracterização exaustiva de personagens e espaços, apontando para uma economia representativa que solicita uma reconstrução do narrado. O desconcerto advém também da heterogeneidade estrutural dos romances: há capítulos que exploram exclusivamente núcleos diegéticos, outros a funcionar como catálises, passagens em forma de monólogos interiores, bem como episódios teatralizados com o apagamento do narrador. A definição das vozes narrativas é igualmente problemática, porque desafia horizontes de expectativa: o recetor é confrontado com relatos na primeira e terceira pessoas, com focalizações internas e externas, justapostos a trechos caracterizados pela utilização do discurso indireto livre.

A economia narrativa também tem a ver com a linguagem, que se apresenta com uma grande sobriedade, isenta de psicologismos ou de cargas afetivas e emocionais. Trata-se de registos condensados, objetivos e controlados, reduzidos ao essencial, que desconcertam pela sua segura e fria. A ideia que esta estratégia veicula é que a linguagem literária, na sua forma clássica, não se afigura apropriada para a representação do mundo ignóbil dos romances. Daí a presença de uma retórica crua e impessoal, sem adornos ou ornatos, como atestam as seguintes passagens do romance *J* sobre o assassinato do jovem Kaas:

O rapaz de doze anos, deficiente, que procurava o pai àquelas horas da noite estava cada vez mais assustado, e o facto de aquele homem de olheiras grandes o agarrar provocava nele um temor irreconhecível, que o impedia de reagir.

Hinnerk, segurando no pescoço de Kaas, puxava-o para uma rua lateral, onde a iluminação era quase inexistente. (...)

Hinnerk estava desde há momentos calado, mas não parava de puxar o rapaz, o mais delicadamente possível, para a parte de trás de um prédio, de onde vinha uma escuridão completa. Kaas fez um pequeno movimento tentando afrouxar a mão do homem sobre o seu pescoço, mas este, subitamente, agarrou-o ainda com mais força, e atirou-o ao chão.

Kaas tentou gritar. (pp. 167-168)

3. Quanto aos desígnios ideológicos dos romances, a tetralogia introduz estranhezas pela problematização de vários aspetos relacionados com o funcionamento das sociedades ocidentais do século XX. A invocação da Segunda Guerra Mundial, do Holocausto e da vigência de regimes democráticos do pós-guerra marcam a passagem da Modernidade para a Pós-modernidade. Neste contexto de transição, pautado por um progresso tecnológico desenfreado, supostamente ao serviço do bem-estar social, assiste-se também a uma crise de valores e ao surgimento de atitudes niilistas, formas de contestação de ideologias instaladas. Mais concretamente, trata-se do niilismo ético, passivo ou ativo, que resume a classificação dos homens em fracos e fortes, e o niilismo religioso que provém do postulado de F. Nietzsche “Deus está morto”³. A ausência de ética, por exemplo, na sua forma passiva, subjaz à história de Joseph Walser, uma vez que o protagonista é um homem que abdica da ânsia de poder e cuja apatia e desalento levam a encarar a vida como um fardo. No entanto, é o niilismo, na sua dimensão ativa, que mais sobressai dos enredos dos outros três romances. Klaus Klump, Thomas Busbeck e Lenz Buchmann representam o ideal do homem forte; o seu campo semântico remete para o super-homem nietzschiano, seguro de si, autossuficiente e consciente do seu poder. São personagens altamente competentes e criativas, capazes de enfrentar e de se impor em qualquer situação do seu percurso existencial. Este facto tem a ver também com o niilismo religioso, porque os três se apresentam como independentes da instância divina, seguindo os princípios racionais do desenvolvimento tecnológico e científico da nossa Modernidade. Recorde-se, a este propósito, a epígrafe de *MjW*, da autoria de Hans Christian Andersen, que sintetiza o perfil do homem na era da técnica: “Ele bem queria rezar a oração, mas só era capaz de se lembrar da tabuada”. Contrários ao sentimento resignado e pessimista, entendido como decadente e responsável pelo enfraquecimento do instinto vital, Klump, Busbeck e Buchmann opõem-se à degradação e à degenerescência da energia humana. Os seus atos revelam uma inversão dos princípios do humanismo tradicional, uma vez que os valores que defendem se prendem com a aceitação de todos os riscos existenciais, o que os leva a viverem para além da dicotomia do Bem e do Mal. Como resultado, a sua *performance* põe constante-

mente em causa a separação rígida entre as duas categorias, em episódios invulgares e surpreendentes, nos quais é visível a crise dos ideais iluministas, como consequência do triunfo da técnica e do excesso de inteligência e de racionalidade. Exemplo disso são os métodos e os objetivos que presidem à investigação encetada por Thomas Busbeck, em *J*, na sequência do Holocausto, que, pelo excessivo domínio da lógica e da razão, roçam o absurdo e a insensatez:

Chegando ao gráfico do horror distribuído pelo tempo poderia então começar a pensar em algo ainda mais importante: a fórmula. Uma fórmula numérica, objetiva, humana poderia mesmo dizer, não animalesca, não sujeita a flutuações de sentimentos ou de ânimo, uma fórmula puramente matemática, puramente quantitativa, serena. (p. 51)

Conhecer a saúde mental da História, era esse o objetivo final do seu projeto de investigação. (...) Se percebesse como a História pensava, se a encarasse como um organismo com cérebro, (...) Theodor chegaria ao que milhares de homens (...) haviam tentado: dominar a História. (...) perceber como pensa a História para formular uma *normalidade*, e assim a poder controlar. (pp. 58-59)

A racionalização exacerbada, sinónimo, no caso, de uma certa monstruosidade, está na base também da perversidade e da crueldade manifestada por Lenz Buchmann, em *ARET*, relativamente ao mundo que o rodeia:

(...) a cada dia que passava, os elogios e a admiração técnica que os doentes, os colegas médicos e o pessoal do hospital lhe dirigiam tornavam-se insuportáveis. Não o irritava ser considerado competente mas sim que essa competência fosse confundida com uma certa bondade, sentimento que desprezava em absoluto. (...)

Foi por essa razão que, nessa tarde, quando a mulher ingénua, ao agradecer o facto de ter operado com sucesso a mãe, lhe disse:

- Você é um homem bom!

Ele sentiu necessidade de, à frente do pessoal do hospital, responder, com rudeza:

- Desculpe, não sou nada disso. Sou médico. (p. 32)

Particularmente perturbador é igualmente o pendor ensaístico nos romances, concretizado em discursos sentenciosos, próprios das chamadas formas gnómicas. Neste domínio, personagens e narradores recorrem frequentemente a locuções que se assemelham a máximas e aforismos, cuja carga axiológica remete para questões de ordem filosófica. A desestabilização da leitura prende-se, neste caso, com aspetos da nossa contemporaneidade, como acontece com a comparação estabelecida entre o funcionamento do mundo natural e o dos homens na era moderna:

A vergonha não existe na natureza. Os animais sabem a lei: a força, a força, a força. Quem é fraco cai e faz o que o forte quer. (...) A injustiça não faz parte dos elementos da natureza (...) Os homens quiseram introduzir na natureza coisas inventadas pelos fracos: foram os fracos que inventaram a injustiça para mais tarde poderem inventar a compaixão. (*KK*, pp. 21-22)

Desconcertantes também são algumas considerações sobre os sistemas democráticos, entendidos como demasiadamente humanos, numa perspetiva que só pode ser catalogada como totalitarista:

(...) a democracia é a instalação da cobardia mútua, e tal sistema não parte nunca de uma vontade forte, de uma intenção original (...) A democracia é um efeito de perda de Força de um conjunto de homens. É um ganho da fraqueza global. (*KK*, p. 123)

Por seu lado, os efeitos da industrialização são objeto de atenção constante nos quatro

romances, como, por exemplo, o predomínio da razão sobre a emoção: “A única hipótese de sermos permanentemente racionais é obrigarmos a emoção a manter-se, em qualquer circunstância, a um nível constante” (MSW, p. 226); a agência entre a loucura e a moral: “o louco é o que age imoralmente e louco ainda é o que agindo moralmente pensa de modo imoral” (J, pp. 106-107); a relação da maldade com a racionalidade: “A maldade é uma categoria do raciocínio. (...) Como se fosse uma etapa do percurso que o cérebro matemático faz quando pretende resolver problemas numéricos. Dedução, indução e maldade.” (MjW, p. 174); a igreja nos tempos modernos: “A igreja já não tinha a antiga força. (...) transformara-se (...) em apenas mais uma associação, como no país existiam não centenas mas milhares” (ARET, p. 216).

Destaque-se, ainda, o papel que a máquina exerce na conjuntura da tecnocracia porque insubstituível no nosso quotidiano. A sua importância é de tal ordem que subordina toda a existência humana:

As máquinas interferem já na História do país e também na nossa biografia individual. (...) A felicidade já foi reduzida a um sistema que as máquinas entendem e no qual podem participar e intervir. (...) Ser feliz já não depende de coisas que vulgarmente associamos à palavra Espírito. Depende de matérias concretas. A felicidade humana é um mecanismo. (MjW, pp. 149-150)

É a ideia da escravização do homem que está em causa, uma vez que a técnica pode contribuir para uma vivência instável e nefasta. Neste contexto, a relação homem/máquina aparece como particularmente problemática, conflituosa até, facto comentado pelo narrador de *MjW* nos seguintes termos:

Joseph Walser amava a sua máquina, mas sabia que esta o odiava, a ele, humano, de tal modo que não o largava de vista; a máquina observava-o constantemente, à procura de uma falha, à espera de uma falha. (...) a máquina era de uma hierarquia superior: poderia salvá-lo ou destruí-lo (...) (p. 156)

Para além das considerações explícitas sobre temas que se podem considerar universais, relacionados com o impacto da racionalidade na contemporaneidade, merecem referência alguns trechos de teor abstrato que desconcertam pelo seu teor. Tome-se, como exemplo, o “catálogo” apresentado em *J*, intitulado *Europa 02*, cujos nove textos minimalistas representam autênticas alegorias, como se pode deduzir do primeiro, com o subtítulo “Excluídos”:

Quem comete um erro é excluído; é fechado dentro de uma caixa. Quem está fora vê apenas a caixa. Mas quem está fechado, excluído, consegue ver cá para fora. Vê tudo, vê-nos a todos.
Em cada compartimento há dezenas de caixas. Milhares de caixas por todo o lado. A maior parte delas vazia. Outras têm lá dentro pessoas excluídas. Ninguém sabe quais as caixas que têm pessoas.
As caixas são tantas que ninguém lhes dá importância. Pode estar lá uma pessoa, até a que amas, mas nem olhas. Já não produzem efeito. Passas por elas centenas de vezes. (p. 128)

Com base nesta breve apresentação, poder-se-á concluir que, do ponto de vista injuntivo, os “livros pretos” de Gonçalo M. Tavares transformam-se em romances de ideias, comportando uma crítica às consequências do advento da modernidade relacionadas com a aniquilação do sujeito e da sua individualidade. Funcionam, assim, como espaços de reflexão, representando um universo ficcional que problematiza o sentido trágico da existência humana. ▽

Resumo

A produção literária do escritor Gonçalo M. Tavares engloba todos os géneros literários, é porém na prosa que ela se torna mais marcantes, mais notavelmente nos seus Livros Negros. Estes são compostos, mais precisamente, por *Um Homem : Klaus Klump*, *A Máquina de Joseph Walser*, *Jerusalém* et *Aprender a Rezar na Era da Técnica*, onde o autor constrói uma narrativa de leitura dilacerante. Neste sentido, podemos salientar a forma insólita como são concebidas as categorias literárias, particularmente ao nível dos temas, das tramas, das personagens e da linguagem. Estamos perante um discurso estranho e chocante que funciona, de um ponto de vista injuntivo, como as ligações de reflexão e de questionamento do real.

Palavras-chaves: romance; Gonçalo M. Tavares; temas; técnica narrativa; ideologia.

Abstract

The writings of Gonçalo M. Tavares cover all genres, however the prose is the one genre it becomes more salient, most notably in his Black Books. These Black Books are, more precisely, *Um Homem : Klaus Klump*, *A Máquina de Joseph Walser*, *Jerusalém* and *Aprender a Rezar na Era da Técnica*, where the author constructs a narrative which provides a heartrending reading.

This way, we emphasize the unusual way he designs the literary categories, particularly in terms of theme, the plot lines, characters and language. We are facing a strange and shocking speech, from an injunctive point of view, as the links of reflection and questioning of reality.

Key-words: romance; Gonçalo M. Tavares; themes; narrative technique; ideology.

Uma intensa disseminação

A África como *locus* na literatura portuguesa

O lugar político das práticas de memória é ainda nacional e não pós-nacional ou global.

Andreas Huyssen

A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas.

Amin Maalouf

¹ Pierre Nora, “La père des ‘lieux de mémoire’ – L’historien Pierre Nora craint la ‘boulimie commémorative’”. Entrevista a Antoine Robitaille. *Le Devoir.com* (Libre de Penser). 27 septembre 2008. <http://www.ledevoir.com/societe/207742/le-pere-des-lieux-de-memoire-l-historien-pierre-nora-craint-la-boulimie-commemorative> (consultado: 22 de abril de 2010, às 23.22h)

² Neste texto os termos *experieñcial* *experieñcial* e *vivieñcial/vivieñcial* aparecerão em itálico para marcar a sua vinculação conceptual a Walter Benjamin, como mais adiante se verá. Do mesmo modo, a palavra *disseminação* também aparecerá graficamente marcada pela sua vinculação conceptual a Homi Bhabha, como também se verá.

Começo este texto convocando a teoria da memória (e a conceção cultural da memória), porque esta parece-me um instrumento indispensável para se perceber a dinâmica dos elos, que atualmente a literatura portuguesa atualiza, entre a Europa, Portugal no caso, e a África, os países de língua oficial portuguesa. Na verdade, a partir de 1975, isto é, depois das independências políticas das colónias e da “retração” territorial de Portugal ao espaço ibérico e insular da Macaronésia setentrional, essa relação com a África, que filósofos e historiadores afirmam ser estruturante da *européidade* portuguesa, e que os críticos querem encontrar na literatura, tem vindo a ser atualizada com um misto de intenção de *localização* histórica, ambição heroizante do passado e afirmação refigurativa de uma identidade atlântica.

Porém, não raro essa performance literária resulta em celebração do que se pretende questionar e desvelar, concorrendo, neste paradoxo, para o que Pierre Nora designou como “bulimia comemorativa”, assente num frenesim nostálgico coletivo decorrente de um processo amnésico do passado.

1. De *experieñcias* e *vivieñcias*²: a trajetória da *disseminação*

A memória tem a ver com o presente, embora sempre seja vista como coisa do passado. Ela é uma construção do presente, está sempre voltada para questões atuais (...). O teatro da memória é eminentemente político.

Márcio Seligmann-Silva

Pondo de parte o caso da literatura de viagens, talvez esses elos – refiro-me aos literários – não sejam assim tão antigos quanto se esperaria de uma presença de cinco séculos e um domínio efetivo de pelo menos século e meio. Com efeito, eles vêm do tempo colonial, mais precisamente a partir da segunda metade do século XIX. À produção literária sobre

a África estava subjacente uma vertiginosa destinação subalternizante, que decorria do ensaio da abertura de horizontes, mesmo porque por estes estudos (mormente de teor etnográfico, que permitiam o “conhecimento” do “gentio”) se forjavam os estereótipos que serviriam à dominação colonial.

Depois das independências, a África evocada era-o primeiramente enquanto *localização* da inquietação colonial e imperial, mais precisamente por ser lugar de um *tempus horribilis* histórico – a Guerra Colonial – e já não propriamente *locus horrendus*, como fora na construção da *ultramaridade* e da colonialidade, em que o confronto era com o espaço humano e natural. Pode dizer-se que, tal como os combatentes (da I Grande Guerra) que regressavam do campo de batalha, “mais pobres em experiência comunicável”, segundo Walter Benjamin, também estes “empresários da memória”, para utilizar uma expressão de José Manuel Oliveira Mendes³ – no caso, escritores – viveram o *seu* tempo de emudecimento seguido de rumores traumáticos, pois “o trauma tem a ver com os limites da linguagem e da representação”⁴. Devido ao distanciamento temporal (cerca de duas dezenas de anos, numa era de intensa vertigem temporal proporcionada pelos meios de comunicação e por novos paradigmas de pensamento), que proporciona a experiência da comunicação, a literatura de motivação africana, que neste contexto sempre foi uma constante na literatura portuguesa desde os primórdios do colonialismo, ressurge assim com uma feição diferente, parecendo ter outras derivações, outras dimensões.

Esse atual regresso a África não se faz na esteira da literatura colonial, aquela que participa da concertação sinfónica da subalternização do homem africano e que, na construção textual, desenha a apologia do império e da colonização como necessária ao processo civilizatório⁵. Essa configuração ideológica é atualizada a nível técnico-compositivo e semântico-pragmático da urdidura textual (narrativa e lírica) e na sua intencionalidade ideológica pela representação de uma espaço-temporalidade africana hostil – o que permitia a construção heroica da figura do colonizador. O espaço não funcionava como “local da cultura”, sendo que, neste processo de construção literária, os sujeitos produtores de enunciação não eram os africanos, mas sim geralmente sujeitos metropolitanos que mantinham com aquele espaço uma tensa relação de alteridade dinamizada pelo “espírito de missão civilizadora”.

Não admira, por isso, que essa produção tivesse sido incentivada e promovida pelo poder colonial, até institucionalmente, como se pode ver pela criação, a partir de 15 de dezembro de 1932⁶, do prémio de literatura colonial da Agência-Geral das Colónias (depois Agência-Geral do Ultramar, criada por Teófilo Duarte em portaria de fevereiro de 1948). O objetivo era despertar para a necessidade de “intercâmbio” entre o Portugal metropolitano e os territórios do Ultramar que, como se sabe, iam da África à Ásia (Timor e o estado da Índia). Essa iniciativa, que seria revitalizada com um novo *Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina*, visava promover “a literatura na forma de romance, novela narrativa, relato de aventuras, etc, que melhor contribu[ísse] para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas causas coloniais”⁷.

Hoje, já no século XXI, essas conexões são diferentes, assim como diferente é a intenção literária que as motiva. Com efeito, quando se pensa certa produção literária portuguesa da atualidade que elege a África (colonial e pós-colonial, embora aquele tempo prevaleça) como *locus* da sua gestação, é importante pensar-se que esse ressurgimento se segue a um período de quase ausência desde António Lobo Antunes (*Memória de Elefante*, *Os Cus de Judas* – ambos de 1979, *A Explicação dos Pássaros*, 1981, e em parte *Conhecimento do Inferno*, também de 1981, *As Naus*, de 1988); Lúcia Jorge (*A Costa dos Murmúrios*, 1988⁸), Carlos Vaz Ferraz, pseudónimo literário de Carlos Matos Gomes (*Nó Cego*, 1983, *Os Lobos não Usam Coleira*, 1991⁹), Hélder Macedo (*Partes de África*, 1991).

Destaco desse *corpus* o romance de Maria Isabel Barreno, *O Senhor das Ilhas* (1994) – as ilhas de Cabo Verde, representadas pela ilha Brava. A importância deste romance, grandemente decorrente da sua dimensão histórico-sociológica, deve-se ao facto de inaugurar um novo olhar sobre esse lugar de simultânea distância e localização matricial da identidade cultural portuguesa, precisamente porque, sendo saga de uma família, ela, a família Martins, dada a conhecer em 1993, por via de um manuscrito pouco credível, reportando acontecimentos a século e meio de distância (1790-1840), torna-se representação metonímica da nação

³ José Manuel Oliveira Mendes, “O desafio das identidades”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

⁴ Márcio Seligmann-Silva, “Os escaninhos da memória”, *Jornal da UNICAMP*, Edição 391 (7 a 13 de abril de 2008), http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2008/ju391pags-6-7.html (consultado: 18 de abril de 2010, às 12.03h), p. 6.

⁵ Sobre a literatura colonial portuguesa ver: Inocência Mata, *Emergência e Existência de uma Literatura: o Caso Santomense*. Linda-a-Velha: Edições ALAC, 1993; Pires Laranjeira, “La littérature coloniale portugaise”, in Jean Severy, *Regards sur les Littératures Coloniales: Afrique Angolophone et Lusophone*. Tome III. Paris: L’Harmattan, 1999. pp. 231-258; e Francisco Noa, *Império, Mito e Miopia: Moçambique como Invenção Literária*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003

⁶ Este regulamento, que substituiria o de 1932, considerava as seguintes modalidades em prémios: 1. *Prémio Camilo Pessanha*, para Poesia; 2. *Prémio Frei João dos Santos*, para Ensaio (sociológico, etnográfico ou de outros temas relacionados com a vida do homem e conhecimentos afins); 3. *Prémio Fernão Mendes Pinto*, para Novelística (conto, novela ou romance); 4. *Prémio João de Barros*, para História.

⁷ Parágrafo 1 da Portaria n.º 6.119, de 1936

⁸ Teolinda Gersão, que costuma a ser incluída neste grupo, só publicaria *A Árvore das Palavras* em 1997 (Lisboa: Publicações Dom Quixote)..

⁹ Passado para filme, por António-Pedro Vasconcelos, com o título *Os Imortais*. Aliás, a obra de Carlos Vaz Ferraz traz muita incidência africana: os romances *Fala-me de África* e *Basta-me Viver* foram publicados, respetivamente, em 2007 e em 2010.

¹⁰ Cf. Isabel Castro Henriques, *A Invenção Social de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega, 1999.

¹¹ Cornejo Polar, *O Condor Voa: Literatura e Cultura Latino-americanas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 137.

portuguesa. Com um começo narrativo a anunciar uma perda (a morte do pai, motivo pelo qual os irmãos Marta e Manuel Maria são introduzidos na história no decurso de sua viagem a Lisboa para comprar a lápide tumular), é interessante que a ligação entre Cabo Verde e Portugal se faça por via da *nativização*, no universo cabo-verdiano, de Maria Josefa, portuguesa criada na ilha, cuja primeira presença se faz na praia, fronteira não apenas geográfica mas ainda identitária, pois situada na zona de tensão entre o *querer* e o *sentir* (o prazer de sentir a terra/a areia) e o *dever* (comportamento que o pai, D. Aniceto, reprovava) – com a dominância da primeira disposição. É é nesse limiar, entre a terra e o mar, entre os códigos da corte portuguesa e a sagesa africana de Cremilde, que o (r)encontro se dá com Manuel António, “representação”, em Cabo Verde, da corte portuguesa.

Esse enfrentamento transcultural será perseguido por Mário Cláudio, já na década seguinte, com *Oríon* (2001), aqui através de outro tipo de saga: o de um segmento, o judeu/cristão novo, com lugar ambíguo na “comunidade imaginada” destinadora, a portuguesa. A figura central que dinamiza a narrativa, que nela concentra o foco narrativo, é Abel, uma das sete crianças judias sobreviventes da empresa povoadora de Álvaro de Caminha, no período de “invenção” da sociedade são-tomense (Isabel Castro Henriques¹⁰). Por esta estratégia de fundação de um início se vai pontuando a viragem que aponta para uma *reinicialização* relacional com a África, já no dealbar do século XXI.

Os primeiros anos deste século conheceram, portanto, outros olhares literários sobre África, reveladores, neste contexto, de outro relacionamento com aqueles espaços. E se *A Árvore das Palavras* (1997), de Teolinda Gersão, *Baía dos Tigres* (1999), de Pedro Rosa Mendes, *Oríon* (2001), de Mário Cláudio, e *Equador* (2003), de Miguel Sousa Tavares, talvez sejam as obras mais conhecidas deste *corpus* indicativo de uma viragem, convém conhecer outras que, embora menos mediáticas na sua receção, são significativas no modo como atualizam uma “poética da relação” histórica e identitária com o Portugal (ex-)imperial e (ex-)colonial, que começara, significativamente, com a tematização da colonização das ilhas atlânticas: Cabo Verde (*O Senhor das Ilhas*) e São Tomé e Príncipe (*Oríon*). Significativamente porque, sendo essas ilhas de formação colonial, essa tematização assinala uma nova estruturação do/no imaginário histórico e psicocultural com respeito à relação colonial com reflexos no processo de reagenciamento identitário.

2. De vivências e reflexões: as diferentes disseminações

Os discursos da memória articulam questões de poder e de política.
Seligmann-Silva

Diferentes são, no entanto, os contornos dessa poética: ora para ligar este espaço à História de Portugal (como nas duas últimas obras supracitadas), ora para o ligar à conjuntura internacional, com uma agência portuguesa bem presente, embora condicionada pela *realpolitik*, como em *Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo* (2003), de António Lobo Antunes, e *Lenin Oil* (2006), de Pedro Rosa Mendes, em que em Angola ou em São Tomé e Príncipe, diamantes, petróleo e armas substituem a causa da “civilização” numa África que surge, agora, numa ambígua dimensão paradisíaca, por aquilo que pode proporcionar, e infernal, por aquilo que de facto proporciona aos africanos, “um presente onde o passado se mistura com o instante. A busca da verdade na mentira da ficção”, como afirma Maria Luisa Blanco (2003) a propósito de *Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo*; ora como sujeitos de uma “multicultura fragmentada”, como diria Cornejo Polar a propósito do migrante¹¹, para organizar a gestão da incompletude identitária que o deslocamento pós-colonial originou, num misto de regresso nostálgico e sentido de perda traumática. Citam-se, neste contexto, sem qualquer pretensão de exaustão, *A Paixão de Muamina* (de 2002), de Élio Bélaze, pseudónimo de Bento Elísio de Azevedo; *O Tibete em África* (2006), de Margarida Paredes; *Lourenço Marques* (2003), de Francisco José Viegas; *Niassa* (2007), de Francisco Camacho; *O Tempo dos Amores Perfeitos* (2006) e *O Último Ano em Luanda* (2008), de Tiago Rebelo; *Os Retornados: um Amor nunca se Esquece* (2008), de Júlio Magalhães; *Olhos de Caçador* (2007), de António Brito; *Per-*

dido de Volta (2008), de Miguel Gullander; *O Filho da Preta: Demanda de um Filho Esquecido em Angola* (2008), um romance publicado, significativamente na coleção “Coração Africano” da Planeta Editora, e *Retalhos de uma Vida* (2009), ambos de Quirimbo 70; *Caderno de Memórias Coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo; *Cisne de África* (2009) e *Praia Lisboa* (2010), ambos de Henrique Levy; *Fala-me de África* (2010), de Carlos Vaz Ferraz.

Porque “os discursos da memória articulam questões de poder e de política”¹², muitos destes romances acabam por ser narrativas de catarse coletiva, familiar ou somente individual, verbalizando os traumas causados pela rutura tanto ideológica e política, como em *Caderno de Memórias Coloniais* e *O Último Ano em Luanda*, quanto psicocultural e identitária, como em *Lourenço Marques* ou em *Niassa*, num processo em que a “psicanálise” dos sentimentos, da afetividade, da subjetividade e da subjectivização tem o papel de espoleta narrativo. Não raro nessas narrativas a enunciação é pontuada pelo ressentimento que surge como âncora da nostalgia do passado – uma nostalgia muito regressiva, aliás –, com a memória social e política a funcionar como tecedeira de relações de dissensos ideológicos e opções políticas: *O Último Ano em Luanda*, *Caderno de Memórias Coloniais* e *Fala-me de África* são três exemplos-limite, quase paradigmáticos, dessa tendência (destaque-se, neste contexto, o caso do romance de Margarida Paredes, *O Tibete em África*, em que, *narrativizando* a memória de *experiências e vivências* da guerra e dos afetos, estes institutos convocam saberes e abordagens históricas com uma lucidez de análise que faz deste romance, para muitos “retornados” – pois a personagem é uma “retornada” – um romance “incómodo”, tendo sido, aliás, a autora apelidada de traidora em alguns *sites* mais radicalmente “ultramarinistas”¹³.

A esse discurso nostálgico sobre a “ideia de Portugal” chamarei “ultramarinista” por não conseguir *inscrever* – no sentido em que José Gil¹⁴ utiliza o termo: “nevoeiro da consciência” – o país no momento atual da história da Europa e do mundo, articulá-lo com os resultados da dinâmica não apenas das transformações históricas, mas ainda do processo decorrente da “nova ordem mundial”, mesmo se transversal à sociedade portuguesa, com derivações africanas. Não creio, porém, que a sua transversalidade o torne mais razoável pois partilho a ideia de Maalouf de que “a lei da maioria nem sempre é sinónimo de democracia, de liberdade e de igualdade: por vezes, ela é sinónimo de tirania, de sujeição e de discriminação”¹⁵. Seja como for, essa “lei” tem contaminado outras discursividades sociais, erigindo-se a “sentir coletivo”, com reflexos na ciência história, na crítica literária, na afetividade cultural, no discurso político, dando razão à advertência de Pierre Nora para quem,

Aujourd’hui, certains défenseurs de la mémoire ont une tendance à se montrer agressifs. Ils imposent une mémoire tyrannique, parfois terroriste, notamment vis-à-vis de la communauté scientifique. Des historiens très sérieux sont jetés en pâture à des groupes de pression qui utilisent de plus en plus la menace de la loi pour occulter des vérités qui ne leur conviennent pas. Il faut empêcher les gardiens de telle ou telle mémoire de prendre en otage la recherche historique. Ils exigent que l’histoire les serve parce qu’ils projettent les préoccupations du présent sur les événements du passé¹⁶.

Porém, há ainda casos em que o espaço africano aparece como lugar de refúgio e de passagem, como na poesia de *Ilha entre Linhas* (2008), de Paulo Ramalho, que, “exilado” em São Tomé durante algum tempo, com uma bolsa *Criar Lusofonia* do Centro Nacional de Cultura (Portugal), deu à estampa uma obra em que reinterpreta a dimensão transculturativa do processo de formação da sociedade são-tomense. É porque estou a citar, obviamente sem intenção de qualquer exaustão, obras singulares na bibliografia dos escritores, convém conhecer a obra ficcional e memorialista de Otilina Silva, portuguesa que viveu vinte e cinco anos em São Tomé e é autora de um romance, *Cores e Sombras de São Tomé e Príncipe* (2000), e de dois livros que reúnem escritos memorialistas e de teor reflexivo: *Ecos da Terra do Ossobó* (2004) e *São Tomé e Príncipe: Ecos de Ontem e de Hoje* (2006).

É interessante perceber como muitos destes escritores, quase todos, são “escritores de fronteira”, no sentido em que facilmente podem transitar entre duas nacionalidades lite-

¹² Mário Seligmann-Silva, *op. cit.*, p. 6.

¹³ A propósito desse incómodo que faz a obra de Margarida Paredes singularizar-se nesse *corpus*, vale dizer que em mais do que um *site* a escritora foi invetivada por pessoas que a consideram “traidora da pátria”, “racista”, não merecedora do passaporte português pois “um pária teria mais orgulho e mais honra!”, uma vez que “ofende Portugal e todos os Portugueses”. Diga-se, a propósito, que considerações e epítetos semelhantes são constantemente aplicados a pessoas que – como Margarida Paredes, enquanto escritora de imaginação e enquanto cidadã e ensaísta –, se afastam da retórica da singular e bem-intencionada “portugalidade imperial” que ainda prevalece no discurso oficial português sobre o passado quando o assunto diz respeito às relações com a África, sendo por isso consideradas pouco patrióticas se forem portuguesas, ingratas e com “fantasmagorias” se forem africanas... (Ver, por exemplo, comentários no blogue *Moçambique para Todos*: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/02/a-mgoa-quest.html).

¹⁴ José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d’Água Editores, 2005, pp. 22-23.

¹⁵ Amin Maalouf, *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel, 2002, p. 168

¹⁶ Pierre Nora, “La père des ‘lieux de mémoire’ – L’historien Pierre Nora craint la ‘boulimie commémorative’”. Entrevista a Antoine Robitaille. *Le Devoir.com* (Libre de Penser). 27 septembre 2008. <http://www.ledevoir.com/societe/207742/le-pere-des-lieux-de-memoire-l-historien-pierre-nora-craint-la-boulimie-commemorative> (consultado: 22 de abril de 2010, às 23,22h).

¹⁷ Amin Maalouf, *op. cit.*, p. 10.

¹⁸ “Na regra, descubram o abuso. E sempre que for encontrado o abuso, encontrem o remédio”, in Bertold Brecht, *Poemas*. Porto: Campo das Letras, 2ª. Edição, 2000.

¹⁹ Nascido no Huambo (1935), Inácio Rebelo de Andrade regressa definitivamente a Portugal (onde vivera durante o tempo de estudante nos anos 50) após a independência de Angola. É autor de uma obra que inclui cerca de dezena e meia de títulos, entre romances, novelas, contos, poesia e apontamentos memorialistas: *Saudades do Huambo (Para uma Evocação do Poeta Ernesto Lara Filho e da «Coleção Bailundo»)* (Ensaio/Memórias, 1994); *O Sabor Doce das Nêspas Amargas* (Contos), 1997; *Quando o Huambo Era Nova Lisboa* (memórias, 1998); *Parábolas em Português* (contos, 1999); *Aconteceu em agosto* (novela, 2000); *Mãe Loba* (romance, 2001); *Os Pecados do Diabo e as Virtudes de Deus* (narrativas breves, 2008); *Revisitações no Exílio* (Contos Angolanos, 2001); *Passageiro sem Bilhete* (romance, 2003); *Adeus Macau, Adeus Oriente* (ficções de viagem, 2004); *Na Babugem do Êxodo* (romance, 2005); *A Mulata do Engenheiro* (romance, 2007); *O Pecado Maior de Abel* (romance, 2009); *Quando as Rolas Deixarem de Arrulhar* (romance, 2010).

rárias que, aliás, alguns reivindicam. Tal é o caso de Sum Marky (José Ferreira Marques), cuja obra se reparte pela literatura são-tomense e pela literatura erótico-pornográfica portuguesa, ora como Sum Marky ora como Louis Rudolfo; ou de Castro Soromenho que, como precursor do romance moderno angolano, tem também lugar na literatura colonial, portanto portuguesa, com romances como *Homens Sem Caminho* (1939) e *Noite de Angústia* (1941), ou as narrativas breves de *Lendas Negras* (1936) e de *Nhári: o Drama da Gente Negra* (1938). Outros, ainda, mais “diligentes” na dimensão teleológica da identidade, reivindicam, à vez, as “suas” nacionalidades, manipulando o *momentum*, dando razão à convenção de que as identidades são não apenas construções, mas ainda categorias teleologicamente manipuláveis – na contramão das pressuposições de Amin Maalouf, tantas vezes (mal) citado, pois o que Maalouf afirma é:

A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas. Não tenho várias identidades, tenho apenas uma, feita de todos os elementos que a moldaram, segundo uma “dosagem” particular que nunca é a mesma de pessoa para pessoa¹⁷.

Além de que nessa regra, a de *entrelugares* convenientes, também se encontra o abuso. Por isso, cumprindo o apelo de Bertold Brecht, ainda que o remédio aqui seja o questionamento¹⁸, não me coíbo de me interrogar sobre o lugar de alguma dessa obra, e a sua funcionalidade no processo de agenciamento de identidades literárias (portuguesa e africanas) em período pós-colonial, não para excluir de qualquer sistema, senão para perceber tanto os meandros da dimensão teleológica da figuração do *experiential* na construção identitária quanto os efeitos do solapamento da questão da instituição literária, com reflexos em processos de promoção individual... Por isso, ocorre-me perguntar: considerando o caráter relacional da identidade, muita dessa produção é literatura africana ou é, antes, uma feição da literatura portuguesa (e um caso interessante é o de Inácio Rebelo de Andrade¹⁹)?

A resposta a esta questão, que a (auto-)censura tem elidido por razões de melindres de ordem social e ideológica, tem encontrado o seu equilíbrio em bases exteriores ao literário – mormente na história pessoal dos escritores, que se faz, como se sabe, de inúmeras ficcionalizações que visam construções biográficas...

A questão da história pessoal do escritor, assim como o significado do seu “capital social”, não são, neste caso, irrelevantes. Se no seu ensaio “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, de 1936, Walter Benjamin alerta para o recuo, no Ocidente, da “faculdade de intercambiar experiências”, hoje esse ensaio pode considerar-se seminal, tendo em conta as pesquisas sobre o lugar da memória na refiguração identitária. Com efeito, já então Benjamin, cujas considerações se fizeram no contexto da “era da grande indústria” e da (I) Grande Guerra, egeria a *experiência* do conhecimento, exemplificada pelo viajante, e a experiência da vida quotidiana e tradicional, a *vivência* afinal, exemplificada pelo camponês, como pilares da memória, até como instituição social, em que é possível encontrar resistência à perda dessa capacidade de intercambiar experiências.

Esta reflexão de Benjamin, a uma distância de quase 80 anos, aplica-se ao momento atual em que à “era das grandes indústrias” corresponde a globalização atual, na medida em que ambos os tempos, para resistir à força niveladora, transformam o vivido em diferença produtiva através de evocação memorialista, de espaço e tempo. A globalização concilia-se com o processo de introspeção histórica na construção de discursos de identidade, a partir da sobrevivência da memória que busca a identificação com o passado através de afetos e subjetividades, de fragmentos da memória que, porém, cintilam intensamente e se impõem à consciência do indivíduo.

Se isto é válido enquanto teoria que visa enfrentar a força homogeneizante da globalização, também funciona quando se analisam os processos de refiguração identitária a partir da memória da *experiência* e da *vivência* e de deslocamentos que buscam âncoras no passado em escrituras em/sobre o tempo pós-colonial, enfim no caso, “no rastro da

descolonização e de novos movimentos sociais em sua busca de histórias alternativas e revisionistas²⁰.

Neste contexto, pode falar-se de *disseminação*, conceito que se torna operativo para perceber o processo pelo qual o indivíduo atualiza a sua pertença a dois mundos – que corresponderiam ao que ficou para trás (Bhabha fala em *original*) e o novo (que corresponderia à sociedade de acolhimento). E embora Homi Bhabha utilize a expressão para, desvelando as “margens da nação”, focalizar o processo identitário dos *emigrés* (o que convoca a questão da territorialidade), *disseminação* seria, também aqui, instrumento conceptual no sentido de uma dispersão dos “locais de cultura” que povoam a identidade do sujeito.

Com efeito, aquilo que Bhabha considera “forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura”²¹, precisamente porque, partindo da experiência da diáspora e da imigração, estes sujeitos deslocados se movimentam nas margens da “cultura dominante”, pode aplicar-se a esses sujeitos em trânsito, narradores e personagens (porque muitas vezes os narradores projetam-se nas personagens), neutralizando essa dominância. Apenas quando a personagem assume esses *outros locais* se torna plena. Até então, estas (o irmão caçula da família Garcia, de *Niassa*, ou o Miguel de *Lourenço Marques*), desconfortáveis com as suas “identidades oficiais”, buscam *localidades* culturais subjetivas que se fazem disseminadas no corpo da “comunidade imaginada”, mesmo que soterradas devido a traumas, precisamente para questionar, pela nomeação, essa representação. Com efeito, ninguém hoje discorda de que as identidades coletivas se fazem de negociações constantes entre subjetividades individuais em interface com as segmentais. Assim, essas figurações identitárias não são, aqui, marginais a uma qualquer cultura dominante, mesmo porque a reivindicação de reminiscências africanas naturalizou-se no posicionamento ideológico do *mainstream* identitário de certa *intelligensia* portuguesa.

Sendo, portanto, a produção de motivação africana uma constante na literatura portuguesa, desde os tempos da literatura de viagens e das literaturas ultramarina e colonial (conforme as conveniências temporais da sua “classificação”), hoje ela tem uma feição diferente, embora persista a hesitação quanto ao seu lugar no sistema literário português e nos sistemas africanos.

E se essa produção se tornou incontornável no meio literário português, porque muito mediática, talvez tal não se deva apenas ao facto de muitos dos seus autores estarem, de uma forma ou de outra, ligados à comunicação social. Na verdade, vale equacionar a hipótese de que também – sobretudo? – porque, através dela, a literatura, é possível entrever o processo de *bifenização* identitária que em muito suporta o discurso de desvanecimento da dominação colonial, proclamando-se, através de “locais de cultura” identitários de “sabor” africano, a exemplaridade e a modernidade da literatura sem chão, sem fronteiras que, como se sabe, apenas convém a um argumentário apologético da “aldeia global” aplicado a identidades de matriz ocidental.

3. O “local africano”: a intensidade da *disseminação*

Há sombras que a memória pode imaginar nos mapas entreabertos.

Hélder Macedo

Disse atrás “sabor” africano. Tempo e espaço, não já ultramarinos e coloniais, tornam-se, assim, categorias que, redimensionadas nos estudos pós-coloniais, devolvem ao *local* e à subjetividade o lugar que a voragem globalizante parece ter consumido sob invólucros *cosmopolistas* e *universais*. E hoje essa escrita ganha novas significações, tematizando, sob uma batuta subjectivizante, espaços antes em contenda (português e africanos) que agora surgem como *localidades* em que é possível “restaurar o sabor das coisas e os ritmos lentos dos tempos antigos”²².

²⁰ Andreas Huyssen, *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano/UCAM/MAM-RJ, 2000, p. 10.

²¹ Homi Bhabha, *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 199.

²² Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 29.

²³ “Attention, les lieux de mémoire n’ont rien d’une promenade aimable ou poétique dans le jardin du passé” (Pierre Nora, “La père des ‘lieux de mémoire’ – L’historien Pierre Nora craint la ‘boulimie commémorative’”. Entrevista a Antoine Robitaille. *Le Devoir.com* (Libre de Penser). 27 septembre 2008. <http://www.ledevoir.com/societe/207742/le-pere-des-lieux-de-memoire-l-historien-pierre-nora-craint-la-boulimie-commemorative> (consultado: 22 de abril de 2010, às 23.22h).

²⁴ Hélder Macedo, *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 169.

²⁵ Amin Maalouf, *op. cit.*, p. 31.

²⁶ Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, ed. cit., p. 23.

²⁷ Márcio Seligmann-Silva, *op. cit.*, p. 5.

Esta expressão de Nora, que o autor consideraria anos depois “um agradável ou poético passeio pelo jardim do passado”²³, adequa-se à necessidade de explicitação de uma incursão pelos meandros do que agora me interessa: a trajetória de produções de escritores portugueses que em Portugal têm vindo a eleger a África como lugar de construção estética (enquadramento referencial ou subjetivo, emotivo até), embora não de engendramento destinador da intenção literária. Tal abordagem talvez permita mapear as pertencas literárias e identitárias de autores portugueses e suas relações com a África, seja na qualidade de território do “Ultramar”, ou colonial, seja como espaço da experiência (de conhecimento) ou espaço *vivido/vivenciado* – para me reportar à subtil distinção de Walter Benjamin, ou ainda como espaço imaginado, se concordarmos com Hélder Macedo, para quem imaginação e memória são “espelhos paralelos num mosaico incrustado de espelhos”²⁴. Isto quer dizer que o exercício da memória se alimenta da imaginação... Considerando o caráter relacional das identidades, não devemos passar por cima da advertência de Amin Maalouf segundo a qual “é o nosso olhar que aprisiona muitas vezes os outros nas suas pertencas mais estreitas e é também o nosso olhar que tem o poder de os libertar”²⁵. No entanto, é produtivo questionar e assinalar o facto de quase se poder dizer que, aleatoriamente, muitas vezes estas obras são “catalogadas” como africanas, a partir da lombada, portanto pelo editor: ele decide, de forma apriorística, a sua nacionalidade – o que pode acabar por inibir, ou neutralizar, qualquer discussão, não necessariamente para excluir, como, aliás, já foi referido, senão para compreender a razão por que se torna tão desconfortável e tão melindrosa a questão da identidade quando referida a escritores que se afirmam de uma literatura cuja “comunidade interpretativa” nem sempre reconhece.

Outras são, já se viu, agora, as significações deste *locus* de além-mar: vão desde o *exemplum* da inadequação e do descalabro da empresa colonizadora (como em *As Naus*) ao lugar de conhecimento do “eu” (*Niassa*), do mundo globalizado (*Lenin Oil*) e de compreensão de um passado recente, grupal e segmental (*Cisne de África*), e ao *locus* iniciático e catártico de reconstituição identitária, tanto a nível individual (*Caderno de Memórias Coloniais*) quanto a nível coletivo (*Lourenço Marques*).

Se o período imediato aos acontecimentos que ditaram outro relacionamento entre Portugal e os territórios africanos de colonização portuguesa conheceu o questionamento de relações passadas, vive-se outro tempo em que, dando sentido à ideia de Nora de que se fala de memória porque ela não existe mais²⁶, a África que então aparece é, regra geral, tempo de (in)formação sobre refigurações identitárias. Restaurando, não sem uma dose de uma “nostalgia regressiva”, esse tempo *outro* necessário hoje à identificação com a História, a articulação com o presente faz-se com vista à produção de sentidos subjetivos que fazem implodir o sentido mítificado da “grande narrativa” da nação, o relato glorioso do passado colonial português: afinal, “a memória tem a ver com o presente, embora sempre seja vista como coisa do passado”²⁷. É um “cartuxo” contra a *museificação* das subjetividades, do imaginário histórico português e do sentido unilateral da História. Também contra o confinamento desse olhar à esfera privada. O coletivo, aqui sinónimo de nacional, contaminado pela memória individual feita de *experiências* e *vivências*, passa a ser percecionado também a partir de *disseminações* identitárias e pelo desvelamento da instrumentalização do passado.

Em todo o caso, pode dizer-se que essa literatura de motivação africana que se faz em Portugal vem reinscrevendo na agenda cultural a mais recente história das relações entre África e Portugal. Agora, porém, porque o lugar de onde se dirige o olhar já não é colonial (embora seja em muitos casos intrinsecamente colonialista), sem se concretizar a pretensão de um relato de *encontro* cultural e histórico, como certo setor do “empresariado” intelectual e académico tem vindo a designar o colonialismo; mas esse olhar já considera pertencas disseminadas pelos ventos da História, que é preciso destecer na sua estruturação política. A *disseminação* consiste, neste caso, na capacidade de perceber que a identidade se faz de duas nações, ou dois veículos *nacionais*, de uma dispersão e, em simultâneo, de um desenraizamento do “local da cultura” que, gera, paradoxalmente, um movimento de diálogo entre elementos diferentes, porque essa interlocução se processa numa “zona de contacto” (Mary Louise Pratt).

4. As inferências ideológicas da estética da *disseminação*

A narrativa (...) é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação.

Walter Benjamin

A *nova* tematização dessa relação colonial acaba, assim, por ser a de um *novo* projeto de *outridades* e diversidades, atualizado num jogo em que vão ecoando harmonias e desarmonias, para me reportar a uma metáfora de Édouard Glissant. Talvez por isso ainda hoje persiste a hesitação quanto ao lugar no sistema literário português, e nos sistemas africanos, de certas obras e autores, o que decorre (ainda) da ideia de identidade cultural como construída primordialmente, e às vezes exclusivamente, na Ibéria assim como a pretensão apriorística de que a obra de qualquer escritor que tenha nascido ou vivido em África possa por isso ser africana.

Sobretudo quando essa mesma obra não tem, na literatura portuguesa, um lugar relevante. Daí a incomodidade (porventura mais pressentida do que substantiva), quanto à automática inclusão nas literaturas africanas de qualquer obra publicada em Portugal que tenha o espaço africano como espaço de dinâmica discursiva, ainda mais se concordarmos com a pressuposição teórica de que a narrativa é sobretudo uma arte temporal. E isso mesmo que a África nesses textos funcione apenas como motivação textual, visível na intenção literária, geralmente quando se trate de um escritor emergente ou pouco conhecido no meio literário português. Casos há de escritores que, quando começaram a escrever, se assumiam como portugueses; não tendo tido a receptividade e a receção esperadas, passaram a afirmar-se africanos...

Não por acaso Andreas Huyssen, referindo o momento de prevalência de “culturas de memória”, usaria a expressão “entretenimento memorialístico”²⁸, expressão que bem serve para perceber a ampliação dada pelos *massa média* a determinados conteúdos culturais e seus agentes.

Por outro lado, no texto que me tem servido de âncora metodológica, Benjamin afirma, no sexto trecho, que, com a consolidação da burguesia, um tipo de comunicação se destacou de forma muito vigorosa (embora as suas origens possam ser muito antigas), com tendência a ameaçar as formas épicas, de que a narrativa é uma prática (nesse texto Benjamin distingue *narrativa* de *romance*), e até ameaçar o próprio romance (que Benjamin considera outra influência crítica da narrativa): “essa nova forma é a informação”, conclui Benjamin. Ora, esta consideração parece explicar porque os novos produtores dessa narrativa sobre África são, *grosso modo*, jornalistas – o que não me parece contraditório com o que da narrativa diz mais adiante Benjamin:

A narrativa (...) é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida narrada para em seguida retirá-la dele (...). Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos factos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica (...). Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata²⁹.

Apresentando universos de alteridades complexas, subjetividades fragmentadas e afetividades perturbantes, as narrativas compõem um concerto transcultural de *experiências* de vida, quais paisagens com África ao fundo, que apenas uma visão reificada de identidade portuguesa pode excluir desta “comunidade imaginada”.

Neste projeto de consagração de deslocamentos e seus engendramentos a ensaiar figura-

²⁸ Andreas Huyssen, *op. cit.*, p. 14.

²⁹ Walter Benjamin, “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, in: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁰ Autor de apenas dois romances, o primeiro livro de Miguel Gullander é também uma miríade textual feita narrativa de viagens pela Europa: *A Balada do Marinheiro-de-Estrada* (2006).

³¹ Fernando Cristóvão (Coord.). *Condiçōes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*. Lisboa: Edições Cosmos/CLEPUL, 1999.

³² Vencedor de prêmios literários, como o Pen Club, assim como do Pulitzer, prêmio concedido em geral a profissionais da comunicação social.

³³ Hélder Macedo, *op. cit.*, p. 10.

ções diaspóricas e do exílio, na literatura portuguesa, a viagem tem um lugar fundacional na ética e na ação narrativa. Não é, por isso, despiendo o facto de as mais mediáticas destas construções memorialistas da literatura portuguesa serem em jeito de narrativas de viagem, como sejam, apenas a título de exemplo, *Um Estranho em Goa* (2000), de José Eduardo Agualusa, *Perdido de Volta* (2008), de Miguel Gullander³⁰, assim como os já citados *Baía dos Tigres*, *Lenin Oil*, *Lourenço Marques*, *Niassa* ou *O Último Ano em Luanda*.

Na tradição literária portuguesa, o tema da viagem, com as suas implicações e significações ideológicas, toma ao longo dos tempos diversas configurações *fabulosas* na representação do mundo, consoante a época da História de Portugal. Se à época da Expansão portuguesa e período subsequente (incluindo o do *apoderamento* colonial), este tema teve atualizações multiformes, do olhar do viajante ao do explorador, do conquistador ao do colonizador³¹, hoje esta temática da viagem continua a sugerir um *abismo* que os textos, quais ex-votos, revelam. Se os estudos sobre essa produção distribuem essa literatura em categorias diferentes, que identificam o *sentir*, o *pensar* e o *agir* do enunciador, parece que a atual produção, sob o *abismo* da viagem, potencia a componente reflexiva reconciliando-a com a sentimentalidade (a afetividade social e ideológica do enunciador) prevalecente, construindo uma expressão de subjetividade híbrida feita de emoções e de razão. E isso ao mesmo tempo que (re)concilia contextos factuais e ficcionais em esplendorosos “relatos” inseridos no universo *faction* (Norman Mailer³²) – ou, em versão em Língua Portuguesa destas “espécies” híbridas, universos *faccionais*. Afinal, “há sombras que a memória pode imaginar nos mapas entreabertos”³³.

Neste projeto de consagração do deslocamento, a viagem tem, pois, um lugar fundacional na ética e na ação narrativa.

É, portanto, no contexto da viagem que pode ser *lida* alguma produção portuguesa que, de há uma década a esta parte, tem tomado a África na dimensão “transicional”, isto é, para *localizar* naquele espaço não apenas um trecho da História de Portugal, mas porventura aquele que forjou a singularidade europeia de Portugal. ▼

Resumo

Neste artigo procuramos tratar a relação entre Portugal e a sua histórica ligação ao continente europeu por via das referências ao espaço africano na literatura portuguesa. Tida como um dos mais relevantes tópicos da identidade europeia portuguesa, a reflexão sobre África efectuou-se na literatura portuguesa entre o sentido de pertença que a heroicização do passado impõe e o desejo de afirmação de uma identidade atlântica posterior ao abandono das colónias africanas. Acompanhando a evolução histórica do colonialismo português, verificaremos que a disseminação deste tópico decorreu sobretudo a partir do século XIX, até ao momento fulcral de memória do passado da Guerra Colonial e da necessidade de um balanço no período pós-colonial, muitas vezes com ecos da memória do passado nacional.

Palavras-chaves: Portugal; África; Colonialismo; Pós-colonialismo; Literatura de Língua Portuguesa.

Abstract

This paper seeks to address the relationship between Portugal and its historical connection to mainland Europe via the references to the African literature in Portuguese. Considered one of the most relevant topics of the Portuguese European identity, reflection on Africa took place in Portuguese literature from the sense of belonging that the idealization of the past imposes and the desire to claim an identity after the abandonment of the Atlantic colonies in Africa. Following the historical evolution of Portuguese colonialism, we find that the spread of this topic took place mainly from the nineteenth century, until the pivotal moment of the past memory of the Colonial War and the need for a balance in the post-colonial period, often with echoes of memory of the national past.

Key-words: Portugal; Africa; Colonialism; Post-colonialism; Portuguese Language Literature.

Da imaginação utópica em tempos de crise da Modernidade

Temos vivido num tempo de profunda descrença nas possibilidades da imaginação social. Fenômeno que se deve, em boa medida, ao não cumprimento das expectativas do chamado projeto iluminista de Modernidade.

Por nós compreendida, na linha de Bronislaw Baczko¹, como a época que começa a se esboçar a partir do momento em que a sociedade se mune de uma representação do social como algo autoinstituído, fundado por si próprio, detendo todo o poder sobre si mesmo e independente de qualquer tipo de ordem exterior ao mundo, a Modernidade se caracteriza, essencialmente, por uma profunda transformação do olhar humano sobre o mundo e, designadamente, sobre o social. Nela são consolidados os processos de construção cultural do homem moderno e da sociedade contemporânea, manifestos inicialmente nas revoluções cultural e espacial do Renascimento e dos Descobrimentos, no advento da Reforma e do capitalismo. Desenvolvimentos históricos que vêm contudo a radicalizar-se somente séculos mais tarde, nos marcos da Ilustração e das Revoluções Industrial e Francesa – a “dupla revolução” de que nos fala Eric Hobsbawm² –, ambas ocorridas em fins do século XVIII.

Deste século em diante, a par com a aposta iluminista no contínuo aperfeiçoamento das sociedades humanas, e ganhando sentido a partir de uma perspectiva histórica baseada numa mística do progresso, vemos a experiência do tempo presente modificar-se fundamentalmente. Passando a ser vivido desde um futuro tanto mais vasto quanto promissor, o presente é reduzido ao passado deste futuro, sendo portanto percebido como tempo transitório e fugaz, tempo ultrapassado a se ultrapassar. Rompendo com o antes, a Modernidade “vive cada vez mais no presente a promessa da utopia que projeta no futuro”³. Futuro que seria marcado por elevados níveis de bem-estar pessoal e social, pela Liberdade, Fraternidade e Igualdade entre os homens e pelo desenvolvimento técnico-científico, futuro cujo fundamento, combustível e governo encontrar-se-iam no pleno exercício da razão.

Tendo sido a grande utopia do século XIX, a Modernidade tornou-se ideologia dominante no século XX. Tal, porém, nem de longe significou o cumprimento de suas promessas. Se no crepúsculo matutino da *Belle Époque*, o clima geral de otimismo e a confiança ilimitada no progresso, ambos ancorados nos altos índices de crescimento econômico e no avanço científico-tecnológico, como nas realidades visíveis da modernização e da metropolização, pareciam augurar a tão esperada emancipação humana, no crepúsculo vespertino da acumulação flexível do capitalismo avançado uma longa série de sombrios pesadelos pode ser retrospectivamente contemplada: conflitos armados de todos os tipos, com duas guerras mundiais e dezenas de milhões de mortos, depressões sociais e econômicas, o totalitarismo, os campos de concentração, os horrores do Holocausto de Hiroshima e Nagasaki, o fantasma da deflagração nuclear com a possibilidade de aniquilação dos seres, das espécies, do globo, a destruição da natureza em escala jamais vista, a persistência da fome, da miséria, de ódios raciais e religiosos, de preconceitos de classe e de sexo, além da hegemonia incontestada do moderno sistema produtor de mercadorias e de sua ideologia de caráter altamente conservador, em cujo vale vê-se exclusivamente constar a cristalização e reprodução da ordem de um valor só, *Monsieur le Capital*. Neste estreitou-se o alargamento do horizonte de expectativas de há dois séculos. A grande utopia – a Modernidade – tornou-se “na verdade ‘o sonho do Ocidente, de Fausto que, tendo esquecido o sentido da aventura humana, evocava, tremendo, a imagem de seu desejo mas almejava ao mesmo tempo ser capaz de conjurá-la’”⁴.

Com efeito, não é necessário grande esforço para se compreender porque o século XX, para muitos, se converteu no século das antiutopias. Já mesmo após a I Guerra

¹ Cf. Bronislaw Baczko, “Utopia”. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5, Lisboa: INCM, 1985, p. 344.

² Cf. Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

³ Francisco José Calazans Falcon, “Utopia e Modernidade”. In: Ilana Blaj & John Manuel Monteiro, *História e utopias*. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 134.

⁴ *Ibidem.*, p. 142.

⁵ Elias Thomé Saliba, *História e cinema: a narrativa utópica no mundo contemporâneo*. São Paulo: Datiloscrito, s.d., p. 11.

⁶ Cf. Bronislaw Baczko, *op. cit.*, pp. 379-380.

⁷ Hilário Franco Júnior, *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 7.

⁸ Cf. Robert Kurz, “O tédio mortal da Modernidade”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 28 Nov. 1999.

⁹ Cf. Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital*, v. I, t. I. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 154.

¹⁰ Cf. Ernst Bloch, *O princípio esperança*, v. I. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005; Lewis Mumford, *The story of utopias*. New York: The Viking Press, 1974; Jerzy Szachi, *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

Mundial, a cultura contemporânea constituiu-se numa “autêntica escola de dúvidas em relação às utopias, [levantando] inúmeras suspeitas de que a concepção de utopia, forjada pela racionalidade, ocultava uma lógica perversa de dominação e de opressão”⁵. Em seguida, no início dos anos trinta, o *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, anunciava os perigos de as representações da sociedade perfeita servirem como dispositivos de dominação a regimes de molde totalitário. O que, num outro registro, veio a ser reiterado pelo romance 1984, escrito por George Orwell, em fins dos anos quarenta, isto é, no rescaldo da segunda hecatombe do século. Mas foi a partir da década de 1970 que a imaginação utópica deixou de ser exaltada, vindo mesmo a ter a sua tradição secular assimilada ao totalitarismo. “A utopia é o gulag”, diziam os que procuravam encontrar, quer na obra de Thomas Morus quer na de Charles Fourier, a prefiguração do universo totalitário e, até mesmo, a do concentracionário.

Não entrando nos pormenores da questão, cabe contudo assinalar que semelhante identificação é atitude intelectualmente anacrônica, confusa e estéril, que implica ainda na banalização e no exorcismo dos sistemas totalitários por nós criados e por nós postos em funcionamento⁶. Pelos quais portanto nós, enquanto sujeitos históricos, fomos os responsáveis, na medida mesma em que responsáveis temos sido pela manipulação indevida, porque deformadora, do “maior exercício possível de liberdade humana”⁷. Uma coisa é constatar e, ou, criticar o que fazem os homens das utopias, outra é condenar as utopias pelo que fazem os homens, ainda que as primeiras provenham da capacidade de invenção dos segundos.

De caráter eminentemente lógico, era de se supor que tal percepção pudesse talvez ter remediado a imaginação social das suspeitas e do descrédito que lhe destinavam os seus agentes. Suspeitas e descrédito, no entanto, uma vez mais fortalecidos aquando da ruína definitiva, em princípios dos anos 1990, do sonho socialista soviético. Este, ao ser bem posto sobre a terra de que é feito o chão, acabou por realizar-se como socialismo real, ou melhor, como capitalismo estatal, “mero subproduto do capitalismo privado do Ocidente”⁸.

Das duas potentes ideias-força que compunham o cerne da utopia da Modernidade, a do progresso e a da liberdade/igualdade, a primeira, no seu aspeto científico-tecnológico, prevalece, tendo consumado prodígios e tragédias. Quanto à segunda... bem, esta foi transformada no tão propalado individualismo competitivo e na democracia moderna lastreada na forma mercadoria que, como sabemos, de igualdade não têm nada e de liberdade, muito pouco. A verdade é que, se não se sofisma ou mistifica, ambas foram esconjuradas no que tinham de emancipação, em benefício da distopia do mercado, da ideologia pós-moderna e da reprodução e acumulação a cada vez ampliadas de capital, este monstro animado (poder-se-ia também dizer: este cultuado deus) que se movimenta, autovalorizando-se – capital é “valor que se valoriza a si mesmo” –, “como se tivesse amor no corpo”⁹.

Já há bastante tempo, pelos economistas, e desde fins dos anos 1990, pela divulgação dos levantamentos periódicos dos organismos “multilaterais”, voltados para mensurar os efeitos mundo afora das políticas neoliberais e do aprofundamento da globalização, temos plena consciência de que os desequilíbrios sócio-económicos mundiais de toda a ordem não encontraram, como não encontrarão, a sua solução nas forças desimpedidas e nos mecanismos autorreguláveis do livre mercado, os quais, pelo contrário, só os fizeram agravar.

Desfrutando da categoria comum de consumidores, bem distinta e em determinados aspetos até oposta à de cidadãos, chegamos ao tão imaginado terceiro milénio, com não só uma economia mas também com uma sociedade, e tudo o mais, de mercado. E se algo salta aos olhos nos balanços e revisões que integram as efemérides, este algo tem sido a percepção de que falta-nos hoje o sentido da utopia, de projetos realmente coletivos e transformadores que nos acenem com perspetivas fundamentadas de dias diferentes e sensivelmente melhores. Logo, utopias concretas em vez de abstratas, se na aceção de Ernst Bloch, utopias de reconstrução e não de compensação, se na visão de Lewis Mumford, utopias políticas ao invés de escapistas, se vamos pelos termos de Jerzy Szachi¹⁰, para citarmos alguns dentre muitos outros autores – a bibliografia é vasta – que se ocuparam do tema das ideias-imagens utópicas.

As expectativas humanas parecem, coetaneamente, adstritas aos limites do mundo administrado e da sua sociedade de consumo, cujo cunho encontra-se já explícito na própria etimologia da palavra. Consumo é a forma deverbal de consumir, que vem do latim *consumere*, significando gastar ou corroer até à destruição; devorar, destruir, extinguir, aniquilar, anular, esgotar. Com efeito, é antes essa etimologia do que a aceção corrente de consumo, entendida como aplicação de riquezas para a satisfação das necessidades

econômicas do homem, o que define o seu sentido social.

Como bem sublinha Keynes, as necessidades humanas podem ser agrupadas em duas classes: as absolutas, “tais como as sentimos, qualquer que seja a situação de nossos semelhantes; e as relativas, que apenas sentimos quando sua satisfação nos torna superiores a nossos semelhantes”. Pois bem, estas necessidades do segundo grupo, que satisfazem os desejos de superioridade, são as que podem ser insaciáveis¹¹. São elas, e o apetite que por elas se nutre, o que enseja a fabricação de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis, que tão significativamente proliferam pelas prateleiras dos templos modernos do consumo – os centros comerciais cotidianamente prenhes de indivíduos em competição. Suprindo as suas necessidades relativas, eles comprovam o seu êxito social e, comprovando o seu êxito social, eles continuamente desejam suprir as suas necessidades supérfluas (digo: relativas), na busca insaciável do incessantemente novo, da “quintessência da falsa consciência”, da “falsa aparência do sempre igual, do eterno retorno do mesmo”¹².

Eis, tal qual o pensou Walter Benjamin, o “tempo infernal”, o tempo da destruição¹³, no qual fincou raízes a nossa sociedade da mídia e do consumo. Mídia e consumo, aliás, estão mutuamente implicados e a ponte que os implica é a propaganda. Como num tripé, e umbilicalmente, um não vive sem os outros dois. Pois é precisamente na propaganda, tida como o índice por excelência da mentalidade contemporânea, e em suas peças publicitárias, veiculadas *ad nauseam* nos modernos meios de comunicação de massa, na televisão sobretudo, e em crescente expansão na *World Wide Web*, que tal qualidade de tempo pode ser melhor visualizada, sentida, compreendida. A velocidade, fragmentação, dispersão e imediatismo são atributos que a definem, vindo daí o seu caráter quantitativo, volátil, abstrato, efêmero, sem duração. Tempo “em que transcorre a existência daqueles a quem nunca é permitido concluir o que foi começado”¹⁴, sendo portanto mortífero, tempo que não nos concede a duração necessária para que possamos viver os verdadeiros dramas da existência. Pelo contrário, o que nele se inscreve são as vivências de “choque”, operadas nas “tramas” e nas “relações entrecortantes” da metrópole moderna, que se distingue pelo fracionamento da vida cotidiana, pela espoliação da experiência dos seus habitantes, que não são propriamente homens, mas “caleidoscópios dotados de consciência”¹⁵.

Em um dos seus interessantes escritos, Marilena Chauí, ao definir o pós-modernismo como a expressão ideológica que corresponde à atual forma do capitalismo – aquele que Robert Kurz, por sua vez, denominou de “capitalismo-cassino”¹⁶ –, mostra que tal nomenclatura concebe o espaço e o tempo como “a sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compreensão dos lugares e instantes na irreidade virtual, que apaga todo o contato com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo”¹⁷. É, sem margem para dúvidas, uma conceção exemplar que explicita e reitera, radicalizando-a, a fantasmagórica temporalidade constitutiva da sociedade da mídia e do consumo, a “sociedade do espetáculo”¹⁸.

Embora, de fato, ainda não tenha decisivamente apagado “todo o contato com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo”, a dimensão espaço-temporal enunciada pelo pós-modernismo já se encontra social e culturalmente assimilada no imediatismo com que as sociedades humanas, crescentemente, constroem a sua condição de *corpus* histórico. Vem ocorrendo na cultura contemporânea uma espécie de naturalização/eternização do tempo presente, de que tem decorrido a perda da memória, da história, como também de qualquer outra possibilidade de porvir que não consista na reprodução e no prolongamento do que está estabelecido. Passado e futuro, assim, não são vistos como alteridade passada ou como alteridade possível futura, cada qual na especificidade que lhe é devida, mas como extensão temporal homogênea do tempo presente. Trata-se, em síntese, da intensificação e perpetuação retrospectiva e prospectiva deste, cujos sintomas sociais manifestam-se na hegemonia do hoje, na morte do ontem e na crise de alternativas para o amanhã. Algo semelhante à dimensão temporal em que operam os investidores das bolsas de valores, onde o imediatamente agora e somente o agora é o que interessa; ou então, no plano das letras, a perspectiva histórica conservadora que situou, pós-queda do Muro de Berlim, uma nova versão do “fim da história” nesta nossa sociedade de consumo burguesa. Além, é claro, de um dos mais fortes efeitos das sociedades industriais, a cultura do esquecimento, “no duplo sentido da palavra: por um lado, as instâncias sociais cultivam o esquecimento, nos encaminham ao esquecimento, nos incentivam a esquecer; por outro, constrói-se uma cultura fundada no esquecimento”¹⁹.

Sintomático então, neste quadro de desencanto e de esgarçamento generalizado, de fragmentação econômica, social e política que a acumulação flexível promove, de absolutismo de mercado e de fetichismo fervoroso de mercadorias, de morte do passado e de

¹¹ John Maynard Keynes, “As possibilidades econômicas dos nossos netos” In: *Idem, John Maynard Keynes, Economia*. São Paulo: Ática, 1984, p. 154. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 6).

¹² Walter Benjamin, “Paris, capital do século XIX” In: *Idem, Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, p. 40. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 50)

¹³ Walter Benjamin, *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 129. (Obras escolhidas, v. 3)

¹⁴ *Ibidem.*, p. 129.

¹⁵ Charles Baudelaire, *apud* Walter Benjamin, *Charles Baudelaire*, ed. cit., pp. 113 e 125

¹⁶ Robert Kurz, “O mais inebriante dos vícios” *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 28 Set. 1997.

¹⁷ Marilena Chauí, “A universidade hoje”. *Praga, estudos marxistas*. São Paulo, n.º 6, 1998, p. 29.

¹⁸ Cf. Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. A versão eletrônica do original francês, publicado em 1967, pode ser acessada em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/debord_guy/societe_du_spectacle/spectacle.html>.

¹⁹ Elias Thomé Saliba, *op. cit.*, p. 18.

²⁰ Robert Kurz, “A virtualização da economia, mercados financeiros transnacionais e a crise de regulação” *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, São Paulo, 23 maio 1999.

²¹ Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*. 3ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41.

²² *Id.*, *ibid.*, p. 37.

²³ *Id.*, *ibid.*, p. 39.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 39.

²⁵ Cf., respectivamente, Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13, e Guy Debord, *op. cit.*, p. 175. Ver também as considerações de Irene Cardoso, a quem devo a análise que me descortinou o fenômeno do “presenteísmo constante”, no dizer de Hobsbawm, da cultura contemporânea, na qual o passado aparece como “uma espécie de extensão homogênea do próprio presente”, palavras da autora, em *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 202-203.

descrença na imaginação social, de autêntica crise de futuro, notar que “Utopia” tenha se tornado o nome de um produto, há tempos lançado no comércio de informática, com a função de comprimir arquivos de vídeo, gerados em computador, para transportá-los via Internet, isto é, através dos lugares e instantes da irrealidade virtual.

O que fazer para recuperarmos deste estado de coisas e desta redução drástica da experiência do tempo, na qual até mesmo a utopia, o “não lugar”, tornou-se mecanismo de compressão e transporte desta “realidade de segunda ordem”²⁰ a que tentam definitivamente nos subordinar, como que não querendo, mas efetivamente lembrando a ação do Ministério da Verdade de 1984 que simultaneamente confiscou a memória e o sonho dos homens, bloqueando-lhes sem pejo a imaginação social, para mais eficazmente poder controlar o presente?

Há um livro de Hannah Arendt, sugestivamente intitulado *Entre o Passado e o Futuro*, cujos “exercícios de pensamento político”²¹ dão-nos algumas indicações preciosas. “Do ponto de vista do homem”, diz Arendt,

“que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua aceção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro. Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro”²².

Estabelecendo uma relação entre as ideias que expusemos até aqui e as colocações de Hannah Arendt, é de se notar que a existência da lacuna temporal só é conservada se o homem, que nela vive, toma posição ante o passado e o futuro. Defendendo ele o seu território, o fluxo indiferente do tempo se parte no antes, no agora e no depois. O que significa dizer que o viver do homem, apenas, não basta para o instalar-se dele na lacuna. É preciso um algo mais que implique o posicionamento para a defesa do seu território. É preciso, esclarece mais adiante a autora, pensar, posto que exercendo a atividade do pensamento, da recordação e da antecipação, isto é, exercendo a sua atemporalidade, “o homem na plena realidade de seu ser concreto vive nessa lacuna temporal entre o passado e o futuro”²³.

Trata-se, noutros termos, da demarcação de um território em que se possa exercer a atividade do pensamento crítico, a recordação e a antecipação, os quais possibilitam a inserção consciente do homem na dimensão histórica de que ele mesmo provém, um determinado presente que é fruto do que o precede e semente do que o sucede, isto é, “o imenso e sempre cambiante espaço-tempo criado e delimitado pelas forças do passado e do futuro”²⁴.

Trata-se ainda, através da construção dessa posição da crítica, de se proceder à temporalização do tempo presente, vivenciado atualmente como “presente contínuo” ou “presente perpétuo”²⁵, visando repô-lo no fluxo denso de sua própria historicidade, ou seja, enquanto época saturada de especificidades, constituída historicamente, que, assim como tem um passado, terá também um futuro; ambos com suas respectivas singularidades e consciências históricas, guardando tanto semelhanças quanto diferenças em relação ao que hoje, para o primeiro, é futuro e ao que amanhã, para o segundo, será passado.

Ora, essa demarcação do território no qual se deve construir a posição da crítica corresponde *mutatis mutandis* ao que Paul Ricoeur chama “função integradora” da imaginação utópica. Esta função pode ser entendida através da etimologia mesma da palavra utopia, neologismo inventado por Thomas Morus, em princípios do século XVI, a partir do grego *ou-topos*, que significa literalmente “não lugar”, região que não existe em parte alguma. Segundo Ricoeur, este “não lugar” é um espaço outro, uma “extraterritorialidade especial” que, forjada e delimitada pela imaginação utópica, nos possibilita lançar um olhar exterior à ordem social vigente. Olhar de “estranhamento” que, abalando o caráter aparentemente natural e necessário das coisas, nos revela o seu traço cultural, histórico e contingente; que explorando “as possibilidades laterais da realidade”, põe em questão e repensa a natureza da nossa vida social. O “nenhures”, ou seja, a utopia em sua função integradora, é, assim, um “salto para fora” que coloca o sistema cultural e social vigente à distância, a maneira como repensamos radicalmente o que é a família, o consumo, o poder, a autoridade, a religião, a arte, etc. É, em suma, a “arma da crítica”, “uma das mais formidáveis contestações do que existe”²⁶.

Neste mesmo sentido, vale a pena acrescentar algumas palavras de Bronislaw Baczko, autor de um dos textos mais completos sobre o tema da utopia, quando diz que “as condições de possibilidade da invenção do paradigma utópico são definidas pela emergência de um lugar específico onde o intelectual se instala para reivindicar o seu direito próprio a pensar, imaginar e criticar o social e, designadamente, o político”²⁷.

Isto significa que, levando-se em conta o modo como se processa o pensamento utópico, nele podemos entrever a oportunidade de superação dos impasses da própria Modernidade.

Em primeiro lugar, porque o exercício intelectual do paradigma utópico contribui, a seu modo, para a formulação de respostas à grande questão da Modernidade: pensar a sociedade como autoinstituída, como *corpus* histórico fundado por si mesmo, que se rege, se ordena, se transforma. Sociedade secularizada, “desencantada” (Max Weber)²⁸, mas não destituída de sonhos e do seu próprio sistema de representações imaginárias, dentre as quais estão as forjadas pela imaginação utópica. Estas últimas, representações concebidas como “outridades” sociais, como imagens “em negativo” de realidades “positivas”, que têm suas instituições e costumes criticados. Imagens produzidas em meio ao jogo de espelhos entre sociedade imaginada e sociedade real, e que refletem um grande esforço de interpretação e compreensão da história contemporânea, isto é, dos processos históricos que terminaram por conduzir aos impasses da nossa crise da Modernidade. O homem é assim posto diante de si mesmo, dos seus fracassos como dos seus êxitos, do que chegou a ser e do que ainda não é, mas que quiçá um dia será.

Em segundo lugar, porque, enquanto uma das formas do imaginário social, as utopias “oferecem estruturas de acolhimento às esperanças coletivas em busca de uma idéia moral e social, intervindo assim como agente ativo que contribui para a cristalização de sonhos confusos” e, deste modo, tornando-se, por vezes, o lugar privilegiado “onde se exerce a imaginação social e onde são acolhidos, elaborados e produzidos os sonhos sociais”²⁹. O que significa que, potencialmente, as utopias, ao enformarem as ideias-imagens de um alçures radicalmente outro, portador das esperanças e sonhos coletivos, se constituem em autênticas alavancas de transformação histórica, a partir das quais “a sociedade poderá, quem sabe, fabricar a si própria e ao seu futuro”³⁰.

Nestes duros tempos ditos pós-modernos, nada mais pertinente então do que trazer-mos à tona essa dimensão relegada da história: a da imaginação utópica em ação, explorando com audácia e capacidade de invenção a alteridade social. Revendo criticamente as experiências utópicas e imaginárias das sociedades passadas, tentemos reabilitar a utopia como instância criadora de realidades futuras. Afinal, outra não é a meta senão a de cumprir plenamente a tarefa, proposta na frase paradoxal de Lewis Namier, de “imaginar o passado e recordar o futuro”³¹. ▀

Resumo

Neste ensaio pretendemos elaborar uma reflexão acerca das transformações ideológicas e culturais que a Modernidade trouxe consigo, transformando a relação entre as sociedades e a percepção do tempo, que passam a conceber o Futuro como único período ideal, mitificado em nome de um progresso constante. Tendo surgido como utopia nos séculos XVIII e XIX, esta ideologia de Modernidade dominou o século XX, no qual conheceria também os revezes que conduziram ao seu esvaziamento e à descrença. São justamente as implicações e os limites desse grande sonho fáustico vivido pelo Ocidente que tentaremos abordar, mostrando por que motivo a grande utopia da Modernidade germinaria em várias antiutopias ao longo do século de novecentos.

Palavras-chaves: Modernidade; Ideologia; Walter Benjamin; utopia; antiutopias.

Abstract

In this essay we intend to develop a reflection on the ideological and cultural transformations that modernity has brought with it, transforming the relationship between societies and the perception of time, who can design the ideal future as a single period, mythologized in the name of a constant progress. Having emerged as a utopia in the eighteenth and nineteenth centuries, the ideology of modernity dominated the twentieth century, which also would meet the setbacks that led to the emptying and cynicism. It is precisely the implications and limitations of this great Faustian dream lived by the West that we approach, showing why the great utopia of modernity would germinate various antiutopia over the century of the nine hundred's.

Key-words: Modernity; Ideology; Walter Benjamin; Utopia; Antiutopia.

²⁶ Paul Ricoeur, *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991, pp. 87-89 e 487-488.

²⁷ Bronislaw Baczko, *op. cit.*, p. 344.

²⁸ A respeito dos “circuitos de significado” do conhecido conceito weberiano de “desencantamento do mundo”, ver o estudo de Antônio Flávio Pierucci, *O desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

²⁹ Bronislaw Baczko, *op. cit.*, pp. 344-346.

³⁰ Elias Thomé Saliba, *op. cit.*, p. 22

³¹ Lewis Namier, *apud* Elias Thomé Saliba, *op. cit.*, p. 7.

Estudos Ibero-Eslavos em Portugal

Uma Disciplina *in Statu Nascendi*

1. Introdução

Provavelmente em nenhum período anterior da história da humanidade se verificaram tantas e tão profundas alterações de rumo, a nível ideológico, científico, político, artístico, entre outros, como no século XX. Este facto será tanto mais notável considerando que se trata de um período de tempo (100 anos) relativamente breve no contexto histórico. As profundas mudanças operadas no mundo do pós-guerra conduziram a uma reaproximação dos povos da Europa e, paralelamente, à emergência de uma Guerra Fria que serviria, ao longo de décadas, de travão ideológico e físico ao alastramento de uma Europa única. Neste quadro foi possível assistir ao distanciamento ideológico e cultural de dois blocos geograficamente opostos do continente europeu – o eslavo e o ibérico – cuja reaproximação foi amplamente catalisada pela queda do regime comunista, a que se seguiu a integração europeia de países eslavos e a intensificação de movimentos migratórios. Esta conjuntura, por seu turno, proporcionou o ambiente propício a uma verdadeira mudança de paradigma como tipicamente representa a emergência de um novo campo de conhecimento.

Contudo, tendo em conta o carácter cada vez mais pluralizado e transdisciplinar das ciências humanas contemporâneas, é raro observar uma mudança desta natureza com nitidez. Posto isto, urge reconhecer o relativamente recente nascimento de uma disciplina com a designação de Estudos Ibero-Eslavos (doravante referida por EIE) e iniciar o esboço do seu rápido crescimento metodológico, geocultural e institucional.

É precisamente este o intuito do presente artigo: traçar o passado, contribuir para o presente e delinear as perspetivas para o futuro desta disciplina emergente. Na impossibilidade de comentar toda a informação acumulada sobre o assunto, este trabalho incidirá em alguns dos traços mais salientes que contribuem para delinear um panorama geral da disciplina em questão. Assim, como primeiro passo, facultar-se-á informação relevante referente ao nome, carácter e história dos EIE. Subsequentemente, será abordado o enquadramento institucional da disciplina em questão. Seguidamente, serão apresentadas algumas das críticas a que a disciplina pode estar sujeita. Por fim, ao invés de conclusões, serão apresentados os possíveis rumos de desenvolvimento futuro.

Contudo, antes de proceder à discussão dos tópicos acima referidos, é de salientar que a análise centrar-se-á no contexto português. As razões subjacentes a esta delimitação prendem-se com o foco vigente no presente dossiê temático, que, como o próprio título indica, visa apresentar o estado da arte de investigação em Portugal.

2. Nome da disciplina

É do conhecimento comum que o estabelecimento de uma nova disciplina habitualmente comporta uma vertente autorreflexiva acerca da sua própria fundamentação. No caso dos EIE esta vertente encontra-se ainda numa fase relativamente incipiente, pelo que se afigura necessário e urgente elaborar trabalhos de grande amplitude que se ocupem desta temática. Com o intuito de preencher esta lacuna, na presente secção será abordada (embora com a brevidade imposta pelo objetivo principal do presente contributo) a questão da designação da disciplina e a importância de que este facto se reveste. Embora à primeira vista pareça insignificativa, a análise da denominação atribuída a uma disciplina é de facto fulcral, uma vez que lança alguma luz sobre o seu próprio estatuto e esclarece o entendimento que a própria disciplina revela ter do seu objeto.

Assim, analogamente ao que se verifica no caso de outras designações, como as dos

Estudos de Cultura, Estudos Literários ou Estudos de Tradução, a escolha da palavra “estudos”, atribuída como elemento central na designação (ao invés, por exemplo, da palavra “ciências”), explicitamente alia a disciplina às ciências humanas e distancia-a das ciências denominadas puras, aplicadas ou da natureza. Porém, será de salientar que a explícita aproximação às humanidades e o afastamento das disciplinas como matemática ou biologia não se equaciona, de todo, com a resignação da abordagem científica praticada no âmbito da disciplina. Bem pelo contrário, os EIE preconizam uma abordagem científica, no sentido de rigorosa, transparente, falsificável, comunicativa, coletiva e sistemática.

Passando ao segundo elemento da designação da disciplina, o adjetivo “ibérico” é aqui empregue não só como conceito de cariz geográfico, mas sobretudo na sua dimensão cultural, identitária e linguística. Nesta ótica, em termos geográficos, o adjetivo não se encontra circunscrito apenas aos países da península ibérica mas, por arrastamento, abarca também estados da América Central e do Sul, da parte meridional da América do Norte, da África e do Sudoeste Asiático. Em termos linguístico-culturais, para além das línguas chamadas maioritárias (como são os casos do português e do castelhano, nas suas vertentes europeia e extraeuropeia), são igualmente abrangidas línguas minoritárias (como são os casos do aragonês, basco, catalão, galego, mirandês, etc.). Tal abrangência geográfica e linguístico-cultural do termo aqui empregue automaticamente relaciona os EIE com outras disciplinas, como, a título exemplificativo, os Estudos Pós-coloniais, os Estudos de Tradução ou de Receção.

O adjetivo “eslavo”, na designação da disciplina empregue na sua forma plural, merece semelhante problematização. Em termos étnicos e geográficos, o termo em apreço afigura-se como referente aos povos e às culturas que originalmente ocupavam o leste europeu e a Ásia central (englobando bielorrussos, bósnios, búlgaros, checos, croatas, eslovacos, eslovenos, macedónios, montenegrinos, morávios, polacos, russos, sérvios, sílesianos, sórbios e ucranianos). Na sua vertente religiosa, a palavra em análise afigura-se como integrante de uma pluralidade de crenças, englobando o território figurativo que hoje se apelida de *Slavia Romana* (i.e. católica) e *Slavia Orthodoxa* (bizantina).¹ Na sua vertente linguística, trata-se de uma área relativamente complexa, em que se cruzam dois alfabetos: o cirílico (vigente na grafia de seis línguas eslavas, i.e. bielorrusso, búlgaro, macedónio, russo, sérvio e ucraniano) e o latino (em vigor nas restantes línguas eslavas). Na sua vertente político-ideológica, porém, o termo expande-se para além destas delimitações, suscitando conotações ao musculado Bloco de Leste vigente durante os tempos da Guerra Fria. Neste sentido, a componente eslava na designação da disciplina estende-se *lato sensu* a países não eslavos militarmente integrados no Pacto de Varsóvia (como são, a título exemplificativo, os casos da Hungria e da Roménia).

Em traços gerais, a designação atribuída à disciplina encontra-se já institucionalizada nas línguas portuguesa (Estudos Ibero-Eslavos) e inglesa (Iberian-Slavonic Studies), já que o grosso da produção bibliográfica nesta área utiliza estas línguas como veículos de trabalho predominantes.² Nas restantes línguas ibéricas e nas línguas eslavas as designações aparecem um pouco por arrastamento (ex.: em espanhol Estudos Ibero-Eslavos, em polaco *Studia Iberyjsko-Słowiańskie*). Tendo em conta o carácter meramente preliminar do presente contributo, reserva-se para ocasiões futuras um maior aprofundamento desta temática que, só por si, poderá constituir objeto de investigação própria.

3. História e natureza da disciplina

Inicialmente, i.e. até finais do século XX, EIE foram considerados um sub-ramo da comparativística. No início do século XXI, devido ao meticoloso trabalho de comunidades de investigadores em grande medida integradas em culturas ibéricas (Portugal, Espanha) e eslavas (Eslovénia, Polónia, República Checa e Rússia), ou num leque variado de centros universitários (particularmente no eixo Glasgow – Lisboa – Chemnitz - Varsóvia), os EIE transformaram-se criticamente numa interdisciplina que, por intermédio de uma multiplicidade de abordagens epistemológicas, constitui um objeto novo. Convirá notar que esta transformação foi possível devido ao relativamente recente desenvolvimento de aparelhos conceptuais e ao frutífero aprofundamento de ferramentas teórico-metodológicas do estudo da condição do Outro e da alteridade.³

Com decorrer do tempo esta interdisciplina mostrou-se capaz de mobilizar os saberes da antropologia, da comparativística, dos estudos culturais, dos estudos pós-coloniais, dos estudos de receção, dos estudos de tradução, da filosofia, da historiografia, da imagologia, da linguística, da sociologia, da teoria literária, etc.. Bastará folhear os programas ou

¹ Termos preconizados por Riccardo Picchio em *Aspects of the Slavic Language Question*. New Haven: Yale Concilium on International and Area Studies, 1984.

² A título de exemplo, veja-se Beata Cieszyńska (ed.), *Iberian and Slavonic Cultures: Contact and Comparison*, Lisboa: CompaRes 2007. Disponível em linha em www.iberian-slavonic.org (consultado em janeiro de 2011).

³ Veja-se, por exemplo, Bernard Waldenfels, *The question of the other*, Albany, New York: [Bristol], State University of New York, 2007.

⁴ Veja-se, a título exemplificativo, Eduardo Franco *et al. Europa de Leste e Portugal – Realidades, Relações e Representações*. Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

⁵ Carl Gustav Hempel, *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1952. Na primeira página deste texto lê-se: “Empirical science has two major objectives: to describe particular phenomena in the world of our experience and to establish general principles by means of which they can be explained and predicted. The explanatory and predictive principles of a scientific discipline are stated in its hypothetical generalizations and its theories; they characterize general patterns or regularities to which the individual phenomena conform and by virtue of which their occurrence can be systematically anticipated.”

⁶ Parece produtivo recordar que a prática pedagógica relativa ao ensino graduado e pluridepartamental de línguas e culturas eslavas em Portugal se iniciou apenas com o lançamento, em 2009, da Licenciatura em Estudos Eslavos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (veja-se http://www.fl.ul.pt/processo_bolonha/estudos_eslavos.htm, consultado em janeiro de 2011). Anteriormente a esta data, dos anos 1980 em diante, o ensino de algumas das línguas eslavas foi conduzido no âmbito de leitorados coorganizados pelas entidades diplomáticas dos respetivos países.

⁷ Porém, importa frisar os notáveis esforços de vários estudiosos no decorrer do século XX no sentido de delinear e analisar os mecanismos pelos quais se regem as relações culturais entre os mundos ibérico e eslavo. Não se justificando, ao abrigo do presente trabalho, abrir espaço a uma inventariação de um longo elenco de autores que se tenham ocupado desta temática, remete-se o leitor para a “Bibliografia sobre as relações entre Portugal e os países da Europa de Leste” in Eduardo Franco *et al. Europa de Leste e Portugal – Realidades, Relações e Representações*. Lisboa: Esfera do Caos, 2010, pp. 259-262.

⁸ Veja-se <http://www.iberian-slavonic.org/ramka%20do%20CFP.html> (consultado em janeiro de 2011)

as atas dos mais recentes encontros científicos organizados no âmbito da disciplina para dar conta da pluralidade de abordagens disciplinares, teóricas e metodológicas.⁴ Contudo, apesar do significativo avanço na investigação e dos frutíferos intercâmbios, as práticas interdisciplinares revelam-se ainda muito incipientes. Assim sendo, seria desejável uma evolução no sentido de uma verdadeira integração pluridisciplinar.

Como área de investigação, os EIE podem ser entendidos como uma disciplina empírica, para adaptar Hempel às humanidades.⁵ Em conformidade com os intuítos de uma ciência empírica, os EIE têm um objetivo duplo. Por um lado, tendem a descrever os fenómenos observáveis na esfera dos contactos entre as culturas ibéricas e eslavas. Por outro, partindo desta descrição, procuram formular princípios gerais capazes de explicar e prever estes fenómenos.

No que toca à divulgação e expansão da disciplina, desde a sua emergência tem-se vindo a assistir a uma crescente internacionalização, superando fronteiras nacionais, continentais e linguísticas, tornando-a, desde modo, em património científico comum, favorecendo em simultâneo o contacto entre os estudiosos de diversas correntes e línguas e a interação entre as respetivas abordagens.

4. Enquadramento institucional da disciplina

Convém ter presente que, no contexto lusitano, os EIE nasceram primordialmente da constatação da inexistência institucional, nos meios universitários, de uma eslavística portuguesa,⁶ bem como da averiguação de um défice de estudos empíricos sistemáticos que se tenham ocupado da cultura e literatura dos países ditos da Europa de Leste e da sua relação com Portugal.⁷

Embora seja difícil identificar um momento chave que assinala a autonomização da disciplina, a conferência seminal organizada em Lisboa em 2006 pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelo Centro de Línguas e Culturas Eslavas (FLUL) e pelo Departamento de Linguística Geral e Românica (FLUL) pode ser considerada como tal. Intitulado “Iberian and Slavonic Cultures: Contacts and Comparisons”, o evento contou com a participação de estudiosos cujos nomes surgem hoje associados à disciplina em questão. São os casos de Anna Kalewska (Varsóvia), Barbara Hlibowicka-Węglarz (Lublin), Beata Cieszyńska (Lublin e Lisboa), Danuta Künstler-Langner (Toruń), José Eduardo Franco (Lisboa), Olga Roussinova (São Petersburgo) e Petar Petrov (Faro), para mencionar apenas alguns.⁸ Apesar de contar com contributos oriundos de um leque variado de áreas disciplinares (ex.: história, arte, linguística), à dissemelhança de conferências posteriores, o foco deste encontro científico foi nitidamente centrado no domínio da literatura. Numa tentativa de demonstrar a manifesta institucionalização e internacionalização da disciplina no seio académico português, afigura-se pertinente acrescentar que a este evento seguiram-se outras conferências organizadas em Lisboa nos anos de 2007 (“Iberian and Slavonic Cultures in Contact and Comparison: Towards Crisis and prosperity”), 2008 (“Iberian and Slavonic Cultures in Contact and Comparison: *Intra Muros - Ante Portas*”) e, mais recentemente, 2010 (“Iberian and Slavonic Cultures in Contact and Comparison: *Res Publica(s)*”).⁹

Paralelamente à organização de pontos de convívio científico, foram igualmente inaugurados importantes canais de comunicação. Neste sentido, o ano de 2007 viu a constituição da primeira associação científica exclusivamente dedicada ao estudo do intercâmbio cultural ibero-eslavo - CompaRes (International Society for Iberian-Slavonic Studies). A associação de índole internacional, sediada em Lisboa, tem desenvolvido numerosas atividades com a ambição de promover a colaboração e a cooperação entre as duas culturas situadas em margens do continente europeu geograficamente opostas. Entre estas, particular relevo parecem merecer a promoção de traduções diretas de literaturas eslavas para línguas ibéricas e a organização de plataformas de divulgação científica que contemplam noites de poesia, semanas de cooperação cultural, exposições de arte, literatura e cultura eslavas, workshops de música, tertúlias de tradução ou cursos de línguas para fins específicos. Todas estas atividades contam com o apoio de missões diplomáticas (i.e. embaixadas e consulados de países eslavos em Portugal) e de entidades nacionais e internacionais públicas atuantes nas áreas da cultura, ciência e ensino (Instituto Camões, Instituto Cervantes, Universidade de Lisboa ou Universidade de Kazimierz Wielki de Bydgoszcz, Polónia). Para além disso, no intuito de constituir um veículo de divulgação dos resultados da investigação promovida pela CompaRes, foi recentemente criado o anuário intitulado *IberoSlavica*, cujo primeiro número sairá do prelo no decorrer do ano de 2011. Cada número do anuário contempla

rá um dossier temático, relatórios referentes aos projetos de índole intercultural desenvolvidos em Portugal e no estrangeiro, entrevistas com investigadores e outras instâncias intervenientes no processo de aproximação entre as culturas ibéricas e eslavas, resumos e resenhas de livros sobre a temática, bem como uma secção bibliográfica que inventaria estudos recentes e eventos conduzidos no âmbito dos EIE.

À constituição da ComPaRes seguiu-se a fundação, junto do Comité Internacional dos Eslavistas (International Committee of Slavists – ICS), da Comissão para Estudos Comparatistas Ibero-Eslavos (Commission for Iberian-Slavonic Comparative Research - CISCR), pondo em evidência o reconhecimento, por parte da eslavística internacional, da pertinência dos estudos ibero-eslavos que visam uma abordagem dialogante entre os dois extremos do continente europeu.¹¹ Atendendo ao facto de que Portugal é hoje um dos poucos países que não possui afiliação ao Comité Internacional dos Eslavistas, a inauguração de uma linha de investigação de índole ibero-eslava poderá ser interpretada como constituinte do primeiro passo na fundação de uma secção portuguesa desta entidade.

Mais recentemente, no ano de 2009, foi fundado, dentro do recém-reestruturado CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias), um grupo de investigação dedicado ao estudo de literaturas e culturas ibéricas e eslavas (i.e. o Grupo de Investigação n.º 5 sob a coordenação de Beata Cieszyńska e Petar Petrov). A formação desta linha de investigação foi inspirada nas recomendações da avaliação por um painel internacional que salientou a relevância da institucionalização dos EIE ao abrigo da chamada “abertura” aos países da Europa oriental.¹² Promovida e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, esta linha de investigação desenvolve vários projetos que visam a aproximação entre os dois extremos da Europa através do encontro e conhecimento. Entre estes projetos merecem realce os intitulados “Culturas Ibéricas e Eslavas em Intercâmbio e Comparação”, “Representações de Portugal nas Literaturas Eslavas Modernas e Pós-modernas – Motivos Literários entre o Mito e o Conhecimento”, “Literaturas Ibero-Eslavas Contemporâneas” e “Pós-modernismo e Literaturas Lusófonas”.¹³ Com o intuito de dar maior visibilidade às atividades científicas conduzidas ao abrigo desta linha de investigação, promovem-se desde o ano de 2010 duas coleções que ambicionam divulgar o estado de arte da investigação no âmbito dos EIE (a saber: “Biblioteca Ibero-Eslava” na editora portuguesa “Esfera do Caos” e “Iberians and Slavs in Europe” na editora luso-britânica “Pearl Books”). Em síntese, a multiplicidade e pluralidade das atividades científicas acima referidas demonstram a crescente institucionalização da disciplina.

5. Possíveis críticas

Apesar dos inquestionáveis avanços da investigação no âmbito dos EIE, torna-se evidente a existência de aspetos gerais capazes de suscitar críticas. A primeira estará relacionada com a virtual inexistência de um componente autorreflexivo dentro da própria disciplina. A falta desta vertente manifesta-se, a título de exemplo, nalgumas imprecisões terminológicas, no carácter estanque de algumas abordagens, nalgumas contradições entre as diferentes abordagens empregues, as quais podem instaurar um clima de desconfiança em relação à seriedade da disciplina. Posto isto, é de crer que o desiderato de autorreflexão disciplinar aqui proposto será fundamentalmente retomado ao abrigo da plataforma de intercâmbio que a recentemente lançada revista *IberoSlavica* (ver 4) representa.

Outras críticas prender-se-ão com a verificação do elevado grau de desequilíbrio epistemológico dentro da própria disciplina e com a excessiva expansão de certas áreas coincidente com o relativo abrandamento de outras. Paralelamente, destaca-se a escassez de estudos sistemáticos e panorâmicos, sendo a maioria dos trabalhos de investigação realizados no âmbito da disciplina categorizados como estudos de caso, muitas vezes sem continuação. Como este estado de coisas parece natural tendo em conta a relativa novidade da disciplina, é de crer que a multiplicidade de projetos panorâmicos que arrancaram no âmbito do CLEPUL 5 preencha esta lacuna.

Apesar da manifesta intensificação de veículos de divulgação e da expansão dinamizada da disciplina dentro da academia, verifica-se ainda o seu desconhecimento geral por parte dos meios profissionais (ex.: tradutores, editores, críticos literários, jornalistas, etc.), desde sempre ativamente envolvidos no intercâmbio ibero-eslavo. Dito de outra forma, se é certo que a vertente teórica dos EIE se aproximou da prática, o mesmo não se observa no sentido inverso, isto é, os praticantes do intercâmbio ibero-eslavo ainda não se aproximaram da teoria. Nesta ótica, para além da sua própria autocompreensão, parece estar ainda em aberto a questão da compreensão da disciplina por parte de quem

⁹ Veja-se <http://www.iberian-slavonic.org/zaproszenie.html> (consultado em janeiro de 2011)

¹⁰ Veja-se <http://www.iberian-slavonic.org/conferences.htm> (consultado em janeiro de 2011)

¹¹ A inauguração da entidade em questão teve lugar aquando do 14.º Congresso do Comité Internacional dos Eslavistas organizado na Macedónia em 2008. Para mais informações veja-se <http://www.msk.edu.mk/#> (consultado em janeiro de 2011).

¹² Veja-se, a este respeito, “Comentários do Painel de Avaliação” sobre o Centro de Literatura de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa, disponíveis em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoiou/unidades/avaliacoes/2007/painel?uid={D4893AA2-A1CC-4EAA-8E47-016F789A7B1C}> (consultado em janeiro de 2011).

¹³ A descrição pormenorizada dos projetos aqui mencionados encontra-se disponível em <http://www.clepul.eu/areas.asp?id=7> (consultado em janeiro de 2011).

se encontra do lado de fora. Nesta medida, continua por fazer um debate alargado e profícuo sobre o tema, perpetuando-se assim uma deficiente articulação teórico-prática com evidentes prejuízos para qualquer dos dois domínios.

Verifica-se ainda que os defensores das diversas abordagens têm, na maioria dos casos, um conhecimento muito rudimentar das restantes, pelo que se torna imperioso que os estudiosos dos EIE façam a receção uns dos outros.

Por fim, a conceção dos EIE como área interdisciplinar pode levar à emergência de uma situação que facilmente desaguará, não numa interdisciplinaridade integradora, como seria desejável, mas, porventura, numa transdisciplinaridade avassaladora. Em última análise, esta hipótese poderia redundar num decréscimo, ou mesmo na anulação, da autonomia da disciplina.

6. Perspetivas futuras

Uma tentativa de um esboço do perfil dos EIE não pode, ou não deve, limitar-se apenas à descrição dos caminhos percorridos pela disciplina, nem ao mero inventário de tendências contemporâneas. Importa igualmente salientar o que se encontra ainda por fazer ou, por outras palavras, urge traçar pistas e abrir horizontes à investigação futura. É nesta ótica que serão sugeridas as orientações que se seguem.

Em primeiro lugar urge acautelar o risco de perda da autonomia da disciplina mencionado na secção anterior. Uma segunda tarefa prende-se com a instauração de um equilíbrio epistemológico dentro da própria disciplina. Assim, por um lado importa acautelar o risco de excessiva centralização no domínio da literatura. Tal afastamento das tendências hegemónicas de uma única corrente (neste caso literária) reforçará a interdisciplinaridade de teor fundamentalista, em que, à falta de instrumentos próprios, se pedirão emprestados conhecimentos a outras disciplinas na esperança de contribuir para o avanço dos EIE. Por outro lado, torna-se imprescindível assinalar a importância da identificação do diálogo entre as diversas abordagens, como forma de “regulação” de uma interdisciplina que ameaça tornar-se de certo modo selvagem. Esta medida seria igualmente vantajosa para o desenvolvimento de um espaço consensual, que se deseja propiciador de visões que venham a construir verdadeiras sínteses integradoras da investigação realizada.

É também essencial que se equacione a definição do objeto de estudo e de outros conceitos chave, já que a fundamentação teórica da disciplina se encontra ainda por completar. Paralelamente, é urgente que se proceda a uma reflexão metodológica mais aprofundada que conduza ao desenvolvimento de modelos metodológicos de contornos mais sólidos, vocacionados para uma pesquisa mais ordenada e sistemática, de molde a possibilitar o estabelecimento de uma epistemologia dos EIE.

Por último, urge proceder a um levantamento historiográfico da disciplina, que conjure as visões cronológica e filogenética. Serão estas as pistas de investigação futura. ▼

Resumo

O presente artigo constitui uma primeira tentativa de apresentar um panorama geral da emergente disciplina dos Estudos Ibero-Eslavos no contexto português. Com este intuito, como primeiro passo facultar-se-ão informações relevantes referentes ao nome, natureza e história da disciplina em questão. Subsequentemente, será apresentado o enquadramento institucional da disciplina. Por fim, salientar-se-ão algumas das possíveis críticas a que a disciplina poderá estar sujeita e os possíveis rumos de desenvolvimento futuro.

Palavras-chaves: Ibero-eslavo; Portugal; Disciplina; Crítica; Universidade.

Abstract

This paper is a first attempt at presenting a general outline of the emerging discipline of Iberian-Slavonic Studies in the Portuguese context. To do so, the first step will consist in providing relevant data regarding the name, nature and history of the ISS. Subsequently, the discipline's institutional background will be presented. Finally, possible criticism to which the discipline may be subject, together with the possible avenues of future research, will be highlighted.

Key-words: Ibero-slavonic; Portugal; Discipline; Critic; University.

Cinema Português

2001-2010

Incidência

A abordagem em causa depreende, por conseguinte, que se estabeleçam parâmetros de abrangência e circunstanciação, tomando como privilégio uma indicação primordial sobre as longas metragens de ficção. Todavia, sem descuidar que, em outras áreas, o nosso cinema persiste em revelar – segundo a tendência dos criadores, ou a natureza dos projetos – fecundas especificidades, tanto em curta ou média duração, como sob uma perspectiva documental. Com a vigência dos novos suportes, e repercutidas as respetivas potencialidades (que traduziriam uma inestimável *democratização* dos meios audiovisuais em geral), tais vetores consubstanciam uma dinâmica assaz genuína, versátil e estimulante.

Toda esta movimentação – em termos de laboração e desenvolvimento – tem o atual Instituto do Cinema e do Audiovisual/ICA como referência estrutural, não só no apoio à produção, como nos mecanismos de difusão internacional. Sendo um período atípico, no tocante a movimentos ou modelos conceptuais (temáticos, estéticos) amplos, verifica-se também uma assinalável alteração quanto à natureza das entidades produtoras e de suas relações com os realizadores. A influência das principais empresas esbateu-se, ou alteraram-se estratégias, e mesmo os cineastas têm maior acesso ou participam, até, de um modo decisivo no controlo organizativo e no delineamento dos projetos em execução.

Durante a década, produziram-se em cada ano entre dez e vinte longas metragens – um número significativo e, aliás, coerente com as práticas mais recentes. Em atividade – além do caso excecional de Manoel de Oliveira, oriundo do *mudo* – estão veteranos do *Novo Cinema*, ou formados pela Escola de Cinema, convivendo com a geração jovem, e realçando-se uma sugestiva versatilidade. Do cunho de autor à tentativa comercial, da intervenção convencional à transposição literária, do testemunho particular ao registo experimental – múltiplas vias são percorridas, por um desígnio próprio, partilhado, no qual estaria implícita a sobrevivência de uma contingente, mas aliciante indústria artística. Acentua-se e diversifica-se a divulgação dos filmes, mesmo lá fora, ainda com reconhecimento prestigiado em festivais, ou motivando retrospectivas monográficas.

Nos últimos tempos, esbateu-se o domínio *protocolar* das coproduções, à escala europeia, por uma mais explícita comparticipação entre empresas de vários países, segundo a vocação natural ou a singularidade dos projetos. Entre nós, tornou-se relevante o patrocínio ou o nexo televisivo nas produções, ainda com valores promocionais. Logo, o exercício (re)corrente de produções para televisão (telenovelas, séries, telefilmes) terá alcances sobre o cinema, tanto nas conotações técnica e artística, como no tratamento dramaturgico e de *conversão* audiovisual sobre a língua portuguesa. Tais considerações não incluiriam, porém, qualquer permeabilidade entre públicos do pequeno ao grande ecrãs. Assim como se escamoteou a presença de cineastas em realizações televisivas.

Percurso

Em 2001, Teresa Villaverde compõe a rotina de uma mulher e mãe, em *Água e Sal*. Rita Azevedo Gomes alcança um amor impossível, *Frágil Como o Mundo*. Em Coimbra, *Rasganço* de Raquel Freire exorciza a praxe académica. Manoel de Oliveira evoca o *Porto da Minha Infância* e o crepúsculo de um velho ator em *Vou Para Casa*. João Canijo foca a emigração em França para *Ganbar a Vida*, e Artur Ribeiro dos Açores para os EUA em

Duplo Exílio. João Botelho adapta *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett em *Quem És Tu?*, Fernando Lopes *O Delfim* de José Cardoso Pires, Fernando Vendrell (em Moçambique) *O Gotejar da Luz* de Leite de Vasconcelos. Em *Akasba*, João Menezes busca o sentido da existência. Pedro Costa desvenda *Onde Jaz o Teu Sorriso* - Danielle Huillet, Jean-Marie Straub, *Cineastas para Cinema*, De Nôtre Temps. Edgar Pera tange o fado em *A Janela* - Maryalva Myx, Fernando Matos Silva os efeitos da Barragem do Alqueva em *A Luz Submersa*. Com *Balas & Bolinbos*, Luís Ismael parte à aventura, que Leonel Vieira satiriza com *A Bomba*. Em 2002, Manoel de Oliveira introduz *O Princípio da Incerteza* sobre *Jóia de Família* de Agustina Bessa-Luís. Leonel Vieira reconstitui (no Brasil) *A Selva* de Ferreira de Castro, e Solveig Nordlund, segundo J.G. Ballard, *Aparelho Voador a Baixa Altitude*. Rita Azevedo Gomes encena *Altar*, sobre um homem de teatro e seu imaginário. *O Rapaz do Trapézio Voador* traz Fernando Matos Silva de regresso aos dramas pela Barragem do Alqueva. Catarina Mourão tece as peripécias duma mudança de casa, em *Desassossego*. Joaquim Sapinho contrasta os rigores de *Mulher Polícia*, uma mãe em dificuldades. Ivo M. Ferreira interroga *Em Volta do amor e da felicidade* - assombrados por António Ferreira, em *Esquece Tudo o Que Te Disse*. João Mário Grilo traça *A Falha*, sobre um reencontro de amigos e ex-colegas do liceu. Afinal, Manuel Mozos conclui *Xavier* - a deambulação de um ex-soldado, com passos e rodagem suspensos desde 1991.

Em 2003, culminam as carreiras de João César Monteiro, com João Vuvu num sombrio *Vai-e-Vem*; e de José Álvaro Morais em *Quaresma*, sobre a decadência duma família da burguesia industrial e agrária. José Fonseca e Costa transpõe *O Fascínio* de Tabajara Ruas. Ruy Guerra sonda a integridade dum economista de origens modestas, em *Portugal S.A.* concebido por Carlos Vale Ferraz/Carlos Matos Gomes. Tal como *Os Lobos Não Usam Coleira*, que António-Pedro Vasconcelos sagra em *Os Imortais*. Fantasmas da guerra colonial, expostos em *Preto e Branco* (Moçambique) por José Carlos de Oliveira. Luís Fonseca enquadrava a família em risco, *Antes Que o Tempo Mude*; pretextos de Jeanne Waltz, *Daqui Prá Alegria* sublimando o amor. Solveig Nordlund inventaria as relações de um pai ausente, com *A Filha*; outra adolescente, dos subúrbios, inicia *A Passagem da Noite* por Luís Filipe Rocha; uma mais vem de França, com o irmão gémeo, para o funeral do avô - *Sem Ela* por Anna de Palma. Manoel de Oliveira propõe *Um Filme Falado*, de regresso às raízes da civilização ocidental. Ricardo Costa dissipa *Brumas* do passado, em *Peniche*. Cláudia Tomaz deslaça *Nós* pelo submundo de Lisboa. Onde João Botelho ironiza com *A Mulher Que Acreditava Ser Presidente dos Estados Unidos da América*.

Em 2004, El-Rei D. Sebastião volta com *O Quinto Império - Ontem Como Hoje* por Manoel de Oliveira. Miguel Gonçalves Mendes atualiza o mito do Encoberto, com *A Batalha dos Três Reis*, e retrata Mário Cesariny de Vasconcelos em *Autografia*. Mário Barroso transpõe *O Milagre Segundo Salomé* de José Rodrigues Miguéis, Edgar Feldman *Querença* de Fernando Correia da Silva, e Margarida Cardoso *A Costa dos Murmúrios* segundo Lídia Jorge. Francisco Lança, António Costa Valente, Carlos Silva e Victor Lopes assumem *João Sete Sete*, animação longa sobre *João Mata Sete* de Silvino Fernandes. Num imaginário dos Açores, a menina *Adriana*, por Margarida Gil, perturba o luto dum aristocrata crepuscular. *André Valente*, de Catarina Ruivo, é um miúdo assombrado pela desagregação familiar. Miguel Gomes percecionava os dilemas masculinos ante a maturidade, com *A Cara Que Mereces. A Casa Esquecida* de Teresa Garcia atrai dois vagabundos de estimação. Fernando Lopes inventaria, *Lá Fora*, o luxo e o isolamento modernos. António da Cunha Telles espelha, em *Kiss Me*, o culto de Marilyn Monroe numa mulher sedutora. Em busca do homem ideal, *Maria e as Outras* inquietam José de Sá Caetano. Paulo Rocha exorbita *Vanitas - Vaidade das Vaidades, Tudo É Vaidade*, sobre uma estilista excêntrica. João Canijo adensa, com *Noite Escura*, a trágica realidade portuguesa. Uma jovem brasileira arrisca, em Lisboa, *Um Tiro No Escuro* por Leonel Vieira. Também entre o Rio de Janeiro e a nossa capital, Luís Galvão Teles subverte *Tudo Isto É Fado*. Em *Lisboetas*, Sérgio Tréfaut regista os novos residentes - europeus de Leste, brasileiros, asiáticos, africanos de língua não-portuguesa. George Felner protagoniza *Manô*, sob o fascínio da comédia no cinema clássico. Luís Ismael propõe em *Balas & Bolinbos - O Regresso* à aventura, precipitada com *Sorte Nula* por Fernando Fragata.

Em 2005, Manoel de Oliveira realiza *Espelho Mágico* sobre *A Alma dos Ricos* de Agustina Bessa-Luís, João Botelho *O Fatalista* sobre *Jacques, le Fataliste* de Denis Diderot, José Carlos de Oliveira *Um Rio* (em Moçambique) sobre *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chama-*

da Terra de Mia Couto, Luís da Matta Almeida projeta *João Sem Medo* (2009), animação longa sobre *As Aventuras de João Sem Medo* por José Gomes Ferreira, e Carlos Coelho da Silva atualiza *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz. João Pedro Rodrigues equaciona *Odete*, em estranha transferência sobre a morte de um rapaz. Marco Martins emociona com a busca de uma menina, *Alice*, pelo pai em obsessão. Rosa Coutinho Cabral reporta investigação televisiva sobre uma rapariga e seus expedientes, por um jornalista *Lavado Em Lágrimas*. Tiago Guedes e Frederico Serra especulam o terror com *Coisa Ruim*, uma herança maldita e uma vingança sobrenatural. Joaquim Sapinho articula *Diários da Bósnia* – uma terra entre fragmentos e ruínas, e o recomeçar num outro dia.

Em 2006, Pedro Costa volta ao Bairro das Fontainhas, estigmatizando *Juventude Em Marcha*, e Jorge Pelicano vai à Serra da Estrela, para saber se *Ainda Há Pastores?* Jorge Queiroga aflora o afeto cúmplice entre neto e avô, *Atrás das Nuvens*, num monte do Alentejo. Onde Hugo Vieira da Silva dramatiza *Body Rice*, sobre um programa experimental, germânico, de reinserção social, desenvolvido desde 1980. Em Santiago, Cabo Verde, por meados do século XIX, Francisco Manso subleva *A Ilha dos Escravos*, a partir de *O Escravo* por José Evaristo de Almeida. Em 20, 13, pelo Natal de 1969, no Norte de Moçambique, Joaquim Leitão funde sentimentos desencontrados, em plena guerra colonial. Manoel de Oliveira reúne, quarenta anos mais tarde, as personagens principais de *Belle de Jour* (1967 - Luís Buñuel), celebrando *Belle Toujours*. José Fonseca e Costa (ir)rompe com a tradição e os preconceitos, pois *Vitória Rica Solteira Não Fica*. Fernando Vendrell roça *Pele*, de Henrique Galvão, no Portugal retrógrado e mesquinho de 1972. Seguida em *Transe*, por Teresa Villaverde, uma mulher deixa, na Rússia, laços familiares e afetivos, (con)vivendo a ilusão e o inferno, até ao extremo ocidental da Europa. Fernando Lopes reivindica *98 Octavas*, para a viagem errática, ritual, de um casal casual, entre a realidade e o onírico. Luís Galvão Teles reabilita a comédia em *Dot.Com*, ao conjugar novas tecnologias e vivência rural. As *Conversas* entre António Feio e José Pedro Gomes são *imortalizadas* por José Sacramento, com *O Filme da Treta*.

Em 2007, Jorge Paixão da Costa resolve *O Mistério da Estrada de Sintra* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, Manoel de Oliveira esclarece *Cristóvão Colombo - O Enigma*, sobre *Cristóvão Colón (Colombo) Era Português* de Manuel Luciano da Silva e Sílvia Jorge da Silva. Edgar Pera transfigura *Rio Turvo* de Branquinho da Fonseca, Teresa Prata percorre (em Moçambique) *Terra Sonâmbula* de Mia Couto. De Paris para Portugal, Rodrigo Areias transgride em *Tebas* uma democracia libertina. André Badalo evoca *A Escritora Italiana*, entre memórias e emoções por Lisboa. Onde, no decurso de uma noite, Bruno de Almeida desfia *Lovebirds*, em seis histórias labirínticas e fragmentárias. *Daqui Prà Frente*, Catarina Ruivo contabiliza as vivências de uma mulher, seus ideais, perdas e rotinas. Uma outra, em *Goodnight Irene* de Paolo Marinou-Blanco, é procurada por dois homens afastados do mundo real e subjugados em afeto platónico. Miguel Gonçalves Mendes evoca o medo e a morte, com a lenda de *Floripes*, uma moura encantada que à noite deambula por Olhão. Fugitivos e proscritos, sobrinha e tio são *Lobos* de José Nascimento, amando-se e protegendo-se. Um adolescente enfrenta os limites com *O Capacete Dourado* de Jorge Cramez, em pequena cidade no Nordeste. Onde uma *Mal Nascida*, de João Canijo, é eterna viúva de seu pai, e obcecada por vingança. Ali também, Luís Filipe Rocha simboliza *A Outra Margem* para tio e sobrinho, um travesti atormentado e um jovem com Síndrome de Down. Artur Serra Araújo baralha o *Suicídio Encomendado* de um homem com passado atribulado, e sem vontade de viver. Em *Julgamento* de Leonel Vieira, um professor universitário reconhece o ex-agente da PIDE que o torturou, debatendo-se entre justiça e expiação. Os bastidores do futebol português, envolvendo processo em que um dirigente é arguido, forjam *Corrupção*, em realização não creditada por João Botelho. Em *Call Girl* de António-Pedro Vasconcelos, um autarca modelo, alentejano, é seduzido e chantageado, numa trama fatídica sobre negócios imobiliários. Em *Fados*, Carlos Saura absorve fenómeno e tradição – um universo em fusão entre argumento ficcional, atuações em palco e imagens de arquivo, com vestígios de África e Brasil.

Em 2008, João Botelho transpõe *A Corte do Norte* de Agustina Bessa-Luís e, com *Um Amor de Perdição*, Mário Barroso atualiza *Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco. Em *Contrato*, Nicolau Breyner adapta *Requiem Para Um Dom Quixote* de Dennis McShade/Dinis Machado. *Amália, o Filme* de Carlos Coelho da Silva reconstitui a existência e a carreira de Amália Rodrigues. Em *4 Copas*, Manuel Mozos joga a passagem de uma adolescente à idade adulta,

assistindo à rotura entre os progenitores. Em *Águas Mil* de Ivo M. Ferreira, um homem perdido na sua identidade procura, em Espanha, o pai que desapareceu quando ele tinha seis anos. A vida escapa *Entre os Dedos* – de Tiago Guedes e Frederico Serra – a um outro que ficou sem emprego, enquanto as relações familiares se deterioram. Algures na Beira Alta, Miguel Gomes sacra *Aquele Querido Mês de agosto* entre turistas e emigrantes, através de pai, filha e primo, elementos de uma banda popular. No Porto, Raquel Freire extrema personagens a quem o *Veneno Cura*, até ao limite do amor absoluto. Ao festejar o quadragésimo aniversário, no Alentejo, um casal de sucesso compromete *Second Life* de Alexandre Valente, subjugado por segredos, paixões, vícios e traições. Expulsos dos Estados Unidos, um português e um porto-riquenho exploram, entre nós, *A Arte de Roubar* por Leonel Vieira, planeando o golpe perfeito e decisivo. Em *1ª Vez 16 mm*, Rui Goulart evoca as atribuições de um cineasta antes, durante e após a rotação da sua primeira longa metragem. *A Zona* de Sandro Aguilar materializa entes quase fantasmas, deixados por lugares vazios – como aquele e aquela cujas essências suspensas se cruzam num corredor de hospital.

Em 2009, Francisco Manso reincide na reconstituição histórica, com *O Último Condenado à Morte e Assalto ao Santa Maria*. Jorge Queiroga desvenda *Salazar – A Vida Privada*. Manoel de Oliveira transpõe *Singularidades de Uma Rapariga Loira* de Eça de Queiroz, Carlos Coelho da Silva *Uma Aventura Na Casa Assombrada* de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. Eugene Green atualiza *A Religiosa Portuguesa*, inspirado em *Cartas Portuguesas* atribuídas a Mariana Alcoforado e Gabriel-Joseph Guilleragues. Na Costa de Caparica, Paulo Rebelo examina os *Efeitos Secundários* dum microclima emocional, entre três pessoas solitárias. Fernando Lopes capricha *Os Sorrisos do Destino*, a propósito de amores virtuais e adultérios eletrónicos dum casal maduro da vivência lisboeta. Na mesma área social, João Mário Grilo detalha o envolvimento romântico entre *Duas Mulheres*. Ainda na capital, João Pedro Rodrigues ritualiza o crepúsculo de um travesti veterano dos espetáculos de *drag queens*, a *Morrer Como Um Homem*. À procura de redenção, cinco vidas *Marginais*, por Hugo Diogo, cruzam-se no labirinto dos subúrbios. Em *Cinerama*, Inês Oliveira convoca um universo onírico, sobrepondo três histórias diferentes, a pretexto duma empresa fantasmagórica. Daniel Souza passa à ação *100 Volta*, num jogo perigoso e frenético que opõe um agente federal sob disfarce ao crime organizado mundial. No âmbito do futebol, Joaquim Leitão sacra *A Esperança Está Onde Menos Se Espera*, e Mark Heller *Star Crossed – Amor Em Jogo*. Nicholas Oulman testemunha *Com Que Voz*, sobre a ligação criativa entre o pai, Alain Oulman e Amália Rodrigues; Pedro Costa, *Ne Change Rien* sobre a compositora/cantora Jeanne Balibar; Bruno de Almeida, *Bobby Cassidy – Counterpuncher* sobre um pugilista novaiorquino; Jorge Pelicano, *Pare, Escute e Olhe* no declínio da linha ferroviária do Tua, entre Bragança e Mirandela.

Em 2010, João Canijo (des)monta *Fantasia Lusitana* dos anos '30 e '40, quando Portugal foi passagem entre a Europa e a América, para milhares de refugiados que escapavam ao regime hitleriano. Mário e Pedro Patrocínio ousam *Complexo: Universo Paralelo*, sobre o dia a dia nas favelas mais perigosas do Brasil – o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Marco Martins propõe *Como Desenhar Um Círculo Perfeito*, focando a descoberta da sexualidade na adolescência, a decadência de uma família e de uma casa. Temas que, em *Guerra Civil*, Pedro Caldas circunscreve a uma praia no Sul, pelo verão de 1982. Entre *A Espada e a Rosa* de João Nicolau, uma caravela do século XV zarpa de Lisboa rumo a Vila Real de Santo António, governada pelas leis da pirataria. Uma década depois de terem frequentado a Universidade da Beira Interior, sete amigos reúnem-se para *Um Funeral à Chuvva* de Telmo Martins. À *Contraluz* de Fernando Fragata, várias pessoas sem ligação entre si encontram-se em situações de extremo desespero, mas algo de inesperado irá acontecer-lhes. Miguel Gonçalves Mendes revela *José & Pilar*, dedicado à vida de José Saramago e Pilar del Rio, a propósito de *A Viagem do Elefante*. Em *Embargo*, António Ferreira expande *Embargo/Quase Objeto* de José Saramago. Em *O Inimigo Sem Rosto*, José Farinha transpõe *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção Em Portugal* por Maria José Morgado e José Vegar. João Botelho compõe *Filme do Desassossego* sobre o *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares/Fernando Pessoa. Raul Ruiz adapta *Mistérios de Lisboa* de Camilo Castelo Branco. João Ribeiro, *O Último Voo do Flamingo* de Mia Couto, em Moçambique. Aí regressa José Carlos Oliveira para dramatizar *Quero Ser Uma Estrela*, abordando um casal português e a substituição de menores. Em *O Estranho Caso de Angélica*, Manoel de Oliveira sublima um projeto de 1952, sobre paixão mórbida que se transfigura em sorridente assombramento. O mundo da

fama atrai António-Pedro Vasconcelos com *A Bela e o Paparazzo*, centrado numa atriz de telenovelas em momento difícil da carreira e à beira dum colapso nervoso.

Reflexos

A partir de 2004, com a informatização do sistema de *bilbeteiras*, na rede de distribuição/exibição, entre nós, foi possível ao Instituto de Cinema contabilizar, de um modo mais eficaz e rigoroso, o número de espectadores em Portugal. Tal atributo teria especial relevância sobre o panorama nacional – independentemente das virtualidades intrínsecas de cada obra, ou de eventual controvérsia quanto ao apreço dos critérios subjacentes – refletindo-se, pois, numa ponderação de acesso ao financiamento, pelos realizadores e empresas de produção em causa. Entre estas, manifestou-se um interesse complementar pelo circuito de distribuição, área na qual surgiram outras empresas de vocação alternativa. Por outro lado, as mutações entre o cinema e o audiovisual conferiram uma significativa importância às edições em DVD de obras com peculiar alcance artístico, testemunhador ou cultural.

Além da consagração de Manoel de Oliveira à escala global, que se repercutiu pelos malogrados João César Monteiro e José Álvaro Morais, o cinema português congrega gerações e expectativas, talentos e tendências, pelo prestígio os seus artistas – com destaque para Pedro Costa – a nível internacional, em fóruns ou publicações especializadas; e evidencia-se, ainda, pelo fenómeno recente da estreia comercial de alguns filmes em mercados *difíceis*, logo o norte-americano. Índícios, sucessos, que – entre nós – se contrastam pela configuração de uma cinematografia sempre latente, dependente do apoio oficial, através de um suporte legal em evolução, ou de entidades em reavaliação. Iniciado em 2007, para incentivar a produção de cinema e televisão em Portugal, com o apoio/gestão de entidades privadas, o Fundo de Investimento Para o Cinema e Audiovisual/FICA entrou em paralisia, até estarem asseguradas as condições – segundo o Ministério da Cultura (2010) – para que “retome, o mais rapidamente possível, a sua atividade”. Entretanto, ousa-se o (im)possível, a realidade é vivenciada ou representada, as imagens continuam em movimento... ▽

Resumo

Dez anos passados desde o alvor de um novo milénio, é possível uma reflexão sobre as transformações operadas no cinema português, e as resistências que marcaram a sua evolução intrínseca. Tal deriva de um peculiar circunstancialismo que, em termos sociais e económicos, suscita uma cíclica reincidência quanto às características de produção; e, por outro lado, das implicações de representatividade que, sempre, levam a manifestar-se insólitas ou rejuvenescidas expectativas. E – também como matriz própria de uma expressão sobre o imaginário – as virtualidades técnicas continuam patentes, de um modo natural e fascinante... Em conjugação com um olhar único, diverso, apelativo, artesanal, intenso e autêntico – qual precário e paradoxal percurso que, individual ou coletivamente, se foi processando a partir de 1896, entre desaires e sucessos.

Palavras-chaves: Cinema; Portugal; imaginário cultural; estado da arte.

Abstract

Ten years since the dawn of a new millennium, it is possible a reflection on the transformations in Portuguese cinema, and resistance that marked its intrinsic evolution. This derives from a peculiar circumstances prevailing, in social and economic terms, creates a cyclical recurrence in respect to production, and on the other hand, the implications of that representation, always lead to manifest unusual or rejuvenated expectations. And – also as an expression of the matrix itself on the imagination – the virtual techniques continue, in a natural and fascinating way ... In articulation with a unique, diverse, appealing, craft, intense and authentic look – like a precarious and paradoxical way, that individually or collectively, comes in continuous process since 1896, between setbacks and successes.

Key-words: Cinema; Portugal; cultural imaginary; state of the art.



Signos
e
Rotação



Alice Valente Alves

Como nos ritos... magicamente...

CORPOtraçoCORPO, apesar desta aparente simplicidade (que se calbar é só minba), tem múltiplos sentidos. É Cor; Corpo, Texto/Textura, e outras relações combinatórias e derivadas, que cada um é livre de realizar. Nas realizações que assim forem feitas encontrará o embate luz-sombra que, segundo Goethe, é a origem de todas as cores (“Os olhos não veem formas, mas luz transporta em cor”).

São nove as fases deste projeto, onde “nove”, tal como na Vita Nuova de Dante, se associa ao “novo”, por paronomásia. Ao fim de dois terços do projeto, creio que já estamos em condições de considerar que ele é uma forma magnífica de responder ao desiderato de Raoul Dufy: “Precisamos na pintura de algo mais do que apenas a satisfação de ver”.¹

Alberto Pimenta

Da ocasião: contextualização

1. No projeto “CORPOtraçoCORPO – a poesia e a pintura” de Alice Valente Alves², “projeto multidisciplinar iniciado em 2003, que integra poesia e pintura assinado pela mesma artista” assim apresentado:

“CORPOtraçoCORPO - a poesia e a pintura” é a comunhão da exposição do movimento de:

- imagens poéticas – CORPO vivo com
- imagens pictóricas – CORPO ficcionado.

Com um diálogo próprio, este projeto trata o articular a questão do ver e o de comunicar o resultado dessa mesma visão.

O **traço** ou **cor**, na poesia e na pintura do CORPOTtraçoCORPO trespassa em unicidade a «*não cor*» do preto e branco e, será o elo, a ligação ou o equilíbrio entre a divisão, de tudo aquilo que é contrário em atração, de corpos, de seres, ou do próprio Ser ou CORPO, entre o exterior e o seu interior, entre o dia e a noite, entre o homem e a mulher ou seja, «*em-entre*» tudo aquilo que embora pareça ser divisível, nocivo, incompatível, competitivo ou adverso, o não seja mas sim, um avesso ou reverso, fundamental, necessário e imprescindível à completa aparente perfeição.

O **traço** apresenta-se na poesia através da palavra da cor e na pintura através da cor da palavra e, representa o equilíbrio ou a harmonia, o que vem entre um e outro, o outro que pode ser o nosso próprio outro ou o outro propriamente dito, em conhecimento ou desconhecimento...³

Apresentação, pois, sobre díptico pictórico do *laranja-lima* que traça e segue a *traça* da reflexão, do itinerário mental: “*o pensar*” (2005) “*de que credo*” (2005). Porque o pensamento se gera, funda e norteia em e pela ideologia.

2. Planificação: um itinerário criativo-reflexivo cromático implicando associações elementais de uma corporalidade antro-po-telúrica (terra, ar, água, pele): *vermelho, castanho-terra, água-azul-céu, laranja-lima, verde-oliva, verde* e cor de pele.⁴

¹ Cit. do texto lido na inauguração da exposição da 5ª e 6ª das 9 cores, realizada em 30 setembro 2005, em Beja.

² Cf. apresentação em: <http://alicevalente.wordpress.com/corpotracocorpo/> [acedido em 30 Jan. 2011].

³ Cit.: <http://www.e-cultura.pt/ServicosDisplay.aspx?ID=83> [acedido em 30Jan2011]. Também apresentado em: <http://alicevalente.wordpress.com/corpotracocorpo/> [acedido em 30 Jan. 2011].

⁴ Cf. itinerário realizado em <http://www.e-cultura.pt/ServicosDisplay.aspx?ID=83>.



⁵ Cf.: <http://alisenao.blogspot.com/2011/01/30-jan2011-encontro-sobre-o-projeto.html> [acedido em 30 Jan. 2011].

⁶ Alice Valente Alves em: <http://alisenao.blogspot.com/2011/01/30-jan2011-encontro-sobre-o-projeto.html> [acedido em 30 Jan. 2011].

⁷ “SENÃO - Poesia e Desenho”. Página da autoria de Alice Valente Alves, disponível na rede social Facebook.

⁸ Página da autoria de Alice Valente Alves, disponível na rede social Facebook.

⁹ Trata-se de um projeto inscrito numa via de reflexão interartes que tenho vindo a desenvolver, como demonstram, em especial, os meus livros: *Emergências Estéticas*, Lisboa, Roma Editora, 2006; *Itinerário*, Lisboa, Roma Editora, 2009; *Cartografias Literárias*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

3. O diálogo criativo, performativo:

a. da pintura com a poesia *ali_se*⁵ fundeia e vai expondo, radicado em díptico fotográfico de porta por onde a figuração autoral ou do seu interlocutor se deixa pressentir, sedutoramente, em fotograma a preto e branco.

*“ALI_SE
O traço da imagem inscrita*

*A não sublimbar que desejo traçado
Risca-se a força do traço
Do traço que ali se...”⁶*

b. e do desenho com a poesia em *SENÃO*⁷, ou na versão clivada SE/NÃO, explorando a reflexividade do movimento e da fusão entre o humano e o espelho em que se mira (terra, papel, fotografia).

4. Simultânea e convergentemente, a síncope imagística torna-se objeto de leito mais reflexivo, ensaístico, em “A Imagem na Arte” (imagem_ns⁸), no âmbito de um projeto InterArtes que coordeno no CLEPUL⁹. No incipit, Gilles Deleuze justifica-o em fragmento bordado a bolds:

“(…) Uma imagem nunca está só. O que conta é a relação entre imagens. Ora, quando a perceção se torna ótica e sonora pura, com que entra então em relação, uma vez que já não é com a ação? A imagem atual, cortada do seu prolongamento motor, entra em relação com uma imagem virtual, imagem mental ou em espelho. Vi a fábrica, e julguei ver condenados...

Em vez de um prolongamento linear, temos um circuito em que as duas **imagens** não páram de correr uma atrás da outra, em torno de um ponto de indistinção do real e do imaginário.

Dir-se-ia que a **imagem atual** e a sua **imagem virtual** cristalizam. É uma **imagem-cristal**, sempre dupla ou redobrada, tal como a encontramos em Renoir, mas também em Ophuls e como a encontraremos de outra maneira ainda em Fellini.

Há muitos modos de cristalização da **imagem**, e de signos cristalinos. Mas vemos sempre qualquer coisa no cristal. O que começamos por ver é o Tempo, os lençóis do tempo, uma **imagem-tempo** direta. Não é que o movimento tenha parado, mas a relação do movimento e do tempo inverteu-se. O tempo já não é concluído da composição das **imagens-movimento** (montagem), é o inverso, é o movimento que decorre do tempo. A montagem não desaparece necessariamente, mas muda de sentido. Torna-se “mostragem” (“*montrage*”), como diz Lapoujade. Em segundo lugar, a **imagem** mantém novas relações com os seus próprios elementos óticos e sonoros: dir-se-ia que a vidência faz dela qualquer coisa de “legível”, mais ainda que de visível. Torna-se possível toda uma **pedagogia da imagem** à maneira de Godard. Enfim, **a imagem torna-se pensamento, capaz de apreender os mecanismos do pensamento... (…)**”



5. No centro desse itinerário planejado, o *laranja-lima* (Alimento-Vida) dá-se a (entre) ver, primeiro, em cenário de antigo convento franciscano do séc. XIII e, agora, na Sala da Nora, de 8 a 30 de janeiro de 2011: “a **EXPOSIÇÃO** consta de 18 das 72 obras em díptico nas oito das 9 cores já realizadas e apresentadas até ao momento do projeto «**CORPOtraçoCORPO – a poesia e a pintura**» de Alice Valente.”¹⁰

¹⁰ Cit.: http://alicevalente.wordpress.com/corpotracocorpo/2011_nora/ [acedido em 30Jan2011].

¹¹ Conservo, nas referências, o modo de referenciação (tipo de aspas, de numeração, etc.) da pintora Alice Valente Alves.

Do facto: exposição na “Sala da Nora”

A Nora.

Uma roda grande para tirar água com pequenos reservatórios, bolsas de líquida temporalidade. Primeiro, oferecendo a água; depois, geriu-a, irrigando, extraindo energia. Na margem do rio, escorrência do tempo, o ritmo da nora ditava e exprimia arcaica temporalidade...

Em torno, emoldurando-a: a exposição. «**CORPOtraçoCORPO – a poesia e a pintura**», de Alice Valente, encenando o *laranja-lima* (Alimento-Vida), absorvendo-a da luz, ou da Nora, ou da terra, ou do homem...

A Sala torna-se cenário. A exposição, vivida, evidencia enigmática coreografia: de alfa a ômega, da entrada à saída, o *caminbante* (pintora / visitante) entra na atemporalidade de uma instalação onde o tempo demonstra as suas cristalizações. Cristalizações de vazios: os alcatruzes secos, estáticos. Cristalizações de plenitude; pinturas, composições. Entre ambas, o movimento dinamizador do passo e do olhar condicionado pelas modalizações de luz misterica, entre a frieza do branco, o enigma do negro e o fogo da cor.

Promenade

À entrada, «*no tempo*» (Obra n° 01)¹¹: a moldura simbólica, a porta de entrada, bíblico início da História, do Homem e da Arte.

No centro da Sala: a Nora.

Verticalidade circular ou círculo vertical clivando o espaço, inscrita na quadratura da sala como figura totémica de uma História que foi, que já não é.

No teatro de luz e sombras, onde as cores espreitam, a massa espectral da Nora convoca a desmemória do «*caminbante*» (Obra n° 12): o tempo suspende-se na vivência da *caminbada*, fazendo dela rito de um temp(l)o de religião perdida. Em vez do movimento da roda sobre si própria, o do *caminbante* em torno dela. Como na revolução copérnica, o eixo do universo transita da nora para o homem, impondo a corporalidade à geografia, a sensibilidade à vertigem do inatingível, o movimento vetorial à rotação.

Cadenciadamente, a passo e pausa: a *promenade. Suite*. Concerto: o *caminbante* «a encorpar» (Obra n° 20), «a passar» (Obra n° 24), «a fixar» (Obra n° 29); a pintura «a irradiar» (Obra n° 28). Etapas, vivências, intelexões. Num crescendo de onda que se agiganta e, finalmente, se derrama em doce afago, aspergindo de espuma quem a beira.

Depois, os dípticos.

¹² Cf. imagem: <http://alisenao.blogspot.com/p/about-alise.html>.

Gramaticalizando a *promenade*, tornando-a compreensível em gesto hermenêutico: «o saber» (Obra n° 39) «de que trago» (Obra n° 48) e «o pensar» (Obra n° 37) «de que credo» (Obra n° 46) relevando; «o aprender» (Obra n° 38) «de que acato» (Obra n° 47) consagrando. Leis da criação e da sua leitura. Uma geometria do pensamento, não euclidiana (ou talvez sim), mas *fractal*: nas fraturas do discurso, nas clivagens do pensamento, segundo os princípios ordenadores do caos, o movimento *browniano* das ideias. Fascínio da cor e do contraste, das ruturas e dos enfrentamentos, das explosões: negro, laranja, amarelo. Complexidade do dinâmico, dinâmica da complexidade.

Seguem-se as sínteses: «acerto» (Obra n° 56), «alinho» (Obra n° 58), «proporcional» (Obra n° 71), «enérgico» (Obra n° 70), «compósito» (Obra n° 69), «territorial» (Obra n° 67). Linha quebrada, hesitando e oscilando entre o conceito estético e o interpretativo, mas sempre adjetival, qualificador, caracterizador da composição, da(s) pintura(s).

Do corpo do *caminhante* («acerto») e dos corpos dos mundos («alinho»), estes duplicando evocada “criação do mundo” de Bosch, que encerra em si *O Jardim das Delícias* (1504), mas também lembrando a velha clepsidra, emerge o verde esmeraldino. Eis a última etapa.

Sobre a superfície da terra, projeta-se olhar iluminado («proporcional»), queimando a cor e ferindo o negro. Depois, refletindo o verde, tingido dele, observa-nos. A tranquilidade é imponderável, subtil, ou quase palpável.

Telúrico («proporcional») e humano («enérgico») *sobreimprimem-se* em «compósit[a]» imagem, insinuando o *caminho* («territorial») em jeito de convite, como no *Cântico dos Cânticos*: a saída é entrada luminosa em cromático universo. Outro.

O encontro cede ao desencontro. O Ato/Auto concluiu-se. O vulto (autora/visitante) desvanece-se no branco da porta aberta dissolvido em mancha enquadada e negro¹²...

*Realidade ou ficção?
Como nos ritos... magicamente...*



Obra nº 37 - «o pensar» | acrílico sobre tela | 130x81cm | 2005
Projecto «CORPOtraçoCORPO - a poesia e a pintura» | traço (cor): laranja-lima

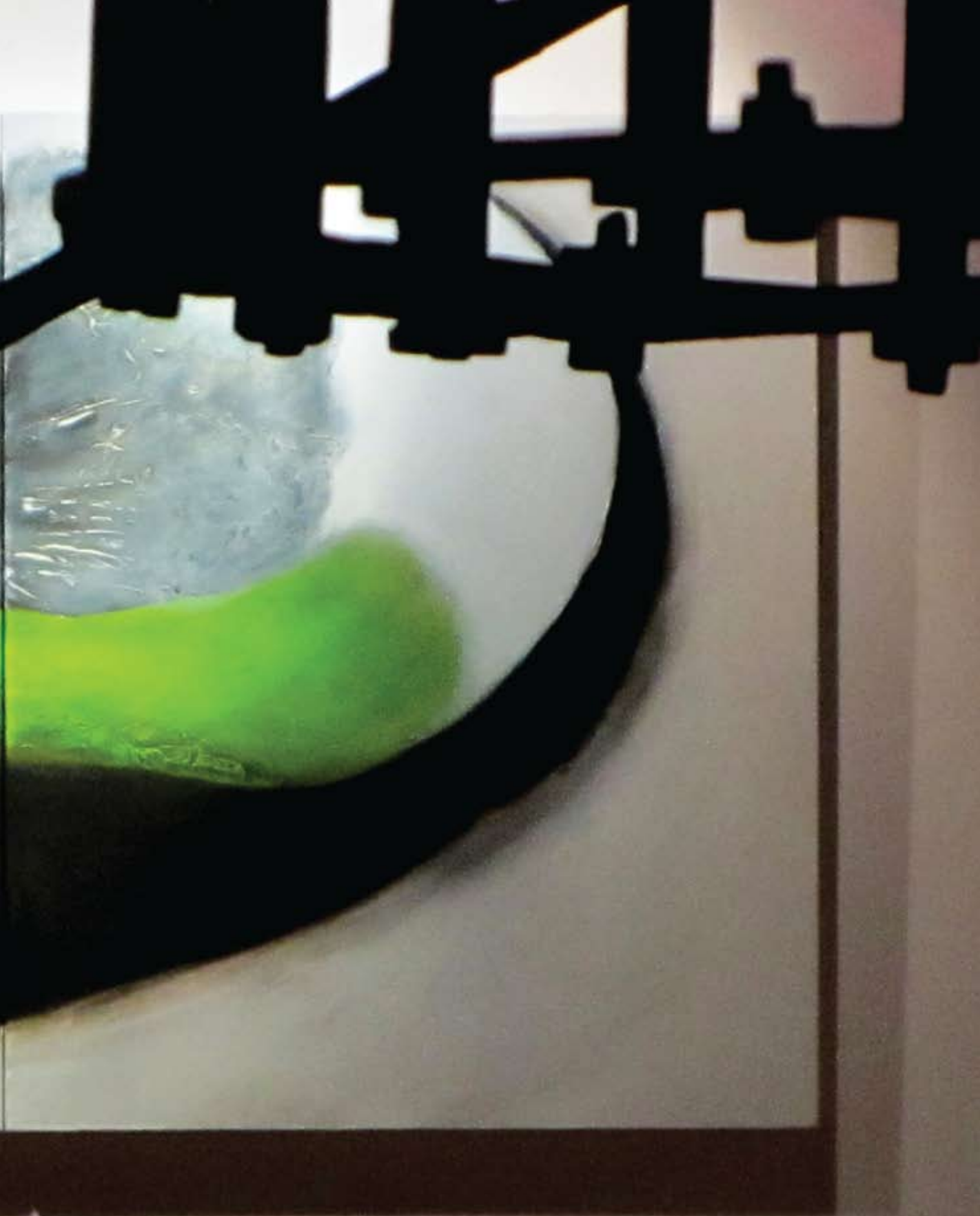




Obra nº 28 - «**a irradiar**» | acrílico sobre tela | 81x130 cm | 2004

Projecto «CORPOtraçoCORPO - a poesia e a pintura» | traço (cor): água-azul-céu





Obra nº 69 – «**compósito**» | acrílico sobre tela | 81x130 cm | 2010
Projecto «CORPOtraçoCORPO – a poesia e a pintura» | traço (cor): verde

compósito

A rebentação das mãos

MARIA ANTONIETA PRETO

Maria Antonieta Preto (n.1968) nasceu na terra onde contou estrelas em todos verões até aos 11 anos e onde o silêncio é ainda um paraíso: Baixo Alentejo. Estudou Comunicação Social. Continua a estudar comunicação e os fragmentos do mundo. É jornalista free-lancer. Tem trabalhos jornalísticos publicados na revista DNA do *Diário de Notícias*, no semanário *Tal & Qual* e no jornal *24 Horas*. Tem contos publicados em jornais, revistas e antologias. Em 2005 foi finalista do prémio de Conto da Associação Portuguesa de Escritores. Já com dois livros de contos publicados, *Chovem cabelos na fotografia* (Temas e Debates, 2004) e *A Ressurreição da Água* (QuidNovi, 2010), tem-se afirmado como uma das mais brilhantes contistas da atual literatura portuguesa. Reunindo variados mas quase unânimes elogios da crítica, vale a pena salientar o que diz José Mário Silva sobre o seu mais recente livro: “Mais do que as capacidades de efabulação, valem aqui a riqueza e a liberdade do trabalho sobre a linguagem”.

(biografia adaptada daqui: <http://quidnovipt.blogspot.com>)

É madrugada. Estou dentro de um berço. Espirro, tusso e choro. Não consigo adormecer. Tento levar de novo as minhas pernas e as minhas mãos a um qualquer sítio. Ouso aguentar a dor, ou ser a dor depressa que fará tremer o meu corpo por pedir umas mãos que acariciem o meu sono há muito perdido. Tento hesitar a dor. Sei o que o pai vai dizer, mas é um mistério. Sei o que a mãe vai dizer ou silenciar, mas é um mistério.

Sei de hoje as primeiras abelhas a chegarem ao quintal e a fazerem a sua dança no ar. A desenharem círculos regulares – porque o pólen se encontra muito perto de troncos de cortiça onde secretamente construíram as suas colmeias – ou figuras em forma de oito informando as outras abelhas, com precisão, da orientação a seguir sempre que o pólen se encontra mais longe. Sei de hoje um canto triste quando vi parar a dança da vida e observei as abelhas a tombarem, uma após outra, numa sinfonia que parecia inacabada. Sei de hoje o sorriso do pai quando empilhou as abelhas – era um sorriso tão discreto como a porta que ele fecha do meu quarto.

Sou a dor depressa. Hesitá-la para não escutar as portas trancadas que encerram o incómodo. Evitar toda a dor que fará abandonar o vosso leito, porque levantar o corpo será sempre um pesadelo. Nunca chegarei ao lugar onde os lençóis abafam a dor e desviam as mãos e as palavras para o lugar onde melhor se adormece.

Escutarem a tua voz estendida sobre o berço a pedir um gesto dobrado que te aconchegue o corpo e onde és aos bocadinhos e usas a esperança no corpo e no grito. Ignorarem o teu corpo vivo e pequenino como se o teu coração nunca tivesse batido nas pancadas da mudez que enchem a casa, como os teus sons enchem apenas o teu lençol. Dói o que a tua linguagem de anjo diz.

Dói o gelo do vento que entra em ti e faz aumentar o frio. Há uma corrente de ar, ou talvez uma aflição no coração a agitar-se apressada e veloz, formando sempre mais e mais uma luz escura. O que é que ela quer? Não vás. Ficas outra vez assim com o teu corpo. Mais um dia. Mais uma noite. Como se as tuas mãos e as tuas pernas pequeninas não fossem gritos no lençol que o arrancam para destapar a dor.

Prengo a dor. O pai liga a boca para gritar. Ela que se cale. O pai insiste em entulhar as palavras como vejo entulhar o lixo no caixote – quase sempre o seu último gesto da noite. Oiço os penúltimos sons da noite. Oiço os homens da madrugada que despejam, amassam e trituram o lixo.

Não sei os nomes de todos os lugares onde cai a dor. Levo contudo os meus braços, as minhas mãos e as minhas pernas à esperança onde consigo chegar. Sinto tudo dentro de mim. Quando as minhas veias e o meu sangue empurram com muita força a dor até ao exterior, o meu corpo treme. Outras vezes, as veias e o sangue findam, ou julgo isso. Tento atirar o grito para cima dos lençóis, enquanto alguém decide atravessar a porta e me interrompe discretamente a boca e os gestos. Fico em silêncio a ouvir o asfíxio. Fico novamente só na substância da madrugada, quase a morrer como nas madrugadas anteriores. Viro a dor e os segredos para todos os lados, enquanto o pai regressa em paz para o seu quarto. Oiço-o novamente. Não vás. Ela quer é dar-nos uma noite em claro. Era o que mais faltava ceder aos seus caprichos.

Não sei o nome desta doença. Tentarei fazer um desenho quando for grande, ou desenhá-lo, neste instante, por meio dos meus braços pequeninos, ou por meio dos meus lábios, ou dos meus olhos. Pintarei as formas, desenharei as cores – tudo o que é essencial para compreender o mundo dos Homens grandes. Se abrir os meus abraços ficarão com a forma grande do vazio, como uma roda de muitos meninos e meninas no meio da qual não existe ninguém. Se unir os meus lábios, ficarão como uma porta de ferro trancada. Para lá dela existirei imóvel, indistinta, impedida de viver no lugar onde nunca ouvi uma canção, ou contemplei um movimento sobre o meu berço que me embale suave até adormecer. Se separar os meus lábios, permanecerá apenas uma garganta escura e funda por onde passa, talvez, um minuto de alimento que entretém a minha existência. Evito outra vez a dor para não ouvir. Já estou farto de te ouvir. Oiço uns passos que se aproximam. É um som que atravessa a escuridão. Um som que raramente acontece e que me amedronta a memória. Há uma frase que me assusta e me treme simultaneamente com um gesto. Toma,

vê se te calas com essa choradeira. Se abrir os meus olhos, que nunca se fecham, por eles verei cair pancadas iguais à força das chamas que atravessa uma povoação e a incendeia. Ficarão as pancadas com a cor de uma mão grande marcada na pele ou como se por ela tivesse passado um ferro antigo em brasas. Se juntar os olhos, a boca, os braços, serei um animal que despejaram à nascença para dentro de um galinheiro. Ouvirei os meus donos como oiço o pai dizer. Está doente, não há nada a fazer – os animais querem-se fortes e robustos para servirem. Apenas isso justifica a sua existência.

Nos dias que se seguem aos anteriores haverá outros animais, vítimas do pai.

Do meu berço observarei um pardal preso numa gaiola. Um pardal que invadiu o território do pai. O pai exhibe a sua prisão em silêncio, com orgulho e sorrisos discretos. O pai amanhece todos os dias com um sorriso nos olhos e uma emoção interiorizada. Segue os movimentos do pardal, a tentar voar desesperadamente no interior da gaiola e sorri. Insiste em manter a porta da prisão fechada – ninguém sabe se ele pretende seguir ininterruptamente os movimentos do pardal, vendo-o enlouquecer até morrer, ou se prefere soltá-lo mais tarde com a garantia e o prazer de ter assistido a todos os minutos de tortura – como fecha a porta do quarto. O pai abre a porta do quarto para abafar com um lençol o meu corpo a espernear no berço com o desespero da dor. O pai aproximou-se, deu meia volta, fechou a porta e regressou ao seu quarto. O pai nunca leu Steiner, nem nunca o ouviu dizer que milhares de pessoas no mundo são como judeus caçados. Presumo que se o lesse sorriria discretamente, da mesma forma que o faz quando utiliza um pedaço de quintal para colocar em monte as abelhas caçadas e já mortas, ou fecha a porta do quarto ou tranca a porta da gaiola.

Estou presa na noite, atravesso a escuridão com os meus olhos e com os meus pensamentos. Escutarei novamente e confirmarei as escolhas no leito. Está doente, não há nada a fazer.

Amanhã, talvez, será o céu a querer expulsar o meu coração daqui e serei mais um ser com estrelas tatuadas no corpo. Sinto uma claridade a aproximar-se e a crescer sem pausa. O pai acende a luz. Talvez oiça, ou não, a rebentação das mãos. Não te atrevas a ir lá. Durmamos.

Amanhã as vozes do mundo repetirão que a menina nasceu com o destino marcado. A uns, ouvirei dizer que a culpa foi da madrinha escolhida, cujos afilhados morreram todos pouco tempo depois do seu nascimento. A outros, ouvirei dizer que o anjinho sofria do coração. São sempre vozes iguais que se repetem. Não mudam através dos tempos. ▼

O meu Avô, a República e os pastéis de bacalhau da Condessa de Valenças

Vá-se lá saber porquê, o meu avô gostava de dizer que tinha nascido no ano em que assassinarão o rei, como se a morte de D. Carlos situasse cronologicamente melhor o seu nascimento, no contexto de uma nação em constante bulha com os seus fantasmas, que a mera enunciação do ano de 1908. Ou talvez tudo não passasse de uma daquelas demonstrações de humor em que o meu avô era tão pródigo e tão casmurro, parecendo por vezes que lhe era difícil levar alguma coisa a sério, fosse o homicídio de um monarca, fossem as lágrimas dos netos em momentos de tristeza, fossem os seus incidentes rodoviários, como naquele caso da mula que ele ia atropelando no início da sua carreira de taxista devido ao facto...

(dizia ele à laia de justificação)

...de a carroça que o luar puxava não ter sinais de luzes que a tornasse visível na noite lisboeta da década de 20.

Pensando agora nisto com a distância de tantos anos, o mais certo seria mesmo ele associar o seu nascimento ao óbito do gorducho rei...

(o caçador Simão, como lhe chamavam os republicanos mais assanbados)

SÉRGIO LUÍS DE CARVALHO

Sérgio Luís de Carvalho nasceu em Lisboa em 1959. Tem formação académica em História que se reflete na grande maioria dos seus romances. Estreou-se na literatura em 1991, com *Anno Domini 1348* e lançou agora o seu romance mais recente, *O Segredo de Barcarrota* (2011). SLC tem desenvolvido também vasta obra no campo da literatura infanto-juvenil e de investigação histórica. Alguns dos seus romances estão traduzidos e publicados em Itália (no prelo), em França e em Espanha.

...por via das suas frequentes bravatas de humor que o fazia ironizar com tudo, até mesmo com o seu grande nariz recurvo que o impedia de beber ginjinha, bagaço e anis escarchado por copos estreitos e do qual ele dizia...

“Quando o meu pai me fez, o último pingo foi para construir esta penca.”

Ao tempo, nem eu nem a minha prima percebíamos a piada, mas ríamos por solidariedade com os adultos, é bom de ver, os mesmos adultos que, felizmente, não se importavam muito com a inocência dos netos assim exposta a tamanha brejeirice. Mais tarde, usei essa mesma frase no meu segundo romance...

“As horas de Monsaraz”

...servindo-me dela para caracterizar um frade inquisidor de nariz adunco, recurvo e comprido que dava pelo nome de frei Pinto mas a quem o povo de Monsaraz passou a crismar de frei Pingo em homenagem ao proeminente nariz. Enfim, a *cbacun son Bergerac*.

Lembro-me do meu avô no seu táxi...

(na época eram verdes e negros, um horror estético de que estupidamente tenho saudades)

...na praça de táxis do Príncipe Real, perto do cedro enorme onde os velhos liam os jornais de véspera e onde eu me emporcalhava, com a minha mãe e com a minha avó à ilharga, junto ao lago dos cisnes, ao quiosque verde que vendia gelados e gasosa, junto à estátua de França Borges com a sua inscrição no pedestal...

“A França Borges.

Do seu esforço hercúleo nasceu a República.

Saudemos o lutador.”

...e junto ao mais belo monumento de Lisboa: um centenário chafariz *Art Déco* em ferro com uma legenda que implora:

“Sede compassivos com os pobres animais que vos ajudam a viver.”

A casa do meu avô era ali perto, na rua das Adelas, a caminho da Praça das Flores, numas águas-furtadas antigas que na origem, nem sequer tinham casa de banho, já que a dita só foi construída mais tarde num antigo quarto onde, aliás, o meu pai nasceu.

Lembro-me dele muitas vezes à minha espera, no Estádio da Luz com farto sortimento de sandes de torresmos, ovo, paio e chouriço, guardando-me o lugar junto à linha central...

“Daqui é que se vê bem, não é, Serginho?”

Lembro-me dele uma vez em Caneças a parar o trânsito por se ter posto de gatas no meio da rua conduzindo um carro de brincar que eu levava para o passeio.

Lembro-me dele a inventar fictícios horários de comboio quando por engano lhe telefonavam para casa pensando que tinham ligado para a Estação de Santa Apolónia, coisa que sucedia com frequência devido a haver apenas uma diferença de um número entre os dois telefones...

(o de casa do meu avô era o 33318; o da gare eu nunca soube, claro)

...perante o olhar escandalizado da minha avó que lhe dizia sempre:

“Ó Virgílio, então engana-se assim as pessoas?”

“O raio que os parta. Tivessem mais cuidado.”, respondia, piscando um olhinho gozão a mim e à minha prima, tornando-nos irremediavelmente cúmplices das suas malandrices.

E tudo quanto lembro, mesmo as pequenas ruindades, as pequenas partidas, os pequenos disparates, enfim tudo isso me faz sorrir, pois muito se perdoa a quem amamos e a quem nos ama e o resto é conversa.

Lembro-me dele muitas vezes a propósito de nada, com a noção de que muito lhe devo e muito lhe aprendi. Só perto do fim da vida conseguiu ter carro próprio, um velho Fiat 600 grená que ele atafulhava com a parentela toda...

(a minha avó, os dois netos e as duas noras e mais bouvesse)

...e que conduzia por Lisboa como se a cidade fosse a sua pequena casa de águas-furtadas de prédio antigo da rua das Adelas, de onde se viam as lonjuras de Lisboa como em mais nenhum outro local desta cidade. Dizia muitas vezes...

“Anda um homem a conduzir carros albeios a vida toda e só em velho é que consegue ter um carrinho que seja seu.”

...num assomo de consciência social que me fez meditar mais nas injustiças desta vida que muita literatura neo-realista. Encontrei mais tarde igual assomo de consciência naquele pedreiro de Fellini, no *Amarcord*, que recita ao seu capataz:

*O meu avô punha tijolos,
o meu pai punha tijolos*

*e tijolos ponho eu também.
Mas casa p'ra mim... quando vem?*

Contava-me coisas de Lisboa antiga, do tempo dos pregões que imitava com voz rouca e do tempo das discussões entre um pai republicano e um sogro talassa. Narrava o tempo em que os nossos jogadores tinham nomes populares...

(como o Pipi ou o Chico Ferreira e até havia um jogador a quem chamavam o Gasogénio porque corria muito)

...ou o tempo em que carregara sacas de cimento doadas por subscrição popular para construir o nosso velho estádio.

Poderia dizer que a minha paixão pela História veio daí, dessas avoengas narrativas de uma Lisboa talassa ou republicana, aristocrata ou popular, benfiquista e sabichona, pregoeira, manhosa, solidária e bairrista, de uma Lisboa muito minha que se situa entre o Príncipe Real e S. Bento, passando pela rua de S. Marçal, por S. Mamede, pela pastelaria Cister, pelo antiquário do senhor Alberto na rua da Escola Politécnica, pela praça das Flores e pela rua das Adelas. Mas isso seria demasiado fácil e demasiado piegas e o meu avô detestaria tais comodismos. O mais certo terá sido eu começar a gostar de História desde cedo apenas porque estava para aí virado, assim compensando a minha incompetência para as ciências exatas com uma temporária inclinação para as Letras. Certo é que desde cedo me lembro de desejar chegar ao 3º ano da primária apenas porque era nesse ano que, na década de 60, os miúdos começavam a estudar História. Tal como me lembro das coleções de cromos que tinham nomes como *Grandes Acontecimentos Históricos*, *Povos do Mundo*, *A Vida de Camões*, *Os Nossos Monumentos* ou *Quadros da História Pátria*. Tal como me lembro de leituras de infância, desde o eterno *Beau Geste*...

(que me fez sonhar noites a fio com a Legião Estrangeira e com fortins edificadas no deserto magrebino)

...até àquela coleção de literatura para rapazes que a minha mãe me comprava e que tinha títulos como *Com as Legiões de César*, *Na 3ª Cruzada com Ricardo Coração de Leão*, *Ao Serviço do Pony Express* ou *Do Missouri ao Pacífico*. Ainda os tenho todos.

O que é que o meu avô teve a ver com estas escolhas e com estes gostos, não o sei dizer. Nada, é o mais certo, já que, como ele dizia...

“Olha, cada um é para o que nasce.”

Mas uma coisa aprendi por causa dele, isto sei: a tornar-me republicano. Nada que ele me tenha dito ou feito me tornou adepto da República, tanto mais que, no meu amor pela História e nas minhas leituras de heróis unguídos por Deus e ao serviço dos seus senhores, as figuras reais sempre me haviam sido vagamente simpáticas, mesmo os reis tontos e inaptos que por aí houve e muitos foram. Mas as coisas são como são, e acabou por ser por causa dele e de forma ínvia que a monarquia perdeu, para mim, o fascínio e o brilho que resumava dos compêndios, dos filmes, dos livros, das aulas e dos álbuns histórico-patrióticos com cromos colados a cola Cisne...

(uma cola branca e grossa que fazia as páginas ficarem tesas e rijas como pequenas tabuinhas, mas era o que havia).

A verdade é que, com o tempo, o meu avô cansou-se de ser taxista e tornou-se motorista da senhora condessa de Valenças, que vivia em Lisboa com uma irmã quase tão idosa quanto ela...

(ao tempo, quem tinha pretensões dizia chauffeur, e quem não tinha pretensões assim tão grandes dizia chófer, à portuguesa, sem tentações de sotaque galicista e finório).

Deleitado, eu ouvia-lhe as histórias da condessa de Valenças, uma simpática senhora que um dia chegara até a enviar documentos antigos para um programa de televisão onde um senhor que fora ministro da educação falava de História com um entusiasmo que redimia as suas frequentes faltas de rigor.

Dizia-se que o título condal remontava a D. Luís...

(pai do caçador Simão, o tal que morreu no ano em que o meu avô nasceu; o destino dá as suas voltas e o país é pequeno)

...dizia-se que tinha casas em Lisboa e dizia-se que tinha um solar em Coimbra com vista para o Mondego e para as planuras em redor. O bastante para me fazer pensar em torreões, merlões, ameias e armaduras, olvidando que no tempo de D. Luís já não se ligava muito a armaduras e que as ameias, os merlões e os torreões apenas serviam para compor os arrevesados enfeites neo-góticos do seródio romantismo lusitano. Mesmo assim...

Mesmo assim, o meu avô era motorista da senhora condessa de Valenças, e isso bastava

para me entusiasmar com a ideia de um parente ao serviço da nobreza e, por interposto caminho, ao serviço da História, tal como eu a via descrita nos gongóricos álbuns de cromos que colecionava.

Por isso, quando num Verão o meu pai e o meu tio decidiram fazer uma viagem ao norte com paragem em Coimbra para visitar o solar da condessa, senti-me alçado ao sétimo céu, como S. Paulo afirmava quando tinha uma epifania ou um vislumbre da divindade.

Do solar, recordo antes de mais o meu espanto tonto e o meu fascínio aparvoado pela grandeza e pelos pormenores do antigo casarão. A condessa recebeu-nos com aquela amabilidade de quem é instruído a estar com similar postura no mais rico palácio e no mais pobre casebre, enquanto eu me embasbacava para o enorme hall, o salão da caça, a sala de troféus, as armaduras encostadas às paredes, os quadros grandes, as tapeçarias, as baixelas, os relógios nem sempre pontuais mas sempre magníficos e a varanda que tinha, de facto, vista para as planuras coimbrãs.

O solar era tudo o que eu imaginava do esplendor de um passado historiado a fabulosos traços de ouro e sangue; o solar respirava todo um passado que eu até então só entrevia nas leituras demasiado quixotescas e nas imagens demasiado figurativas dos álbuns e dos quadros dos museus. Por uns momentos, por uns momentos que me pareceram um tudo nada maiores que a eternidade, eu senti-me na História.

Contudo, se S. Paulo teve a sua epifania após cair do cavalo na estrada de Damasco, a mim sucedeu-me o oposto. A mim, depois de me sentir alçado ao sétimo céu da História, coube-me cair do cavalo. A realidade, já se sabe, é muito abusadora, e está-se nas tintas para os ingénuos e tolos devaneios de um miúdo com imaginação a mais. Não poderia ser diferente, claro. Eu estava na idade certa em que se têm as primeiras e mais duradouras desilusões.

A coisa sucedeu já perto do fim da visita, num salão que tinha uma mesa enorme que se prolongava por todo o espaço, prometendo banquetes de faisão, veado, perdiz, javali e outros bichos que eu, na altura, nem saberia se seriam comestíveis. Nunca voltei a ver mesa tão grande. Nem sequer as mesas que, mais tarde, soube serem maiores, se equiparavam ao tamanho daqueloutra do solar...

(por vezes não devemos permitir que os factos atrapalhem os nossos sonhos)

Por uma porta lateral que eu agora imagino embutida na parede num bem desenhado *trompe-l'oeil*, entrou uma criada da senhora condessa de Valenças que, com o mais cândido sorriso de quem não sabe que está prestes a destruir os sonhos de um petiz, anunciou:

“Senhora condessa, é só para dizer que o jantar de hoje é pastéis de bacalhau.”

Traição, desapontamento ou *desilusão* são expressões muito pobretanas para descrever o que eu senti nesse momento. Se mais atrás comparei esse instante com uma queda de cavalo após ter vislumbrado o céu, também esta comparação me parece agora deslocada. Anos mais tarde estive quase a cair de um cavalo a galope, e garanto que as sensações não são muito semelhantes. Mas nesse momento, nesse mesmo momento em que a amável criada anunciou os pastéis de bacalhau como ementa para o jantar senhorial, senti que todo o fascínio que eu tinha por aquele mundo, todo um fascínio eivado de mitos e de heroicidades demasiado romanescas para serem humanas, se me esvaiu e se perdeu para sempre.

Como podia a senhora condessa de Valenças, titular de uma casa que remontava a D. Luís, ter à sua mesa uma coisa tão plebeia, tão comezinha, tão simples, tão popular, tão chá, tão profana, tão singela como pastéis de bacalhau? Os mesmos pastéis que a minha mãe, a minha tia ou a minha avó faziam, no pacato recato das suas casas de três assoalhadas? E se a boa criada tivesse dito que os pastéis eram acompanhados a arroz de grelos, então decerto ter-me-ia tornado niilista, pelo menos, como os dadaístas antes de enriquecerem.

Hoje, claro, tudo isto me parece terno e tolo. Hoje, esta história...

(peço a quem a leia que acredite que ela é absolutamente verdadeira)

...ilustra mais as imensas potencialidades da parvoíce de uma mente infantil com leituras a mais e brincadeiras de rua a menos, que os mecanismos de construção de uma visão do mundo numa criança. Claro que, tarde ou cedo, eu cairia na real.

(como dizem os brasileiros)

... e me tornaria republicano e laico, tal como toda a minha família, na qual tinha um avô que satirizava a *padralhada* ou os *pançudos* burgueses que enxameavam os cafés finos...

(vi-o uma vez dizer isso dos clientes da pastelaria Mexicana)

...e na qual tinha um pai que comprava fielmente o jornal *República* e que adquiria à

sorrelfa discos interditos do Zeca Afonso. Entre nós, essa opção era tão natural e tão evidente como ser do Benfica, o mais popular de todos os clubes...

(ainda me lembro de um azulejo que o meu avô tinha exposto na sala e que exclamava: “Cá em casa somos todos do Benfica”).

Mas aquele momento no solar de Coimbra da senhora condessa de Valenças, foi-me uma fronteira. Clara e bem demarcada, como todas as fronteiras, sobretudo as do tempo em que ainda as havia na Europa e se perdiam horas a transpô-las. Uma fronteira que me fez passar de um mundo de mitos, para o mundo da realidade. A verdade é que, se não devemos desdenhar da força dos mitos, menos ainda devemos desdenhar da força daqueles momentos em que o mito se desfaz dentro de nós e em que, por via disso, nos tornamos outros. Ou pelo menos, em que nos tornamos aquilo que já éramos ainda que o não soubéssemos. Como diz o poeta, o mito é o nada que é tudo. E o ruir de um mito muda tudo. Sobretudo numa criança.

(Só para que conste, adoro pastéis de bacalhau. Sobretudo se comidos no dia seguinte, em que estão frios e menos oleosos). ▼

O fotógrafo que gostava de gelados

Toda a gente conhecia o Fotógrafo.

Ao certo, não saberiam informar em que se ocupava. Se o apego à Leica era rotina, ou se andava atrás do disparo da sua vida.

Poderiam, no entanto, dizer que parava por ali. Era costume ele ir sentar-se no terraço que fica à direita, logo que se desce para a Bica. Na hesitação da rocha onde, à justa, se acomodara a esplanada da D. Gracinda: três mesas, e a arca dos gelados.

O Fotógrafo gostava de gelados. Se gostava!

Ficara-lhe de miúdo a campainhada ao cimo da rua, e uma voz apregoando: “Olhò...ò... esquimófresquinho!”

Também os cones de barquilha enfiados uns nos outros. A espátula a raspar na profundidade da caixa branca, a facetar à roda da bolacha. Rosa... marfim...chocolate.

Era assim que o Verão começava.

Nessa tarde, o Fotógrafo estava cansado.

De mão na objectiva, dera uma grande volta. Passos automáticos de quem está habituado à cidade. Sentia nas pernas as travessas, as esquinas. E nada que lhe tivesse merecido um boneco.

A ideia de se refrescar tornara-se constante, e trazia-lhe alívio.

A *Grande Companhia do Frio* anunciava: NOVOS SUPER-FRESCOS-NATUREZA. Manga. Abacaxi. Laranja-Lima. Prove! Irresistíveis!

Ficou indeciso diante do cartaz.

Os SUPER-FRESCOS não lhe sugeriram prazer. “Água açucarada e tinta...”

- D. Gracinda... um *Magnum*. Se faz favor.

Magnum é Magnum, escolhe-se pelo nome.

Toda a vida ansiara trabalhar para eles. Ter o seu nome na grande agência. “Uma só vez que fosse”.

Sabia, porém, que a *Magnum* era devaneio. Nem ao *Oeil de Vogue* chegara, o que continuava a achar estranho. O instantâneo da Amália, no Coliseu, tinha merecido isso.

Não havia ninguém na esplanada.

Desarrumou uma cadeira, foi sentar-se, de costas para as mesas. A olhar.

FILOMENA MARONA BEJA

Filomena Marona Beja (n.1944) trabalhou como documentarista nos ministérios das Obras Públicas e da Educação até 2008. Embora já conhecendo a romancista que existia dentro de si, só começou a publicar em 1998, “quando já tinha os filhos criados”. Publicou os romances *Betânia* (2000), *A sopa* (2004), com o qual ganhou o Grande Prémio de Literatura DST em 2006, *A duração dos crepúsculos* (2006), *A Cova do Lagarto* (2007), galardoado com o Grande Prémio de Romance e Novela da APE / DGLB, *As cidadãs* (2009) e *Bute daí, Zé!* (2010). Estreou na publicação a sua vertente de contista com o livro *Histórias vindas a conto* (2011) e também connosco, aqui.

O elevador subia-descia, sem passageiros. Obstinado.

Um pingo. Passou a língua na base do gelado, rente à madeira. Antigamente, quando derretia a baunilha dos *Rajás*, fora campeão daquele expediente.

Os *Rajás* tinham sido os primeiros a vir embrulhados. Quase sempre, o papel pegava-se à crosta, arrancava-o com os dentes e cuspia.

Por todo o lado, na praia ou no futebol, ouvia-se: “*Rajá!*.. É frutò...xicolate! Quem quer, quem quer?..”

Lembrava-se.

Nesse tempo, o Fotógrafo ainda não era fotógrafo.

Isso viria mais tarde, e com algum custo. Depois dos recados na redacção do Jornal, de muito correr para a zincogravura, e da gravura para a gráfica.

Entretanto, dava-lhe gosto explorar o laboratório, aprender as técnicas e as manhas da fotografia. Acompanhava os mais velhos, sempre que o deixavam, fixava palavras. Brios.

Começara assim.

Apeteceu-lhe um *Clássico*, de natas com capa de chocolate branco.

- D. Gracinda, se faz favor...

Nisto, um par de botas, salto-agulha, imitação de cobra, avançava pelo terraço.

Logo a cima, uma saia verde. Folhos e franjas a bater nos canos. Blusa de cetim estampado. E a pele de cobra repetia-se no cinto. Coroando tudo, uma cabeleira cor de cenoura armada em caracóis, adornada por dois travessões de vidrilhos verdes. Brincos a condizer.

De relance, o Fotógrafo avaliou a luz e a distância. Mas logo tomou a decisão de não disparar. “Devagarinho, que vou precisar de fôlego...”

Recuou.

Viu apontar os SUPER-FRESCOS de coco, que estavam dentro da arca. Espantou-o o verniz tom de musgo, na unha do indicador. Depois, assistiu ao aproar viking até ao fundo do terraço.

A mão do Fotógrafo teimava com a Leica.

- D. Gracinda..?

Não, a D. Gracinda não sabia quem fosse. Era a primeira vez que tal figura vinha ali, à sua esplanada.

No entanto, já se tinham cruzado duas ou três vezes no Calhariz, e também lá em baixo na Boavista. Não deixara de reparar nela, na entrada-saída do elevador, quando voltava da Ribeira com as alcofas.

Sim, vinha naquele preparo. Mesmo que fosse logo de manhãzinha! Deixava toda a gente pasmada.

Pois devia deixar.

O gelado de coco acabava.

Uma pazinha acrílica ia buscá-lo à cápsula, deslizava na língua. Cerravam-se as pálpebras. A pá batia nos dentes. Reaparecia o olhar.

“Estou a fazer efeito...! Não estou?”

O Fotógrafo atravessou a esplanada, evitando as cadeiras que se lhe atravessavam no caminho. E não resistiu mais: “Enquadrar... Agora! Aí está. Vira-me as costas. Outra vez... Soberbo!”

Correu para o laboratório, na ânsia de sempre pelos negativos. Ah, quem lhe dera as Hondas dos mais novos!

Engoliu setenta e quatro degraus estreitos. A porta de casa bateu, não ficou fechada. Encostou-lhe o banco.

Deu as voltas do costume. Tinas, reagentes, água, e... Decepção com as provas.

Olhou-as, demoradamente. Luz-poalho, ligeiramente desfocadas... Banais. Registos mecânicos dum monte de roupa.

Nada a fazer. Ficara isolado, no processo de encontro com o extraordinário.
Foi ver por que não fechava a porta e desencravou o trinco. No congelador já não havia *Carte d'Or*, mas ainda tinha vodka e meia laranja.

Um, dois, três dias. Acordava sem vontade de ir trabalhar. Mas ia. Tinha de ir.
O melhor era pôr aquilo de parte, comparecer no Jornal, seguir para o que lhe estivesse marcado.

Nesse Verão, Lisboa caía toda na Expo, haveriam de o mandar para lá. Não se enganou.

Ao princípio, a novidade soube-lhe bem, mas logo se desencantou. Uma coisa é o trabalho e outra é a festa. “Xiça! Pavilhão daqui... pavilhão dacolá... gente de enxurrada, trambolhões... a semana inteira nisto! E se não me ponho a pau... dobravam-me a dose.”

Bem, fizera os últimos rolos. Caminhava pela beira-rio. Alongara-se na direcção da marina e agora voltava devagar, deixando para trás os estrondos e o brilho do Aquamatrix.

Noite agradável. Quem lhe dera uma taça a transbordar dum bom sorvete. “Ah!”

Verdade fosse dita, na Expo os gelados não eram grande coisa. E caros! Havia, no entanto, aqueles *Häag*.. Qualquer coisa! AMERICAN ICE-CREAM. Isso! “Blueberry... Sweetsop... Mint...”

Foi a pensar em copos de cartão repassados de frio, que o Fotógrafo se afastou do Tejo. Enviesara, não sabia bem onde estava. “Para lá dos jardins Garcia d’Orta,” supunha ele.

Aproximou-se dum ripado. Havia seres estranhos caídos, por detrás. Trombas, orelhas, patas... ajuntamento de carcaças desanimadas. Parou a ver e a recordar-se de já ter visto: “Os *Olharapos*... O terraço da D. Gracinda...”

“Sobreposição!” disse-lhe a Leica.

Deitou-se já de madrugada. E não conseguiu adormecer quando. Aquilo inquietava-o. “Estava lá qualquer coisa inesperada, que eu não apreendi...”

Não sendo um amador, tinha de captar a verdade. Levantou-se.

Ia à Bica e, se lá não encontrasse ninguém, procurava na Boavista.

- D. Gracinda!

- Ai...

Vinha derreada. Seis quilos de feijão verde! E o resto... para a sopa, para a salada. O Fotógrafo tomou-lhe o cesto mais pesado, encaminhando-se para o elevador.

- Por acaso...?

Voltara a aparecer por lá, sim senhor.

- ...quase todos os dias, à tardinha. Come um gelado, e vai embora.

- Com aqueles trajos?

Sempre! Vestidos aos godés, a esvoaçar. Ou saias justas, rachas aos lados. Fatos-de-macaco sem mangas. Rosa! Amarelão! Xailinhos em rede. E berloques! Pulseiras, colares. Não se imaginava!

Nessa altura avistou-se o elevador a descer, apinhado.

A D. Gracinda deu-lhe uma cotovelada: “Olhe ali, senhor Fotógrafo!”

Apontava a cabeleira cenoura, dessa vez com pompons brancos e roxos enganchados nos caracóis.

Mal a cabina tinha parado, os mais apressados forçaram as saídas. Atropelaram-se. “Não empurrem... Deixem descer! AI!... Pisáaa-ram-me!..”

No tumulto o Fotógrafo teve a impressão de lhe terem roubado alguma coisa.

A cabeleira?.. Onde estava? Desaparecera.

Entretanto, a D. Gracinda conseguira entrar no elevador e apoderara-se dum lugar sentado. Passou-lhe o feijão verde, no momento em que a subida começava.

Alcançou a rua. Lá ia o cabeção de renda branca, a blusa roxa.

Lançou-se. A custo acompanhou a corrida das calças de licra, o equilíbrio-milagre das socas altas. Chegou à paragem no preciso momento em que as portas do autocarro iam fechar-se. Fez dois, três disparos. Mal tivera tempo de focar.

Arrancou o rolo à Leica. Máquinas digitais? Era o que faltava!

E desta vez? Teria conseguido alguma imagem inesperada?

Nem por isso.

Os passageiros, no interior do autocarro, tinham ficado cortados pela cintura. Viam-se uns jeans, um par de pernas ao léu... e as calças brancas, apertadas!

Reenquadrou, ampliou. A agressividade dos joelhos tornava-se nítida, realçavam alguns músculos. Os gémeos, os costureiros... Pronto!

O Fotógrafo dera com o que queria.

Não podia ser! A D. Gracinda não acreditava.

Era! Reparasse... Até o guarda-roupa! Não havia mulher nenhuma que se arranjasse assim.

Bem, queria dizer... E não seria uma pega?

Pega-mulher não!

- Mas... Um homem?! Deixe estar, senhor Fotógrafo, que me hei-de informar.

Chegara a altura.

O Fotógrafo deparara com um grande trabalho. E estava absolutamente disposto a afirmar-se.

Planeava já imagens dramatizadas de rua e de estúdio. Seria uma espécie de desforra das muitas vezes que estivera rente a scoops estrondosos, sem os conseguir.

E os flagrantes que podiam ter dado a volta ao Mundo? Outras objectivas, sempre! Ferrari. Cabrita. Até o Sebastião Salgado, em 1974.

Danara-se.

E o tempo fora indo. O Eusébio já não jogava à bola. A guerra colonial tivera o seu fim. E o Povo deixara a rua.

Reparou que o País era pequeno, que já tinha retratado tudo. Até a virtual Família Real. Mas nada que interessasse à *Sygma*. Ou à *Gamma*.

Na tarde seguinte, o Fotógrafo foi sentar-se na esplanada da dona Gracinda. E esperou. Até que os drapeados negros cruzaram o terraço.

- Dá-me licença que lhe ofereça um *Clássico*?.. Amêndoa.. gosta?

O *Clássico* foi aceite, com um ligeiro aceno de cabeleira.

- Vamo-nos sentar naquela mesa?...

Foram. Apreciaram o poente e chegaram ao fim dos gelados.

- Como se chama?

Olhou-o de alto a baixo. Aquele fotógrafo seria digno de lhe saber o nome?

- Verá que sou... Gostaria que nos conhecêssemos, que convivêssemos...

Teceu reencontros.

Daí em diante, saudavam-se ao verem-se, como por acaso, a descer a Rua das Flores, a atravessar do Conde-Barão. O rimel batia faíscante. Depois, afastavam-se os dourados. Os prateados esplendorosos.

O Fotógrafo procurava compreender o seu modelo.

Uma noite, foi ao *Queen's and Drag's Bar*. Disparou a Leica várias vezes.

Cirandaram olhares, correram perguntas. Nisto, a pancadaria!

Atingiram-no, sem que soubesse porquê.

O seu grande cuidado foi defender a Leica. Saltou uma rede e viu-se na linha do comboio.

Vinham lá as Drag's! Galgou para o outro lado. Era um fotojornalista e estava habituado a situações de aperto. As Drag's também. E além disso, embirravam com pindéricos a espiá-las. Correram-lhe no encalço.

Valeu-lhe o Barbas, um conhecido seu que tinha negócio na Vinte e Quatro de Julho. Escondeu-o na roulotte, debaixo do balcão dos cachorros-quentes.

Entrou em casa pela manhã, e meteu-se no laboratório.

Não. O que fotografara no *Queen's* não fazia sentido. E o espalhafato das Drag's parecia-lhe impostura.

Tornou a estudar os primeiros negativos, os do terraço. Retocou-os com cuidado e uma certa má consciência. Imprimiu: 24X30. Tudo o levava a crer que aquela prenda seria

recebida com entusiasmo.

- Vai, com certeza, autorizar que eu faça outras, ainda melhores do que estas.

Talvez. O Fotógrafo não tirava retratos a cores?

Se isso lhe fosse exigido... E afinal, dizia-lhe agora como se chamava?

“Linda!” Chamava-se Linda.

“Felizlinda!” soubera a D. Gracinda.

Perguntara a uns e a outros. Tinham-lhe dito que... que... que...

- E afinal, sempre é mulher!

- Não é!

Nada o confirmava.

O que tinham dito à D. Gracinda? Morava nos Fiéis de Deus, trabalhava em Santos... mas nenhuma mãe de família afirmara terem sido condiscípulas num colégio de meninas.

E Felizlinda?!

Ora! Nome de tartaruga! Se escolhera chamar-se Linda, nem se podia desconfiar. Era um travesti autêntico!

Lá parecer mulher, parecia! Agora, se... Mas a D. Gracinda não sabia nada disso. E desde que não desse escândalo... que não metesse polícia... Era como o outro!

“As cores favorecem-me imenso,” metera-se aquela ideia na cabeça da Linda.

Por causa disso, o Fotógrafo passara a trazer também a Nikon e rolos Gold-Ultra 400.

Sujeitava-se ainda a outros caprichos, como sorver lascas geladas de sabão e de tintura de iodo. Os gelados que a Linda escolhia eram ainda piores que os SUPER-FRESCOS da *Grande Companhia do Frio*. Era do que a Linda gostava, o que se havia de fazer?

Mas não se pensasse que ele andava meio-perdido.

Longe disso. Registara mesmo algumas visões muito subtis. A Linda à porta dum bacalhoeiro, a escolher línguas. A multidão a olhar para a Linda. A Linda na feira de Carcaveiros, desdobrando tecidos lamé. As ciganas à roda, batendo palmas.

Pareceram-lhe coisas com alguma força, capazes de valorizar um portefólio.

No terraço já todos os fregueses se alvoroçavam quando a Linda fazia as suas aparições. E as apostas tinham começado.

Viria de corpete magenta e saiote de bordado inglês? Ou redingote cobalto, com abas em leque de pombo mariola? E no cabelo? Mariposas...? Ou?...

A D. Gracinda já se envergonhava com aquilo. E depois, corria que...

- Realmente, que gosto podia ter o senhor Fotógrafo em?...

- Alto lá com isso!

- Ora diga lá...

Não, não andava doido pelos plissados, nem pelas fitas da Linda. Que mania, meterem-se na vida dos outros!

Mudando de conversa, a D. Gracinda achava que ela, ele, ou lá o que era trazia os enfeites um bocado encardidos. Não trazia?

Bem... eram coisas delicadas, não podiam ser lavadas a toda a hora.

- Tanto trapo! E sítio para guardar aquilo tudo?

Havia ali roupa alugada. Conserteza! E os chanatos...? Alguns eram sempre os mesmos, pintados a Coureína.

Talvez. Mas era quase impossível entrar numa sapataria e encontrar logo calçado atrante. A Linda gostava de fivelas, de presilhas... e quanto à cor... Nunca havia laranja! Nem turquesa!

- Ai que toleima!

Pois era. Mas trabalho é trabalho! E o Fotógrafo estava a encontrar verdadeiras pistas para a denúncia radical do quotidiano.

Ah! E a quem interessava isso?

Já procurara, e interessados não lhe iriam faltar. Começara mesmo a pensar no copyright dos negativos. Seria imprescindível. Não no seu nome, claro. Era um fotógrafo assalariado, havia o Jornal.

Criaria a sua própria agência. Até já escolhera o nome: *Cs!* Letra do alfabeto grego, e bem retorcida. Não ia ficar atrás da *Sigma* nem da *Gamma*.

Mais tarde, todos haveriam de reconhecer que a *Csi* começara com um grande exclusivo. Distribuíra-o de forma perfeita e continuara de vento em popa. Tornara-se na agência preferida dos free-lance.

Que assim fosse!

Acomodou a Leica, não fazia mais nada, nessa noite.

- Morango e limão, em taça dupla...

Regalou-se só de encomendar.

Vendiam-se ali os melhores gelados de Lisboa. Acontecia-lhe andar por longe e, de repente, lembrar-se daquela casa minúscula por baixo do Palace Hotel, ao lado da entrada de serviço.

Começou a pensar. A Linda... a primeira sessão de estúdio...

Ela não se projectava na linguagem fotográfica, já se vira. Teria de idealizar as imagens, sugeri-las, pose a pose. No entanto, devia haver maneira de a estimular, de lhe impor o ritmo.

Mas... e referências?

Valeu-lhe a Expo, outra vez. Foi à *Grande Rave Gay*.

Observou os arrepios, o compor das toilettes. O desabrochar. As invejas.

“Para que revista é?..”

“Veja lá meu nome não saia trocado!”

Noite adiante, os corpos cobertos de fantasia fizeram-se admirar, no estrado. Em baixo, havia pares abraçados, beijos a prolongarem-se. Sugestões de provas de contacto total.

O Fotógrafo apontava-lhes a Leica. Alguns nem davam por isso, outros acenavam.

Perdeu a conta aos rolos. E muitos mais teria feito, se não fosse a maresia do Tejo embaciar-lhe as lentes.

Nisto, a cabeleira cor de cenoura! Lá estava, do outro lado da Praça Sony, sobressaindo da multidão.

Ao baixo! Ao alto... Reflexos, com a tele-objectiva.

Manejou a Leica instintivamente, por alguns instantes deixou mesmo que fosse ela a procurar os melhores ângulos.

Interpôs-se uma onda repentina de braços e punhos metálicos. Perdeu a Linda!

Reencontrou-a no laboratório, a oscilar no fundo da bacia de revelação. Camada a camada desfizeram-se as sombras. Foi-se mostrando a túnica pele de tigre, a cintura apertada por duas garras com unhas de aço.

- D. Gracinda!..

- Ah!

Reparasse bem...

- Ela! Ele... e de companhia!

Sim, havia outra pessoa naquela prova. Uma figura com adereços de Madame Butterfly encostava-se ao Tigre.

- Aqui já não se vê a outra e ela... ele está triste.

Tinha as pálpebras baixas, estava concentrada. Mas, vendo bem, talvez não mostrasse tristeza.

- Nesta parece assustada.

Ansiosa, como se procurasse afectos. Tocava-o.

- Então, vamos lá a saber. Que gelado escolhe hoje o senhor Fotógrafo?.. Um *Clássico* ou um *Magnum*?...

Um *Csi*! Apetecia-lhe um *Csi* de café e marrasquino, servido numa barqueta de cristal. Colher em prata.

Com um sorriso pediu à Linda que se deixasse fotografar em estúdio.

- Então, vemo-nos amanhã no Camões. À tardinha... Às seis?

Linda entreabriu o baton. Disse que sim.

- Vai ficar muito bonita nessas fotografias. Tenho a certeza.

Falou-lhe, ainda, em se despir. Não, não lhe estava a pedir nus, só que tirasse alguma roupa.

Veria. Afastou-se, imperial. Distanciando-se dos excessos que o Fotógrafo presenciara na *Grande Rave*.

Fora uma boa ideia lá ter ido.

Passou a manhã no laboratório.

Verificou o material. Em estúdio, fotografava sempre com uma Rollei. Uma velha Senhora que até à Leica metia respeito.

Tratou da limpeza. Cera no chão, os reposteiros sacudidos, coberta lavada no divã. Também escovou o biombo.

Saiu e voltou, trazendo uma cassata. Iria saber-lhes bem, no fim dos retratos.

A Linda atrasou-se.

Vinha no seu melhor. Escolhera saia em napa preta e jaleca a condizer. Um jabot vermelho descia-lhe pelo peito. Repuxara o cabelo, prendera-o com um grande coração preto. Brincos iguais.

O Fotógrafo levou-a pela mão.

- Que escadas tão más... o prédio do seu estúdio é tão antigo!

Falou-lhe de uns arquitectos que tinham andado por Lisboa a fotografar coisas antigas. Ruas, prédios, escadas como aquela.

- Fizeram um livro... *Cidade triste e alegre*.

A Linda não o ouvia, estava preocupada com os sapatos. Preferia violas altas e tiras cruzadas, até ao joelho. Ficavam-lhe bem. Não ficavam?

- É aqui. Queira entrar...

Começou a tratá-la por tu de repente, quando principiou a fotografar.

- Levanta o braço!.. Mão na nuca. O pé em cima do divã... Tira o casaco. Baixa a cabeça. Mais...

A Linda obedecia. As coisas não estava a correr mal.

- A blusa...

Levou tempo a desprender o folho, a desabotoar-se. Apareceu o soutien-cinta vermelho.

Virou-se de costas, mostrou os ombros vigorosos. Tinha uma tatuagem à esquerda, por cima do pulmão. Um coração negro a sangrar pingos vermelhos.

A frincha! Passava por ali a imagem inversa do ser humano. Havia que a fixar.

Mas... O que estaria a Linda a fazer?

Semi-encoberta pelo biombo, tirava a saia. Voltou-se. E caminhou para o divã baixando boxers de cetim vermelho, rematados a renda.

S-O-R-R-I-A.

- Um *Clássico-Maxi*, se faz favor... Sabe, D. Gracinda?...

Afinal, sempre era mulher. E já entrada na idade.

- Ai senhor Fotógrafo! Ele acontece cada uma...

Mozart, o músico de Deus

16.04.2008

Sim, Wolfgang, tu bem sabes,
Como te custou ser o músico de Deus
Quando escreveste cada uma daquelas tuas melodias
Que deixam as estrelas a desejar ser colcheias
Na grande partitura da Via Láctea
Para que, no céu imenso para onde um dia partiste,
Possa soar para sempre o mundo que criaste
E se escute a verdadeira música das esferas.

Sim, Wolfi, quando escreveste o Andante
Daquele Concerto de piano em dó, k 21
Sabias que estavas a sussurrar todos
Os desejos graves do coração humano,
Todos os anseios de pureza e liberdade
Que não cabem nos jornais da manhã
Nem nos noticiários da noite
Nem na internet de todas as horas
Porque trazem as notícias do mundo absoluto
Secreto, forte e poderoso, que tu evocas.

Sim, tu já sabes tudo o que um ser possa proferir.
No Adagio do Concerto de piano nº 23
Começas a expor a tua queixa de modo plangente.
E depois pões o mundo todo a ecoar a tua queixa
Como se a dor fosse só uma para tubas e violinos,
Baixos, fagotes e violoncelos e o bom velho piano
Mas ainda doesse mais sabê-la partilhada por todos.

Sim, Wolfi, faz-nos sorrir com a marcha alla turca
E chorar com o teu Requiem pungente
Põe-nos a roer as unhas com o teu Fígaro
E rir com o Papageno descontrado da Papagena
E subir às nuvens com o Adagio da Serenata K. 361
O que não podemos é esquecer-te nunca porque
O mundo ficou mais digno depois de tu o tocares...

Sim, Wolfgang Amadeus Mozart, repousa em paz
E faz escutar a tua música desde a eternidade!
Deixa que cem mil discípulos te ouçam e façam ouvir
A corrente inebriante que deixaste à humanidade.
Deixa que se derramem sobre nós as tuas notas,
Nem uma a mais nem a menos, divinas e humanas
De todas as melodias arrancadas ao teu coração...
E perdoa-nos esquecer a dor com que as criaste!

MENDO CASTRO HENRIQUES

O leitor reconhecerá com certeza o nome Mendo Castro Henriques (n. 1953) de outros domínios que não o da poesia: como prolífero autor académico de livros, artigos e edição crítica de livros de filosofia política e da consciência, bem como de educação para a cidadania ou de história, a par dos projectos de investigação ou projectos editoriais de relevância que tem coordenado – é conhecida e volumosa a colecção *Batalhas de Portugal* – e cargos que vem a ocupar – director do Gepolis (1994-2004), centro da Universidade Católica Portuguesa, na qual é docente, ou assessor do Instituto da Defesa Nacional. Conhecerão também pelo seu primeiro romance histórico, *Vencer ou Morrer* (2010), que situa o enredo no período das invasões francesas e propõe uma releitura histórica da época.

O Antiquário

30.12.2010

Ao fundo da minha rua
Num prédio sem outro estilo que o de não ser novo
Instalou-se uma loja de antiguidades
Com uma montra ampla, escura e fria
Por onde eu passo, no meu passo sempre igual
Lembrando-me da loja que lá estava antes
E que não vendia inúteis ornamentos.

Não é um ilustre antiquário, nem podia ser
Dado o local, os interiores, e o inventário
E presente-se o mal-estar dos clientes
Que por lá passam, cobiçosos de ocasião,
Hesitantes entre o que não têm e o que não há
Embaraço que é o da vida de todos os dias
Embaraço que é o nosso céu e o nosso chão.

Vejo jarrões de certa sugestão china
Mas que não garante serem autênticos...
Olho simpáticas litografias, canapés excelentes
Frágeis candeeiros, estatuetas voluptuosas
Coisas niquentas de marfim, ébano e pau preto
E cheguei a desejar uma grande caravela rara
Que acendeu a febre que há em mim de navegar
Ainda que sem sal no rosto, nem bilhete certo.

Mas a minha grande curiosidade, confesso,
Naquele amontoado de adornos interessantes,
É que também eu, sim, também eu sou antiquário...
Colecciono emoções adormecidas dentro de mim
Que colhi não sei bem já onde, nem como, nem porquê
É que exponho em meus obscuros poemas
Aos poucos que me escutam, aos olhos de quem me lê.

Também eu junto alegrias que valem pouco
E tristezas que mais valia serem deitadas fora,
Grandes tristezas apenas acessíveis a quem as viveu.
Ser antiquário de emoções
É ter de comprar caro o coração dos outros
E arriscar o nosso nas transacções.
É resignar-se a maus negócios
Na grande loja da vida
E nunca se ressarcir das nossas perdas.
É partilhar as angústias que são de todos
E viver o ócio aparente de montras pouco claras
Sem nunca se libertar da dolorosa impressão
De que o embaraço é o nosso céu e o nosso chão...
Como o antiquário, ao fundo da minha rua
Por onde eu passo todos os dias
No meu passo sempre igual...

Porém, o autor sempre conheceu a poesia: com Fernando Pessoa defendeu o seu título de mestre com *As Coerências de Fernando Pessoa* (1985), por Fernando Pessoa quis renunciar à escrita poética por nele ter visto a estação terminal da poesia, mas, como Pessoa, guardou o que foi escrevendo no baú que agora que se entreabre e que um dia o leitor poderá ler em livro.

Manhã



Permite-me que te acompanhe no colóquio dos dias,
que te ceda o primeiro cigarro da manhã,
um prato de morangos e um chocolate quente.

Que não sirva isto para a eternidade,
servir-nos-á para que a brancura das gelosias
não venha só de fora mas de um contentamento
que buscamos, óptica da humanidade, como se fora
digna de exaração cada mínima de movimento
que à atenção de outra forma escaparia.

Escala de pequenas formas de bolos
que reordeno solfejando na ondulação do bocejo
onde te parei para te ver de asa na mão
e lábios vermelhos a equilibrar um caminho de fumo.

Que não sirva isto para poesia,
servir-me-á para esta certa prosódia alegre
como encontrar estalactites de luz
na abóbada da lentidão que sublinha
palavras para o teu silencioso rosto.

Vê como o mar navega sobre o barco.
diz andar à procura de terra
onde fundar o pé perdido e jâmbico,
por vezes longo e mais vezes breve,
como respiração que silaba mal,
e fora de tempo, a grande casa.
vê como não rodam ainda chaves
que levantam a tranqueta das águas.
o mar é ainda coisa de cima.
eu estou por baixo
e nem barco sou, nem remo,
nem nado.

ANA SALOMÉ

Nasceu do encontro de uma página par com uma página ímpar em Lisboa, nove meses antes de 1982. Levaram-na à praia com dois anos de idade. Criança habilis, de olhos perplexos diante do mar sapiens, aprendeu a nomear a intimidade com aquilo que a rodeava – podia até ser esta uma pequena definição do que é, para si, a escrita. Tornou-se fonocaptadora, sal, água, raia: *electrophorus electricus* perdida numa massa de palavras, signos, cores, corais de vida. Da milésima vez em que foi à praia começou a escrever, por linhas tortuosas, o mundo. Tem dois livros, *Anáfora* (2006) e *Odes* (2008). Está representada em algumas antologias e revistas em Portugal, Itália e Croácia e é agora directora da nova revista de poesia *Golpe d'asa*.



Inéditos

A ‘machina creadora’ de Eça de Queirós

Um autógrafo de *A Ilustre Casa de Ramires*

<A composição desta pagina violenta pusera em vibração a intelligencia de Gonçalo Mendes Ramires: – e depois de a passar a limpo cintar, e remetter para o Correio, sentindo que tinha ainda em actividade toda a “machina creadora” como lhe dizia o Pinheiro, decidiu aproveitar esse impulso, para atacar <O> no capitulo II da Novella, o lance, que desde o começo o vinha tentando e assustando, o combatte> (ICR B1 fl. 36)

Em inícios de 2007, veio a público uma esplêndida notícia para os leitores de *Eça de Queirós*: havia sido reencontrado um manuscrito autógrafo do escritor, contendo uma primitiva versão do romance *A Ilustre Casa de Ramires*. Guerra Da Cal dera notícia, em 1975, da existência deste testemunho, de cuja primeira página lhe havia sido mostrada cópia¹. No entanto, falecida a proprietária do autógrafo, o paradeiro dele tornou-se desconhecido e, assim, a edição crítica de Elena Losada Soler, editada em 1999, não pôde tê-lo em conta. Inesperadamente reencontrados os fólhos, por Manuel M. C. Vieira da Cruz, em fins de 2006, nos cofres do BCP, foram depositados na Biblioteca Nacional de Portugal, por doação desse Banco, em Março de 2007².

No início de 2010, foi constituído um grupo de investigação no CLEPUL, com o objectivo de realizar a edição genética do autógrafo queirosiano, disponível desde Março de 2007, tendo Carlos Reis e João Dionísio aceiteado o estatuto de consultores científicos do trabalho. Faz parte do núcleo da equipa, com as signatárias, professoras da Faculdade de Letras da UL, a investigadora Irene Fialho, cujo conhecimento dos manuscritos de Eça, a par do apurado domínio da Crítica Textual, tem sido relevante no trabalho realizado. Colaboram activamente na transcrição genética do autógrafo a Doutora Ana Paula Fernandes e os estudantes de licenciatura António Seabra e Jorge da Ressurreição. O objectivo de preparar novos investigadores na área da Crítica Textual e contribuir para a formação de estudiosos da obra de Eça de Queirós foi, aliás, determinante na constituição deste grupo de trabalho.

A descrição material detalhada, a transcrição genética e o estudo do processo de escrita que documenta estão em curso, não tendo podido ainda produzir conclusões abrangentes. Uma questão se coloca em primeiro lugar: saber qual o lugar que o autógrafo ocupa no longo processo de génese do romance, o qual se sabe que se prolongou por um período de, pelo menos, dez anos³. Não tem sido fácil documentar com exactidão as suas etapas a partir de notícias colhidas na correspondência de Eça. Resumiremos apenas aqui aquelas de que temos informação segura. Anunciado em 1890 como um conto que nunca chegou a ser publicado e que em Setembro de 1891 daria pelo menos 30 páginas na *Revista de Portugal*, no mês seguinte é referido pelo autor como uma “novelazinha” que poderia chegar às 35 páginas⁴. Em Novembro de 1893, a publicação poderia fazer-se em “petit livre” de 100 a 120 páginas, mas em Fevereiro de 1894, faltando-lhe apenas o último capítulo, seriam 130, desistindo o autor de “developpements qu[’il avait] imaginé”. A primeira publicação ocorre em 1895, na revista *A Arte* (1.º ano, n.º 1, 1 de Novembro, pp. 9-10) como “excerto

NOTA: Por vontade expressa das autoras do texto, este artigo não segue as orientações do Novo Acordo Ortográfico.

¹ Ernesto Guerra Da Cal, *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz. Apêndice: Bibliografía Queirociana Sistemática y Anotada e Iconografía Artística del Hombre y la Obra*. Tomo 1.º. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1975.

² V. António Braz de Oliveira e Irene Fialho (Coord.), *Aquisições Queirosianas*. Exposição bibliográfica, 20 de Setembro a 27 de Outubro. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007.

³ Sobre a génese de *A Ilustre Casa de Ramires* e os testemunhos que a documentam, v. E. Guerra Da Cal, *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*, p. 113-118 e E. Losada Soler, “Introdução”, *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição crítica das Obras de Eça de Queirós. Coord. Carlos Reis. Lisboa: IN-CM, 1999, pp. 15-18.

⁴ Em Novembro de 1890 saiu um anúncio na *Revista de Portugal*: “brevemente um conto de Eça de Queiroz, *A Ilustre Casa de Ramires*”. Eça escreve a Luís Magalhães, então secretário da RP, em carta de 18 de Setembro de 1891: “O meu conto está pronto, necessita só uma revisão geral: diga portanto quando o precisa, data certa”. É informa, em carta de 21 de Outubro desse ano: “tenho andado a rever o conto – operação que é sempre para mim longa e laboriosa. É quase uma recomposição.”; na mesma carta, adianta: “avento a ideia de publicar este primeiro número [do novo regime] sem o meu conto. É evidente que dada a matéria cujo sumário Você me mandou não é possível dispor

de trinta a trinta e cinco páginas para a minha novelazinha. Mas eu agora reconheço que ela perderia totalmente o seu efeito se tivesse de ser cortada. Não tem enredo. É um simples lance, todo de ironia, revelando um carácter. Isto não se pode partir em dois. (...) Em todo o caso eu mando o original". Eça de Queirós, *Correspondência*. Leitura, coordenação prefácio e notas de Guilherme Castilho. 2.º Vol., Lisboa: IN-CM, pp. 181-190.

⁵ *Cartas de Eça de Queirós aos seus Editores Genelioux e Lugan (1887 a 1894)*, apresentadas por Marcello Caetano. Lisboa: Ed. Panorama, 1961, pp. 64-67.

⁶ António Braz de Oliveira e Irene Fialho (Coord.), *Aquisições Queirobianas*, pp. 75-79.

⁷ V. António Braz de Oliveira e Irene Fialho (Coord.), *Aquisições Queirobianas*, pp. 77-79.

⁸ Designamos com as siglas AUT e A, respectivamente o autógrafo e o excerto d' *A Arte*. A simbologia adoptada na transcrição do autógrafo é a usada em C. Castelo Branco, *Amor de Perdição*. Edição genética e crítica de Ivo Castro, Lisboa: INCM, 2007.

de um livro inédito" que corresponde a página e meia da revista e ao início do capítulo VI na primeira edição em livro. Dois anos depois sai em folhetins na *Revista Moderna* (de Novembro de 1897, n.º 10, a Março de 1899, n.º 29) uma versão mais ampla do que a que fora impressa n' *A Arte* (cedendo Eça aos desenvolvimentos imaginados?) e, por fim, em 1900, publica a Livraria Chardron do Porto a primeira edição, semi-póstuma, de cujas últimas páginas Eça não pôde já rever as provas. Só então surge, pela primeira vez, o último capítulo. Podemos assim distinguir, pelo menos, três etapas, antecedidas por um período de sucessivas reelaborações difíceis de precisar:

1890-91 – de conto a “novelazinha”;
1893-94 – “petit livre”;
1895 – *A Arte* (“livro inédito”); versão breve;
1897-99 – *Revista Moderna*, versão longa;
1900 – edição Chardron.

A distinção entre a versão de 1895 e as de 1897-99 e 1900 só pode fazer-se a partir de um pequeno excerto do texto, o que relativiza as conclusões que se podem tirar quanto à brevidade desta versão em relação às anteriores, atestável apenas para o início do capítulo VI. Entre as versões de 1897-99 e 1900 existem variantes consideráveis, que foram já registadas pela editora crítica d' *A Ilustre Casa de Ramires* no aparato crítico da edição.

O conhecimento do autógrafo permite agora, pela primeira vez, a comparação entre quatro testemunhos do texto. O manuscrito, que foi já objecto de breve descrição⁶, é constituído por 184 folhas de papel, escritas de um só lado e que contêm três conjuntos ou blocos de texto, estando o segundo subdividido em três subgrupos: A, B1, B2, B3 e C⁷. A numeração autógrafa recomeça em cada um dos blocos, excepto na passagem do B3 para o C, e existem títulos (*A Ilustre Casa de Ramires*, *Casa de Ramires*) no início dos blocos A, B1, B3 e C. O excerto publicado em *A Arte* corresponde aos fólios 36-39 mais quase todo o fólio 40 (excepto as últimas cinco linhas) do bloco C. O fl. 36 apresenta o título autógrafa – *Casa Ramires* – inscrito obliquamente no início da margem esquerda. Mão não autógrafa, escrevendo a lápis, antepôs *A illustre* e sobrepôs *de* entre *Casa* e *Ramires*, repondo assim o título correcto da obra. A mesma mão escreveu, na margem superior, *excerpto inédito* e inseriu uma linha de pontilhado separando esta inscrição do texto autógrafa. A mesma mão ainda, no ponto exacto em que termina o excerto d' *A Arte*, entre a 20.^a e a 21.^a linha do fl. 40, escreveu, a lápis, à esquerda, (*Continua*) e à direita, antecedido de cruz, *Eça de Queiroz*. A hipótese que se coloca parece óbvia: foi sobre este manuscrito que se recortou o texto que foi publicado n' *A Arte*. Poderá a colação comprová-lo?

Não é difícil responder positivamente à questão. De facto, constata-se que a versão d' *A Arte* é uma versão “limpa” do autógrafo, fixando sempre o texto que resulta das emendas do autor e nunca uma variante cancelada. Considerem-se, a título de exemplo, os seguintes passos⁸:

AUT <E depois> [←A creada, uma bella <raparg> rapariga, de grandes formas, loura e pesada, veio anunciar o almoço. E na sala, coberta pela parede, com retratos, de avós, feissimos – o Cavalleiro] durante o almoço deu as novidades de Lisboa.
A A creada, uma bella rapariga, de grandes fórmas, terna e pesada, veio anunciar o almoço. § E na sala, coberta pela parede, com retratos de avós feissimos, – o Cavalleiro durante o almoço deu as novidades de Lisboa.

AUT Encontrára la [↑à porta da botica] o Pinheiro, <na Praça> que erguera <ao> os braços ao ceu <exclamando>, desolado:
A Encontrára lá à porta da botica o Pinheiro, que erguera os braços ao ceu, desolado:

AUT - “Então aquelle Ramires não me manda o romance?” <Nem responde as minhas cartas!>
A - “Então aquelle Ramires não me manda o romance?”

O editor limitou-se a decifrar a difícil letra de Eça, repondo alguns acentos ou marcas gráficas de que ele habitualmente prescindia, a abrir um parágrafo e a fazer pequenas correcções na pontuação. Uma única vez introduziu uma variante linguística: *dois/dous*. A

dependência entre dois testemunhos prova-se, em Crítica Textual, quando um deles re-produz erros do outro ou quando o mais recente comete erros paleográficos induzido por escrita deficiente do anterior. Disto mesmo encontramos prova no testemunho de 1895. Eça cometeu no autógrafo dois erros que não corrigiu por deles não se ter apercebido. O primeiro consistiu em esquecer por momentos a máscara *João Vasco* que tinha criado para esconder a alusão ao ministro João Franco, deixando escapar o seu verdadeiro nome. Tão pouco se apercebeu o editor do deslize:

AUT O João Vasco d'esde que o círculo vagara, pensara logo "em metter por lá" o Bento Homem, redactor do *Paiz*. De sorte que fora necessario que ele se encrespasse com o **João Franco**

A O João Vasco desde que o círculo vagara, pensara logo "em metter por lá" o Bento Homem, redactor do *Paiz*. De sorte que fôra necessário que elle se encrespasse com o **João Franco**

Noutro lugar, Eça esquece a palavra *para*, entre *Mas* e *ter*, necessária ao sentido da frase, que assim resulta agramatical. Também aqui o editor não se apercebeu da falta de sentido:

AUT Mas ter veia, precisava saber que a eleição está segura

A Mas ter veia, precisava saber que a eleição está segura

O texto da revista abre com uma lição incoerente: o narrador, aparentemente identificado com uma personagem, conta a história na primeira pessoa (*estava eu*), apesar de em mais nenhum lugar do texto o fazer. O erro está ausente do autógrafo:

AUT <D>No domingo cedo estava em Corinde, no "solar" dos Cavalleiros

A No domingo cedo estava eu em Carnide no "solar" dos Cavalleiros

Foi a escrita da preposição, cujo *m* apresenta as duas primeiras voltas nítidas mas relativamente afastadas e a terceira muito ténue, quase invisível, que levou o editor a ler *eu* em vez de *em* (ver imagem 1). Mas achando logo depois (consciente ou inconscientemente) que faltava a preposição, acrescentou-a. Além disso, a letra inclinada, com o ponto do *i* sobre o *n*, originou a leitura errónea *Corinde/Carnide*.

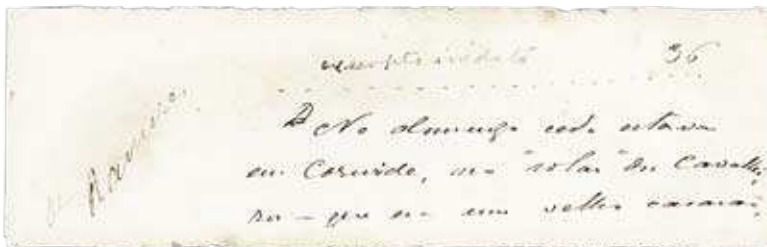


Imagem 1: Bloco C, fl. 36

Normalmente sucede que o copista reproduz os erros do seu antecedente e acrescenta os seus. Assim também sucedeu com o tipógrafo d' *A Arte*:

AUT E, **acredita**, tive de me encrespar com ele.

A E **acreditada**, tive de me encrespar com elle!

AUT O Fidalgo da Torre **recuava** a cadeira!

A O Fidalgo da Torre **recuara** a cadeira!

No segundo caso, pode o tipógrafo ter acreditado que fazia uma boa leitura, pois a dificuldade da letra de Eça e a sua velocidade de escrita permite oscilações deste tipo⁹. Cremos, no entanto, mais correcta a nossa leitura.

Podemos, portanto, provar que não só o autógrafo é anterior à primeira publicação como foi o original de que se serviu o tipógrafo, o que permite datar o manuscrito antes de 1895¹⁰.

⁹ Velocidade de escrita caracterizada por Ivo Castro como "a falta de paciência de Eça para se demorar a escrever instrumentos gramaticais, terminações verbais, morfemas de número e de género, sufixos e terminações nominais das mais correntes, acentos e certas marcas como cedilhas e cortes de *t*, (...). Este fenómeno manifesta-se sobretudo nos finais de palavra (...)" (Ivo Castro, «A Tragédia da Rua das Flores ou a arte de editar os manuscritos autógrafos», *Boletim de Filologia*, 26, 1980-81, p. 325).

¹⁰ N' *A Arte*, o excerto é subscrito pelo nome do autor mas falta o (*Continua*) do manuscrito. Significa isto, possivelmente, que a primeira intenção terá sido uma publicação em folhetins, à qual acabou por se preferir um único excerto. Terá esta mudança de intenção decorrido da decisão de Eça, tomada nessa altura, de amplificar o romance e reservar os folhetins para mais tarde, como de facto aconteceu? Tudo indica que sim.

¹¹ A sigla RM designa a edição em folhetins na *Revista Moderna* e 1^ªED a edição de 1900. Este processo de construção literária, entre duas tendências opostas de amplificação e depuração foi já documentado e estudado na génese de outras obras queirosianas: "... pode detectar-se no manuscrito da *Tragédia* uma tendência geral para a amplificação do discurso interior no discurso escrito, tendência que se manifesta, materialmente, pela amplificação do enunciado por meio da frequente introdução (e especificação) de dados para a caracterização de cenários, objectos, acções e personagens (...). Este processo de correcção assume características tais que, a ter-se prolongado no tempo (...) teria conduzido o enunciado que conhecemos a um outro bastante mais vasto (...). Não obstante esta tendência global, bastante marcada, para a amplificação do enunciado, uma outra de força menor e sinal contrário, se manifesta no enunciado da *Tragédia*: a redução. Processo depurador, caracteriza-se por obedecer ao princípio de economia significante..." (L. Fagundes Duarte, «A génese do texto queirosiano: uma vista de olhos sobre a correcção estilística de autor em *A Tragédia da Rua das Flores*», *Boletim de Filologia*, 30, 1985, pp. 133-165; p. 135).

Documenta uma etapa de génese do romance que podemos classificar como breve, por confronto com as duas etapas subsequentes, de 1897 e de 1900, confronto que revela um processo de construção literária que obedece a dois movimentos: expansão e depuração. A partir desta versão breve, Eça expandiu o texto com sucessivas ampliações, que tanto se destinam a descrever espaços antes mais "vazios" e a conferir-lhes textura emocional, poder evocativo e ambiente significativo, como a prolongar episódios e diálogos com novos pormenores e até personagens. Na última etapa sujeitou o texto a uma revisão que eliminou excessos¹¹:

AUT Mas havia ainda algumas bellas arcas entalhadas, umas alabardas ferrugentas nas paredes, – e <aqui e alem um reposteiro de Damas damasco vermelho.> o quarto do Luis tinha reposteiros de damasco vermelho.

A Mas havia ainda algumas bellas arcas, entalhadas, umas alabardas ferrugentas nas paredes, – e o quarto do Luiz tinha reposteiros de damasco vermelho.

RM Mas uma avenida, **onde frescas moitas de hidranjas ligavam os velhos troncos dos lódanos**, conduzia, com alinhada nobreza, ao pátio da frente, ornado por dois tanques de mármore **sempre secos. Por trás, nos jardins, ainda floria, de Abril a Novembro, aquela** abundância esplêndida de rosas que os tornara famosos – e lhes merecera em tempos do avô de André, o desembargador Martinho, uma visita da Sr^a D. Maria II. E dentro todas as salas **se conservavam mobiladas com um conforto grave, e mantidas em excelente** asseio e ordem **pela** velha governanta, uma **viúva, parenta** pobre do Cavaleiro, a Sr^a D. Jesuína Rolim.

1^ªED Mas uma avenida **de castanheiros** conduzia, com alinhada nobreza, ao pátio da frente, ornado por dois tanques de mármore. **Os jardins conservavam** a abundância esplêndida de rosas que os tornara famosos – e lhes merecera em tempos do avô de André, o desembargador Martinho, uma visita da Sr^a D. Maria II. E dentro todas as salas **reluziam de** asseio e ordem, **pelos cuidados da** velha governanta, uma **parenta** pobre do Cavaleiro, a Sr^a D. Jesuína Rolim.

Pelo exemplo acima poderíamos pensar que o corte da *Revista Moderna* com a versão breve foi radical, que nada se conserva. De facto, dificilmente a amplificação terá sido feita materialmente sobre a primeira, em provas ou em cópia de autor. As variantes introduzidas são demasiado pesadas, em quantidade e extensão. Mas que a amplificação se fez à vista da versão breve, mostram-no a conservação na segunda de elementos textuais da primeira. Muitos desses elementos acabam por desaparecer na edição em livro, mantendo contudo ligação com a variante do folhetim, numa clara sequência genética:

AUT De sorte que fora necessario que ele se **encrespasse** com o João Franco,

A De sorte que fôra necessário que elle se **encrespasse** com o João Franco,

RM De sorte que se **encrespara** com o José Ernesto

1^ªED E então ele **mostrara muito asperamente** ao José Ernesto

AUT Nos estamos **plenamente aliados**, não é verdade? Então socega, e dorme.

A Nós estamos **plenamente aliados**, não é verdade? Então socega, e dorme.

RM Nós estamos **plenamente de acordo, bem aliados**, não é verdade? Então, meu caro Gonçalo, sossega, e almoce mos regaladamente!...

1^ªED Nós estamos **bem aliados, bem congraçados**, não é verdade? Então, meu caro Gonçalo, sossega, e almoce mos regaladamente!...

AUT **Muita poeira**, fêmeação mediocre, e **todos aquellos logares edyllicos horrivelmente encaixeados**.

A **Muita poeira**, fêmeação mediocre, e **todos aquellos logares idyllicos, horrivelmente encaixeados**.

RM **Muita poeira**; fêmeação mediócre; o Nunes atulhado, com mau serviço e sem gelo. Depois **todos aqueles lindos retiros horrivelmente acaixeados**...

1^ª ED **Poeirada horrenda**, fêmeação mediócre...

AUT <N> Algumas **picuinhas** no Paiz, **em estylo lorpa**, não me tiram o appetite...

A Algumas **picuinhas** no *Paiz*, **em estylo lorpa**, não me tiram o appetite...

RM Algumas **piadas**, **naquele estilo fadista**, não me tiram o appetite

r^aED (...) **colerazinhas ou piadinhas** do Pita, não me tiram o appetite...

¹² *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição crítica de E. Losada Soler, p. 159 e segs.

É mesmo possível que, no momento da revisão para a primeira edição, Eça ainda recorresse esporadicamente ao manuscrito, ou a provas correspondentes, a menos que conservasse canceladas no original dos folhetins algumas variantes abandonadas já em 1897. Há apenas dois casos:

AUT O Fidalgo da Torre, torcia a <pelle> pêra, **desconsolado**.

A O Fidalgo da Torre, torcia a pêra, **desconsolado**.

RM Gonçalo torcia o bigode, **desconsoladamente**:

r^aED Gonçalo torcia o bigode, **desconsolado**:

AUT E o Governador, [↑Civil] <apareceu a uma porta, em mangas de camisa, gritando [↑alegremente] a Gonçalo Mendes Ramires, que entrava, que elles não>, do fundo do Corredor, **gritou alegremente** a Gonçalo Mendes Ramires:

A E o Governador Civil, do fundo do corredor, **gritou alegremente** a Gonçalo Mendes Ramires:

RM André, avisado pelo criado, o seu fiel Mateus (que se deleitara de rever em Corrinde o Senhor D.Gonaçalo!) **chamou alvoroçadamente**, dentre o reposteiro corrido:

r^aED André, avisado pelo criado, o fiel Mateus, **gritou alegremente**:

O testemunho prestado pelo autógrafo, se quisermos apenas analisar a variação entre as três últimas versões, pode ser considerado redundante relativamente ao d' *A Arte*. Não devemos esquecer, porém, que esta revista publica apenas um pequeno excerto e que, para o restante texto, a versão anterior a 1895 não tem outro testemunho senão o manuscrito. De resto, nada nos garante, à partida, que as relações entre testemunhos acabadas de descrever se podem generalizar a todo o texto autógrafo, constituído, como sabemos, por diferentes blocos cuja articulação está por definir. No bloco B1, que corresponde ao início do capítulo IV da edição¹², encontramos uma versão que em 1897 foi menos ampliada do que a atrás analisada. Mantém-se, no entanto, o mesmo padrão de evolução de variantes:

AUT A **casa** de **Jose Barrôlo**, o marido de Gracinha Ramires, era à entrada da Cidade, (pelo lado da estrada de Ramilde) <no largo velho d'>, à esquina do velho largo d'El-Rei, e a rua das Tecedeiras, uma rua <estreita> rudemente **calçada**, apertada entre o muro do jardim e pomar da casa e **o muro da cerca** <do> [↑**do antigo**] **convento de Santa Monica**. E por essa rua justamente, no momento em que <a> [↑uma] velha **caleche do Torto**, <que trazia de Ramilde> [↑com] o fidalgo da Torre, desembocava, no largo.

RM O **palacete** do **José Barrolo**, em Oliveira, era à entrada da cidade (pelo lado da estrada de Ramilde) à esquina do velho largo d'El-Rei e da Rua das Tecedeiras, rua estreita, rudemente **empedrada**, entalada entre o muro do jardim da casa e a cerca **do antigo convento de Santa Mónica**. E justamente, quando na costurada **caleche do Torto** o Fidalgo da Torre desembocava no Largo...

r^aED O **palacete** dos **Barrolos** em Oliveira (conhecido desde o começo do século pela Casa dos Cunhais) erguia a sua fidalga fachada de doze varandas no Largo d'El-Rei, entre uma solitária viela que conduz ao quartel e a Rua das Tecedeiras, velha rua mal **empedrada**, ladeirada, oprimida pelo comprido terraço do jardim, e pelo muro fronteiro **da antiga cerca das Mónicas**. E nessa manhã, justamente quando Gonçalo, na **caleche da Torre puxada pela parelha do Torto**, desembocava no Largo d'El-Rei...

Os folhetins conservam lições do autógrafo que desaparecem ou são substituídas na 1.^a edição (Jose Barrôlo/José Barrolo/Barrolos; cerca do antigo convento de Santa Moni-

¹³ “Je vous ai expédié il y a deux jours un telegramme demandant a voir des *provas de página* avant le bon à tirer. Il y a en effet assez de retouches pour qu'on puisse imprimer sans une révision d'auteur (...). Il faut absolument faire (...) une première composition dans un type quelconque. C'est ce que notre pauvre ami Genelioux avait décidé pour la *Maison de Ramires*. C'est ce qu'on fait ici pour tous les livres un peu soignés: on commence par composer de larges épreuves (...) où l'auteur peut refaire et refondre son travail à plume que veux-tu. (...) Je vous prie donc de m'envoyer les épreuves ainsi préparées de tout l'original que vous avez.” Eça de Queirós, *Correspondência*. Leitura, coordenação prefácio e notas de Guilherme Castilho. 2.º Vol., Lisboa: IN-CM, p. 316.

¹⁴ Este procedimento era comum, veja-se outro exemplo no manuscrito de *A Tragédia da Rua das Flores* (Ivo Castro, «A Tragédia da Rua das Flores», p. 325).

¹⁵ Sobre estas listas v. E. Losada Soler, “Introdução”, pp. 19-20.

¹⁶ Sobre o culto da perfeição, ver, nomeadamente, Ernesto Guerra Da Cal, *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*. 4.ª ed. Coimbra, 1981 (Cap. IV, pp. 67-73).

ca/ cerca do antigo convento de Santa Mónica/ da antiga cerca das Mónicas; caleche do Torto/ caleche do Torto/ caleche da Torre) e, por outro lado, introduzem variantes definitivamente fixadas em 1900 (casa/palacete/palacete; calçada/empedrada/empedrada). A evolução observa-se num mesmo segmento de texto; por exemplo:

AUT um olhar languido e lento
 RM os repolhudos olhos lânguidos
 1ªED os pestanudos olhos negros

Só a conclusão da transcrição permitirá uma análise de conjunto que determine os níveis de reelaboração que sofreu *A Ilustre Casa de Ramires* e de que forma ela afectou cada um dos blocos. O interesse do autógrafo, contudo, vai muito além da sua relação com os restantes testemunhos. Ele documenta um processo de génese de uma primeira versão, iniciada provavelmente em 1890 e que chegou a merecer publicação parcial em 1895. Entre esta versão e a seguinte (de 1897) falta testemunho autógrafo que documente as hesitações, recuos e emendas que conduziram de uma versão a outra. Dispomos apenas do resultado final publicado nos folhetins. Existe, portanto, um hiato entre a primeira versão e a segunda e outro hiato entre a segunda e a terceira. Felizmente, para o resultado final da primeira versão não é isso que acontece, porque o autógrafo conservou, com os seus cancelamentos e adições, o processo de escrita que a ela conduziu. Constitui assim um objecto de estudo de valor excepcional, justificando plenamente a edição genética em curso. Não é ela, todavia, isenta de dificuldades.

O facto de a numeração autógrafa recomeçar em cada um dos blocos, excepto na passagem do B3 para o C, e de existirem títulos no início dos blocos A, B1, B3 e C sugere um trabalho não sequencial ou, pelo menos, a possibilidade de o autor ter feito revisões independentes sobre cada um dos conjuntos e não necessariamente uma revisão geral e sequencial de todo o manuscrito. O facto de alguns episódios terem, na primeira edição em livro, alterada a sua ordem de integração nos capítulos parece apoiar a ideia de uma relativa independência de algumas grandes sequências narrativas. A transcrição genética enfrenta, portanto, problemas que se prendem, por um lado, com a identificação de campanhas de revisão e, por outro, com a interpretação global do conjunto e da articulação dos vários blocos.

Tudo indica que o manuscrito foi produzido num horizonte de escrita planeada como um processo *in continuum*. A introdução de variantes não foi seguida de suficiente atenção à adequação sintáctica ou morfológica e foram repetidos desnecessariamente alguns elementos que não são posteriormente eliminados, como nos exemplos:

fl.9: dos <pas> cavalgatas do Cavalleiro
 fl.10: e dos <olhos> olhadela
 fl.13: a sua carreira <do> carreira estava marcada
 fl.15: que então <era> <estava> no primeiro Anno de Direito

Eça planeava talvez uma revisão final ou pensava poder fazê-la mais facilmente sobre provas, estendendo até esse momento a possibilidade de reelaboração¹³. Desde o primeiro momento que ela foi planeada. Nas folhas, que medem 230x313mm, foi previamente definida uma margem esquerda com 60 mm de largura, obtida por dobragem cujos vincos são ainda claramente visíveis. Assim, antes de começar a escrever, Eça destinou cerca de 26% da área da página à posterior introdução de variantes cujo espaço previsível ultrapassaria o das entrelinhas¹⁴. Esta virtualidade de reescrita cumpre-se em algumas páginas (v. imagem 4) mas noutras permanece simplesmente virtual (v. imagem 3). A diferença é bem reveladora da situação inicial de escrita: existe um plano de narrativa, baseado provavelmente em versão anterior (o conto de 1890), uma ideia de amplificação talvez imaginada já na recolha de vocabulário medieval que documentam as listas manuscritas conservadas actualmente na Biblioteca Nacional¹⁵ mas que está prestes a concretizar-se numa redacção formal, a qual, porém, não é entendida senão como os primeiros golpes de escopro e martelo que o escultor dará à sua obra, esperando que essa corporização sugira ou se deixe influenciar para outras formas, que alterarão a posição dos braços, a expressão do rosto ou o cair dos cabelos da figura criada. A metáfora procura mostrar que a escrita era, para Eça, desde o momento da primeira concepção, matéria transformável, moldável e susceptível de contínuos aperfeiçoamentos, como aliás já notaram os estudiosos da sua obra¹⁶.

Vários elementos podem contribuir para distinguir campanhas de revisão: corpo de letra, instrumento de escrita, cor ou qualidade de tinta. No autógrafo de *A Ilustre Casa de Ramires*, é usada sempre caneta e tinta preta, esta de diferentes intensidades e qualidades. Embora esteja ainda por fazer a sua análise exaustiva, é possível dizer que a utilização de uma tinta diferente pode não ser sempre coincidente com uma diferente campanha de reescrita. Pode observar-se a mudança de tinta em curso de escrita, por exemplo na fl. 10 do bloco B2, o que pode ser ou não indício de paragem na escrita e retoma posterior mas, de qualquer modo, não indica releitura do texto escrito e introdução de variantes.

No conjunto dos primeiros vinte fólios do bloco B1, é usada a mesma tinta, preta e fina, sem acumulação nas letras nem no cruzamento de traços, quer no texto escrito à direita na página, quer nas variantes entrelinhadas, quer ainda nas adições inscritas na margem esquerda. A letra é de módulo largo e espaçada na primeira redacção e de módulo menor e mais apertada nas adições interlineares e marginais, como seria de esperar considerando a diferença entre ter disponível em frente toda a página em branco e obedecer a restrições de espaço. Deste modo, não é possível, apenas com base em elementos materiais, identificar diferentes campanhas. Foi usada nestas folhas uma outra tinta, acastanhada e mais grossa, mas apenas para fazer raros retoques em letras ou adicionar uma letra em falta. É sobretudo pela análise semântica das variantes que podemos determinar a cronologia das emendas mediatas¹⁷. Também não é sempre possível precisar o momento de paragem, retorno e releitura¹⁸.

Nestes vinte fólios, é narrado o episódio da chegada de Gonçalo Mendes Ramires à cidade para visitar a irmã Gracinha e o cunhado José Barrolo; zanga-se o fidalgo da Torre com o facto de Luís Cavaleiro passar insistentemente a cavalo em frente do palacete do casal, enquanto o marido ingénuo não compreende a ira de Gonçalo, atribuindo-a a dissidências políticas. O narrador resume então, numa analepse, a história dos amores juvenis de Gracinha e Luís, da ascensão política deste e do abandono desonroso da noiva, até ao momento em que, ainda desgostosa, conhece o futuro marido.

No fim do fl. 10¹⁹, o narrador esclarece o leitor, após a cena de reacção irada à passagem de Cavaleiro, que não era a política que motivava Gonçalo e sim o homem, com o qual tinha pendente uma questão de honra:

Havia entre elles um feudo – como esses que outrora, no tempo dos Tructesindos, e dos Solares feudaes, armavam, <<um> um contra <outros> todos> uma contra [↑a] outra, duas familias senhoriaes. Ramires e Cavalleiros eram familias visinhas,

A folha seguinte apresenta uma inserção no topo que se prolonga por toda a margem esquerda e as primeiras oito linhas da página foram canceladas com traço. Sobre as primeiras quatro e início da quinta linha foi inscrita uma redacção variante, igualmente cancelada. Posteriormente toda a página foi cancelada por cruzamento e enquadramento, deixando apenas fora do cancelamento a margem. A topografia da escrita e dos cancelamentos faz supor que o texto de uma primeira redacção, continuado no fl. 11, onde foi objecto de uma variante na sobrelinha, acabou, numa posterior campanha de revisão, por ser preterido a favor da adição na margem. O fólio seguinte (12) não sofreu adições à margem e no fl. 13 há apenas uma pequena inserção marginal na 18.ª linha. No fl. 14 reaparecem os cancelamentos, por traço e, nas primeiras quatro linhas, por cruzamento e enquadramento. Nesta página, de margem limpa, a maior parte das linhas foram reescritas na sobrelinha. Quais foram as etapas de reescrita? Obedecem à sequência página-entrelinha-margem, correspondendo a uma primeira redacção mais duas campanhas de revisão? A hipótese deverá verificar-se se a coesão semântica puder ser observada sem fracturas ao longo de cada um dos três espaços de escrita. Ao final do fl. 10, acima transcrito, segue-se, no início da página do fl. 11:

Vicente Mendes Ramires, este bello Luis Cavalleiro cortejara a Gracinha Ramires, então me<nina e> nina e m&ocilca, [↑a] flor da Torre,

Não há qualquer sequência lógica:

10/ ...Ramires e Cavalleiros eram familias visinhas, **/11/** Vicente Mendes Ramires, este bello Luis Cavalleiro cortejara a Gracinha Ramires

¹⁷ Sobre os conceitos de emenda mediata e imediata, v. Ivo Castro, “Introdução”, *Amor de Perdição*, pp. 74-85.

¹⁸ O facto não é incomum, sobretudo em autores que reescrevem intensamente os seus textos, veja-se um caso semelhante em Flaubert (Giovanni Bonaccorso et Collaborateurs, *Corpus Flaubertianum I. Un Coeur Simple*, en appendice édition diplomatique et génétique des manuscrits. Paris: Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1983, p. XLVII).

¹⁹ Os f&ocilcos 10 a 14 do bloco B1 reproduzem-se nas imagens 2 a 6.

Nas sobrelinhas do início do fl.11, foi escrita a seguinte variante:

10/ ...Ramires e Cavalleiros eram familias visinhas, **/11/** os seus magnificos bigodes negros, os seus belos olhos quebrados e húmidos, e linda maneira de recitar Victor Hugo, as suas luvas amarellas, o seu fallar sonoro e e rico

Falta, sem dúvida, um elo entre as duas folhas, quer no que diz respeito à primeira redacção quer no que se refere à integração da emenda interlinear. A conexão perfeita faz-se apenas do final do fl.10 para a margem do 11:

10/ ...Ramires e Cavalleiros eram familias visinhas, **/11/** uma <com sol em> [↑com solar] Ramilde, outra [com quinta] em Corinde...

Também entre o final do fl.11 e o início do 12 não há coerência na primeira redacção:

11/...Luis Cavalleiro era um cavalleiro<te> <de> <com um pequeno> bem nascido – que tinha na estrada de Corinde uma casa com braço: Alem d'isso, deputado aos vinte e oito annos, <o seu pati> partidario bem disciplinado, cheio **/12/** o seu bigode d'um[a] <mel negro e> negrura e d'uma espessura romantica, a doçura quebrada dos seus olhos largos, e a sua maneira ardente de recitar <Victor (> <(> Victor Hugo (Oh laisse-toi donc aimer, oh l'amour c'est la vie!...)

Já assim não acontece entre os fls. 12 e 13, coerentes na primeira redacção:

12/...O pae de Gonçalo Mendes Ramires, (que era então o Governador Civil do Districto, e só vinha à quinta, nos Domingos) approvava <estes> <largamente estes> <esta enlace> fervem/**13/** temente esta collocação da Gracinha, que fraca, e romanesca, <educada sem mãe> sem mãe que a velasse...

Na passagem do fl. 13 para o 14 a coerência da primeira redacção volta, no entanto, a perder-se:

13 / ...[↑E emfim] Maria da Graça, evidentemente amava, e ardentemente aquelles [↑hombros largos d'Hercules gentil] bigodes <reluzentes, e> d um negro reluzente e possante, <que m> que mesmo de longe <eram> **/14/** d'artimanhas eleitoraes, o seu futuro era <ri> excellente, na Politica e na Administração.

A correspondência cronológica entre o espaço principal da página e uma primeira redacção e entre os espaços interlineares e marginais e uma ou duas campanhas de revisão deve portanto ser questionada. A explicação das anomalias descritas exige que, entre o fl. 10 e o actual fl. 11, tenha existido uma folha (ou mais) cujo discurso concluía na frase *Vicente Mendes Ramires, este bello Luis Cavalleiro cortejara a Gracinha Ramires*. O desaparecimento dessa folha deve-se talvez ao facto de tudo quanto nela estava escrito ter sido abandonado, de modo que nenhum contributo prestava para a reescrita. A continuação do esclarecimento da questão de honra entre Cavaleiros e Ramires, introduzida no fim do fl. 10, vem a fazer-se, afinal, na margem do fl. 11, numa adição que continua nas sobrelinhas do fl. 12, depois de eliminado aí o primeiro texto:

11 margem/ ... como todos na casa, admirava, com enthusiasmo o Luis Cavalleiro, <a> pela sua amabilidade, **/11 sobrelinhas /** os seus magnificos bigodes negros, os seus belos olhos quebrados e húmidos, e linda maneira de recitar Victor Hugo, as suas luvas amarellas, o seu fallar sonoro e e rico

A decisão de continuar nas sobrelinhas é entretanto abandonada, a continuação iniciada é cancelada e retomada em duas novas folhas em branco, os fls. 12 e 13:

11 margem/ ... como todos na casa, admirava, com enthusiasmo o Luis Cavalleiro, <a> pela sua amabilidade, **/12/** o seu bigode d'um[a] <mel negro e> negrura e d'uma espessura romantica... O pae de Gonçalo Mendes Ramires, (que era então o Governador Civil do Districto, e só vinha à quinta, nos Domingos) approvava

<estes> <largamente estes> <esta enlace> fervem /13/ temente esta collocação da Gracinha, que fraca, e romanasca, <educada sem mãe> sem mãe que a velasse...

Por sua vez, o texto da primeira redacção que no final do fl. 11 ficara sem sequência, volta a encontrá-la no fl. 14:

11 primeira redacção/ ...Luis Cavalleiro era um cavalheiro<te> <de> <com um pequeno> bem nascido – que tinha na estrada de Corinde uma casa com braço: Alem d’isso, deputado aos vinte e oito annos, <o seu pati> partidario bem disciplinado, cheio /14/ d’artimanhas eleitoraes, o seu futuro era <ri> excellente, na Politica e na Administração...

Fica assim documentado um processo de escrita cuja cronologia não coincide com a topografia esperada e mais comum. O processo de escrita entre os fls. 10 e 14 decorreu nas seguintes etapas:

- 1) reescrita profunda de pelo menos uma folha a seguir à fl. 10; eliminação da folha;
- 2) inserção na margem esquerda da fl. 11 e cancelamento das primeiras oito linhas da página;
- 3) continuação nas cinco entrelinhas da fl. 11; eliminação das entrelinhas;
- 4) continuação na fl. 12 e na fl. 13, acrescentadas;
- 5) retoma, na fl. 14, que primitivamente se seguia à fl. 11.

A sequência margem-entrelinha-página, inversa à esperável, aponta para a necessidade de análise atenta durante a transcrição, de forma a garantir a correcta sinalização de todo o texto dos fls. 12 e 13 como adições. Apesar de se encontrarem em folhas que, por não terem as margens ocupadas (ou ter uma delas apenas uma pequena adição), facilmente poderiam ser entendidas como exemplo de primeira redacção que não sofreu alterações, na verdade estamos perante uma macro-variante com mais de duas páginas de extensão.

Quando foi produzida esta macro-variante? Em que momento decide Eça voltar atrás, reler e reescrever? A adição na margem do fl. 13 corresponde a uma outra campanha de revisão, depois de terminada toda a operação que envolveu estas folhas, ou resulta de uma paragem apenas algumas linhas adiante, antes de estar completamente terminado o fl. 13? Impossível dizê-lo.

Outras variantes são de génese mais clara, ainda que complexa, resultantes de paragem num determinado ponto, releitura de algumas linhas acabadas de escrever, reescrita e retoma no ponto de paragem.

Veja-se, por exemplo, a descrição do quarto de Gonçalo em casa do cunhado Barrolo:

quarto de Gonçalo – que era <à esquina, com janellas sobre o pomar e sobre a rua das Tecedeiras, e> o melhor do palacete, à esquina, <com ja> [↑sobre a rua das Tecedeiras, com duas] janellas sobre as laranjal, e [↑outras] sobre os os velhos arvoredos (fl. 7)

A primeira localização e descrição do quarto de Gonçalo poderá ter terminado em *palacete* (*era <à esquina, com janellas sobre o pomar e sobre a rua das Tecedeiras, e> o melhor do palacete*) ou esta qualificação (*o melhor do palacete*) pode ter sido escrita para formar a nova sequência, destinada a substituir a cancelada e para onde se projecta à *esquina* e, inicialmente, também *com janellas: <com ja>*. Estas, porém, são ainda objecto de um retorno. Inscritas nas entrelinhas, as duas adições podem ser consideradas mediatas mas dificilmente resultarão de um momento de revisão muito posterior à primitiva redacção. Pelo contrário: a primeira adição recebe outra projecção (*sobre a rua das Tecedeiras*) e distribuem-se entre ela e a segunda elementos que pretendem conferir verosimilhança à localização do quarto de Gonçalo, atribuindo janelas diferentes a paisagens diferentes (*com duas... outras*). Todas as variantes deste segmento de texto indicam, portanto, que ele foi reelaborado em três etapas que implicaram breve recuo para supressões ou adições:

- 1) quarto de Gonçalo – que era à esquina, com janellas sobre o pomar e sobre a rua das Tecedeiras, e o melhor do palacete

²⁰ L. Fagundes Duarte, «A gênese do texto queirosiano», p. 164.

- 2) quarto de Gonçalo – que era o melhor do palacete, à esquina, <com ja> janellas sobre as laranjal, e sobre os os velhos arvoredos
- 3) quarto de Gonçalo – que era o melhor do palacete, à esquina, sobre a rua das Tecedeiras, com duas janellas sobre as laranjal, e outras sobre os os velhos arvoredos

À atenção de Eça escapou a incongruência do *as laranjal*, a repetição de *os* e o cancelamento sem reposição de *com* antes de *janellas*. Outro exemplo encontra-se na expressão do desconforto do Barrolo ante as incompreensíveis zangas de Gonçalo contra o Cavaleiro:

deante d'aquell<as>/es\ <violencias, que desmanchavam o seu socego, o doce repouso <q> <em que a casa dormia.> da casa. E não as comprehendia.> rancores ruidosos , - <*do> <O> que sempre que Gonçalo vinha à cidade <desmanchavam> desmanchavam o seu socego. E não os comprehendia. (fls.8-9)

Estamos perante sucessivos redireccionamentos obtidos por cancelamentos:

- 1) deante d'aquellas violencias, que desmanchavam o seu socego, o doce repouso q
- 2) deante d'aquellas violencias, que desmanchavam o seu socego, o doce repouso em que a casa dormia
- 3) deante d'aquellas violencias, que desmanchavam o seu socego, o doce repouso da casa. E não as comprehendia.
- 4) deante d'aquelles rancores ruidosos

Estes redireccionamentos são, na verdade, projecções, uma vez que os elementos cancelados são recuperados logo a seguir (que *sempre que Gonçalo vinha à cidade <desmanchavam> desmanchavam o seu socego. E não os comprehendia.*), não sem um retorno intercalado (*desmanchavam*) e dois novos redireccionamentos que revelam outras tantas hesitações na condução da frase: <*do> <O> *que*. Todas as variantes são imediatas, atestam a paragem num ponto de escrita e releitura de sequência acabada de escrever, trabalhada sucessivamente até que todos os elementos que ocupam a mente do autor encontrem satisfatória colocação na frase.

Espera-se que o levantamento exaustivo das variantes em todos os conjuntos de folhas e a sua classificação e análise venha a mostrar a frequência de emenda mediata e imediata, permitindo afirmações mais consistentes sobre a forma como Eça delineou *A Ilustre Casa de Ramires*, surpreendendo o autor no próprio momento em que faz nascer a história e não apenas nos momentos de chegada constituídos pelas três publicações. Obedecem as macro-variantes de segunda redacção manuscrita ao desejo de amplificação destinada a transformar uma narrativa breve num romance e as emendas imediatas ao apuramento estilístico, como parece observar-se nas emendas aqui analisadas? O estudo da elaboração estilística de Eça, a partir de um dos seus autógrafos, foi empreendido em 1985 por L. Fagundes Duarte, que então chamava a atenção para o facto de ele documentar um estado de “cristalização do processo de construção do texto”, entre o “discurso interior” (planeado mentalmente) do autor e a busca do estado de equilíbrio com a forma escrita que, no caso d' *A Tragédia da Rua das Flores*, nunca foi alcançado. As conclusões sobre a elaboração estilística foram por L. Fagundes Duarte então consideradas provisórias, por requererem comparação com outros autógrafos queirosianos²⁰. A edição genética d' *A Ilustre Casa de Ramires* virá prestar a este respeito o seu contributo, oferecendo matéria para a análise de uma obra que, se, por um lado, alcançou, com a primeira edição em livro, o estado de equilíbrio que faltou à *Tragédia*, por outro não revelará a sua gênese sem enfrentar os múltiplos obstáculos que se opõem à decifração do autógrafo, cuja primeira redacção o autor não nos revela integralmente, quer porque subtraiu folhas irrecuperáveis, quer porque eliminou texto colando sobre ele um quadrado de papel que recebeu a segunda redacção (v. imagem 7). ▽

de
 Casa Namica

No domingo ced. estava
 em Corvide, no "vila" do Cavalli;
 no - que era um velho casarão,
 pintado de amarelo, no meio de
 campos arrematados, onde as ruínas
 deiras tinham ~~destruído~~
 invadido, e antigos jardins, tas
 chum e alfameas e deira em tempo
 do D. Theresa. Mas havia ainda
 alguma bella arca entalhada,
 uma alabarda ferrugenta em
 parede. - e ~~apoiado~~ ~~em~~ ~~um~~ ~~pedra~~
~~tem de Dama~~ ~~de~~ ~~amarelo~~ ~~vermelho~~
 e quanto do Lm. tinha repartido
 de Jamaica vermelha.

Escabava^{elle} de saber de Santos
 quando o Fidally da Torre se apertou
~~o~~ ~~portas~~ que viera no seu casa
 George, ~~o~~ ~~Tracuta~~, sua velha esposa,
 a Tracuta, se apertou as portas.
 Na antecâmara ja estava esperando
 um amanuense do Governador Civil
 com uma porta vermelha sem

Um ~~com~~ ^{com} colar
Navilde, entre um
muito ~~em~~ ^{em} Corude - e
~~quando~~ ^{quando}
elle era ~~um~~ ^{um} rapa
zola fo um rapa
de 14 deveses ann
no album - preparo
deu de Lyen e o Leon
Cavalleiro, entre ali
dante de quinto ~~fo~~
~~o~~ ^o ~~fo~~ ^{fo} ~~fo~~ ^{fo}
com um amigo
vinto tova a
linda e Torre e 7
outras um prouca
de na quinta, m
pela estrada, he
fallava com - um
exposito que - podia
amplamente, de pt
futuro, de carreira
politica, da ideia
vieses de vido. Gra
cinda Ramiro, tinha
entre quinze annos,
e, e um lado - um
colle, he chamavam
- "flor de Torre", etc.
fo entre vido a
~~fo~~ ^{fo} ~~fo~~ ^{fo}
o governante suples
suples de Gracinho, e
a boa miss Alodes
- que com todo na
com, abouava, com
culturas, e Leon
Cavalleiro, - fo
um amabilidade,

11
~~Um~~ ^{Um} ~~com~~ ^{com} ~~rapa~~ ^{rapa}
~~Necente~~ ^{Necente} ~~o~~ ^o ~~fo~~ ^{fo}
~~fo~~ ^{fo} ~~fo~~ ^{fo}
bello Leon Cavalleiro, entre ali
entre ~~um~~ ^{um} ~~fo~~ ^{fo}
a Gracinho Ramiro, entre ali
com ~~um~~ ^{um} ~~fo~~ ^{fo}
pessa e ~~um~~ ^{um} ~~fo~~ ^{fo}
e ~~fo~~ ^{fo}
Torre, - e com tanta ~~fo~~ ^{fo}
e tanta ~~fo~~ ^{fo}
a bello, era ~~fo~~ ^{fo}
pente a ~~fo~~ ^{fo}
lucem ~~fo~~ ^{fo}
Ramiro, (o pai que ~~fo~~ ^{fo}
lutava ~~fo~~ ^{fo}
vavam ~~fo~~ ^{fo}
fo ~~fo~~ ^{fo}
familia ~~fo~~ ^{fo}
que ~~fo~~ ^{fo}
Cavalleiro, era ~~fo~~ ^{fo}
de ~~fo~~ ^{fo}
do - que ~~fo~~ ^{fo}
Corude ~~fo~~ ^{fo}
obtem ~~fo~~ ^{fo}
Vente e ~~fo~~ ^{fo}
partidam ~~fo~~ ^{fo}



Nós, os outros



António Sampaio da Nóvoa

REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Entrevistado por MIGUEL REAL

MIGUEL REAL Em substância, o que significa ser Reitor de uma Universidade portuguesa no início do século XXI?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Têm sido tempos de mudança e de combate.

A mudança tem três palavras: mais mundo, mais liberdade, mais conhecimento. *Mais mundo*, uma maior abertura da universidade à sociedade. A consciência nítida de que não há universidades nacionais e de que a viagem, a mobilidade e o cosmopolitismo são, hoje, a condição da vida dos jovens e do trabalho científico. *Mais liberdade*, liberdade das pessoas e das instituições, independência e afirmação do espírito crítico, que é o melhor que podemos dar para pensar e renovar Portugal. *Mais conhecimento*, numa perspectiva de ligação entre o ensino e a ciência, de centralidade da investigação na universidade. Talvez Fernando Pessoa pudesse ter dito: Criar é preciso; viver não é preciso. A criação como eixo do trabalho universitário.

Mas têm sido também tempos de combate. Nos últimos anos, o princípio do valor económico das universidades tem-se sobreposto a todos os outros, contribuindo para a

sua mercantilização. Longe parecem os tempos em que se podia dizer da universidade que ela era o lugar no qual se protegia o trabalho sem valor económico imediato, como escreveu Eliot Freidson. O “capitalismo académico” tem emergido por todo o lado, como se não houvesse outra saída para as instituições. A adesão de muitos universitários a estes princípios e a resignação de tantos outros, leva-me a considerar ainda mais imprescindível resistir aos interesses dominantes, sejam eles económicos ou políticos.

Procuró encontrar o meu caminho inspirado por uma vontade de mudança que vai muito para além da “mudança morta” das lógicas reformadoras. A universidade deve ser uma instituição diferente das outras e é nessa diferença que encontra a sua razão de ser. Vergada à ditadura do pensamento inevitável torna-se inútil e dispensável. Acredito que a universidade se deve orientar pelo “princípio de resistência incondicional”, como diz Jacques Derrida.

MIGUEL REAL Sente que o trabalho realizado no seu duplo mandato possuiu ânimo e robustez suficientes para mudar o tradicional papel da Universidade reprodutor de elites?

Sente que entrou sangue novo, ideias novas, projetos novos, investigadores novos que afirmam e afirmarão a Universidade no mundo cultural e científico português?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Sou reitor há cinco anos. É um tempo curto numa história longa, de muitos séculos. O decreto de 1911 que cria a “nova” Universidade de Lisboa define com clareza um princípio de democratização do ensino superior e um princípio de formação das elites. Reconheço-me nesta dupla vontade, pois se muitas vezes temos alertado para o analfabetismo do povo português que nos foi afastando da Europa, nem sempre temos compreendido o drama histórico da impreparação e da incultura das nossas elites.

Nos últimos anos, houve uma transformação de fundo na universidade portuguesa que hoje acolhe mais de um terço dos jovens da faixa etária dos 18 aos 23 anos. A obtenção de um diploma do ensino superior começa a ser requisito indispensável para uma participação efetiva nas sociedades do século XXI, ditas do conhecimento. No caso da Universidade de Lisboa, cerca de metade dos nossos estudantes frequenta estudos pós-graduados. Em poucos anos, a universidade mudou mais do que ao longo de todo o século XX.

Num outro plano, mais próximo das minhas próprias orientações estratégicas como Reitor, é útil assinalar a importância que a investigação científica tem adquirido no seio da Universidade, bem como o modo como fomos afirmando a nossa presença no espaço público. A criação de áreas de trabalho conjunto, as licenciaturas transversais (ciências da saúde, artes e humanidades, estudos gerais) e dos doutoramentos interdisciplinares e interuniversitários (alterações climáticas, ciência política, ciência cognitiva...) são consequência de uma nova ideia de universidade.

MIGUEL REAL A história da Universidade de Lisboa confundeu-se, de certo modo, com a história da cidade de Lisboa. Como doravante se podem entrelaçar as necessidades da cidade com os recursos da Universidade?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Sim, nós somos a cidade. A nossa ligação a Lisboa ficou, pela primeira vez, inscrita nos Estatutos de 2008: “A Universidade pretende consolidar os laços com a Cidade, através da valorização do seu *campus* e da projeção internacional de *Lisboa*”. A exposição que está atualmente na entrada da Reitoria tem um título que diz quase tudo: 100 anos | Univercidade. Para nós, universidade é univercidade.

E muito tem sido feito na Cidade Universitária e nos dois lugares do centro histórico que nos pertencem: o Convento de São Francisco, ao Chiado, onde queremos que nasça uma

“cidade das artes”; e os Museus da Politécnica que, com o Jardim Botânico, “é mais do que uma pequena história cultural, é toda a antiguidade da terra”, como diz Félix Krull no romance de Thomas Mann.

Quando há tanto deslumbramento provinciano e baco, tanta admiração com “o que se faz lá fora”, é preciso dizer que não nos tornamos universais a partir do universo, mas sim a partir da nossa terra, da nossa cultura, da nossa língua. Quem não compreender esta realidade dificilmente poderá promover uma internacionalização que tenha sentido e futuro. No meu gabinete está a frase de André de Resende, proferida na sua *Oratio pro rostris*, em 1534: “Cabe-vos conseguir, pela diligência e pelo trabalho fiéis, que a Universidade de Lisboa se torne não menos celebrada no Mundo do que a cidade onde está”.

MIGUEL REAL Os últimos 150 anos (desde a criação do Curso Superior de Letras) mudaram radicalmente a face da Universidade portuguesa num sentido de maior abertura ao pensamento crítico. É errado pensar-se que sem a Universidade (e, a partir de 1911, sobretudo sem a Universidade de Lisboa) os grandes movimentos sociais e culturais portugueses, como a Regeneração, as Conferências do Casino, a instauração da República, o 25 de Abril de 1974, o desejo de adesão à Europa na década de 70, não se teriam realizado sem a consciencialização e o capital subterrâneo legados pela Universidade às elites portuguesas, mesmo as do interior do país? Recordo que, em geral, estes acontecimentos foram precedidos de fortes movimentos estudantis (a “Rolinada”, a greve estudantil de 1907, as greves académicas da década de 60...).

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Teixeira de Pascoas, creio, dizia que uma verdade, quando aparece no mundo, é por intermédio do poeta. O mesmo se poderia escrever sobre os grandes movimentos sociais e culturais que foram, quase sempre, precedidos de revoltas e agitações no meio universitário. Há uma presciência da mudança que surge, sob as mais diversas formas, na realidade universitária.

Claro que a instituição universitária tem um peso conservador muito forte. Mas no seu seio, ou nas suas margens, seja por via de ruturas culturais, literárias ou científicas, seja por via de contestações estudantis, foi possível antecipar, e até preparar, grandes transformações na sociedade portuguesa. Só conseguiremos compreender a Universidade se entendermos as muitas universidades que dentro dela existem.

Dou apenas dois exemplos, entre tantos outros, a revolução de Abril e o processo de integração europeia. A crise académica de 1962, talvez o acontecimento mais marcante da história da Universidade de Lisboa no século XX, e os

*Talvez Fernando Pessoa pudesse ter dito:
Criar é preciso; viver não é preciso. A criação
como eixo do trabalho universitário.*

*A universidade deve ser uma instituição
diferente das outras e é nessa diferença
que encontra a sua razão de ser. Vergada à
ditadura do pensamento inevitável torna-
se inútil e dispensável. Acredito que a
universidade se deve orientar pelo “princípio
de resistência incondicional”, como escreve
Jacques Derrida.*

movimentos estudantis do final dos anos 60 foram decisivos para que Abril se tornasse inevitável e com ele o fim da guerra e a liberdade. Por outro lado, a ação realizada na cultura universitária, pelo menos a partir dos anos 60, virou Portugal para a Europa.

MIGUEL REAL No período do Estado Novo a Universidade foi decapitada dos seus melhores professores (Manuel Vadalares, Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Aurélio Quintanilha, Sílvio Lima, Rodrigues Lapa, Óscar Lopes, Vasco de Magalhães-Vilhena, Abel Salazar, Rui Luiz Gomes...). A expulsão de professores por motivos ideológicos estatui-se como um verdadeiro crime de lesa-cultura nacional. Como deve a Universidade lidar com este seu passado tenebroso? Valorizá-lo excessivamente? Assumi-lo, considerá-lo parte intrínseca do passado, mas preocupar-se mais com o futuro?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Em Portugal, estranhamente, tem havido um apagamento da memória com o argumento de que o futuro faz-se olhando para a frente. É o erro mais persistente dos tecnocratas que continuam a citar, sem a compreenderem, a frase de Henry Ford quando disse que a única história que vale a pena é a que se faz hoje. Esta espécie de “presente contínuo”, de que nos fala Hobsbawm, separa as pessoas do seu passado, e portanto do seu futuro, encerrando-as num que de que não conseguem libertar-se.

O que é verdade para as pessoas é verdade para as instituições. Sem memória não conseguem inscrever a sua ação numa lógica de mudança. Não há liberdade sem consciência da história, o que implica recusar a ditadura do instante em que tantas vezes nos querem fechar. Compreender o que se passou é condição para que a infâmia não se repita. Nunca mais. Nem nessa forma, brutal, adotada pelo Estado Novo, nem em formas mais subtis, que parecem suaves, mas são igualmente violentas. Estou a pensar, por exemplo, nas modalidades de financiamento do ensino superior que marginalizam as artes e as humanidades, e até as ciências sociais, ou na tentativa de destruir todas as opiniões discordantes e o pensamento crítico.

Foi o reconhecimento destes perigos que me levou, no discurso de abertura das Comemorações, no dia 11 de outubro de 2010, a chamar três vezes pela liberdade: liberdade universitária, liberdade das pessoas, liberdade do futuro. E a dedicar o Centenário da UL aos “professores e estudantes que foram expulsos ou prejudicados nos seus percursos académicos por se terem batido pela liberdade”.

MIGUEL REAL Ao contrário desses tempos obscuros, nunca como hoje a Universidade de Lisboa se encontra tão promissora em projetos, recursos humanos, ideias, publicação de livros, quantidade de mestrandos e doutorandos. Tanto quanto nos parece, a Universidade de Lisboa atravessa uma Fase de Ouro, exceto, como se sabe, quanto à entrada

de novos professores. Sente ser correta esta asserção?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Na minha vida olho mais para o que falta fazer do que para aquilo que já foi feito. Encontro o meu lugar nessa permanente insatisfação, nessa procura de fazer o melhor possível com as condições de que disponho. Raramente, ou nunca, me lamento das cartas que não tenho. Esforço-me por jogar bem aquelas que estão na minha mão.

Concordo que, apesar das dificuldades, estamos a viver um momento de grande significado na história da Universidade, sobretudo no que diz respeito à atividade científica e ao desenvolvimento dos estudos pós-graduados. Simultaneamente, há hoje um fervilhar de ideias, de projetos, de livros, de vida cultural e artística, encorajado também pelas Comemorações do Centenário. A Universidade de Lisboa conquistou, nestes anos, uma importante projeção pública.

O nosso problema principal prende-se com a dificuldade de renovar o corpo docente e de promover a entrada de novos professores. No plano científico conseguimos, nos últimos dois anos, graças ao programa *Compromisso Ciência*, recrutar quase 200 investigadores doutorados, portugueses e estrangeiros. Mas no plano do ensino tem sido bem

mais difícil. E esta renovação é decisiva para a continuidade da universidade, para a manutenção de uma Escola, no sentido mais nobre do termo.

Não devemos também esquecer, como problema, um certo mal-estar que se vem instalando junto dos professores, devido à falta

de condições de trabalho, mas sobretudo devido à intensificação e burocratização a que tem estado sujeita a profissão académica. Cada vez mais tarefas e missões, cada vez mais burocracia, cada vez menos tempo para as missões fundamentais que definem um universitário: o ensino e a investigação. Com energia e inteligência temos de encontrar soluções para esta encruzilhada.

MIGUEL REAL Algo, porém, ensombra este universo doirado – lemos num jornal que a Universidade de Lisboa se orgulhava de ter dado ao país democrático três Presidentes da República. Não seria mais curial que a Universidade se orgulhasse de ter dado três prémios Nobel? Não assenta aquela asserção na eterna reprodução das elites portuguesas – da Universidade segue-se para a Política, para posteriormente se regressar à Universidade?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA É um grande orgulho que os três primeiros Presidentes da República do regime democrático tenham sido estudantes da Universidade de Lisboa. Também é um grande orgulho que Egas Moniz, Prémio Nobel, tenha sido nosso professor. E ainda todos esses nomes que fazem o nosso século XX e o nosso século XXI: António Lobo Antunes, António Damásio, David Mourão-Ferreira, Florbela Espanca, Gastão Cruz, Her-

Quando há tanto deslumbramento provinciano e bacoco, tanta admiração com “o que se faz lá fora”, é preciso dizer que não nos tornamos universais a partir do universo, mas sim a partir da nossa terra, da nossa cultura, da nossa língua.

berto Helder, José Mário Branco, Lídia Jorge, Luís Miguel Cintra, Maria Barroso, Maria João Seixas, Mário Cláudio, Nuno Júdice, Sophia de Mello Breyner, Vasco Graça Moura, Vitorino Nemésio... Tantos e tantos estudantes que se formaram na Universidade de Lisboa. A nossa responsabilidade é perante a cultura e as artes, é perante a ciência, mas é também perante a intervenção na vida pública, incluindo a política.

MIGUEL REAL Qual a ideia ou a linha central das Comemorações do I Centenário da fundação da Universidade de Lisboa?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Fomos buscar a Bernardino Machado a ideia central: “Uma universidade é escola de tudo, mas sobretudo de liberdade”. E desdobrámos esta ideia em intervenções no espaço público, numa universidade que se pensa em relação com a cidade e a sociedade.

Falámos do Centenário, 1911-2011, sem nunca esquecer a localização da Universidade portuguesa na cidade de Lisboa entre finais do século XIII e meados do século XVI e chamando também a atenção para a importância das escolas superiores criadas pelo Liberalismo.

As Comemorações arrancaram no dia 11 de outubro de 2010 simbolizando a ligação à República. Escrevi então que a instituição universitária é uma das últimas fronteiras contra a destruição da cultura e do conhecimento, das artes e das humanidades. E disse que era nossa responsabilidade ajudar a recriar a República.

Seguiu-se um programa intenso de atividades e exposições, de iniciativas abertas à cidade e ao público. A nossa preocupação foi sempre a de transformar o passado da Universidade em futuro. Sabemos que as instituições têm o infinito que merecem.

MIGUEL REAL Pode descrever sucintamente algumas das principais realizações das Comemorações?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA O programa organizou-se em quatro eixos:

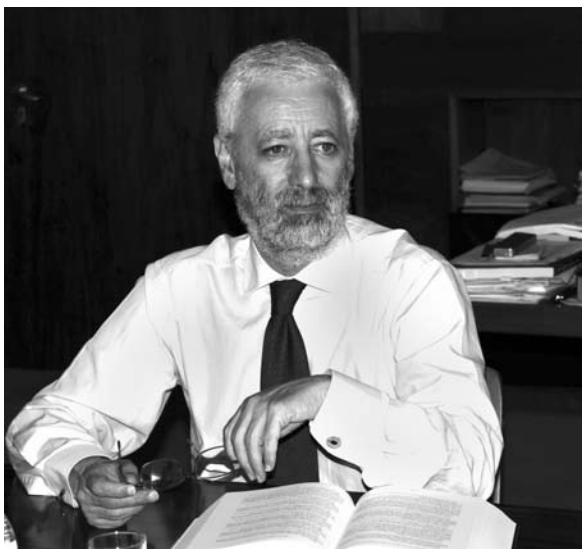
– 100 pessoas | História – Reflexão sobre o nosso passado institucional, conduzindo à concretização de duas iniciativas que o Reitor Marcelo Caetano havia tentado, sem sucesso, no cinquentenário, em 1961: a criação da Associação dos Antigos Estudantes e a publicação de uma *História da Universidade de Lisboa*.

– 100 locais | Património – Identificação dos espaços que a Universidade ocupou e ocupa na cidade, com a realização de percursos guiados pela cidade, e levantamento do nosso património artístico e científico.

– 100 lições | Ensino e cultura – Regresso à Universidade de cem antigos estudantes, convidados a partilhar conosco uma lição de vida. A primeira foi de Adriano Moreira. A última de António Lobo Antunes. As gravações, disponíveis na página do Centenário, constituem um acervo impressionante de testemunhos, memórias e ideias.

– 100 + 1 ideias para o futuro | Ciência e inovação – Construção de um repositório de ideias para o futuro da universidade e do país. São propostas que olham para o país a partir de diferentes pontos de vista e iluminam possibilidades que tantas vezes ficam na penumbra.

MIGUEL REAL A Universidade pública tem sido secularmente responsável pelo nível e qualidade do conhecimento e do saber em Portugal, responsabilidade repartida, hoje, com universidades, empresas e laboratórios privados. Pensa que historicamente a Universidade cumpriu o seu dever ou, pelo contrário, se constituiu como um obstáculo institucional à difusão e amplificação de novos saberes?



ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA

A universidade portuguesa demorou muito tempo a compreender a importância das estruturas científicas e de uma cultura que, em muitos aspetos, entrava em conflito com uma vida corporativa conservadora e virada para dentro da instituição. O poder político decidiu, nos anos 90, desenvolver estruturas de investigação que se relacionam diretamente com agências governamentais. Foi possível, por esta via, acelerar o desenvolvimento científico em Portugal, mas num sistema em gran-

de parte paralelo às universidades e muito dependente do poder político.

Esta estrutura dual constitui, hoje, um dos principais entraves à renovação das universidades e à sustentabilidade da ciência, sobretudo da investigação fundamental. Chegou o momento histórico de reconstruir um tecido universitário harmonioso, integrando no seu seio as unidades de investigação, contribuindo assim para a produção e difusão de novos saberes.

Hoje, o mais interessante passa-se nas fronteiras e nos cruzamentos. O futuro passa pela convergência entre várias disciplinas, pela interligação entre áreas distintas, pela fertilização mútua entre grupos científicos. Para tal são necessários ambientes que apenas as instituições universitárias, na sua diversidade, podem proporcionar.

MIGUEL REAL Relativamente à quantidade menor de inscrições de estudantes em cursos de Letras, pensa que, por motivos exteriores, a Universidade pode estar a declinar a sua responsabilidade na reprodução social e cultural da Lín-

gua Portuguesa, aceitando passivamente um estreitamento do léxico usado a nível nacional, restringindo a memória literária, a memória história, tornando-se cúmplice de um aligeiramento de nível cultural que inunda a sociedade nesta primeira metade século XXI?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Da mesma maneira que temos de combater o fosso entre a ciência e a universidade, temos de eliminar a divisão entre “ciências” e “humanidades” ou entre investigação fundamental e aplicada. A Universidade só existe se for capaz de acolher e de cultivar estas diferentes disciplinas. É o que fazem as grandes universidades do mundo, que não se vergam aos discursos da moda, ao economicismo dominante, à confusão entre universidades e empresas.

Veja-se, por exemplo, um importante documento da Liga das Universidades Europeias de Investigação (LERU), *What are universities for?* Nele se defende que as universidades devem preocupar-se com a formação de um ambiente cultural e científico propício à inovação, mas que os desenvolvimentos empresariais não fazem parte da sua missão. Os nossos colegas da Liga defendem mesmo que as qualidades tantas vezes apregoadas – empreendedorismo, gestão, liderança, visão, trabalho de grupo, adaptabilidade, etc. – não são características primárias, mas decorrem da capacidade de pensar, de argumentar e de conhecer.

A partir de uma outra perspectiva, é o que nos tem ensinado George Steiner, em particular quando denuncia o buraco negro que se está a criar no centro da estrutura académica europeia. A ciência sem as artes, sem as humanidades, não é nada. É cega. É inútil. Transforma as sociedades do conhecimento em sociedades da ignorância.

MIGUEL REAL Considera saudável a competição entre as universidades públicas e privadas?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Estamos ainda a abandonar, com dificuldade, uma conceção elitista de universidade e a promover a expansão do ensino superior. A estratégia Europa 2020 fixou como meta a existência de 40% de diplomados do ensino superior na faixa etária dos 30 aos 34 anos. Para atingir este objetivo tem de haver uma forte cooperação no país, entre ensino politécnico e universitário, entre escolas públicas e privadas.

Mas devemos combater a ideia de que os diplomas valem todos o mesmo. Não valem. A formação universitária e o título de “dr.” já não asseguram um futuro despreocupado. O que se passa hoje em Portugal, com algumas exceções, é fruto de um desenvolvimento tardio, que nos leva a colocar os nossos filhos em instituições o mais perto possível de casa renunciando a uma verdadeira escolha.

Claro que há razões para esta distorção, a começar

pela excessiva uniformização das instituições. Não há, de facto, programas ou projetos alternativos. Defendo uma diferenciação das instituições. As universidades devem ter uma identidade própria e responder a necessidades distintas, permitindo assim uma escolha mais informada dos estudantes. É por isso que, muitas vezes, os rankings são de duvidosa utilidade. Comparam o que não é comparável. Mas a existência de uma informação segura e rigorosa sobre os cursos, a qualidade e a empregabilidade é absolutamente fundamental.

MIGUEL REAL Ao longo destes últimos 100 anos, foi historicamente visível a ausência de uma classe média de conhecimento, face social visível da criação e consumo culturais. Crê que a Universidade de Lisboa, nos últimos 30 anos, tem vindo a ser um instrumento regenerador desta falha cultural, formando novos criadores e novos públicos, fortemente críticos e exigentes?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Dentro de pouco tempo, cerca de metade da população portuguesa terá frequentado um estabelecimento de ensino superior, ainda que, nalguns casos, para formações de curta duração. Estamos perante uma mudança, rara na nossa história, que altera as instituições e a sua função social e cultural.

Neste sentido, a minha resposta só pode ser positiva. Os portugueses têm hoje um nível de educação, uma proximidade com a cultura e o conhecimento, como nunca tiveram no passado. Mas é evidente que temos ainda um longo caminho a percorrer, que aliás nunca estará concluído, para conseguirmos ir mais longe na formação cultural e crítica dos nossos estudantes.

É a razão que me tem levado a utilizar a metáfora da *criação* para pensar o trabalho universitário, aprofundando e renovando o modelo humboldtiano, de ligação entre a investigação e o ensino, que se tornou dominante ao longo do século XX. Há dois problemas que me parecem centrais para o futuro das universidades.

O primeiro prende-se com a passagem de uma lógica de consumo para uma lógica de criação. O futuro das universidades passa pela criação, obviamente pelo lado da investigação e da ciência, mas também pelo lado da invenção, das artes, da cultura, da participação social. É tempo de avançar um passo mais e de colocar a criação, nas suas mais diversas formas, no centro da vida universitária. Criação cultural. Criação científica. Criação artística. Criação de ideias e programas sociais. Criação que é inovação. Colocar o problema do ponto de vista da criação é abrir as universidades a dimensões que nem sempre têm estado presentes na sua vida.

O segundo diz respeito à reforma dos estudos e à necessidade de colocar o estudo no centro da atividade universi-

As Comemorações arrancaram no dia 11 de outubro de 2010 simbolizando a ligação à República. Escrevi então que a instituição universitária é uma das últimas fronteiras contra a destruição da cultura e do conhecimento, das artes e das humanidades. E disse que era nossa responsabilidade ajudar a recriar a República.

tária. E isto implica uma conceção diferente da pedagogia universitária, que conduza a formas novas de trabalho: o estudo, o estudo acompanhado, a tutoria, a iniciação científica, as novas tecnologias, as redes de aprendizagem, etc. É uma mudança decisiva, apenas esboçada nas nossas universidades, que a Reitora da Universidade de Harvard sintetizou num discurso que intitulou: “We are all teachers and we are all learners”. Eis o que nos permite superar dicotomias entre ensino e investigação, mas também entre ensino e aprendizagem, que têm empobrecido a nossa maneira de pensar o trabalho universitário.

MIGUEL REAL Face à sua experiência como Reitor, continuam os desencontros entre o mundo político e o mundo académico? Aquele não reconhece a especificidade deste, afundando-o com cortes financeiros, segundo a miragem de uma ilusória autonomia financeira? Não deve o Estado possuir uma forte intervenção no sentido de garantir o acesso à Universidade de todos os jovens, independentemente da sua origem económica?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Sim. Esse foi o sonho da República quando criou a Universidade de Lisboa, em 1911: “Um dos primeiros deveres do Estado é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura, quando disso sejam capazes”. Todos sabemos que este sonho só agora, um século mais tarde, se começa a concretizar. Mas todos sabemos, também, que continua a haver uma forte discriminação social no acesso à universidade.

É justo realçar o esforço da sociedade portuguesa, e também dos seus governantes, na criação de condições que permitiram a expansão do ensino superior. Os desencontros entre o mundo político e o mundo académico acontecem, frequentemente, pela forma como as decisões são tomadas neste país. As redes de influência, os contactos pessoais e os grupos de interesse prevalecem, quase sempre, sobre a autonomia das instituições e um relacionamento que não deve ser pessoal mas institucional. A culpa não é apenas do poder político, é também do poder académico que se habituou a este jogo medíocre. Precisamos urgentemente de uma outra cultura, democrática, de isenção e de transparência.

Temos Estado a mais na regulamentação da vida das instituições, na imposição de infernais normas e regras burocráticas, na governamentalização da ciência, na interferência diária no nosso dia a dia. E *temos Estado a menos* na organização da rede do ensino superior, na definição de um “catálogo de cursos”, na garantia da qualidade. Se não conseguirmos alterar esta situação dificilmente teremos uma relação normal entre os responsáveis políticos e as instituições universitárias.

MIGUEL REAL Sente que o Estado não reconhece o grandíssimo papel da Universidade para o desenvolvimento técnico, científico e cultural do país?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Não, julgo que este reconhecimento existe. Mas quando se procura impor uma reforma por via política há a tendência para fazer um diagnóstico muito crítico, criando assim espaço e legitimidade para que os governos “salvem” as instituições. Como historiador da educação conheço bem este processo. Voltou a acontecer com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior: antes do RJIES tudo era mau e os vários ministros, e os seus prosélitos, sucederam-se nas declarações contra o imobilismo das universidades, a gestão danosa das instituições, a incompetência dos reitores, etc.; depois do RJIES, bastaram dois anos para que o inferno se transformasse em paraíso, com as universidades e os seus reitores a serem descritos pelo poder político como pessoas extraordinárias, de grande eficiência, competência e responsabilidade.

Como historiador compreendo bem esta realidade. Como universitário custa-me aceitar a ligeireza dos diagnósticos, críticos ou elogiosos, e a maneira como tanta gente se presta a estas tarefas. É grave porque instaura na sociedade, sobretudo numa sociedade como a portuguesa em que a maioria das pessoas não teve acesso a uma formação superior, um sentimento de grande ambiguidade. Como se as universidades tivessem um grande passado e grande futuro, mas um duvidoso presente.

MIGUEL REAL Como especificaria o lugar e papel da Universidade de Lisboa face à totalidade do ensino universitário português? Caber-lhe-á maiores responsabilidades por ser a grande universidade da capital do país?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Sim. Há diferentes modelos de universidades e é útil que assim seja. Oxford ou Cambridge, para citar apenas dois exemplos emblemáticos, estão fora da capital. Assim acontece, também, com muitas das principais universidades norte-americanas. Mas, num país como Portugal, parece clara a importância de uma grande universidade na capital. É por isso que tanto nos temos batido pela reorganização da rede do ensino superior, juntando e coligando instituições, desde logo em Lisboa. Não é uma questão de tamanho ou de dimensão. Precisamos, sim, de “massa crítica” do ponto de vista humano e financeiro. E precisamos também de reconstituir uma universidade que tenha as dimensões “clássicas” e “técnicas”, reunindo assim a universalidade dos saberes.

As ideias de congregação e de convergência são centrais para pensar hoje o trabalho universitário e, sobretudo, para permitir a emergência de áreas e grupos que trabalhem na fronteira entre várias disciplinas.

Curiosamente, apesar de se continuar a escrever que as universidades não se autorreformam, este programa corajoso de reorganização da rede tem sido promovido no seio das instituições e tem sido bloqueado pelo poder político. Ao longo destes anos todos, o Governo não manifestou qualquer vontade ou interesse em alterar este estado de coisas. Bem pelo contrário, impediu várias iniciativas que a Universidade de Lisboa tomou nessa direção.

Não há uma vontade real de mudança em Portugal. É fácil dizer que é preciso mudar de vida, mas parece que ninguém quer dar o primeiro passo. Neste caso, orgulhamo-nos de ter tido a “coragem dos começos”, para recorrer a Jankélévitch. Porque sabemos que nada se fará sem uma vontade própria das instituições. “De cima”, podemos e devemos criar as condições para que o trabalho conjunto se desenvolva. Mas só a partir “de baixo” ele poderá concretizar-se com sucesso.

MIGUEL REAL Tivemos conhecimento da criação de um novo Centro Académico no antigo centro comercial Caleidoscópio, no Campo Grande. Pode descrever-nos esse projeto?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Sim, é uma das nossas iniciativas com a Câmara Municipal de Lisboa. Estamos a trabalhar numa requalificação da Cidade Universitária, incluindo o Campo Grande. A situação atual é insustentável. O *campus* transformou-se num imenso separador de autoestrada e num parque de estacionamento selvagem. É fundamental que a comunidade universitária perceba a importância deste projeto, e nele colabore. O Caleidoscópio é um dos elementos centrais. Queremos instalar neste edifício um espaço de trabalho e de convívio, de estudo, aberto 24 horas por dia, que permita reanimar a vida associativa e académica.

MIGUEL REAL Pode revelar-nos outros projetos essenciais para o futuro da Universidade de Lisboa?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Ao longo da entrevista falei de duas orientações centrais: a internacionalização e o reforço da investigação científica. Falei também da necessidade de consolidar uma política interna de garantia da qualidade e da importância de uma reforma dos estudos e da pedagogia universitária.

Agora, gostaria de falar de uma iniciativa que tem um grande significado: a valorização dos Museus da Politécnica e do Jardim Botânico. A Universidade possui este património único no coração da cidade de Lisboa, constituído pelos Museus, pelo Jardim, pelo Picadeiro Real, pelo Observatório Astronómico. É preciso devolver este espaço aos cidadãos de Lisboa. É preciso transformá-lo no maior pólo cultural, científico e artístico da cidade.

É um grande projeto para Lisboa e para a Universidade. Ao fazê-lo, estaremos a marcar a relevância do património (da história, do conhecimento) e do modo como ele pode ser posto ao serviço da criação e da contemporaneidade. O coração de Lisboa vai bater de outra maneira.

Mas quero deixar claro que neste projecto, como em todos os outros, o critério principal das minhas decisões

é não hipotecar o futuro das novas gerações, não pôr em causa as possibilidades futuras da Universidade. É fácil fazer obra, adiando para daqui a uns anos o seu pagamento. É fácil, mas é irresponsável. Cada geração deve fazer o melhor possível com os recursos ao seu alcance, sem hipotecar os recursos da geração seguinte.

MIGUEL REAL Existem projetos no âmbito da Lusofonia?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Existem muitos. E precisamos de muitos mais. As relações com o Brasil têm tido um desenvolvimento extraordinário. Com os países africanos, tem sido mais difícil, apesar do interesse mútuo e de uma importante cooperação na área do Direito. Recentemente, têm-se aberto muitas oportunidades de trabalho com os países asiáticos, em particular com a China, através da língua portuguesa. Se não compreendermos que o *Português* é o elemento central da nossa internacionalização nunca deixaremos de ser, apenas, a periferia do *Inglês*.

MIGUEL REAL E pessoalmente, sente-se gratificado pelo seu trabalho? O grande investigador que marcou os estudos de História da Educação nos últimos trinta anos não se queixa?

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA Tenho uma necessidade imensa de silêncio. A minha vida é sobretudo uma biblioteca, com os seus livros infinitos e o seu infinito silêncio. Mas estes tempos têm sido extraordinários. A minha geração nasceu de Abril e tem um sentido agudo de responsabilidade. Este cargo permitiu-me, dentro dos meus limites, dar ao país um pouco do que o país me deu na minha formação académica, na possibilidade de frequentar universidades estrangeiras, no modo como me abriu as portas de um percurso universitário.

Estou eternamente grato à Universidade de Lisboa por ter confiado em mim, por me ter permitido viver o que de outro modo não teria vivido. Sinto que a minha história se alargou, se enriqueceu, com tudo o que foi possível fazer, mas também com a experiência de muitas incapacidades e insucessos. Percebi bem que a vida se contrai ou se expande proporcionalmente à nossa coragem. Conseguimos, muitas vezes, fazer bons diagnósticos e definir boas soluções. Mas falta-nos, frequentemente, uma ética da decisão, a coragem de fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer.

Tenho hoje novos olhares sobre a universidade e sobre a sociedade. É esta é, como diz Proust, a verdadeira viagem da descoberta, que não consiste em encontrar novas paisagens, mas em adquirir novas maneiras de ver e de pensar. Sinto que, quanto mais alto vamos subindo, mais terra vamos avistando, desenhando-se a geografia de tudo o que nos falta ainda percorrer. Só vale a pena assumir responsabilidades de governo de uma universidade se estivermos preparados para enfrentar este dilema e para tentarmos dar resposta às novas exigências e aspirações que surgem, justamente, do nosso próprio progresso. ▽



**Dossiê
Escritor**

A photograph of an elderly man with white hair and glasses, wearing a light blue button-down shirt. He is sitting and looking slightly to the right of the camera with a gentle smile. The background is a blurred indoor setting. A large green diagonal shape is overlaid on the bottom left of the image, containing the title and sub-header text.

Urbano Tavares Rodrigues

COORDENAÇÃO DE ANTÓNIO JOSÉ BORGES

Este Dossiê Escritor do número 3 da Revista *Letras Com Vida* é dedicado a um dos mais importantes escritores da literatura portuguesa do século XX: Urbano Tavares Rodrigues, distinto e profícuo romancista, contista, ensaísta, crítico, cronista e poeta.

Urbano Tavares Rodrigues nasceu em Lisboa, em 1923, mas passou a sua infância e a adolescência no Alentejo, marcando-o para sempre como escritor. Durante a sua vida académica, como professor universitário, jubilado, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e, na altura, de escritor, com responsabilidades sociais que extravasam

a notável aptidão criativa, atravessou momentos de grandes dificuldades, as quais derivaram, também, das posições ideológicas que assumiu. Vive em Lisboa, onde, para além de continuar a escrever e a publicar ficção e poesia, em que deposita os seus grandes temas do amor, o tempo, a morte e os problemas sociais, exerce atividade crítica/ensaística regular na secção da especialidade no site da Fundação Calouste Gulbenkian. É ainda membro efetivo da classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa.

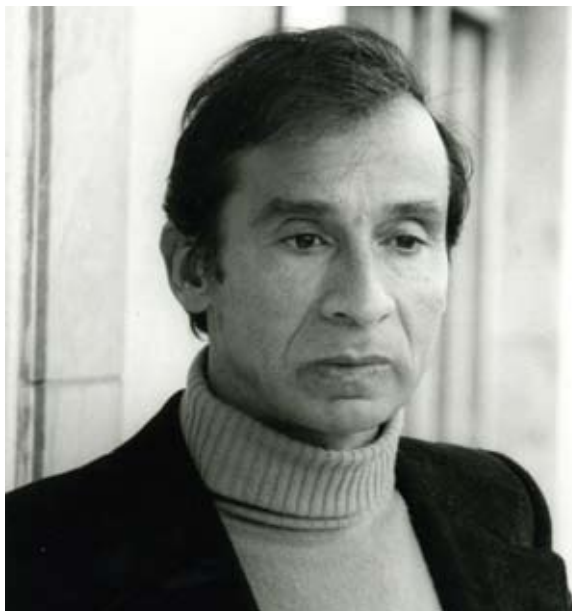
Publicou, até à data, quarenta e cinco livros de ficção, vinte e cinco de ensaio e crítica, não esquecendo os prefá-

cios e organizações, quinze de viagens e crónica e dois de poesia (constatamos mais um no prelo). Alguns destes livros estão traduzidos em quase todas as línguas europeias e mesmo em Árabe e Japonês. A editora D. Quixote está a reeditar a sua obra completa (ficção).

Aliando talento, afetividade e generosidade, Urbano Tavares Rodrigues insere-se na linhagem de escritores do Século XX português que mesclam a palavra poética (e a poesia) com a impetuosa implicação verbal, a fantasia com a expressão do vivido, depositando, não raras vezes com ironia, a sua visão sobre o tempo, dando liberdade ao texto de escrever-se bastante a si próprio.

Não pretendemos evidenciar os mestres de UTR, nem tão pouco os epígonos, porém, relativamente a uma espécie dos primeiros, exerceram influência na sua prosa autores como André Malraux, Sartre, Camus, Aquilino Ribeiro, Raul Brandão ou Manuel Teixeira Gomes* e na sua poesia Octávio Paz, Pessanha, António Nobre, Ruy Belo ou Fernando Pessoa (destacando Álvaro de Campos).

Deste dossiê – constituído também, além dos ensaios sobre UTR, por uma secção de manuscritos éditos e inéditos do autor e fotografias suas – fazem parte, a abrir, um artigo/ensaio de Miguel Real, intitulado *Urbano Tavares Rodrigues – A nova crítica neorrealista*, cuja introdução marca uma assinalável digressão pela história do romance universal, afirmando nomeadamente o UTR existencialista e neorrealista, no sentido de despertar o leitor da opressão do regime do Estado Novo, com indicações das principais temáticas da obra de Urbano, sobre a estética, o estilo e o carácter «comprometido politicamente mas livre literariamente», diria inovador, do nosso autor, sendo que Real não se furta a constantes referências singulares e autoritárias a outros autores que escreveram sobre Urbano; segue-se um ensaio de Eugénio Lisboa, com o singelo e naturalmente frondoso título *Urbano*, onde o ensaísta de novo nos brinda com a sua erudição,



Com 47 anos, um pouco antes do 25 de Abril.



1949, ano do casamento com Maria Judite de Carvalho.

sempre adequada, cirúrgica, fazendo um apreciavelmente sintético voo rasante pelo espírito de toda a obra de Urbano, justificando o carácter criador e generoso do autor; de seguida surge *Revisitação de “Bastardos do Sol” de Urbano Tavares Rodrigues*, da autoria de João de Melo, que, não deixando de estabelecer apropriadas correlações, de aproximação ou não, entre Urbano e os seus contemporâneos, ajustadas alusões históricas, uma exaltação do Urbano inovador e referindo-se ao novo romance português, sobretudo debruça-se sobre “Bastardos do Sol”; no seguimento, Maria Graciete Besse proporciona-nos, com o seu texto *Urbano Tavares Rodrigues entre o horror e a volúpia*, essencialmente uma abordagem do romance “O Supremo Interdito”, abrindo com a epígrafe de Céline que expõe a nossa virgindade tanto do horror como da volúpia, numa essencial divisão entre os tópicos: “O imaginário do mal”, em que tece considerações sobre o tema, “A prática criminosa”, visando ecoar a origem do desvario, da alienação, e “A busca identitária”, uma caracterização da inquietação, narrativa e psicológica, presente no romance, terminando, na “Conclusão”, com a assunção das “preocupações ético-sociais” que Urbano constrói na sua ficção; por fim, a fechar a secção de textos dedicados a Urbano, António José Borges, em *Sonho e Ideologia na Poesia de Urbano Tavares Rodrigues*, consciente de que para Urbano uma cultura harmoniosa nunca pode prescindir da poesia, centra a sua atenção na poesia do autor, vertente não menos importante/reveladora da sua produção literária e que encerra em si os temas essenciais que UTR desenvolveu e desenvolve na sua prosa, numa análise integral da obra

poética publicada, incluindo o livro no prelo: *Horas de Vidro*. Justamente, este Dossiê Escritor tem como objetivo contribuir para a dignidade deste Autor maior da literatura portuguesa; um Autor consciente, iluminado e já seguro no seu lugar entre os nomes cimeiros do panorama da literatura portuguesa do século XX.

* NOTA DO EDITOR: O autor M. Teixeira-Gomes, tendo sido um dos autores mais estudados por Urbano Tavares Rodrigues, será nomeado várias vezes ao longo deste dossiê. Sobre este assunto importa esclarecer que, constatando as diversas formas como o autor aparece referido: Manuel Teixeira Gomes, M. Teixeira-Gomes e até Manuel Teixeira-Gomes, a coordenação editorial decidiu manter as formas escolhidas pelos autores dos respectivos textos, uma vez que o critério de diferenciação não é claro o suficiente para uma uniformização satisfatória.

Urbano Tavares Rodrigues – A nova crítica neorrealista

1. Introdução

Em 1964, no opúsculo *Romance Francês Contemporâneo*, Urbano Tavares Rodrigues, constando o largo leque de tendências animador do romance francês, indica dois grandes vetores culturais que englobariam e sintetizariam a totalidade da produção literária francesa do século XX: romances de tendência “moralista”, como os de A. Gide, *Les Faux Monnayeurs* e *Les Caves du Vatican*, postulando para o leitor uma mensagem de orientação social e existencial, tendo como grandes continuadores A. Malraux, J.-P. Sartre e A. Camus, e *Du Côté de Chez Swann*, de M. Proust, de 1913, romance de reflexão individualista, epicurista, “uma descida íntima, sem curar de receitas para a salvação da humanidade”¹. Verdadeiramente, toda a obra romanesca e ensaística de Urbano Tavares Rodrigues se erige a partir do cruzamento, ou, melhor, da fusão, destas duas tendências narrativas detetadas pelo próprio no romance francês contemporâneo. A primeira tendência, a “moralista”, obedece aos seu impulso de ansiosa procura de uma sociedade fraterna e desembocará, na década de 60, na visão marxista e neorrealista da literatura e da crítica literária, com a qual, partilhando “ideias e projetos”, nunca se identificará plenamente, defendendo uma estética mais aberta e permanentemente atualizada ao nível formal²; a segunda, relevando da descoberta e exploração do homem individual, “em situação”, fez de Urbano Tavares Rodrigues um dos mais influentes autores e críticos literários cujo quadro de análise se inspira em conceitos derivados do existencialismo francês. Dito de outro modo, existencialista com preocupações sociais ou neorrealista com preocupações individuais, eis em síntese a visão estética singularíssima de Urbano Tavares Rodrigues, que nunca se reverá nos existencialistas portugueses (Delfim Santos, António Quadros, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço...), mas também nunca se reverá nos críticos neorrealistas puros (A. Ramos de Almeida, António do Vale/Álvaro Cunhal, Álvaro Salema, Mário Sacramento, Fernando Namora até aos finais da década de 50, António José Saraiva igualmente até aos finais da década de 50).

Ao longo da década de 50, mormente durante a sua estadia em França (Montpellier, 1949 – 1952; Paris, Sorbonne, 1952 – 1955), o jovem Urbano Tavares Rodrigues construiu a sua mansão crítica pessoal, de fundo eminentemente existencialista, que, posteriormente, após o regresso a Portugal, fundirá com uma fortíssima denúncia ficcional e ensaística do regime político do Estado Novo, aproximando-se, tanto na teoria quanto prática social, do neorrealismo marxista. Porém, ainda que marxista, e sobretudo, ainda que neorrealista, a visão estética de Urbano Tavares Rodrigues, de pendor “moralista” no que se refere à mensagem social, torna-se, qualquer que seja a ideologia extraliterária do seus livros, profunda e subversivamente “imoralista” por via da exploração da personalidade das suas personagens, da total ausência de dogmatismo filosófico e de pudor verbal no estabelecimento dos diálogos, na descrição dos sentimentos e dos sentidos e na caracterização das personagens.

A primeira, a influência existencialista, nascida na década de 50 ao longo de uma prolongada estadia em França, bem como da reflexão teórica como assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, da atividade crítica como diretor do jornal literário *Europa* (1957), da atividade como tradutor (especialmente de *Mito de Sísifo*, de A. Camus), da atividade como crítico de teatro (*Noites de Teatro. I e II*, 1960/61) e da sua atividade como crítico literário. Neste sentido, Urbano Tavares Rodrigues evidencia-se, com Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e Augusto Abelaira, um dos primeiros cultores e divulgadores do existencialismo em Portugal. Desde *Porta dos Limites* (1952, os textos de Urbano Tavares Rodrigues são invariavelmente atravessados pelas problemáticas reflexivas próprias do existencialismo filosófico, de que se destacam o ceticismo face às teorias abstratas dominadoras do sentido da História, a interrogação sobre o sentido da vida, a descoberta do corpo vinculada à libertação da mulher, o relevo posto na ação individual, a responsabilidade pessoal, a

¹ Urbano Tavares Rodrigues, *Romance Francês Contemporâneo*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores, 1964, p. 5.

² AA. VV., *Urbano Tavares Rodrigues. 50 Anos de Vida Literária*. Porto: Asa, 1994, p. 5.

³ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, o texto *Vida Romanesca de Teixeira Gomes*, publicado na década de 40 e não mencionado pelo próprio na sua bibliografia oficial, mas também a sua tese de licenciatura, *Manuel Teixeira Gomes. Introdução ao Estudo da sua Obra*. Lisboa: Portugália Editora, 1950; *Teixeira-Gomes e a reação antinaturalista*. Lisboa: Casa do Algarve, 1959, bem como a sua tese de doutoramento, *Teixeira-Gomes e o Discurso do Desejo*. Lisboa: Edições 70, 1983.

⁴ Urbano Tavares Rodrigues, *Manuel Teixeira Gomes. Introdução ao estudo da sua Obra*. ed. cit. p. 37.

culpabilidade face à estagnação social e à pobreza económica, o importantíssimo tema da liberdade, do acaso e do destino, o absoluto nivelamento a todos imposto pela morte, os desencontros individuais, a contradição entre a vida pessoal e os imperativos do todo social, a irrupção dos sentimentos, a ausência de objetivos transcendentais, religiosos, a reproblemática de raiz da História, a fuga à narração de histórias eticamente exemplares, a que a escrita de Urbano Tavares Rodrigues acrescenta a singularíssima descrição da questão da sensualidade e do erotismo.

Em segundo lugar, a partir de finais da década de 50, e sobretudo ao longo da década seguinte, por via do empenhamento social de Urbano Tavares Rodrigues após a malograda candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, a expulsão do autor da Faculdade de Letras de Lisboa e consequente proibição de ensinar, e o exílio para o Brasil de seu irmão, Miguel Urbano Rodrigues, acresce à influência existencialista o testemunho de ambientes e perspetivas romanescas neorrealistas, de que *Bastardos do Sol* (1959) e *Os Insubmissos* são já expressão. Face às obras de Alves Redol e Soeiro P. Gomes da década de 40 e às de Carlos de Oliveira e Fernando Namora na de 50, *Bastardos do Sol* estatui-se como uma nova figuração estética do neorrealismo, acolhendo tanto influências existencialistas como rompendo decisivamente com a moda do “novo romance” de N. Sarraute e M. Butor (Alfredo Margarido, Artur Portela Filho).

Porém, é nossa convicção que o que o tempo futuro vazou em perfeição na sua escrita, combinando harmoniosamente a fruição da vivência do momento com orientação social, não o apreendeu Urbano Tavares Rodrigues nem no Quartier Latin, na década de 50, nem nas manifestações reprimidas do 1º de maio em Lisboa, na década de 60. Verdadeiramente, este duplo modelo estilístico, que se constitui igualmente como duplo modelo de análise literária, pré-existia já em Urbano Tavares Rodrigues antes das suas leituras existencialistas e do seu engajamento neorrealista. Com efeito, Urbano Tavares Rodrigues encontrou este duplo modelo de escrita, com diferente configuração, no autor que mais o influenciou e mais prodigamente estudou: Manuel Teixeira Gomes³. Logo em 1949, escrevia Urbano Tavares Rodrigues sobre a escrita de Manuel Teixeira Gomes: “em constante harmonia o prazer e a beleza (...) são os seus temas essenciais”, acrescentando, e o “desprezo (...) pelos preconceitos [sociais], pelos solenes lugares comuns, pelas composuras reverentes. Compraz-se sempre em salientar o grotesco de certas figuras e situações”⁴. Assim, propondo-se a revisão de histórias (Óscar Lopes e A. José Saraiva) e dicionários (Álvaro Manuel Machado) de literatura, não é impossível que o famoso “erotismo” existencialista de que se compõe os romances de Urbano Tavares Rodrigues possua a sua mais arcaica fonte no individualismo erótico de M. Teixeira-Gomes; do mesmo modo, o fundo cuidado social do autor, muito anterior ao seu empenhamento neorrealista, datará porventura das leituras das novelas e contos de Teixeira-Gomes, sendo já realçado em 1954 em *Présentation de Castro Alves*. Neste sentido, é de destacar a hipótese (nova) de que o existencialismo parisiense da década de 50 e o neorrealismo militante da de 60 apenas tivessem avivado na escrita de Urbano Tavares Rodrigues o que seminalmente lhe era já próprio, a interrogação sobre o corpo e a beleza, a fruição angustiante da liberdade individual, a consciencialização do absurdo da existência face à inevitabilidade nadificante da morte, temas bem caros, sob um léxico decadentista e expressionista, de fundo psicologista, a M. Teixeira-Gomes. Deste modo, é forçoso reverter, nas histórias e dicionários de literatura portuguesa, a consequência em causa ou motivação, ou, dito de outro modo, se Urbano Tavares Rodrigues não tivesse ido para França e neste país não reinasse a doutrina existencialista, porventura os romances e a crítica literária deste autor não teriam sido no essencial alterados, permanecendo idêntica tematização relativa ao indivíduo, à sua liberdade, os seus desejos e os seus labirintos psicológicos e filosóficos, e o idêntico cuidado com a sua alentejana sede de justiça social. Neste sentido, classificar a escrita de Urbano Tavares Rodrigues de existencialista e neorrealista é usar uma terminologia que, verdadeira e conveniente à história e aos dicionários de literatura, retrata com fidelidade os dois traços fundamentais da sua obra desde que se não pretenda, como por ignorância é habitual, retirar a Urbano Tavares Rodrigues o brilho e a mestria pessoais, considerando-se a sua obra como mera aplicadora de uma cartilha filosófica e estética. E de todo não é correto, evidenciando o desconhecimento da gênese da obra de Urbano Tavares Rodrigues, classificar esta como expressão de um “ecletismo estético, de estilo e de gosto”⁵, já que o ecletismo significa indistinção estética de estilo, fusão de múltiplas e indiferenciadas influências, enquanto que toda a escrita de Urbano Tavares Rodrigues, como romancista e crítico literário, submete-se ao duplo crivo de expressão do desejo e

da finitude situacional do homem individual consubstanciados na sua liberdade histórica.

2. Década de 50

Predomina em Urbano Tavares Rodrigues desta década um fortíssimo vínculo ao complexo de ideias francesas entre as duas guerras mundiais focalizado em torno dos grandes temas do absurdo; do encontro/desencontro da vida; da irrisão, da morte e da singularidade individual da existência humana; da revolta, dos limites desta e do seu sentido; do prazer dos sentidos e do seu esgotamento; da necessidade de densificação e dramatização de cada instante da vida (gerando nos seus contos e romances uma nova modalidade de tempo, o tempo concentrado de uma hora ou de uma noite); da angústia da escolha e da responsabilidade universal de cada ato praticado, elevando-o a um plano moral; da necessidade de subversão contínua das estruturas cristalizadas da sociedade, como se se vivesse em revolução permanente; da assunção do erotismo como remissão momentânea do sacrifício culpabilizante da existência normalizada, enfim, o conjunto de temas que solidificavam a visão existencialista do homem, especialmente a retirada das obras de J.-P. Sartre e de A. Camus. Vivendo em França metade da década de 50, constitui-se como normal a influência existencialista no jovem Urbano Tavares Rodrigues, expressa desde logo nas temáticas dos contos da sua primeira obra ficcional, *A Porta dos Limites* (1952), bem como na escolha dos temas de dois dos seus primeiros ensaios: a morte, em *O Tema da Morte na Moderna Poesia Portuguesa*⁵, e o erotismo, em *O Mito de Don Juan e o Don Juanismo em Portugal*⁷, verdadeiramente o grande ensaio crítico original sobre o Don Juanismo na literatura portuguesa, inclinando o autor a sua interpretação para uma versão existencialista de Don Juan, versão, aliás, compartilhada por Joaquim Benite na encenação de *D. Juan*, de Molière (Companhia de Teatro de Almada, 2006). A visão existencialista da crítica literária de Urbano Tavares Rodrigues culmina, em 1960, com a publicação da sua tradução de *O Mito de Sísifo*⁸, de Albert Camus, um dos ensaios que, em francês, e, depois, em português, maior influência filosófica terá exercido sobre a geração literária portuguesa da década de 50. Com efeito, esta geração de prosadores, eminentemente lisboeta (em Coimbra pontificava o nascimento de um “novo” – e derradeiro – neorrealismo sob a pena de Carlos de Oliveira: *Uma Abelha na Chuva* é de 1953; no Porto reinava Agustina Bessa-Luís: *A Sibila* é de 1954), nascida para a literatura na década de 50, integra autores como Urbano Tavares Rodrigues, Luís Francisco Rebelo, Faure da Rosa, Maria Judite de Carvalho, Fernanda Botelho, Augusto Abelaira, David Mourão-Ferreira, Coimbra Martins, Vergílio Ferreira pós-*Mudança*, e Isabel da Nóbrega. Irmana-se esta geração em valorizar estilisticamente a literatura, sem o abandono da denúncia da injustiça económica e social, bem como da ditadura política do Estado Novo. Em síntese, todos estes autores transportavam para os seus livros um combate contra três “muros” ideológicos (*Le Mur* é o título de uma então famosa peça de teatro de Sartre, traduzida por Coimbra Martins): esteticamente, combatiam contra o legado neorrealista puro e duro, centrado na revista *Vértice*, e contra a herança “psicologista” da *presença* do ideal da arte pela arte, desprovido de direto alcance social; social e politicamente, lutavam contra o enquistamento institucional de Portugal, sustentado numa ditadura com mais de duas décadas, que separava o país do progresso europeu pós-II Guerra Mundial.

Vazia de passado, esta geração encontrara nos temas da filosofia existencialista a inspiração ideológico-literária suficiente para prestar coesão ao conteúdo dos seus livros. As referidas problemáticas reflexivas próprias do existencialismo filosófico constituem um conjunto de laços que, na sua unidade narrativa, longinquamente inspirada nos romances de Camus, Sartre e Malraux, perfazem o conteúdo ideológico dos romances desta geração, cujos diálogos testemunham encontros que são desencontros, equilíbrios tensos que são reais desequilíbrios, recalamentos que são aspirações socialmente frustradas, evidenciando uma sociedade que, sob uma aparência calma e ordenada, é, na essência, profundamente neurótica.

Isabel da Nóbrega, Fernanda Botelho, Urbano Tavares Rodrigues, Maria Judite de Carvalho, David Mourão-Ferreira, Augusto Abelaira possuem esse espantoso poder narrativo de retratar suave e ondulante o real (as reuniões, os serões, os jantares, os encontros accidentais), deixando o leitor suspeitar a existência de uma sub-realidade fervente e procelosa, social e moralmente escondida.

O historiador da literatura João Camilo é autor de um artigo cujo título, na sua idealidade, constitui o suco mais puro dos ideais existencialistas contidos nos romances desta “geração de 50”. Citamo-lo porque somos incapazes de encontrar expressão mais verda-

⁵ Manuel de Gusmão, “Para um retrato de Urbano Tavares Rodrigues”, in *Avante*, 14/11/02, apud AA. VV. *Urbano Tavares Rodrigues. 50 Anos de Vida Literária*. ed. cit, p. 49.

⁶ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *O Tema da Morte na Moderna Poesia Portuguesa*. Lisboa: sep. de Graal, n.º 4, 1957.

⁷ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *O Mito de Don Juan e o Don Juanismo em Portugal*. Lisboa: Ática, 1960.

⁸ A. Camus, *O Mito de Sísifo*, (trad. de Urbano Tavares Rodrigues). Lisboa: Livros do Brasil, 1960.

⁹ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *Santiago de Compostela*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1949.

¹⁰ Maria Graciete Besse, *Discursos de Amor e Morte. A Ficção de Urbano Tavares Rodrigues*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 105.

¹¹ Urbano Tavares Rodrigues, *Noites de Teatro, I*. Lisboa: Ática, 1961, p. 13.

¹² Cf. Urbano Tavares Rodrigues, “Prefácio” a *O Teatro de Eugène Ionesco*, trad. Luís de Lima. Lisboa: Minotauro, 1962; “Prefácio” a A. Artaud, *O Teatro e o seu Duplo*, trad. Fiama Hasse Pais Brandão. Lisboa: Minotauro, 1962; cf. igualmente “Prefácio” à peça de teatro de Fiama Hasse Pais Brandão, *Os chapéus de chuva*. Lisboa: Minotauro, 1962.

¹³ Urbano Tavares Rodrigues, *Realismo. Arte de Vanguarda e Nova Cultura*. Porto: Editora Nova Crítica, 1978 [1ª ed.: 1966], pp. 24-25.

deira e mais bela para designar o imenso conjunto de peças de teatro e romances publicados ao longo desta década por autores influenciados pela atmosfera social existencialista francesa (a alemã teve fortes repercussões na filosofia – Delfim Santos, António José Brandão, Cabral de Moncada...): “plenitudes breves e absolutos adiados”. Com efeito, a exaltação da vivência do momento e a entrega empenhada na plenitude do instante são desacompanhadas da existência de um sentido unificador que congrace heroicamente as vidas das personagens (o neorealismo) ou revele, por um ideal estético sagrado, o sentido profundo da vida (o presencismo). Diferentemente, as personagens dos textos de Urbano Tavares Rodrigues das décadas de 50 e 60 são seres tão mais intensos de vida quanto nelas a verdadeira vida pulsa ausente, acontecida algures, e, mesmo, em algumas delas (algumas das personagens femininas), em nenhures, de vida reduzida à “vidinha” e ao cumprimento ordenado dos preconceitos sociais.

A “Geração de 50”, encravada entre as gerações literárias épicas das décadas de 30 e 40 e a geração desconstrutivista da década de 60, anunciada por *Rumor Branco*, de Almeida Faria, *Pregos na Erva*, de Maria Gabriela Llansol, ambos de 1962, e *Os Passos em Volta*, de 1963, de Herberto Helder, pressionada pela emergência do “nouveau roman” francês de Alfredo Margarido e Artur Portela Filho, legou para a História da Literatura três grandes escritores – Vergílio Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues e Augusto Abelaira – e uma obra imortal – *Aparição*, de 1959. Sem a grandeza deste romance, *Viver com os Outros*, de Isabel da Nóbrega, *Calendário Privado*, de Fernanda Botelho, ou dos contos de *A Noite Roxa* e *Vida Perigosa*, de Urbano Tavares Rodrigues, constituem, no entanto, ótimas súmulas da prática estética alimentada pelos ideias existencialistas de uma das gerações que mais fortemente marcou a literatura portuguesa do século XX.

Porém, nesta década de 50, para além dos ensaios e dos contos, evidenciando a unidade estilística da sua escrita, o olhar sensual e a preocupação social que desde sempre alimentavam a escrita de Urbano Tavares Rodrigues exprimem-se também, e fortemente, nos relatos e crónicas de viagens, como a que fez a Santiago de Compostela⁹.

Maria Graciete Besse, em livro dedicado à vertente ficcional de Urbano Tavares Rodrigues, regista que na escrita deste autor “articulam-se variados percursos que correspondem a modulações do confronto do escritor consigo mesmo e com o mundo, traduzindo a experiência agónica de uma época e a indefetível crença num humanismo restaurador da esperança”¹⁰. Com efeito, nota-se na obra ensaística e romancista deste período de Urbano Tavares Rodrigues a primeira característica (“a experiência agónica de uma época”) e menos a segunda (“a crença num humanismo restaurador da esperança”), que fará o seu fortíssimo aparecimento na década de 60. Neste sentido, a década de 50 terá sido, se não nos enganamos, para o ensaísta e crítico Urbano Tavares Rodrigues a década da superação existencial de um nacionalismo limitado, gloriosamente louvado pelo regime do Estado Novo, e a abertura a e convívio com problemáticas literárias e filosóficas que só em segunda mão lhe poderiam ter chegado a Portugal. Não nos admiramos, assim, que, no regresso a Portugal, o jornal literário dirigido por Urbano Tavares Rodrigues se intitule *Europa*.

Regressado a Portugal, a atividade crítica de Urbano Tavares Rodrigues, para além do seu múnus pedagógico na Faculdade de Letras de Lisboa como professor do Curso de Língua e Cultura Portuguesa para estrangeiros e, posteriormente, como assistente de Vitorino Nemésio, faz-se sentir fortemente na crítica teatral, tentando detetar esteticamente seja “o drama do homem perante a existência” (o existencialismo), seja o “drama do homem perante as circunstâncias, ou a sua situação” (o realismo)¹¹, bem como na sua atividade editorial de apresentador e prefaciador de traduções de peças de teatro vinculadas ao “teatro do absurdo”¹².

3. Década de 60

Em *Realismo. Arte de Vanguarda e Nova Cultura*, de 1966, escreve Urbano Tavares Rodrigues que “só um realismo vesgo – e não aquele que desejamos, o de uma nova cultura, de base dialética, mas amplamente aberto à experiência e animado por uma ânsia permanente de progresso formal e convívio estético – enjeitaria o muito que há de válido no Existencialismo, encarado no seu contexto histórico: a sua moral de ação, a apresentação – camuseana ou sartriana – do homem em situação, a negação da essência (resultante dos atos, do seu «existir»)¹³. Com efeito, este parágrafo condensa a visão crítica e a prática literária de Urbano Tavares Rodrigues, ressaltando que ao longo da década de 60, seja nos seus ensaios, seja nos seus romances, o autor atinge um equilíbrio estético harmonioso

entre a vivência de uma “situação” existencial e um horizonte realista social de timbre dialético. No “Prefácio” à segunda edição, publicada doze anos depois, Urbano Tavares Rodrigues confessa permanecer de acordo com aquelas palavras de 1966, reafirmando crer numa “arte livre e revolucionária [o conteúdo] e uma narratologia nova [a forma], mais conforme com as coordenadas deste segundo meio século (avanços da cibernética, modificações das relações humanas em função da tecnologia elétrica e da caducidade cíclica de estatutos sócio-morais (...))”¹⁴. Porém, Urbano Tavares Rodrigues assinala igualmente que “teria hoje [1978] de reforçar aqui e além a minha perspetiva socialista da vida e do futuro, sem prejuízo do compromisso com o real e com a palavra, matéria soberana do discurso literário, veículo do universo representado”¹⁵. Eis aqui, em síntese escrita pelo próprio, a grande diferença entre o Urbano Tavares Rodrigues da década de 60 e o da de 70: o primeiro harmoniza temas existencialistas com temas neorrealistas; o segundo, extinta a censura política em Portugal e realizada a revolução do 25 de Abril de 1974, assume ostensivamente uma escrita figurativamente socialista, dando predominância a uma leitura da história fundada na luta de classes. Neste sentido, Urbano Tavares Rodrigues, distingue criteriosamente o existencialismo, tecido narrativo dos seus primeiros romances, em que recusa ver uma “apologia, involuntária ou desviada do capitalismo”¹⁶, do “nouveau roman”, de M. Butor e N. Sarraute, cuja escrita considera derivar de um mero “virtuosismo técnico”¹⁷, expressão de uma vanguarda que teria arrastado o romance para um impasse dilemático entre o mais direto objectalismo e a assunção labiríntica do “eu”. Neste sentido, Urbano Tavares Rodrigues propõe (em 1966, reafirmado em 1978) uma “nova cultura como síntese de uma nova consciência estética e de uma concepção socialista do mundo e do futuro. Refiro-me a uma arte com historicidade, a um amplo neorrealismo (se quisermos ater-nos a este rótulo) que tenha superado a vã polémica com a chamada vanguarda”, tendo como base principal “a liberdade de criação”¹⁸. Urbano Tavares Rodrigues busca, assim, uma “renovação no círculo do realismo dialético”¹⁹; “a corajosa assunção [na teoria narrativa] de todas as dificuldades e de todas as liberdades”²⁰. É neste sentido, no sentido de um realismo narrativamente ilimitado, na abertura a um novo horizonte estético permanentemente enriquecido pelos avanços sociais, científicos e técnicos, que Urbano Tavares Rodrigues encara a corrente neorrealista do romance português, intentando revigorá-la a partir de meados da década de 60, não hesitando em distingui-la do “realismo socialista”²¹, integrando nela ou nas suas margens autores como Ferreira de Castro e Aquilino Ribeiro, Manuel Mendes e Assis Esperança, mas também autores mais recentes, como Fernanda Botelho, Augusto Abelaira, Almeida Faria... Com efeito, após as teorizações de Mário Sacramento e Alexandre Pinheiro Torres, Urbano Tavares Rodrigues evidencia-se, enquanto crítico literário, como o historiógrafo e o teórico que o neorrealismo necessitava, atualizando-se e abrindo-se a um diálogo plural com as diversas vanguardas e/ou gerações chegadas à literatura após o final dos anos 50.

Em 1969, Urbano Tavares Rodrigues publica *Escritos Temporais*²², onde, em transcrição de uma entrevista, sublinha que “toda a literatura de resistência tomou em dado momento o nome genérico, e por vezes abusivo, de neorrealismo, abrangendo um nítido romantismo protestatário, ainda perto, no romance, dos métodos naturalistas da investigação tipológica, e um verdadeiro realismo dialético, seletivo, demonstrativo e futurante, assente no conhecimento das contradições sociais e no propósito de fazer o inventário do homem português em conexão com os seus diversos extratos geo-económicos”²³. Mais à frente, mantendo-se dono de um espírito comprometido politicamente mas literariamente livre, seu timbre próprio no seio da história da crítica literária e da literatura, Urbano Tavares Rodrigues faz conjugar o empenhamento militante neorrealista de denúncia da exploração económica (conteúdo dos seus textos narrativos) com “a vontade de acertar o passo com as exigências artísticas [a forma], que são, afinal, respostas às novas concepções de espaço e tempo, em suma, à era da velocidade, da técnica, da cisão figural na pintura, etc.”²⁴.

Face a esta posição estética revelada por Urbano Tavares Rodrigues, não causa espanto que releve nos seus romances vertentes existenciais, aparentemente exteriores às problemáticas de empenhamento político. Com efeito, em Urbano Tavares Rodrigues o neorrealismo supera o véu de pudor da habitual e histórica mentalidade moralista comunista sobre a figuração do corpo, bem expresso nos textos de Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e Manuel Tiago, abrindo-se sem vergonhas nem tabus à realidade do sexo e do erotismo, isto é, do desejo, para utilizar uma palavra cara à interpretação do crítico Urbano Tavares Rodrigues sobre o discurso literário de Manuel Teixeira Gomes, que o autor não hesita em designar por “mestre”²⁵. Do mesmo modo, relativamente à forma estrutural das suas

¹⁴ *Ibidem*, pp. 9-10.¹⁵ *Ibidem*, p. 10.¹⁶ *Ibidem*, p. 31.¹⁷ *Ibidem*, p. 32.¹⁸ *Ibidem*, p. 46.¹⁹ *Ibidem*, p. 47.²⁰ *Ibidem*, p. 53.²¹ Urbano Tavares Rodrigues, *Um Novo Olhar sobre o Neorrealismo*. Lisboa: Morais Editores, 1981, p. 14.²² *Escritos Temporais* foi posteriormente integrado no livro de Urbano Tavares Rodrigues, *O Gosto de Ler: Ensaios*. Porto: Editora Nova Crítica, 1980.²³ *Ibidem*, p. 142.²⁴ *Ibidem*, p. 143.²⁵ *Ibidem*, p. 146.

²⁶ G. Bocaccio, *Histórias Eróticas*, trad. de Urbano Tavares Rodrigues. Porto: Inova, 1972.

²⁷ G. Bocaccio, *Decameron*, trad. Urbano Tavares Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 1972.

²⁸ Urbano Tavares Rodrigues, “Apresentação” in AA. VV., *O Problema Racial nos Estados Unidos da América visto por Portugueses*. Lisboa: Estampa, 1968.

²⁹ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *Diário de Ausência. Textos de Presença Ativa*. Lisboa: Bertrand, 1975.

³⁰ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, *Ensaio de Escrever*. Coimbra: Centelha, 1978², pp. 289 – 290.

³¹ Cf. Urbano Tavares Rodrigues, “A Literatura Portuguesa e a Realidade Social”, in *Palavras de Combate*. Lisboa: Seara Nova, 1975, pp. 73–78.

³² *Ibidem*, pp. 79 – 80.

³³ Urbano Tavares Rodrigues, *Ensaio do Após-Abril*. Lisboa: Morais Editores, 1977, p. 13.

³⁴ *Ibidem*, p. 14.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Para uma atualização da obra do autor como crítico literário nas décadas de 80 e 90, cf. Urbano Tavares Rodrigues, *Tradição e Rutura. Ensaio*. Lisboa: Ed. Presença, 1994, e *O Texto sobre o Texto*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

narrativas romanescas, Urbano Tavares Rodrigues abre-se sem tabus ao experimentalismo vanguardista que cada novo romance seu traz, e que, por todos, sirva como exemplo, na década de 60, *Imitação da Felicidade* (1966). Neste sentido, não nos admiramos que Urbano Tavares Rodrigues seja igualmente o tradutor de textos²⁶ e de livros²⁷ de G. Bocaccio, ao mesmo tempo que denuncia o racismo presente na sociedade americana²⁸.

4. Década de 70

Como assinalámos, a década de 70 radicaliza Urbano Tavares Rodrigues. A decadência do regime político do Estado Novo, com mais de 40 anos de existência, a Guerra Colonial, uma repressão ditatorial acéfala, a prisão do próprio Urbano em 1963²⁹ e o espancamento a que foi submetido em 1969, a emigração para a Europa de quase um milhão de portugueses pobres, a Revolução dos Cravos, contribuíram para a radicalização da sociedade portuguesa em duas grandes forças políticas contraditórias, e a escrita de Urbano Tavares Rodrigues do mesmo se sentiu, denotando um militante empenho cívico tendo como horizonte a instauração de uma sociedade socialista. Porém, se esta radicalização se faz sentir fortemente nos seus textos ficcionais (recorde-se *Dissolução*, 1974; *Viamorlência*; 1976; *As Pombas são Vermelhas*, 1977...), Urbano Tavares Rodrigues manteve sempre nos textos de crítica literária uma infinita abertura a outras visões e práticas estéticas, como, por exemplo, o deslumbramento que confessa ter sentido quando leu pela primeira vez, em Paris, em 1976, o livro de R. Barthes, *Fragmentos de um Discurso Amoroso*³⁰. Assim, a radicalização de Urbano Tavares Rodrigues ao nível do ensaio crítico reside menos numa denegação de autores ou na ausência de referência a obras não coniventes com o horizonte político socialista, menos ainda na crítica sectária destas, mas, mais, na redução de toda a literatura portuguesa do século XX à história política, como acontece, por exemplo, no texto “A Literatura Portuguesa e a Realidade Social”³¹, ou na designação *sui generis* do escritor como “trabalhador da palavra”³². Porém, *Ensaio do Após-Abril* revelam um Urbano Tavares Rodrigues crítico da teoria literária de Roland Barthes, autor que confundiria a crise da história total com a “agonia cultural do Ocidente e particularmente da elite francesa (...) divorciada das camadas proletárias, umbilicalmente ligada à Europa rica e egoísta do Euromercado”³³.

Para Urbano Tavares Rodrigues, todo o esforço do escritor assenta na luta contra a linguagem, de que o “formalismo”³⁴, que contém uma “atitude reacionária”, e a escrita “de receita” se constituem como modelos formais do passado. A atitude correta assentaria numa literatura animada de um fulgor futurante, ao nível do conteúdo, necessariamente de pendor socialista e igualitário, mas formalmente enriquecida por novas combinações semânticas e linguísticas, propícias à festa estética da leitura e da escrita literárias, unindo harmoniosamente, no dizer do autor, “comunicação” e “transgressão”³⁵, ou seja, uma escrita assente na transgressão de conteúdos sociais, o que separa definitivamente Urbano Tavares Rodrigues, como crítico literário e como escritor, do uso de técnicas meramente laboratoriais de escrita³⁶.

Falhado o sentido socialista da Revolução dos Cravos, as décadas de 80 e 90 ressuscitaram na escrita do autor a antiga harmonia romanesca entre a descrição da situação existencial e a narração da intriga social, avivadas agora, de um modo muito contundente, por um efeito de denúncia. Escrever tornou-se, para Urbano Tavares Rodrigues, tanto um ato de denúncia das novas mazelas do capitalismo quanto de resistência ao canto de se-reia dos seus ideólogos. É justamente este, parece-nos, o estatuto de *Eterno Efêmero* (2005) e de *Ao Contrário das Ondas* (2006), o primeiro evidenciando a vertente individualista (neo-liberal) do delírio do desejo e o segundo a denúncia das ideias (neo-liberais) cristalizadas no poder do Estado, não raro prosseguidas com forte entusiasmo, em Portugal, por antigos militantes da extrema-esquerda, atualmente os mais entusiasmados neófitos capatazes do neo-liberalismo. ▽

Urbano

Estive quase a dizer que não, quando me pediram um breve testemunho sobre Urbano, para este “dossier” que se junta a tantas e merecidas homenagens que lhe têm sido feitas. É que, tendo recentemente escrito quatro textos de dimensão variada sobre o autor de *A Porta dos Limites*, não gostaria de repetir-me.

NOTA: Por vontade expressa do autor do texto, este artigo não segue as orientações do Novo Acordo Ortográfico.

Urbano, sempre entre nós, cada vez mais, felizmente, entre nós, é um mistério a pedir sondagem. Com para cima de quarenta livros de ficção, vinte e tal de ensaio e dezena e meia de crónica e viagem publicados, Urbano é dono de uma das mais vastas produções literárias ocorridas entre nós, apesar de não ter tido uma vida que facilmente lhe propiciasse. Viver pela pena não é fácil em parte alguma do mundo – e não estou, é claro, a falar dos livros que os supermercados e até as livrarias gostam de promover, com galhardo apoio das televisões... Alguém observou já que escrever é a forma mais dura de se ganhar a vida, com a possível excepção de ganhá-la a lutar com crocodilos. O caso piora substancialmente, se o país é pequeno, a língua, sendo grande, é pouco conhecida e pessimamente valorizada, e o escritor se vê, de repente, banido do ensino universitário, porque o país é inquisitorial, pequeno e mesquinho. Ganhar, primeiro, a vida, como jornalista avulso, e, depois, já tarde no seu percurso, tentar recuperar, com trabalho e obstinação, uma carreira universitária dolorosamente interrompida – não é a melhor forma de agenciar o tempo e a paz de espírito que a congeminação e execução de uma obra em geral recomendam. E, no entanto, improvavelmente, a obra aí está: vasta, profunda, atrevida, variada, sedutora, apontando para várias direcções e seduzindo apetites divergentes. Viver e sobreviver, numa profissão, de si, volátil e, quase sempre, em circunstâncias pouco propiciatórias, beira o milagre. John Steinbeck, falando de uma América de dimensões gigantescas e de um mercado linguístico que os portugueses não sonham, observava que “a profissão de escrever livros faz as corridas de cavalos parecerem um negócio sólido e estável.” Viver da pena, em Portugal, é um exercício de masoquismo aplicado. Urbano fê-lo, durante grande parte da sua vida.

Uma obra com o volume que a de Urbano ocupa, mesmo com o tempo e a disponibilidade que ele não teve, inculca obrigatoriamente uma alta velocidade de escrita. Noel Coward, grande dramaturgo e homem de espírito acutilante, que os “high brow” sentem algum infortuno em reconhecer como um dos “grandes”, afirmava escrever a alta velocidade porque o tédio lhe era nocivo à saúde. Em Urbano, não foi por certo a luta contra o tédio que se constituiu em veloz motor de arranque da sua obra extensa, intensa e diversa. Numa vida agitada e perigosa, o autor de *Uma pedrada no charco* nunca pôde dar-se ao luxo de um tédio que houvesse que combater. O protocolo da sua produção foi outro. Ficcionalista, sobretudo da modalidade curta, dramaturgo, cronista, ensaísta e crítico literário, autor de livros de viagens, Urbano, dissemo-lo algures, “mobiliza os ingredientes da energia, da clareza, do gosto pelo entretenimento, da surpresa, da ousadia, da complexidade – que nem turva a clareza nem é, por esta, diluída – para nos deixar um fresco revelador da nossa época e da nossa condição, com que muito poucos poderão competir.”

Na sua ficção, Urbano bebe largamente na sua experiência pessoal, mas não escreve, necessariamente, romances, contos ou novelas de cariz autobiográfico. A autobiografia não é quase nunca a via mais produtiva e eficaz para se fazer bom uso da experiência pessoal. O protocolo da autobiografia pode tornar-se inibidor: trava, por razões óbvias, a candura e a “abertura” da confissão. Nunca diga “eu”, avisava Wilde a um André

Gide ocasionalmente inclinado à confissão directa e nua. O grande ficcionista revela-se melhor através da máscara e do disfarce. “Uma autobiografia”, disse esse grande romancista de língua inglesa, V. S. Naipaul, “pode distorcer; os factos podem ser arrançados. Mas a ficção nunca mente, revela o escritor na sua totalidade.” Régio ou Gide revelam-se melhor e de modo mais complexo, rico e variado, nos romances que escreveram do que nos diários ou autobiografias que também nos deixaram. “Fingir”, para melhor nos atingir é o protocolo produtivo dos que querem entregar-nos o seu “coeur mis à nu”. Urbano fala algures em “inventar o mundo, em vez de copiá-lo”. É isso que faz o ficcionista verdadeiro.

Na ficção, como no ensaio, ou até na crítica, Urbano nunca teme a clareza. No seu ensaísmo lícido e sensível, sonda os outros, com uma profundidade que não teme o discurso claro. “Gostaria que ele me explicasse a sua explicação”, dizia o escarninho Byron de um crítico que se entregava a contorcionismos arrebicados que fazem muita vista, mas pouco esclarecem. Urbano tenta penetrar a opacidade ocasional dos textos com a luz de uma não-opacidade. Ter que explicar a explicação é uma necessidade frequente mas é também um exercício fútil e razoavelmente idiota. Já Sérgio recomendava: o eclipse do sol é uma obscuridade, mas a explicação científica de um eclipse deve ser uma claridade.

Beber na nossa experiência para chegarmos à descoberta de nós e dos outros é a nobre tarefa de toda a boa literatura: “Penso que toda a glória da escrita reside no facto de nos forçar a sairmos de nós para entrarmos na vida dos outros”, dizia esse grande escritor americano, Sherwood Anderson, talvez o primeiro grande escritor autenticamente americano, isto é, universal. É isto mesmo que faz esta porfiada aventura que é a literatura de Urbano Tavares Rodrigues: sair de um “eu” extremamente rico e complexo (e generoso), para atingir os outros, seus contemporâneos, fraternos ou não, de uma imensa aventura.

Pode pensar-se que a pujança da criação torne o seu autor naturalmente generoso. Balzac, dir-se-á, não tendo a quem invejar, do alto da imensa pirâmide da sua Comédie Humaine, podia bem dar-se ao luxo de estender uma mão generosa ao quase desconhecido Stendhal da Chartreuse de Parme. Foi realmente assim e foi bonito, mas não é necessariamente assim. Ninguém construiu um edifício científico mais portentoso do que Newton e, no entanto, o autor dos Principia era desconfiado, taciturno, mesquinho, egoísta e vingativo. A generosidade não se deduz automaticamente de um poder criador grandioso, abundante, diverso e aplaudido. Mas Urbano é universalmente reconhecido, na nossa praça literária, como um homem amável, sedutor e amplamente generoso. Não é, repito, um corolário da abundância criadora – é uma virtude adicional, que só acrescenta afecto à nossa admiração. Grande criador e generoso e não grande criador logo generoso. Faz a sua diferença. ▼

Revisitação de “Bastardos do Sol” de Urbano Tavares Rodrigues

1. Já por mais de uma vez abordei e desenvolvi o estudo do imaginário alentejano de Urbano Tavares Rodrigues, sobretudo para assinalar o compromisso social com o Alentejo do latifúndio, a afetividade com o povo e a linguagem poética da narrativa, a propósito da relação do escritor com essa terra da sua infância e da sua juventude. Nessas minhas abordagens, o que havia de mais significativamente constatável, ao nível da expressão, era não só a ruralidade do tema em si mesmo, mas também o caráter local de uma escrita literariamente formada e afirmada noutras geografias do autor (onde Lisboa exerce uma grande supremacia). Como se sabe, a ficção de Urbano Tavares Rodrigues é essencialmente cidadina, muito marcada pelo viver quotidiano do povo e eivada de um fluxo literário que levou Óscar Lopes a afirmar que a sua obra, globalmente vista à luz do devir português das últimas décadas, acabava por constituir-se numa espécie de “baixo-relevo” do país, da nossa vida coletiva e do processo social e político contemporâneo.

Sublinhava eu que o tema do Alentejo sugeriu sempre ao escritor uma poética, um lirismo narrativo que não é de todo associável à sua outra vertente temática, bem mais pautada pela denúncia do sistema português, pelo combate político contra a Ditadura e pela experiência existencialista da própria literatura. Foi sobremaneira nos seus numerosos livros de contos que ele manteve e cultivou com o Alentejo uma poética de paisagem, de humanidade e até de expressão sentimental. Sabido é também que, no cômputo geral da sua obra de ficção, a categoria narrativa do romance não prevalece sobre a novela ou o conto. Pelo contrário. Por isso mesmo, considero que o romance de que passo a ocupar-me (em revisitação crítica, aliás) constitui uma exceção dentro do universo da sua ficção. Também é um facto que o texto de “Bastardos do Sol”, além de não problematizar o género romanesco (trata-se inequivocamente de um romance, e não de uma novela mais extensa, dado o nível de complexidade da narrativa), não alinha especialmente com a tal poética da paisagem humana do Alentejo, muito presente nos seus contos e novelas. A ação narrativa incide em cheio sobre uma casta social que, noutros textos seus, constituía mais uma matéria de fundo do que o espaço do protagonista ou do herói. Eis-nos perante uma história de amores violentos e contrariados, de amores reprimidos pela grande burguesia agrária ou latifundiária; uma história de crime e castigo (e de uma malvadez algo instintiva) às mãos da tirania social alentejana; um romance de vinganças e crueldades inscritas no tempo, no espaço e numa espécie de unidade espaço-tempo da ação proposta ao juízo crítico do leitor.

2. Em 1959, ano da publicação de “Bastardos do Sol”, o nome de Urbano Tavares Rodrigues é já unanimemente reconhecido pela crítica da época como um dos mais talentosos ficcionistas da sua geração. Atestavam-no não só as quatro obras de ficção até então publicadas (e às quais, ainda nesse mesmo ano, se juntaria um sexto título, “As Aves da Madrugada”), mas sobretudo a expectativa por ele criada sobre a viragem do movimento literário da época para uma via de compromisso com um novo realismo citadino (estético, ideológico, ficcional) e com um neorealismo secundário, de cariz não fabril nem campesino (um tanto ao arrepio do que já era canónico na altura e que veio depois a impor-se ainda mais). Nesse tempo, em que se mantinha aceso o debate sobre os destinos próximos do romance português (questão suscitada década após década pelos teóricos e militantes neorealistas), “Bastardos do Sol” veio fornecer argumentos simultaneamente a favor e contra a assunção da nova técnica romanesca. No ponto em que o seu ideário retoma alguns dos princípios ideológicos do chamado “realismo socialista”, também se pode considerar que o romance acaba por inscrever-se no quadro programático, estabelecido pelos teóricos do Neorealismo e pelos ficcionistas mais ativos nos anos 40, 50

e seguintes. Tomando a sociedade operária e camponesa como cenário material, esses escritores elegem a figura do povo para herói coletivo, problematizam o mundo rural e fabril pelas relações de produção e de trabalho, e conferem-lhe a base que determina a superestrutura social, política e ideológica do regime. Mas, como a ação deste romance se desloca ao encontro de outros paradigmas da hierarquia social (no caso, os elementos da burguesia agrária), fica-se perante uma obra de viragem no interior dos neorealismos mais epocais, a qual prepara o advento de um existencialismo filosófico, muito caro aliás ao jovem Urbano Tavares Rodrigues daquela primeira fase literária.

A década de 50 é um marco indissociável de toda a dialética que agita o pensamento crítico da época, como já o tinham sido os anos que a precederam. O chamado “Neorealismo da primeira fase” (para utilizar a designação de Alexandre Pinheiro Torres num seu estudo justamente celebrado) constitui-se num quadro relativamente fixo ou estabelecido. Experimentavam-se então novas interrogações estéticas e temáticas. O peso crescente do mundo citadino exigia que o romance fosse também, ele mesmo, um instrumento de realização da modernidade. A nova conceção teórica tem tudo a ver com a consciência política que começa a concentrar-se nas cidades. O crescimento das futuras metrópoles levaria à rutura com todos os bairrismos, à experiência de novas sensibilidades e a uma estratificação social que exigia da cultura outros apelos e compromissos. A França (sempre ela) comandava o modelo à distância. Um novo humanismo (existencialista) surgia como representação do pensamento do Homem. E o nome de Jean-Paul Sartre – filósofo, também romancista e dramaturgo – tornava-se na principal referência ocidental dos anos 60.

Sob esse e outros pontos de vista (regressando agora à atualidade portuguesa), o ano de 1958 (imediatamente anterior à publicação deste romance, mas coetâneo da sua escrita) é porventura significativo de duas tensões: por um lado, o “regionalismo” de Aquilino Ribeiro, com a sua muito peculiar verve literária, deixa-nos em “Quando os Lobos Uivam” e “O Malhadinhas” exemplos pícaros magistralmente conseguidos, talvez mesmo os mais notáveis de toda a novelística aquiliniana; por outro, é ainda nesse ano que se publicam os romances “A Barca dos Sete Lemes”, de Alves Redol, e “Seara de Vento”, de Manuel da Fonseca, talvez os escritores mais representativos dos dois Neorealismos; no terceiro vértice do triângulo surgem duas obras que escapam à estética e ao pensamento dessa corrente – são elas “O Anjo Ancorado”, de José Cardoso Pires, e “Léah e Outras Histórias”, de José Rodrigues Miguéis. Deixam para trás uma ficção premeditada, canónica, ortodoxamente neorealista, à qual Urbano Tavares Rodrigues jamais pertencerá. Data dessa altura o início da reescrita progressiva que Carlos de Oliveira fará dos seus livros, até atingir, num tempo de nova criação discursiva, a mineralização estilística que viria a fazer de “Finisterra” um livro de vanguarda. Essa sua “nova” escrita e a superior intemporalidade da narrativa coincidem já com uma total e definitiva superação do Neorealismo entre nós.

No plano da vicissitude puramente política, 1958 é um ano crucial para a realidade portuguesa. No pressuposto de que “Bastardos do Sol” tenha colhido algumas das suas motivações nesse tempo de escrita, não é sem propósito que se fará a chamada à onda de choque que abalou o regime, para de seguida o obrigar a fechar ainda mais a fenda do monolitismo ideológico. Refiro-me à campanha eleitoral para a presidência da República, na qual a candidatura de Humberto Delgado aglutina o apoio unitário de toda a Oposição. A seguir à fraude eleitoral, que impediu a investidura do General Sem Medo no cargo para que fora eleito pelo povo, ocorreu a grande manigância do Salazarismo, ao substituir o sufrágio universal pelo chamado “colégio eleitoral”. E ponto final parágrafo na última instância democrática de um regime que nunca o fora.

Para quê insistir nas contingências do tempo político desse ano, perguntar-se-á, se afinal o romance só é publicado em 1959? Respondo: a minha preocupação de o situar no contexto histórico assenta não no propósito de o datar, mas de inferir da sua leitura o ambiente psicológico em que a obra possa ser inserida. Passemos então em revista o ano cultural e social da sua publicação (1959). No limite de uma década e no limiar de outra, está-se num movimento particularmente feroz da ditadura salazarista. Uma das consequências da eleição frustrada de Delgado é, no plano das instituições, a reforma constitucional, como disse. No concreto do jogo político, ocorrem o exílio do general e do bispo do Porto, o endurecimento da Censura, a repressão da polícia política e uma crescente exploração capitalista e fundiária. A vaga de prisões então encetada sofre apenas o revés de evasões prisionais importantes, ocorridas no Forte de Peniche. A nível internacional, deposto o ditador Batista, inicia-se a revolução cubana, da qual resultará uma radicaliza-

ção sem precedentes na política internacional dos dois blocos.

Não se pode abstrair de tudo isto a intuição do fenómeno literário e cultural, sabendo nós que todos esses eventos atravessam a inquietação e a esperança dos escritores portugueses, também eles opositores ao regime. A década de 50 merece ser citada sob outro propósito: lembrar o que não aconteceu “ainda”, à data da publicação deste romance – e daí portanto a mundividência que ele não podia refletir. Primeiro que tudo, o problema colonial. Ao Portugal de então só no limiar da década seguinte se depara a consciência política de uma realidade “imperial” (aliás, de um “colonialismo sem Império”, como diria anos depois Eduardo Lourenço). Para esse advento político contribuem tanto os eventos de natureza externa (independência do Congo Belga e da Argélia e consequente pressão exógena de um novo fenómeno europeu), como os acontecimentos de 1961, com os quais se envolverá finalmente a consciência da nação: o início da luta armada em Angola, a revolta de Beja (no propósito de derrubar a Ditadura), o assalto e o sequestro do navio Santa Maria (como chamada de atenção do mundo para a subsistência do fascismo em Portugal) e a tomada, pela União Indiana, dos territórios de Goa, Damão e Diu - no que veio a ser uma das mais grosseiras encenações de um regime isolado, apenas apoiado pela O.T.A.N., e logo a seguir escorado num Pacto Ibérico com o regime militar de Franco. Paralelamente, decorre o envolvimento americano em Cuba e noutros países latino-americanos (o fomento das “repúblicas das bananas”). Um pouco mais tarde, a sangrenta guerra do Vietname. O que não tinha acontecido ainda: o trauma, a infinita história dos logros, o clamor da nossa “defesa do Ultramar”, uma guerra que levou às três frentes de África uma geração inteira de portugueses. Não existindo a ingloria guerra colonial, também a emigração clandestina não assumira proporções dilemáticas (nalguns casos, mais do que de uma fuga à miséria e ao desemprego, ela alimentava-se do número crescente de refratários e desertores). Por outro lado, o afluxo às cidades, em especial a Lisboa, da gente do campo traz consigo um conjunto de fenómenos sociologicamente novos, inclusive porque desfigura os cenários da realidade urbana. Encorajados pela “vitória” de Américo Thomaz na eleição presidencial e pela garantia da não repetição de qualquer sobressalto semelhante às proezas de Delgado, os donos do regime propalam o milagre da “estabilidade” política e social. O Alentejo torna-se no celeiro do país e no paraíso dos agrários; Portugal, num céu aberto ao capitalismo internacional.

O que de significativo ocorre entre nós, nesse ano de 1959, no capítulo da literatura portuguesa? Ocorre que Vergílio Ferreira consagra em “Aparição” o modelo de uma nova corrente, a do romance filosófico existencialista. Augusto Abelaira, em “A Cidade das Flores” (com ação em Florença, para despistar a Censura), inaugura entre nós uma alegoria política que passa pelo fingimento geográfico, numa estratégia que será retomada pela maioria dos escritores portugueses: escrever para a Censura “não ler” era codificar a escrita em termos da sua representação simbólica. E Alves Redol, com “Uma Fenda na Muralha”, prossegue a sua obra combativa, livro após livro, à proa e à prova de todos os neorealismos europeus.

Uma amostragem da nossa produção literária imediatamente anterior e posterior a “Bastardos do Sol” leva inequivocamente à afirmação de que, nesse virar da década, são notórias as tensões temáticas, estéticas e doutrinárias na literatura portuguesa. A mesma tensão, vamos nós detetá-la no romance em análise. Vejamos em que medida nele se exprime uma trabalhosa tensão entre Neorealismo e Existencialismo; ou que elementos, de um e de outro, nele coexistem; e que opção de escolha o impõe como obra ímpar e o coloca no desenvolvimento natural de toda a escrita do seu autor.

3. “Bastardos do Sol” é uma obra de leitura exigente, cujo enredo assume uma propositada ambiguidade entre o tempo de acontecido e o do narrado. Aparentemente, a intriga do livro resumir-se-ia a um episódio de amores contrariados, sobre os quais é exercida uma vingança trágica: a castração física de um indivíduo (Delfino, o amante de Irisalva) pelo irmão desta, Arménio. Digo “aparentemente” porque, na verdade, emergindo de um fundo não linear nem convencional, pode muito bem ser outra a exegese intencional da narrativa. Tendo por base um episódio inusual, o romance acaba por centrar-se na pesquisa psicológica de quatro agentes que têm, a ligá-los, uma relação social comum. São os filhos da burguesia agrária alentejana. Para além da posse material da terra, participam de um ideal de dominação ou emprestam-lhe uma empatia que não consente renúncia a qualquer privilégio social. Mesmo a sofrida, vexada e palustre Irisalva, até ao dia da sua libertação do jugo machista que lhe é imposto pela crueldade do irmão, não hesita em

sugerir-lhe as partilhas dos bens herdado dos pais. O que todavia a separa da mentalidade inquinada dos outros é o facto de ser a vítima espiritual das suas cumplicidades. Na verdade, só uma extrema solidão a leva a deslocar os seus afetos para a segunda dimensão humana de quantos, nos seus mundos obscuros e distantes, protagonizam a penumbra, a dor, a pobreza e as exigências da justiça social.

As projeções psicológicas, atravessando a suas páginas, acabam por passar para dentro de nós. “Bastardos do Sol” reclama a condição do livro que não pode, não deve ser efemeramente lido, sem que nos tenhamos disposto primeiro a vivê-lo. A relação quadrangular (ou apenas triangular) nele estabelecida não é senão o cenário visível de um imenso bastidor: a história difusa de um povo (o alentejano) cuja tragédia ecoa em fundo, no inconsciente das personagens do romance. Outra possível estranheza do leitor, à medida que se desenrola o enredo desta história de ódio e amor: a disjunção entre a cronologia do acontecido e o tempo do narrado, ou vice-versa. O livro começa por uma alusão ao quotidiano de Irisalva, na cena em que o seu olhar fatigado vê consumir-se no cinzeiro, pelas chamas, uma derradeira carta de amor que lhe é dirigida - quando, do outro lado da casa, Arménio a chama e exige: “*Então esse jantar é para hoje ou para amanhã?*”. Esta “subtileza” coloca-nos logo perante o mote de toda a obra. Fica-se com a noção da fragilidade de Irisalva, ao passo que Arménio, o irmão, nos é descrito “*na sua voz intimídativa e forte, na quadratura taurina do busto, no olhar de uma obscura e arrogante vitalidade, até na grenha silvestre que lhe nascia, quase grotesca, a meio da testa*”. Partindo deste “flash” caracterizador, a história de ambos é recuperada para o presente pela revelação cognitiva do passado próximo de ambos. No decurso desse recuo (centrado ora na mente de Irisalva, ora na de Arménio), decorre o que designamos por analepse narrativa, ao longo da qual o leitor entra em relação com os factos e os eventos da desgraça de uma mulher. O tempo presente só volta a coincidir com o segundo momento da ação, a partir do capítulo II. Significativamente, Irisalva é posta a despertar de um sonho (ou pesadelo) de gongos chineses ou malaios, no que não é difícil adivinhar uma síntese entre a realidade e a evasão. Então, decide ir-se embora para sempre, rumo a Lisboa. Deixará o irmão entregue a um misto de remorso e de impunidade e aproximar-se-á do seu próprio destino. A fuga para Lisboa, enquadrada no dilema da rutura e da libertação, traduz-se na descoberta ou autorrevelação do destino de Irisalva.

Tocada pelo arrebatamento da paixão, caíra nos braços de Delfino, estudante falhado, filho-família, “dandy” das estevas e do restolho, e oferecera-lhe a sua virgindade. Esse amor impetuoso em breve se dissolverá num confuso pretexto: a relação ambígua de Delfino com Milde (a inimiga), sob a suspeita de ambivalência e esta a servir de biombo aos devaneios amorosos. Delfino perdurará na vida e no coração de Irisalva como um despojo, no amarelecer de um retrato escondido - ao passo que a existência a condena ao limbo, com vozes de delírio que apontam à loucura próxima. Perdida da vontade de estar viva, remete-se à cama e à inocência, numa expiação de culpa sem remédio, vazia, em posição fetal, à espera da morte. Posto ao corrente da “honra ofendida” da irmã, Arménio não faz mais do que obedecer ao apelo da sua própria natureza: vingar Irisalva. Apanha Delfino numa armadilha, castra-o a sangue-frio e repõe o bom nome da família. Contando com as cumplicidades de Ventura e do compadre Chamorro (um latifundiário que manda na Lei, na Guarda Republicana e no presidente da Câmara) e de outros brigões, giza o plano do ajuste de contas com o inimigo. Insidiosamente desarmado pelos cúmplices de Arménio, Delfino ainda tenta resistir à agressão, num ar de marialvismo que mais acicata o ódio do outro, que o empalidece, que o cega de raiva punitiva. O resultado dessa briga é a “ceifa”, à navalhada, dos órgãos genitais de Delfino. Daí para diante, sofrendo da maldição dos eunucos, não mais será visto por ali. Suspeita-se que se suicidou afogando-se no rio. A pena atribuída pela Justiça ao castrador (que passeara pela vila o seu sombrio troféu dependurado do jipe) consistirá numa prisão heroica aos olhos desagradados do mundo. Os bons ofícios do compadre Chamorro conseguirão reduzi-la para metade, pelo que a breve trecho o veterinário Arménio, irmão de Irisalva, será posto em regime de liberdade condicional. Mas o regresso a casa separa de vez os dois irmãos. Viverão sob o mesmo teto, longe um do outro como se “do outro lado do mundo”. A rebelião de Irisalva e a posterior fuga para Lisboa, de comboio, levam-na a todas as interrogações: que fará numa cidade estranha, se nunca tivera ofício e não passava de “*uma pobre ignorante, com os seus bordados, as suas boas maneiras provincianas, as suas luzes de Francês, a lembrança de uma dúzia de romances que lera?*”

A vicissitude de Irisalva não é senão o miradouro de onde se descobre a paisagem, o

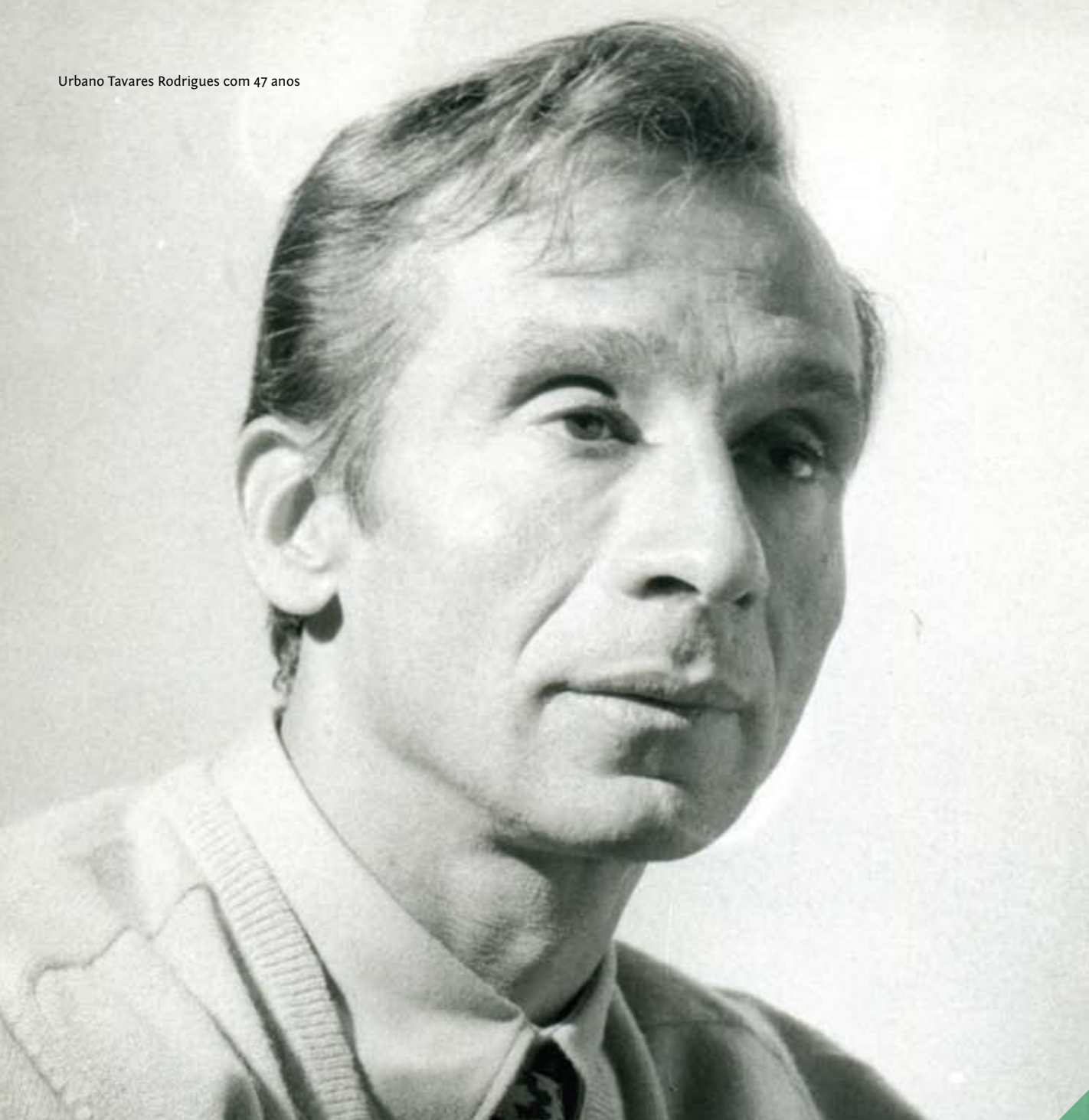
fluir e refluir do contencioso humano que os narradores deixam, propositadamente, nessa penumbra de bastidores, para que precisamente ele possa apelar à leitura dos motivos segundos que povoam o romance. Sem essa constelação, “Bastardos do Sol” teria todos os ingredientes de um “romance-de-cego” da nossa tradição oral: apela ao trágico, fornece o desfecho feliz daquelas histórias que fazem o gosto e apaziguam a propensão mórbida para o sinistro e para o definitivo. A organização dos ingredientes, servida por uma técnica narrativa notável, coloca Urbano Tavares Rodrigues entre os mestres da nossa ficção romanesca contemporânea.

Por último, não parece difícil (nem demasiado “arqueológico”, presumo) recuperar para um plano de primeira leitura o fundo deste linóleo em que se colora o real social alentejano. Está-se no tempo em que ainda se dança o cançã (Milde é, no romance, a sugestão dessa embriaguez mundana) e no tempo das filarmónicas perdidas. Os anos 50 vivem da intriga das janeliras de Safara, dos ranchos de pedintes que demandam os pátios andaluzes, onde moram os ricos, e que ficam “*horas a fio à espera, o sol a escaldar, as mulheres velhas, e novas também, mas já sem idade, os chapéus pretos e esburacados enterrados pela cabeça abaixo, as mãos crispadas nas taleiguinbas ou nas alcofas vazias*”. É o tempo dos pastores, dos almocreves perdidos pelos caminhos, das ranchadas numerosas dos pobres e da sua morte miúda (“*Não tenha pena do meu filho, menina Irisalva: dos pobres não se tem pena, dos ricos sim, que sempre têm alguma coisa a perder*”). O tempo em que “*abalavam para os campos as quadrilbas das mondas*” e de quando os manajeiros arremetem e pousam a manápula no pescoço das suas vítimas sexuais. O tempo em que o latifundiário experimenta a monda química, com a sua avioneta, e o faz desastrosamente: mata as perdizes, faz murchar as oliveiras. No horizonte, sempre o projeto de uma nova barragem, a qual soterrará casas e campos. Ao pé da porta, a ironia dos pobres acerca de si mesmos: “*quando um pobre tem sete filhos, o último é lobisomem*”, uma frase que, melhor do que qualquer parágrafo enumerativo, caracteriza o pequeno pegureiro com cujo destino se cruza brevemente o itinerário de Irisalva.

São muitas as virtudes deste texto poroso, feito de uma cristalina transparência. O traço pictórico. A linguagem adjetivada, rica, polifónica. Os diferentes registos da língua portuguesa, que oscila entre a oratura solene e o regionalismo limpo, adequado. A manipulação dos diferentes discursos (incluindo o indireto livre). A capacidade quase cirúrgica da caracterização física e psicológica. O mundo interior de Irisalva, que transparece da evocação dos seus delírios e pesadelos. Os fantasmas deslizam nos sonhos, tanto quanto os seres que passam, atravessam mas não mudam a vida. A sua visão dos outros é quase sempre fugaz, mas escrupulosamente fotográfica: “*e que impressão lhe causara aquela cara de açafior, branda, quase meiga, um pouco achinesada! Era a boca negra, apodrecida, contrastando com as feições miúdas, eram sobretudo as patilbas de chibarro, ralas, que lhe desfiguravam o oval perfeito do rosto e lhe davam aquele ar encardido e fraco, suspeito ...*”

“Bastardos do Sol” é um romance que não abdica da denúncia social (inscrita, desde sempre, em toda a obra do autor). Centra-se na dignificação da mulher portuguesa, eleva a plenitude feminina à categoria mítica e simbólica das sociedades livres. Mas não se esconde do Alentejo real de quantos ali clamaram pela voz da terra, pela moral do mundo, pela palavra livre, pela humanização de um triste tempo português. ▀

Urbano Tavares Rodrigues com 47 anos



Baile Universitário no Instituto Superior Técnico, 2 de Julho de 1945



Com Óscar Lopes (à sua direita)



1997, Maputo, com Hélder Macedo, José Saramago e Alice Machado



Com José Manuel Mendes (APE) e Jorge Sampaio



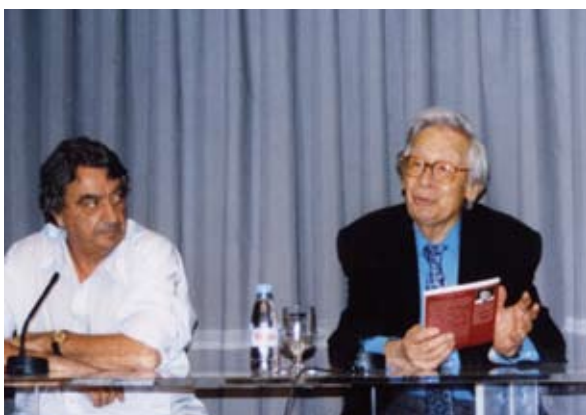
Com a filha Isabel



Com o Primeiro Ministro de Portugal, à data, Eng.º António Guterres



No Doutoramento de Maria Lourdes Câncio Martins



Com Hélder Costa na Casa Museu da Resistência, evocando episódios de luta



1ª Feira do Livro de Casablanca (da esquerda para a direita: Eugénio Lisboa, Casimiro de Brito, Adalberto Alves e Ana Maria)

1978, Lisboa, Teatro da Trindade com Isabel de Castro e Mariana Vilar



Com a sua tradutora para o Romeno, Micaela Ghitescu, e o poeta António Osório em Frankfurt, na Feira do Livro (1994)



Com Marie-Hélène Pivnik e Eduardo Lourenço, em Paris

Urbano Tavares Rodrigues entre o horror e a volúpia

On est puceau de l'Horreur comme on est puceau de la Volupté.
Céline, *Voyage au Bout de la Nuit*

O Amor, a Morte e o sentido da Liberdade surgem como constantes fundamentais do universo ficcional de Urbano Tavares Rodrigues. Com efeito, grande parte da sua obra narrativa, iniciada em 1952 com a publicação do livro de novelas *A Porta dos Limites*, tem sido marcada pelo investimento do desejo que remete para um mundo de intensidades, caracterizado pela tensão ontológica, atitude mental ou pura motivação sexual, quase sempre associadas à ética da dignidade, à experiência da libertação e a uma profunda curiosidade pelos comportamentos humanos. Num clima cultural fortemente alimentado pela oposição ao salazarismo, as primeiras obras do escritor interrogam as relações humanas e os seus dramas, inscrevendo-se numa postura que celebra a liberdade de pensamento num equilíbrio muitas vezes precário entre a solidão e a solidariedade. Próximo dos existencialistas, em particular de Albert Camus com quem conviveu em Paris, Urbano desenvolve, desde as suas primeiras narrativas, a ideia de que cada ser humano cria a sua própria natureza através das experiências e das escolhas efetuadas. Temas como a responsabilidade individual, a liberdade, o absurdo da vida, o bem e o mal, ou ainda o amor com as suas inevitáveis contradições, impõem-se ao longo do seu itinerário ficcional, associados a uma grande capacidade de criar atmosferas alimentadas pela adesão visual ao espaço e uma forte tendência para a metaforização de tonalidade lírica. A vivência cosmopolita e a busca de um sentido para a vida alargam-se progressivamente a uma temática fundada sobre a denúncia da alienação burguesa e a apreensão desencantada pós-revolucionária onde a dimensão telúrica alterna com o onírico e o fantástico para traduzir um universo sulcado por veios trágicos que interrogam obsessivamente os sentimentos, a solidão e as dúvidas em que se movem os seres humanos, partilhados entre a esperança e a desilusão. Numa fase mais recente da obra, identificamos um certo fascínio do escritor pelo universo do mal, que culmina em *O Supremo Interdito*¹, romance pontuado por um imaginário onde se identificam os ecos celinianos da abjeção, em que o sexo e a morte ocupam, como sempre, um lugar de relevo, de par com uma náusea, que nada tem de metafísico, perante a perda dos valores éticos numa sociedade em estado avançado de deliquescência.

O imaginário do mal

As figuras do mal interessam desde sempre a filosofia e habitam o imaginário de muitos escritores, podendo constituir, tal como afirma Ernesto Sabato², a exploração central de um certo romance contemporâneo cuja coerência é muitas vezes construída em torno do crime abominável nunca totalmente esclarecido.

Em *O Supremo Interdito*, publicado em 2000, Urbano Tavares Rodrigues equaciona de forma singular o tema da morte, através da figura ambígua de um assassino em série que mata prostitutas, sem que a polícia consiga encontrar provas concretas, suscetíveis de o incriminar. Chamado Alcino Romeu Carrasco, o criminoso cujo nome já indicia a dicotomia amor/morte, é um antigo seminarista que conheceu as atrocidades da guerra colonial,

¹ Urbano Tavares Rodrigues, *O Supremo Interdito*. Lisboa: Pub. Europa-América, 2000.

² Ernesto Sabato, *El Escritor y sus fantasmas*. Barcelona: Seix Barral, 1997, p.184.

³ Julia Kristeva, *Pouvoirs de l'horreur*. Paris: Seuil, 1980, p. 11-12.

foi agente da Pide durante alguns anos, revelando-se como um homem complexo que faz a aprendizagem da duplicidade e acaba por se suicidar. O seu destino sinistro é narrado de maneira fragmentária, ora na primeira pessoa, através de uma autoanálise ditada para um gravador, entre o nojo e o “gozo” (p.185), ora na terceira pessoa, graças à presença de um narrador atento que dá voz a certas personagens alheias à história, bem como ao discurso de alguns relatórios da investigação levada a cabo pela Polícia Judiciária. A narrativa organiza-se assim duplamente em torno da consciência do criminoso e de um certo número de informações exteriores, de modo a pôr em evidência o sistema de implicações de que se compõe a análise psicológica, ao mesmo tempo que encena processos de rememoração fantasmática alimentada pelos numerosos sonhos-pesadelos do anti-herói cujo percurso é pontuado pela atenta observação da morte:

Adorava funerais desde pequeno: o cheiro das flores, os rostos afetuosamente compungidos, o calor das faces molhadas de lágrimas, as anedotas que as pessoas crescidas contavam nos corredores, baixinho, engolindo as risadas. Aproximava-se quase sempre do esquife e tentava ver a face amarela do cadáver, quando aqueles senhores vestidos de escuro, que tinham sido amigos do defunto, vinham soerguer, para a última despedida, o lenço branco que esse rosto cobria. (p.15)

Cada anotação sobre o estado de consciência do criminoso tende a desenhar um caráter sombrio, um comportamento agressivo, uma história familiar problemática, povoada de “monstros, demónios e anjos, calcando-se uns aos outros” (p.22). Através de diferentes meios de focalização, o romancista mergulha-nos na subjetividade de um assassino maniaco-depressivo, explorando os tormentos e as trevas de uma consciência moral, as motivações conscientes e inconscientes que o fazem resvalar para o crime.

Partindo do momento presente (o romance inaugura-se com uma bela descrição de Lisboa), o narrador faz-nos recuar no tempo para evocar, de forma concêntrica, os vários círculos do inferno de ser, desenhando as etapas essenciais da formação do personagem, alguns episódios marcantes da sua juventude, bem como a primeira relação amorosa e as suas práticas na época em que trabalhava na Pide. Largamente condicionado pelas experiências da juventude, Alcino caracteriza-se tanto pela impotência sexual como por uma organização psíquica marcada pela humilhação e pelo obsessivo fascínio pela morte que o leva a colecionar cadáveres:

Coleciono agora corpos mortos, exatamente cadáveres. E, de mim para mim, não sei rigorosamente se o faço por gosto, por profundo impulso vingador, irracional, ou já por hábito arraigado de colecionador. (p.96)

O cadáver, cúmulo da abjeção, como afirma Julia Kristeva³, é a morte que infesta a vida, perturbando a identidade, o sistema, a ordem, conduzindo à abominação que reflete uma falha fundadora e encontra na infâmia uma forma de repetição implacável capaz de desafiar a Lei. Assim, não é por acaso que, depois de matar as suas vítimas, Alcino escreve à polícia, desafiando-a nos seguintes termos:

Se quiserem, podem encontrar-me, a olhar o mar e o sol a pino, à hora da maior canícula, na praia de Carcavelos. Solitário como tenho vivido e faço tenção de continuar a viver, senhores Sherlock Holmes de segunda mão. Mas terão de me descobrir, evidentemente, no meio de muita gente. Ou não.
Atenciosamente
Um homem sem qualidades (p.106)

Encontramo-nos por conseguinte perante uma configuração narrativa que valoriza a vontade de poder sob a forma de um jogo cuja única finalidade parece ser a provocação. Mas esta carta instaura também uma avaliação do personagem por meio da relação com a linguagem e da sua manipulação de índices que nos remetem intertextualmente para a figura prototípica de Moosbrugger, o louco assassino de prostitutas pelo qual Ulrich, o herói de Musil, demonstra um interesse misterioso, certamente porque o processo do maniaco sexual ilustra, na Viena do início do século XX, o problema do controle social e

pulsional que diz respeito, afinal, a todas as épocas. Da mesma forma dominado pelo instinto de morte, o “homem sem qualidades” que é Alcino caracteriza-se pela “perda do Eu”, identificada nomeadamente com a experiência da guerra em Angola, vivida como “uma estranheza” (p.56). Ao furor da guerra colonial acrescentam-se, para definir os contornos do seu desejo homicida, a humilhação experimentada na infância, a vivência castradora do Seminário, a traição amorosa na juventude e o inevitável desejo da vingança que pode, finalmente, exercer em toda a legalidade enquanto sádico funcionário da Pide:

Tive de interrogar depois um mineiro, homem novo também, de Aljustrel, rude mas bem-parecido, lembrava até o Michael Douglas. Negava tudo, não se assumia como comunista, dizia-se apenas “um democrata”, sem nenhuma atividade subversiva. Mas havia declarações de outros presos que o incriminavam. (...) Mandei-o despir-se completamente, para evitar manchas na roupa, comprometedoras, e caímos-lhe em cima com os cassetetes, eu e os outros, malhámos até cansarmos os braços. Deixámo-lo assim, nu, durante nove dias e nove noites, com tarefa e ameaças constantes. (p.61)

Este tipo de comportamento é mais tarde acentuado pela constatação do “nojo de estar aqui” (p.185) ou pela “indiferença” que o personagem revive sobretudo em momentos de deambulação através da cidade cloaca, cuja descrição é feita em termos hiper realistas:

Bares, cafés-tabernas, vãos de escada, escuras cavernas onde a luz não ousa penetrar, e os meus passos sonâmbulos, a minha face de morto vivo, avançando sem asco, sem receio, até ao Largo do Intendente. O mastro da minha rota por estes afluentes do mal é a indiferença, o não esperar já nada, ou esperar o pior. (...) Isto já nem me excita nem me enoja, cheira a cadáver, é como o riso desdentado da poluição que invade a cidade dia após dia. Porca, venal, asfíxiante. Até o rio é venal (...). Alimento a minha vida com esta morte, com esta carne podre. Ou é a morte pressurosa e falsa que nutre a minha vida, que joga às escondidas com as minhas noites? (p.169-170)

Notemos que, pelo seu fascínio pela abjeção e pelo seu sofrimento existencial, a figura do anti-herói criada pelo escritor neste romance lembra, em certos aspetos, Bardamu, o personagem de Céline que, na *Viagem ao Fim da Noite*, testemunha a desumanidade do capitalismo, a miséria da periferia urbana, a torpeza da condição humana, acabando por constatar que a única verdade deste mundo é a morte.

A prática criminosa

O crime constitui um dos interditos maiores de toda a ética, formando o último nó do trágico que implica e solicita a consciência moral da humanidade. Tal como diz o quinto mandamento do Decálogo, presente já no título do romance, o crime é apresentado como o interdito por excelência. A sua transgressão é determinada no “homem sem qualidades” que é Alcino, leitor de Musil e de Céline, por uma intolerável humilhação e um sentimento de exclusão que se exprimem no seu comportamento perturbado, nos seus sonhos, na sua agitação psíquica, sintomas bem descritos e orquestrados de forma fragmentária pelo narrador. A lenta acumulação de uma energia agressiva vai conduzir Alcino ao crime, apresentado através de uma confusão dos registos discursivos, como no seguinte excerto:

Não consegui sodomizá-la, porque a criatura se fechava, se encolhia, furtava-se desesperadamente à penetração. Então o homem, sem a soltar, grande puta, quanto me rebaixaste, arrancou um velho cortinado que protegia o quarto da luz verde da rua e, com o varão, de metal pesado, bateu-lhe até a estafar. Quando ela parecia já a desmaiar, enterrou-lhe o cilindro de cobre no ânus e revolveu-o, mantendo-lhe a face contra o lençol, abafando-lhe os uivos de dor, até todo o sofrimento da noite se concentrar naquele espaço fechado, na agonia daquela mulher magra, cujas costas se haviam coberto de feridas e de nódoas roxas (p.45).

⁴Jean Bessière, "Crime et roman: la réalité nue de l'homme et de la société", in *Romans et Crimes*. Paris: Champion, 1998, p.153.

Nesta passagem, a transgressão parece ao mesmo tempo monstruosa – eco da antiga *hybris* – e absolutamente banal, numa estreita proximidade entre o horror e a trivialidade do *fait divers*, a partir da violência negadora do Outro que constitui um dos eixos fundamentais do romance. O crime pode ser entendido de forma paradoxal como o exercício de uma relação fantasmática do criminoso com a impotência e a angústia que se explicam tanto por uma fixação doentia na figura materna como pelo pesadelo de uma representação feminina ambivalente que se encontra na base da ideia de profanação.

Se a onnipresença do narrador assegura uma coerência entre os diferentes episódios, estes não dependem rigorosamente uns dos outros. Pelo contrário, parecem justapostos por coincidências fortuitas. A pulsão criminosa repetitiva implica uma lógica e surge como o fruto de uma determinação que visa preencher um vazio fundamental na relação de Alcino com o mundo, em forma de loucura ou virulência que encontra sempre ecos na infância:

Há cerca de uma hora matei. Nem sei bem como. Bati-lhe forte. Desviei a cara quase no fim. Uma criatura que eu nunca vira, mas cujo olhar trocista (ou de desprezo?) não consegui suportar, até porque de repente fazia de mim outra vez o rapazinho ridículo, mal aceite, mal tolerado na escola, protegido pela sombrinha imensa da mãe de todas as agressões do mundo. (p.183).

A busca identitária

Este romance de Urbano Tavares Rodrigues parece imitar o policial clássico, na medida em que propõe, de início, a inquietação provocada pela presença do crime, da investigação e da revelação do malfeitor. Mas rapidamente o leitor constata que, ao contrário do modelo tradicional que pressupõe sempre um mistério, um inquérito e um enigma a elucidar, *O Supremo Interdito* tem de ser lido de outra maneira, apresentando-se antes como o romance do crime em que o assassino ajusta contas com o espaço que o rodeia, tal como sugere Jean Bessière num estudo sobre este género narrativo definido como:

la constante histoire d'une relation transitive avec le monde, qui est inséparable de celle du crime: un sujet, qui sera le criminel, est comme pénétré par l'évidence d'autrui, du monde, qu'il prend en lui-même, et le meurtre est, pour ce criminel, une façon d'apparaître comme sujet et de pénétrer ce monde.⁴

Nesta perspetiva, o percurso do criminoso tem algo de iniciático, sugerindo uma busca de identidade. Com efeito, o narrador obriga-nos a dar uma atenção particular às ruturas, aos brancos, às falhas que revelam os estados do personagem ora taciturno e louco, ora falador e racional, exprimindo um furor, um nojo de si mesmo, uma obscura compulsão para ultrapassar os limites, até chegar ao suicídio incontornável, visto que matar é ceder à tentação do desespero, o pecado absoluto. Notemos contudo que, na sua prática assassina e suicidária, Alcino é, frequentemente, separado de si mesmo. Isso traduz-se no plano narrativo por um curioso desdobraimento, que o leva a confiar-se a um gravador, como se fosse espectador dos seus próprios atos:

Nem atino com a razão por que falo hoje e falei ontem e há três dias para este gravador, que é a minha alma ou o que assim sói chamar-se. (p.27)

Da mesma maneira, à imagem do anti-herói, cindido entre razão e psicose, a narrativa apresenta uma estrutura espacial binária: tudo se passa entre territórios tão diferentes como Lisboa e o Oriente (Macau, Pequim), nos quais se inscreve da mesma forma uma pulsão de morte. O narrador não se interessa verdadeiramente pelo inquérito policial, privilegiando antes a psicologia do criminoso, a sua duplicidade nas relações com os outros, o jogo das suas motivações, através de uma narração descontínua, fragmentada, disseminada, onde o crime é visto como um impulso, uma patologia mas também como um destino.

A transgressão do interdito fundamental parece ser determinada em Alcino pela cristalização monstruosa de um sofrimento, de uma intolerável humilhação que só se pode exprimir pela prática do mal, eterno desafio à racionalidade. Com efeito, a verdadeira his-

tória dos seus crimes é a que perdura nos recantos obscuros da sua memória devoradora, dos seus pesadelos em que a figura materna, “a suprema mulher do mundo, doce, terrível e imprescindível”, pratica um “strip-tease asqueroso”:

Era ela, mas tinha um rosto diferente, o mesmo rosto feliz que eu já havia visto, noutros sonhos, quando dos espelhos fechados saíam raparigas ágeis e contentes, com a frescura dos repuxos, completamente fora do universo do bem e do mal. (p.139)

Podemos assim considerar que a dualidade pulsional vida/morte constitui o verdadeiro motor do processo narrativo. Por um lado, enquanto ser de linguagem, Alcino dita a um gravador pedaços da sua vida; por outro lado, prisioneiro do seu mundo onírico, revela-se incapaz de uma maturidade suficiente para se libertar da fixação infantil a um modo de relação arcaico. A sua sexualidade impossível ou insatisfeita é marcada pela angústia e sobretudo por uma carga psicótica que o conduz até ao crime abominável. Em contrapartida, com Isaura, a vizinha ingénuo, produz-se uma deserotização que o remete para o domínio do sublime que não é senão o outro eixo da abjeção, como sugere Julia Kristeva, ao afirmar:

Dans le symptôme, l'abject m'envahit, je le deviens. Par la sublimation, je le tiens. L'abject est bordé de sublime. Ce n'est pas le même moment du parcours, mais c'est le même sujet et le même discours qui les font exister.⁵

Conclusão

Assim, entre o horror e o sublime, o anti-herói criado por Urbano Tavares Rodrigues representa uma humanidade em perdição, abandonada à sua própria crueldade, que atravessa as categorias dicotómicas do Puro e do Impuro, do Interdito e do Pecado, do Bem e do Mal, compondo uma realidade inquietante. A aliança de Eros e Thanatos traduz-se, nesta narrativa, de múltiplas maneiras que passam ainda pela encenação de um dos grandes mitos ocidentais do amor que muito interessou o escritor⁶, isto é, a figura de um D. Juan sinistro que se constrói pela conjugação de um discurso do amor e da transgressão da lei, bem como pela expressão do desejo como repetição. O narrador deixa falar os comportamentos, as lembranças e sobretudo os pesadelos do seu personagem, para desenhá-lo afinal um percurso abjeto, fundado numa errância identitária e afetiva que só pode culminar no suicídio. De certa forma, Alcino mata em nome da vida, tentando reparar o que rasgou o tecido da sua infância. Nesta perspetiva, o abjeto é uma ressurreição que passa pela morte do eu através de uma alquimia que transforma a pulsão de morte em sobressalto de vida. Mas esta vida que se desenrola na precariedade da pulsão repetitiva só pode conduzir à autodestruição, isto é, a uma morte violenta.

Notemos que o romance de Urbano Tavares Rodrigues não funciona contudo num circuito fechado, não se interessa apenas pelo caso singular de um indivíduo perverso, mas revela também o mundo que nos rodeia, o que significa que o percurso do assassino é simultaneamente o daqueles que o conduzem ao crime, testemunhando admiravelmente sobre uma sociedade encarada como um universo de dor e repetição. Naturalmente, nenhum outro tema coloca de maneira tão crucial o problema do mal e dos valores relacionados com uma ideologia. A organização da narrativa transmite uma ideia precisa dos valores que o narrador transporta com veemência, ou seja, a solidariedade e o amor, incarnados por Jacob e Isaura, os únicos personagens suscetíveis de representar a dimensão da esperança que constitui, desde sempre, o eixo fundamental da obra do escritor.

O Supremo Interdito coloca-nos portanto no centro de uma ética trágica que caracteriza uma certa tradição cristã trabalhada por Kierkegaard e Paul Ricoeur, mas afirma-se, ao mesmo tempo, como um romance da consciência moral, testemunho sociológico sobre o estado de uma época e parábola oferecida à reflexão do leitor. Os universos sociais e humanos aqui retratados remetem para uma referencialidade inseparável da vivência de um tempo apodrecido, pontuado pela náusea e pelo desencanto, mas sempre aberto a um “humanismo de preocupações ético-sociais” que, como afirmou Jacinto do Prado Coelho, caracteriza, afinal, toda a trajetória do escritor. ▼

⁵ Cf. *op. cit.*, p.19 .

⁶ Urbano Tavares Rodrigues, *O mito de Don Juan e outros ensaios*. Cacém: Edições R6, 1981 (1960).

Sonho e Ideologia na poesia de Urbano Tavares Rodrigues

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Álvaro de Campos

1. O caso de *O Cornetim Encarnado*

¹ Urbano Tavares Rodrigues, *O Cornetim Encarnado*, in *Assim se esvai a vida*: Lisboa: Dom Quixote, 2010, p. III.

² *Ibidem*, p. 59.

³ *Ibidem*, p. 64.

Sonho, ideologia (“eu, ainda criança, já concebia, à minha maneira, a igualdade entre os seres humanos”), amor, alma da liberdade, morte, eu, pessoa, sociedade: temáticas-chave em Urbano Tavares Rodrigues (UTR). A poesia de Urbano é imbuída da ideologia e do sonho que fazem o escritor e o homem. Trata-se de um trabalho semântico que é uma extensão sua, como artista, intelectual e ser humano.

Logo a abrir *O Cornetim Encarnado* (em que nos fixaremos por ora), um dos livros da sua mais recente obra, usa como epígrafe um trecho do *Canto Geral* de Neruda, onde palavras-chave como “estrupe” (pensamos em Eisenstein quando diz que “vivemos todos na mesma merda, o que varia é a profundidade dela”), “lutarás” (sugere intervenção revolucionária) e “vergonha” nos entregam à subtil consciência do seu idealismo.

O Cornetim Encarnado (parafrazeando o autor: o clarim e a corneta abundam na poesia de resistência) é um livro que mistura vários géneros, mas em que a poesia desempenha um papel dinamizador e simultaneamente algo paliativo. Ora, estamos perante um grupo disperso de poemas que vêm de fora para dentro. O autor pouco ou nada investe. São artefactos que modela e o divertem. A atmosfera é a de uma espécie de *Lira Familiar*, à guisa da de João de Araújo Correia, mas desta feita de Urbano. Diz o próprio, na introdução com que inicia o livro:

“(…) tinha vontade de experimentar outro género próximo da reflexão e do diário, de uma forma muito livre, diálogo comigo e com o mundo, com a vida, tentativas de descodificação de textos. Tenciono acrescentar poemas (...), se me “acontecerem”, ao fluxo livre ensaístico-diário. Queria uma escrita de prazer...”².

Alguns apontamentos de análise podem, desde já, adiantar o que pode servir de motivação. Ora, a metáfora joga um papel relevante, o que afiança o carácter poético da linguagem. Neste sentido, no que à forma e à estilística diz respeito, a sua poesia caracteriza-se por um discurso cuidado e pela ausência de pontuação.

Passado e presente caminham lado a lado no pano ideológico que não abandona – sendo este um dos contextos da sua produção; o outro é a memória, a saudade, o sonho como esperança e ânsia de preparação para a morte, na linha de Ruy Belo, um dos seus autores diletos.

Durante a leitura da obra em causa ressalta alguma angústia com o espírito do tempo em que vivemos, o que desde logo fica patente no poema “Cinzas”, que o autor julga ter-lhe sido ditado por uma outra voz do seu ser. Donde, nele detetamos a saudade do tempo de luta, agora vivendo na dúvida (atente-se na antítese “Atualmente vivo sonhando”), na “frialdade do vazio”, recordando a censura e a falta de liberdade das “palavras amordaçadas”, fazendo notar as suas preocupações existencialistas quando se refere ao corpo que envelhece (“eras tua a minha alma?”), não sem a réstia simbólica da “chama breve de um cravo/sob uma floresta de nuvens”, contudo, terminando numa ânsia quase secreta, pois “De onde brotam os desejos / que de noite nos agitam?”.

Sobre o que significa para si o ato de escrever, diz-nos UTR: “escrever é ainda para mim viver (...) retocar a realidade, o escritor aliás fá-lo sempre”³. Ora, é o que faz de ime-

diato na sua prosa quando escreve poeticamente que “Nem os lábios do vento ofendem assim”, recorda as pontas da “corda de feitiço (...) um dos mistérios da infância”, ou, pela evidência ideológica, espera a “glória de um novo dia”.

⁴ *Ibidem*, pp. 85-89.

Tocamos sem mais demora noutras composições poéticas do autor de *O Eterno Efêmero*. Recomendamos com “O Cornetim Encarnado”, título homônimo do livro, que trata o sonho (ou ilusão) que é a poesia e o cornetim. Abre com uma invocação do absoluto, do êxtase, com a saudade como substrato, ao incorrer no “és (...) / És a terra és a noite/o luar do delírio (...) / És a revelação”.

⁵ *Ibidem*, pp. 89-90.

Creemos, portanto, que ao nosso autor não é alheia a evasão pelo sonho, poisque breves sonos o devem apoquentar com entrelaçamentos do real e do irreal, sendo que a sua escrita, porque não dizer a mais recente, nas suas palavras seu espelho e espelho do mundo, estendendo-se pela crítica, ética, política ou estética, é fortemente de pendor poético no agora.

Sempre em torno do sonho e da ideologia, para UTR a vida tem de ser polvilhada de arte (livros, filmes) e ideias, sob pena de apenas se tornar um campo lavrado de vícios e hipocrisia neo-liberal. Pelo que, a propósito da escrita (e da sua), sonda, à semelhança dos especialistas na matéria, com a sua obra o semiconsciente, carregando de onirismo o seu discurso. Busca, nos aspetos do sonho e da ideologia, ainda o despertar de consciências.

Em mais uma passagem pela sua poesia do livro de que nos ocupamos, “Miragens da Violência” significa, desde logo, uma sofrida observação sobre a violência no Brasil, onde surgem expressões grotescas (“Lacraus com lanças/(...) lhes rasgam as entranhas/É uma frota de vespas”), referindo-se de seguida, usando a metáfora da esperança, aos “que vomitam/o verde” e recordando ideologicamente contra o capitalismo os “indizíveis festivos/que a riqueza organizou”. A dúvida do final não elimina, contudo, a certeza do comunismo em que, a haver alguma dose de injustiça, “todos seremos vítimas iguais”.

Revestindo-se o livro em causa de um corpo informal de temáticas variadas nele surge oportunamente um pequeno poema, sem título, dedicado a Vinicius de Moraes, aos seus “farrapos de som”. Concluindo à guisa de um in memoriam, usa do tom afirmativo-poético (“fogueira que pede / sempre mais / assim sobrevive”), sem abdicar dos recursos estilísticos que figuram a poesia, na circunstância o pleonasma que vem reforçar a ideia obtida: “a luz que reluz”.

“Tornar possível o impossível” é um poema ideológico que mescla a memória dissimuladamente, reafirmando, pela antítese, a dificuldade da palavra revolucionária na conversa “com a lua da promessa / em noites de temporal”, pois o “som de um açude / (...) turva o sono / dos navegadores de auroras”, navegadores estes que sendo os revolucionários constituem uma metáfora interessante discursivamente. Neste sentido, segue o poeta com mais ricas metáforas quando fala dos sonhos difíceis (“A serpente sinistra / das vertigens noturnas”), das dificuldades (“os precipícios / com que a esperança / se defronta”), conquanto o habite sempre a esperança (“O tremor da luz / num jardim de líquidas chamas”), mesmo que sejam lugares de memória dos maus tratos durante o cárcere (“Corpos roxos de equimoses”), a revolução dure e nunca se acabe, apesar dos muitos obstáculos (“É longa, longa a estrada / e pedregosa. O sonho...”), aludindo ao Comunismo, ou melhor, à verdadeira democracia num “mundo de homens livres / e iguais”.

De igual modo nunca saímos da prosa poética de UTR, ora sempre nos encanta ler nele “uma luz cegante (...) a atmosfera dos bosques cor de ferrugem (...) a água hipnotizada dos charcos”⁶ – roça o poema quando refere que “A primavera nasce na alvura das bétulas, na cinza dos carvalhos (...) A floresta canta, uma onda de luz se aproxima e os envolve. Tranças de vento levantam folhas amigas, douradas. Mas uma rapariga vê sangue no sexo da menina e todos se crispam. Não ousam ainda tocar-lhe”⁷ – e notar que a sua noção de felicidade consiste na harmonia entre o corpo e o espírito em pleno gozo da vida, porém, os seus poemas ocupam-nos o olhar cirúrgico da palavra poética, o que nos conduz a uma composição que merece pelo menos breves apontamentos: “Make love not war”. Nesta, inicia com a afirmação da desilusão (“Já ninguém vos leva a sério / meninas flores da geração *hippie*”), usando mesmo da hipérbole “Sois quase múmias” na “vida postiça” de tatuados até com, recorrendo à enumeração, “estrelas caracóis borboletas”, em corpos de “lábios negros”, onde a fuga da liberdade é tema central: “tanta miséria e escravatura / que até nos reconforta hoje / o eco das provocações / das meninas loucas”. Está em cena a inutilidade do movimento hippie.

⁶ *Ibidem*, p. 91.

⁷ *Ibidem*, p. 111.

⁸ *Ibidem*, p. 109.

O intelectual ensaísta também discorre sobre poesia, não reftreando opinar em relação a Rimbaud e Camilo Pessanha, dois dos grandes poetas da poesia contemporânea. Ora, “Entre Rimbaud e Camilo Pessanha há certas diferenças abissais (o Rimbaud das grandes afirmações [...] Camilo deslizando para a abulia) mas em ambos encontramos a música e a interrogação (...) interrogativos muitos dos *Dernier Vers* e até por vezes as *Illuminations* e é-o quase toda a série final da *Clepsidra*, lapidar em *Ao longe os barcos de flores*.”

“A viagem para o silêncio em Rimbaud passa pela *fleur bleue* do final de *Mémoire* e desemboca no mistério das *Illuminations*”⁶.

Ao referir-se ao museu da palavra, às leituras de Antero, Pessanha, Lorca, Eluard e o incontornável Rilke, no seu dizer duches de alma e diálogos entre meditações e afetividades, realça a influência que as formulações interrogativas de Rimbaud exerceram nos poetas que o seguiram.

Indo de novo à carne gráfica da poesia do autor de *Uma Pedrada no Charco*, depositamos o nosso reparar em três poemas avulsos que UTR acredita terem andado muito tempo dentro dele. Em “Feitiço”, o primeiro, toca no indefinido pela metáfora do título, que pode ser a floresta, agosto, a rapariga, o vento ou a noite e escreve com boa temperatura que “A rapariga cisma / nas suas rendas de lua / quando desperta / e a antemanhã é uma papoula / irradiando sonhos”; em “Bárbara”, o segundo, é simplesmente realista; em “Reconciliação” mantém-se o tom realista, abordando o quotidiano e a vida mundana (“Mas há animais que buscam / o seu sustento sacrificando / outros”).

Num outro poema sem título, numa alusão à revolução, ideologicamente fala “Da noite escura da miséria”, referindo-se metaforicamente a revolução como o “rio da esperança”, fazendo lembrar a forma de ver e de ser de Jorge de Sena, quando escreve que “Ao lado do povo foste povo”, por fim constituindo os dois últimos versos uma espécie de síntese do poema, lembrando Zeca Afonso, o “feiteceiro da aurora / que há de vir”. Também inominado é um dos poemas que Urbano dedica ao seu filho mais novo, António Urbano. Este é um dos poemas mais tocantes e agradáveis do livro. Logo no início trata o seu crescimento (“Dia a dia espreitamos a luz / nos teus gestos / e no asfalto / das tuas refeições”), prosseguindo e terminando na senda do realismo – poeticamente meditou para dizer que “O excesso de real torna-se irreal” – (“Até sucede / chorares”) e do intimismo em que insere uma interseção (“Digo-te / palavras de amor / muito baixo em segredo / e assim se acalmam / os teus pesadelos / se dissipa o pavor / que abala o mundo”). Por fim, do poema ressalta a pujante metáfora que nos estremece: “Acontece as lâmpadas / do pensamento / agitarem o teu sono”. Ainda nos brinda logo de seguida com outro poema sem título, versando o Natal e novamente o filho António, sem abandonar o sonho e a realidade em que se vê mergulhado na sua produção recente. Finalmente, em “Conto com bruxedos para o meu António”, mais um edifício intemporal que nos lega e ao seu filho, o mundo do sonho é celebrado, como o atesta o verso “O sonho é vida e a vida é tudo”. Vida, sonho (e pessoalmente o seu filho): “O que por um momento nos torna felizes”.

Já em “Balanço – Solstício de inverno”, um elogio da natureza (“é a esplêndida festa do frio / o solstício de inverno”), ecoa a intervenção cívica com palavras-chave (“Falhar em Bali / [...] diligências / [...] salvar [...] / [...] mãe terra”), exercendo da mesma forma crítica contra o capitalismo (“[...] e a exploração / do homem pelo homem / em dor esculpe / cada sussurro das pontes / de sangue sobre / os desolados rios da memória”) – de assinalar as notáveis metáforas com as “pontes” e os “rios da memória”.

No sentido da camaradagem, há poesia no modo do autor de *As Aves da Madrugada* pensar em José Saramago. Ora, fala da crescente debilidade do estado de saúde deste último como a “sua grandeza a consumir-se”⁸. Une-os a lucidez e a intervenção cívica, uma representação interior exteriorizada que acompanhou sempre a sua escrita, onde, no caso de Urbano, os conflitos nascem do amor e da morte.

Como já foi dito, os seus poemas são assumidos como vindo de fora para dentro, sendo modelados como objetos, divertindo-o. Vejamos os casos de “Canção dos novos escravos” e “Bandeiras Vermelhas – 1º de maio de 2008”. No primeiro, desde logo “novos” no título mostra a lucidez do poeta. O tema central é a injustiça (“solettrar / o horror da escravidão”), apresentando o que podemos considerar um Tratado da Indiferença quando escreve: “Negam-lhes tudo e eles / até ardem no desprezo / dos que passam e não / querem vê-los” – os mesmos que, dando a saber a dureza da vida habituada, “já não choram nem sabem / se ainda querem viver”. A enlaçar o final do poema a conjunção “Mas”, estética e semanticamente marca a esperança dos dias que crescem e a terra que

pode sempre voltar a ser atravessada pelas primaveras da solidariedade e da dignidade. O segundo, que ronda o tema da indignação (“Bandeiras vermelhas da indignação / [...] punhos cerrados”) e aborda a luta do proletariado, é um texto bastante metafórico que fala das bandeiras vermelhas como “soluções de sangue”, dos “estandartes da fome”, dos “cravos vermelhos” com múltiplos sentidos, representando grotescamente a morte como “o terrível / sabor do pó”. A fechar, a tarde é dita como aliada da luta: “desesperado protesto / nas chamas da tarde / ébria de sol / e de furor”.

⁹ *Ibidem*, p. 127.

¹⁰ *Ibidem*, p. 119.

¹¹ Urbano Tavares Rodrigues, *ROSTOS DA ÍNDIA e alguns sonhos*. Lisboa: Edições Asa, 2005.

Para o autor de *Um novo olhar sobre o neorealismo*, o novo dia foi (é?) ânsia, interrogação e esperança. Expressa-as em “Os cravos”, pela força da “obstinação do sol”, a transformação (“todas as quimeras”), a metáfora da esperança quando “a cinza das estrelas / inesperadamente arde” e a dita esperança é declarada “do outro lado da luz”, existente nos incansáveis cravos da cor da vida que pulsa e com que sonha.

A provar a determinação da poesia na sua escrita escreve Urbano “O belo verão”. Num assomo de decrepitude assume uma certa sensação de impotência (“esta tarde que me arranha”), pois “há faces tristes / que se desfolham” no contraste da “acidez secreta / do belo verão”, simbolizando no seu hoje a saúde algo negativo e o verão algo positivo, o que nos remete para Ruy Belo para quem o verão é “um gato ao sol”, tendo nós conhecimento do apreço de Urbano pelos felídeos.

O olhar literário e a pena poética de Urbano nunca se isentam da temática amorosa (e erótica) e na sua prosa atual continuam a espriar-se laivos dessa sua vida essencial. No texto “Renza”, em prosa, recorda: “Havia nela a inocência da natureza. (...) Ela foi o cântico solar do fim da minha adolescência”.⁹

Este livro integrante completa a sua componente poética com um soneto dedicado, cujos temas principais são a ausência, a saudade e a ternura, com o pano de fundo do amor manifesto com comovente sensibilidade: “Tu minha terna e leal namorada”, referindo o objeto da união amorosa como “essa criança tardia bem fadada”.

Concluimos, deste primeiro livro analisado (uma digressão algo penetrante, em que não raras vezes encontramos o autor muito sobre si mesmo), que da aparente existência vazia em UTR a escrita é fonte de subsistência – ler é o seu vício e a sua salvação e, como tal, quase só a leitura e a escrita valem e lhe valem – onde fecunda, por vezes em conversa com um interlocutor que se situa talvez a meio caminho entre ele e outro, o “cântico seminal da vida como euforia dos sentidos”.¹⁰ Da vida e dos sonhos.

2. O caso de *ROSTOS DA ÍNDIA e alguns sonhos*

*ROSTOS DA ÍNDIA e alguns sonhos*¹¹ é um livro equilibrado, de prosa poética (ou poesia informal), em que UTR deposita mais sonhos. Como motivação, o autor recorre a epígrafes algo herméticas de Eugénio de Andrade e de Herberto Helder, sendo que, complementando-se, a primeira realça o desespero da linguagem poética que a segunda faz notar em pleno exercício. Posto isto, o autor de *Bastardos do Sol* arranca para um exercício descritivo-metafórico digno de admiração, onde continua na poesia o existencialismo que caracteriza o seu edifício literário. Atestam-no os textos “Mumbai by night” e “Eterna Goa”, recheados de impressionismo e da intervenção cívica do moralista. Por sua vez, descritivo/impressionista-intimista pode ser considerada a composição textual “Ana em Zeebof” quando regista:

“Zeebof é o nome americano desta praia semisselvagem onde as gralhas nunca se calam, nem as ondas, e as palmeiras se entortam sob a pressão de um vento que não se vê. O sol queima a solidão da areia quase dourada sob o fervor do meio-dia. Ana traz do mar, com gotas de cristal no seio, o rir aberto dessa ardência, a carne morena e a mão estendida, os olhos de lua negra que chegaram do Alentejo antigo num voo da Lufthansa”.

No escrito com temperatura poética “O contínuo amor” Urbano expõe o sonho saudoso da vida vivida, uma “vida sem limites”. Usa ainda do erotismo descritivo quando se refere à circunstância de Pangim. Justamente na redação “As luzes de Calangute” a palavra poética (“pele mansa da noite”) habita avidamente com a profundidade da solidão (ou a solidão da profundidade) e em comunhão com o exercício da crítica, aludindo aos hippies e à luta, porventura anacrónica, do lema “mais amor menos guerra”.

Interessante exercício descritivo, onde o sonho e sempre o amor, como fonte de tudo, e o prazer surgem elementares, é o canto “Ana em Utordá”: “um mar tão secreto e obstinado como o sonho (...) chegámos ao mar de Utordá (...) e aqui bebo nas tuas mãos

em concha o filtro da saúde essencial, a inocência do amor”. De semelhante modo o sonho – assim como o amor, e a sua ânsia, no fim do poema – é tratado em “Na ilha de Dinaar” (“Fui nesses sons [...] Trago nos genes a Índia de outrora”), um texto a que um certo interseccionismo não é alheio (“Será banal mas necessário dizer que és toda a minha vida”), ecoando Ruy Belo, no que observamos do seu dilema temporal, sendo aqui ponderável uma suspensão do tempo, em pleno fôlego discursivo (“Penso no segredo (...) ao nosso lado”). Aqui Urbano não se furta à redundância como recurso expressivo (“O calor abrasa”), nem omite o ateísmo, assumindo “a paixão da morte como mais vida em que não creio”. Também em “Clara nas areias do Índico” versa a problemática temporal, a passagem lenta do tempo. Contudo, “ela imobiliza o tempo”, logo, UTR descreve-a, com ar venerando (Então Clara...) e mesclando a quimera da sua luta ideológica.

Surpreende-nos, agradavelmente, o Urbano cenógrafo, quase teatral, conquanto imóvel, de “Pondá”, onde novamente o amor (ou paixão?) surge como tema, mas constituindo, no caso, o campo das referências mitológicas e históricas os aspetos mais destacáveis (“Templo de Shaandrunga [...] o eros antigo foi [...] Kalí humanizada pelo Sul [...] brâmanes se lavam”). Nunca saindo da temática amorosa e denotando influências do surrealismo, o amor sem limites de “Forte da Aguada”, matizado de um sempre relevante tom descritivo (A cúpula do bar [...] trémulas palmeiras) termina aproximando-se metaforicamente do Fantástico (E de repente a música esculpe [...] criaturas de brisa). Analogamente descritivo da antiga Goa, tocando o sonho, com uma longa frase de entrada que dá mostras do fôlego do autor, é o poema “A opala interior”, também uma visão “de alguns desses semideuses guerreiros das sagas do Sul da Índia. Neste contexto, de referir que não raro nos poemas de UTR há referência a um interlocutor (amada). Na circunstância, enriquecendo a referência com uma metáfora, fala-nos do “instante azul” onde acha os seus lábios “sempre frescos”. Nesta senda, ressaltamos o exemplo de “Com um pé no paraíso”, sempre habitando a mistura do sonho, abordando a Índia, descritivamente e seguidamente uma mulher interlocutora, como é quase norma, terminando com uma alusão plausível ao mito de Ramayana (Parece que [...] o mito promete”).

Importa mencionar destacadamente o longo escrito poético – abre com um primeiro grande parágrafo, em que só no último período apresenta o objeto, isto apesar de o referir no título – “Ruas e sonhos de Deli”. Nele, o autor, oscilando entre o tom narrativo (“Um cão perdido veio...”), informativo (“tão perto do budismo e da sabedoria como do fanatismo e da cupidez”), descritivo, o delírio (“este corpo com quatro braços”) que incorpora a obsessão do sonho (“aí encontrei os meus sonhos...”) e o encantamento (“[...] de toda a Índia, em que só a alma não se vende”), sem descurar o registo opinativo em que renova o seu ateísmo, em prol do humanismo, que não é de somenos no entendimento da sua idiosincrasia:

“O que eu agora vejo, de pé sobre a confusão das ruas fervilhantes, é o deus que há em cada homem e que apenas precisa de que o deixem livremente sorrir, como Siva ou como o jovem muçulmano que há pouco se prosternava, à procura da sua anulação, na Mesquita da Sexta-Feira”.

Donde, no escrito analisado predominam o sonho e a descrição informativa, a espaços mas constante, com o olhar muito atento de quem viajou como Sophia, cumprindo Sophia, para quem viajar era olhar.

O teor que compõe o trabalho com o interessante título, pensado poeticamente, “Os vastos jardins da noite” é o do encanto da “Porta da Índia” – pensamos em Goa – e termina com esperança (de novo o sonho): “O novo dia”. De referir apenas mais dois aspetos: o tu a que o sujeito poético se dirige; a adversativa “Mas”, que marca um senão interposto pela intervenção física em: “nas belas mansões coloniais onde habitam, entre vastos jardins, os políticos e os privilegiados”.

Um poema cujo conteúdo envolve a indignação é “No forro do dia”, metáfora do interior do dia. Acontece em Deli. Dos seus versos faz parte a notável comparação: “Vou agora, procurando o caminho do regresso, por uma encosta pedregosa, entre dois renques de edifícios todos semelhantes, à imagem do que é por vezes a pobreza, cinzenta e fechada”. Ainda marca a matéria do poema a antítese da (in)justiça: “Mesmo a respiração solar dos jardins da grande cidade não tarda a perder-se em ódios acumulados e sem perdão”.

O trabalho poético de UTR em “No limiar de Matra” (cidade) evidencia que o poeta tem sempre, em cada canto, o “desejo de repousar na alma das coisas” (um outro momento em que regressa à meditação na alma das coisas é em “Nos jardins de Lodi”, um sereno parque em Deli). Na circunstância, também propaga o ateísmo (“gerações

escravas do divino”) e alude ao templo de Hare Krishna, em frente do qual, usando da linguagem onírica, “uma flauta de ressurreição dulcifica agora os rostos sob o ardor do sol”. Justamente, o poema “Quem?”, marcadamente impressionista, do início ao fim um puro sonho, um mini conto poético, roça similarmente o ateísmo, evidenciando a onnipotência da natureza, usando do fantástico, pela hesitação provocada no leitor, a partir do meio do texto, nomeadamente com o uso da adversativa “Mas” quando refere que “um homem alto (...) estende para as nuvens negras (...) a sua mão direita (...) e, crescendo para os elementos, grita:

“– Parem lá com isso!”.

Deve motivar notar o gesto poético presente na obra “A flauta em Sikandra”, carregada de hermetismo, ainda que abra à companheira Ana, no final, fazendo adivinhar o sonho acordado de um simples olhar poético sobre um cesto de serpentes.

A haver um trecho que possa resumir a arte poética de Urbano é o caso do seguinte: “Tenho sede (...) de outros horizontes, da metamorfose deste mundo”. Faz parte do sonho, sempre o sonho, vivido e sonhado presente em “Na estrada”, produção ainda descritiva e nomeadora:

“Sucedem-se os bazares, as cidades bazares; a Índia é um imenso bazar, plenitude de lábios vertiginosos apregoando a urgência do negócio. Barracões de madeira e lata pintada, arsenais de bugangas e preciosidades, todos os chás, mil tecidos, mil aromas, diáfanos madrepérolas, marfins, pratas estridentes, o resplendor dos gladiolos nas tinas de cobre, gemidos de portas que se entreabrem”.

De volta a Deli, na digressão assumida pela obra deste caso, a poesia de “O sorriso de Buda”, irónica no primeiro parágrafo e laudatória no segundo, é feita quase sempre de considerações, como a relativa a Buda, a quem atribui um sorriso plástico (“O Buda sorri para mim o seu tão belo sorriso, que me parece agora sem razão nem destino, o sorriso de uma felicidade marginal, igual ao das flores cultivadas em estufa, sob a peneira do sol”), mesmo que, entretanto, volte a acreditar no gesto facial do líder filosófico. No final do poema estabelece uma interessante similitude de intenção entre o Nirvana e Rimbaud, lembrando a “liberdade livre” dita por este.

Quase a fechar o livro, ocupa-nos o canto “Os expostos”, título sugestivo que remete subtilmente para a miséria, apesar do amor, portanto, a antítese amor-miséria. Desde logo, evidencia a fé na vida – donde, um apelo à mesma. Ao surrealismo inicial (“Há ainda pássaros de luz nas árvores anoitecidas.”) sucede o realce do amor, que está em toda a parte (“Em toda a parte eros comanda a vida”) e, no entanto, grotescamente, descreve uma morte abandonada na rua, pois as autoridades só retiram o corpo quando junto do mesmo existem cinquenta rupees.

A concluir o livro, “Aquela indefinível luz” surge como um texto descritivo-impressionista, em que a luz ressuscita o mármore do monumento Taj Mahal, conhecido como a maior prova de amor do mundo; o poeta realça a cor indefinível, cambiante, do monumento monumental, descreve os seus arcos e delicadas geometrias. Na verdade, é a “Pura forma do êxtase (...) um sonho sem fim”, mas também “obsessão de amor e morte, a dor de Akhbar”.

ROSTOS DA ÍNDIA e alguns sonhos é um livro incontornável na obra de UTR. Ora, afirma inegavelmente a grandeza do trabalho poético do seu autor, cuja vida é um seguro poema constante e coerente, em que os sonhos de outrora flutuam e não se afundam e os de hoje são cada vez mais um lugar surreal de criação de liberdade e de ânsia.

3. O caso de *Horas de vidro*

Neste mais recente caso do seu trabalho poético, *Horas de vidro*, obra inédita que terá a chancela da editora Dom Quixote (a cortesia e a generosidade do autor permitiu-nos um contacto prévio com o livro), dividida em quatro partes (*Primeiros poemas, Poemas dos anos 60, Poemas do novo século, Poemas com endereço*) os poemas são quase todos curtos e nele podemos encontrar motivações várias que fixam atenções no(s) sonho(s), no telurismo, no intimismo mesclado de ideologia, que no autor se liga ao princípio da fidelidade, no ambiente lavrado dos tempos de ontem insatisfeitos, quase equivalente aos tempos de hoje: de esperança, mas frustrantes.

Reclamando para o crítico o papel de criador, poder-se-á dizer que este título, bem autorizado, manifesta o tempo visível, mas intocável, no sentido de inalterável; ou,

simplesmente, designa a fragilidade das horas. Na verdade, o autor de *Nus e Suplicantes* marca um desejo de luz, demonstrando-o poemas como “Viagem”, da secção *Poemas do novo século*, e “Catorze meses”, da secção *Poemas com endereço*. Mas comecemos pelo início, designadamente pelos *Primeiros poemas*, que inclui, nos cinco primeiros textos, as respetivas versões manuscritas. Neste contexto dominam os temas do amor, da solidão e de um certo intimismo, pairando sobre os mesmos o pensamento da dor e do tempo, ou da dor como tempo e o tempo como dor. A Urbano, aqui, não é alheia a rima e a metáfora, a espaços. Em “Agonia” (1947) o poeta contrapõe a sedução ou/e a beleza ao pós-guerra, quando termina em lamento: “E o mundo estilhaçado / Reclamando o fim!”. “Perfil” (1948), um exercício de diferentes tipos de rima, despoleta o sentido da tragicidade dividida, bem evidente no recurso aos dísticos que sucedem ao terceto inicial e que expressam a duplicidade da “verdade ultrarreal” e do “trágico apelo”. Ao querer entender a margem da dor do tempo, o autor de *A Porta dos Limites* mescla o sentimento amoroso e escreve “Praia do Tempo”, a que se “Escolha”, em que cruza, não apenas no sentido rimático, amor e ideologia, esta mesma em gestação (“Reflorir a liberdade”). Simbolicamente e estabelecendo elos, produz “Amor?”, sobre a desesperança e o amor, uma metafórica “esperança apodrecida” em solidões que se aprofundam (“Gêmeas sólidas cheias de lodo”), não se coibindo o poeta de nos proporcionar, no final, rasgos do erotismo pujante que o viria a caracterizar: “Nojo da tua carne extasiada / Rasgada em maldição, ó meu amor!”. Fecha esta parte o poema “Presente”, que toma para si o tema da solidão do amor (“Que acordas só”), mas também a esperança na felicidade (“outra vida paralela para te oferecer, vermelha / como um cravo, de repente!”), justamente uma vida mais viva. Semântica e formalmente pensado, o fim “a sorrir...” abraça o início “A rir, a rir”, não sem antes ser embalado pela metáfora (“mendigos do sol, orgulhosos, nós os dois”) e pela repetição de palavras adverbialmente refletidas, como “se fundissem docemente / para sempre docemente”.

A segunda parte do livro, constituída por poemas de resistências: política, sentimental, ideológica, se não quisermos estender o papel do crítico a outros níveis mais, em grande medida dentro do espírito dos anos 60, abre com “Margem Sul (1960), forte ideologicamente – conotação comunista: “ó margem esquerda do verão [...] margem esquerda deste amor / feito de fome e de sal / A foice [...] peito / terra vermelha / como bandeira sonhada”, com alusões ao trabalho, à produção, à terra do povo *Levantado do chão* –, trabalhado com uma só rima cruzada em cada quadra, expondo a preocupação de UTR com a melopeia, a estilística, onde o regionalismo está patente (“é na terra do teu pão / que se joga a tua sorte”) é uma composição que foi apropriadamente musicada e cantada, desde os anos 60 do século XX, por Adriano Correia de Oliveira. Na mesma linha ideológica, ““Curro” nº 1” (1963, reformulado) expressa as complicações da guerra-fria, as guerras, a opressão dos povos (“Era tudo escuro à minha volta”), conquanto alguma esperança impressionista do escuro das paredes que se ia “tornando verde”. Nota-se o compromisso ideológico por dentro desses “sonhos sonhados”, intuindo-se que *La revolución nunca se acaba*, com referências a Angola, Catalunha e ao Vietname, justamente a sua parte da crença que espera sempre “um sinal concreto de mudança”. Então, prossegue com o seu “Destino” (1966), disposto em quatro sextilhas, que denotam trabalho no modo do discurso, pois usa do refrão e da rima, no seio da desesperança, remetendo a ideologia política e oscilando a ausência de expectativa (“Já sorvemos toda a esperança”), sempre no reduto comunista (“Dançarmos entre muralhas / De areia vermelha e vã, / Tal é o nosso destino!”), com a força biográfica da sua vida sentimental (“és tu a margem / Da minha raiva de amar”); o mesmo se passa com “O preço é ser indiferente”, assente num esquema rimático rico e no refrão incluso. Como letra para música, comporta os temas do desencanto com o estado das coisas, a dita desesperança de quem já não embarca na ilusão, não se desengana (“Eu já não vivo os meus braços / Nem mesmo em gestos de espuma: / Sei de cor iguais instantes!”), mas sempre a coerência da ideologia de uma vida lúcida, a de quem pela sua educação e formação ideológica paga o seu preço (“Bebi em todas as fontes / [...] Vidas que levo à deriva... / Cinzentos são os meus dias”).

Na linha de alguma desesperança ideológica com contornos de sentimento amoroso escreve Urbano em 1968 a “Canção do amor prisioneiro”. Trata-se de um registo, uma memória poética autobiográfica do cárcere (“Estes olhos que a insónia já negou / [...] Estes dedos que na cela são tenazes”), que torneada pela rima dissimulada intersecciona a memória e o amor, justamente desejando ser recordado e respeitado pela amada

quando ocorrer a separação física entre ambos (“O saber que são meus os teus minutos! [...] Não. Não pode florir noutra jardim / essa ternura que ancorou em mim.”). Entremetidos, a dúvida do seu destino persiste nos “gestos de tortura”, na “dúvida que o cárcere repete”. Pleno de sentimento amoroso que é motivo de resistência – pois resistir é amar – é o poema “Sábado encarcerado”, também de 1968, onde progressivamente o sujeito poético encontra a posse do amor (“que és a ilha sem navios / [...] Meu sábado de sol e de carícias”), formalmente coadjuvada pela perífrase “Para ti”, ainda que o habite a hora do cárcere e da resistência (“Nesta tumba de grades que interrogam / Hora a hora para ti sustenho a vida”). Ainda no mesmo ano escreve um soneto de rima flexível, sem título, pejado de carga ideológica e memória e na linha construtiva da palavra poética. A “lembrança” da amada fortalece-o, num desejo de paz, sempre lúcido na sua “ardente insónia”, cuja consistência é vincada pela notável metáfora da amada, “branca brisa da concórdia”, remetendo, a fechar, para o ideal de resistência que lembra Álvaro Cunhal, fustigado pelo vento, mas sempre de frente e nunca de costas (“[...] aguardo de pé não de joelhos”).

De volta à terra da ideologia/à ideologia da terra, num hino ao trabalho, ao sofrimento, à esperança, na verdade, à força telúrica do Alentejo, escreve “Mulheres do Alentejo” (1977), “primaveras erguidas / contra os bastões contra as balas”, metaforicamente concretizando-as, substantivando-as de “trabalho” e de “dor”, fazendo jus, no final do poema, ao “povo torturado”, “nossa esperança, ainda em flor e fruto / no vermelho das feridas / deste País de abril”. Ora, na era pós PREC era notória a frustração da revolução incompleta, mas sempre revestida de um certo seu “sinal de luz”.

Urbano dá por terminada esta segunda parte do livro com o tocante poema “Após o incêndio” (1999), um título redutor, mas que concentra a atenção sobre e sob o setembro Negro que assolou Timor-Leste no mesmo ano. Balanceando o espírito do poema entre a enunciação, a informação e alguma temperatura poética do discurso, mas o bastante trabalho dos recursos expressivos, como a metáfora (“As árvores voam na angústia do olhar queimado”) ou mesma um agrupamento desta, nos interstícios da descrição, do discurso, e da hipérbole (“Até a brisa / que acaricia as altas e finas palmeiras, cheira a morte.”), transmite-nos as sensações da liberdade algemada, da fragilidade da ondulação das árvores, entre outras enunciações poéticas, num texto que pende para a intervenção cívica e que fazem dele um mini-poema-crônica em que a sua enunciação-chave surge quando escreve: “A verdade murchou”. Justamente, aqui está um poeta bem informado.

Posto isto, é na terceira parte do livro que UTR nos lega os seus desejos para um novo século. Ora, *Poemas do novo século* é constituída por vinte e oito poemas divididos em duas fases, apenas no que diz respeito ao modo do discurso, pois de resto forma um corpo indivisível. Neste sentido, temas como o sonho do futuro, o amor da ideologia ou a ideologia do amor, a(s) esperança(s), o amor, a morte, a(s) dor(es) são ramos do tronco comum em que se inserem.

Abre com os motes da natureza e do amor em “primavera” (2005), sendo que, como noutros, começa com uma estrofe em que descreve, poetiza algo, e depois salta para o sentimento amoroso – algo semelhante à atitude poética de Ruy Belo. Onde, quando (de)escreve o olhar que “de tão negro e parado é um aviso / do destino que me fixa finalmente” levanta o véu do negativismo, mesmo que se depreenda o início da aproximação do processo de fim de vida, afirmando o existencialismo irrecusável. Portanto, o poema divide-se em três partes: uma primeira em que a primavera é a ainda incerteza; uma segunda em que o sentimento amoroso nos indica o destino da incerteza; uma terceira em que as duas anteriores questões se afirmam como incertezas de certeza, ou seja, está em cena a certeza da incerteza. Do mesmo ano segue(m)-se “Dois poemas de amor e morte”. Sonho – amor; abandono – morte: binómios do sonho cada vez mais presente em Urbano a partir daqui, os “sonhos sempre sonhados” com remetências subtis para a ideologia ida (?) na adverbialização do concreto pessoal (“Libertamente me chamam”), um universo palpável de desamparo, renúncias, passos antigos até à abstrata concretização do “secreto refúgio / de um amor”. Logo motiva a reflexão de “Mudança (2006), assente no fracasso do 25 de Abril, repleto de ideologia, mas mais serena, como uma desilusão também aspectual, consciente da mentira, acreditando na mudança, com alguma indignação da esperança, “num outro abril”, sempre com os olhos centrados na luta pelos desfavorecidos “nesta cidade em que tudo está à venda”.

Precisamente, continua Urbano com o seu cavalo de batalha em “Amanheceu abril” (2006) – indício de um novo dia? –, expressão da serena angústia de uma luta quase perdida, mas não em vão, pois subsiste, qual imagem fortíssima, a “medula do futuro”. O poema em causa é, portanto, uma recordação da revolução de abril. Em todos os sítios da cidade, novamente, Tejo, Chiado, Graça, logo, Lisboa, “respira-se fraternidade” – diálogo com o poema anterior, na cidade “em que tudo está à venda”. Assim, “Amanheceu abril” expressa a recordação temporal em relação a “Mudança”.

Outra questão é a presente em “Não te rendas a Castela” (2006), de rima única em cada quadra. Declara a ideologia humanista de esperança num outro amanhã para o Alentejo, região não raras vezes injustiçada, acreditando na força do sentir da terra e do povo e ansiando que o atual estado da nação mude e uma espécie de metamorfose ocorra, mesmo que não nos moldes de abril... (“entre a vontade de ser / e os cravos de amanhã / Não te rendas a Castela / sorrirá outra manhã”). No mesmo ano produz mais quatro poemas que inclui nesta obra. Primeiro, “Natal” percorre as “gretas da indiferença”, usando de uma força nomeadora que lembra Wang Wei, associando moralidade ao mesmo, no exato alerta perante a indiferença com o próximo (“quando alguém passa e pedem / uma moeda por amor de ninguém / Nenhuma luz desenha nesta manhã / sequer um recorte de afeto”), numa “cascata de infinito desconsolo”, refletindo a ausência de valores morais na atualidade (“Só esta tristeza que acorda / ecos do amor que já houve”). Segundo, “Aquela luz” traz-nos o sonho, a luta ideológica/proletária, numa referência ao dia do trabalhador, o primeiro de maio – recordamos aqui o poema homónimo de Maiakovski –, num assomo de camaradagem (“fechávamos o punho”) voluntariosa “sobre o rumor das veias soletrando / liberdade”. Terceiro, “Grupo escultórico” vem de outro sentido e trata outro objeto, pois de caráter profundamente erótico, mesmo no seio da natureza – ora, o seu lirismo-erotismo da “manhã azul que entumescer”. Quarto do ciclo iniciado em “Mudança”, “Ameaça” é um poema da vida, do Alentejo, do, mesmo que subtilmente pela poesia, sempre idealismo, mas também é o sonho perdido (tendência do autor para o hermetismo?), o de um espírito inquieto (“desfalecem as vacas e os sonhos / dos agricultores”), certa revolta (“o seu fracasso”), com oportunas alusões ao capitalismo (“pestilentos arredores / das cidades que concentram a riqueza”), fazendo notar a desertificação concretizada (“fogem destas paragens / onde a própria vida seca”), ainda que, julgamos pelo curso em cena, a crise possa devolver as pessoas, pela necessidade, à terra. Algo hermético é também o objeto de palavras “Desconstrução da Luz” (2007), uma crítica aos tempos hipócritas – segunda metade do século XX e início do século XXI – que atravessa(á)mos: “Chovia sobre a sombra / das ruas pobres / penteadas para o turismo”. Fecha esta subparte o poema “Interrogações” (2007), justamente de tendência ideológica, mais uma fala da esperança afundada, mas não sem um possível reacreditar. O núcleo semântico do poema reside no belo jogo metafórico: “Em que rio de som mergulha / o sentido das coisas?”. Com referência implícita ao povo, faz uma crítica aos políticos atuais, excetuando a CDU, que nunca esteve realmente no poder (“Sob os arcos da noite / que míseras criaturas / ainda acalentam a luz / das ilusões que não se cumprem?”). Em suma, o poema realça a importância da revolução, do ideal de revolução (“Qual o poder do choro / ou do grito ou da raiva / dessa ânsia vaga de mudar a vida?”).

Na senda do predito, “Na praia da rocha” (2007) marca a referida segunda fase no trabalho do discurso. A partir daqui o tratamento da palavra poética aumenta. Deste modo, sendo um dos melhores, apesar do título discutível, é uma recordação do convívio com poetas, no seio da poesia em si e nos elementos da natureza. O recurso à memória e à alta temperatura da palavra no discurso poético são imagens de marca deste poema inacabável, em que não faltam referências/alusões a Casimiro de Brito ou Ramos Rosa, no resplendor da grande poesia em versos como: “e eram à sua volta rochas de sol / e diamante figuras pagãs / de um esquecido culto”. Igualmente paira sobre a nossa ideia de poesia de qualidade o trabalho “Viagem interior em dias que já lá vão”, onde terra, sonho, uma via cada vez mais constante na sua semântica, sagrado e a devida ideologia (político-social, sempre) são tópicos caracterizadores, a que se ligam, na circunstância, a lucidez ideológica que transmite, mesmo no silêncio (“As aves do frio fugiam de mim / da vidência que descobriam no meu silêncio”), o telurismo (“Quem eu sentia que me queria falar / a sério revelar-me algum oculto saber / eram as raízes cúmplices da Terra”) e o panteísmo (“segredos que a espuma de um rio / arrastava Segredos das árvores / das pedras dos animais meus segredos”). Sobre outro futuro versa “Viagem” (2007), nos-

tálgico, esperançoso de um mundo melhor (“há de haver porém – ou rasgamo-la nós – / Uma janela qualquer, / Toda branca ou de fogo, / Que se abra inesperadamente / Para outro futuro”) e retornando à linha de defesa dos mais desfavorecidos (“Mostram-nos de longe / quando muito / a raiva de criaturas / dos bairros mais escuros. / Gente sem pão nem trabalho / ou com horas de sofrimento em excesso / sabemos que há e são muitas”). Algo peculiar é o poema “O novo dia da cidade” (2007), que não se afasta dos temas que temos designado como fundamentais em UTR, uma vez que se trata de um conjunto de emendas e aumentos, desde trás, de “Amanheceu abril”, na medida em que a segunda parte do poema é uma cópia daquele. Assim sendo, há o tratamento, pela metáfora (“vento cheio de gritos / [...]cravos ardentes”), da revolução. Começa por descrever a cidade, o Tejo, lembrando de seguida abril, metaforizando que “Ficou, é certo / uma luz teimosa / sussurrando entre nuvens”. Dignamente, ficam em causa os demasiados hinos ao 25 de Abril, quando na verdade aquele levantamento depois de cumprido se gorou em revolução. Mesmo assim, reafirma Urbano que algo terá de mudar e vai mudar. Relativamente aos dois últimos poemas de 2007, “Disse-te um dia” transpõe intimismo e erotismo (“e bebo todo o sol e afinal o tempo / nos teus lábios”), anotando o autor que, no fundo, a espera, no amor, é só o que vale a pena (“mas esperava-me no aeroporto / de nunca antes/o rumor febril dos teus olhos / onde aprendi / que o tempo não existe”); “Angústia”, título forte, embora comum, por sua vez exala esperança, iniciando metaforicamente (“O dia abre as pálpebras lentamente”) as serrazinações, indicações ideológicas que aludem à desilusão da revolução de abril, ao capitalismo, convicto de que a culpa é a ditadura substancial na estrutura democrática formal (“A máscara destes horrores é a falsa / democracia que já foi árvore de sol”) em que quase se esvai a esperança, arrematando numa referência histórica, muito subtil, a abril, “intervalo de luz”.

Segue-se nove poemas que reportam a 2008. “Retratos Rasgados” renova a sempre esperança, a solidariedade (“Sempre deste a mão à fraqueza”), também com a causa erguida pela bandeira, numa quase inesgotável camaradagem da busca do que resta da revolução, a “flor secreta / do tempo / abolido”, assente na vontade, reanimadora, que Schopenhauer preconizava. “Poemas de Toda a Vida – Destino”, em três partes, reconduz-nos ao sonho e à ideologia, vincado do anticapitalismo veemente da sua revolta (“Nunca aceitei qualquer tirania / nem a do dinheiro”), embebida de um radical existencialismo sartriano (“nem a própria vida eu aceito/tal como ela é/com todas as promessas/do amor e da juventude [...] / envelhecer / a morte em cada dia / antecipada”), mas sempre na linha do sonho ideologicamente bem poetizado: “Quando a terra poluída / tiver sorvido toda a água dos lagos e das / fontes / hei de levar o meu fantasma / até ao porto sonoro / onde a esperança cai a pique / sobre o mar dos desejos sem limite”. Também do sonho, da ideologia e da desilusão (“a ideia de um templo vivo / onde igualdade e futuro / se haviam de fundir”) trata “O Branco Dia”, mas sempre, no fim, com a esperança, o sacrifício, que nunca esmorece totalmente: “o pressentimento da árvore / triunfal onde todas as aves os insetos / e as flores até as flores / começarão a cantar”. “Sem Grinalda e sem regresso” devolve-nos, pela conjunção, a desilusão, mas não abandonando o abundante sonho de um mundo melhor. É uma “esperança desesperada” em quatro quadras. Justamente na segunda, Urbano usa um processo discursivo próximo de Ruy Belo, um dos poetas diletos do autor, quando não pausa elementos nucleares das orações (“juntam-se batem às portas”), afirmando o futuro “incandescente”, dúbio, mas certo, ainda que sem previsão exata, isto depois dos sonhos desfeitos. Na verdade, depreendemos nas palavras de UTR o ideal comunista, mas também que importa ler bem Marx, renovando o sonho de uma “cascata branca a sonhar”, de uma nova “onda de igualdade”. No mesmo patamar, porém marcado de erotismo e amor, “Dois poemas de amor e vida” abre com uma referência a Ana Maria, “Rosa vibrante dos subterrâneos / de uma nova resistência”, recordando, numa metáfora erótica, a chama e o fulgor da paixão: “Entrar no jardim do teu corpo / é o esplendor da vida”; ressalta da segunda parte do poema o lirismo do cruzamento com a “música silenciosa” de um primeiro sorriso nas “folhagens de um azul / mais luminoso”. Em “Noturno” ressurgem a oscilação entre a esperança no amor (“Ver-te-ei por ventura de novo”), primeiro a dúvida e a desacreditação, e a resignação (“Anoiteço sem lágrimas”), sempre no campo do questionamento amor-morte, comparando a morte, a dor, o sofrimento a processos de fim.

Nos últimos três poemas desta data, “O Barranco das violetas” encerra uma certa tradição campestre, celebração da vida, do humano, onde a incerteza e a memória (“Refletidas no charco estremecem / elas ou outras / as violetas da minha infância.”)

são lavradas em belas passagens de profundo sentimento do humano e da vida: “Veio um dia uma maré de cinza / cobrir a ladeira que vou / subindo e até a luz dos olhos / me escureceu.”; já “Os meus desejos para um novo ano” afirma-se como um produto nuclear nesta sua obra, pois dele constam os caros temas da ideologia, sem alheamento da esperança, num retornado assomo de luz, em que a estrutura formal do conteúdo do texto se centra nas ideias “Quero”, desejo, e “Não mais”, recusa – cuida da intervenção cívica pelos mais desfavorecidos (“Quero pétalas de luz suavizando / a pobreza que se esconde”), na defesa do proletariado (“e os trabalhadores exaustos deploram / os seus direitos perdidos”), a tempo usando da metáfora bélica “Não mais o sol das guerras”, repensando abril e todos os tópicos que a sua ideologia abarca na superior metáfora das “verdes artérias do futuro / lágrimas tornando-se sementes”, recusando o industrialismo estéril do capitalismo neo-liberal (“Não mais a invasão do plástico / em benefício de grandes empresas”) e mantendo-se atual ao referir-se às deslocações das empresas, das “muitas fábricas que fecham / para lucro”, podendo aqui ser estabelecido um paralelo com “Angústia”, em que o desejo de uma “autêntica liberdade” substancial exprime o sonho tornado realidade; por fim, “A Luz de Viana”, sobre Viana do Castelo, acolhe um tom mais líricamente pensado, no seio do sonho (“Em Viana senti o sol / chegar até ao fundo de mim / e escutei o silêncio salino / das águas da memória”), subtilmente referindo-se a abril e com os olhos na esperança de “pétalas cor de amanhã”.

De 2009 é “Cidade da Agonia”, poema profundamente ideológico, marxista (“Será alguma vez o homem / irmão do homem?”), tendo presente que “as sombras desencontram-se no escuro / da indiferença e do medo”. Fecha a terceira parte do livro com “Carnaval”, uma parábola interseccionada do amor (“Carnaval de remorsos de nostalgia / com rebentos de luz”)...

Entramos na quarta e última parte, por sinal bastante singular, do livro. *Poemas com endereço* constitui um corpus de homenagens, essencialmente. Abre com “Tão longe e tão perto (em memória de Fiama Hasse Pais Brandão)”, não datado, que aborda temas da poesia de Fiama (“As sílabas e o segredo / dos teus poemas sonho / e solidão que tu tocaste”), chegando a enumerar certas áreas (“Tudo o que amas e que amaste / a violeta e o cravo o orvalho / a libélula a abelha e o moscardo / o diálogo dos arbustos com o sol / as névoas irisadas que inventavas / todo o jardim te espera e se despede”). Urbano entoa uma voz na luz que caminha para as fronteiras do indefinido fim.

De 2007 dá-nos UTR a conhecer, nesta parte e neste âmbito, quatro poemas. “A chuva em Paris (para a Agripina Costa Marques)” é, num primeiro momento, simultaneamente um roteiro poético de Paris, o pensar do tempo, da temporalidade (“Sentia-se amadurecer o tempo”), o ritmo da vida e um tratamento do sonho, que estiliza, por exemplo, usando do hipérbato: “Apenas com o azul ardósia dos telhados / e sua alma as mãos da chuva sem anéis / se combinavam, se confundiam”. Num segundo momento, algo ideológico, alude ao maio de 68 e também ao surrealismo que caracteriza a sua, de Urbano, arte literária. Acaba simbolicamente, recorrendo à chuva para atingir tal efeito, questionando(-se), ironicamente, se tem cabimento perdoar os revolucionários: “Há quem diga que tu perdoas / chuva redentora Mas afinal o que perdoas / O simples facto de vivermos?”. Do mesmo ano é “Poema com endereço – Os olhos de Luísa Amaro”, duas quadras em que usa das rimas cruzada e interpolada, uma composição panegírica que recorda a dor de perder o Carlos Paredes (“um raio de sol dourou / Vibra guitarra de luz / que nenhuma dor calou”), assentando na busca da música mais pura “entre silêncio e silêncio / das águas nuas do mar”. Ainda no mesmo ano escreve “Ana dos cabelos de ouro”, uma pequena memória em rima. Mas talvez o máximo poema deste ano seja “Catorze Meses (ao António Urbano)”, escrito em maio, dedicado ao seu filho mais recente. Nele desenvolve um belo monólogo dirigido ao amor paterno, como pai que sonha com o filho que tem. E fá-lo, entra no sonho, de forma descritiva, terna (“Na palma das tuas mãos / crescem sonhos indecifráveis [...] / meio anjo meio demónio como serás”), exprimindo no filho a alegria maior (“e o brilho sagrado de um sol que no êxtase / absoluto dos teus pais se refrata a cada instante.”).

Encerramos estas visões com três poemas de 2008. “Com luz de sal”, constituindo “luz de sal” a metáfora salga de desejo, panegiricamente rima na sua estrutura externa, expondo a dicotomia luz-sol como expressão de equilíbrio do sal que também tempera o desejo. Volta o sonho em “Memória (Para o Luís Cília)”, desde logo ao abrir o poema, lembrando Eliot, pois a vida é longa, quando escreve que “É longa a estrada amigo”. O

sonho que lembra mais uma vez abril, o “da cidade virtual / que já foi nossa”, a memória das lutas pelas causas do partido, “daquelas velas vermelhas / dos nossos desfiles intermináveis”. Tudo isto são “crânios pesados / de sonho / que as vegetações daninhas / não conseguem poluir”, a realidade que pesa em contrapeso do sonho. No antefecho do livro, poisque “Catorze Meses” é o último da obra, “Lamparinas de cristal (Poema para a Maria João Pires”, do mesmo ano, deixa-nos com o sonho, sempre, aquele que “ao piano / sonha a Maria João”, extenso pela metáfora desconstrutiva, à guisa de outras do poeta, “água de luz a correr”, reforçando o seu desejo de luz. Termina arrebatadamente sensível quando “ela sorri e os seus dedos / descem ao fundo do ser”.

4. Abraço final

Depois de cavarmos fundo na palavra poética de Urbano Tavares Rodrigues, na carne do texto, não nos alheando da devida poemática a exercer, assumidamente (e talvez arriscadamente) poema a poema, enfrentamos a necessidade de nos despedirmos da obra e deste próprio exercício de crítica que irá, como dizia Verlaine sobre o livro (não este), aonde o acaso o leve. O abraço que Urbano e a sua poesia têm a receber desta diligente apreciação é o do sonho de ter compreendido a ideologia com que UTR nunca abandona a sua coerência, a sua competência não raro inovadora e mesmo o anseio de sonhar alcançar o entendimento dos sonhos de um grande escritor e poeta, a quem não é alheia, entre outros, a influência de Octávio Paz, Camilo Pessanha, António Nobre, Ruy Belo ou Fernando Pessoa, destacando Álvaro de Campos.

O autor de *Os Insubmissos* não foi submisso da prosa e assim nos deixa o prazer de o ver também expresso não só noutra mancha gráfica, mas também no seio da palavra poética que sempre habita a sua produção, como o atesta o mais recente (2011) volume de ficção, em prosa, *Os Terraços de junho*, contos e sonhos em que o onírico predomina e o enérgico apelo poético dá à sua escrita perfis de raro encanto. ▼

As ^{incríveis} proezas
de D. ~~Afonso~~ João de Melo Coutinho
cavaleiro da luz

com sujeito em

Viu-se de Santo Amador, no Alentejo, onde seu pai era o senhor da terra directamente para a corte, como escudeiro do príncipe D. Afonso, em breve rei de Portugal. Tão de, no clima turvo dos dissídios entre o infante D. Pedro, regente do reino, e D. Afonso, duque de Bragança, o moço João Coutinho de Melo Coutinho, aperfeiçoou-se nas artes mercantis e aprendeu tudo o que se podia, e até um pouco de álgebra e geometria.

D. Afonso V, que era temperamental e sombrio estimava-o muito. Viu-o bater-se com denodo no batalhão de Alfarrobeiras onde o duque expulso o Pedro, tão culta como atilado na política, pendeu a voz atilado

Para pressiar a sua governação, o jóia rei fez do conde de Santo Amador - D. João de Melo Coutinho capitão nas campanhas de África, ^{inteligente} ~~activo~~ como um esquadro ^{vivo} nas ^{transições} ~~transições~~ mais difíceis, e assim participou nas vitórias de Alcácer Ceguer, Tânger e Larache, contraindo a feição do deserto, que usava a calcinção em aventuras e perigos, de sua insubordinação.

Rigorosamente ateu embora na corte se cobrisse de manifestar ~~esse~~ o seu escepticismo, tinha um encanto natural e por certo algum magnetismo que lhe lançava as malhas nos braços, donzellas e donzellas; até nas viagens distantes a que aprofundava em caradas de aventura, se lhe entregavam facilmente brancas e negras, mais ou menos de gentes, ao sabor do acaso.

estatura
A alta estatura, os olhos aquies muito intensos, o cabelo aos caracóis caem-lhe sobre a face e sobretudo a sua comissidada de tudo ver, conhecer e compreender, foram por assim dizer, abriam-lhe a intimidade das famílias,

As incríveis proezas de D. João de Melo Coutinho, Cavaleiro da Luz **Urbano Tavares Rodrigues**

Veio com quinze anos de Santo Amador, no Alentejo, onde seu pai era o senhor da terra, directamente para a corte, como escudeiro do príncipe D. Afonso, em breve rei de Portugal. E ali, no clima turvo dos dissídios entre o infante D. Pedro, regente do reino, e D. Afonso, duque de Bragança, o moço João de Melo Coutinho aperfeiçoou-se nas artes marciais e aprendeu humanidades, línguas e até um pouco de álgebra e geometria.

D. Afonso V, que era temperamental e sonhador, estimava-o muito. Viu-o bater-se com denodo na batalha de Alfarrobeira, onde o desditoso infante D. Pedro, tão culto como atilado na política, perdeu a vida.

Para premiar a sua bravura, o jovem rei fê-lo conde do Santo Amador. D. João de Melo Coutinho seguiu-o nas campanhas de África, protegendo-o como um escudo vivo nos transes mais difíceis, e assim participou nas vitórias de Alcácer Ceguer, Tânger e Larache, contraindo a paixão do deserto, que viria a calcorrear em aventuras e expedições de sua iniciativa.

Rigorosamente ateu, embora na corte se coibisse de manifestar o seu cepticismo, tinha um encanto natural e por certo algum magnetismo que lhe lançava mulheres nos braços, donas e donzelas. Até nas praias distantes, a que aproou em caravelas de aventura, se lhe entregavam facilmente brancas e negras, muçulmanas e gentias, ao sabor dos acenos.

A alta estatura, os olhos azuis muito intensos, o cabelo aos caracóis caindo-lhe sobre a face e sobretudo a sua curiosidade de tudo ver, conhecer e compreender, franqueavam-lhe portas, abriam-lhe a intimidade das famílias, cativavam as mulheres e mesmo as adolescentes.

Um dia, levado por uma tempestade de areia aos campos da Etiópia, D. João de Melo Coutinho, a quem os companheiros destas deambulações chamavam o cavaleiro da luz, encontrou uma criatura deslumbrante que havia de marcar o seu destino.

Era uma mulher nova, fora do comum, belíssima, mas sem altivez, de pele não muito escura, acetinada e com feições muito puras e delicadas, fruto talvez de uma mestiçagem antiga.

João tentou falar com ela em árabe, língua que aprendera nas suas andanças pelo Norte de África, mas Iria não o entendeu. Felizmente falava, não se percebia como nem porquê, um latim espúrio de ladainha medieval. E sabia quem eram os portugueses, assumia-se como católica.

O Conde de Santo Amador aparecia-lhe aureolado de grandes virtudes do povo que se espalhara por tantas regiões adustas e cristianizara a sua gente.

O cavaleiro da luz, pois como tal agora ele se assumia, prosternou-se diante dela tão enamorado que Iria se comoveu e lhe deu as mãos e depois o abraçou.

A Etiópia estava em guerra com vizinhos rapaces e discípulos de Maomé, que lhe invadiram as fronteiras e desta vez ameaçavam mesmo marchar sobre Adis Abeba.

O Conde de Santo Amador fez questão de se bater na vanguarda da cavalaria etíope, arrastando nessa arrancada alguns dos seus patrícios mais destemidos.

Os mouros sudaneses brancos e negros foram desbaratados e nessa vitória avultou a coragem dos portugueses, com o cavaleiro da luz à sua frente.

D. João de Melo Coutinho casou com a desvanecida Iria, sujeitando-se ao ritual católico e deram-se sensualmente um ao outro, com algumas lágrimas e gemidos da esbelta princesa que acabou por vibrar em uníssono com o seu iniciador, quase desmaiando de tanto gozo, desconhecendo-se nesse excesso.

Acertavam maravilhosamente em tudo um com o outro.

Mas o tempo rolou, vieram ondas de calor, os outros portugueses partiram e João de Melo Coutinho começou a sentir-se manietado a tal ponto que, mesmo reconhecendo que o amor não se havia esgotado entre ele e Iria, sentiu um imenso desejo de partir, de regressar a Portugal.

Iria sofreu, acreditou que ele voltaria e, que remédio, deixou-o ir.

D. Afonso V recebeu de braços abertos o amigo ingrato que o deixara. Ia já no seu segundo casamento com uma princesa de Castela e resolve reivindicar os seus direitos ao trono de Castela. Os Reis católicos, Isabel e Fernando de Aragão, resistem a essa intrusão e vencem o rei de Portugal na cruenta batalha de Toro.

O conde de Santo Amador bate-se ao lado de D. Afonso V, com porfiado heroísmo

aparecendo os golpes que ao rei eram destinados, repelindo poderosos cavaleiros de couraças rutilantes, verdadeiros Hércules, sangrando já por todos os lados a sua fraqueza.

A pungente derrota fá-los por fim retirar e partir com a tristeza às costas esfrangalhadas.

O Conde de Santo Amador ainda acompanhou D. Afonso V a Paris, nas conversações, que não resultam, para conseguir o apoio de Luís XI.

No regresso D. Afonso V, muito deprimido, vai procurar o seu descanso no Convento do Varatojo, em Torres Vedras e abdica a favor de seu filho D. João, que se torna D. João II.

D. João de Melo Coutinho avança a hipótese de regressar à Etiópia. Mas foi então que conheceu a duquesa de Atouguia, D. Teresa de Meneses, que tinha fama de pôr todos os homens a beijar-lhe os pés e alguns chicoteava e torturava, como se seus escravos fossem, e a outros no acto de amor queimava as costas e eles se humilhavam, suplicantes, perdidos de desejo.

Era um desafio que o Conde de Santo Amador não podia recusar.

Um misto de curiosidade, de desejo e ânsia de desforra aproximava-o daquela mulher grande e elegante, de olhos dominadores, boca voluptuosa.

Também ela, logo que lho apresentaram, sentiu o fascínio do cavaleiro da luz.

Convidou-o para um jantar muito especial no seu palácio da Pampulha. E logo nessa noite o pôs de joelhos e de rastos a beijar-lhe os pés, chicoteou-o, rindo muito, e quando ele, já ressabiado a montou queimou-lhe as costas com um ferro em brasa.

D. João bateu-lhe então no rosto, puxando-lhe os cabelos, lançou-a depois por terra. Lá a sodomizou e a moeu de pancada, fazendo-a soltar gritos e lágrimas, que eram tanto de dor como de prazer.

Prendeu-a a uma corrente de cão, arrastando-a assim pela sala, sujeitava-a a todas as vergonhas e violências e, envolta em sangue, mijo e vergonha, penetrava-a, acariciava-a e tornava a espancá-la. E ela, rendida a esse domínio cruel, gemia e abraçava-o suplicante.

O cavaleiro da luz sentiu-se, a certa altura, nevrosado, farto de tudo aquilo. Foi palaciano na despedida e dormiu dez horas seguidas, a desintoxicar-se.

Soube que o rei D. Afonso, tão seu amigo, estava muito doente, no retiro que escolhera em Torres Vedras.

Meteu-se numa carruagem, com remorsos de tão longa ausência, e lá foi encontrar, muito achacado e triste, o seu soberano, já meio fora da vida.

Tornou a pensar em demandar a Abissínia. Estaria ainda à sua espera a princesa Iria, a sua tão linda e comovente esposa, autêntica divindade em forma humana?

Tinha um mau presságio. Mas começou a preparar a viagem lentamente.

Tinha trinta e três anos, a idade de Jesus quando o crucificaram e morreu. Continuava ateu, graças a Deus como diziam por piada os poucos que o conheciam um pouco por dentro. Mas tinha simpatia pela figura do Cristo, a sua fraternidade, a sua coragem generosa. Trocava com ele às vezes umas palavras.

Às vezes passear até onde o rio Tejo confluía com o mar e perdia os olhos no longe das ondas, que lhe parecia ouvir crepitar.

Um dia meteu-se num barquinho que ali parecia aguardá-lo e, remando energicamente, distanciou-se da costa. Depois, fascinado pela cintilação tão cúmplice daquela imensa mancha de água, viu no céu um estranho pedaço de luar em pleno dia, tudo o incitava a mergulhar. E o cavaleiro da luz nadou para o infinito até lhe falecerem as forças. Foi-se afundando e não tornou à superfície.

Título Toda uma Vida
Autor Monteiro Henriques
Editor D. Quixote
Tradutor _____
Ilustrador _____
Edição 1^a **Ano** 2010 **ISBN** _____
Classificação 5 4 3 2 1 **Idade** 0 a 5 6 a 12 13 a 17 + de 17
TFMÁTICA
 Arte Biografia Educação Filosofia Geografia
 História Língua Linguística Psicologia Religião
Ciências Aplicadas Naturais Sociais
Generalidades Tecnologia da Informação Obras de referência
Literatura Ensalo Conto Crónica Novela Poesia Policial Romance Teatro
Apreciação

Toda uma Vida é sem dúvida um dos melhores romances publicados em Portugal nos últimos anos. Pela complexidade e humanidade dos personagens que cria, pelo olhar sobre a história de quase um século, pela densidade e originalidade da reflexão íntima de uma velha de oitenta e oito anos sobre as peripécias da sua vida agitada e sobre as ocorrências de cada dia.

Frente ao mar, num casarão apelidado do Alforno, perto da Senhora da Rocha, ela ^{me} recorda, repense, julga sobre sua existência, o nascimento em Feroz, a adolescência em Leça Toja (Paredes), Carlos, seu mestre de natucação e os primeiros freimtos sensuais; depois Madrid, a guerra civil, o pai, oficial do exército, anti-francês, o inimigo, pelo entusiasmo, ligado à falange; a fuga para a montanha, Ayllon; a morte dos irmãos. Ainda pela Bicrúta dá a conhecer a ^{então} jovem portadora de ^{esta} proeza o horror do nazismo e o heroísmo dos resistentes. Em Lisboa conhece Juan Miquel, filho de negociante catalão residente no Alforno, apaixonou-se um pelo outro, no momento a casa de Pilar, sua irmã, já entus com a experiência real, acompanhada

Urbanu Fernandes Rodrigues

24-7-2010

→ O nome. Tornou-se mais tarde amante do eunuchado, e casa
com um homossexual com quem faz um pacto de convivência,
mas que acabou por se suicidar depois de uma violenta discussão
com ele.

A volta sempre relembra que perdeu um filho e dor no
acidente, ter filhos e netos, a companhia por vezes de longe, por
algum vão viver por Madrid, e de rir essas vidas e humores,
venturas e desventuras, algumas bem dramáticas, ele participa.

Pense a ideia de Deus, a religião, as celebrações do século XX,
com alguma descrença das grandes ideias, pelo que os outros homens
desem a vida, mas ao mesmo tempo lamentando a "pelic", o egoísmo,
a descrença das novas gerações.

Percebe estabelecer, com a sua fonte cultural e cerebral de
vivências, uma ética da conduta.

Mas nunca é peremptório nos seus raciocínios e intuições
discussões. Deixa as questões em aberto.

O seu diálogo com o mar do Algarve é muito belo e
rico de conotações. É nele que Messereno e Percebe não se
há-de perder e "muito pouco sentir que a parte de fábula
vai transformar-se num futuro vivente.

A capacidade fabulatória iguala neste ~~romance~~ livro
o debate de ideias, tornando-o esplendoroso,

tanto mais que a escrita serve admiravelmente essa
riqueza.

Saramago e o Partido Comunista

José Saramago viveu apaixonadamente a resistir ao fascismo e, depois do 25 de Abril, o projecto de democracia avançou a caminho do socialismo.

Foi a sua profunda ligação aos trabalhadores, puros e plantados, que o levou a escrever o seu belíssimo livro, no qual recrea a história, que narra a ocupação dos trabalhadores.

A sua relação com o Partido Comunista Português não teve sempre firmeza, embora José Saramago, com o seu carácter, algumas vezes tenha emitido juízos pessoais discordantes. Aliás, em qualquer parte do mundo onde José Saramago aparece com um partido ou uma força progressista atenta-se de algum modo com a direita humana, logo de se imbuir.

De Olhos Lavados é um preciso texto em que se mesclam, a
funções o descritivo e o conceptual, documento vivido e sentido de
uma viagem ao oriente da alma, que capta belas e originais
imagens de Dili e subtileza do coração magico de Timor, suas mon-
tanhas, praias, praias banhadas de sol e misterio, da sua gente
simples e generosa, Baucau, o monte Fatucanz, o espelho profundo
do mar.

Viagem iniciática, através do amor, da didiva e do diabo
com a terra, metafórica visão de um paraíso aprazível, de humildade
e da escorreg, De Olhos Lavados é bem a revelação de um au-
têntico poeta, de quem muito há a esperar.

Urbanu Tavares Rodrigues

Adeus Joaquim Vital

1

adolescente

Joaquim Vital, meu editor em France e meu amigo do coração desde que o conheci ainda adolescente e militante revolucionário; quando foi preso pela PIDE torturado e condenado, fiquei muito triste - Bil'file após a sua libertação,

Como editor, que publicou grandes ^{escritores} escritores franceses e uma coleção de poesia de vulgar qualidade, porém grandes recursos à cultura portuguesa, desde a conhecido ^{poetas} de João de Castro

o Fernando
Naves
Pinto

de Pessoa, mas grandes escritores como Sophia de Melo Brito, Andersen, Maria Juhate de Carvalho, Vazão Fomara, Maria Alcibi, Vasco Graça Moura e outros nomes. Era o meu primeiro editor de livros. De uma grande elegância de maneiras e comportamento, com amigos em várias partes do mundo, que pareciam montar sempre porções de esportes. Era esportista e brilhante. De alta estatura, corpulento, tinha a elegância de um príncipe e por vezes um sorriso acerado e nobre.

Detalhe também como escritor, publicou entre outros livros de ficção e de poesia, Adeus e Quelques Personages e um admirável livro de contos, em vias de ser traduzido em português, La Vie et le Reste.

Deixa uma saudade profunda ~~em~~ nos amigos que lhe estiveram perto e todos o estimavam.

Urbanus Soares Rodryg

Aos cinco presos cubanos

Confio em que vos transmitam esta minha mensagem de indignação, de esperança. De indignação pelo que há de injusto e revoltante no vosso longo encarceramento. cativo.

De esperança porque confio em que um rebate de consciência de quem detém o poder nos Estados Unidos vos devolva em breve à liberdade.

Urbano Tavares Rodrigues

escritor

O Universo de Agustina

A obra de Agustina é o fervilhar de um mundo, a imaginação, a ironia, a psicologia, a sátira ^{com} seu perfeito domínio da linguagem. Mundo de matrizes, de invenções, princípios e componentes, nele se misturam por vezes a ficção e a história numa enredada romanesca fascinante. Criadora de uma ^{galeria} ~~galeria~~ vastíssima de personagens não recolhidas ao vida corrente, magníficas, transformadas, monstruosas, num desmedido universo de miragens.

Nos seus horas de convívio, Agustina tem um humor absolutamente fabuloso sem igual.

Continua a ouvir ^{ela} sua encantada mente. Não cansa; goza sempre a sofrer.

Ulisses Soares Rodrigues

Quando Patrícia,

ai vai o conto infantil prometido. Para
- ehe o favor de acusar Reciprocidade, de pretenção
ferência para o meu dilema. Eba, critica

Ulisses Soares Rodrigues



Quinteto

Vera Borges

CINCO PERGUNTAS A UMA SOCIÓLOGA
DA ARTE E DO TEATRO

Entrevistada por ROSA FINA

Vera Borges (n.1973, Paredes) tem-se destacado no contexto da nova sociologia portuguesa, com a publicação de investigação inovadora relativa ao mundo do teatro, das artes e das profissões. Pesquisa que tem levantado questões importantes no estado da arte e da sua função na sociedade atual, sendo os artistas, como sabemos, detentores de uma alegada “não-profissão”, diferente de tudo o que associamos corriqueiramente ao termo como horários, remuneração fixa ou até hierarquias internas. O trabalho desta investigadora tem lançado luz sobre um mundo à partida paralelo, mas que, como ela esclarece, acaba por não ser assim tão diferente dos outros quotidianos profissionais.

Tendo palmilhado o seu percurso de formação por instituições como a Universidade Nova de Lisboa, a École des Hautes Études en Sciences Sociales e o ISCTE, é actual-

mente investigadora do Instituto de Ciências Sociais ao lado de grandes nomes da Sociologia portuguesa como Manuel Villaverde Cabral ou Paquete de Oliveira. Sempre em diálogo com os novos pensadores da sociologia francesa, como por exemplo Pierre Michel-Menger, tem actualmente em mãos um projecto sobre a profissão de arquitecto. Com uma obra respeitável publicada, da qual destacamos *O Mundo do Teatro em Portugal: Profissão de actor, organizações e mercado de trabalho* (Lisboa: IN-CM, 2007); *Teatro, Prazer e Risco: Retratos Sociológicos de Actores e Encenadores Portugueses* (Lisboa: Roma Editora, 2008); *Todos ao Palco! Estudos Sociológicos sobre o Teatro em Portugal* (Oeiras: Celta, 2001), tivemos o prazer de lhe colocar algumas questões sobre o estado da investigação em Portugal e o que adivinha para um futuro próximo, seja ele mais próximo do real ou do ideal, desejando no fundo que os dois se encontrem.

1 -Tentando mimetizar alguns dos inquéritos que a própria Vera Borges realiza nas suas pesquisas sobre profissões, perguntamos agora a si quem foi a pessoa ou qual foi o acontecimento que a levou a seguir o caminho da investigação? Que escolas, correntes ou modos de trabalhar a sociologia mais marcaram a sua carreira?

O meu percurso fica profundamente marcado pelo encontro com Pierre-Michel Menger, diretor de estudos na École des Hautes en Sciences Sociales (EHESS) e diretor de pesquisas do CNRS, em 1999. Naquela altura, ele era ainda o diretor do Centre de Sociologie du Travail et des Arts (CESTA), tinha sucedido a Raymonde Moulin. Menger é um nome incontornável da sociologia das artes e da cultura, em França, e além fronteiras, independentemente do domínio científico: da sociologia, passando pela economia até à história de arte encontramos citados os seus trabalhos. David Throsby, reconhecido investigador, de visita ao Instituto de Ciências Sociais (ICS-Universidade de Lisboa) afirmou, a propósito do colega francês, que estamos diante de um investigador de rara inteligência e de enorme relevância para a evolução do estado da arte nos mundos artísticos.

Tive o privilégio deste encontro com P-M. Menger. Fiz a tese de doutoramento sob a sua direção, com Luís V. Batista, da FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Segui os seminários de doutoramento de Menger e ali tive ainda a oportunidade de ouvir de viva voz e contactar diretamente com Diana Crane, David Galenson, Howard Becker, entre outros. Posso dizer que P-M. Menger foi o meu mestre e, ainda hoje, os seus conselhos servem de inspiração para os temas que estou a trabalhar no domínio da sociologia da arte. Devo muito a essa escola, essa corrente, esse modo de fazer sociologia. A investigação sobre *O Mundo do Teatro em Portugal* [Lisboa: Imprensa de Ciências, 2007; Paris: Harmattan: 2009] – as suas organizações, profissões e mercados de trabalho artísticos – é fortemente inspirada pela escola francesa. Embora não esqueça a notável formação que fiz na FCSH-UNL e no Mestrado em Comunicação e Cultura, do ISCTE-IUL.

Em Paris, permaneci com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia até 2004 e, logo a seguir, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Já em 2005, depois desta riquíssima experiência na escola, em Paris, tive o privilégio de trabalhar com um investigador brilhante, um dos mais reputados, em Portugal: o Professor Manuel Villaverde Cabral, no Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa. Na altura, estudámos, sob a sua direção, a profissão de arquiteto. Têm sido momentos de aprendizagem valiosíssi-

mos, pelo caráter envolvente e dinâmico da investigação feita no ICS, e do ponto de vista pessoal, pela amizade e apoio que ali encontro.

2 -Ao olhar para o mundo e para a sociedade de hoje, considera que a sua condição de socióloga lhe permite um olhar privilegiado, ou seja, em relação vê mais do que as outras pessoas. E, em caso afirmativo, que diferenças há entre o olhar de um sociólogo e um olhar “amador”?

Na realidade, estamos sempre a observar, a analisar, a ver com uma lupa todos os “pequenos mundos” em ação: na loja, onde vou comprar um tecido, como nos bastidores do teatro onde faço uma entrevista ao ator, ao encenador; volto a sair e peço para entrar de novo no terreno da pesquisa; observo outra vez, faço perguntas, quero saber mais sobre quem faz o quê naquele lugar e como. No fundo, é sentir que deitamos o olhar para os acontecimentos, as coisas, as pessoas e não ficamos indiferentes a nada.

Por sua vez, em sentido figurado, o olhar “amador” é como “observar as estrelas” com pequeníssimos instrumentos, é um olhar muito útil e que mobilizamos sempre, sobretudo, quando não sabemos nada ou sabemos muito pouco sobre um assunto que queremos aprofundar.

3 -E em relação à crise atual, que alguns dizem que, na realidade, a crise mais grave vive dentro das pessoas, o pensa, enquanto socióloga, sobre esta afirmação?

Quando estudava em Paris, nos seminários, lemos a tradução francesa do livro de Charles Taylor [Les Sources du moi, Paris, Le Seuil, 1998], cujos contributos utilizei para o meu trabalho de investigação e para o meu dia a dia. Estava então a pensar como e porque razões as artes representam para os indivíduos formas de descoberta e de realização pessoal, de aprofundamento do conhecimento do eu.

A esse propósito, o autor afirmava que todos os indivíduos são dotados de uma interioridade singular e cada um pode, afinal, procurar-se nas profundezas da sua personalidade, “ser o artista da sua vida”, ser sincero consigo mesmo e, portanto, com os outros. Procuremos a autenticidade, a realização individual, o ser verdadeiro para si em harmonia com o coletivo (a realização pessoal como algo que faz sentido para nós e para os outros) e, talvez, se encontre uma resposta para uma crise, aquela que vem de dentro e que tem efeitos profundos na organização das sociedades.

4 -Tenho a certeza de que não partilha a ideia de Platão de expulsar os artistas da cidade, mas gostaria que nos explicasse a sua perspectiva sobre a integração do

Na realidade, estamos sempre a observar, a analisar, a ver com uma lupa todos os “pequenos mundos” em ação: na loja, onde vou comprar um tecido, como nos bastidores do teatro onde faço uma entrevista ao ator, ao encenador; volto a sair e peço para entrar de novo no terreno da pesquisa; observo outra vez, faço perguntas, quero saber mais sobre quem faz o quê naquele lugar e como.

artista na sociedade, sobre a sua função (se é que têm de a ter).

Os artistas trabalham na cidade, mostram-se na cidade. Às vezes, os artistas vivem fora das grandes cidades e podem até conceber, elaborar e construir os seus trabalhos numa residência artística, numa estrutura que os acolhe (como o Espaço do Tempo, em Montemor-o-Novo), fora do bulício das grandes cidades. Mas, em geral, o artista é cidade. É aqui que se reúnem a maior parte das instituições de formação, produção e difusão das artes, as atividades de conceção e realização dos bens culturais, a administração cultural do Estado, os críticos, os jornalistas, os mediadores dos mercados artísticos (os *gatekeepers*) e, enfim, o público. Por isso a cidade atrai as e concentra as profissões artísticas.

No entanto, isto não significa que o artista esteja sempre na cidade, pode manter e alimentar a sua rede de relações de colaboração com outros profissionais e com estruturas que estão (ou não) dentro da cidade, recorrendo, por exemplo, à internet. Mas, em geral, o artista movimentase, circula, viaja e procura o reconhecimento, a notoriedade na cidade.

5 -Para terminar, gostaríamos que nos falasse um pouco sobre os projetos que tem em mãos e em que direções tem desenvolvido a sua investigação científica.

Neste momento tenho em mãos três projetos de investigação que considero de grande valor e interesse, quer pela qualidade dos colegas que estão envolvidos, quer pelo alcance das conclusões a que estamos a chegar. No fundo, estes projetos unem pessoas com formações e experiências diferentes, todos chegados às artes e à cultura de formas diversas e em fases distintas do seu percurso profissional. (Este gosto pelo trabalho com os outros foi uma conquista feita em Paris).

Um dos projetos chama-se *Commitment in performing arts*. Aqui estou a trabalhar com um excelente investigador, do Instituto de Ciências Sociais, Cícero Pereira e, em conjunto, desenvolvemos mais aprofundamente o projeto que dirigi no âmbito da dança e do teatro. Descrevemos o tipo de ligação destes artistas ao seu mercado de trabalho. O projeto foi evoluindo e acabámos por analisar e avaliar a importância da formação realizada na escola, a formação informal e a participação em “pequenos trabalhos”, de caráter profissional, durante o período de aprendizagem, enquanto condições de sucesso nas artes.

Considerámos que o envolvimento dos artistas ao seu mercado de trabalho se organiza em três dimensões. A primeira é a ligação profissional objetiva, descrita através dos rendimentos auferidos com o trabalho artístico e pelo tipo de posição do indivíduo na profissão (trabalhador a tempo inteiro, tempo parcial, etc.). A segunda é a ligação profissional subjetiva, constituída pela satisfação dos inquiridos com os rendimentos e pela perceção de que o seu tempo está a ser investido na realização de atividades artísticas. E a terceira aponta para uma ligação desiludida/desencantada com a profissão, caracterizada pelo desejo de abandonar a mesma, pelo efetivo abandono temporário e pela quantidade de tempo sem trabalho artístico. Verificámos

que os bailarinos sentem que estão, objetivamente, mais envolvidos com a profissão, enquanto os atores mostram ter maior inserção subjetiva, quando comparados com os bailarinos. Mostrámos, ainda, a centralidade das atividades de formação para a qualidade da inserção profissional dos artistas no mundo das artes. Publicaremos este artigo, muito em breve.

O segundo projeto, que desenvolvo com Pedro Costa (ISCTE-IUL, Dinâmia) e Susana Graça, do Ministério da Cultura, intitula-se *Dilemas económicos e desafios organizacionais nas artes performativas*. Neste momento, estamos a analisar o caso do teatro, as suas especificidades económicas, culturais, institucionais e sociais que condicionam fortemente esta atividade. Identificámos empiricamente e tipificámos os diversos tipos de situações e de reações aos problemas identificados, num conjunto de instituições marcadas por uma forte diversidade, em termos de perfil organizacional, opções estéticas, culturais e do tipo de orientação ao mercado. Estas organizações teatrais são, igualmente, portadoras de uma multiplicidade de outras características: por exemplo, o tipo de localização, as questões geracionais vividas no seio dos grupos, o papel da liderança individual, as origens dos seus financiamentos, etc. A análise empírica baseou-se no acompanhamento que temos vindo a fazer a todas as companhias de teatro da região de Lisboa e Vale do Tejo, subsidiadas através dos concursos para apoios anuais/plurianuais do Ministério da Cultura. Apresentámos uma tipologia multinível para a análise destas estruturas e estamos a escrever algumas sugestões no que diz respeito ao tipo de políticas públicas a adotar.

Por fim, desenvolvo a investigação de pós-doutoramento à qual chamei *Reputação e risco profissional nas carreiras e mercados artísticos*. Muito está por fazer sobre esta matéria, por isso, pretendo estudar a reputação, a notoriedade, o sucesso nas artes e estender esse trabalho a outros domínios como a ciência e o desporto.

Temos assistido a acontecimentos que mostram como a reputação dos indivíduos e das organizações, o seu sucesso e fama influenciam a cultura, a economia, a política e a nossa vida de todos os dias. Ultimamente, veja-se o que aconteceu à estrela da Dior, em Paris e, no fundo, como se organizam certos mercados artísticos, onde a reputação pode atingir patamares elevadíssimos e os indivíduos são ícones num dia e estrelas em queda vertiginosa, no dia seguinte.

Mas, “para lá das estrelas”, questiono quais são as implicações da reputação nos percursos individuais de carreira e nos seus destinos coletivos, na sociedade, na cultura, na criatividade? Como é que o trabalho artístico dá origem a percursos profissionais específicos? Como é que as trajetórias dos artistas se inscrevem nas diferentes organizações culturais? Que dinâmicas de profissionalização e estratégias de autonomização desenvolvem? Quais são as consequências de um maior vínculo da formação às profissões artísticas? Que papel têm, hoje, os jovens para alterar as formas de socialização e os tipos de trabalho nos mundos das artes?

A investigação não tem fim.



Leituras Críticas

PAULO ROBERTO NÓBREGA SERRA



Lídia Jorge, *A noite das mulheres cantoras*. Amadora: Publicações Dom Quixote, 2011.

Depois de um interregno de quatro anos, é lançado a público o último romance de Lídia Jorge, autora que continua a refletir os problemas da nossa contemporaneidade, recentemente galardoada com o Prémio da Latinidade, tendo recebido ainda o Doutoramento Honoris Causa, pela Universidade do Algarve. A autora é camaleónica, tendo a sua escrita versado em diversos géneros, contribuindo não só com uma obra literária já considerável, como também dando um passinho no campo da reflexão política, em *Contrato Sentimental*, no teatro, conto e com dois livros infantis. A própria capa do livro é de um púrpura digno de uma autora que se tem evidenciado notavelmente na literatura contemporânea, com uma obra regular, ainda que espaçada, desde 1980, aquando da publicação do inovador e revolucionário *O Dia dos Prodígios*, cujo trigésimo aniversário foi comemorado numa série de eventos da Câmara Municipal de Loulé, sendo Lídia Jorge oriunda da freguesia rural de Boliquiteime. O pano da capa deste romance desvela ainda a própria natureza da sua escrita, cuja literatura precisa de entrar em palco e como num diálogo ou num monólogo autoral em que confluem várias *personas*, o tema vai sendo tecido de forma pausada com um pulsar vagaroso e ritmado, por oposição à arte que se consome fugazmente e não deixa sequelas. À semelhança do *incipit* do romance primevo de Lídia, anunciando que as personagens entram em cena e falam todas ao mesmo tempo, temos uma personagem feminina, com um nome uma vez mais de sonoridade estranha, Solange de Matos (lembre-se Milene de *O Vento Assobiando nas Gruas*), que vai conduzir a narrativa, como uma protagonista em palco que vai desfiando o fio da intriga até chegar ao clímax, já entrevisto. Não será por acaso que *O Dia dos Prodígios* foi adaptado ao teatro, coincidindo a sua exibição com o período final de gestação de *A noite das mulheres cantoras*, romance que fala justamente do poder do espetáculo e do mediatismo televisivo, designado como “império minuto”. A escrita de Lídia Jorge reflete acerca de diversos aspetos sociais, sempre centrada nos problemas da atualidade, sem perder o burilar lento e ritmado da linguagem poética, dando-nos um testemunho da condição humana, mas, mais especificamente, da mulher do seu tempo, na qual ela própria por vezes se reflete, de forma autobiográfica, em alguns dos seus romances.

O romance inicia com um prólogo, intitulado *Noite Perfeita*, composto por 17 páginas, no final designadas como sendo “O conto de Solange”, remetendo de imediato o leitor para um dos principais romances da autora, *A Costa dos Murmúrios*, em que também iniciamos a leitura por um relato, “Os Gafanhotos”, que vai ser desmontado e contestado pela versão pessoal dos acontecimentos, sendo essa a verdadeira mundivisão da realidade histórica que se tornou discurso oficial. Solange de Matos, tal como Eva Lopo, Milene, e outras mulheres que assombraram a escrita da autora, são personagens cândidas e ingénuas, com um olhar intocado sobre o mundo, lançadas na rede do mal e das complexas relações humanas, mas conseguindo salvaguardar a sua integridade moral. Próximo do final da narrativa e depois de revelado o desenlace não completamente imprevisível que contesta a tal perfeição de uma noite em que o grupo de mulheres cantoras apareceu na televisão, a própria Solange disserta: “A credulidade é um estado de alma que não se adquire e raramente se perde. Quando se é viciado nessa espécie de não prudência, ela se desfaz e logo se recompõe, persistindo sob a forma de uma natureza intrínseca.” (pp. 302-303). Em *A noite das mulheres cantoras*, Solange é uma jovem que, em 1988, data que coincide justamente com a publicação de *A Costa dos Murmúrios*, vai fazer o seu ingresso na universidade e na grande cidade, vinda da província, onde a família recompôs a sua vida e o seu património, retornados de África, sendo confrontada com os subterfúgios e dissimulações de uma boa parte da natureza humana, retratada em Gisela Batista, que se assume como a líder deste grupo de mulheres, que a recrutarão como letrista. Não sendo nenhuma comparação inédita, a nossa memória cultural pode remontar ao período de fama das Doce, que como muitas outras bandas dos anos 80, período de frenesim de criação e liberdade artística, tiveram o seu apogeu e queda muitas vezes de forma meteórica. A metaficção, em que se pode inscrever o aproveitamento do tema da arte em si, nas suas várias formas e possibilidades, é uma estratégia textual cara a Lídia Jorge. O melhor exemplo será *O Jardim sem*

Limites (1995), em que a voz narrativa pertence a uma jovem anónima que está a escrever um romance, que à semelhança de Solange se instala em Lisboa, num quarto de pensão, onde conhece Falcão, que tenta construir um guião cinematográfico; Leonardo, homem estátua numa das principais praças lisboetas durante períodos cada vez mais longos, numa tentativa de bater o recorde de imobilidade, acabando por morrer na sua derradeira performance; ou Susana Marina, a gorda que tenta ter um corpo de estrela como o de Maria de Medeiros. Tal como no legado de Virginia Woolf, a corrente de consciência implica também um momento chave em que toda a vida de uma personagem se resume: “Eu tinha a ideia de que aquela noite não era uma noite, era aquele momento circular e totalitário de que falam as pessoas que uma vez estiveram à beira da morte e contam que, num ápice, reúnem numa só paisagem todos os pontos altos da sua vida, tudo o que viram e experimentaram (...).” (pág. 302). O *império minuto* de Solange e de todas as suas colegas é não propriamente a noite perfeita em que reaparecem num espetáculo televisivo, ao fim de 20 anos, para comemorar o seu único disco, mas também a falsa epifania de um grupo de pessoas, “os filhos da década”, que atingiu o êxito, ainda que efêmero, à custa de um incidente, metáfora dos que se consomem na busca do sucesso, ardendo como borboletas nas luzes e nos brilhos da ribalta a que toda uma geração parece aspirar, desde a década de 80, mas mais ainda nos tempos de hoje: “O pequeníssimo mundo minuto em que a Terra se transformou” (pág. 299). Hoje em dia, o egotismo tornou-se uma constante dos tempos modernos e, mais do que um sintoma, é considerado e defendido enquanto apanágio da sociedade, numa geração em que toda a gente cria os seus books fotográficos e criam páginas sociais ou blogs onde comentam as mais perfeitas trivialidades, analisando-as como alguma passagem literária de grande projeção. Lídia Jorge traça o rastro da sociedade de hoje que vive para o imediatismo e efemeridade de um momento de fama, o que parece ter início no boom cultural e social da época retratada na intriga, aliado a um “despertar da “libertinagem” pequeno-burguesa” (Eduardo Pitta in *Ípsilon*, pág. 30). No entanto, Solange é uma jovem que se mantém pura apesar do encantamento de estar enamorada, espelhando no seu comportamento uma tradição católica rural, rejeitando mergulhar na piscina nua como os demais, naquele que é um dos episódios emblemáticos do romance, retratando a folia urbana e o hedonismo eufórico de um tempo em que se pode dar a volta ao mundo com “um cartão bancário” (pág. 203), como se afirma a páginas tantas, atitude e possibilidades que conduziram, em suma, à crise da atualidade. Essa libertinagem característica de uma sociedade capitalista e obcecada com o prazer estético e com a fruição dos sentidos toma consequências drásticas relativamente à personagem de João de Lucena, que adoece, bem como de Madalena Micaia, que falece. Em contrapartida, de forma paradoxal, há um grande controlo exercido por Gisela Batista sobre as mulheres cantoras, através de dois instrumentos castradores e reveladores, o espelho e a balança, que servem para confirmar se os membros desta *girls band* se estão a esforçar ao máximo para atingir a perfeição daquilo a que se propõem enquanto artistas, além de que Gisela - apesar de hipocritamente manter uma relação sexual com um homem que diz ser seu pai - lhes exige castidade, como forma de melhor se concentrarem, canalizando toda a sua tensão e energia criativa para a sua arte e performance: “sabemos que estamos a passar ao juramento de que nos manteremos concentradas, guardando a nossa libido dentro de um saco bem atado de modo a emprestar essa força explosiva às nossas canções pop-swing” (pág.183). Murilo Cardoso, o ex-amigo/namorado de Solange surge como contraponto das novas relações da jovem Solange, “os diletantes”, que se deixa fascinar por essa nova realidade feita de poder e luxo: “(...) só ele teria escapado à febre de viver, e escutando as notícias sobre o desconcerto do mundo que nos coubera em sorte, ouvia-o rir (...) Porque eu, ao contrário de vocês, pequenos lorpas, não vivo para mim.” (pp. 312-313). Não parece inocente o facto de a personagem que se sacrifica pelo caminho, para alcançar o sucesso da Noite Perfeita, seja Madalena Micaia, a cantora negra de jazz, que parece incorporar as ex-colónias portuguesas de África, pois também não é um incidente que todas as mulheres cantoras sejam provenientes de vários pontos desse continente. Solange, inclusive, apesar de perder a sua inocência e virgindade pelo caminho, acabando por mentir para proteger o homem que ama, ou proteger-se a si mesma, e abandonando inclusive os pais para não ter de contar a verdade da sua vida, sente-se injustamente recompensada pela casa que possui em Lisboa, uma “cidade imperfeita, uma aldeia que adormecia devagar. (...) não são doze janelas, um telhado e uma porta, são os dias de labuta do meu pai e da minha mãe que estão ali, naqueles três pisos. É uma fábrica de chá, e uma travessia desde África, e assim por diante. A sua vida inteira... (...) aquela bela casa, para onde eles olhava, eu não a merecia, era alguma

coisa que eu devia às vacas, ao leite das vacas, e ao próprio estábulo.” (pág. 301). Solange não é escritora mas vai oferecendo o seu próprio relato, num romance de forte estrutura e densidade psicológica, transportando o leitor para o interior do seu sentir e do seu viver, numa escrita fluida como um rio, onde somos levados na corrente de consciência desta jovem e não sabemos mais do que ela própria pode decodificar. Um exemplo notável dessa parcialidade na visão dos acontecimentos narrados, de que o leitor não tem posse absoluta, é a sexualidade duvidosa do namorado de Solange: “O brasileiro não desgrudava de João de Lucena - “Como você fica bem, meu bem. Aí encostado, com suas pestanas grandes, você agora é mesmo uma boneca, Lucena, uma linda boneca, desde que está doente.” (pág. 301). É com mestria notável que a autora conduz o pensar da narradora, onde se registam apontamentos soltos sobre a pessoa e a presença do coreógrafo João de Lucena, mas vemos tudo toldado tal como Solange, que vê com o coração. Como é próprio da boa literatura, não existe parcialidade ou moralismo na discursividade da autora, num registo corrido como o ritmo psicológico da personagem, mas também onde a linguagem é burilada, as palavras são cantadas e entoadas, nunca revelando tudo aquilo que indiciam, deixando a chave da leitura a cargo do leitor. Todavia, não deixa de ser premente o tom melancólico do “Epílogo - Para mais tarde”, em que se percebe claramente que Solange continua apaixonada por Lucena, vivendo na memória desse amor que começou há duas décadas: “Mesmo embrulhado no casaco de astracá, uma vez ao ar livre, o ocupante tem frio. Ele aí está. A cancela já se abriu, ele já reentrou, a porta de ligação ficou fechada, neste momento já ele afastou a coberta da otomana, já retirou os sapatos, e agora já se deitou. Acaso terá ligado o candeeiro da mesa?” (pág. 295). O romance fecha assim com o cair do pano à boca de cena, sobre a solidão de uma personagem desamada, que vinte anos antes sonhava pisar o palco do mundo, compondo letras na sua cabeça que davam um sentido à vida: “Pois é domingo, e agora já anoiteceu de todo. Ouço os copos a serem pousados sobre o tabuleiro, os pratos a serem desempilhados. Alguém partiu um objeto de vidro. Alguém varre os pedaços. Ouço uns passos, uma tampa a abrir, uma tampa a fechar. Esta Praça é silenciosa. E agora espreito lá para fora e confirmo que as luzes da sala e do jardim já estão acesas, o seu reflexo cria uma penugem loira na trepadeira do quintal. Terá ele o pano púrpura pelos ombros? Arrastá-lo-á pela casa, fazendo-se de rei?” (pág. 317). ▽

RUI SOUSA



João Maurício Brás, *Da Filosofia Inútil*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

Nesta aparentemente pouco extensa mas pesada e densa exposição de aforismos e fragmentos reflexivos, o autor desta recente exposição pessoal sobre as ilusões indispensáveis em que se agitam as consciências humanas elabora um objeto que adjetivaria como perturbador, estranho e desigual, predicados que farão germinar, penso, a polémica e a falta de consensos entre os que o lerem. Os dois primeiros adjetivos ficarão explicados mais claramente quando me referir mais abertamente ao conteúdo da obra, o terceiro esclareço-o desde já: parecem-me ser extremamente desiguais a qualidade, a profundidade e o potencial argumentativo dos vários aforismos e fragmentos que completam este conjunto, numa ordem que me parece bem mais arbitrária do que os títulos que vão sendo introduzidos como cortinas parecem indicar. Não me parece que o quadro resultante do puzzle final ganhe em beleza com o encaixe de algumas peças, algo que contudo não deve impedir que se contemple devidamente o todo pelo que é ou pelo menos pela proposta que contém.

Trata-se de uma deambulação pessoal por alguns dos mais produtivos e permanentes tópicos do pensamento humano: o pessimismo e a descrença no progresso e na evolução civilizacional, o mito do eterno retorno, a relação entre ilusão, fingimento e crença, a imaterialidade dos conceitos produzidos pelo Homem, a natureza essencialmente opressiva e subjugadora das instituições, entre outros, além, claro, da central atenção à problemática da morte, das suas várias implicações e manifestações e do modo como lidamos com ela em diferentes momentos da nossa vida e de acordo com os diferentes posicionamentos sociais, religiosos, políticos e filosóficos que desempenhamos. Edifica-se um pesado e progressivo percurso subjetivo, com referências reconhecíveis – algumas das quais introduzidas no próprio texto, outras que a enciclopédia de cada leitor poderá

ajudar a reconhecer – pelo horror humano enquanto confronto com a identidade pessoal, com o mundo envolvente e com a inevitável condição que domina o nosso corpo. Algo conseguido por via de uma quase espectral ou cadavérica distância irônica e carente de emoção, e não poucas vezes através de uma apologia compadecida dos meandros abismais da loucura, da alienação, da transgressão, da liberdade de tomarmos nas nossas mãos a decisão de determinar a nossa morte e mesmo, subtilmente, da possibilidade de hostilizar os outros homens.

Na página 14, por exemplo, diz-se: “A nossa humanidade e as características de cada época resultam do tipo de relação que temos com o fim”, frase emblemática do modo como o autor concebe a morte como centro de todas as manifestações conscientes ou inconscientes da ação humana e como adversário demasiado dominante com o qual procuramos bater-nos mas que não tentamos compreender devidamente. Na página seguinte acrescenta-se que “o crime é a expressão da nossa vida inconsciente a perder o pudor”, ideia a que junto outras frases que considero marcantes: “Importa apressar-nos a morrer, a não querermos perder essa vontade. Sim, a maior parte de nós é demasiado fraca para aproveitar essas oportunidades que de tempos a tempos surgem para provar a nossa liberdade” (p. 15); “A insuportabilidade do outro constitui a substância do nosso verdadeiro ser” (p. 26); “As leis, demonstração anacrônica da nossa incompetência individual, impõem uma legitimidade burlesca à nossa inação” (p. 28); “Educar é obrigar a aceitar como um favor uma imposição” (p. 30); “Pelo menos nas épocas tenebrosas tratavam o humano como ele merece, com desprezo, indiferença e sobrançeria” (p. 30); “Enquanto existirem os outros, a nossa autodestruição individual é adiada” (p. 31); “Só os pecados e os vícios salvam, são o pobre consolo descoberto pela nossa fragilidade” (58); “A admiração é o mais obscuro sintoma de inveja, medo adocicado exposto no elogio, característica das manifestações de inferioridade ou despedida” (p. 67); “A irrupção do homem na ordem natural, fruto de uma soma de acasos e coincidências, processa-se como uma infeção” (p. 72); “Cometer um crime é ter a coragem de ser superior à relatividade das leis” (p. 73). Reside em frases deste coturno, repetidas até à exaustão, uma boa parte do que me motivou a considerar perturbadoras as palavras que compõem este espelhar de aparente desilusão perante todas as produções humanas e de consciência inabalável no fracasso de todas as manifestações da História humana, contemplada como uma permanente repetição dos mesmos móveis, sistemas de opressão e de contenção e do mesmo logro em responder de maneira adequada ou sequer apaziguadora aos enigmas mais profundos.

Não me cabe a mim perceber se o autor destas reflexões procurou projetar no papel um grito silencioso contra as angústias do seu próprio abismo, se procurou enveredar por uma busca de catarse e purificação passando pela desgraça de remexer a potência ameaçadora das suas convicções, se tentou, crucificando todas as valências do destino humano e das suas aparentes conquistas, superstições e progressos, penitenciar a sua própria tendência criadora e o seu igualmente discutível e irresolúvel delírio. Creio, ainda assim, poder afirmar que deste conjunto resulta uma viagem aventureira pelos becos da civilização contemporânea e pelas obscuridades intemporais do ser humano.

É nítido como a civilização contemporânea é contemplada por este olhar implacável de sereno garimpeiro dos fracassos coletivos e individuais enquanto manifestação suprema de todas as delirantes insuficiências da espécie humana e enquanto revelação última da total ausência de sentido para a vida e de coragem para decidir pôr-lhe um termo ou abdicar da busca de resolver os enigmas de maneira a melhor nos confrontarmos com ela. O momento de maior progresso é ao mesmo tempo o corolário supremo de uma busca pelo excesso e pela construção cada vez mais complexa de ilusões com que camuflar a natureza simples e pavorosa da caveira que, ausente do cérebro e da consciência que nele pulsa, pouco mais evidenciará da Humanidade que um vestígio de grãos de areia na imensa praia do esquecimento. Eficaz parábola do eterno erro humano, não pelas múltiplas manifestações de violência, brutalidade, egoísmo, cegueira ou tendência para o domínio do alheio de que a obra o reveste, mas pela pura compreensão da impossibilidade de conhecer simultaneamente todas as perspectivas do fragmento de realidade que nos foi dado viver e percorrer num diálogo normalmente desequilibrado entre instinto e ilusória racionalidade. Questiona, de modo amargo, João Brás: “Morrer de coração é um privilégio dos povos entupidos de excesso de progresso. Ricos, gordos e entorpecidos, caminham para um mundo sem vida ou sem força. Se retirarmos a gasolina, a electricidade e o dinheiro sabemos qual é o conteúdo da nossa vida?” (p. 74). Singular percepção do desconforto, da descrença, da absoluta desorientação e do pessimismo que cobriu o mundo dito pós-

moderno, sobretudo entre as elites intelectuais que procuram uma vez mais encontrar um sentido para os destinos coletivos de uma espécie que teima em surpreender mesmo as mais acérrimas individualidades, e que vai alastrando perigosamente, prometendo tempos realmente sombrios que nem mesmo as mentes promovidas por instituições estatais para refletir poderão conceber devidamente.

Remete-me esta noção do Homem conforme hoje o observamos para uma interessante reflexão do Padre Vitor Feytor Pinto, numa entrevista ainda por publicar. Procurando definir o percurso humano através de tipologias, defende Feytor Pinto que existiram até ao momento quatro manifestações do Homem, a filosófica dominante no mundo clássico, a religiosa nascida com a civilização judaico-cristã, a científica emergente no Iluminismo e aquela que, depois do maio de 1968, se poderia caracterizar pelo conceito de Homem Radical, definido por não ter ideologia, religião, noção de tradição ou de laços familiares e contando apenas como valores o individualismo, o desinteresse pelo passado, o apreço pelo consumismo, a tendência para burocratizar todas as manifestações de interação humana e a apologia extrema do prazer fácil e imediato. Será este o derradeiro estágio do eterno retorno direcionando as civilizações para o caos a que se refere João Brás? O derradeiro vestígio de atração pela morte?

Não é, contudo, apenas a civilização contemporânea a ser mergulhada numa noite sem remédio e solução. Ela aparece nesta obra como o espelho deformado por excesso e abandono de uma problemática constante e de uma aparente tentativa de oferecer ao Homem – por parte dos sistemas governativos e das religiões, sobretudo – novas esperanças, convicções, ideologias, sistemas de pensamento com que se acostumar à lenta espera pelo irreversível e com que anular o arbítrio de todos aqueles que ou com ele não se conformam ou que se desejam apenas precipitá-lo na inconsequência do excesso, do homicídio ou da apologia das trevas.

O caráter estranho da própria estrutura da obra, assim como das suas ambições reflexivas e da sua natureza de pedagógica reprovação de todas as formas de pedagogia que não passem pela educativa iluminação motivada pelos nossos sofrimentos e desgraças, divergem da notória falta de cuidado para com a preparação do produto final, evidente na aparentemente inexistente revisão do texto. Talvez essa inexistência represente, porém, e coerentemente, mais uma forma de expressar a necessidade desnecessária de todas as preocupações e mitos de procura da perfeição.

Uma derradeira palavra para a capa, também ela evidenciando perplexidades, já que o quadro de De Chirico remete, numa profusão de sentidos, para o isolamento humano em meio a um cenário de ruína, na contemplação de uma cidade aparentemente submergida pela névoa – o mistério permanente da inútil reclusão – mas também oculta, certamente, uma noção fálica elementar no modo como o sujeito do quadro se assemelha a um ereto mensageiro de novas manifestações da possibilidade de vida humana.▼

MAURÍCIO SHIGUEO RIZZI IEIRI



António Marujo e José Eduardo Franco (coord.). *Dança dos Demónios. Intolerância em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

De que maneira pode a cultura contemporânea começar a entender atos de intolerância sem justificativas, movidos por preconceitos e herança histórica, muitas vezes já anacrónicas? Uma pessoa interessada por história, com inúmeras horas de leituras sobre os mais diversos assuntos, certamente terá tido contacto com episódios de ódio, cenas de derramamento de sangue e crimes absurdos contra determinados grupos; situações geradas pela intolerância com o que é diferente e, não raro, pela ignorância. Afinal, quais são os fatores que impulsionam as ações violentas visando toda uma cultura, como no caso do antisemitismo?

A obra *Dança dos Demónios*, coordenada por António Marujo e José Eduardo Franco, publicada pela editora Círculo de Leitores, abraça o esforço inédito de estudar a intolerância em Portugal, buscando em raízes históricas o desenvolvimento da imagem do outro não apenas no país, mas em diversos momentos na história global. Variados espe-

cialistas escreveram sobre os *antis* e seus respectivos *ismos*: seja por questões religiosas ou étnicas –anticlericalismo, antiprotestantismo, anti-jesuitismo, anti-islamismo, antissemitismo, políticos ou nacionais –antiliberalismo, anti-maçonismo, antiamericanismo, anti-comunismo– ou gênero –antifeminismo–, os artigos presentes na publicação, traçaram a história violenta das reações diante do diferente.

Cada entrada buscou contextualizar os pivôs e os resultados, muitas vezes violentos, de movimentos que visam os grupos que determinaram-se pelos *ismos*. Seja de natureza étnica, política ou religiosa, os exemplos apresentados ao leitor definem, em cada tema, aspectos de sua cultura ou crença e as estruturas que definem os principais traços da imagem formada pelo meio social, desmistificando assim pormenores por vezes estereotipados, visão construída pela histeria, pela paranoia coletiva, pelo medo do diferente, pela certeza de complô e de maldade.

A nível de exemplificação, Esther Mucznik iniciou os estudos presentes na obra ao tratar do antissemitismo. O texto buscou desde a Antiguidade a opressão contra os judeus, primeiramente visto como pagãos, depois como deicidas, povo responsável pela morte do Messias. Mucznik argumentou sobre as agressões antissemitas durante as Cruzadas, sobre as conspirações judaicas e a criação dos guetos, famosos na iconografia da Segunda Guerra Mundial. Acusados de traições, assassínios rituais de cristãos, especialmente de bebês e envenenamentos, os judeus foram constante alvo de perseguição, inclusive na Península Ibérica, onde também sofreram sistemática expulsão ao final do século XV. A vida nos guetos também foi retratada, onde os horários de entrada e saída eram controlados e somente as profissões consideradas baixas, impuras e de pouca renda lhes eram permitidas, deixando essa população sem escolhas a não ser recorrer à usura, criando a figura do judeu ganancioso e usurário. Assim, nasceu um novo motivo para perseguição e violência, inclusive durante a Inquisição, daqueles que ganhavam a vida pela criação divina, calculando na passagem do tempo seu lucro; a prática da usura é a monetização do tempo, que pertence ao divino e não ao Homem, e por isso crime. O judeu avaro, usurário, sedento por riquezas é uma representação facilmente encontrada na literatura mundial, reforçando o antissemitismo. Mas a concentração em guetos também possibilitou a continuidade da cultura judaica, facilitando, de certo modo, o fortalecimento de suas tradições e língua, o ídiche.

Das expulsões às conversões, forçadas em grande parte dos exemplos, o texto percorreu os séculos para mostrar um antissemitismo generalizado. “Depois de 1880, o antissemitismo tornou-se institucional e virulento. Na Europa passou a ser teorizado e dar origem a correntes, a partidos organizados e a uma literatura especializada. Entrou oficialmente na vida e nos debates parlamentares” (p.64), sendo foco no meio acadêmico, inclusive em congressos internacionais temáticos. O Holocausto pôde facilmente representar a imagem que melhor traduz o antissemitismo. A gradual escalada para a ‘solução final’ do nazismo, desde a distinção de judeus por símbolos costurados em suas roupas, tradição que remete ao estigma de Caim, às duras condições de vida nos guetos até o terrível espólio fotográfico dos campos de concentração, marcaram a história da humanidade. O leitor é levado a se questionar sobre o significado do genocídio e dos atos de intolerância através do tempo, atos que inclusive contribuíram para a indiferença institucional e internacional em relação ao extermínio de milhões de judeus pelo esquema nazista. Mas a perseguição não se encerra em 1945, ganhando novos aspectos com a criação de Israel, marcado pelo antissemitismo de face muçulmana.

Evitando, no entanto, o pessimismo, Esther apontou as mudanças de atitudes da Igreja Católica e da política internacional, ressaltando ainda que é necessário chegar a relações mais pacíficas.

Ao falar do anti-islamismo, Faranaz Keshavjee apontou o erro do conceito de ‘*islamismo*’, ao chamar atenção para o carácter plural e multifacetado, mutável dos povos islâmicos. Sem fugir ao tema proposto pela obra, a intolerância em Portugal, Faranaz expôs ao leitor a enorme divergência cultural entre as duas culturas em questão. O contraste formado entre as diferentes religiões e parâmetros sociais e culturais, abriu espaço para a formação de conceitos negativos sobre o ‘Outro’, conceitos agravados pela atual situação de conflitos geopolíticos. O Islão impressionou o mundo Ocidental pela sua força durante a Idade Média, pelo avanço medicinal, tecnológico e capacidade de expansão territorial.

As Cruzadas, a invasão e conquista da Península Ibérica, o medo e a dificuldade de aceitar a diferença. Foram esses alguns dos pontos exemplificados pelos textos para mostrar o crescimento da ideia de que o muçulmano é o inimigo da cultura cristianizada.

Constante sentimento ao todo argumentativo, o medo resultou da capacidade militar do Islão. Desde a Idade Média até a atualidade, a situação se agravou pela falta de conhecimento da cultura islâmica. Tal ausência de interesse, desde as Cruzadas, em que não havia a preocupação de conhecer a diferente cultura em confronto, aos escritos de Marco Polo e até os atuais manuais escolares, contribuem para a formação no imaginário popular do muçulmano extremista e violento, um perigo para a sociedade Ocidental.

O texto termina por apontar a generalização de conhecimento que é atualmente ensinado nas escolas, apresentando aos estudantes fragmentos fora de contexto e por demais abstratos, que diminuem ou mascaram a cultura islâmica e sua importância para a formação da cultura ocidental, fatores de ensino reforçados pelos estereótipos representados nos livros e televisão. Os sete séculos de presença muçulmana em Portugal não são tratados nos manuais escolares como deveriam, abrindo pouco interesse aos estudantes para um cultura que está amalgamada em seu cotidiano, sem estímulos para conhecer “uma fé que move milhões de pessoas e que, por acaso da história, esteve bem presente na realidade portuguesa, durante muito tempo – tempo suficiente para moldar pensamentos e práticas de uma civilização de que hoje as crianças portuguesas fazem parte” (p.118).

Esses dois exemplos mostram não apenas a intolerância e perseguição contra certos povos e culturas, mas também a dinâmica interna que ocorre. O antissemitismo de raiz muçulmana é um exemplo, assim como a mudança de alvos por parte de uma mesma fonte, como “recorda Ernesto Castro Leal a propósito do antiliberalismo, o nacionalismo português encarou o liberalismo como o seu alvo durante as primeiras décadas do século XX. Depois, passou a ser o comunismo” (p.24).

O livro dedica grande espaço aos *antis* de fundo religioso. Luís Machado de Abreu apresenta brilhantemente ao leitor o anticlericalismo, mostrando seu início dentro da própria Igreja, inclusive dos dissidente heréticos, centrando-se na Reforma. Abreu seleciona rigorosamente os melhores exemplos para demonstrar a história do anticlericalismo e o leitor certamente se deliciará com os preciosos fragmentos provocativos da cultura popular portuguesa que preenchem parte do artigo. A religião permanece como foco dos próximos autores. O difícil caminho dos protestantes, é detalhado por João Francisco Marques, que mostra ao leitor os atritos com a Inquisição. A ação panfletária é ricamente explorada, mostrando a resposta dos protestantes. José Eduardo Franco explora o anti-jesuitismo, construindo o argumento central do artigo na transformação da ideia negativa do poder acumulado pelos jesuítas até a afirmação do mito dos jesuítas, tema de outros estudos do autor. A demonização dos jesuítas, caracterizada principalmente pelos esforços do Marques de Pombal, solidificam tal mito na mentalidade ibérica e constrói, na longa duração, o estereótipo: o mito dos jesuítas é uma “história de adaptação e metamorfose extraordinária, que é testemunha da evolução do próprio fenómeno de mitificação” (p.314), constituindo os jesuítas como uma “raça de gente doente e degenerada, alheia a qualquer fidelidade socio-nacional, cuja presença e ação faz reproduzir extraordinariamente o mal corrosivo que transporta” (p.322). O anticlericalismo se faz visível nesses outros *antis*, dos protestantes e dos jesuítas, dos poderes acumulados e da atenção que foi posta nestes movimentos.

Pode-se adicionar o texto de Rui Ramos na equação, engrossando com os gritos maçônicos a cacofonia da disputa entre Igreja e Estado. Os maçons vêm de uma conturbada história com o Estado, ameaçado pela popularização e crescimento dos chamados pedreiros-livres, mas também são alvo da Igreja pelo seu caráter de culto, mostrando a difícil posição em que se encontravam as lojas maçónicas.

A história do feminismo tem também seu *anti*, estudado por Ana Vicente, que ressalta a falta de liberdade feminina lusitana, pois ainda “no século XX, os viajantes estrangeiros em Portugal continuam a afirmar que a deficiente condição das mulheres em Portugal contrasta com a Europa mais desenvolvida” (p.437). Assim, a autora estabelece não apenas a voz política ou religiosa dos que enxergam no feminismo uma ameaça à natural lei do mundo, mas também na passividade das mulheres quer se enxergam de forma inferior.

Miguel Real, Ernesto Castro Leal e Viriato Soromenho-Marques completam essa antologia da cultura negativa, com artigos que relatam a história das ações contrárias ao comunismo, liberalismo e americanismo, respetivamente. A história do anticomunismo é apresentada ao leitor pelos movimentos contrários, nomeadamente políticos e intelectuais. Nas diferentes fases deste *anti*, por exemplo, Miguel Real demonstra a falhada tentativa de ligar o comunismo ao semitismo: “Sampaio Bruno faz notar que o movimento socialista comunista europeu é dominado por teóricos e militantes de origem semita”

(p.547), demonstrando também que nos países onde a Inquisição mostrou seu zênite, não por acaso foram onde o anticomunismo possuiu peculiar adesão popular e política. De modo geral, o comunista é visto como o ‘outro’ a ser destruído, um perigo social, pois “o comunismo é considerado como um movimento político revolucionário cujos ideais ferem violentamente a essência histórica da sociedade portuguesa e cuja aniquilação se torna um imperativo nacional” (p. 537). Por sua vez, o antiamericanismo tem sua raiz na rápida ascensão da ex-colônia inglesa, paralela ao ocaso de Portugal, resposta de uma potência europeia frente a um novo monstro económico e militar. O antiliberalismo, sem entrar em detalhes, curiosamente calçou a queda do Estado Novo e abriu caminho para a República, liberal e progressista. Estes três artigos funcionam como ótima síntese de todo o texto, resumindo nos aspetos sociais, económicos e políticos envolvidos em seus contextos motivos e ideais que servem de combustível para a cultura negativa. Pode-se recriar os passos incertos da luta política, interna e externa, portuguesa, indo além de suas temáticas, dialogando diretamente com os autores de todo o livro.

“A tolerância tem sua barreira no intolerável” (p.9), escreve Anselmo Borges no prefácio do livro, ao discutir sobre os movimentos de convivência negativa. Assim se constrói a própria imagem: através do diferente. O que faz a identidade pessoal, se questiona o autor. Como definir, portanto, o cristão sem o judeu ou o muçulmano, o capitalismo sem o comunismo, o dia sem a noite, o negro sem o branco? Assim, através do convívio com o diferente, o indivíduo solidifica a imagem própria pelo contraste, pela oposição. Não existe o ‘eu’ sem o ‘você’, afinal. Mas o diferente geralmente causa estranhamentos e, por vezes, repulsa; a ignorância, soma-se ao medo do outro, figura que teima em não aceitar convicções verdadeiras do ponto de vista próprio, que se recusa a entender o mundo como ele é; resulta, assim, na intolerância e no receio. A intolerância, por sua vez, é resumida na desconfiança e esta se manifesta em atos de opressão física, psicológica e social. A longa duração dessas reações, constituem e enraízam os estereótipos negativos e a necessidade irracional de erradicar o outro, o inimigo.

O conjunto das entradas ressaltam a necessidade de conhecer melhor outras culturas, de quebrar estereótipos e preconceitos, de aceitar e aprender com o diferente, conviver e construir com outras formas de encarar o mundo. A sociedade atual não pode aceitar o medo e intolerância perante o ‘Outro’, o mundo globalizado e multicultural deve superar a mistificação de culturas e modos de agir e pensar diferentes. No complexo quadro formado, em que os *antis* e os *ismos* unidos impossibilitam a convivência pacífica, os organizadores lembram que o melhor caminho a percorrer é obter conhecimento para quebrar os preconceitos. E é exatamente esse o trunfo maior desta obra inovadora: oferecer o conhecimento para desmistificar o ‘Outro’. ▀

ANTÓNIO JOSÉ BORGES



António Carlos Cortez, *Depois de dezembro*. [s.l.] Editora Licorne, 2010.

Em *Depois de dezembro*, o quinto livro de poesia de António Carlos Cortez, “há palavras, que são uma espécie de segunda natureza, por meio da qual se consegue sobreviver”, segundo o autor, ao exprimir-se na badana da capa.

Ao executar a honra da palavra poética, há neste livro do poeta e crítico de poesia uma intenção de tensão cordial entre a palavra, o domínio dela, a vida e a liberdade de buscar uma forma para o sentido como o sopro sobre uma vela – dominá-la na chama do seu balanço é o que o poeta quer num e em cada lanço – à escrita, ou junto dela, que é onde o sentido se aproxima da forma.

Querendo identificar os temas que o poeta aborda, nota-se que o amor ausente está sempre presente e no mesmo corpo lírico de registar alguma autocrítica sobre a poesia e o poeta, assim como o estado de espírito do crítico criador a que o autor de *à flor da pele* (2008) sempre volta.

Este objeto de arte quase totalmente branco, a avaliar sem esquecimento pela crítica, puro na tonalidade da sua capa e sensível na textura delineada, está dividido em quatro partes: *Proposição; Perímetro, Poética; Meditações; Alegações Finais*.

Na primeira parte o poeta sugere, logo na segunda secção do poema “ regresso a Lis-

boa”, a crise existencial do absurdo do regresso como sendo a natureza não só de um recomeço mas também de um fim. Para tal, usa do hipérbato com finalidade expressiva ao escrever que “Sempre o regresso foi em qualquer História / um outro modo de acabar”. Ora, o amor ao ser a entrega não se explica, como propõe a epígrafe, conquanto ambígua, de Fernando Pessoa (“Que amor não se explica”) ainda à entrada da primeira parte.

Na segunda parte é estabelecido, de facto, um perímetro em torno da *ars poetica*, do texto escrito, dos livros lidos, ainda que o(s) amor(es) surja(m) indelevelmente como pano(s) de fundo. O signo da memória de lugares físicos e psicológicos é um tronco seguro desta árvore de manipulação poética que é a poesia de Cortez, na linha da epígrafe selecionada pelo autor, a qual por sua vez é da lavra de Ruy Belo: “nada sei de emoções manipulo morfemas”. Na abertura, o poema “Poesia” diz-nos do “(...) sentido para coisas violentas / a forma da liberdade fulgurante / para fazer do tempo a trama / e do texto o corpo / de memórias / em desordem”. Mais adiante, o sentido da escrita é visado pela pena do poeta quando em “Um Outro Tempo” (secção dois do poema) enaltece a arte que serve, poisque “O texto escrito traga / o tempo exato / tornando o facto / da poesia / outro tempo oculto / e a única verdade”. Aqui se nota a preocupação com a melopeia, o encavalamento e o uso do discurso metafórico, que são aspetos incontornáveis a ter em conta na análise interna da poesia de A. C. Cortez.

Feliz é, sem dúvida, a escolha da epígrafe de um excerto poético de Rainer Maria Rilke – a qual exalta todos os seres sencientes – que abre o poema “Regresso a Casa” e que pode ser vista como o sopé do cume, quando Cortez julga que “– jamais regressamos / vivos depois da nossa ausência”. O autor nunca se furta às preocupações existencialistas, onde a memória é tecida sem exceção. Já em “De Profundis”, um dos grandes poemas do livro, o lugar da memória é repensado na estrofe inicial, declarando a dúvida de viver mais quando lê, uma vez que, escreve, “Não sei se depois de ler o livro / se revive na imaginação do que foi lido”. A memória e a literatura estão sempre em questão.

Em diálogo analógico com Shakespeare, concretamente em *Lady Macbeth*, quando escreveu “Iludi o tempo confundindo-te com o próprio tempo”, no poema “Apontamentos” (ponto três) lucidamente reflete o poeta que “A água do tempo não nos lava as mãos / ilude só a transparência”. Sim, não apaga os gestos e aqui mora outra vez o existencialismo corteziano que o conduz à necessidade de preparação do “coração tardio”.

Sempre estabelecendo o perímetro do exercício poético, a preocupação com a temperatura ritmada do poema é notória. Justamente em “Variação” o sujeito lírico dirige-se ao poeta e diz-lhe: “sabes que corremos como cortina / escura o sentido literal da palavra”, abrindo-nos o pensamento à sedução da metáfora na criação poética e termina de forma elevadamente lírica, melopeicamente na certeza que “No longo silêncio que se arrasta / nenhuma flor nos basta”.

O simples título da composição “Versos” lega-nos a insistente reflexão sobre a condição da poesia e do poeta, pois, escreve Cortez, “Perseguem os poetas / não o absoluto mas a queda / da entrega ao nada / destes dias”, que surge na margem esquerda das páginas abertas, onde na direita tem lugar um terceto sugestivamente intitulado “Palimpsesto” e que pelo seu carácter didático importa deixar aqui transcrito na íntegra: “É cedo sempre e sempre muito tarde / se o excesso de vida é excesso / de sabermos que um verso pouco serve”.

Além da solidão, imediata ou não, o diálogo intertextual – seja ele ou não intencional, mas da influência que será uma evidência – com Ruy Belo acontece quando no canto “Ressonâncias” (o título é sugestivo) lemos que “(...) Havia / até às margens do olhar / afinal parado outra margem – a margem da alegria”. Roçando o anacoluto ou o hipérbato, consoante a criação do crítico, pela construção sintática, o poeta de *A Sombra no Limite* (2004) termina recordando ao leitor de Ruy Belo o notável poema longo que é o livro *A Margem da Alegria*.

A ondulação existencial em torno da escrita leva A. C. Cortez no poema “Repetição” a não criar expectativas de salvação, “(...) como na idade heroica / se os pássaros eram a suave emanção / dum deus menor no jardim da alma”. Estas belas imagens panteístas permitem-nos estabelecer religiosamente um contacto com a pomba como metáfora do Espírito Santo. Deste modo, esta parte termina com o poema “Comboio para Beja”, dedicado a Joaquim Mestre, de onde destacamos os versos: “(...) talvez a alma percorra nos livros / perseguidos a vida prolongada”. Aqui está, finalmente, a assunção da vida que é prolongada nos livros. A vida de quem os escreve e a de quem os lê.

A terceira parte do livro, com o título *Meditações*, abre com duas epígrafes, das quais destacamos uma, meramente por uma questão de perspetiva existencial, que é a de Luís

Quintais, onde a evidência da existência surge desta forma tão simples: “Como esquecer? Como não esquecer?”.

A meditação panteísta volta em “Na correnteza do rio”, na medida em que “O rio corre a nado / para o mar de novo / e vejo como um espelho / dourado pelo sol de dezembro / o corpo do deus do inverno”. A grande poesia ligada à memória fala das “(...) viagens / em direção às margens / que atravessam da memória / as mágoas”. Ainda no mesmo poema supracitado irrompe um diálogo com o sentimento de Ruy Belo em relação ao inverno, quando Cortez pensa dezembro como “[...] (o mês funesto)”, terminando ao afirmá-lo “como dor ou coisa sentida / deveras como coisa mental / e de tão vivido mês / este tempo / é coisa falsificada afinal”.

Nesta parte do livro há a destacar, até mesmo no seu todo, o poema “Depois de tudo”, uma cogitação do percurso da vida. Cremos estar na presença da complexidade da vida simplificada pela poesia, ao sermos confrontados com a sentença de que “tudo acaba quando se começa”. Digno de registo é também o poema “Insónia”, o penúltimo desta parte, que retoma o tema ao tocar nos “Dedos ressuscitados / ao abandono do resgate / daquilo a que chamamos / abusivamente a vida”, afirmando a coragem quando diz, a terminar, “Não sonho / No sono / sobra-me o trilho do suplício / as solidões marinhas”.

O livro fecha com a parte *Alegações Finais*, a qual tem como mote uma epígrafe de Fiamma Hasse Pais Brandão, que nos agita a atenção na declaração dos poemas como sendo sons melódicos dos “gritos emudecidos”. No poema homónimo do título deste último lugar de poesia neste objeto de arte de Cortez, dividido em quatro trechos, logo no primeiro o vate dirige-se a um tu (talvez o próprio) referindo-se à “(...) estabilidade antiga / que o trabalho do verso te conferia”, pensando se será a arte uma resistência ao “império da morte”, recordando que o tempo é uma ilusão que permanece na “memória do que passa”, um pouco na linha epicurista de Ricardo Reis, e, por fim, concretizando o devido valor da poesia nos “versos que se desejam / estranhos e mais reais talvez que o mundo visto”. No segundo ponto, e por isso é que é criação, conclui que “(...) andamos a tentar fazer com palavras / uma vida que se escapa nos dias”, prosseguindo nos pontos seguintes com a análise do ser poeta e da poesia, numa espécie de crítica interna à sua obra, se assim podemos dizer.

A poesia de António Carlos Cortez busca uma ocupação manipulada das palavras e assim é grande, com toda a propriedade que a palavra encerra. Esta grandeza vive, não raras vezes, em estrofes magistrais como a que abre o poema “Yeats, variação”, que cava fundo na palavra poética ao deixar registado que “A raiz é uma só / embora as folhas sejam várias / nos longos corredores / da mocidade”. A memória é um lugar-habitação-ausência no universo poético de Cortez. Quanto ao pendor didático descortinado na sua poesia, esse volta na composição “Os trabalhos e os dias”, pois “(...) A poesia / é o ponto de não regresso / ao que foi dito sobre o futuro / (...) [e prossegue, recorrendo ao encavalgamento] anterior ao mundo recriado”. Como tal, há que, diz no poema seguinte (“Abrir o olhar”), “Olhar por dentro como nas sonhadas / aparições do apocalipse da esperança”.

Correlacionando factos e ideias, já na reta final da sua estrada poética, no poema “Livros”, o autor sintetiza a intenção dos livros, não só mas também como a “arrumação da vida”.

A terminar, na “Resposta a Drummond” renova o carácter existencialista da sua poesia, em que o amor é como “esta vida feita no que é morte nela”, brindando-nos com um oxímoro para a(s) paixão(ões) ao declarar “este ódio ao mundo que é amor eterno”.

Não esquecendo que as epígrafes que o autor selecionou para dar o mote a cada uma das partes do livro são importantes porque transportam as ideias que são desenvolvidas de seguida, António Carlos Cortez afirma aqui uma maturidade poética só ao alcance da grande poesia que, aliás, é a que cria a propriedade da palavra na (recordemos o “sentido da forma”, de que fala Paul Valéry) só aparente prisão da forma e da estética. ▽



Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal. Lisboa: Grádiva, 2010.

Apesar de ser um pouco tardia em relação ao lançamento desta obra monumental sobre as Ordens e Instituições Afins em Portugal e sem tão pouco pretender apresentar uma recensão científica sobre esta temática, não deixará de ser pertinente continuar a falar deste dicionário de referência, já não tanto pela curiosidade que desperta, quanto mais não seja pelo seu tamanho e peso da obra, mas pela presença e pelo convívio que presta um dicionário que se preze. Decorridos alguns meses sobre o seu lançamento, permita-se então o testemunho do contacto ou, por que não dizê-lo, do convívio com o *Dicionário Histórico das Ordens*.

Seria redundante referir os comentários que têm sido apresentados em relação ao rigor científico, à oportunidade do tema e ao valor histórico que encerra. O mesmo poderia ser dito em relação aos colaboradores neste projeto e aos responsáveis mais diretos pela sua direção, os professores José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes. As 1019 páginas por onde desfilam todas as ordens conhecidas em Portugal: as ordens Cristãs Católicas, Protestantes e Evangélicas; as ordens Hindus e Budistas, Esotéricas, Maçónicas, Templários e Neotemplárias e Míticas, Honoríficas, Civas e Profissionais constituem um alinhamento que há muito andava perdido. Nomeadamente nas ordens femininas, diziam certos comentários menos abonatórios que até a divindade teria perdido a conta ao seu número. Aliás, a participação neste projeto de 136 autores faz jus ao imenso trabalho e à pesquisa de fontes que envolveu.

Não se pense, contudo, que o *Dicionário das Ordens* diz unicamente respeito às ordens religiosas, esta indicação pode ler-se no título da obra, nem sequer o projeto está vinculado a uma qualquer instituição religiosa. Neste capítulo, o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias e Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa deram um exemplo admirável de abertura que importa enaltecer. Apesar das ordens católicas constituírem cerca de 63,5 % da obra, diz-me já a experiência de utilizador que perdi mais tempo em consultas nas ordens maçónicas, que constituem 20,48% do dicionário. Estamos, na verdade, perante uma obra de consulta. Apraz sempre registar a forma como se juntaram num só volume grupos tão diferentes e tantas vezes em conflito ao longo da nossa História, ou melhor dizendo, da História recente.

Será no campo da consulta que, no momento certo, esta obra pode revelar-se como um excelente investimento em termos bibliográficos. Mais do que os números, 376 entradas no total, tornam-se particularmente importantes, para além das introduções, os índices antroponímicos, as bibliografias específicas e a considerável série de ilustrações. Efetivamente, o *Dicionário das Ordens* destina-se a todo o género de públicos ou, por outras palavras, a diferentes níveis de leitura ou de investigação.

Pela minha formação, convicções e interesses pessoais, não posso negar a curiosidade e enorme manancial de informação que me reservam as secções dedicadas às ordens católicas, sejam elas femininas ou masculinas. Prende-me a curiosidade pelas mais antigas, mas isso não impede que outros não encontrem respostas para movimentos eclesiais e carismáticos mais recentes, institutos seculares e outras instituições: Prelatura da Santa Cruz, Opus Dei, Arautos do Evangelho, as Comunidades Canção Nova, Cristo Betânea, Emanuel, Luz e Vida, Shalon, Focolares, Caminho Neocatecumenal...

Num plano de leitura e de trabalho mais cuidado, é fundamental evidenciar a mais valia que esta obra traz a toda a comunidade científica, através da recolha de um conjunto de fontes e referências bibliográficas que andavam dispersas. Basta olhar para a primeira entrada do dicionário, a referente aos Agostinhos, para notar a presença das obras de referência sobre a História da Igreja, mas também uma atualização da mesma através de novas indicações bibliográficas e trabalhos de investigação. Ainda no caso dos Dominicanos, ordem religiosa que tive a oportunidade recentemente de conhecer um pouco melhor, a propósito do estudo dos sermões dos Rosário do Padre António Vieira, regista-se uma bibliografia da responsabilidade de Ana Maria Leal Faria que não deixará de ser uma referência daqui por diante.

O *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* foi efetivamente um projeto de grande ambição e fôlego que renovou o panorama editorial na área da historiografia. É essa a impressão que nos fica ao folheá-lo, mas outra coisa não poderia suceder

quando, no final de cada entrada, deparamos com os nomes dos seus responsáveis. Mesmo que não se conheçam todos, a qualidade, valor e rigor científico de uns será forçosamente garantia de todos os outros. Esta obra é realmente uma ordem, ou se quisermos um ordenamento de uma dispersão tão vasta que percorre continentes, passa pelo Brasil e pelos países lusófonos; percorre séculos de História até à atualidade; envolve as figuras mais díspares, nomeadamente nas suas convicções religiosas e cívicas.

Conviver com o *Dicionário das Ordens* será assim uma forma de nos conhecermos um pouco melhor de quem somos, das nossas semelhanças e das nossas diferenças. Não interessará agora escarpelizar os motivos da falta de informação devidamente avalizada sobre a História da Igreja em Portugal, mas no que a esta parte diz respeito, permita-se a ousadia de dizer que esta obra, felizmente, não constituiu surpresa para os que andavam mais familiarizados com esta temática. Já passaram mais de vinte anos sobre a data em que tive o privilégio de ter sido aluno de Carlos Moreira Azevedo e perceber que os livros por onde então se estudava careciam de renovação. Fortunato de Almeida era praticamente a única referência, mas também já nesse período, talvez mais livre do peso e da responsabilidade da mitra episcopal, incansável no trabalho que dedicava à biblioteca do Seminário Maior do Porto, abria o caminho para obras de projeção nacional, como foram a *História Religiosa de Portugal* e o *Dicionário de História Religiosa*. A sementeira estava iniciada, sucederam-se outras publicações num quadro de renovação e de sistematização que pode com toda a segurança dizer-se que, apesar de todas as crises e limitações, permite assistir a um tempo abundante de colheita, como o tem provado pelo interesse que já despertou além-fronteiras. ▽

JOANA JACINTO



Patrícia Soares Martins, Golgona Anghel e Fernando Guerreiro (org.), *Central de Poesia: A recepção de Fernando Pessoa nos anos 40*. Lisboa: CLEPUL, 2011.

Organizado no seguimento do colóquio com o mesmo nome que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa nos dias 3 e 4 de dezembro de 2010 e pôde contar com vários especialistas pessoanos nacionais e estrangeiros, *Central de Poesia - A recepção de Fernando Pessoa nos anos 40* documenta uma série de reflexões académicas acerca da recepção poética e crítica de Fernando Pessoa junto dos escritores de 40 em Portugal.

O título da obra, *Central de Poesia*, desperta desde logo interesse pela inevitável associação conceptual com a designação genérica de uma instalação industrial designada à distribuição e produção de energia. A poesia, como toda a arte, é de facto energia, que, de forma sucessiva e vária, busca uma forma para ser fruída. O subtítulo vem reforçar este raciocínio, mas vai mais longe: inquieta. Efetivamente, *A Recepção de Fernando Pessoa nos anos 40* têm sido apresentada em negativo pela História da Literatura. Poetas dessa época como Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner Andresen, Ruy Cinatti ou Carlos de Oliveira, não tendo rasurado do seu património pessoal de leituras a obra de Pessoa, parecem, todavia, num primeiro olhar, não ter sido grandemente tocados por ela, até pela evidente criação de novas tendências e vanguardas que dela se desviam e marcam esse período da Literatura. Considerada uma década marcada pelo recuo e até, amiúde, por formas mais ou menos diluídas de negação das vanguardas modernistas, entre as quais avulta a obra de Fernando Pessoa que começa então a ser reunida por João Gaspar Simões e Luís de Montalvor para publicação na Editora Ática, a década de 40, tão frequentemente desolhada a este respeito, constituiu, é-nos revelado agora, uma das mais interessantes do panorama literário português.

Manuel Gusmão prefacia a obra salientando a variedade e a riqueza das colaborações dadas agora à estampa no seu enfoque em autores maiores que tão bem souberam sobreviver ao “átomo de destruição”, “omnívoro e avassalador” que foi Fernando Pessoa.

Na obra *O Cãnone Ocidental* Harold Bloom define o génio como o autor capaz de mudar a História. Pessoa foi um desses casos raros. Um precursor de estéticas, géneros, linguagens e modos. Fernando Cabral Martins debruça-se sobre a tríade José Régio - Adolfo Casais Monteiro - João Gaspar Simões responsável pelo Pessoa da *Presença* que primeiramente o dá a conhecer. Mas de referência incontornável do seu tempo, Pessoa transita como marco atemporal, até por oposição, a sua extraordinária capacidade criadora atravessando escolas e géneros. É a esta criatividade e séria metafísica, que alude David Jack-

son ao fundar a génese da heteronímia pessoana nos géneros adversos, o que, segundo o autor, desencadeou uma revolução sem precedentes relativamente ao papel da experiência na Literatura. Ainda acerca do poder criativo, desta feita linguístico, Fernando Martinho estuda a linguagem modernista e especificamente a pessoana dos neorrealistas, sem esquecer a delicadíssima questão da “indiferença social” imputada por estes a Pessoa. Tatiana Faia compara e contrasta Ruy Cinatti e Álvaro de Campos, mapeando influências (e a sua inexistência) e lembrando aquele poeta ultimamente tão esquecido.

Américo Lindeza Diogo assina um ensaio magistral sobre os *Cadernos de Poesia*, centrando-se em dois poetas maiores: Eugénio de Andrade e Mário de Cesariny, dois *media* de uma década que, caracterizada na sua temporalidade, autonomia, e vanguardas, se vê “forçada ao desvio [...] pela presença de Pessoa.” São estes os casos de Sophia e Carlos de Oliveira. António Guerreiro estuda a oposição de Sophia a Pessoa fundamentada na criação de uma modernidade pessoal, muito própria, grandemente devedora da conjugação do clássico e do romântico. No mesmo sentido, mais ainda mais fortemente, vai a obra de Carlos de Oliveira. No entanto, aproximando a poética de Oliveira e a de Mallarmé, Patrícia Soares Martins faz notar um Pessoa ratificado. No extremo oposto, situar-se-á, Jorge de Sena, o mais pessoano autor da sua geração na poesia sobretudo, mas também na prosa e no ensaio, como é bem patente no riquíssimo texto de Osvaldo Silvestre.

Uma nota final para fazer notar que tal como Eugénio de Andrade é retomado diversamente por Fernando Pinto do Amaral, que o estuda na relação textual de pendor homérico com Álvaro de Campos, e, da mesma forma, se regressa a Mário de Cesariny pela mão de Golghona Angel que engendra um história alternativa, ancorada num tempo outro, que permite a Cesariny interagir e reagir a Pessoa; talvez não fosse despiciendo regressar a Jorge de Sena ou trazer também à discussão António Maria Lisboa. No mesmo sentido, tal como Luís Dias Martins busca vestígios pessoanos na literaturas da África Austral, talvez não fosse sem cabimento saber da receção pessoana em França. O Colóquio foi muito participado e a qualidade dos trabalhos apresentados inegável, talvez o público merecesse ter acesso à totalidade caleidoscópica das reflexões constantes no programa. ▽

MARTA MARECOS DUARTE



Mircea Eliade, *Salazar e a Revolução em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

Terminada em abril de 1942, a obra *Salazar e a Revolução em Portugal*, só agora traduzida para o Português, foi escrita pouco tempo depois da comemoração dos oito séculos de Portugal, na Exposição do Novo Mundo, evento determinante na mitificação do Estado-Novo, gozando então Salazar de prestígio por ter conseguido a neutralidade do país na Segunda Guerra Mundial. O tempo da estadia de Eliade em Lisboa coincide, além disso, com o momento em que a ditadura suspira de alívio, passados os anos da Guerra Civil Espanhola e derrotado o forte perigo que a ameaça comunista representava, no embate castelhano, para ambos os estados ibéricos. Trata-se de um momento-auge do qual não é ainda possível prefigurar os tempos mais conturbados da ditadura em Portugal, manifestando o autor romeno admiração pelo regime salazarista.

O título da obra oferece desde logo um desafio ao leitor: descobrir a que revolução se refere, se àquela que Salazar leva a cabo, e que Eliade diz ser paradoxalmente “reacionária” (p. 208), se à revolução liberal e republicana a que o Estado Novo põe termo. Ambos os processos surgem em destaque neste livro de “história política”, assim chamado pelo autor no prefácio. Perfazendo uma narrativa que espelha uma conceção cíclica da História, assistimos nele à delineação de um percurso histórico descendente que permite forjar o aparecimento apoteótico da figura de Salazar na política portuguesa, qual luz que triunfa sobre o caos que grassou em Portugal durante “oitenta anos de liberalismo e vinte anos de demagogia republicana” (p. 207). Na primeira metade do livro, Eliade oferece pois uma síntese do contexto em que o demoliberalismo se afirma em Portugal, desde as reformas Pombalinas aos anos da 1ª República, momento este em que se procura, sem sucesso, a sua estabilização enquanto modelo político. O vitorioso golpe-de-estado de 28 de maio de 1926, dirigido pelo General Oscar Carmona, apresentado como o fim do “ciclo demoliberal”, constitui para Eliade a “derradeira hora”, circunstância em que, após sucessivos governos e insurreições, guerras-civis, anos a fio

de terrorismo, só um novo modelo de governação poderá resgatar o país do “precipício” de que se tinha abeirado (p. 207). A mudança que Salazar impulsiona, e que salva o país do quadro de “balbúrdia sanguinolenta” da República, tê-lo-á salvo igualmente da etapa que, de acordo com a leitura que Eliade faz da História, sucede aos modelos republicano e liberal: o comunismo. O momento histórico explicaria, portanto, o sucesso da aliança Carmona-Salazar. A revolução espiritual que este “Ditador sem querer” (p. 219) leva a cabo só foi possível depois de conseguido o saneamento das Finanças, sendo que a possibilidade de mudança no plano financeiro é por si só encarada pelo autor como parte da transformação espiritual de Portugal. Neste sentido, Eliade salienta a “ética viril” em que se baseia a revolução Salazarista. As conceções políticas da nova ordem, assentes em “coisas vivas, simples e fundamentais”, como a família, o trabalho e a obediência, são preferíveis à apologia do pessimismo e do niilismo, de todas as “coisas belas, tristes e inúteis” (p. 221) que diz ter a Geração de Coimbra urdido décadas antes, e que tinham condenado a consciência portuguesa ao tédio e à fantasia, a falsos grandiosismos. No capítulo que dedica à análise da influência que Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Eça de Queirós tiveram na queda do regime monárquico, é evidente o tom de crítica de Eliade. Ressalva no entanto o génio de Eça e aponta o paralelismo entre as críticas que a Geração e os criadores do Estado Novo fazem ao constitucionalismo português.

Mas antes de explicar o sucesso da transição da ditadura das Finanças para a revolução espiritual, o autor elabora um retrato romântico de Salazar, no qual dá a conhecer os seus anos de formação e exhibe inúmeros excertos de ensaios escritos pelo ditador em que é possível entrever os princípios que darão corpo ao Estado Novo. De Santa Comba a Coimbra, passando por Viseu, o leitor depara com o contínuo louvor do céu sob o qual o “pequeno Oliveira”, depois o seminarista, e, mais tarde, o estudante e professor de Economia Política, viveram. A perfeição do lar familiar, base da crença salazarista na família como unidade indissolúvel do Estado, e não o cidadão, como prevê o liberalismo; o património histórico de Viseu e Coimbra, que encerra a matriz nacional lusitana que deve orientar os objetivos do Estado Novo, em vez da tendência europeizante a que aspira o liberalismo: são alguns dos pontos por onde passa a mitificação efetuada por Eliade. A história de vida do ditador é escrita de forma a que o leitor conclua adiante que nenhum dos passos da sua carreira política foi dado ao acaso. O retrato elaborado reflete toda uma coerência entre o antes e o depois de ser ditador. O desenvolvimento da faceta de pedagogo, decisiva no interesse de transformar as mentalidades, que, segundo Eliade, o ditador cumpre como vocação em virtude da qual renunciou ao sacerdócio, assume grande preponderância. Mas não mais do que a tentativa de explicar a aparente indiferença política de Salazar nos anos de estudante em Coimbra. Eliade aborda a hesitação do ditador, antes e depois da subida ao poder, em colocar-se ao lado dos Monárquicos, com os quais partilha inúmeras ideias, tanto mais pela simpatia que tinha com o Integralismo Lusitano, que em certa medida preparara o terreno em que a sua política se firmou. O autor dá conta, assim, do precoce apartidarismo de Salazar, focando a sua visão quase profética da situação política portuguesa, ao descrever o abandono do parlamento, sob o governo de A. Granjo, em que foi pela primeira vez deputado. Dando por outro lado a conhecer a sua ação como membro do Centro Católico, estabelece relação entre a luta de Salazar pela defesa das liberdades religiosas, à margem da política, em tempos republicanos, e a posterior fundamentação da Constituição de 1933 na doutrina social do catolicismo moderno. Fundamentação essa que, como nota, seguindo o pensamento de Salazar, vai ao encontro das raízes históricas de Portugal. A Nação é o único dogma aceite pelo ditador, facto que, segundo Eliade, justifica o seu estratégico distanciamento da Igreja.

“Filósofo católico”, “bom português”, “asceta”, “professor”, sincero, trabalhador, são alguns dos traços de caráter que Eliade não se cansa de atribuir a Salazar. E como esta narração da História assenta consideravelmente num confronto de opostos, é significativo o facto de opor a reserva do ditador à eloquência demagógica dos chefes revolucionários republicanos, cuja ação, ainda que obscurecida pelos reveses do caos social e político que lhe surgem associados, este livro tem a virtude de revelar. A obra de Salazar é descrita como a de um “moralista” que vai conquistando as diferentes fações, também, com o progresso material que confere ao país. O silêncio imposto aos opositores é referido pontualmente. O retrato de Portugal e de vários políticos e eruditos eminentes surge assim subordinado ao enaltecimento do ditador e da sua doutrina, por parte de um autor que vem mais tarde a tornar-se um ímpar estudioso do Mito e da História das Religiões. Eliade julgou encontrar nas medidas políticas de Salazar soluções para os problemas que o seu país, no extremo oposto da latinidade europeia, partilhava então com a nação portuguesa. ▽



Projectos
e
Notícias

Arquivo Secreto do Vaticano e Nunciatura Apostólica de Lisboa

FERNANDA SANTOS

CLEPUL



Entre outros exercícios de espírito, o mais útil é a História.
Caio Salústio, *Guerra de Jugurta*

O Arquivo Secreto do Vaticano: itinerário obrigatório

Em edição contínua de diversos tomos e volumes, os documentos sobre Expansão Portuguesa da Nunciatura Apostólica de Lisboa, documentação resgatada de caixas existentes em Roma, nos Arquivos Secretos do Vaticano, saem este ano. Um suspiro fundo para todos aqueles que, desde o ano de 2000, leram, transcreveram e resgataram as informações aí existentes, em resumos de documentos de leitura pouco pacífica, por vezes, dificultada pelo mau estado da documentação, desorganização das caixas e a sempre falta de tempo com a qual os investigadores se debatem, continuamente, entre dissertações, teses, artigos e conferências, que competiam com a urgência de leitura de toda a documentação, somada a um horário de um arquivo apenas matutino, cujo horário vespertino, muito reduzido, estava sujeito a uma autorização especial do Prefeito do Arquivo.

Sucessivas equipas, desde o ano de 2000, deram vida a toda uma documentação rica e diversa sobre a Expansão Portuguesa, da qual faziam parte bulas, breves, cartas apostólicas, traslados, missivas, entre muitos outros formatos de textos, alguns cuja classificação foi atribuída pelos próprios investigadores.

Na última fase de preparo deste trabalho, e trabalhando em edição de texto para especialistas, às exigências de leitura somaram-se as exigências de um trabalho, tanto quanto possível, sem rasuras ou erros, ambição de qual-

quer historiador, segundo critérios adotados e explanados na introdução da toda a obra.

Enquanto historiadora, recorro a importância de um projeto de resgate de documentação como uma fonte imprescindível do trabalho de investigação em História, como abertura do mundo aos mundos. Trabalhando também eu com resgate de documentação, a iniciativa parece-me de um valor inestimável para qualquer investigador. Não posso deixar de referir que a informática e os dados digitalizados têm vindo a engrossar o acesso às fontes históricas de uma forma inimaginável, há uns anos atrás. Na época contemporânea, informatizada, podemos ter acesso a documentação à distância, o que serve de mais valia no trabalho científico, conquanto descobramos sites e fontes que nos sejam fiáveis, do ponto de vista histórico e científico. Quando o acesso direto às fontes não é possível, e a documentação da Nunciatura Apostólica não se encontra acessível senão nos Arquivos Secretos do Vaticano, as sinopses da documentação agilizam o trabalho do investigador, sempre exaustivo, de situar as informações de que necessita na sua pesquisa empírica, mas também na construção teórica do seu objeto de estudo.

O levantamento desta documentação, para além de instrumento facilitador de pesquisa para qualquer historiador, torna-se um meio de assegurar a preservação de um património histórico da cultura e da identidade nacional. Os documentos que constam nas caixas da Nunciatura Apostólica de Lisboa foram escritos entre o século XVII e XX, e com isto podemos depreender que são aqueles que chegaram a Roma, ficaram arquivados e conservados. Em três séculos, a Igreja sofreu inúmeras e incontáveis transformações de que os documentos e toda a correspondência da Nunciatura Apostólica dão conta.

Uma das grandes questões que se levanta, em toda a documentação, é a importância dos estabelecimentos portugueses do Ultramar. Esta documentação sumariada alarga também, diacronicamente, a informação necessária para conhecer as estruturas socioeconómicas da Expansão Portuguesa. Os historiadores admitem que a administração ultramarina portuguesa tem um protótipo de administração flexível, fundada na comunicação mais do que na ocupação efetiva, que fez do Império Oriental português um exemplo de uma realidade política duradoura. A sua polivalência administrativa baseia-se na heterogeneidade da natureza das instituições, desde as territoriais e fiscais às comerciais, passando pelas diplomáticas e eclesásticas¹.



FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo I Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo II Oriente*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo III Brasil*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

¹ António Manuel Hespanha, "Um império evanescente", in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (Coord.), *Memória de Portugal, o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 359.

Como referiu José Mattoso, “o presente não é compreensível em si mesmo e isolado dos seus antecedentes”², para compreender o funcionamento das estruturas há que situar os acontecimentos no tempo, e assim reconstruir os seus aspetos dinâmicos. Os métodos da interdisciplinaridade levaram também a que não só historiadores recorressem às ciências humanas para estabelecerem os seus programas de investigação e interpretação, mas também os sociólogos, economistas ou antropólogos e todos os especialistas das outras ciências humanas que sentem a necessidade de situar as suas observações em coordenadas diacrónicas. A esses investigadores, também a publicação desta documentação poderá ter utilidade nas suas pesquisas.

Havendo estruturas que só se podem compreender pelo estudo de um passado secular, não basta explicar o presente pelos seus antecedentes imediatos, muitas vezes é preciso recorrer a incursões profundas no passado. Torna-se, assim, evidente a necessidade de tornar cada vez mais acessível uma informação completa e sistemática sobre períodos alargados e sobre fenómenos de mais variada natureza, que esta documentação permite rastrear³.

Das diversas dificuldades com que os investigadores deste projeto se depararam, o levantamento exaustivo de toda a documentação terá sido uma das maiores, com toda a certeza. A desorganização das caixas em que se encontrava a Nunciatura não facilitava o trabalho. Amparados pela curiosidade que circunda os Arquivos Secretos, cuja aura de mistério não podemos negar, a realidade diária era outra: todas as manhãs as caixas de documentação se acumulavam, só sendo possível pedir três por dia, no máximo quatro, excecionalmente. Cada caixa poderia conter vinte documentos, mas também poderia conter trezentos. O trabalho requeria que todos os documentos fossem lidos, independentemente do número contido em cada caixa. A degradação de alguns fundos documentais somada à ausência de inventariações sistemáticas e planificadas juntou-se às restantes dificuldades.

Dentro dos Arquivos, outros investigadores questionavam-me sobre que período temporal da Nunciatura eu trabalhava, ao que, invariavelmente respondia, num italiano rudimentar, “trabalho toda a Nunciatura”. Julgando que eu sofria de uma falha linguística, questionavam-me noutras línguas, quando as sabiam, ou voltavam a fazer a pergunta, para que detalhasse os séculos, ao que eu normalmente respondia que iria consultar, se possível, todas as caixas da Nunciatura Apostólica. Outros pesquisadores mais experientes achavam que eu estava perdida numa investigação tão vasta, numa fase final de edição, em que ali me encontrava sozinha. A partir de algum tempo, começou a ser útil dizer às pessoas que eu estava ali apenas a terminar o que já fora começado por outros historiadores anos atrás, e que portanto não seria impossível levantar toda a documentação da Nunciatura Apostólica de Lisboa.

Itinerário de pesquisa fundamental, o Arquivo Secreto do Vaticano, situado no coração do pequeno Estado independente do Vaticano, Arquivo vizinho da Biblioteca

Apostólica, contém documentação de diversas nunciaturas e acervos documentais internacionais, entre os quais se encontram os Arquivos das Representações Pontifícias (Nunciaturas, Internunciaturas e Delegações Apostólicas) da África, América, Europa e Oriente; Arquivos Concistoriais, Arquivos Particulares dos Papas, Bulários, Chancelarias Apostólicas, Comissões Pontifícias de Direito Canónico, Secretarias de Estado, entre muitos outros fundos, que servem sobretudo aos especialistas em História Religiosa, mas também a muitos outros historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. A partir daqui, e porque, como afirmava Lucien Febvre, toda a história é uma escolha⁴, cabe ao historiador encontrar a documentação de que necessita nestes volumes, mapeando-os e percorrendo-os conforme as suas pesquisas, consultando os originais *in loco* na biblioteca do Arquivo Secreto do Vaticano.

A Nunciatura Apostólica de Lisboa: conteúdo documental

Historicamente, a instituição das Nunciaturas Apostólicas deu-se no final do século XV. A institucionalização deste serviço foi o resultado de um processo que teve o seu início, já antes do primeiro milénio, aquando do envio de alguns eclesiásticos, por parte de Roma, à corte de Constantinopla para tratarem de assuntos referentes à sé apostólica, informando Roma de todas as questões político-eclesiásticas⁵. É, no entanto, o Congresso de Viena (1815), posteriormente confirmado pela Convenção de Viena de 1961, que atribui à pessoa do Núncio⁶. Após o Concílio de Vaticano II, o serviço diplomático da Santa Sé, para além da representação formal e da consequente ligação entre duas entidades soberanas é, acima de tudo, uma presença viva e atuante junto das igrejas locais, do ideal de comunhão que se pretende entre a porção do povo de Deus sediado num determinado país e a sé apostólica.

A Nunciatura de Lisboa, como instituição de carácter permanente consolidar-se-á nas primeiras décadas do século XVI. Poder-se-á reconhecer como primeiro Núncio António Pucci (1513-1515). O nome não chega a aparecer na documentação sumarizada nos volumes que publicamos, na qual constam datas posteriores. A partir de Pucci, outros se lhe seguirão com uma ação de carácter permanente. De futuro, a instituição Nunciatura será instância aferidora das relações de Portugal com Roma, não esgotando, todavia, todos os mecanismos de relacionamento com a sé apostólica.

A Nunciatura passa a ser uma instância moderadora numa altura em que se procurava a concordância entre a política real e os legítimos interesses religiosos. Enquadrados nessa crescente preocupação de centralismo real estão, sem dúvida, as insistências da Coroa portuguesa em conseguir de Roma a instituição do Tribunal da Inquisição. Tudo isso acontece aquando da vinda dos primeiros núncios para Lisboa. O Núncio torna-se o elo indispensável

⁴ Lucien Febvre, *Combats pour l'Histoire*, Paris, 1992, p. 7.

⁵ Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 310-311.

⁶ Carlos Corral Salvador (Dir.), José Maria Urteaga Embil, *Dicionário de Direito Canónico*, São Paulo, Edições Loyola, 1993, pp. 513-514.

² José Mattoso, *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 75

³ *Ibidem*, p. 76.

entre o catolicismo local e a Igreja universal. A presença constante de um agente papal começa a ser entendida como um consentimento à política eclesiástica em curso⁷.

No mar Atlântico constituíam-se importantes postos estratégicos para o domínio de rotas decisivas, no contexto da guerra europeia. Logo depois de saírem do Mediterrâneo ou do mar das Caraíbas, conforme se tratasse de ida ou de retorno, as frotas encontravam-se em águas que tinham como litorais mais próximos terras portuguesas: o Algarve, os Açores ou a Madeira e a costa norte do Brasil.

As rotas do Atlântico Sul, decisivas para a proteção da carreira da Índia e, cada vez mais, para proteção do comércio negreiro entre a África e a América, também tinham estabelecimentos portugueses: toda a costa ocidental da África, salvo as Canárias, e o grande entreposto escravagista de Cabo Verde.

No Índico, os pontos fortes portugueses de Moçambique, Ormuz, Goa, Colombo e Malaca controlavam as várias rotas possíveis para a Índia e daí para a Insulíndia. Mais para oriente, Macau, Solor e Timor e Nagasáqui. Daí para oriente as rotas eram controladas pelos espanhóis.

O Ultramar português tinha mais valias inestimáveis: no Índico, tratava-se do tradicional comércio asiático, das especiarias aos produtos de luxo e às madeiras. No Brasil, cada vez mais a partir dos finais do século XVI, da produção açucareira. Na África, do comércio negreiro.

No início do século XVII, o seu centro económico e simbólico era ainda o Oriente⁸. Alguns anos mais tarde, o Oriente entra em declínio, à medida que começa a surgir a concorrência comercial e militar holandesa e depois inglesa, sueca e dinamarquesa. As rendas da Índia decrescem em termos absolutos, ao mesmo tempo que crescem as despesas militares exigidas pelos progressivos ataques inimigos a Ormuz (1628) e, mais tarde, a Ceilão (1630-1658)⁹.

A Nunciatura Apostólica de Lisboa apresenta um complexo processo evangelizador e a sua evolução. Os missionários que partiram da Europa eram, na sua maioria, voluntários que tinham escolhido uma vida difícil por vocação. A Nunciatura Apostólica de Lisboa, no seu conjunto documental, vasto e rico, apura, nos seus conteúdos, a gestão dos domínios ultramarinos portugueses, através das suas várias instituições e de uma comunicação regular com a Igreja de Roma. Mercê dos esforços da ação missionária da Igreja, o império colonial português mostrou-se magnífico¹⁰.

NOTA: Com este número 3 da Revista *Letras Com Vida* será publicado um CD com os três tomos dos Arquivos Secretos do Vaticano.

⁷ Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *op.cit.*, p. 316.

⁸ António Manuel Hespanha, “Um Império evanescente”, in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (Coord.), *Memória de Portugal, o milénio português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.358.

⁹ *Idem*, “Portugal no contexto europeu”, *ibidem*, pp. 321-323.

¹⁰ Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (Coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano, Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 2, Lisboa/Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 308-309.

Aconteceu

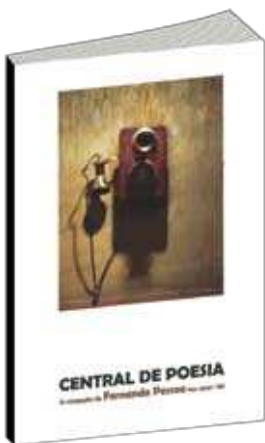


António Carlos Cortez premiado pela Sociedade Portuguesa de Autores

No passado dia 21 de fevereiro de 2011, o poeta António Carlos Cortez (n. 1976) foi distinguido com o Prémio Autores 2011 (SPA), na categoria de Melhor Livro de Poesia, com a obra *Depois de dezembro*, a sua quinta coletânea de poemas, publicada em 2010. Esta obra é a sequência esperada de um promissor percurso no qual se incluem as recolhas *Ritos de Passagem* (1999), *Um Barco no Rio* (2002), *A Sombra no Limite* (2004) e *A Flor da Pele* (2007) e o livro de crítica de poesia *Nos Passos da Poesia* (2005). Recordamos que António Carlos Cortez, professor no Ensino Secundário e crítico literário com atividade constante em publicações como *Relâmpago*, *Colóquio Letras* e *Jornal de Letras*, mantém uma colaboração ensaística regular na *Letras Com Vida* – em cujos dois primeiros números se contam dois ensaios da sua autoria –, na qual é também responsável pela secção de poesia – Laranja Azul. Foi também o responsável pelo curso livre do CLEPUL Poesia Contemporânea Portuguesa, decorrido no segundo semestre do ano letivo de 2010/2011 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no qual desenvolveu a sua atividade de professor em comunhão com o vasto conhecimento na área da Poesia Portuguesa Moderna e Contemporânea. Em nome do CLEPUL e dos seus investigadores, deixamos aqui as mais merecidas felicitações ao autor, desejando que continue a desenvolver a sua obra literária e crítica como o tem feito, sempre em articulação produtiva com o nosso Centro e com a Revista.

Aconteceu

COLÓQUIO INTERNACIONAL “CENTRAL DE POESIA. A RECEPÇÃO DE FERNANDO PESSOA NOS ANOS 40”



MARTINS, Patrícia; ANGHEL, Golgona e GUERREIRO, Fernando (Org.). *Central de Poesia. A recepção de Fernando Pessoa nos anos 40*. Lisboa: CLEPUL, 2011.

Nos passados dias 3 e 4 de dezembro de 2010 realizou-se na Faculdade de Letras de Lisboa, contando com o apoio do CLEPUL, um importante Colóquio Internacional, intitulado *Central de Poesia: A recepção de Fernando Pessoa nos anos 40*. Destacando-se pela importância do tema no contexto da literatura portuguesa moderna e contemporânea, o Colóquio contou com a colaboração de muitos dos mais importantes especialistas na obra de um dos grandes vultos da cultura portuguesa do século XX e no seu contexto geracional – casos de Fernando Cabral Martins, Fernando Martinho, Osvaldo

Manuel Silvestre, Fernando Pinto do Amaral, António Guerreiro, Américo Lindeza Diogo, Silvina Rodrigues Lopes, Jerónimo Pizarro, Patrick Quiller ou David Jackson e das organizadoras da iniciativa, Patrícia Martins e Golgona Anghel – aos quais se juntaram alguns jovens investigadores, representantes de uma geração ainda hoje fascinada pelo génio pessoano – casos de Tatiana Faia e de Raquel Guerra – e o Prof. Luís Dias Martins, que desenvolveu uma tentativa de rastreio da presença de Fernando Pessoa em

África, não totalmente evidente sobretudo nesta década.

As sessões decorreram num ambiente de convívio intelectual e de troca de impressões sobre uma década tão rica em termos de correntes literárias e de autores multifacetados, na qual a sombra de Fernando Pessoa, depois de potenciada pelo importante trabalho de canonização e de leitura crítica da geração presencista, tanto se fez notar, mesmo em autores que procuraram reagir a essa influência, como bem mostrou, por exemplo, a intervenção de Fernando Pinto do Amaral sobre Eugénio de Andrade ou, mais nitidamente, a de Patrícia Martins sobre Carlos de Oliveira, um dos expoentes máximos da poesia portuguesa do século XX. Esse ambiente confirmou-se no decorrer do debate que reuniu Fernando Cabral Martins, um dos mais prolíferos investigadores do contexto literário e cultural de Orpheu e coordenador do recente *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Gastão Cruz e Nuno Júdice, dois dos mais importantes nomes da poesia portuguesa da segunda metade do século XX, e Margarida Vale de Gato, poeta, investigadora e tradutora com uma obra em crescendo, com a qual conversámos no segundo número da *Letras Com Vida*.

O Colóquio deu lugar a um interessante livro de ensaios recolhendo a quase totalidade das intervenções, prefaciadas por Manuel Gusmão, que, na sua excepcional sabedoria lembrou, a fechar o texto, outras importantes figuras que convirá lembrar ativamente nos próximos anos: “Chegou finalmente o tempo de Cesário, de Nobre, de Gomes Leal e de Pessanha”. O livro encontra-se disponível para venda em várias livrarias, no CLEPUL ou através da Caixa dos Livros (feiradolivro.clepul@gmail.com).

Forum intercultural *Machina Mundi*

Sob o emblema renascentista, em particular de Teofrasto Paracelso, para quem a “Machina Mundi” era entendida numa interrelação do macrocosmos com o microcosmos, e de Luiz de Camões, que considerava que a Natureza e a Terra comungavam numa “matéria etérea e elemental”, engenho esse prodigioso que procurava decifrar a factualidade humana de “várias nações em que mandam reis, / Vários costumes e várias leis” (Canto X, estância 91), universo do Saber que tanto convida à decifração, como à contemplação e à partilha, a área 3 do CLEPUL, sob a idealização e direção do Professor Doutor Fernando Cristóvão, pretendeu criar uma plataforma virtual de investigação, contato e conhecimento entre os investigadores das diversas áreas do centro, materializando a ideia de união intelectual e sensitiva entre comunidades, culturas e, sobretudo, línguas, realidades essas consideradas como a soma dos “livros” que Deus escreveu, e que guardam em si, tal como o definiu Paracelso, todos os segredos da Sabedoria

Machina Mundi (ISSN 2182 – 1690) é uma publicação mensal de cultura, entendida esta em âmbito largo, privilegiando, naturalmente, a literatura, como é objetivo principal do CLEPUL, sendo também um espaço apropriado de colaboração aberto a todos os investigadores e colaboradores do centro, a complementar, em textos de reduzida dimensão, os trabalhos de pesquisa aprofundada que continuamente realizam segundo projetos próprios. Dentre as várias temáticas abordadas, destaque-se a importância da perspectiva inovadora que o Professor Doutor Fernando Cristóvão tem dado aos novos estudos da lusofonia, entendida na sua dimensão de intercâmbio não só cultural mas também linguístico. Para isso têm contribuído os trabalhos dos diversos investigadores, com destaque para a problemática das identidades, desenvolvida pela coordenadora-geral da *Machina Mundi*, a Prof. Doutora Maria José Craveiro, temática esta que fez convergir textos como os de José Eduardo Franco, Annabela Rita, Miguel Real e Maria João Coutinho.

Aconteceu

Congresso Internacional Europa das Nacionalidades

Aveiro 9 a 11 de maio de 2011

Decorreu nos passados dias 9, 10 e 11 de maio de 2011, na Universidade de Aveiro, o Congresso Internacional Europa das Nacionalidades, que contou com a ampla colaboração do CLEPUL, não só no decorrer da organização como também na prontidão demonstrada pelos nossos investigadores para participarem com comunicações integradas no tema do Congresso e nos mais recentes projetos desenvolvidos pelo Centro. Foram três dias de multifacetada atividade e de contacto entre investigadores de várias proveniências e interesses, nos quais o tema geral relativo à Europa permitiu leituras que abarcaram aspetos tão diversos como os mitos de origem da nacionalidade portuguesa e de outras nacionalidades europeias e mundiais, a nacionalidade portuguesa ao longo dos séculos e nas suas várias problemáticas, a necessidade de alargar e potenciar o debate a respeito de uma genuína abertura europeia à cada vez maior união entre as várias nacionalidades, a origem e expansão histórica da ideia de Europa, entre outros temas no âmbito da cultura brasileira e das culturas africanas, da música como forma de expressão cultural, da religião e das suas implicações no contexto nacional e internacional. Paralelamente à atividade científica, os participantes dispuseram ainda de atividades no âmbito da gastronomia, de visitas noturnas por Aveiro e de vários momentos musicais, além das visitas de encerramento ao Palácio do Buçaco e à Quinta das Lágrimas.

O Congresso contou com a colaboração de nomes tão

importantes como Patrick Geary, Eduardo Lourenço, Guilherme d'Oliveira Martins, Luís Machado de Abreu, José Eduardo Franco, Fernando Cristóvão, Annabela Rita, Michel Maffesoli, Miguel Real, Tom Fleming, Joana Amaral Dias, entre muitos outros investigadores, dos quais destacamos os jovens da Universidade de Aveiro e do CLEPUL.

Uma nota ainda para a organização do Congresso, coordenada por Maria Manuel Batista, que conseguiu levar a cabo, juntamente com uma vasta equipa, mais esta iniciativa iluminadora no que respeita a essa questão cada vez mais premente do diálogo entre as diferentes nacionalidades e a necessidade de uma unidade europeia mais ativa. Espera-se agora a necessária continuidade do trabalho desenvolvido, na elaboração das atas do Congresso em volumes temáticos, a publicar em colaboração com editoras portuguesas e inglesas.

Na sequência deste Congresso, decorreu nos dias 12 e 13 de maio de 2011, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a V Conferência Internacional «Culturas Ibéricas e Eslavas em Comparação» subordinada ao tema Mitos de origem das nacionalidades – Discursos modernos e pós-modernos. Mais uma importante iniciativa do Grupo de Investigação 5 (Literaturas e Culturas Eslavas) do CLEPUL, dando sequência aos importantes debates anuais a respeito dos cada vez mais estreitos laços de colaboração entre as culturas ibérica e eslava, para os quais tem sido inestimável a colaboração da Prof.^a Béata Cieszyńska.

Sentida Homenagem

A *Letras Com Vida* assinala com o devido pesar o falecimento de três personalidades ligadas ao CLEPUL e com ação determinante em algumas das mais recentes iniciativas do nosso Centro. São os casos do do Pe. **Muanamosi Matumona**, do Prof. **Vitorino Magalhães Godinho** e de Frei **José Augusto Mourão OP**.

O Pe. Muanamosi Matumona, falecido a 13 de abril de 2011, foi um notável jornalista, sociólogo, teólogo e filósofo angolano, que havia sido recentemente empossado Diretor da Rádio Ecclesia de Angola e que recebeu com grande simpatia uma equipa do CLEPUL no decorrer de uma Jornada de Investigação em meados de 2010. Entre as suas obras, destaca-se o volume *Filosofia Africana*, recentemente lançado pelo CLEPUL.

Vitorino Magalhães Godinho, falecido a 26 de abril de 2011, foi um dos mais importantes vultos da cultura portuguesa do século XX, tendo deixado uma vasta obra de investigação, de reflexão e de experiência pessoal, na qual se integra o interessante ensaio publicado com o segundo número de *Letras Com Vida*, que constitui um dos seus últimos trabalhos.

Frei José Augusto Mourão OP, falecido no passado dia 6 de maio de 2011, era uma das mais ativas personalidades do universo das Ordens Religiosas em Portugal, enquanto notável dominicano. José Augusto Mourão colaborou em importantes iniciativas recentes do CLEPUL, como o Congresso Internacional *Jardins do Mundo* e o *Dicionário das Ordens e Outras Instituições Afins em Portugal* e respetivo *Congresso das Ordens e Congregações em Portugal*, tendo sido recentemente homenageado pelo nosso Centro através do volume *Os Dominicanos em Portugal*.

Juntamo-nos às personalidades dos mais diversos quadros que procuraram homenagear devidamente estas três personalidades, cujo falecimento deixou a cultura lusófona indelevelmente mais pobre.

XV Colóquio da Lusofonia

Macau 11-15 de abril de 2011



Os Colóquios da Lusofonia e a AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar a sociedade civil, de todo o mundo, para repensar e debater amplamente a nossa língua comum: a Língua Portuguesa. Os Colóquios têm realizado encontros desde o ano de 2001, e neste ano de 2011 teve lugar uma nova edição no Instituto Politécnico de Macau, entre os dias 11 e 15 de abril. Colóquio intitulado *Macau: Quatro Séculos de Lusofonia – Passado, Presente e Futuro*, os temas basilares aqui tratados foram a Lusofonia e Macau; o Estado da Lusofonia; a Tradução e na secção Homenagem contra o Esquecimento reavivaram-se memórias sobre escritores açorianos e macaenses.

Não foi uma novidade o espírito de camaradagem que subjaz a este tipo de iniciativas, sob responsabilidade do Dr. Chrys Chrystello e toda a sua comissão e equipa organizativa, uma vez que a investigadora Fernanda Santos já havia participado no XIII Colóquio da Lusofonia em Florianópolis (5-9 de abril de 2010), Brasil, cidade onde reside actualmente, na qualidade de doutoranda em História, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os patronos do evento são o Prof. Dr. Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras e o Prof. Dr. Malaca Casteleiro, da Academia das Ciências de Lisboa. Este Colóquio contou ainda com o alto patrocínio do Instituto Politécnico de Macau (IPM), que apoiava a deslocação de uma comitiva de 17 membros, bem como a alimentação e estadia dos restantes oradores, numa iniciativa cultural louvável.

No âmbito de uma iniciativa desta envergadura, de carácter internacional e intercultural, o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL), que se pode orgulhar de ter num dos Patronos dos Colóquios um membro respeitado e estimado do CLEPUL, Prof. Dr. Malaca Casteleiro, participou com mais dois investigadores integrados, o Diretor Adjunto, Prof. Dr. José Eduardo Franco, e a investigadora Fernanda Santos, cujos artigo e apresentação oral foram elaborados

em conjunto. Atraídos pela temática da Lusofonia, apresentaram um tema arrojado, na linha da história cultural, e dentro dos projetos que o CLEPUL tem vindo a participar e a divulgar: *O Colégio de São Paulo e o projeto moderno de globalização religiosa dos Jesuítas a Oriente*. Cruzando, deste modo, as diversas investigações que têm vindo a lume no CLEPUL sobre ordens e congregações religiosas, com a temática do Oriente, procurámos burilar um projeto do interesse de todos os participantes, mostrando como o Colégio de São Paulo foi considerado a primeira instituição universitária de tipo ocidental no Oriente, em Macau, que contava com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma universidade. Este programa incluiu muitas disciplinas, tais como Teologia, Matemática, Geografia, Chinês, Português, Latim e Astronomia. O Colégio funcionou como um centro asiático de formação de missionários católicos e contribuiu significativamente na difusão do Catolicismo na China, no Japão e em todo o Extremo Oriente.

Ai Deus e u é

BANDA DE MÚSICA DE INVESTIGAÇÃO DO CLEPUL

O CLEPUL tem agora uma banda inspirada numa canção de amigo de D. Dinis, “Ai flores do verde pino”, que musicou e adotou como *single*.

Ai Deus e u é formou-se neste ano de 2011 e encontra-se aberta à participação de todos os investigadores que tenham sensibilidade e conhecimentos musicais, por se integrar num espírito de uma educação e práticas culturais assentes não só no saber académico, mas também no saber musical, artístico e multicultural, que proporcione a reunião de afetos e de saberes em torno da poesia e da música.

Musicando originalmente poemas do cancionero em língua portuguesa, que vai desde a poesia luso-árabe à lírica medieval, passando pelo que de diverso se escreveu pelos vários continentes e os vários séculos até aos dias de hoje, parte de um primeiro momento de investigação, para definir o seu reportório, até à composição e interpretação propriamente ditas.

Ai Deus e u é deu o seu primeiro concerto em Setúbal, no passado dia 8 de julho, numa noite dedicada à música portuguesa e, em particular, ao fado, com uma comunicação prévia sobre o fado e a identidade nacional.

O seu grupo de raiz conta com Florentino Franco na guitarra, Luiz Eduardo Oliveira na guitarra e voz, Ana Catarina Rocha na voz e melódica, Marta Marecos Duarte no adufe, pandeireta e voz e, esporadicamente, Susana Alves na voz.

Acontecerá

Congresso Internacional Ordem da Imaculada Conceição – 500 Anos

Santa Beatriz da Silva, Estrela para Novos Rumos



Não queremos deixar de assinalar a realização do Congresso Internacional pelos 500 anos da Ordem da Imaculada Conceição, do qual o CLEPUL é uma das instituições organizadoras. O Congresso congregará um grupo de estudiosos para nos darem a conhecer a personalidade de Santa Beatriz da Silva e o percurso histórico da Ordem Monástica por ela fundada. As várias aproximações históricas e testemunhais que se esperam dar-nos-ão um contributo sério para contextualizar os carismas e o sentido da vida contemplativa como expressão humana, cultural e religiosa. Neste evento cultural, aberto a investigadores das áreas da história, da sociologia e das múltiplas expressões religiosas, acolheremos com particular atenção jovens investigadores que por essas áreas do saber mostram particular interesse.

Irá realizar-se de 14 a 16 de Outubro deste ano, no Auditório das Irmãs Concepcionistas (CSP), em Fátima. Na Sessão de Abertura, às 9h do dia 14, estarão presentes o Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, o Arcebispo de Évora – Presidente da Comissão Organizadora, o Reitor do Santuário de Fátima, a Coordenadora da Confederação Santa Beatriz da Silva e o Presidente da Comissão Científica.

Colóquio “Portugal no tempo de Fialho de Almeida (1857-1911)” Novembro de 2011

A *Letras com Vida* tem o prazer de anunciar o Colóquio “Portugal no tempo de Fialho de Almeida (1857-1911)”, que decorrerá em final de novembro de 2011 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Patrocinado pelo CLEPUL e organizado por uma equipa de jovens investigadores do nosso Centro, o Congresso procurará encerrar com chave de ouro as atividades desenvolvidas ao longo dos últimos meses no âmbito da Comemoração do Centenário da República em Portugal, aproveitando também para lembrar uma das mais relevantes personalidades da literatura, da cultura e da intervenção sócio-política do período que conduziu à queda da Monarquia em Portugal.

Antes que se encerre o ano do centenário da sua morte, Fialho de Almeida será o centro de um importante Colóquio de reflexão não só a respeito da sua vida e obra e do impacto da sua personalidade nas gerações subsequentes mas também do contexto que o rodeou. Será certamente uma iniciativa relevante, que abrirá portas para o debate em torno de um período de profundas transformações na literatura, na cultura e no imaginário cultural, social e político português, nas mais diversas perspetivas.

Desejamos desde já poder contar com a sua participação. Caso deseje inscrever-se no Colóquio, tendo assim direito a um certificado de participação, poderá fazê-lo até final de outubro, através do pagamento de 5 euros. Para mais informações, contacte a Comissão de Organização através do e-mail coloquiofialhoalmeida@gmail.com.

Revista *Golpe d'asa*

Em setembro, o CLEPUL verá nascer uma nova revista semestral, dedicada exclusivamente à poesia. Chama-se *Golpe d'asa* e tem a coordenação de José Eduardo Franco, a direção de Ana Salomé e a colaboração permanente dos jovens investigadores do nosso centro Duarte Drumond Braga, Joana Jacinto, Raquel Nobre Guerra, Ricardo Ventura, Rosa Fina, Rui Sousa e Sofia Santos. É uma parceria do CLEPUL com a editora Mariposa Azual, que tem dado à estampa alguns dos melhores livros da recente poesia portuguesa.

A revista estabelece-se num diálogo produtivo e polifónico entre tempos, modos e universos da poesia. Esse diálogo compromete-se com a criação e a reflexão, o que explica a coexistência de uma dimensão criativa com uma dimensão ensaística e crítica. Tem lugar também para entrevistas, cartas ou outras formas, híbridas, em que a poesia se revela na primeira pessoa de um poeta, de um artista, de um livreiro ou de um bibliómano.

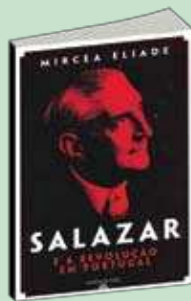
Recuperando uma ideia de José Mattoso a propósito da escrita da História, quando a revista resgata o passado (os poetas pretéritos), não o faz por nostalgia ou pretendendo glorificar o passado, fá-lo como forma de descobrir o que neles vive e aclara os caminhos presentes. A *Golpe d'asa* dedica, portanto, espaço a inéditos e a éditos, e os seus cadernos centrais a dois poetas. No seu primeiro número os convidados são Vasco Gato e José-Alberto Marques.

Fundamenta a sua orgânica no confronto do presente com o passado, na multiplicidade pertinente de discursos, achando nessa dialética uma via de futuro e um lugar de convívio, onde sabe bem ficar a ler, a conversar e a conhecer os vários rostos da poesia.

Publicações



CHORA, Dina Chainho; GOMES, Elisabete Ricardo; RODRIGUES, Ana Salgueiro e BERNARDO, Ana Paula. *Vozes de Cabo Verde e Angola: Quatro Percursos Literários*. Lisboa: CLEPUL, 2011.



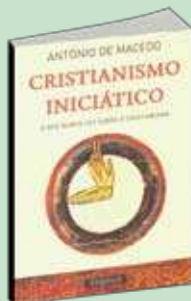
ELIADE, Mircea. *Salazar e a Revolução em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.



REAL, Miguel. *O Pensamento Português Contemporâneo (1890-2010)*. Lisboa: INCM, 2011.



MARTINS, Patrícia; ANGHEL, Golgona e GUERREIRO, Fernando (Org.). *Central de Poesia. A recepção de Fernando Pessoa nos anos 40*. Lisboa: CLEPUL, 2011.



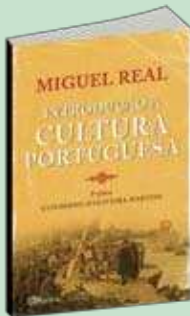
MACEDO, António de. *Cristianismo Iniciático: o que nunca leu sobre o Cristianismo*. Lisboa: Ésquilo, 2011.



FRANCO, José Eduardo e ABREU, Luís Machado de (Autores-Coordenadores). *Obra Completa de Padre Manuel Antunes. Tomo VII. Biografia Ilustrada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.



BRÁS, João. *Da filosofia inútil*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.



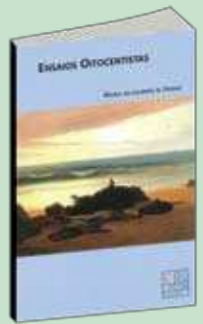
REAL, Miguel. *Introdução à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Planeta Editora, 2011.



CIESZYŃSKA, Béata. *IberoSlavica 2010 a yearbook*. Lisboa: CLEPUL e CompaRes, 2011.



REAL, Miguel e CIESZYŃSKA, Béata (Dir.). *Letras Com Vida. Literatura, Cultura e Arte. Nº2*. Lisboa: Gradiva, 2011.



FERRAZ, Maria de Lourdes. *Ensaio Oitocentista*. Porto: Caixotim, 2011.



FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo I Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.



FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo II Oriente*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.



FRANCO, José Eduardo (Coord.). *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa: Tomo III Brasil*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

Cadernos
Literários



Colecções



LETRAS
comvida

Tertúlias e
Conferências



Cursos



QUARTO NÚMERO

Peter Burke
Pinharanda Gomes

Dossiê Temático

21 Autores para a Filosofia
Portuguesa do Século XXI

Agostinho da Silva
Álvaro Ribeiro
António Quadros
António Sérgio
Dalila Pereira da Costa
Eudoro de Sousa
José Marinho
Sampaio Bruno
Teixeira de Pascoaes

ENTREVISTAS DOS PRÓXIMOS NÚMEROS

Roger Chartier
Wisława Szymborska
Gilles Lipovetsky
Viriato Soromenho-Marques

ULIS
100
2011

Comemorações
dos 100 Anos
Universidade de Lisboa